

Estudos de Sociologia

n° 47



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FCL – UNESP – Araraquara – v.24 – n.47 – 2° semestre de 2019

Estud. sociol. Araraquara v.24 n.47 p.1-432 jul.-dez. 2019

EXPEDIENTE

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor: Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

Vice-reitor: Prof. Dr. Sergio Roberto Nobre

FCLAr – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara

Diretor: Prof. Dr. Cláudio Cesar de Paiva

Vice-diretora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Chefe: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Junior

Vice-chefe: Prof. Dr. José Antonio Segatto

Secretária: Bruna Nadi de Abreu

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani

Martelli Vice-coordenador: Prof. Dr. Marcelo Santos

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e espanhol

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

ISSN 1414-0144

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4. Ciências

Assistente Editorial: Rafael Afonso Silva

Normalização: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Diagramação: Cláudio Robert Pierini

Revisão: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Revisão para o espanhol: Lívya Valili

Versão para o Inglês: Jussara Úngari

Capa: Paulo José de Carvalho Moura

Indexada por / Indexed by:

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews on Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

Redação e Contatos

Depto. de Sociologia FCLAr/UNESP

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil Fone: (16) 3334-6219

E-mail: estudosdesociologia@fclar.unesp.br; <http://periodicos.fclar.unesp.br/estudos>

MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

EDITORA

Maria Aparecida Chaves Jardim

UNESP – Universidade Estadual Paulista,
Araraquara/SP, Brasil

EDITORA EMÉRITA

Lucila Scavone

UNESP – Universidade Estadual Paulista,
Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Lúcia Castro

UNESP – Universidade Estadual Paulista,
Araraquara/SP, Brasil

João Carlos Soares Zuin

UNESP – Universidade Estadual Paulista,
Araraquara/SP, Brasil

Maria Teresa Miceli Kerbauy

UNESP – Universidade Estadual Paulista,
Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Bebiano

Instituição Universidade de Coimbra, Coimbra,
Portugal

Anete Brito Leal Ivo

UFBA – Universidade Federal da Bahia –
Salvador – Brasil

Anita Simis

UNESP – Universidade Estadual Paulista –
Araraquara/SP – Brasil

Annie Thébaud-Mony

INSERM – Institut National de la Santé et de la
Recherche Médicale – Paris – França

Carmen Junqueira

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo – São Paulo/SP – Brasil

Eduardo Garuti Noronha	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP – Brasil
Francisco Rüdiger	PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS – Brasil
Frederic Lebaron	Université de Versailles - St-Quentin- en-Yvelines, França
Gabriel Cohn	USP – Universidade de São Paulo – São Paulo/SP – Brasil
Gerard Mauger	EHESS - École des hautes Études en Sciences Sociales - França, França
Irllys Alencar Firmo Barreira	UFC – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE – Brasil
István Mészáros	Universidade de Sussex/Inglaterra
José Antonio Segatto	UNESP - Universidade Estadual Paulista/Araraquara – SP
José Vicente Tavares dos Santos	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS – Brasil
Joseph Yvon Thériault	Universidade de Montréal/ UQUAM, Montréal, Canadá
Klaus von Lampe	City University of New York/CUNY, New York, Estados Unidos da América do Norte
Lourdes Maria Bandeira	UnB – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia
Magda Maria Bello de Almeida Neves	PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG – Brasil
Marcelo Siqueira Ridenti	UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – Campinas/SP – Brasil
Maria Arminda do Nascimento Arruda	USP - Universidade de São Paulo/São Paulo – SP
Maria Orlanda Pinassi	UNESP - Universidade Estadual Paulista/Araraquara – SP
Maria Ribeiro do Valle	UNESP – Universidade Estadual Paulista – Araraquara/SP
Mariano Fernandez Enguita	USAL – Universidade de Salamanca/US Salamanca, Espanha
Marie-Blanche Tahon	Universidade de Ottawa/ UOTTAWA, Ottawa, Canadá
Marta Araújo	UC - Universidade de Coimbra – Coimbra - Portugal, Portugal

Mauro Guilherme Pinheiro Koury	UFPB – Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/PB – Brasil
Meryl Adelman	UFPR – Universidade Federal do Paraná – Curitiba/PR – Brasil
Michael Löwy	CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique – França
Pablo Gonzáles Casanova	UNAM - Universidad Nacional Autónoma de México – México
Philippe Steiner	PARIS IV - Université Paris-Sorbonne e Institut Universitaire de France - França, França
Raimundo Santos	UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
Roberto Grün	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP - Brasil, Brasil
Russell Parry Scott	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco – Recife/PE – Brasil;
Sérgio França Adorno de Abreu	USP – Universidade de São Paulo – São Paulo/SP – Brasil
Tânia Pellegrini	UFSCar – Universidade de São Carlos – São Carlos/SP – Brasil.

PARECERISTAS DO V.24, Nº 46 e Nº 47 (2019)

A **Revista Estudos de Sociologia** agradece a colaboração dos seguintes consultores que emitiram pareceres no ano de 2019:

Agnaldo Sousa Barbosa	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Alexandre Abdal	FGV, Franca/SP, Brasil
Allan Jones Andreza Silva	BPM-PMPB, Guarabira/PB, Brasil
Amanda Lacerda Jorge	UFF, Niterói/RJ, Brasil
Ana Lucia Castro	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Ana Teresa Acatauassú Venancio	FIOCRUZ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Anderson Ricardo Trevisan	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Andre Augusto Brandão	UFF, Niterói/RJ, Brasil
André Drumond	UFJF, Governador Valadares/MG, Brasil
André Luiz da Silva	UNITAU, Taubaté/SP, Brasil
André Ricardo do Passo Magnelli	FSBRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Andrea Borges Leao	UFC, Fortaleza/CE, Brasil
Andréa Barbosa Osório	UFF, Macaé/RJ, Brasil
Andrei Koerner	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Angela Maria Alonso	USP, São Paulo/SP, Brasil
Angelita Matos Souza	UNESP, Rio Claro/SP, Brasil
Antônia Maria da Rocha Montenegro	PUC-Minas, Belo Horizonte/MG, Brasil
Antonio Carvalho	UC, Coimbra, Portugal
Antonio José Pedroso Neto	UFT, Palmas/TO, Brasil
Arilson Silva de Oliveira	UFMG, Campina Grande/PB, Brasil
Arthur Saldanha Dos Santos	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
Carla Delgado de Souza	UEL, Londrina/PR, Brasil
Carlos Henrique Gileno	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Carlos Eduardo Sell	UFSC, Florianópolis/SC, Brasil
Carolina Pulici	UNIFESP, São Paulo/SP, Brasil
Celeste Mira	PUC-SP, São Paulo/SP, Brasil
Claudio Penteadó	UFABC, São Bernardo do Campo/SP, Brasil
Cleito Pereira dos Santos	UFG, Goiânia/GO, Brasil
Daniel Guerrini	UTFPR, Londrina/PR, Brasil
Davilson Marques Cunha	UC, Coimbra, Portugal
Dmitri Cerboncini	UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil
Edison bertonceo	USP, São Paulo/SP, Brasil
Edson Silva Farias	UnB, Brasília/DF, Brasil

Elder Patrick Maia Alves	UFAL, Maceió/AL, Brasil
Elisa Klüger	USP, São Paulo/SP, Brasil
Elisabeth Murillo	UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil
Elodia Carvalho de Formiga Xavier	UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Érica Sarmiento da Silva	UERJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Fabiano Veliz	PUC-Minas, Belo Horizonte/MG, Brasil
Fabio de Oliveira Almeida	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Fabio Akira Shishito	USP, São Paulo/SP, Brasil
Fernanda Xavier	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Fernando Afonso Salla	USP, São Paulo/SP, Brasil
Flávia Braga Vieira	UFRRJ, Seropédica/RJ, Brasil
Flavio Campos	USP, São Paulo/SP, Brasil
Frederico Carlos de Sá Costa	UFF, Niterói/RJ, Brasil
Gabriela Lanza Porcionato	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Geovani Gurgel Aciole	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Gilson Ciarallo	UniCEUB, Brasília/DF, Brasil
Guéimer Junior Almeida Faria	UC, Coimbra, Portugal
Gustavo Cunha Araújo	UFT, Tocantinópolis/TO, Brasil
Gustavo Dias	UNIMONTES, Montes Claros/MG, Brasil
Iara Aparecida Bebeli	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Igor Suzano Machado	UFES, Vitória/ES, Brasil
Isabel Loureiro	UNL, Lisboa, Portugal
Isabel Cristina Veloso de Oliveira	FGV, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
James Washington Santos	IFAL, Palmeira dos Índios/AL, Brasil
Janeide Bispo dos Santos	UNEB, Serrinha/BA, Brasil
Joana El-Jaick Andrade	IFTM, Uberlândia/MG, Brasil
João Valente Aguiar	UPorto, Porto, Portugal
João Kamradt	UFSC, Florianópolis/SC, Brasil
Jondison Cardoso Rodrigues	UNIFAP, Macapá/AP, Brasil
Juliana Abonizio	UFMT, Cuiabá/MT, Brasil
Karina Cursino	UESPI, Parnaíba/PI, Brasil
Leonardo de Camargo Subtil	UCS, Caxias do Sul/RS, Brasil
Leonardo Octavio Belinelli de Brito	USP, São Paulo/SP, Brasil
Leonardo Melo Lins	CETIC, São Paulo/SP, Brasil
Lidiane Rodrigues	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Lígia Freitas	UEMG, Belo Horizonte/MG, Brasil
Lorena Muniagurria	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil

Lorena Rúbia Pereira Caminhas	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Luiz Felipe Zago	ULBRA, Canoas/RS, Brasil
Luiz Castro-Santos	UFSB, Porto Seguro/BA, Brasil
Luiz Paixão Lima Borges	UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil
Luzia Fernandes	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Luzinete Simoes Minella	UFSC, Florianópolis/SC, Brasil
Marcelo Mello Valenca	UERJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Marcelo Kunrath Silva	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
Marcio Henrique Ponzilacqua	USP, Ribeirão Preto/SP, Brasil
Marcos Acácio Neli	CBM, Ribeirão Preto/SP, Brasil
Marcos Francisco Napolitano de Eugênio	USP, São Paulo/SP, Brasil
Maria Chaves Jardim	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Maria Betânia de Melo Ávila	SOSCorpo, Recife/PE, Brasil
Maria Weber Cordova	UEPG, Ponta Grossa/PR, Brasil
Maria Cristina Dadalto	UFES, Vitória/ES, Brasil
Maria de Nazareth Agra Hassen	UniRitter, Porto Alegre/RS, Brasil
Maria Dione Carvalho de Morais	UFPI, Teresina/PI, Brasil
Maria Salete de Souza Nery	UFRB, Cachoeira/BA, Brasil
Mariana Zanata Thibes	USP, São Paulo/SP, Brasil
Mariana Leoni Birriel	UFSC, Florianópolis/SC, Brasil
Mario Sacomano Neto	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Marta Zorzal e Silva	UFES, Vitória/ES, Brasil
Matheus Fontella	PUC-RS, Porto Alegre/RS, Brasil
Miqueli Michetti	UFPB, João Pessoa/PB, Brasil
Paula Gomes Ribeiro	UNL, Lisboa, Portugal
Paulo Manduca	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Quéfren Weld Cardozo Nogueira	UFS, São Cristóvão/SE, Brasil
Rafael Marques	Ulisboa, Lisboa, Portugal
Raquel Weiss	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
Renato Sarriddine	UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Renato Augusto Silva Monteiro	UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Ricardo Gonçalves Severo	FURG, Rio Grande/RS, Brasil
Rodrigo Castro Rezende	UFF, Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil
Rodrigo Nuñez Viégas	FIPERJ, Niterói/RJ, Brasil
Rômulo Soares Barbosa	UNIMONTES, Montes Claros/MG, Brasil
Ronaldo Martins Gomes	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Sergio Luiz Pereria da Silva	UNIRIO, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Sidney Jard da Silva

Silvana Maria Bitencourt

Simone do Prado Romeo

Tani Maria Grigolo

Thais Marinho

Thiago Bicudo Castro

Vania Maria Oliveira Vieira

Vinicius Wohnrath

UFABC, Santo André/SP, Brasil

UFMT, Cuiabá/MT, Brasil

USP, São Paulo/SP, Brasil

CESUSC, Florianópolis/SC, Brasil

PUC-Goiás, Goiânia/GO, Brasil

UNICAMP, Campinas/SP, Brasil

UNIUBE, Uberaba/MG, Brasil

UNICAMP, Campinas/SP, Brasil

SUMÁRIO

REVIRAVOLTAS DO SIMBÓLICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

DOSSIÊ: REVIRAVOLTAS DO SIMBÓLICO NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO

Apresentação.....25
Lidiane Soares Rodrigues, Rodrigo Constante Martins

Do cânone modernista à noção antropológica de cultura: o conceito de cultura nas políticas culturais do governo Lula (2003-2011).....33
Marcela Silva de Santana, Maria Eduarda da Mota Rocha

Jornalistas da economia e homens das finanças: fascinação, ascendência e ilusão profissional.....55
Tomas Undurraga, Antonio José Pedroso Neto

Metamorfoses do simbólico no Brasil rural – as transformações do início do século XXI vistas por meio de um personagem clássico da formação do Brasil, o caipira.....83
Suzana Kleeb, Arilson Favareto

Mediação e processos de reconhecimento - subjetivações para além da produção do consenso único.....109
Renata Medeiros Paoliello

Os economistas-colunistas no debate sobre as reformas no Brasil....137
Allana Meirelles Vieira, Aline Rodrigues Chiaramonte

ARTIGOS

O sentido social da ação em política monetária no Banco Central do Brasil (BCB) entre 1995 e 2017.....173

Marcio Rogério da Silva, Roberto Grün

Desenhando o campo da matemática: aplicação dos conceitos de Pierre Bourdieu na educação matemática.....207

Denise Vilela, Jose Vilani de Farias

VARIA

‘Micro’ e ‘macro’ nas teorias sociais de Parsons e Luhmann: uma discussão metateórica.....235

Mariana Leoni Birriel, Adan Christian de Freitas

A maternidade para um cuidado de si: desafios para a construção de uma equidade de gênero.....261

Silvana Maria Bitencourt

Redes de políticas no agronegócio no Estado de São Paulo: as formas de orquestração de interesses produtivos nos complexos agroindustriais citrícola e sucroalcooleiro.....283

Luiz Fernando Oriani Paulillo, Fabiana Ortiz Tanoue de Mello, Luiz Manoel Almeida

“O judiciário é o pior inimigo do povo negro” – judicialização da vida quilombola, notas sobre a justiça brasileira.....317

Filipe Romão Juliano

ENSAIO

As técnicas de corpo em Marcel Mauss e o campo desportivo.....341

Vitor Rosa

O discurso médico-científico acerca da relação epilepsia e trabalho:

*prescrições, limites e possibilidades ao sujeito trabalhador.....*351
Vando Golfetto, Jarbas Dametto, Cleide Fátima Moretto

*Ciência, autoria e verdade nos ditos do movimento escola sem partido: o mecanismo da denúncia.....*371
Elvis Katz, Andresa Mutz

RESENHA

*O ofício combativo de sociólogo.....*391
Gabriel Peters

*A culinária caipira da paulistânia – a disputa pelo “gosto” da cozinha caipira.....*399
Daniel Coelho Oliveira

ENTREVISTA

*Entrevista com Sergio Miceli.....*409
Lidiane Soares Rodrigues, Maria Eduarda da Mota Rocha

SUMMARY

TURN OF THE SYMBOLIC IN CONTEMPORARY BRAZIL

DOSSIER: TURN OF THE SYMBOLIC IN CONTEMPORARY BRAZIL

Foreword..... 25

Lidiane Soares Rodrigues, Rodrigo Constante Martins

From the modernist canon to de anthropological conception of culture: the concept of “culture” in the cultural policies of Lula administration (2003-2011)33

Marcela Silva de Santana, Maria Eduarda da Mota Rocha

Economic journalists and men of finance: fascination, ascendancy and professional illusion.....55

Tomas Undurraga, Antonio José Pedroso Neto

Metamorphoses of symbolic in rural Brazil - the transformations of the early 21st century seen through a classic character of Brazil configuration, the “caipira” (country man).....83

Suzana Kleeb, Arilson Favareto

Mediation and recognition procedures - subjectivations beyond single consensus production.....109

Renata Medeiros Paoliello

The columnist-economists in the debate of the reforms in Brazil.....137

Allana Meirelles Vieira, Aline Rodrigues Chiamonte

ARTICLES

The social sense of action in monetary policy in the Central Bank of Brazil (BCB) between 1995 and 2017.....173
Marcio Rogério da Silva, Roberto Grün

Drawing the field of mathematics: application of the concepts of Pierre Bourdieu in mathematical education.....207
Denise Vilela, Jose Vilani de Farias

VARIA

'Micro' and 'macro' in Parsons and Luhmann's theories: a metatheoretical discussion.....235
Mariana Leoni Birriel, Adan Christian de Freitas

Motherhood for self-care: challenges for building gender equity.....261
Silvana Maria Bitencourt

Policies networks in the agribusiness of the State of São Paulo: the forms of orchestration of productive interests in the citrical and sugar-alcohol agro-industrial complexes.....283
Luiz Fernando Oriani Paulillo, Fabiana Ortiz Tanoue de Mello, Luiz Manoel Almeida

"The judiciary is the black people's worst enemy". judicialization of the lives of maroon communities: notes on Brazilian justice.....317
Filipe Romão Juliano

ESSAY

The body techniques in Marcel Mauss and the sports field.....341
Vitor Rosa

*The medical-scientific discourse on the relationship between epilepsy and work: prescriptions, limits and possibilities for the subject worker.....*351

Vando Golfetto, Jarbas Dametto, Cleide Fátima Moretto

*Science, authorship and truth in statements of the movement 'Escola Sem Partido': the mechanism of denouncement.....*371

Elvis Katz, Andresa Mutz

REVIEW

*The combative craft of the sociologist.....*391

Gabriel Peters

*The country cooking of Paulistânia – the dispute for the 'taste' of the country cooking.....*399

Daniel Coelho Oliveira

INTERVIEW

*Interview with Sergio Miceli.....*409

Lidiane Soares Rodrigues, Maria Eduarda da Mota Rocha

TABLA DE CONTENIDO

CAMBIO DEL SIMBÓLICO EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO

DOSIER: CAMBIO DEL SIMBÓLICO EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO

Presentación.....25

Lidiane Soares Rodrigues, Rodrigo Constante Martins

Del canon modernista a la noción antropológica de cultura: el concepto de cultura en las políticas culturales del gobierno de Lula (2003-2011).....33

Marcela Silva de Santana, Maria Eduarda da Mota Rocha

Periodistas económicos y hombres de finanzas: fascinación, ascendencia e ilusión profesional.....55

Tomas Undurraga, Antonio José Pedroso Neto

Metamorfosis simbólicas en zonas rurales de Brasil – transformaciones desde el inicio del siglo XXI visto a través de un carácter clásico de la formación de Brasil, el “caipira”83

Suzana Kleeb, Arilson Favareto

Procesos de mediación y reconocimiento – subjetivaciones más allá de la producción de un único consenso.....109

Renata Medeiros Paoliello

Los economistas columnistas en el debate de las reformas en Brasil.....137

Allana Meirelles Vieira, Aline Rodrigues Chiaramonte

ARTÍCULOS

El sentido social de la acción en política monetaria en el Banco Central del Brasil (BCB) entre 1995 y 1997.....173
Marcio Rogério da Silva, Roberto Grün

Delineando el campo de la matemática: aplicación de los conceptos de Pierre Bourdieu en la educación matemática.....207
Denise Vilela, Jose Vilani de Farias

VARIA

‘Micro’ y ‘macro’ en las teorías sociales de Parsons y Luhmann: una discusión metateórica.....235
Mariana Leoni Birriel, Adan Christian de Freitas

La maternidad para un cuidado de si: desafíos para la construcción de la equidad de género.....261
Silvana Maria Bitencourt

Redes de políticas en el agronegocio en el Estado de São Paulo: las nuevas formas de orquestración de intereses productivos en los complejos agroindustriales de cítricos y sucroalcoholero.....283
Luiz Fernando Oriani Paulillo, Fabiana Ortiz Tanoue de Mello, Luiz Manoel Almeida

“El poder judicial es el peor enemigo para la gente negra”. judicialización de la vida quilombola: notas sobre la justicia brasileña.....317
Filipe Romão Juliano

ENSAYOS

Las técnicas de cuerpo en Marcel Mauss y el campo

deportivo.....341
Vitor Rosa

El discurso médico-científico acerca de la relación epilepsia-trabajo: prescripciones, límites y posibilidades para el sujeto trabajador.....351
Vando Golfetto, Jarbas Dametto, Cleide Fátima Moretto

Ciencia, autores y verdad en los dictos del movimiento Escola Sem Partido: el mecanismo de denuncia.....371
Elvis Katz, Andresa Mutz

RESEÑA

El oficio combativo de sociólogo.....391
Gabriel Peters

La cocina caipira de paulistânia: la disputa por el "sabor" de la cocina caipira.....399
Daniel Coelho Oliveira

ENTREVISTA

Entrevista con Sergio Miceli.....409
Lidiane Soares Rodrigues, Maria Eduarda da Mota Rocha

Dossiê:
Reviravoltas do Simbólico
no Brasil Contemporâneo

APRESENTAÇÃO. REVIRAVOLTAS DO SIMBÓLICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

*Lidiane Soares RODRIGUES**
*Rodrigo Constante MARTINS***

As reviravoltas da hierarquia simbólica que resultaram das presidências petistas ainda não se tornaram objeto de estudo sistemático por parte da sociologia da cultura brasileira. A proposta deste dossiê considera imperativo o estabelecimento desta agenda de pesquisa. Sobretudo, no conjunto, o que está em jogo, embora ainda não tenha sido tematizado nestes termos, e tampouco rotinizado, são os efeitos, para a cultura política e para o campo simbólico, da chegada à Presidência da República do único partido de massas no Brasil, situado historicamente à esquerda – o Partido dos Trabalhadores (PT) (RODRIGUES, 2018).

Se a gênese destas reviravoltas não se encerra no período compreendido entre 2002 e 2016, seus desdobramentos também não parecem ser conjunturais. Portanto, é necessário o alargamento do escopo no tempo e a articulação de filões temáticos que têm dialogado cada vez menos: sociologia do gosto e estilo de vida, sociologia da educação, sociologia da arte e da indústria cultural, sociologia política. Da integração destas abordagens depende a possibilidade de ultrapassar as constatações difusas e divagantes a respeito de fenômenos aos quais não poderíamos passar incólumes, e, simultaneamente, não temos enfrentado com o devido escopo analítico – em que se pesem as iniciativas fragmentadas em nichos especializados.

Há acordo em afirmar que nada seria mais equivocado, do ponto de vista sociológico, do que tratar os expressivos episódios de rechaço classista à presença de alguns setores em aeroportos e restaurantes grã-finos como algo casual. Tampouco se pode ignorar manifestações como rolezinhos e afins, dirigidas, no bojo de uma relativa

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Ciências Sociais. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - lidianesrgues@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0003-2011-9888>.

** UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Sociologia. São Carlos - SP - Brasil. 13565-905 - constantemartins@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0003-2700-3319>.

democratização dos bens de consumo, às dimensões simbólicas correspondentes aos grupos sociais abastados que tradicionalmente monopolizavam o gozo dos mesmos (GRÜN, 1996; 2003a; 2004; MESQUITA, 2012). Trata-se de manifestações que requerem análises sociológicas, na medida em que seus nexos com as transformações mais amplas da estratificação são evidentes, porém ainda não esclarecidos plenamente. Ao facultar o acesso a bens econômicos (por meio de programas como *Minha casa, minha vida*; *Bolsa família* – dentre outros) simultaneamente ao acesso a bens simbólicos (por meio de programas como Prouni; Reuni; Ciência sem Fronteiras – dentre outros) (NOGUEIRA, 2000; ROMANELLI, 2000; SOUZA, 2012, 2006), as gestões presidenciais petistas engendraram um quadro sociológico do mais alto interesse – sobretudo, ainda que não exclusivamente, do ponto de vista teórico bourdieusiano (BOURDIEU, 2015; 2007; 1996).

No plano das artes e da cultura, as reviravoltas produzidas pelas mudanças morfológicas desencadeadas por políticas de redistribuição de renda são notáveis. Estas transformações se manifestaram nos padrões de gosto, consumo e busca por estilo de vida dignificado e/ou empoderado, indo das camadas mais destituídas às camadas médias e são correlatas às modificações morfológicas nos públicos das artes plásticas, do cinema, dos livros (MIRA; BERTONCELO, 2019) – e, naturalmente, da música – expressão artística que tem centralidade em nosso sistema cultural (WISNIK, 2001). Não por acaso, neste domínio, e, particularmente, no gênero *rap*, observam-se atípicos competitivos típicos da rotação de classificações injuriosas a consagradoras, pontilhados pela oposição entre os princípios de mercado e militância, resultantes da morfologia heterogênea de seus produtores, produtos e consumidores (VIEIRA, 2019).

O presente dossiê foi concebido no intuito de chamar a atenção para essas reviravoltas, e de encorajar o estabelecimento da agenda de pesquisa que elas requerem. Eis o princípio de reunião dos artigos que o compõem.

Em linhas gerais e a despeito de sua variação no tempo, as presidências petistas orientaram-se, no plano das políticas públicas, aos direitos das minorias e de grupos subrepresentados em suas manifestações artísticas e culturais – notável, sobretudo, em suas políticas de acesso ao ensino superior, em suas políticas patrimoniais e na configuração dos Ministérios da Cultura e da Educação (ALMEIDA, 2015; ALMEIDA e ERNICA, 2015; PEROSA *et al.* 2015). Adotando a perspectiva bourdieusiana para a análise do estado (BOURDIEU, 2015), como não indagar a respeito dos efeitos disso na centralidade da literatura brasileira no interior do sistema de produção cultural; assim como nos cânones da (assim chamada) cultura nacional? É nessa direção reflexiva que se orienta o artigo *Do cânone modernista à noção*

antropológica de cultura: o conceito de cultura nas políticas culturais do governo Lula (2003-2011), contribuição de Marcela Silva de Santana e Maria Eduarda da Mota Rocha, neste dossiê. As autoras caracterizam a concepção de cultura vigente nas políticas culturais do Governo Lula. Para tanto, sugerem contrastes heurísticos com outras fases da história política nacional – notadamente, três momentos: a Era Vargas (1930-1945), a Ditadura Militar (1964-1984); e as gestões de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001). Tendo como fio condutor a redefinição do conceito de cultura legítima, promovida na gestão de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2009), elas abordam as disputas advindas dos interesses e concepções oriundas do Estado, da sociedade civil e do mercado. Elas constataam certo ocaso da perspectiva modernista de cultura, estribada na experimentação de linguagens, e a emergência de uma noção mais antropológica, que elege como legítima – isto é digna de financiamento e consagração – os artefatos cotidianos dos grupos histórica e economicamente destituídos de bens econômicos e carentes de reconhecimento simbólico.

Do ocaso do cânone modernista passa-se à discussão sobre as transformações nas relações de dominação em contextos de ruralidade, tendo como eixo a figura do caipira. Esta é a proposta de *Metarmorfoses do simbólico no Brasil rural. As transformações do início do século XXI por meio de um personagem clássico da formação do Brasil, o caipira*, artigo de Suzana Kleeb e Arilson Favareto. Eles tomam como base as transformações do caipira no Brasil contemporâneo, problematizando aspectos relacionados com sua recomposição na hierarquia social, alcançando assim alterações e atualizações importantes nas estruturas tradicionais de dominação no campo. O trabalho apresenta os casos de Cunha e Bofete, municípios do interior paulista, que outrora foram investigados por clássicos das ciências sociais (Emilio Willems e Antonio Candido). Dentre outros achados, o artigo identifica como, nas últimas três décadas, a valorização de atributos classificados como amenidades rurais (ar limpo, paisagens rústicas, modos de vida portadores da tradição cultural e de relações de proximidade) se transformaram em aspectos de enaltecimento do agrário e da própria vida caipira. Este processo, por seu turno, longe de representar a emancipação do caipira ou mesmo a emergência de um novo rural, nos revela, de acordo com os autores, processos complexos e diferenciados de configurações territoriais, onde coexistem velhas formas de exploração da natureza e do trabalho, com novas modalidades de uso dos recursos naturais e de inserção dos agentes sociais.

Situando sua pesquisa em momento posterior – mas não indiferente – ao que se destacou acima, concentrado nas gestões petistas, o artigo de Renata Medeiros Paoliello, *Mediação e processo de reconhecimento: subjetivações para além da produção do consenso único*, aborda a problemática dos processos de reconhecimento

e titulação de áreas remanescentes de quilombos. A autora discute a experiência social sobre o corpo e sua história, o senso prático que situa o corpo do agente no mundo e sobre o mundo. Revela como identificar-se enquanto quilombola é um processo cotidiano complexo, que depende de cada agente e dos grupos familiares, dos seus objetivos e condições econômicas e políticas, bem como da articulação com as diversas agências mediadoras atuantes nas comunidades. Com base em observação etnográfica e pesquisa documental, a autora mostra os efeitos da desaceleração dos processos de identificação, demarcação e titulação sobre os territórios quilombolas do Vale do Ribeira de Iguape, em São Paulo. Esta desaceleração adquiriu ritmo mais intenso a partir de 2016, e, no caso dos territórios em questão, traz dilemas tanto em termos de identidades mobilizadas quanto para o *corpus* normativo, cuja extensão de ação pode vir a retomar um questionável sobrepeso nas definições sobre identidades, diferenças, território e acesso à terra.

As aludidas reviravoltas do simbólico atingiram não apenas o campo, porém também a vida urbana e a cultura política. Na esteira das transformações aludidas, a posição do Brasil nos organismos internacionais, prioritariamente nos de orientação econômica, também se alterou e não era raro ouvir-se “é um país que se precisa conhecer”. Houve certa reconfiguração do Estado, que chegou a flexibilizar e democratizar o acesso a carreiras burocráticas altamente seletivas, como as do Itamaraty. Naturalmente, muitas pesquisas ainda vão se debruçar sobre esses processos, contudo, pode-se inferir do que já está disponível, que as elites políticas foram democratizadas em seu recrutamento ao longo do período (JARDIM, 2016; CODATO, FRANZ JR., 2017; GRÜN, 2004). Não seria demasiado sugerir que as reações no interior das elites tradicionais (urbanas, rurais e financeiras) estiveram na base de alguns movimentos hodiernamente denominados antipetistas – cujas manifestações pontilham desde os meios de comunicação massificados até os círculos mais restritos dos grupos dirigentes (MARTINS, ESPINOZA, 2018; GRÜN, 2005; 2003b; CRUZ, KAYSER, CODAS, 2015). Dito de outro modo, se, desde os anos da ditadura militar, poder-se-ia apostar numa espécie de “hegemonia cultural de esquerda” (SCHWARZ, 1978; ORTIZ, 1998, 1994), a emergência de movimentos de direita, a rotinização de suportes de comunicação e difusão de mensagens políticas como a *internet* alteraram este quadro e exigem dos pesquisadores a coragem de enfrentá-las (RODRIGUES, 2018; MESSENBURG, 2017).

Daí a relevância dos dois artigos que tratam do jornalismo neste dossiê. Tomas Undurraga e Antonio José Pedroso, em *Jornalistas da Economia e homens das finanças: fascinação, ascendência e ilusão profissional* discutem as relações de proximidade e tensão, entre os jornalistas especializados em economia alguns agentes

decisivos do campo econômico. Os autores identificam, no limite, a capacidade deste último impor princípios de hierarquização, prestígio e consagração ao campo jornalístico. Trata-se de desafio interessante para a discussão a respeito da autonomia dos campos e do risco constante de heteronomização dos mesmos (SAPIRO, 2019) – em que se pese a *illusio* da profissão, movida pela crença de que é capaz de “mexer” com o mercado.

Finalmente, o jornalismo econômico encontra-se também no centro do artigo *Os economistas-colunistas no debate sobre as reformas no Brasil*, de Allana Meirelles Vieira e Aline Rodrigues Chiaramonte. Circunscrevendo a análise ao debate e às tomadas de posição de um conjunto de “economistas colunistas”, atuantes na *Folha de S. Paulo*, n’*O Estado de S. Paulo* e n’*O Globo*, a respeito da PEC 241 e das reformas da Previdência e a Trabalhista, as autoras os identificam como portadores de projetos políticos mais amplos, estribados nas *doxas* inculcadas pelos espaços sociais de que são provenientes.

Compondo este número da *Revista Estudos de Sociologia* encontra-se também a entrevista, realizada por Maria Eduarda da Mota Rocha e Lidiane Soares Rodrigues com Sergio Miceli, a respeito dos quarenta anos de *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. De um modo particular, que convém explicitar, o conteúdo dela encontra-se no coração do apelo que caracteriza este dossiê. O leitor atento perceberá que as entrevistadoras se empenharam em realçar o entrelaçamento da concepção desta tese incontornável, com os dilemas políticos que se apresentavam à geração de seu autor. Há desafios similares que se apresentam à nossa, embora nossas condições materiais para fazer face a eles sejam infinitamente mais precárias. Não sabemos se estaremos à altura deles, mas a proposta deste dossiê é uma paráfrase prática do espírito de “amor sem uso”, que animava as palavras, dignas de nota pois registram o espírito que irmanava a referida obra à de sociólogos da cultura (RODRIGUES, 2019), de geração anterior:

A dose de baixa que se tornou rotina na universidade de agora e nos mídia, sem falar na degradação de profissões liberais inteiras, do ensino secundário e da administração pública, chama à revolta. Mostra o destino que está tendo o estudo entre nós, e aponta para a luta social como a única – não há nenhuma outra – chance de regeneração.

Uma produção intelectual grande, importante, dispersa, desejosa de participação, e descontente da participação que lhe deram. A situação é péssima, excelente para fazer uma revista (SCHWARZ, 1981, p.19).

Referências

ALMEIDA, A. F. M.; ERNICA, M. Inclusão e segmentação social no Ensino Superior público no Estado de São Paulo (1990-2012). **Educação e Sociedade**, n. 130, 2015.

ALMEIDA, W. M. Os herdeiros e os bolsistas do PROUNI na cidade de São Paulo. **Educação e Sociedade**, n. 130, v. 36, 2015.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CODATO, Adriano; FRANZ JR. Paulo. Recrutamento ministerial no Brasil: comparando as presidências de FHC e Lula. Revista eletrônica do **Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 10, p.44-62, 2017.

CRUZ, S. V.; KAYSER, A.; CODAS, G. (orgs). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

JARDIM, M. C. Estado e mercado no governo Lula: convergência e divergência no mercado de fundos de pensão. **Agenda Política**, v. V.4, p.333-362, 2016.

GRÜN, R. O Medo do Desemprego e a Mudança nos Sistemas Simbólicos da Classe Média Brasileira. In. REIS, E. *et al.* (eds.). **Política e Cultura: Visões do Passado e Perspectivas Contemporâneas**. São Paulo, Hucitec/ANPOCS, 1996.

_____. A Promessa da 'Inserção Profissional Instigante' da Sociedade em Rede: A Imposição de Sentido e a sua Sociologia. **DADOS**, vol. 46, nº 1, 2003a.

_____. Fundos de Pensão no Brasil do Final do Século XX: Guerra Cultural, Modelos de Capitalismo e os Destinos das Classes Médias. **Mana**, vol. 9, nº 2, 2003b.

_____. A Sociologia das Finanças e a Nova Geografia do Poder no Brasil. **Tempo Social**, v. 12, nº 2, 2004.

_____. A Evolução da Governança Corporativa no Brasil: Inovações Financeiras e Convergência das Elites. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 58, 2005.

MARTINS, R; ESPINOZA, R. Colonialidade e efeitos de verdade sob a perspectiva socioambiental. **Contemporânea**, vol.08, n.01, 2018, p.83-109.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p.621-648, 2017.

MESQUITA, W. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro**: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2012.

MIRA, M. C. M.; BERTONCELO, E. R. E. Para além da distinção? Desafios à ordem bourdieusiana da formação social do gosto. **Revista Estudos de Sociologia**, v. 24, n. 46, 2019.

MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

NOGUEIRA, M. A. A construção da excelência escolar – Um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes de camadas médias intelectualizadas. *In*: NOGUEIRA, M.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (org.). **Família & Escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PEROSA, G. *et. al.* O espaço das desigualdades educativas em São Paulo. **Proposições**, v. 27, n.2, 2015.

RODRIGUES, L. S. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002-2016). **Política e Sociedade**, v. 17, n. 39, 2018.

_____. As regras da subversão: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel e a revista Teoria e Prática. **Revista IEB**, n. 74, p.61-80, 2019.

ROMANELLI, G. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos: o estudante-trabalhador. *In*: NOGUEIRA, M.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (org.). **Família & Escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAPIRO, G. Rethinking the concept of autonomy for the sociology of symbolic goods. **Symbolic Goods**, n. 4, 2019.

SCHWARZ, R. Cultura e Política: alguns esquemas (1964-1969)”. In _____. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. Amor sem uso. **Novos Estudos Cebrap**, n.1, v.1, 1981.

SOUZA, J. **A construção social da sub-cidadania**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro; UFMG/Iuperj, 2006.

_____. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2012.

VIEIRA, D. A nova condição do rap: entre mercado e luta antirracista. **Nexo Jornal**, 26 de novembro de 2019.

WISNIK, J. M. A gaia ciência: literatura e música popular no Brasil. In: _____. **Ao encontro da palavra cantada**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001.

DO CÂNONE MODERNISTA À NOÇÃO ANTROPOLÓGICA DE CULTURA: O CONCEITO DE CULTURA NAS POLÍTICAS CULTURAIS DO GOVERNO LULA (2003-2011)

*Marcela Silva de SANTANA**
*Maria Eduarda da Mota ROCHA***

RESUMO: Este artigo analisa a concepção de cultura predominante nas políticas culturais do Governo Lula, à luz de transformações mais gerais do campo cultural brasileiro, notadamente aquelas trazidas pela consolidação de uma indústria cultural nas décadas de 1960-70 e pelo enfraquecimento do cânone modernista como critério exclusivo de avaliação das obras e manifestações culturais. Assim, apresentaremos as linhas gerais das políticas culturais do governo Lula, apontaremos os momentos principais da institucionalização e consagração do cânone modernista no Brasil e refletiremos sobre o significado e os impasses da adoção de um conceito antropológico de cultura no período lulista. O artigo debateu como as mudanças nas políticas culturais apareceram relacionadas ao enfraquecimento de uma visão mais especializada da cultura como produção artística e intelectual de vanguarda, em direção ao fortalecimento de uma noção de cultura como modo de vida, expandindo a gama de atividades legitimadas pelo Estado em políticas culturais mais diversas e inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas culturais. Governo Lula. Conceito de cultura. Modernismo.

* UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. Campus Recife. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife – PE, Brasil. 50670-901. marcelassantana@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-8309-9007>.

** UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. Campus Recife. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife – PE, Brasil. 50670-901. me.rocha@uol.com.br. <http://orcid.org/0000-0002-3683-6614>.

A redefinição das políticas culturais estatais no governo Lula

A gestão do Ministério da Cultura (MinC) no governo Lula se iniciou em 2003, e logo na ocasião de sua posse, o então ministro Gilberto Gil deixou claro um dos pontos essenciais da política: a defesa por uma mudança na compreensão da cultura no âmbito das políticas culturais, quando ela passaria a significar não somente as artes eruditas ou o patrimônio em seu sentido comum, mas toda a produção de significados, valores e hábitos de uma sociedade (GIL, 2003). Tivemos, então, a adoção de uma concepção mais antropológica da cultura como um modo de vida (WILLIAMS, 1992), em detrimento de uma concepção mais modernista e folclorista da cultura que havia predominado em políticas culturais brasileiras em décadas anteriores. Este artigo pretende discutir este fato à luz de transformações mais gerais do campo cultural brasileiro, notadamente aquelas trazidas pela consolidação de uma indústria cultural nas décadas de 1960 e 1970 e pelo enfraquecimento do cânone modernista como critério exclusivo de avaliação das obras e manifestações culturais. Com este intuito, apresentaremos as linhas gerais das políticas culturais do governo Lula, apontaremos os momentos principais da institucionalização e consagração do cânone modernista no Brasil e refletiremos sobre o significado e os impasses da adoção de um conceito antropológico de cultura em um contexto até então marcado por aquele cânone.

Durante o governo Lula, uma reforma institucional no interior do MinC resultou na criação de novos departamentos e secretarias, como a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural; e fortalecidos outras instituições, como a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE). Um dos focos da atuação desta gestão esteve na tentativa de um investimento em políticas de Estado construídas a partir de uma articulação com entes federados e sociedade civil. Isto se deu principalmente a partir de três frentes: a implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura (PNC) e a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 150 (RUBIM, 2010). Uma das principais mudanças empreendidas ao longo dos sete anos de governo foi a construção de uma política cultural com maior participação da sociedade civil, através de um conjunto de seminários, conferências e encontros, que pudessem garantir uma maior participação não só dos criadores, mas também dos consumidores da cultura. A construção do PNC, por exemplo, envolveu os poderes Executivo e Legislativo, além de discussões públicas através da internet e das conferências e seminários realizados nos estados brasileiros. No início de 2009, os documentos produzidos nestas discussões foram recolhidos e analisados no âmbito do ministério, para subsidiar a produção final do PNC (MINISTÉRIO DA CULTURA,

2008). A partir de ações como estas, o Estado tentou criar uma agenda de políticas públicas para a cultura que sobrevivesse à instabilidade de governos, que não fosse regida exclusivamente pelos atores situados no mercado, mas também que se afastasse das heranças autoritárias de políticas culturais no país (RUBIM, 2010).¹

Distanciando-se de uma tradição de política pública de cultura no Brasil que usualmente valorizava sobretudo o patrimônio e as artes eruditas, o MinC aumentou seu raio de atuação incluindo, por exemplo, pela primeira vez, as culturas indígenas entre as suas preocupações (RUBIM, 2010). Nesse contexto, um dos programas que necessariamente passou por essa ampliação da ideia de cultura e que ganhou visibilidade e investimentos no interior do MinC, foi o Programa Cultura Viva, em especial pela atuação no projeto dos Pontos de Cultura. Criado em 2004, o projeto tem como proposta principal reconhecer saberes locais, potencializar e apoiar institucional e financeiramente a produção cultural já existente em diversos lugares do Brasil (2019). Através de seleção a partir de edital público, o MinC seleciona essas instituições e firma um convênio com estas, que passam a receber R\$185 mil em cinco parcelas semestrais, sendo R\$20 mil destinados a aquisição de aparelhagem eletrônica e os demais para qualquer atividade que o Ponto de Cultura desejar desenvolver, dependendo das suas condições e criatividade particulares. A criação do programa possibilitou um reconhecimento das produções culturais espalhadas em diversos cantos do país, principalmente aquelas ligadas às comunidades tradicionais: “Comumente excluídos das políticas públicas, com o Ponto de Cultura as expressões tradicionais se afirmam como sujeitos diferenciados na forma de fazer política” (TURINO, 2009, p.76).

Sendo assim, este alargamento conceitual vai significar também, e principalmente, uma transformação nas estratégias políticas do Estado na área da cultura. Essa ampliação, anunciada na posse, vai sendo consolidada como diretriz das políticas nacionais, sendo, inclusive, elencada como referencial conceitual no Plano Nacional de Cultura. É preciso, então, analisar o significado desta mudança na concepção de cultura no governo Lula para o campo cultural como um todo, no qual ela reforça o declínio do cânone modernista de cultura, sobretudo no que diz respeito à leitura nacionalista que se fazia deste.

¹ A instabilidade apontada por Rubim pode ser percebida no contexto mais recente, por exemplo, pela total extinção do Ministério da Cultura pelo então Presidente Jair Bolsonaro através da MP 810/19, o qual tornou a pasta da Cultura uma Secretaria parte do Ministério da Cidadania, e meses depois, parte do Ministério do Turismo.

A institucionalização de um cânone modernista de cultura no Brasil

Não cabe aqui descrever o lento e duradouro processo de institucionalização de um cânone modernista de cultura no Brasil, mas podemos destacar alguns marcos importantes. O primeiro, sem dúvida, é a Semana de Arte Moderna realizada em 1922 na cidade de São Paulo, que trouxe a um novo patamar a dinâmica entre localismo e cosmopolitismo que, segundo Antonio Candido (1965) caracteriza a vida cultural brasileira. Na primeira geração de modernistas, o primitivismo, que na Europa significava a fuga do familiar ao exótico, é ressignificado como a busca pelas raízes de uma cultura nacional em formação. Deste modo, as linguagens das vanguardas europeias mais cosmopolitas eram postas a serviço do projeto de construção nacional, que passava a ser, juntamente com o primado da inovação formal, um traço forte do modernismo brasileiro que se prolongou nas gerações seguintes, apesar das divergências tanto no interior de cada geração quanto entre elas. O foco na identidade nacional tornou-se o eixo da conversão do modernismo em projeto ideológico nos anos 1930, para além da sua dimensão propriamente estética. Isso ficou particularmente visível na atuação de Mário de Andrade no Departamento de Cultura de São Paulo, e na crescente preocupação de registro das culturas populares com vistas a esta pesquisa das raízes da cultura brasileira (LAFETÁ e CANDIDO, 2000).

Neste contexto, ocorreu uma primeira ampliação da ideia de cultura no âmbito das políticas culturais em nível federal, que passava a incluir, além das artes eruditas, também o patrimônio, as produções intelectuais e a cultura popular. Em colaboração com o ministro Gustavo Capanema, no anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Mário de Andrade sistematizou uma primeira noção ampliada de cultura no interior das políticas culturais, naquele momento, a partir do conceito de arte: “Arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano utiliza-se das ciências, das coisas, dos fatos” (BOTELHO, 2007, p.56). Porém, como lembra Sérgio Miceli (2001), o anteprojeto foi abandonado, pois a extrema generosidade etnográfica de Mário de Andrade ia de encontro às circunstâncias de unidade do momento político, que demandava a construção de uma visão monolítica da identidade nacional, e a política do SPHAN acabou por se reduzir à preservação de monumentos vinculados a uma história da cultura da classe dirigente brasileira (MICELI, 2001).

Apesar do caráter restrito da atuação do SPHAN, a busca de uma identidade brasileira compelia os intelectuais e artistas, desde o modernismo, a se debruçarem sobre as culturas populares no intuito de encontrar os símbolos e as formas desta

nacionalidade. Nesse contexto, símbolos como o samba, foram sendo manipulados e transformados em elementos típicos não de uma parcela, mas da totalidade representada por esse ser nacional, esse povo miscigenado e cordial. Em um contexto de centralização e autoritarismo, o foco da política nacional de cultura no fim dos anos de 1930 estava no estabelecimento de um projeto nacional que superasse os conflitos políticos através da afirmação de uma imagem de uma identidade nacional que pudesse centralizar e reunir todas as parcelas da população brasileira em torno do regime estabelecido. Naquele momento a afirmação da unidade através da busca de uma possível identidade nacional, somado ao controle da produção cultural, aparecem como chave da política pública de cultura.

Ao tratar da vida cultural da cidade de São Paulo na década de 1950, Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001) descreve o momento seguinte do modernismo brasileiro, quando este se enraíza, envereda para muitas linguagens além da literatura e ganha instituições e eventos que passam a dar suporte à sua difusão ampliada, como o Museu de Arte Moderna (MAM) e a Bienal de São Paulo. A autora recupera uma formulação de Antonio Candido para lembrar que o modernismo foi, em grande medida, uma matriz cultural que se projetou para o país a partir de São Paulo. Segundo Arruda (2001), apesar de, nos anos 1950, persistir a multiplicidade de linguagens e estilos que caracterizou o modernismo desde a década de 1920, é possível perceber as convergências no que diz respeito ao impulso de expressar a nova dinâmica urbana que passava a caracterizar São Paulo como metrópole. O primado da inovação formal e o tratamento das tensões entre o tradicional e o moderno marcaram diferentes expressões da vida cultural paulistana no período e, como tal, reatualizaram e institucionalizaram o cânone modernista da cultura em um grau sem precedentes, para além das rupturas explícitas com relação às primeiras gerações de modernistas, cujas linguagens passavam a ser vistas como rotinizadas. O elo de continuidade pode ser identificado na experimentação estética e na centralidade do problema da construção nacional, em ambas as gerações, apesar da sua diversidade interna. Tratando do período que se inicia em 1945, ano terminal do primeiro ciclo do modernismo, Arruda (2001, p.30) sintetiza: “Esse momento, dilacerado por posições divididas entre a vontade de representar o país, aglutinado em torno de certos projetos e do desejo de nos inserir, enfim, nos parâmetros universais, da cultura, caracterizou-se por visível fragmentação no âmbito interno às linguagens”.

A diversidade que caracteriza a produção cultural modernista de meados do século, em meios aos debates sobre “realismo, figuração, abstracionismo, expressão social, nacional e internacional” (ARRUDA, 2001, p.18), não deve obscurecer o fato

de que a cifra modernista vai adquirindo, até pelo menos as últimas décadas do século XX, um valor que nenhuma outra possuía no campo cultural brasileiro.

O modernismo, o nacional-popular e as políticas culturais do Estado brasileiro

Quando as políticas culturais foram se institucionalizando no Brasil, a prática modernista de mobilizar a cultura para a formação da identidade nacional foi incorporada pela tradição do nacional-popular, se não do ponto de vista da inovação formal, pelo menos do ponto de vista da canalização de energias estéticas para o projeto de construção nacional para o qual a representação do povo é indispensável, seja para o Estado, os meios de comunicação de massa e até mesmo para as vanguardas estéticas esquerdistas. Segundo esta concepção modernista ressignificada nos termos do nacional-popular, o modo de incorporação das culturas populares era, por um lado, a sua conversão em matéria-prima para a composição de obras eruditas pelos artistas de vanguarda, e, por outro lado, o seu engessamento sob a forma estanque da tradição pelo folclorismo. Analisando a produção musical brasileira da primeira metade do século XX, Wisnik (1982, p.134) aponta uma aliança entre estes dois pólos da produção cultural na instituição de uma linha “sanitário-defensiva” que deveria demarcar claramente os limites entre a “ruim” e a “boa” música. O campo musical se dividia entre, de um lado, aquela aliança e, de outro, a música popular urbana comercial e a erudita europeizante. Estas duas últimas eram descartadas porque não passavam no teste de autenticidade quanto ao seu caráter nacional. Desde a era do Rádio, nos anos 1940, portanto, a afirmação de um cânone modernista de cultura veio de par com o surgimento de uma música comercial baseada nos meios de comunicação que não interessava ao projeto ideológico do nacional-popular, voltado a uma visão essencializante de povo, melhor representada pelo folclore.

A este respeito, é importante registrar que, na década de 1950, esta representação do povo sofreu uma inflexão entre os artistas e intelectuais de diferentes posições políticas e o conceito de cultura passou a ser associado também à transformação social. Essa chave de interpretação tomou corpo no âmbito do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão formulador das principais doutrinas do governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961). Ela influenciou de modo decisivo as gerações seguintes, em especial na atuação do Centro Popular de Cultura (CPC), de inspiração comunista. Segundo tal visão, seria através de uma cultura popular e nacional que ocorreria a tomada de consciência política do povo, sua desalienação. Mesmo após o golpe militar de 1964, quando tiveram fim as atividades destes grupos,

uma gama de conceitos políticos e filosóficos forjados naquela época encontrou popularidade nos setores de esquerda (ORTIZ, 2006).

Existia, portanto, uma tensão entre passado e futuro na maneira como os produtores e gestores concebiam a cultura popular. Marcelo Ridenti (2005) identifica a raiz desta tensão no caráter romântico-revolucionário da estrutura de sentimentos que caracterizava artistas e intelectuais brasileiros até, pelo menos, a década de 1970. Presente em posições à esquerda e à direita do espectro político, esta estrutura de sentimentos dita a preocupação em buscar no povo a matéria-prima para uma construção nacional que pode ser concebida em termos conservadores ou progressistas. Naquele momento, entretanto, em nenhuma destas perspectivas, são respaldadas as produções que integram as linguagens e conteúdos populares à lógica do mercado. Neste sentido, popular refere-se ainda a uma visão tradicionalista de povo.

No âmbito do Estado, esse olhar para o povo em busca de imagens para a construção nacional dita o surgimento de instituições especializadas na atuação sobre a cultura desde a Era Vargas, mas ganha um impulso renovado depois do golpe militar de 1964. Renato Ortiz esclarece:

O Estado, assumindo o argumento da unidade da diversidade, torna-se brasileiro e nacional, ele ocupa uma posição de neutralidade, e sua função é simplesmente salvaguardar uma identidade que se encontra definida pela história. O Estado aparece, assim, como guardião da memória nacional e da mesma forma que defende o território nacional contra as possíveis invasões estrangeiras preserva a memória nacional contra a descaracterização das importações ou das distorções dos pensamentos autóctones desviantes. (ORTIZ, 2006, p.100).

Neste momento, o Estado começa a criar mecanismos para fazer da cultura o espaço de consolidação de sua hegemonia, que passava pela unificação de um mercado de bens simbólicos e pela integração nacional, tentando reunir todas as diferenças regionais, culturais e políticas, em torno deste projeto de desenvolvimento. Assim, a cultura é meio de integração sob constante controle.

O que já se pode observar naquela época é o desenvolvimento de duas tendências complementares do Estado em relação à cultura: ele interfere proibindo e censurando aquilo que é visto como prejudicial à imagem “séria” do Brasil, mas, em contrapartida, atua promovendo a imagem *sui generis* de nossa cultura. (OLIVEN, 1984, p.50).

Em sua análise da política cultural no Brasil nos anos 1970, Gabriel Cohn (1984) coloca que a ênfase na garantia de uma personalidade nacional aparecia enquanto parte de uma política que, investia maciçamente na área cultural através da criação de organismos de gestão e através do financiamento e apoio direto à produção. Paralelamente a esta atuação, o Estado criava instrumentos de controle sobre o campo cultural, tentando neutralizar as produções contrárias ao regime. A valorização de uma suposta identidade nacional passava pela ênfase na espontaneidade do processo cultural e da sua fonte: o povo. Esta estratégia, nesse sentido, tinha por objetivo diminuir o poder das elites intelectuais e artísticas no interior do campo cultural, devido ao esquerdismo predominante entre estes setores da sociedade naquele momento. Como veremos, o contexto de reaparecimento do antielitismo nas políticas culturais do governo Lula é muito diferente, uma vez que amplia de fato o espectro de manifestações consideradas dignas de financiamento público, apesar dos impasses gerados por esta ampliação.

Completando a dinâmica do campo cultural brasileiro no período da Ditadura Militar (1964-1985), estava uma indústria cultural formada sob fortes incentivos institucionais, técnicos e publicitários por parte do Estado. Neste momento, entre as décadas de 1960 e 1970, o nacional-popular penetrou os meios de comunicação e alcançou seu auge nos diferentes setores da produção cultural, especialmente a música, o cinema e a televisão, mas simultaneamente, deparou-se com os processos que viriam solapar a sua hegemonia no campo cultural brasileiro. Por um lado, o ponto alto do nacional-popular se deu com a ampliação do mercado cultural através do qual ele se disseminou muito além dos círculos estatais ou vanguardistas onde havia surgido. Por outro lado, este mesmo mercado cultural que se ampliou e se integrou nacionalmente através da TV e de outras grandes empresas que passaram a produzir e difundir bens culturais alterou a maneira como a identidade nacional era costumeiramente representada, nos termos de uma visão tradicionalista de povo. Temos, então, uma diluição e uma reformulação do nacional-popular no interior de formatos industriais de cultura, como a telenovela e a publicidade.

O declínio do cânone modernista de cultura no Brasil e as políticas culturais estatais

A formação de uma indústria cultural redefine o próprio conceito de popular no Brasil, afastando-o lentamente da visão essencializante do nacional-popular para aproximá-lo dos padrões de uma sociedade definitivamente urbanizada e

industrializada, na qual a produção de cultura também segue uma lógica majoritariamente industrial (ORTIZ, 1988). Marcelo Ridenti (2000) lembra que, nos anos de 1960 e 1970, as telenovelas da Globo podiam ser vistas como a manifestação mais importante da tradição nacional-popular gestada nas décadas anteriores, agora convertida em ideologia que justificava os rumos tomados pela sociedade brasileira com o Golpe de 1964 e o poder da própria Globo nesta sociedade. A incorporação de artistas e intelectuais ligados àquela tradição pela indústria cultural a partir do golpe militar de 1964 foi visível, especialmente na publicidade (ROCHA, 2010) e na TV (RIDENTI, 2000). Na nova situação, popular era, sobretudo, a produção cultural a qual milhões de brasileiros estavam expostos através dos mecanismos do mercado, inviabilizando a manutenção da linha sanitário-defensiva que deixava de fora a produção comercial quando se tratava de incorporar o povo na construção da identidade nacional.

A redefinição do campo cultural brasileiro neste contexto e os sinais de crítica ao cânone modernista identificado ao nacional-popular ficaram evidentes no Tropicalismo, movimento cultural do final dos anos 1960 e começo dos anos 1970 de que fez parte o ministro da cultura do governo Lula, o cantor Gilberto Gil. Os tropicalistas reeditaram o conceito de antropofagia, caro aos primeiros modernistas, que pode ser definido como a visão segundo a qual a característica fundante da cultura brasileira é a sua capacidade de digerir as diversas matrizes culturais que participaram da formação do Brasil. No novo cenário, ele passa a significar também a possibilidade de incorporar linguagens e conteúdos provenientes de diferentes ramos da indústria cultural. Assim, ainda que continuassem focados no problema da construção nacional, os tropicalistas encontram respostas que assimilam estéticas estrangeiras, a partir de então definitivamente mediadas pelo mercado (RIDENTI, 2000). Neste sentido, se contrapunham diretamente ao engessamento da identidade brasileira segundo a concepção nacional popular, e o exemplo mais evidente é a polêmica gerada pelo uso tropicalista da guitarra elétrica na música brasileira. Temos, então, um declínio da ênfase no nacional em favor de um cosmopolitismo que entra por um mercado ampliado em que ecoam também produtos e formatos estrangeiros, já sob a rubrica da cultura pop.

No novo cenário, o mercado assume definitivamente o protagonismo no campo cultural brasileiro, de maneira que, estimulado pelas doutrinas neoliberais que aportam no país no final da década de 1980, o próprio Estado foi adotando políticas culturais que transferiram para as empresas as decisões sobre os principais investimentos na cultura. Tais políticas ficaram marcadas pela criação e estabelecimento das leis de incentivo como as principais fontes de financiamento para

projetos culturais no Brasil. Esse processo se inaugurou em 1986, com a Lei Sarney (Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986), que foi uma tentativa de aumentar o volume de verbas para custeamento das produções culturais. Segundo este modelo, o Estado concederia abatimento nos impostos devidos de empresas que investissem na cultura, delegando para a iniciativa privada a responsabilidade da escolha das atividades que seriam patrocinadas por recursos, que, no final das contas, eram públicos. Em 1991 foi criada a Lei Rouanet, só regulamentada em 1995, que segue o mesmo modelo. Na gestão cultural, as leis de incentivo e a valorização do marketing cultural se apresentam como os principais instrumentos utilizados no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Seu Ministro da Cultura, Francisco Weffort (1991), publicou uma brochura em que deixa clara a compreensão então vigente acerca da relação entre Estado e mercado no campo cultural, intitulada *Cultura é um bom negócio*.

No modelo subjacente às leis de incentivo da década de 1990 há uma distribuição desigual dos recursos por região, que se concentram no sul e sudeste do país. Além disso, ele gera uma concorrência desequilibrada entre os produtores culturais de grande, pequeno e médio porte, que lutam pela captação dos mesmos recursos, tendo que dominar uma lógica administrativa que difere muito da lógica da criação artística (BOTELHO, 2001). Nesse sentido, a figura dos intermediários culturais é fortalecida - aqui referida àqueles profissionais capacitados para lidar com trâmites burocráticos e com formação na área de marketing - criando, assim, um mercado que se volta para a criação de imagens institucionais das empresas e não para produção de bens culturais como um fim em si mesmo. As políticas culturais baseadas exclusivamente em tais mecanismos trazem como consequência a desvalorização e real inanição de diversas áreas que não produzem lucro ou não tem efeito de marketing para as empresas. Assim, no governo FHC, foi completamente transferida para o mercado a responsabilidade de decidir para onde ia o dinheiro público. Dessa forma, o Estado, que deveria promover a diversidade cultural, um valor apontado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), acabou por favorecer as produções que já encontram sombra no seio da própria indústria cultural, mais afeitas a gerar uma boa imagem para as corporações (RUBIM, 2010).

Em contraste com a gestão de FHC, o governo Lula empreendeu um esforço de fortalecimento do poder do Estado diante do mercado. As suas políticas culturais marcam a culminância de um processo lento e de longa duração que nos trouxe até a situação em que passa a prevalecer uma concepção antropológica de cultura em detrimento de uma concepção da cultura como belas artes, associada ao modernismo.

Desde o seu discurso de posse, em 2003, o titular do MinC, Gilberto Gil deixou clara a nova concepção que deveria nortear a atuação do Estado: cultura deveria contemplar a produção constante de significados, hábitos, valores e identidades que surgem a partir das interações sociais (GIL, 2003). Tal concepção acabou reverberando no Plano Nacional de Cultura, que diz:

A Cultura não se resume tão-somente ao campo das belas-artes, da filosofia e da erudição, nem tampouco ao mundo dos eventos e efemérides. A Cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos que caracterizam um determinado grupo social. Além das artes, da literatura, contempla, também, os modos de vida, os direitos fundamentais do homem, os sistemas de valores e símbolos, as tradições, as crenças e o imaginário popular. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009, p.5).

Tal concepção antropológica de cultura apareceu no cenário mundial associada à ideia de diversidade apregoada pela UNESCO. Na verdade, desde meados do século XX, autores ligados aos estudos culturais britânicos defendiam a necessidade de conceber a cultura como um modo de vida ou um sistema significativo que se expressa tanto nas produções eruditas quanto nos produtos dos meios de comunicação, na moda, no *design*, etc. Neste sentido, Raymond Williams (1958) nos ensina que a cultura é ordinária. Mas a UNESCO foi a principal catalisadora dos debates acerca do alargamento do conceito de cultura e seu direcionamento para as políticas culturais. Ela conferiu à área cultural uma maior densidade institucional, a partir de uma série de convenções, declarações e outros instrumentos jurídicos. No âmbito desta instituição, tomou corpo um grande apelo a novas políticas públicas de cultura que pudessem promover a identidade e a diversidade cultural, frente à padronização decorrente dos avanços das indústrias culturais e da globalização. Na década de 1970, com uma série de conferências em diversos países que culminaram na Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais (MUNDIACULT) em 1982, passou a surgir no âmbito UNESCO uma dilatação do conceito de cultura através da sua associação aos conceitos de desenvolvimento e diversidade (ALVES, 2011). Esse processo teve seu auge com a aprovação, em 2001, do texto da Declaração Universal Sobre a Diversidade; e depois com a aprovação da Convenção Sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em 2005. Segundo Alves (2011) o governo brasileiro apareceu como protagonista no processo de aprovação da convenção a partir de dois interesses: primeiro, a necessidade de incorporar à estrutura da administração cultural o valor da diversidade cultural, inserindo-o em políticas

culturais voltadas para as culturas populares; e, segundo, a liderança na formação de um novo discurso que passa pela consolidação de novas categorias como indústrias da criatividade, diversidade cultural, patrimônio imaterial, etc.

Nesse sentido, a ampliação do conceito de cultura que aparece no discurso do MinC no governo Lula tem como principal âncora o valor da diversidade cultural. Como dito anteriormente, o alargamento do conceito de cultura no interior das políticas culturais no Brasil, já começa a aparecer na primeira metade do século XX, quando surgia imbricado com a conformação de uma identidade nacional que contemplava as culturas populares, desde que moldadas às exigências daquela identidade. Segundo Alexandre Barbalho (2007, p.56), na política cultural do governo Lula, a concepção de identidade enquanto conjunto monolítico e único é ressignificada de modo a assimilar também a ideia de pluralidade. No Plano Nacional de Cultura em 2009, a questão da diversidade aparece em destaque enquanto um dos desafios à política cultural no país, e, segundo o documento, a adoção de um novo referencial conceitual acerca da compreensão da cultura aparece como essencial para responder a esses desafios.

A DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL É NOSSA GRANDE RIQUEZA: Que política cultural queremos para um País marcado por forte diversidade cultural, fruto de nossa formação histórico-social? Entendida a diversidade cultural como a construção social e histórica das diferenças, como fazer para que as diferentes formas do fazer cultural dos variados grupos étnico-culturais estejam presentes no Plano Nacional de Cultura? Como fazer para que a construção de uma política pública de cultura não tome a identidade nacional como um conjunto monolítico e único, mas que reconheça e valorize as nossas diferenças culturais, “como fator para a coexistência harmoniosa das várias formas possíveis de brasilidade”? (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009, p.4).

Assim, pode-se perceber que por mais que a política cultural se proponha a compreender e valorizar as diferenças - através da ampliação do fomento, dos Pontos de Cultura, de uma melhor distribuição de recursos em termos regionais, entre outros - a concepção de cultura brasileira como síntese das diferenças ainda se faz presente, e a ideia de unidade nacional é difícil de ser descartada. Ela é reposta na chave da diversidade cultural, tida, então, como grande característica daquilo que nos faz brasileiros. Mas, para além desta continuidade, a ideia de diversidade introduz uma ruptura, uma vez que provoca o declínio de um conceito de cultura prioritariamente ligado às artes eruditas:

Com frequência, a política cultural é pensada com ênfase exclusiva nas artes consolidadas. Considerando-se que a diversidade cultural é o maior patrimônio da população brasileira, no âmbito do PNC busca-se transcender as linguagens artísticas, sem contudo, minimizar sua importância. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2008, p.11).

Um conceito ampliado de cultura aparece nos textos oficiais ligado a três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. A primeira dimensão diria respeito à cultura enquanto infinitas possibilidades de produção simbólica, a partir de crenças, valores, identidades etc.; é aqui que a ideia de diversidade cultural aparece enquanto essencial na conformação de um conceito ampliado de cultura. A segunda dimensão diz respeito à cultura enquanto direito humano fundamental, como garantido pela Constituição Brasileira de 1988. Nesse sentido, o alargamento no conceito de cultura está ligado a uma compreensão deste direito e enquanto obrigação constitucional do Estado e condição fundamental para o exercício da cidadania. Logo, a política cultural obrigatoriamente deve ter isto como base legal e pressuposto essencial, o que se estabelece enfatizando a necessidade de garantir o acesso dos brasileiros aos bens simbólicos. A terceira dimensão diz respeito à cultura enquanto parte importante de um cenário de desenvolvimento do país, “inserida em um contexto de valorização da diversidade, a cultura também deve ser vista e aproveitada como fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda e, como tal, protegida e promovida pelos meios ao alcance do Estado”. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2008, p.11). Estamos muito próximos daquela tendência verificada por Yúdice (2004) de conceder à cultura um papel adicional de recurso para o desenvolvimento e a cidadania, retirando-lhe da órbita de influência mais direta da ideia de nacionalidade. Diz ele, “uma vez que todos os atores da esfera cultural se prenderam a essa estratégia, a cultura não é mais experimentada, valorizada e compreendida como transcendental” (YUDICE, 2004, p.28).

A concepção ampliada de cultura e os impasses das políticas culturais do governo Lula

Em todas as três dimensões do conceito de cultura enfatizado pelo governo Lula - simbólica, cidadã e econômica - temos uma dessacralização que o dissocia das belas artes para redefini-lo como parte dos modos de vida do povo brasileiro. Isto trouxe alguns impasses para as políticas culturais do período. Por um lado, a definição

da cultura como modos de vida torna muito difícil a delimitação das fronteiras entre as produções culturais que devem e as que não devem receber apoio do governo. Se tudo é cultura, o que deve ser objeto de uma política cultural estatal? Por outro lado, considerando que a presença da indústria cultural na vida brasileira é incontornável, como estabelecer um limite entre a produção cultural de que o próprio mercado deverá se encarregar e aquelas que, por não se sustentarem segunda a lógica mercantil, não podem sobreviver sem o apoio do Estado? A resposta para ambos os impasses, como não poderia deixar de ser, tem sido política. Tais limites não se definem a priori, mas a partir das disputas entre os diferentes agentes que interpelam o Estado em busca de reconhecimento e recursos. Para concluir, vamos aludir a alguns casos que ilustram os impasses gerados pela concepção antropológica de cultura nas políticas culturais do governo Lula.

Podemos começar lembrando que o reconhecimento da legitimidade dos modos de vida como experiência cultural remete, não apenas à velha celebração da cultura popular, presente nas políticas de governos anteriores, mas também a práticas culturais que, apesar de não serem sustentadas pelo mercado, guardam afinidade com formatos e linguagens da indústria cultural. A criação de uma Secretaria do Audiovisual, por exemplo, é indicativa deste fato. Não se trata de uma secretaria do cinema, mas do audiovisual, muito próxima à produção da periferia carioca, a partir da experiência do Festival *Visões Periféricas*. Além disso, mesmo as manifestações populares mais tradicionais estão sob influência da lógica do espetáculo que parece ter extravasado a mídia e alcançado outras formas de produção cultural. A incorporação daquelas manifestações pela indústria do turismo e nas grandes festas financiadas pelo Estado não está isenta daquela lógica, como é possível perceber nas festas de São João das cidades nordestinas, no Carnaval de Recife, Rio de Janeiro e Salvador, na festa do Boi de Parintins, na região amazônica.

Apesar de se contrapor ao mercado como mecanismo exclusivo de sustentação da cultura, a recuperação do poder do Estado nesta esfera se dá em um contexto no qual a presença da indústria cultural é decisiva e pode aparecer para os gestores como um obstáculo à experimentação de formas que não ecoem os gostos predominantes. Lembremos, de passagem, que a ubiquidade da lógica de produção mercantil na cultura caracteriza, para Fredric Jameson (1996), o pós-modernismo, em contraste com o momento em que os enclaves modernistas funcionavam como espaços relativamente autônomos de produção da arte erudita que ocupava o topo da escala de consagração cultural. A predominância da lógica mercantil provoca uma série de dificuldades para uma política cultural que pretenda resistir àquela lógica. A este respeito, um dos maiores problemas elencados pelos ministros da cultura Gilberto Gil

e Juca Ferreira foi o alinhamento entre uma ideia de cultura ampliada que parte da política de Estado e uma visão de cultura aliada aos interesses da iniciativa privada. É preciso considerar que o investimento obtido através da Lei Rouanet era o dobro do orçamento que o ministério dispunha para as políticas públicas, o que conformava uma dependência em relação aos recursos obtidos mediante renúncia fiscal, concentrando o poder decisório nos departamentos de *marketing* das grandes empresas. Os projetos submetidos à avaliação eram julgados por uma comissão autônoma ao ministério, o que para Gil e Ferreira era um obstáculo: “não tínhamos autonomia para determinar como a comissão deveria atuar e selecionar os projetos. Lidávamos com coisas deste tipo: a autonomia da comissão era garantida pela própria lei” (SILVA & MIDLEJ, 2011, p.126). Assim, criava-se um hiato entre a defesa desta ideia ampliada de cultura e a política realizada através da Lei Rouanet. “As empresas estão ligadas a setores específicos da atividade produtiva que, por sua vez, tendem a estar mais ligados a determinados interesses culturais e estar mais concentrados em localidades que acabam se beneficiando fortemente dos investimentos”. (GIL *apud* SILVA & MIDLEJ, 2011, p.126).

Segundo o ex-ministro Gilberto Gil, em certa medida esta gestão avançou, visto que uma importante conquista para o alinhamento das políticas dos setores privados com as políticas públicas do ministério ocorreu a partir da presença do ministério nas estatais como a Petrobrás, Caixa Econômica do Brasil, Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir da instalação de representações permanentes do MinC nesses órgãos (SILVA & MIDLEJ, 2011). Estas estatais são grandes financiadoras de projetos culturais no Brasil. Para se ter uma ideia, o edital da Petrobrás, hoje, conta com recursos da ordem dos 80 milhões de reais por ano para a área cultural.

Apesar do esforço em submeter a lógica do mercado aos critérios da política cultural do governo, gestores culturais preocupados em ampliar o espaço para a produção e consumo de bens simbólicos alternativos em relação à indústria cultural têm que se haver com a sua força na disseminação de gostos e hábitos. Além disso, não podem ficar indiferentes à visibilidade midiática de artistas, seja na concessão de incentivos fiscais, seja na consagração propriamente cultural. Em junho de 2009, um embate entre o cantor Caetano Veloso e o Ministério da Cultura terminou com a autorização do uso da Lei Rouanet para financiar seu *show*. Em princípio, essa autorização havia sido recusada a pretexto de ser ele um artista comercialmente viável. O então ministro Juca Ferreira voltou atrás e lembrou que a Lei Rouanet não prevê esse tipo de restrição e que até outros cantores de maior público já haviam sido beneficiados (AITH, 2009). No tocante à consagração, em 2003, o presidente Lula e o

ministro Gil concederam o prêmio da Ordem do Mérito Cultural a um grande número de artistas e intelectuais, chama a atenção à diversidade presente na lista que incluía desde Cândido Portinari (pintor modernista) e Pixinguinha (sambista tradicional), até os membros do Casseta e Planeta (humoristas de um programa da Rede Globo) (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003).

A força da lógica mercantil e da mídia no campo cultural brasileiro não se deve apenas ao fato de que são eles os principais instrumentos de acesso do grande público à cultura, mas também ao surgimento de uma geração de artistas e intelectuais para os quais os formatos e linguagens da indústria cultural são familiares desde a infância. Esta geração desconfiada em relação ao uso autoritário do nacional-popular nos anos 1970 e começo dos anos 1980 tende a abraçar um cosmopolitismo que se liga diretamente a matrizes culturais locais, sem passar pelo crivo da identidade nacional. Na música, por exemplo, a forte penetração de tendências europeias e americanas visível no Tropicalismo dos anos 1970 reverberou em outros movimentos culturais que, a partir dos anos 1980, passaram a contar até com uma imprensa especializada divulgando o *punk*, o *hip-hop* e vertentes da cultura pop. Em ambos os casos, a ideia de diversidade aparece como contraponto ao nacional-popular, traçando um contexto muito favorável à recepção das ideias propagadas pela UNESCO no mesmo período.

Enquanto as gerações modernistas de meados do século XX compreendiam a cultura como um instrumento de transformação social e de construção nacional, tomando para tanto, a cultura popular e o mundo rural como referências primeiras, via de regra, as novas gerações de produtores culturais têm nas linguagens e formatos da indústria cultural um parâmetro incontornável. A biografia muito particular de um desses produtores, o diretor de TV e de cinema Guel Arraes, pode ilustrar essa passagem. Ele dirige um núcleo no interior da Rede Globo que atua como um espaço de troca entre a emissora, carente de legitimidade diante da pressão da opinião pública e do aumento da concorrência, e uma geração de artistas vindos do vídeo independente, do jornalismo nanico (jornalismo independente de pequeno porte) e do teatro cômico dos anos 1980 (ROCHA, 2008). Se a estrutura de sentimentos é a partilha de crenças e sensibilidades que atuam como mediação entre a experiência histórica comum e a produção artística e intelectual, a dessa nova geração emerge da desconfiança em relação à apropriação autoritária do nacional-popular pelo Regime Militar, da recusa de uma compreensão estritamente classista da política, da influência de uma concepção mais psicanalítica e contracultural de liberdade. No caso dos artistas agrupados em torno de Guel Arraes, ela recupera dois elementos importantes do modernismo, pelo menos em suas pretensões: a busca pela inovação de linguagem e pela representação dos segmentos oprimidos da sociedade. Esses elementos,

especialmente o primeiro, são a base para a reivindicação de uma legitimidade cultural que extrapola o âmbito da TV e, pelo menos no campo do cinema, se contrapõe explicitamente ao cânone cinema-novista (consagrado na década de 1960, na esteira da produção de Glauber Rocha).

A questão fundamental é saber até que ponto se trata de um veio que, por estar amparado na indústria cultural, alcança grande visibilidade, mas pouca consagração na esfera de produção erudita ou se, a partir dessa visibilidade, consegue ampliar os critérios de legitimidade cultural em todos os âmbitos. Ao contrário do que possa parecer, a resposta não é simples. No caso dos produtores que se agrupam em torno de Guel Arraes, um dos seus temas preferenciais, a periferia, acabou virando objeto de uma grande exposição realizada no Rio de Janeiro em 2005, e uma de suas idealizadoras, a pesquisadora Heloísa Buarque de Holanda (2005, n.p.), definiu-a como “uma exposição sobre a visualidade e a linguagem cultural da periferia do Rio de Janeiro, retratando sua maneira de captar o mundo da mídia e da moda de forma antropofágica, transformadora e criativa, dentro de sua realidade econômica”. Indo além, ela afirma:

é inquestionável a importância dessas expressões culturais no conjunto da diversidade que nos caracteriza. Não podemos definir identidade cultural nacional, simplesmente porque ela não existe no singular. Nossa cultura é plural e as estéticas centrais e periféricas, como o tecnobrega de Belém, o funk carioca ou o hip hop paulistano, compõem essa multiplicidade, sendo cada vez mais reconhecidas, também por isso. (HOLLANDA, 2005, n.p.).

A referência à antropofagia e à identidade nacional, agora, no plural, indica que, mais do que a renúncia à antiga forma de consagração, temos aqui o aumento da disputa em torno do poder de definir os critérios de legitimidade cultural, e o fato de que a visibilidade midiática passa a contar como um recurso importante nessa disputa – como, de resto, tem contado nas disputas do campo político, religioso etc. Além disso, esse caso sugere também a projeção desta disputa no âmbito acadêmico, uma vez que a contestação ao cânone modernista empreendida por produtores culturais dentro e fora da indústria cultural recebe a chancela de pesquisadores como a própria Heloísa Buarque de Holanda e Hermano Vianna, interlocutor frequente de Guel Arraes e um claro defensor de uma releitura do valor cultural do *funk* carioca.

Vivemos, então, no Brasil, um momento de redefinição dos critérios de consagração cultural a partir das disputas entre atores situados nos diferentes ramos da produção erudita, nas vertentes mais tradicionalistas ou contemporâneas de cultura

popular, nos filões mais afluentes ou limitados do mercado. Neste cenário, pelo menos durante o governo Lula, o Estado atuou em favor do enfraquecimento de uma concepção modernista de cultura como belas-artes e do fortalecimento de uma noção ampliada que contempla não apenas as produções mais tradicionais da cultura popular, mas aquelas que se utilizam de linguagens e influências mais contemporâneas. Sendo assim, a expansão do conceito de cultura a que se refere Gilberto Gil (2003) significa também uma transformação nas obrigações e estratégias possíveis do Estado na área da cultura. Para que uma política cultural abarque a dimensão antropológica, é necessária uma série de intervenções nas quais a amplitude deste conceito seja considerada, ou seja, toda a produção simbólica da sociedade. Nesse sentido, a redefinição da ideia de cultura anda ao lado de uma redefinição do papel do Estado e como este deve intervir na área cultural. A dilatação do conceito de cultura, ao mesmo tempo em que torna possível uma enorme mudança do ponto de vista da desigualdade na produção, distribuição e acesso aos bens culturais, é um grande desafio para qualquer política cultural, pois, abarcando a total produção simbólica dos seres humanos desenha um limite impossível para a intervenção. Segundo Isaura Botelho (2001, p.75), é necessário reconhecer os limites do campo de atuação em política pública, “uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que ‘cultura é tudo’ não consegue traduzir a amplitude desse discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática”.

***FROM THE MODERNIST CANON TO AN ANTHROPOLOGICAL
CONCEPTION OF CULTURE: THE CONCEPT OF “CULTURE” IN THE
CULTURAL POLICIES OF LULA ADMINISTRATION (2003-2011)***

ABSTRACT: *This article analyses the conception of “culture” prevailing in the cultural policies of Lula Administration, in the light of more general transformations in the Brazilian cultural field, and specifically those brought forth by the consolidation of the cultural industry in the 1960s and 1970s decades and by the weakening of the modernist canon as exclusive criterion for the evaluation of works and cultural manifestation. Thus, the general lines of the cultural policy in Lula’s government will be presented, the main moments of the institutionalization and consecration of the modernist canon in Brazil will be described, and a reflection will be given about the meaning and the deadlocks of the adoption of an anthropological concept of culture in Lula’s period. The article discussed how changes in cultural policies were related to the weakening of a more specialized view of culture as avant-garde artistic and*

intellectual production, towards the strengthening of a notion of culture as a way of life (WILLIAMS, 1992), expanding the range of activities legitimized by the state in more diverse and inclusive cultural policies.

KEYWORDS: *Cultural policies. Lula's administration. Conception of Culture. Modernism.*

DEL CANON MODERNISTA A LA NOCIÓN ANTROPOLÓGICA DE CULTURA: *ÉL* CONCEPTO DE CULTURA EN LAS POLÍTICAS CULTURALES DEL GOBIERNO DE LULA (2003-2011)

RESUMEN: *Este artículo analiza la concepción de "cultura" predominante en las políticas culturales del gobierno de Lula, basado en las transformaciones más generales del campo cultural brasileño, en particular las provocadas por la consolidación de una industria cultural en los años 1960-70 y por el debilitamiento del canon modernista como criterio exclusivo para la evaluación de obras y eventos culturales. Por lo tanto, presentaremos las líneas generales de las políticas culturales de la administración de Lula, destacaremos los principales momentos de la institucionalización y consagración del canon modernista en Brasil y reflexionaremos sobre el significado y los impases de adoptar un concepto antropológico de cultura en el período lulista. El artículo discutió cómo aparecieron los cambios en las políticas culturales relacionadas con el debilitamiento de una visión más especializada de la cultura como producción artística e intelectual de vanguardia, hacia el fortalecimiento de una noción de cultura como una forma de vida (WILLIAMS, 1992), ampliando el conjunto de actividades legitimadas por el estado en políticas culturales más diversas e inclusivas.*

PALABRAS CLAVE: *Políticas culturales. Gobierno de Lula. Concepto de cultura. Modernismo.*

Referências

AITH, Márcio. MinC autoriza Caetano a usar benefícios fiscais. Folha Ilustrada, São Paulo, dia 23 jun. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2306200909.htm> Acesso em: 02 jun. 2011.

ALVES, Elder P. Maia. **A Economia Simbólica da Cultura Popular Sertanejo-nordestina**. Alagoas: EDUFAL, 2011

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e Cultura**. São Paulo no meio século XX. Bauru-SP: Edusc, 2001.

BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais No Brasil**: identidade e diversidade sem diferença. III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, UFBA. Bahia, 2007.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 15(2), p.73-83, 2001.

_____. A política cultural e o plano das idéias In RUBIM, Antonio Albino C.; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. BRASIL. **Secretaria Especial da Cultura**. Disponível em: <http://cultura.gov.br/?s=pontos+de+cultura>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Nacional, 1965.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70 In: MICELI, Sergio (org.) **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

GIL, Gilberto. Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo. Brasília, 2 jan. 2003. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/odia-a-dia-da-cultura/discursos/>. Acesso em: 19 abr. 2012.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Entrevista: Estética da periferia. **Catálogo da Exposição Estética da Periferia**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.heloisabuarquedeholanda.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2011.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo** – a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

LAFETÁ, João Luiz, CANDIDO, Antonio. **1930**: A crítica e o modernismo. São Paulo: Editora 34, 2000.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Entrega da Ordem do Mérito Cultural de 2003. Brasília, 19 dez. 2003. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/> Acesso em: 02 jun.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional De Cultura - Diretrizes Gerais**. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura – Anexo ao Projeto de Lei Nº 6.835**. Brasília, 2009.

OLIVEN, Ruben George. A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidades? *In*: MICELI, Sergio (org.) **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro** – artistas da revolução, do CPC à era da TV. Record: Rio de Janeiro; São Paulo, 2000.

_____. Artistas e Intelectuais no Brasil pós 1960. **Revista Tempo Social**. São Paulo: USP, Departamento de Sociologia, vol. 17, nº 1, 2005.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Guel Arraes: Leitura social de uma biografia. *In*: FECHINE, Y. *et al.* **Guel Arraes** – um inventor no audiovisual brasileiro. Recife: Cepe, 2008.

_____. **A Nova Retórica do Capital: A Publicidade Brasileira em Tempos Neoliberais**. São Paulo: Edusp, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador, EDUFBA, 2010.

SILVA, Frederico A. Barbosa da & MIDDLEJ, Suylan (orgs.) **Políticas públicas culturais: a voz dos gestores**. Brasília, Ipea, 2011.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo, Anita Garibaldi, 2010.

WEFFORT, Francisco. **Cultura é um bom negócio**. Ministério da Cultura (MinC), Brasília, 1991.

WILLIAMS, Raymond. Culture is ordinary. _____. *In*: **Resources of hope** – culture, democracy and socialism. Londres: Verso, 1958.

_____. **Cultura: Sociologia da Comunicação e da Arte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WISNIK, José Miguel. **O nacional e o popular na cultura brasileira - música**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

YUDICE, George. **A conveniência da cultura** – usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

Recebido em 25/06/2019.

Aprovado em 04/11/2019.

JORNALISTAS DA ECONOMIA E HOMENS DAS FINANÇAS: FASCINAÇÃO, ASCENDÊNCIA E ILUSÃO PROFISSIONAL

Tomas UNDURRAGA*

Antonio José PEDROSO NETO**

RESUMO: Objetivo do texto: explorar as relações dos jornalistas da economia com agentes do campo econômico e do campo dos economistas como hierarquizantes de perspectivas sobre a economia. Analisamos 58 entrevistas com jornalistas. Partimos da noção de *illusio* (Pierre Bourdieu) e exploramos o engajamento deles no trabalho: o engajamento a partir da noção de furo; os meios para os furos mais importantes, as fontes; e a formação das perspectivas sobre a economia. Procuramos revelar as posições de suas fontes e formadores nos dois campos. Resultados: a ideia de “mexer com o mercado” hierarquiza textos e autores; fontes de prestígio perpassaram governos, instituições financeiras e são do espaço finanças; jornalistas estabelecem relações de reciprocidade com agentes desse espaço, conseguem furos, entrevistas; realizam a *illusio* da profissão e estabelecem posições centrais no jornalismo econômico; os modos de aprendizagem e especialização em economia indicam ascendência dos agentes desse espaço, agentes dominantes no mundo econômico.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo econômico. Elites. *Illusio*. Economistas. Finança.

Introdução

Nosso objetivo neste texto é explorar as relações dos jornalistas da elite do jornalismo econômico brasileiro (JEB) com agentes eficientes (BOURDIEU, 2000) do campo econômico (BOURDIEU, 1997a) brasileiro e do campo dos economistas

* UAH – Universidad Alberto Hurtado. Departamento de Sociología. Santiago de Chile, Chile. tundurraga@uahurtado.cl. <https://orcid.org/0000-0003-4267-5826>.

** UFT – Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM). Palmas – TO – Brasil. 77021-050 - ajpedroso.neto@uol.com.br. <http://orcid.org/0000-0002-6509-527X>.

brasileiros (LOUREIRO, 1997), como um dos fatores que levam à produção e à manutenção de uma hierarquia de perspectivas sobre a economia.

No Brasil, desde o início dos anos 1970, temos um amplo desenvolvimento da parte dos jornais dedicada à economia: o jornalismo econômico. Pedroso Neto (2015), a partir de vários textos – Quintão (1987), Kucinski (1996), Abreu (2003), Caldas (2003), Nassif (2003) –, apresenta uma síntese razoável sobre o desenvolvimento e o lançamento de jornais e revistas especializados, cadernos, equipes, etc. junto com mudanças e diversificações do conteúdo existente até então.

Nesse período, progressivamente, foram estruturadas editorias – ou reestruturadas as poucas existentes – e cadernos de economia em jornais já existentes. Foram fundados ainda, novos jornais, revistas, programas de rádio e televisão dedicados a assuntos da esfera econômica. Ao mesmo tempo, começou a especialização dos jornalistas; o crescimento do pessoal, das rotinas, dos relacionamentos com fontes específicas e dos processos de treinamento e formação de profissionais, todos relacionados a fatos, agentes, instituições e processos da economia (PEDROSO NETO, 2015, p. 136).

Todos esses aparatos da indústria cultural, mais pontualmente dedicada a atividade econômica, se desenvolveram e institucionalizaram de modo que, atualmente, o jornalismo econômico é uma prática de produção simbólica, um bem simbólico (BOURDIEU, 1987a), integrante da nossa vida econômica: participa das lutas simbólicas que visam dar sentido às atividades, práticas, discursos, etc. da economia, mas o conteúdo que é publicado não dá voz e vez a todos os agentes econômicos e a todos os assuntos possíveis. E, o que é mais importante para este texto, não dá voz e vez às diferentes perspectivas sobre a economia. Quer dizer, há uma hierarquia de princípios cognitivos de visão e divisão do mundo – “princípios de divisão que, num momento determinado do tempo, determinam a visão do mundo (rico/pobre, branco/negro, nacional/estrangeiro etc.) e o poder de fazer ver e de fazer crer que lhe é inerente” (BOURDIEU, 2001a, p. 226-227) – operacionalizados pelos jornalistas quando selecionam o conteúdo explícito e implícito objetivados nos textos do jornalismo econômico dominante. Como se produz essa hierarquia?

Desde os anos 1980, temos um processo de expansão, liberdade e sofisticação dos produtos, agentes, empresas e crenças da esfera das finanças que tem dimensão mundial. E, dando suporte a esse processo, temos a predominância da perspectiva e do enquadramento dos acontecimentos da esfera econômica e financeira a partir de crenças e princípios de visão e divisão de mundo chamados de economia ortodoxa

e/ou neoliberal; expressões de práticas, princípios e preceitos normativos como desregulamentação das atividades econômicas, presença mínima do Estado na economia, ação econômica como ação de indivíduos racionalizadores e utilitaristas, concorrência livre entre agentes e organizações, mercados livres e autorregulados como melhor meio de alocar recursos, etc.

Assim, neste contexto e conforme o objetivo deste texto, temos uma hipótese: os jornalistas dominantes no JEB têm vínculos – confiança, reciprocidade, dependência e poder – com agentes de uma determinada região do campo econômico e dos economistas brasileiros e esses vínculos explicam, em parte, suas posições no JEB e suas relações com a *doxa* compartilhada por esses agentes: ortodoxia econômica.

Do ponto de vista teórico e metodológico, operacionalizamos a pesquisa a partir de uma perspectiva que trata a mídia a partir da noção de campo (BOURDIEU, 1987a, 1997b; CHAMPAGNE, 2007). Neste sentido, pensamos o JEB como um espaço social (BOURDIEU, 1987a, 2000), um subcampo do jornalismo, produtor bens simbólicos (BOURDIEU, 1987a) particulares – textos como colunas, editoriais, reportagens, comentários, análises – que têm influência sobre a sociedade (BOURDIEU, 1987a; CHAMPAGNE, 2000; DUVAL, 2004; TEMMAR, ANGERMULLER e LEBARON, 2013). Pensamos os jornalistas da economia como criadores individuais numa estrutura social; relações no subcampo JEB e relações com o campo do jornalismo e outros campos sociais. Assim, consideramos que os jornalistas, além de agirem vis-à-vis seus pares – campo do jornalismo e subespaço do JEB –, agem em relação a outros agentes sociais, isto é, atuam fortemente em relação ao campo dos economistas brasileiros (LOUREIRO, 1997), ao campo econômico (BOURDIEU, 1997a) e ao campo do poder (BOURDIEU, 1987b, 1989 e 1996).

Portanto, para responder a questão da pesquisa, temos que conhecer quais são os trunfos particulares que explicam as posições dos jornalistas que são da elite, que são dominantes no JEB. E temos que conhecer quais são as ligações dos jornalistas da economia com os agentes, instituições, valores, perspectivas, princípios de visão de mundo do campo econômico e do campo dos economistas brasileiros.

Quais são os trunfos típicos da trajetória dos jornalistas da elite do JEB? Para responder minimamente isso, recorreremos a trabalhos que já os pesquisaram e os revelaram: Abreu (2003), Pedroso Neto (2015), Pedroso Neto, Undurraga (2017; no prelo). Os dois últimos, particularmente, apresentam uma análise de correspondências múltiplas de dados prosopográficos de dois conjuntos de jornalistas da economia: um dos que são da elite; e outro dos que não são da elite, mas são da mesma geração – mesma idade, mesmo momento de formação e inserção profissional. Essas análises procuram apresentar dados sobre a estrutura do espaço em que se localiza a elite do

JEB, com o objetivo de revelar e especificar algumas de suas estruturas fundamentais (PEDROSO NETO, UNDURRAGA, 2017; no prelo), também presentes em (ABREU, 2003; PEDROSO NETO, 2015).

Quais são as ligações dos jornalistas da economia com outros campos sociais, com o econômico e o dos economistas em particular? Para responder minimamente a isso, fizemos uma análise de 58 entrevistas com jornalistas de elite e não elite. Partimos da noção de *illusio*; investimento, encantamento, crença no jogo de um determinado campo devido à sua apreensão a partir das disposições adequadas e próprias daquele campo, adquiridas por experiência prolongada (BOURDIEU, 1997a, 2001a; COSTEY, 2005). E exploraremos que, além dos interesses utilitários, há um engajamento dos jornalistas no trabalho que passa por gosto, encantamento, reconhecimento e crença desconhecida como tal nos princípios e nos jogos constituintes do campo, a “dupla verdade do trabalho” (BOURDIEU, 2001b, p. 247).

Exploramos esse engajamento partindo da noção de furo/ineditismo, algo bem estabelecido no jornalismo contemporâneo e que dinamiza o trabalho dos jornalistas. Exploramos a *illusio*, analisando a noção de furo (SCHUDSON 1995; STARKMAN 2014), ou seja, os tipos de exclusividade que são mais valorizados no jornalismo econômico brasileiro, são mais reconhecidos no espaço jornalístico, nas opiniões dos jornalistas. Consideramos que jornalistas da elite são influentes na reprodução da hierarquia dos princípios da seleção e orientação próprios do campo. Publicando seletivamente, ao enfatizar algumas opiniões vis-à-vis outras, os jornalistas acabam promulgando, ainda que indiretamente, certos tipos de normas e prescrições econômicas em face de outras. Procuramos revelar os tipos de furos que são característicos do JEB e são melhor posicionados numa hierarquia. Em seguida, procuramos explorar os meios para se realizar os furos mais importantes; as fontes de informações. Procuramos explorar quais são as fontes do JEB – localização no espaço social – e como os jornalistas se relacionam com elas, a partir das suas posições no espaço do JEB. Em seguida, procuramos explorar como os jornalistas da elite formaram suas perspectivas, suas crenças, seus princípios de visão e divisão de mundo sobre a economia. E, por fim, procuramos revelar, as posições das fontes e demais relações sociais dos jornalistas da economia no campo econômico e no campo dos economistas brasileiros.

Essa análise é orientada pela ideia de que os jornalistas da elite – os mais lidos e repercutidos, os com poder para estabelecer princípios de seleção, de ênfase e de orientação no subcampo JEB – em função dos cuidados nas relações e das crenças compartilhadas que mantêm os vínculos com as fontes, mantêm e reavivam a hierarquia das perspectivas e enquadramentos possíveis sobre a vida econômica e

financeira da sociedade: observando e publicando, em maior ou menor medida, seletivamente; avaliando e julgando a partir de uns princípios e não de outros; e prescrevendo soluções e remédios.

Características estruturais da elite

Adotamos uma definição de elite bem simplificada: pertencem à elite aqueles localizados no cimo das instituições (COMBESSIE, 2001). Em linha com Pedroso Neto e Undurraga (2017), são os jornalistas da economia que operam como colunistas, editores-executivos e diretores de redação e edição de jornais especializados – Gazeta Mercantil, Valor Econômico – e dos principais jornais generalistas nacionais – O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil. Os outros, os não elite, atuam como redatores, editores e repórteres especiais (PEDROSO NETO, UNDURRAGA, 2017; no prelo).

Os trabalhos de Pedroso Neto e Undurraga (2017) mostram que há uma forte divisão no espaço do JEB, a partir de princípios como idade, local de origem geográfica e de trabalho, modo de inserção profissional, circulação pelos veículos dominantes e especializados e, em menor proporção, acesso às premiações. E apresentam outra divisão no espaço, baseada em princípios como trajetórias escolar e profissional, origem social e idade. Em síntese: os mais velhos têm origem social mais elevada – maior proporção de pai com ocupação intelectual –, cursaram universidades públicas – ex. Universidade de São Paulo (USP) e universidades federais –, começaram a trabalhar como jornalistas nos anos 1960 e 1970, como jornalistas da economia em agências de notícias – ex. Agência Brasil/Radiobrás, Agência Telenotícia da Revista Visão – ou veículos generalistas maiores, de abrangência nacional – ex. O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, revistas Veja e Isto É – e, na trajetória profissional, em grande medida, trabalharam em todos eles; por outro lado, os mais novos têm origem social mais modesta – maior proporção de pai com escolaridade primária e ocupação manual –, estudaram em faculdades privadas – ex. Pontifícias Universidades Católicas, Cásper Líbero, Metodista, Unisinos, Gama Filho, Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), etc. –, começaram a trabalhar como jornalistas nos anos 1980, como jornalistas da economia em jornais generalistas menores – ex. Jornal da Tarde e Diário da Grande ABC – e grandes – ex. Correio do Povo e Zero Hora – e não trabalharam em todos os grandes jornais generalistas durante a carreira (PEDROSO NETO, UNDURRAGA, 2017; no prelo).

Esses autores também revelaram os trunfos e as trajetórias da elite; pioneirismo, especialização e audiência. Isto é, contrastando elite e não elite, apresentam outros dados fundamentais. Primeiro, sobre diferenças geracionais entre elite e não elite, relativas à idade – 50 a 59 anos ou menos versus 60 a 69 anos ou mais –, ao momento de início na atividade de jornalista – anos 1960 versus anos 1980 – e ao momento de conclusão do curso superior – anos 1960 versus anos 1980. Segundo os da elite têm origem social mais elevada e os da não elite mais modesta, como apresentamos acima. O terceiro dado basilar é a sobre o início e a trajetória nos meios. Há uma diferenciação relacionada às características e às dimensões dos meios em que os jornalistas iniciaram a carreira e dos meios em que atuaram durante a carreira; jornal, revista, agência de notícias, rádio e televisão. Ela está organizada a partir de pares de princípios opostos, alinhados à diferença elite e não elite: jornais generalistas versus jornais especialistas; maiores jornais versus menores jornais; maior acesso a audiência – além dos veículos generalistas maiores, o rádio e a televisão – versus menor acesso à audiência; maior audiência e reconhecimento externo versus maior prestígio e reconhecimento interno – os jornais *Gazeta Mercantil* e *Valor Econômico* (PEDROSO NETO, UNDURRAGA, 2017; no prelo).

Os autores analisaram também as diferenças internas à elite. Há pouca diferença etária entre eles e se confirmaram os pares de princípios opostos supracitados. Mas revelaram uma divisão a partir de dois princípios; maior audiência e reconhecimento externo versus maior prestígio e reconhecimento interno. Quer dizer, os mais velhos fizeram carreira e estão nos grandes veículos generalistas nacionais e também no rádio e na televisão. E os que são um pouco mais novos fizeram carreira e estão nos veículos especializados, fundamentalmente os jornais *Gazeta Mercantil* – encerrou as atividades em 2009 – e *Valor Econômico*, ambos amplamente reconhecidos pelos jornalistas da economia como os que encarnam os princípios de excelência do JEB (PEDROSO NETO; UNDURRAGA, 2017; no prelo)

A dinâmica dos jornalistas da economia: mexer com o mercado e ter relações com economistas, dirigentes e empresários do mundo das finanças

Vamos começar tratando de algo que é amplamente compartilhado pelos agentes do espaço: a noção de furo e a de que, atualmente, o predominante é o de assuntos relacionados às finanças – informações, agentes, instituições, processos. A noção de furo, de exclusividade, de ser o primeiro a publicar sobre um assunto é um móvel importante das ações dos jornalistas, como já foi registrado pela literatura

(SCHUDSON, 1995; BOURDIEU, 1997b; DUVAL, 2004; NEVEU, 2006; STARKMAN 2014) e como redonda no conjunto das entrevistas. Os agentes da elite reconhecem espontaneamente – sem perguntarmos – que se realizam profissionalmente ao dar um furo: “exclusividade”, “dar a notícia de primeira mão”, “conseguir a capa”, “primeira página”, “manchete”, etc. Esse princípio é a variante principal da noção mais geral de ter audiência, “ter leitores”, “ser a coluna mais lida”, “coluna mais divulgada inclusive por jornais concorrentes”, “ser a terceira coluna mais lida no impresso”.

Essa é uma das dimensões da *illusio*. O jornalista se sente realizado, ele é reconhecido pelos pares, pelas fontes, pelas possíveis fontes, etc.

Porque coisa melhor de um jornalista é ter um furo na mão. É uma sensação maravilhosa, de uma adrenalina, de uma coisa. Quando uma empresa vai comprar a outra, que tem bilhões envolvido. Essas matérias do jornalismo econômico que vai mexer com o mercado, eu fiz milhares de matérias. [O que você mais gosta do trabalho do jornalismo econômico?] É o furo. É dar o furo; uma coisa que ninguém deu, que ninguém sabe, que vai mexer, principalmente, com esse mercado que eu odeio, que vai mexer com todo mundo. [...] O dia que eu dei essa manchete do jornal, eu recebi ligações do mundo inteiro. De pessoal de analista de mercado. Do mundo inteiro (Elite – Ex-Gazeta Mercantil e Ex-Valor Econômico).

Que tipo de furo é dominante, salvo os extraordinários? Outro princípio estabelecido e operante no espaço do JEB – dinamiza, instiga a atividade do jornalista; a noção de “mexer com o mercado”.

A literatura indica que, nos anos 1970 e 1980, no JEB, a realização dessa dimensão da *illusio*, em parte, era devida a ter boas relações com os ministros do planejamento e da fazenda dos governos militares – “caderno de endereços de autoridades”, segundo L. Nassif (LENE, 2013, p.115) – e, em parte, também era devida a ter textos ou colunas de grande audiência – mais lidas – no corpo dos jornais (CALDAS, 2003; PULITI, 2009; LENE, 2013).

Nos dias atuais temos fortes indicadores de que um dos princípios fundamentais que hierarquiza os textos e os autores, levando-os às manchetes, é a ideia geral de “mexer com o mercado”, ou seja, produzir matérias mais relacionadas a atividades financeiras de modo geral: das empresas, do governo, do Banco Central do Brasil, da bolsa de valores, etc. Espontaneamente, tanto jornalistas da elite como da não elite reconhecem isso, explicitamente como no exemplo anterior, ou tacitamente como exemplo a seguir: “Não faço nada de economia formal. Dificilmente, a não ser

quando estou em coberturas fora ou coisas muito quentes eu escrevo no Pro [Valor Pro]. O que eu acho interessante não imediatamente mexe com os mercados. Vai mexer no futuro, mas não imediatamente” (Não elite – Valor Econômico).

Análises mais específicas sobre o jornal Valor Econômico – atualmente o especializado em economia mais importante – demonstram algo próximo de uma institucionalização do empuxo em relação às atividades financeiras. O Valor Pro, um segmento do jornal Valor Econômico, foi lançado em janeiro de 2013 para oferecer notícias em tempo real, focadas no Brasil, nas bolsas de valores nacionais e estrangeiras, nas políticas econômicas e nos processos legislativos que afetam mercados financeiros. O objetivo era competir com veículos semelhantes, como *Bloomberg*, *Reuters*, *Dow Jones* e, principalmente, a Agência Estado – o fornecedor nacional dominante de notícias em tempo real, desde os anos 1990 (UNDURRAGA, 2017a).

Como explica Undurraga (2017a), a entrada em cena do Valor Pro no espaço da redação do Valor Econômico resultou de um aumento da pressão do setor financeiro sobre a produção de notícias. Com o Valor Pro, economistas de bancos e operadores do mercado financeiro tornaram-se os principais informantes, as principais fontes sobre a economia – pela disposição para comentar eventos em tempo real e pelo manejo de informações atualizadas. Na prática, menos acadêmicos, menos representantes de setores comerciais, produtivos e trabalhistas são chamados para comentar os eventos econômicos.

No jornal, a maior dedicação ao mundo das finanças desencadeou uma intensa disputa entre os jornalistas sobre o quantum de atenção que é dada às finanças, em oposição à economia real. As disputas revelaram jornalistas em posições liberais e desenvolvimentistas e com noções normativas diferentes sobre o que significa cobrir bem a economia. Enfim, evidenciaram diferentes ordens de valor que colidem e cooperam na redação do jornal, refletindo diferentes entendimentos da economia, da sociedade e da proficuidade do jornalismo (UNDURRAGA, 2017a, 2017b).

Alguns editores acham positivo dar maior papel e destaque aos mercados financeiros e à agenda liberal de investidores e instituições financeiras. Outros afirmam que a financeirização do jornal foi longe demais e lamentam alguma perda de conexão com a economia real – por exemplo, com indústrias, pequenas e médias empresas, funcionários públicos, realidades do interior do Brasil e público em geral (UNDURRAGA, 2017a, 2017b).

Voltando às nossas entrevistas, temos casos recorrentes de reconhecimento espontâneo de que, ao conseguir algum feito importante – entrevista, informação

exclusiva, inédita –, o jornalista comemora, relata como uma grande realização e expõe que chamou a atenção e estabeleceu uma relação com os agentes dos mercados.

A crítica a este direcionamento das atividades dos jornalistas da economia, presente no espaço da elite, é crítica e reconhecimento e, não por acaso, vem de agentes que não estão mais nos grandes veículos.

[L. Nassif] A cobertura continua seguindo o ‘efeito manada’. Ocorre quando você tem temas complexos, e o jornalista não quer correr risco [...]. O pauteiro pela manhã faz a pauta, passa para o repórter que está em começo de carreira [...]. Ele sai e vai buscar as mesmas fontes que vêm com as mesmas análises. Esse ‘efeito manada’, na medida em que o Brasil foi se sofisticando, se tornou mais forte ainda. Nos anos 1990, você tinha uma economia sofisticada. Antes, você cobria como? Tinha setorista na Fiesp, um na Febraban, um no Ministério da Fazenda, um no Banco Central. O país se sofisticou tremendamente, mas o modo de produção continua o mesmo. E você tem o advento dessa financeirização da economia e isso muda bastante coisa e você passa a ter o ‘efeito manada’ de forma total (LENE, 2013, p.433).

Enfim, este elã dirige e impulsiona as atividades e, em função do modo como é reconhecido, afirmamos; o princípio de “mexer com o mercado” é o predominante no subcampo JEB, quer dizer, há outros, mas na hierarquia ele predomina.

As fontes dos jornalistas da economia

Procurando revelar como se consegue os furos, exploramos o que é reconhecido como sua principal origem; as fontes de informação. De modo geral, podemos esboçar três modos típicos dos jornalistas se relacionarem com suas fontes. Aquele que vamos chamar de mais frio e de menos prestígio; contatos para checar, conferir, apurar, informações, obter explicações e esclarecimentos de fontes de menos prestígio e de assessorias de imprensa. Os relacionamentos com fontes impessoais; com estatísticas, agências de informações financeiras. E os relacionamentos mais quentes e de mais prestígio; contatos que permitem buscar, cavar, garimpar uma informação exclusiva, de bastidor, uma pista, uma entrevista.

As fontes mais frias e impessoais são mais relatadas pelos não elite, mas não exclusivamente. Quando relatam relações com fontes, não nomeiam diretamente as pessoas, mas simplesmente dizem minhas fontes, uma fonte de empresa, uma fonte de mercado, relatam e-mail e telefonema, algo menos tête-à-tête e mais frio, mais

pulverizado e/ou ligado a colegas do outro lado, isto é, ex-jornalistas que foram trabalhar como assessores de imprensa.

Eu vejo basicamente dois caminhos: tem gente que tem muita fonte, que tem fontes dentro. Para você cobrir bem empresas, você tem que ter fonte em banco. Banco e advogado. Eles que falam mais, dão mais com a língua nos dentes para tirar furo. São as duas fontes de furo. As empresas... Empresário geralmente é muito mais contido. [...] É, então você tem uma fonte na empresa que é um cara que você consegue lidar e ele te dá uma posição, mas você tem que ter vinte, trinta anos de profissão (Não elite – Valor Econômico).

Hoje em dia, então, a gente fala com as fontes que nos dão informações e busca complementar aí com esses consultores, com analistas e com algum especialista, algum estudioso das áreas. [...] Tem o lado das assessorias, só para completar, que ficam querendo empurrar um monte de coisas para cima da gente. Empurrar notas, empurrar notícias que não tem informação e seria mais *marketing* para empresa do que notícia mesmo. E essas assessorias é um assédio constante, desgastante; mandam *releases*, ficam telefonando, sugerem almoços, sugerem encontros com executivos e, geralmente, esse pessoal não tem notícia. É só mesmo para poder emplacar a empresa, colocar a empresa [...]. Tem as assessorias que dificultam o trabalho, tentam barrar informação. Ainda tem muita assessoria que tenta principalmente quando a informação é polêmica para a empresa e as assessorias, em geral, tentam fazer com que você não dê a reportagem te oferecendo compensações. [...] Tipo assim: não, se você não der isso nós vamos depois te dar uma exclusiva com o presidente para falar quando tiver outro negócio (Não elite – Valor Econômico).

Por outro lado, os da elite, quando relatam sobre elas, se referem às dificuldades dos iniciantes que ainda não acumularam ligações profissionais de confiança com boas fontes. Não relatam sobre eles, mas sobre os outros.

Em relação às fontes impessoais, um dado fundamental é a imposição das agências de informações financeiras *on-line* como o serviço *Broadcast* da Agência Estado e as semelhantes como *Bloomberg*, *Economática*, *Reuter* e *Valor Pro* e empresas de consultoria de informações financeiras.

Em 2006, os sócios propuseram de criar um serviço de notícias em tempo real. Quem participa desse mercado: Agência Estado do O Estado de São Paulo. Eles tinham um serviço chamado *broadcast* desde os anos 1990. [...] Valor acha que pode entrar nesse mercado. [...] A gente tinha *Bloomberg*, a *Bloomberg* tirou. Diz

que agora somos concorrentes. Tiraram, romperam, tiraram o terminal deles daqui. Para a gente era fundamental porque ali a gente não pegava notícia deles, a gente tem até um acordo de publicação de notícias dele, como tem com a [...], com a [...], mas a gente usava o mesmo terminal, mas eles [...], porque se tem notícia tem terminal, terminal banco de dados, tiraram, tá bem complicado pra gente (Elite – Valor Econômico).

E a *Bloomberg* também cortou. Então, a gente criou um problema porque a gente não tem isso ainda. A *Bloomberg* é um exagero porque nós nunca vamos competir com eles. Agora, a gente ainda não tem o que a *Economática* tem. [...]. Sem a *Bloomberg*, sem *Economática* e dependendo de um produto que ainda não foi desenvolvido plenamente [...]. É uma ferramenta como tem a *Economática* que consegue mais amigavelmente possível te dar informações com estabilidade. Você sabe que pode confiar naquilo. E o cara precisa disso, ele quer saber: quero saber como está o dólar agora, a bolsa. Então, são coisas que nem isso a gente tem conseguido fazer (Não elite – Valor Econômico).

Quanto às agências de informações financeiras, trata-se de instituições criadas desde fins dos anos 1980 que auxiliam os jornalistas com dados e informações. Outra fonte de informações são as empresas de consultorias

Eu acho que a gente teve uma mudança muito grande de fonte de informação. 15, 20 anos atrás, você ainda tinha a academia como uma grande fonte de informação. Só que o tempo em que a academia funciona e o tempo em que o jornalismo econômico passou a funcionar também muito em função dessa rotina de tempo real, de site e dessa informação mais rápida. São tempos em que você passou a ter uma necessidade de gerar informação muito mais rápido do que o tempo que a academia de processar. Essa coisa da rapidez com que a informação passou a girar, fez com que você cada vez mais passasse a usar fontes do mercado, do mercado financeiro mesmo ou mesmo de consultorias que não são ligadas aos bancos, mas que vendem informação, que vendem a análise econômica como parte do seu negócio. E aí eles, sim, estão olhando esses dados e produzindo informação com uma rapidez muito grande. Então, essas fontes estão disponíveis para você. Então, eu acho essa uma grande mudança. E o impacto dessa mudança é que você acaba tendo a visão econômica do mercado e a visão econômica mesmo dessas consultorias que ela acaba... Você está procurando eles e eles têm a sua visão sobre tudo isso e essa visão acaba contaminando a própria leitura no jornalismo econômico (Não elite – Valor Econômico).

Não pudemos analisar mais detalhadamente as relações dos jornalistas com essas fontes de informação. Pelo que pudemos depreender, elas são acessíveis a todos de uma editoria. Ficou um pouco saliente nas entrevistas que os da elite conseguem usar o acesso a essas informações ao mesmo tempo que publicam suas matérias nos mesmos meios e, com isso, conseguem obter repostas ou contatos de agentes importantes do campo econômico e do governo. Mas, enfim, essa prática precisa ser melhor explorada.

As fontes de prestígio, como mencionamos, contatos mais quentes, de mais prestígio e pessoais. Quando a elite relata um furo ou algum feito importante que “dá uma capa”, ela relata relações com fontes que nomeia e que são pessoas de prestígio porque passaram por governos, são proprietárias-sócias de empresas, consultorias, bancos, instituições do espaço das finanças.

Por exemplo, Edmar Bacha eu conhecia muito antes, era meu amigo. Tivemos um acordo, seguinte: enquanto você estiver no governo não somos mais amigos. Você é fonte de informação e eu sou jornalista porque eu não quero que amigo me peça as coisas e diga: [nome da jornalista], você pode publicar isso. [...] Quando o Arminio Fraga me liga e me diz que quer me dar uma entrevista é que ele tem confiança no meu trabalho. E eu tenho confiança nele como fonte de informação. Mas é uma entrevista porque eu pergunto e ele responde. E eu pergunto coisas que ele não gostaria de responder. [...] Vou te dar um exemplo. Na véspera da eleição do FHC, que era o segundo mandato, um diretor do banco central, Francisco Lopes, me deu uma entrevista [...]. Quando eu cheguei, ele disse assim: [nome da jornalista], deixa eu botar as minhas ideias em ordem, faz uma coisa você é técnica de entrevistas. Eu disse: faz uma coisa, vai falando. Porque quando ele fala isso, “colocando minhas ideias em ordem”, ele quer falar alguma coisa. Eu disse: vai falando e eu vou gravando, não vou perguntar nada, as perguntas eu vou fazer depois, vou anotar e faço depois. Essa criatura que desancou, desancou. Com o Malan, estavam no auge negociando o acordo com o FMI. O Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central estavam lá negociando acordo com o FMI [...]. Quando ele acabou de falar, eu falei: eu tenho uma manchete do jornal na mão. E aí perguntei pra ele uma coisa que, para mim, interessa ao leitor: o *déficit* público estava alto, então o que o governo faria para, o que você está planejando para diminuir o *déficit*? Ele virou pra mim e disse assim; só aumentar os impostos. Então, é contra os interesses do governo, mas quem estava falando isso é o Diretor do Banco Central, a partir de uma pergunta minha, evidente. Então, o leitor quer saber, havia desconfiança que o governo poderia aumentar os impostos. Então, eu fiz a pergunta, é isso. Do ponto de vista de leitor, não interessa para o leitor que os impostos estejam

umentando. [mas, uma pergunta, quem é o leitor?] A população. Aliás, quem é o leitor? [...] Você tem razão quando você diz; quem é esse leitor? Esse leitor é o mercado financeiro, é a indústria, são os industriais, são os economistas, são os sindicatos de trabalhadores, são os sindicatos patronais (Elite – O Estado de São Paulo).

A prática dessas relações é do âmbito das relações individuais de cada jornalista, e também é institucionalizada por um jornal.

O imediato para mim é a manchete dessa manhã do jornal, é a Petrobras. [...] Veio aqui tomar um café da manhã com a gente o segundo homem do Ministério da Fazenda, que já saiu da Fazenda. Era o segundo homem do Mantega, o [...]. Ele veio na semana passada tomar um café com a diretoria, eu estava junto, eu participo desses cafés. Ele já saiu do governo, mas é um consultor importante e ele falou em *off*, não deu entrevista. Mas ele falou várias coisas importantes. Falou sobre o *superávit* primário, sobre nossa questão fiscal, que é gravíssima. No meio disso tudo, nós perguntamos para ele por que o Brasil não cresce, o Brasil não cresceu nada em 2013. Ele virou para nós e disse o seguinte: o Brasil não cresceu nada por vários motivos, mas também não cresceu porque a Petrobras e a Vale tiveram problemas. Aí todo mundo falou: a Petrobras teve problema porque não reajustou os combustíveis, é verdade? Ele falou: a Vale teve problema porque no mundo, no setor mineral, que é onde a Vale trabalha, quatro presidentes das quatro maiores empresas minerais do mundo foram trocados. [...] Pois bem. Sentei com o [nome de jornalista], conversei um pouco com ele e falei: a Petrobras não reajustou e o [...] falou que ela é 10% dos investimentos do país. E, como ela não reajustou os combustíveis, ela não investiu. Isso foi um problema. Aí veio a menina que está em Brasil agora, a [nome de jornalista], conversou com a repórter dela; um se juntou com o outro, todo mundo se juntou, usaram repórteres para trabalhar e eles fizeram duas páginas de Petrobras na editoria de Brasil. Saiu na manchete de hoje. O que é a manchete de hoje? É uma matéria que ninguém tem na imprensa brasileira hoje. É um retrato da maior empresa do Brasil, que é uma das maiores do mundo, que é a Petrobras. A matéria hoje, não é uma matéria sobre petróleo, é sobre a economia brasileira. É o seguinte: está dizendo resumidamente para o leitor que o governo brasileiro, para cuidar da inflação e deixá-la menor, não reajustou os combustíveis. Ao não os reajustar, ele impediu que a economia brasileira crescesse. [...] Em um parágrafo você contou a história da manchete. Eu estava acompanhando essa matéria a ser confeccionada. Eu te confesso que eu fiquei felicíssima quando eu fui embora na sexta-feira. Eu tive vontade de chorar quando ao ver a matéria (Elite – Valor Econômico).

Quando observamos as instituições listadas pelos da elite – os entrevistados, as entrevistas recordadas, os economistas admirados, “brilhantes”, “gênios” e/ou “grandes mestres” –, observamos uma relação estreita dos jornalistas da economia da elite com agentes de uma região de interseção entre o campo dos economistas e o campo econômico brasileiros. Região que poderemos chamar de espaço dos especializados em finanças e na perspectiva *mainstream* da economia. Vamos chamar de espaço finanças esse espaço de interseção em que, em maior ou menor medida, agentes atuam a partir dos sentidos, das propriedades ativas de dois campos. Desde o início desta seção, e no decorrer dela, fica claro que há este espaço constituído por instituições, agentes individuais e coletivos, trajetórias profissionais – mais claras a seguir –, disposições, orientações e práticas singulares e compartilhadas que, a nosso ver, estão próximas da dinâmica de um campo social (BOURDIEU, 1997a, 2000).

Os citados têm algumas características de formação acadêmica e de carreira que são semelhantes, são compartilhadas, em maior ou menor medida: primeiro, no campo acadêmico, têm ligações com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) como professores e pesquisadores; segundo, na trajetória profissional, passaram pelo campo burocrático, pelo governo federal em secretarias, ministérios, diretorias, banco central, etc.; e, finalmente, continuando a trajetória profissional, migraram para o campo econômico como consultores, banqueiros, administradores de fundos, proprietários e sócios, mas também presidentes, diretores e analistas, de bancos, empresas de consultoria – monitoramento, análises, projeções, fusões, etc. econômicas, financeiras, políticas, jurídicas – e empresas de investimentos. Puliti (2009) fez um apanhado das três fases da trajetória desses agentes e um de nossos entrevistados se refere a eles espontaneamente quando instado a falar sobre suas fontes.

Pedro Malan, ex-ministro da Fazenda e Unibanco; Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda e sócio-fundador da Tendências Consultoria Integrada; Gustavo Loyola, ex-presidente do BC e sócio-fundador da Tendências Consultoria Integrada; Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e Unibanco; Armínio Fraga, ex-presidente do BC, era do mercado financeiro antes de assumir o cargo e quando saiu foi dirigir a Gávea Investimento; Gustavo Franco, ex-presidente do BC e sócio-fundador da Rio Bravo; Carlos Kawall, ex-diretor do BC, também era do mercado financeiro e tornou-se sócio de Gustavo Franco na Rio Bravo; Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do BC e Mauá Investimentos; Ilan Goldfajn, ex-diretor do BC e Ciano Investimento; Sérgio Werlang, ex-diretor do BC e Itaú; Alexandre Schwartzman,

ex-diretor do BC, era do mercado, foi para o BC e depois analista-chefe do ABN Amro/Santander; Eduardo Loyo, ex-diretor do BC e UBS/Pactual; Joel Bogdanski, ex-BC e Itaú; Marcelo Kfourri, ex-BC e *Citibank*; Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do BC e Projeta Consultoria; Affonso Celso Pastore, ex-BC e consultoria A. C. Pastore; Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações e dono da empresa de investimentos *Quest*; José Roberto Mendonça de Barros, ex-secretário de Política Econômica e dono da consultoria MB Associados; Sérgio Goldenstein, ex-BC e ARX Capital *Management*; Beny Parnes, ex-BC e BBDM; Henrique Meirelles, presidente do Banco Central desde 2003, foi presidente do *BankBoston* (PULITI, 2009, p.69-70).

Eu converso semanalmente com vários economistas, inclusive com aqueles que não concordo. Na semana passada, almocei com Jose Francisco Lima Gonçalves que é o economista-chefe do Banco Fator. Aqui [no Brasil] temos economistas monetaristas e desenvolvimentistas, keynesianos e neoliberais. Esse debate no Brasil não é um debate saudável. Você não debate ideias, mas posição política; apoia ou não o governo, apoia ou não uma política de Dilma. Eu converso muito: com Mario Mesquita, ex-diretor do Banco Central e hoje presidente de um banco do investimento; com Mário Torós, ex-diretor do Banco Central; com Rodrigo Azevedo que, com o Torós, são sócios de uma empresa de investimento; com Fabio Giambiagi, do BNDES; com José Julio Senna, pesquisador da FGV, sócio da MSM, uma empresa de consultoria renomada, coordenador do Centro de Estudos Monetários, primeiro *think tank*. Senna escreveu um livro sobre a história da política monetária do mundo [Política Monetária: Ideias, Experiências e Evolução]. Converso também com Alexandre Schwartzman, articulista do Valor e da Folha de São Paulo, foi diretor do Banco Central. Com Monica de Bolle da Galanto, uma empresa do Rio. Também leio bastante Affonso Celso Pastore. Ele foi presidente do Banco Central em fins da ditadura. É um dos meus economistas prediletos. É consultor independente e vende para bancos suas análises econômicas. Ele tem a tese de que quando a taxa de câmbio aparecia no Brasil as empresas aumentavam as taxas de investimento. Coisa curiosa. Exatamente o oposto do que dizem os economistas desenvolvimentistas. Converso com economistas do governo como [inaudível], desenvolvimentista. Converso muito com Alexandre Tombini, atual presidente do Banco Central. Luciano Coutinho, presidente de BNDES, desenvolvimentista. Ambos vêm manhã. Converso com André Lara Resende, Pêrsio Arida, Eduardo Azevedo, Armínio Fraga. Tem outros que intercambio e-mails, mas esses são os economistas que eu leio e converso, principalmente (Elite – Valor Econômico).

Temos aqui um conjunto de empresas financeiras e agentes sociais que, em grande medida, atuam em uma determinada região do campo econômico, a região das finanças. E, do mesmo modo, atuam em uma região do campo dos economistas brasileiros que já foi caracterizada como a do polo dos monetaristas e ortodoxos, ou da economia *mainstream* (LOUREIRO, 1997).

Outro traço das ligações da elite com suas fontes é que dão um salto institucional; de ter fonte para ter e ser fonte. Isto é, passam a ser fonte de informações, relacionamentos e consultas para Ministros e Ex-Ministros de Estado, Diretores e Ex-Diretores do Banco Central, além de presidentes, economistas, diretores, etc. de instituições financeiras – corretoras, bancos, etc. Isso é um diferencial que mantém e fortalece as ligações com os agentes do espaço finanças. Isso melhora as chances de ser distinto; convite para um café da manhã, uma oferta de entrevista, um furo, uma entrevista exclusiva, etc. Em grande medida, os jornalistas entram em uma relação de reciprocidade com agentes do espaço finanças.

Nós temos contatos diferentes. Eu não tenho contato no Banco Central para isso. Mas, por exemplo, os economistas dos bancos têm reuniões frequentes com o governo. Eles tiveram na sexta-feira, têm hoje. O tempo todo eles estão com o governo. Por exemplo, há dez dias um economista da [...] que fica em Nova York, brasileiro, mas está em Nova York há muitos anos, ligou na minha casa de manhã, em um sábado de manhã, estava no Brasil, tinha vindo na sexta-feira de noite de Brasília. Ele estava aqui em São Paulo e falou: “Olha, estou aqui, você não quer tomar um café comigo de manhã?” Eu falei: “Vou tomar banho e vou.” Aí ele me contou tudo o que tinha acontecido na reunião que ele foi no Banco Central e no Ministério da Fazenda. Eu, inclusive, fiz uma matéria com ele. Ele até podia falar, falou muita coisa que ele não podia me falar, em *off*. Ele me deu várias declarações em *on*. Mas eles contam absolutamente tudo. Então, depende do grau de confiança que eles têm em você. Tem muitas coisas que eu sei aos pedaços, mas eu também relato. Como eles relatam pedaços, nós conseguimos fechar as pontas. E nós chegamos a um quadro. E este quadro normalmente é escrito. Nós o escrevemos e aí o governo se manifesta. Vem um diretor e liga para mim: você escreveu uma coisa, mas não é bem assim, [nome de jornalista], está falando uma coisa, isso eu contei, mas isso não é explicação. Aí a gente reescreve com a outra explicação. Na verdade, é como se fosse um lego (Elite – Valor Econômico).

Tem uma troca. Eu sou muito demandado. Eu e [jornalista] que é a nossa diretora em Brasília. Como a gente acompanha muito de perto o governo e eu, um pouco o mercado e a mesa digital com esse projeto do Valor Pro, eles demandam muito

da gente. Eu não sou procurado pelos economistas para dizerem esta é minha agenda. Eles procuram para ver para onde vai o governo: o que você acha que o Tombini vai fazer na próxima reunião do COPOM, você acha que a Dilma vai fazer intervenção na economia? [...] Então, os economistas não me chamam para instalar sua agenda, mais para saber os bastidores. Eles querem saber um pouco mais do que está nos jornais. A gente sabe algumas coisas que não publica no jornal (Elite – Valor Econômico).

Devemos ter em conta que há relações diferenciadas que, em grande medida, os jornalistas da elite estabelecem com os economistas. De modo recorrente, há o uso diferenciado das etiquetas profissionais em relação a eles. Nas entrevistas não se faz relatos negativos à pessoa ou à formação acadêmica e se mobiliza princípios profissionais para explicar as relações, tais como ter estabelecido uma relação de confiança, respeito. Em relação aos economistas do polo *mainstream* do campo dos economistas, essas etiquetas estão presentes. Mas são deixadas de lado quando se referem àqueles do polo oposto; os “economistas da Unicamp” – Instituto de Economia da Unicamp².

Há uma ligação forte da elite do JEB com agentes do espaço finanças. A manutenção dessas relações tem implicações para o conteúdo e as pautas dos jornais. Elas são expressas e vividas como tensões entre o dever e a ética profissional em manter a integridade da pessoa, a credibilidade do jornalista e do jornal. Na prática, elas são vividas com uma deferência dos jornalistas aos agentes do espaço finanças e isso fica visível quando se compara o modo como usam a etiqueta, como apresentaremos mais adiante.

No Brasil, as estruturas do campo dos economistas se atualizaram e firmaram a partir dos anos 1970, com a renovação e a modernização dos cursos de economia – currículo, origem social dos alunos e professores –, a formação da pós-graduação, o aumento do número de alunos nos dois níveis, a formação no exterior de jovens professores, especialmente nos EUA, a criação de periódicos acadêmicos, o aumento expressivo do número de artigos publicados e a ascensão dos economistas – muitos professores desses cursos formados no exterior – aos postos de elite no Estado (LOUREIRO, 1997, p.61-70).

² Uma questão pode ser desdobrada: quais são as dimensões das relações sociais, do capital social, dos jornalistas e como eles as construíram e acumularam? Podemos ter a importância, o peso relativo, do capital social na dinâmica dos jornalistas – ascender na carreira, acessar e estabelecer fontes, mudar de carreira, etc. – como um ponto pacífico, dada sua presença na literatura específica sobre o JEB. Mas uma sistematização mais geral sobre o peso relativo dos tipos de relações sociais – profissionais, parentesco, amizade, política, etc. – e de como foram estabelecidas e reproduzidas ainda precisa ser feita.

O estado do campo dos economistas brasileiros, estabelecido a partir dos anos 1970, reforçou a polarização existente no estado anterior; cepalinos estruturalistas heterodoxos versus autodidatas monetaristas ortodoxos. Atualmente, a polarização se revela a partir de um conjunto de pares de opostos que estruturam as lutas e diferenciações internas: PUC-RJ e Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE/FGV-RJ) *versus* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Instituto de Economia da Unicamp – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e FGV-SP no meio; modelização matemática e econometria *versus* abordagem histórica, institucional, social e política dos processos; internacionalização *versus* menos internacionalização; modelo de ciência *hard* nos moldes das ciências exatas *versus* modelo de ciência *soft* nos moldes de domínio de obras e autores clássicas; uso de literatura predominante em inglês *versus* uso predominante em português; textos de referência mais novos *versus* textos mais antigos; Revista Brasileira de Economia e revista Pesquisa e Planejamento Econômico *versus* Revista de Economia Política – a revista Estudos Econômicos da FEA/USP é mista; estratégias de carreira junto ao FMI, Banco Mundial, consultorias, bancos privados versus universidades públicas, agências governamentais, empresas públicas (LOUREIRO, 1997, p.70-84).

Figuras públicas como empresários, ex-ministros, economistas são citados recorrentemente nas entrevistas com os da elite, como vimos. Eles aparecem como boas fontes e pessoas admiráveis; entrevista que dá “uma capa”, economistas “brilhantes”, “gênios”, etc. Quando observamos essas figuras, vemos que elas são da região FGV-RJ e PUC-RIO do campo dos economistas. Em relação a elas são mobilizados princípios do mundo profissional que, conforme argumentam, resultam em respeito e confiança; representante do leitor, ética, respeito, etc. Mas há uma diferença na forma de se referir aos ex-ministros, economistas, ideias, ideologias, representações, saberes do outro polo do campo dos economistas brasileiros. Em relação a esses agentes e representações as críticas e avaliações negativas são explicitadas.

E coloca o Mantega, que é um merda. Ele é um zero à esquerda. Ninguém respeita o Mantega. Ele não tem presença nem tem cabedal intelectual. Então, ele é mandado por Dilma [e continua...]. Derivou para o Plano Real, quando veio uma cabeça keynesiana, com pessoas muito capazes; Pécorsio Arida, André Lara Resende, também havia o Edmar Bacha. Ali eu passei a compreender: é isso mesmo, você tem de abrir o país, tem que haver um choque de competição (Elite – O Globo).

Então, isso; seria bom o seguinte, avaliar a qualidade de uma análise feita pela Unicamp, pela PUC, pela FGV, pela UFRJ, pelos economistas que preferem as 4, avaliar a qualidade da análise econômica feita por esses economistas. [qual é sua impressão aí?] Eu não conheço muito bem a impressão de quem eles chamam de campineiros. Campineiros é o pessoal de Campinas, mas alguns deles são... muito ideológicos, voltados para um passado. Eu também fui partidária, fui presa, meu marido foi preso porque éramos ligados ao socialismo, mas o que era o socialismo? [...] Então, mas alguns de campinas não são todos. [...]. É diferente porque eu acho que a análise mais inteligente deve ser do pessoal da PUC (Elite – O Estado de São Paulo).

Novamente, temos em conta que o espaço da elite não é monolítico, pois há posições dissonantes. A crítica dos jornalistas dissonantes, ou as disputas entre os próprios jornalistas, revelam não só a diferença entre eles, mas também o reconhecimento da importância dos agentes do espaço finanças.

[L. Nassif]. Desde o início, André Lara Resende era defensor intransigente da remonetarização com poupança externa. Na gestão de FHC na Fazenda, André concordou em completar o processo de renegociação da dívida externa. Ali, ampliou contatos com banqueiros internacionais. Com a rede de contatos externos ampliada por sua posição de negociador da dívida, saiu do governo para operar no mercado. Mas continuou tendo participação ativa nas formulações econômicas, em um caso flagrante de *insider information*. Aliás, era mais do que o *insider*. Era o economista com dupla militância, ajudando a definir as regras do Real e, depois, operando no mercado em cima dessas mesmas regras (LENE, 2013, p.432).

Temos várias formas de ligação dos jornalistas com as fontes ou com os agentes do espaço finanças³. Elas implicam em vínculos de confiança e reciprocidade. Podemos pensar em um leque dos possíveis que ocorrem, de fato: de um lado, as

³ Uma questão pode ser colocada: qual é o grau de autonomia dos jornalistas da economia, subcampo JEB, vis-à-vis os economistas, campo dos economistas brasileiros? Esta pesquisa não a resolve sistematicamente, mas indica uma direção de autonomia restrita, como procuramos apresentar nesta seção e na subsequente do texto. Alguns trabalhos mais sistemáticos indicam a mesma direção, isto é, trabalhos que pesquisaram a questão comparando os enquadramentos presentes em matérias jornalísticas e os presentes em artigos de economistas na imprensa, quando trataram do mesmo assunto; a reforma da previdência social (SOUZA, 2019), as ações e funções do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDEs (ROSA, 2019; ROSA, PEDROSO NETO, 2019) e a política fiscal de desoneração do Imposto sobre Produto Industrializado, IPI (VELOSO, 2018).

relações que contribuem para a construção da notícia no dia a dia, as matérias mais rotineiras, para as quais são mobilizados os contatos mais frios, de menos prestígio e impessoais; de outro lado, as relações que contribuem para construção de matérias mais destacadas – colunas, entrevistas, “manchetes”, “capas” – para as quais são mobilizados os contatos mais quentes, de mais prestígio e pessoais. São essas matérias que, em maior medida, realizam a *illusio* da profissão, que permitem estabelecer e reestabelecer posições centrais no subcampo JEB. Isto é, posições com poder de agendar temas e enquadramentos, de consagrar princípios de excelência, de admiração, de reconhecimento – por exemplo, jornalistas, colunistas, diretores como Miriam Leitão, Suely Caldas, José Kupfer, Carlos Sardenberg, Angela Bittencourt, Claudia Safatle, Cristiano Romero, Luis Nassif, Vera Brandimarte, Vera Durão, dentre outros.

A manutenção dessas relações tem implicações para o conteúdo e as pautas dos jornais. Elas são expressas e vividas como tensões entre o dever e a ética profissional em manter a integridade da pessoa, a credibilidade do jornalista e do jornal. Devemos considerar que, em função da necessidade dessa teia de relações, os jornalistas têm relações objetivamente necessárias com os agentes e as representações do espaço finanças. Com essa teia, eles mantêm o acesso a fontes privilegiadas e, assim, os benefícios resultantes, como a realização das dimensões da *illusio* singular do espaço do JEB. Mas não é só isso. Devemos considerar também que a apresentação espontânea dessa postura ética e profissional expressa uma denegação (BOURDIEU, 2007) da submissão a uma teia de ligações necessárias e esconde certa submissão à *doxa* do espaço finanças ao mesmo tempo que uma sensata adesão implícita ou explícita a essa *doxa*, por conta da formação dos jornalistas em economia.

Formação autodidata e sob ascendência da região FGV/PUC-RJ

Ao explorarmos a entrada e a formação dos jornalistas na especialidade economia, encontramos relações no processo de aprendizagem que indicam certa ascendência dos agentes do espaço finanças sobre eles. Os jornalistas, de modo geral, não aprenderam economia no curso superior em jornalismo e iniciaram no jornalismo econômico mais por acaso do que por formação específica, como é recorrente nas entrevistas: “Comecei em 1970, no Jornal do Brasil, [...] e, não é que eu quisesse ser jornalista econômico. Fui designado para Editoria da Economia, gostei e me quedei lá. [...] Então, eu me formei, e foi uma coisa muito boa, lendo muitos relatórios de Bancos Centrais e discussões, etc”. (Elite – O Globo).

Eles aprenderam economia nas ações práticas como jornalistas: nas redações – Gazeta Mercantil foi a “grande escola” –, nas entrevistas com economistas, com “grandes economistas”, com diretores e especialistas de bancos, com ministros, nas pesquisas por dados e informações, nas assessorias de imprensa de instituições, etc., E, mais recentemente, em especializações universitárias quando já atuam como jornalistas. Isso é recorrente no conjunto das entrevistas e já foi registrado pela literatura (ABREU, 2003; RESENDE, 2005; RIBEIRO, PASCHOAL, 2005; ABREU, ROCHA, 2006; PULITI, 2009; LENE, 2013; PEDROSO NETO, 2015).

Duas formas são mais recorrentes entre os entrevistados da elite, e não são entre os não elite: além da “grande escola Gazeta Mercantil” relatam o aprendizado nos órgãos governamentais do espaço da finança e com agentes do espaço finanças.

A primeira forma é relatada por jornalistas da economia da elite que foram assessores de imprensa em secretarias, ministérios e bancos governamentais:

[Como o senhor começou no jornalismo?] [C. A. Sardenberg] Não foi bem por acaso. Foi por uma circunstância política. Estava estudando na faculdade, fazia curso de direito e filosofia. [...] E teve aqueles acontecimentos de 68/69. O AI-5 em 1968. A ditadura ficou mais forte. [...] Para resumir eu não podia ir mais na faculdade. O resultado foi que não pude pegar meu diploma de filosofia e também não podia dar aula no cursinho, então fiquei sem emprego e sem carreira. Foi nesse momento que um amigo do meu pai que era jornalista na "Veja" [revista], falou: "estão precisando de gente no Estadão". Daí eu fui pro "Estadão". [...] Eu comecei no jornalismo econômico depois de 1985, quando saí do governo. Por acaso fui trabalhar na Secretaria da Fazenda no Ministério do Planejamento, e aí eu desenvolvi esse conhecimento em economia. Eu tinha de escrever os documentos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento sobre reforma econômica. Quando chegou mais ou menos 1982, o MDB [PMDB] ganhou a eleição para governador em todo o país. [...] Começou dentro das oposições um debate muito grande sobre políticas econômicas. [...] Acabei me envolvendo com um grupo que ficava em torno da Secretaria da Fazenda, João Saiad [ministro do Planejamento na gestão de José Sarney] e vários outros economistas. Um dos meus papéis era redigir os textos. Era difícil porque tinha de falar de inflação inercial, correção monetária, reforma monetária, troca de moeda, apresentar isso para Ulisses Guimarães, Fernando Henrique (MATOS, 2008).

Veja só, na crise de 2008, quando eu estava no Banco Central, foi um aprendizado fenomenal. Olha o desafio: o Lehman quebra. O Brasil estava no seu melhor momento. [...] Aí quebra aquele banco. Aí você tem toda a imprensa brasileira para explicar o que era uma crise que você não estava vivendo. Aí você

tem que estudar aquela crise. Aí nós estudamos a crise com os diretores do banco, que são grandes economistas. Todos estudaram fora do país, todo mundo é doutor. Aí estudamos a crise para contar o que estava acontecendo lá. [...] Você tinha que fazer operações para poder explicar como você solucionaria uma questão. Eram coisas tão complexas. São operações muito complexas de socorro, de tirar dinheiro de reserva, de fazer leilão de dólar. São coisas que o Brasil não fazia. O Brasil nem tinha reserva antigamente. Hoje em dia o Brasil constituiu grandes reservas. E você manusear aquilo, fazer aquilo. [...] A coordenadoria geral do banco me deu a missão de fazer os dossiês das intervenções de todos os Bancos Centrais do mundo. [...] Nós éramos uma assessoria de doze pessoas, mas tinha o núcleo do presidente. [...] Um deles depois, não sei se você conheceu o [nome de jornalista]? Ele é nosso colega aqui, ele é colunista. [...] Ele foi o primeiro assessor. Ele foi assessor do Meireles, eu saí do banco e ele ainda continuou (Elite – Valor Econômico).

Na segunda forma, relatam que recorreram aos agentes do espaço finanças, como o exemplo emblemático da jornalista Mirian Leitão.

[A entrevistadora perguntou] Você fez algum curso, alguma especialização em economia? [M. Leitão] Nunca fiz nenhum curso, mas a quantidade de economistas que entrevistei, pedindo “me explica isso, me explica aquilo”, equivale a um curso. Passei horas com os principais economistas do Rio, conversando sobre os mais diversos temas. Quando achava que o que eu não entendia ia estourar, perguntava: “como é isso?” Por exemplo, quando a inflação começou a subir cheguei na PUC e perguntei: “quem entende de hiperinflação aqui?” Disseram: “Gustavo Franco”. Estacionei no Gustavo Franco: “me explica, como foi a inflação alemã, a húngara, como é a lógica da hiperinflação, como se sai da inflação?” Quando assumi como editora de economia do JB [Jornal do Brasil], o editor executivo do jornal, Flávio Pinheiro, achou, por bons motivos, que eu precisava saber mais sobre economia – e não apenas eu. Fez então um contrato com dois brilhantes economistas da PUC, Rogério Werneck e Dionísio Dias Carneiro, para eles almoçarem comigo uma vez por semana para tirar as nossas dúvidas e nos alertar sobre novos fatos. Foram reuniões magníficas, nas quais aprendi muito (ABREU, ROCHA, 2006, p. 86).

E, novamente, os relatos nas entrevistas indicam fortemente que temos algumas situações típicas que remetem ao momento dos planos econômicos dos anos 1980 e 1990, desde o Plano Cruzado (1986) até o Plano Real (1994). Os jornalistas da elite destacam que tiveram que estudar e que foi o “grande teste para os editores”.

Mas surgiu a possibilidade de trabalhar na Agência Brasil, que foi parte da EBC. Em 1990 eu cobria cidades. [...] Surgiu a possibilidade de cobrir temas nacionais e a economia. Eu fiz uns testes e passei. Naquele momento o Brasil vivia uma instabilidade absoluta na economia. Em 1990, assumiu o primeiro presidente eleito, Collor de Melo. Acabava de lançar o plano Collor, que foi terrível, confiscou os depósitos das pessoas. Então, eu entrei justamente ali. E o Ministério da Fazenda era uma coisa muito intensa. [...] O Plano Collor rapidamente fracassou e logo foi lançado o Plano Collor 2, que também fracassou rapidamente. E começou a preparar o que logo foi o Plano Real. [...]. Quando a economia foi se normalizando, especialmente a partir do Plano Real em 1994, as equipes foram diminuindo. [...]. Eu saí da Agência Brasil e fui trabalhar no Jornal do Brasil. [...] Foi o grande jornal do país entre 1960 e 1980. [...] Ali eu consolidei uma carreira de repórter econômico. Eu cobri completamente toda a formulação do Plano Real (Elite – Valor Econômico).

Enfim, nessas trajetórias que perpassaram o espaço finanças se formaram ou reconverteram disposições sobre a economia. Dois aspectos se depreendem. Enquanto redundam referências de socialização com a economia, com os agentes, instituições e processos típicos do espaço finanças, não aparecem referências ao polo oposto do campo dos economistas. Outro aspecto complementar é que essas disposições e socializações têm implicações positivas sobre as chances nas carreiras. As chances se devem ao domínio prático de saberes e princípios de visão e divisão de mundo, juntamente com as relações que, além de prestigiosas, permitem dar uma espécie de salto institucional; de fato, são recorrentes as trajetórias de ascensão mais acelerada na carreira.

Considerações finais

Algumas conclusões são de que os jornalistas que se mantêm na carreira e na especialização têm alguns incentivos e passam por alguns constrangimentos rumo às posições de elite. Estruturalmente, os dados indicam que têm que partir para os grandes jornais generalistas e para o rádio e a televisão, além de aproveitar o capital simbólico acumulado e o acesso ao grande público consumidor, e reconverter na produção de outros bens simbólicos como livros e, principalmente, palestras. Ou podem partir para os jornais especializados, ou melhor, nos dias atuais, para o jornal Valor Econômico.

Se, há algum tempo – anos 1970 e 1980 –, os jornalistas tinham que ter contatos e fontes no governo federal, as indicações são que, atualmente, têm que ampliar o leque para os agentes, instituições e produtos do espaço finanças. Na trajetória, nos tempos atuais, têm que ter algum tipo de especialização em finanças e demais princípios de visão e divisão de mundo relativos à economia *mainstream*.

Isso quer dizer que os jornalistas da economia da elite têm fortes incentivos para realizar a *illusio* profissional quando têm relações ou compartilham princípios de visão de mundo sobre a economia que são os mesmos dos agentes dominantes no mundo econômico.

Uma das consequências disso é que, esses agentes dominantes, também elites em seus respectivos campos, conseguem espaços nobres – voz e visibilidade – na imprensa de economia e, em grande medida, implícita ou explicitamente, são tratados com deferência, em forma de respeito e ética profissional. As relações têm elementos de tensão, têm contradições, mas não deixam de ser assimétrica e não deixam de reproduzir as tomadas de posição dos dominantes no mundo econômico.

Enfim, algumas pontas da elite do JEB se ligam fortemente com as elites do espaço finanças. A manutenção dessa rede de ligações e a realização da *illusio* pressupõem um conjunto de crenças compartilhadas – acima das divergências corriqueiras – uma *doxa* sobre o funcionamento da economia.

Agradecimentos

As pesquisas receberam apoio: do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; do European Research Council sob European Union's Seventh Framework Programme [(FP7/2007–2013)/ERC Grant Agreement No. 283754 dirigido por Dr. Tiago Mata; do Proyecto Fondecyt 1180611 financiado pela Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica (CONICYT), Chile; do proyecto CONICYT PIA Anillo SOC 180039; e de jornalistas entrevistados e que responderam aos questionários. Agradecemos a todos os apoiadores.

ECONOMIC JOURNALISTS AND MEN OF FINANCE: FASCINATION, ASCENDANCY AND PROFESSIONAL ILLUSION

ABSTRACT: *This article explores the impact that agents from the economic field and mainstream economists have on journalists' perspectives on the economy. From the analysis of more than 58 interviews with economic journalists from Brazil, we reveal*

how the main opinion makers' positions affect journalists' vision on the economy. Elaborating on Pierre Bourdieu's notion of illusion, we explore their involvement in their work: commitment from the notion of news coup; the means and sources to achieve more important covers; and shape journalists prospects of the economy. Among the results we find the idea of "moving the market" hierarchizes texts and authors. The most prestigious sources in reporting the economy have passed through governments, financial institutions and come from the financial field. Journalists acknowledge reciprocal relations with these prestigious sources, accessing to news coups and special interviews; realizing the illusion of the profession and accessing to key positions in economic journalism. The modes of learning and specialization in economics show the influence of these financial agents in the economic coverage.

KEYWORDS: *Economic journalism. Elites. Illusio. Economists. Finance.*

PERIODISTAS ECONÓMICOS Y HOMBRES DE FINANZAS: FASCINACIÓN, ASCENDENCIA E ILUSIÓN PROFESIONAL

RESUMEN: *Este artículo explora el impacto que tienen los agentes del campo económico y los economistas mainstream en las perspectivas sobre la economía de los periodistas. Basado en 58 entrevistas con periodistas económicos de Brasil, constatamos como las perspectivas sobre la economía de los formadores de opinión afecta la visión sobre la economía de los periodistas. Elaborando en la noción de ilusión de Pierre Bourdieu, exploramos como estos agentes producen golpes noticiosos, son fuentes para logran portadas, y dan forma a las perspectivas económicas. Entre los resultados encontramos que la idea de "meterse con el mercado" jerarquiza a textos y autores. Las fuentes más prestigiosas en la cobertura de la economía en Brasil han pasado por gobiernos, instituciones financieras y provienen del espacio financiero. Los periodistas establecen relaciones recíprocas con estas fuentes prestigiosas, obteniendo golpes noticiosos y entrevistas. Es decir, realizan la ilusión de la profesión y establecen posiciones centrales en el periodismo económico. Los modos de aprendizaje y especialización en economía evidencian la influencia de los agentes del espacio financiero como agentes dominantes en la cobertura económica.*

PALABRAS CLAVE: *Periodismo económico. Elites. Illusio. Economistas. Finanzas.*

Referências

- ABREU, A. A. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. *In*: ABREU, A. A; LATTMAN-WELTMAN, F; KORNIS, M. A. **Mídia e Política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ABREU, A. A; ROCHA, D. **Elas ocuparam as redações**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOURDIEU, P. O mercado dos bens simbólicos. *In*: _____. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987a.
- _____. Campo do poder, campo intelectual e habitus de *classe*. *In*: **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987b.
- _____. Sobre o poder simbólico. *In*: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. Le champ économique. **ARSS**, n. 119, 1997a.
- _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b.
- _____. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seuil, 2000.
- _____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.
- _____. Pós-escrito 2: A dupla verdade do trabalho. *In*: _____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.
- CALDAS, S. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Contexto, 2003.
- CHAMPAGNE, P. Le journalisme à l'économie. **ARSS**, n. 131-132, 2000.
- _____. L'étude des médias et l'apport de la notion de champ. *In*: PINTO, É. **Pour une analyse critique des médias**: le débat public en danger. Paris: Éditions du Croquant, 2007.
- COMBESSIE, J-C. **La méthode em sociologie**. Paris: La Decouverte, 2001.

- COSTEY, P. L'illusio chez Pierre Bourdieu. Les (més)usages d'une notion et son application au cas des universitaires. **Revue Tracés**, n. 8, 2005.
- DUVAL, J. **Critique de la raison journalistique**. Paris: Le Seuil, 2004.
- KUCINSKI, B. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Edusp, 1996.
- LENE, H. **O jornalismo de economia no Brasil**. Cruz das Almas, BA: Editora UFRB, 2013.
- LOUREIRO, M. R. **Os economistas no governo: gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MATOS, V. Carlos Alberto Sardenberg. Pode mudar presidente, mas a política econômica não muda. **Jornal Matéria Prima**, Maringá, PR, 25 ago. 2008. Disponível em: <http://www.jornalmateriaprima.jex.com.br/entrevista/carlos+alberto+sardenberg++pode+mudar+presidente+mas+a+politica+economica+nao+muda>
- NASSIF, L. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003.
- NEVEU, E. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.
- PEDROSO NETO, A. J. O espaço dos jornalistas da economia brasileiros gerações, origem social e dinâmica profissional. **Revista Pós Ciências Sociais**, UFMA, v. 12, 2015.
- PEDROSO NETO, A. J; UNDURRAGA, T. The Elective Affinity Between Elite Journalists and Mainstream Economists in Brazil. **Journalism Studies**, p.2243-2263, 2017.
- PEDROSO NETO, A. J; UNDURRAGA, T. Elites do jornalismo econômico brasileiro: gerações, especialização e audiência. In: GRILL, I. G. REIS, E. T. (Org.). **Estudos de elites e formas de dominação**. São Luís, MA: EDUFMA, no prelo.
- PULITI, P. **A financeirização do noticiário econômico no Brasil 1989 – 2002**. Tese de Doutorado. Escola de Comunicações e Artes, USP, 2009.
- QUINTÃO, A-S. F. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.
- RESENDE, J. V. **Construtores do jornalismo econômico: da cotação do boi ao congelamento dos preços**. São Paulo: Ícone, 2005.

RIBEIRO, E; PASCHOAL, E. **Jornalistas brasileiros: quem é quem no jornalismo de economia**. São Paulo: Mega Brasil e Call Comunicações, 2005.

ROSA, T. F. M. **A cobertura do BNDES nos governos FHC e Lula; as relações entre os campos do pensamento econômico e jornalístico na imprensa brasileira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, 2019.

ROSA, T. F. M.; PEDROSO NETO, A. J. A cobertura do BNDES nos Governos FHC e Lula bases ortodoxas nas narrativas sobre privatizações e PAC. **Revista Observatório**, vol. 5, n. 4, 2019.

SCHUDSON, M. **The power of news**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1995.

SOUZA, T. S. M. **O jornalismo econômico e a cobertura da previdência nos anos de discussões das reformas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, 2019.

STARKMAN, D. **The watchdog that didn't bark**. New York: Columbia University Press, 2014.

TEMMAR, M; ANGERMULLER, J; LEBARON, F. **Les discours de l'économie**. Paris: Curapp-Ess Editions, 2013

UNDURRAGA, T. Making news, making the economy: technological change and financial pressures in Brazil. **Journal of Cultural sociology**, v. 11, p.77-96, 2017a.

_____. Making news of value: exploiting dissonances in economic journalism. **Journal of cultural economy**, p.510-523, 2017b.

VELOSO, V. L. **Crise econômica e desoneração do IPI nos jornais brasileiros: silêncio dos economistas e quadros performativos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, 2018.

Recebido em 27/09/2019.

Aprovado em 31/10/2019.

METAMORFOSES DO SIMBÓLICO NO BRASIL RURAL – AS TRANSFORMAÇÕES DO INÍCIO DO SÉCULO XXI VISTAS POR MEIO DE UM PERSONAGEM CLÁSSICO DA FORMAÇÃO DO BRASIL, O CAIPIRA

*Suzana KLEEB**
*Arilson FAVARETO***

RESUMO: Na análise das transformações brasileiras do século XXI há polarizações envolvendo enaltecimento de mudanças inéditas na história do país e argumentação sobre o alcance limitado destas na crise contemporânea. Este artigo contorna estes extremos afirmando que o período expressa mudanças nas bases da dominação, focalizadas nas metamorfoses do caipira no Brasil rural e interiorano. Esta é retratada em estudos clássicos sobre Cunha-SP e Bofete-SP e revisitada no presente, destacando-se três aspectos: os anos 2000 recompõem o caipira na hierarquia social, combinando alterações e atualizações de velhas estruturas de dominação; novas ruralidades evidenciam processos heterogêneos de preservação de autonomia e tradição do caipira sob formas de contratualização da racionalidade capitalista e do mundo urbano e pós-industrial; aspectos ressaltados pelos clássicos da formação brasileira têm sustentação se entendidos sob o prisma das metamorfoses e articulações do material e do simbólico, das interdependências entre local e extra local, e das interpenetrações entre passado e presente.

PALAVRAS-CHAVE: Modos de dominação. Poder simbólico. Nova ruralidade.

* Museu de Santo André. Santo André – SP – Brasil. 09010-160 - skleeb@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-4368-0435>.

** UFABC – Universidade Federal do ABC. Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Bolsista Produtividade do CNPq. São Bernardo do Campo – SP – Brasil. 09606-045 - arilson.favareto@ufabc.edu.br. <https://orcid.org/0000-0003-1825-7165>.

Introdução

Para autores como Bresser-Pereira (2014) a segunda década do século XXI, mais do que por uma crise conjuntural ou pelo fim dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), é marcada pelo esgotamento de um dos grandes ciclos da formação brasileira. Enquanto o período de 1930 até o meio dos anos 1970 foi, em diferentes etapas, o momento de afirmação do nacional-desenvolvimentismo, os anos compreendidos entre 1988 e 2014 podem ser entendidos como o ciclo organizado em torno das ideias de cidadania e democracia. Recriaram-se instituições democráticas após 20 anos de ditadura, e esta reconstrução se fez cimentada pelo compromisso assumido pelo Estado brasileiro de expandir direitos para uma população beneficiada apenas muito parcialmente pelo processo de modernização característico da urbanização e da industrialização com que se tentou, no ciclo anterior, pôr fim ao passado agrário do país e suas heranças.

A Constituição de 1988 consolidou marcos institucionais deste novo ciclo. Nela se buscou garantir diversos direitos como educação, saúde e assistência social. Mas, com um paradoxo: no mesmo momento em que o Estado brasileiro assumia este conjunto de compromissos, no que se poderia chamar de contrato social em torno da criação de um estado de bem-estar, ainda que com os limites de um país na semiperiferia do capitalismo internacional, o Brasil vivia uma crise de financiamento brutal. Isso ajuda a entender as ambiguidades dos anos 1990, quando os governos conduziram políticas econômicas voltadas à estabilização inflacionária e à modernização da base produtiva, que poderiam ser classificadas como de orientação neoliberal, e, ao mesmo tempo, operavam a organização de sistemas nacionais de implementação das políticas pactuadas na redemocratização, caso típico do Sistema Único de Saúde (SUS) ou da extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais. Estas ambiguidades, em certo sentido, explicam os progressos verificados nos indicadores sociais, sobretudo de educação, mas também o ritmo lento e heterogêneo desta melhoria e também o impasse ou mesmo a piora vista em outros domínios, como a pobreza e o desemprego.

Nos anos 2000 parecia que o paradoxo tinha sido equacionado de melhor forma. O país cresceu continuamente a taxas razoáveis – em torno de 3,5% ao ano –, a pobreza declinou significativamente, houve uma condição de virtual pleno emprego, com taxas em torno de 5%. Tais resultados foram expressão de uma agenda ampla, sustentada por uma coalizão de forças sociais igualmente plural. Nela estavam representados nada menos do que todos os principais segmentos organizados da sociedade brasileira – do capital financeiro ao industrial, do agronegócio aos

ambientalistas, passando pelas organizações dos trabalhadores. Porém, tão ampla e diversa coalizão não duraria muito. O mesmo Bresser-Pereira (2014, p.343) nomina o período como “o pacto que não houve”, indicando justamente algo de ilusório na proposta de que todos os segmentos poderiam ganhar simultaneamente por muito tempo. Gradativamente a partir de 2007-2008 as condições começaram a se deteriorar, até atingir seu ápice no meio da década atual, quando houve a deposição da presidente Dilma Rousseff e a reorientação radical da agenda do Estado brasileiro.

No final da segunda década do século XXI, quando este texto é escrito, predomina na agenda nacional um desmonte do aparato de políticas e programas que levaram à melhoria dos indicadores durante o ciclo que agora se encontra em crise e a deterioração de indicadores sociais já é reconhecida nas estatísticas oficiais: crescimento econômico baixíssimo, 13 milhões de desempregados, 7 milhões de pessoas voltando ou ingressando na condição de pobres somente entre 2014 e 2017, volta do crescimento da mortalidade infantil, entre outros aspectos. Para alguns, isso se explica por conta do novo momento da economia internacional, após a crise financeira dos meados dos anos 2000. Para outros, por boicote das elites. Para uma terceira leitura, pelas insuficiências do modelo que vinha sendo adotado. Ou ainda, por uma combinação de todas estas explicações.

Para este texto não importa entrar na discussão dos fatores de declínio desta etapa do ciclo cidadania e desenvolvimento. O intuito é outro: interrogar o alcance das mudanças verificadas, sobretudo na sua etapa mais recente. Também sobre isso restam controvérsias: para uns, os anos 2000 nada mais foram do que uma década de ilusões, agora desfeitas com a crise; para outros, momento de mudanças nunca vistas na história do país, agora boicotadas por uma revanche das elites. O que se propõe é sair deste maniqueísmo e do horizonte de curto prazo. Mais especificamente, propõe-se analisar de que maneira as mudanças deste período se somam a transformações de longo prazo vividas pela sociedade brasileira, herdeiras dos ciclos anteriores de urbanização e industrialização. Trata-se de colocar o período atual sob escrutínio de uma perspectiva mais alongada no tempo, capaz de decantar ou de evidenciar estruturas mais profundas da formação social brasileira, e seu contraste com o que foi feito durante a agenda do Estado brasileiro nesses tempos mais recentes.

A ideia subjacente é que a centralidade dada à agenda social no período dos governos petistas se soma e é em certa medida filtrada por características específicas de certas formações territoriais, com seus modos de dominação assentados há décadas, e com seus personagens arquetípicos representativos destas formas de dominação, moldando assim, dialeticamente, uma metamorfose destas configurações territoriais e das figuras sociais a elas associadas. Somente por meio deste recurso analítico se

podem compreender os significados mais profundos do ciclo da expansão da cidadania e dos direitos, em especial como eles afetaram domínios específicos da vida social do país⁴. No caso das próximas páginas, se privilegia um destes domínios, aquele que diz respeito às condições de vida e de reprodução social das populações rurais.

Explicitado o olhar que se pretende empreender, cabe dizer algo a respeito do objeto. Por que esta escolha pelo Brasil rural e interiorano? Com efeito, uma das marcas do período dos governos petistas foi o alcance das políticas sociais junto a uma população que, mesmo ao longo de todo o ciclo anterior, havia permanecido de certa forma apartada dos circuitos de acumulação, ou atingida apenas de maneira fronteira pelo fenômeno da urbanização e da industrialização. Singer (2011) afirma justamente que é aí, na incorporação do que Caio Prado Jr. (1976) havia chamado de setor inorgânico da economia brasileira à vida política e econômica, que se constituíram as bases sociais de sustentação do lulismo. Lula e seu partido, de berço operário, gradativamente mudaram o eixo de seu apoio na sociedade brasileira, das classes médias intelectualizadas e da classe trabalhadora tradicional para o Brasil interiorano e rural.

É certo que esses dois autores ao mencionarem a categoria setor inorgânico se referem a uma região determinada, que corresponde grosso modo ao Sertão semiárido nordestino. Mas, os processos sociais vistos ali foram, em certa medida, válidos para outras áreas, como as adjacências rurais de regiões urbanas e metropolitanas, mesmo no interior paulista. Ali predominou por muito tempo a figura social do caipira, bastante presente em estudos clássicos da sociologia e da antropologia dedicados ao rural e às transformações sociais. Este era associado historicamente à rusticidade e à precariedade, quando não a adjetivos ainda piores; resultado de sua condição de isolamento e de pouca integração aos ditames da vida moderna. Mais do que a materialidade da condição caipira, há uma simbolização a respeito da sua posição nas maneiras de se conceber o passado, o futuro, e neles, o lugar conferido às populações pobres, que pode ser interrogada à luz das transformações vividas ao largo da história do Brasil, com destaque para o último período.

Este é um ângulo ainda pouco privilegiado, que envolve indagar como essas transformações se expressam nas formas de sociabilidade, seus conflitos e, principalmente, nos padrões de dominação e como estes se condensam nas trajetórias

⁴ Esta ideia organiza um conjunto de estudos realizados no âmbito do projeto de pesquisa "Mudanças de longo prazo e metamorfoses da dominação nas regiões rurais ou interioranas do Brasil" (2015-2019), sob a coordenação do segundo dos autores deste artigo, e com a participação de vários pesquisadores, entre eles a autora principal. O projeto, ao qual este artigo se vincula, foi realizado na Universidade Federal do ABC e no Cebrap e contou com apoio do CNPq.

dos personagens e das configurações sociais, enredados em teias de interdependência. Como sugere Bourdieu (1980), a análise dos modos de dominação, privilegiando as formas de ação social e a simbolização da realidade social, permite entender de que maneira heranças estruturais e a liberdade relativa dos indivíduos se combinam, evitando um enfoque excessivamente abrangente e que faça desaparecer no horizonte o protagonismo dos agentes na moldagem das formações sociais nas quais estão inseridos.

A lente de análise utilizada aqui foi apresentada mais detidamente em Favareto *et al.* (2015) e mescla elementos de sociologia relacional e do institucionalismo histórico. Para este texto, duas proposições ali contidas são centrais. Primeira, a ideia de que existe uma dupla interdependência: entre as trajetórias sociais dos indivíduos representativos de personagens históricos arquetípicos, neste caso o caipira e os habitantes rurais, e a trajetória da configuração territorial em que vivem; e entre a trajetória do território e movimentos mais amplos de transformação da realidade que incidem sobre esta configuração e os modos de dominação que lhe são típicos, neste caso, os ciclos do desenvolvimento brasileiro e sua repercussão sobre as formas de dominação de regiões rurais e interioranas. Segunda proposição: nestas interdependências há uma dialética envolvendo o velho e o novo, o sincrônico e o diacrônico, o exógeno e o endógeno. Isto é, os aspectos exógenos ao território, como a agenda do Estado ou as mudanças culturais e econômicas mais amplas, ao mesmo tempo são filtradas pela configuração territorial, com sua hierarquia interna e com as formas de dominação que sustentam essa hierarquia, mas, também, de forma disruptiva ou incremental, alteram elementos desta ordem social local, mudando as condições em que essa filtragem e refração das tendências externas acontecem. O resultado desta filtragem, que em Favareto *et al.* (2015) denominou-se de processo de percolação, tem sua síntese nas metamorfoses que se quer evidenciar. Com esta dupla proposição se evita a autonomização do local, de um lado, e também o outro extremo que consiste em ver os territórios como mero espaço de manifestação de dinâmicas econômicas e de poder que sobre ele incidem. Ao mesmo tempo que se busca conectar passado e presente, o local e o externo, se confere centralidade às estruturas e relações da configuração territorial.

Para compreender como se organiza este processo em uma abordagem empírica propõe-se um exame em dois municípios interioranos paulistas – Cunha e Bofete – nos quais indicadores sociais e econômicos explicitam, entre os anos 2000 e 2010, melhoras significativas. Além disso, ambos os municípios são exemplos para uma análise de trajetória de longo prazo, pois foram motivo de pesquisas entre os anos 1940 e 1950, com Emilio Willems (1947) em Cunha e Antonio Candido (2010) em

Bofete. Ambos focalizaram momentos de transição que refletiram transformações e ajustes nas formas de vida, nas relações de sociabilidade e no sistema de valores da simbologia do caipira tradicional em choque com os processos de expansão urbano-industrial presente nas áreas interioranas do estado de São Paulo naquelas décadas. Desta experiência, um paralelo pode ser empreendido em um momento recente em que uma nova transição, dos anos 2000-2015, esteve em curso. Este período de ampliação do acesso a direitos e serviços e, ao mesmo tempo, paulatina perda de fôlego dos processos industriais, revalorização de ambientes rurais associados ao bem-estar e qualidade de vida, forma interessante quadro para evidenciar como se processaram metamorfoses nos modos de ser e de viver da figura remanescente do caipira, enfocando suas estratégias de articulação à sociedade e às dinâmicas territoriais, as formas de adaptação, incorporações e reinterpretções de traços de comportamento.

Para proceder a esta análise uma primeira seção focaliza as características típicas do caipira, presente em autores como Emilio Willems ou, antes dele, Monteiro Lobato, mas analisada de forma sociogenética em Antonio Candido, recuperando assim a formação histórica da cultura caipira em São Paulo (JACKSON, 2002). Nas duas seções seguintes se introduz como o caipira se apresentou nos meados dos anos 1940/50 a partir das obras de Willems (1947) e Candido (2010), iluminando desencaixes e heterogeneidades que os atributos simbólicos do caipira evidenciaram naquele momento de alavancagem do Brasil urbano e industrial, buscando romper com seu passado agrário. E, por fim, mais duas seções abordam como, nos momentos recentes, dos anos 2000, é possível apontar heterogeneidades na organização do universo simbólico nesses dois municípios, com destaque para as formas como as características do caipira se metamorfosearam em cada um deles. Ao final, uma conclusão enfeixa as mudanças e como estas dialogam em um movimento diacrônico, ressaltando transformações em cada configuração territorial ao largo do tempo, e também em um corte sincrônico, com privilégio aos contrastes entre as duas configurações sociais no tempo presente.

O resultado final é a demonstração de que as figuras clássicas da formação do Brasil seguem protagonistas das dinâmicas territoriais e das configurações contemporâneas, obviamente metamorfoseadas, tanto no que diz respeito à base econômica que sustenta seus modos de vida, como nas formas simbólicas de sua representação. Por meio do desvelar destas metamorfoses e da heterogeneidade de sua manifestação espacial, o texto aborda continuidades e rupturas nesses processos, evitando narrativas que tendem a absolutizar certos aspectos unilaterais das mudanças, como os discursos que superestimam ou subestimam o alcance das políticas sociais

dos anos 2000, ou noutro campo da literatura, os significados da chamada nova ruralidade.

O caipira, sua gênese e a conformação de seu universo simbólico

Diferente de outras culturas regionais que se manifestam com orgulho, como as do sertanejo ou do gaúcho, Dória e Bastos (2018) lembram que a cultura caipira é tradicionalmente envergonhada, dissimulada, algo que não se explicita, nem se celebra. Lembram o episódio de revolta dos habitantes de Cunha-SP por ocasião da publicação de livro de Willems (1947), no qual retratava habitantes locais valendo-se daquela categoria. Talvez se deva a Monteiro Lobato a fixação desta imagem deletéria do caipira, por meio do seu personagem Jeca-Tatu em *Urupês*. Mesmo com o atenuante de que não seria sua culpa estar assim, o caipira de Lobato é apresentado como aquele cujo “inconsciente filosofar grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada paga a pena. Nem culturas, nem comodidades. De qualquer jeito se vive” (LOBATO, 2007, p.165). É lento, simplório, atrasado, sinônimo de um passado agrário a ser superado.

Em Antonio Candido (2010) os adjetivos dão lugar a substantivos menos valorativos: a cultura caipira é aquela da sociabilidade marcada pela conduta moral ratificada por práticas de solidariedade assentadas predominantemente na obtenção de condições para a subsistência, algo coerente e consistente com a rusticidade e a carência herdadas de sua condição periférica na formação territorial e social. O caipira é fruto da expansão geográfica dos portugueses na Paulistânia, domínios que se projetavam no sentido dos sertões paulista, mineiro e goiano, subjugo dos indígenas ali presentes.

Para exemplificar essas condições, Candido (2010) valeu-se da categoria dos mínimos em que aborda a forma de obtenção dos meios de vida e os limites de sobrevivência física e social desse indivíduo, algo evidenciado por exemplo em sua dieta, que envolve o provisório, na edificação próxima ao pouso precário e em uma tradição de autossuficiência. As relações sociais se organizavam em agrupamentos vicinais, que exerciam função estabilizadora de estrutura de vizinhança e da posse da terra, elementos característicos da vida caipira. Do equilíbrio instável desses mínimos o autor identificou momentos de crise e de rupturas, com tensões e ajustes entre os fatores de alteração e de persistência que reorganizariam a estrutura social. Antonio Candido (2010) demonstrou ainda como traços da mescla entre indígenas e

portugueses constituíram os traços de personalidade do caipira, e como tais condições nos meados do século XVIII se traduzia em um comportamento de desconfiança, costumes violentos e segregação.

Desta síntese, Candido (2010) evidenciou que a gênese do caipira se construiu a partir de persistências e mudanças incorporadas nos processos que ele qualificou como marcado por relações pré-capitalistas de acumulação, condicionadas à interação com a natureza. Estas condições, presentes até as últimas décadas do século XIX no interior paulista, sofreram um primeiro choque com a expansão cafeeira e da cana-de-açúcar, que trouxeram consigo a dependência econômica ao mercado internacional e, posteriormente, em um segundo momento, junto ao capitalismo urbano-industrial, condicionando novas formas de trabalho, processando um conflito entre uma reorganização ecológica e transformações na dimensão temporal, abrindo espaço para ajustes e metamorfoses tanto em suas condições materiais como em seu universo simbólico.

As acomodações se fizeram de formas diversas, mais ou menos envolventes, a depender de como se deu a integração às novas formas do capitalismo industrial e à modernidade representada pela urbanização. Iluminou-se o rompimento de tradições ancoradas no sistema de valores mediador tanto das resistências como das transformações sociais, com centralidade na família, em eventos festivos e religiosos ligados ao plantio e colheita e às ações comunais. Diante desse universo simbólico e prático, Candido (2010) focalizou que as mudanças foram lentas com metamorfoses na racionalização dos comportamentos, com a introdução de maior monetarização e previsibilidade econômica.

Exatamente deste ponto é que Willems (1947) e Candido (2010) podem ser postos lado a lado, pois apesar de se valerem de metodologias e aportes teóricos distintos, buscaram compreender de que forma a tradição e a modernidade urbano-industrial se tocam e se distanciam a todo momento em Cunha-SP e em Bofete-SP, e quais desenhos podem ser vistos no universo simbólico do caipira e em sua articulação com o tecido social envolvente. Por ser este também o percurso que se pretende empreender na atualidade, mas com um olhar retrospectivo para as obras de Willems (1947) e Candido (2010), é que se apresentam as seções seguintes, apoiadas nas reflexões de ambos os autores.

Cunha de Emilio Willems, entre a tradição e a transição

Emilio Willems (1947) estudou Cunha-SP por meio da metodologia de estudos de comunidade, visando entender as transformações socioculturais desde a ligação com Guaratinguetá pela rodovia SP 171 nos anos 1930, promovendo a inserção do mundo urbano-industrial e o escoamento da produção agropecuária, especialmente leite. Cabe salientar que Cunha-SP havia tido importância estratégica no século XVIII, pela localização no Caminho Real, utilizado para o transporte de ouro do estado de Minas Gerais para Paraty-RJ. O pequeno núcleo populacional era local de pouso e singelo entreposto comercial, desestruturado posteriormente com a decadência da exploração aurífera. No momento seguinte, a expansão da economia cafeeira não viu na geografia local condições para produção em larga escala, mantendo o município à margem da pujante riqueza do Vale do Paraíba de meados do século XIX. A falta de mobilidade – estradas ruins, distância da ferrovia – mantiveram o município em certo isolamento de 1860 até os anos 1930 quando foi então inaugurada a SP 171. Willems (1947), em sua obra *Cunha, tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, concluiu que se manteve ali uma feição rural, e a transição para uma ordem social com características urbanas se dava lentamente, restando diversos traços da tradição caipira.

Nos anos 1940 Willems indicou que apenas 5% dos habitantes moravam na sede urbana e mesmo dentre esses, muitos ainda desenvolviam atividades agropecuárias, pois oportunidades de trabalho na sede eram muito reduzidas. Evidenciou que a estrutura social era constituída por uma elite denominada de **graúdos**, composta por fazendeiros, comerciantes e capitalistas em uma mescla de expoentes do espaço rural e urbano, representantes de 9% mais ricos da população. A base mais pobre da sociedade era composta por 62% da população, e destes a maioria empregava-se em atividades rurais de meação ou arrendamento. Entre os dois extremos estava a classe média heterogênea, com diversidade e desigualdade econômica, mas predominância de moradores urbanos: profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos comerciantes, artesãos e empregados urbanos. Os **graúdos** detinham a dominação simbólica e econômica, e o paternalismo era uma marca senhorial típica nas relações sociais, aceito pelos trabalhadores rurais com sentimentos de respeito associados ao receio, medo e desconfiança. Estes sentimentos interditavam a manifestação de juízos e emoções (WILLEMS, 1947) e evidenciavam relações de dependência e intimidações reelaboradas constantemente. O caipira ou caboclo, como Willems (1947) o denominava, era premido em seus ganhos e lhe era imposto, por meio de constrangimentos sociais e estratégias de autocontrole, o respeito

a normas de conduta, regras e mediações dos sentimentos cujo traço fundamental era a resignação. Resignação como resistência, poder-se-ia dizer, mas nesta dialética, indubitavelmente como expressão de um modo de dominação física e simbólica.

Willems (1947) demonstrou que na década de 1940 iniciaram-se metamorfoses nas formas de dominação e no arcabouço simbólico em que estavam assentadas as relações de sociabilidade e as instituições coligadas ao sistema de crenças e valores do caipira, articuladas entre a estabilidade e a instabilidade da sociedade e da cultura local. A estabilidade envolvia a manutenção de um sistema econômico baseado na produção de subsistência e nas trocas pré-capitalistas, o isolamento geográfico que apenas paulatinamente introduzia novos elementos culturais, a regularidade de fluxos populacionais mantida pelo equilíbrio entre crescimento vegetativo e êxodo rural, e a inexistência de um movimento de imigração europeia como ocorria nas áreas centrais do estado de São Paulo. Tudo isso concentrava trunfos sociais articulados à tradição, mantendo os grupos familiares coesos. Aliada à tradição, o importante significado da religião e da magia eram também formas de sustentação da coerência interna da cultura local (WILLEMS, 1947).

Ao mesmo tempo, a instabilidade evidenciava a gradativa introdução da dependência de trocas monetárias e a presença de valores econômicos na lógica comercial, ininteligíveis para a maioria da população do meio rural de então. Esta se associava à transição da estrutura produtiva de subsistência para a pecuária de leite, que além da inserção no mercado regional favoreceu o êxodo do trabalhador rural, realçando o desequilíbrio entre população rural e urbana, a favor dos últimos (WILLEMS, 1947). Além destes aspectos, havia também a ampliação das formas de comunicação e de novos caminhos vicinais que favoreceram fluxos de novas práticas culturais e a chegada de portadores de um ideário divergente que poderia romper com o *status quo* local. Do balanço entre o estável e o instável, Willems (1947, p.168) indicou que a tradição continuaria viva, mas “houve, a bem dizer, uma aceleração no ritmo de desenvolvimento cujos movimentos mais bruscos e incisivos se afiguram ao observador como sintomas de instabilidade, próprios às fases de transição”.

Em síntese, das características da configuração social e suas bases de dominação na pesquisa realizada por Emílio Willems (1947), destaca-se que Cunha-SP dos anos 1940 expressava polarização entre os **graúdos** e outros segmentos sociais, sustentada sob um manto de paternalismo familiar, não mais centrado apenas no meio rural. Os moradores destas áreas, especialmente aqueles que não detinham terras e trocavam sua força de trabalho pela sobrevivência, reproduziam comportamentos de resignação, medo e respeito ao senhor, e experimentavam poucas oportunidades de

modificar sua condição de dependência econômica e a ampliação de seu campo de possíveis. O autor evidencia que o momento estudado, final dos anos 1940 e início dos 1950, expressa um meio de caminho de transição a favor de novas formas de acumulação do capital, ao lado de formas pré-capitalistas, e a emergência de novos padrões culturais, mas pouco digeridos pelo conjunto da população até aquele momento.

Os caipiras de Cunha na atualidade

Após mais de 60 anos desde os estudos empreendidos por Emílio Willems (1947), no Censo 2010 Cunha-SP apresentou variação negativa de população em relação ao Censo 2000, em -5,3%, e ainda congrega um percentual alto de domicílios em áreas rurais, 44%, o maior de todos os municípios do entorno e muito acima da média brasileira. Os ganhos proporcionados pelas políticas sociais são possíveis de mensurar quando se observa que era alto o percentual de população em condições de pobreza, perfazendo 40% do total da população em 2000. Mas, em 2010 houve uma expressiva redução, baixando este patamar para 18%. Além disso, a taxa de matrículas no Ensino Médio entre jovens de 15 a 17 anos, que era de 37,3% em 2000, saltou para 53,6% em 2010. A renda *per capita*, apesar do aumento de 2000 para 2010, praticamente é a metade do valor do estado (BRASIL, 2019a).

Cunha-SP tem pouca diversidade econômica e grande dependência do poder público para emprego e proventos, o que se nota por ser a atividade produtiva com maior valor adicionado no Produto Interno Bruto (PIB), em 2016 os setores de serviços e administração pública, na ordem de 171 milhões de reais, seguida de longe pelas demais atividades: agropecuária na ordem de 27 milhões de reais, e indústria, com 8 milhões de reais (BRASIL, 2019b). Observa-se que a atividade tradicional da pecuária, com importante papel no uso de ocupação do solo, não repercute em ganhos e riqueza para Cunha-SP, não garantindo empregos e nem incrementando significativamente os ganhos no município. A atividade industrial, tão importante na região do Vale do Paraíba paulista, não alcançou ali a mesma expressão, observando-se a dependência em relação a municípios vizinhos mais dinâmicos, caso de Guaratinguetá e Lorena, tanto para o acesso a serviços como para a obtenção de empregos para parte da população local.

Dos anos 1970 em diante dois fenômenos trouxeram alguma mudança na lógica econômica de Cunha-SP. O primeiro, um grupo de ceramistas artísticos, utilizadores da prestigiada técnica japonesa noborigama aproveitou a boa argila e a

posição estratégica entre mercados de São Paulo e Rio de Janeiro e instalou-se em Cunha-SP. Esta atividade transformou-se numa espécie de marca local e fortaleceu a formação de uma identidade turística. O segundo fenômeno se explicitou pela disponibilidade de pequenas propriedades, fruto de heranças e economicamente não rentáveis para a atividade agropecuária comercial, as quais, aliado à beleza cênica da paisagem, com seus mares de morros, situada entre as Serras da Mantiqueira, do Mar e da Bocaina, atraíram para Cunha-SP pessoas do Vale do Paraíba e da região metropolitana de São Paulo, dispostas a comprar terras baratas para lazer de finais de semana ou segunda residência.

Estes dois movimentos levaram o caipira a se ajustar, nos moldes definidos por Candido (2010), dividindo não apenas o espaço rural, fisicamente, mas também trunfos, práticas sociais e culturais e oportunidades com os **forasteiros**. A adaptação ainda é sentida por moradores mais antigos, que têm temor pela perda de suas raízes e tradições, com ruptura na autonomia nas formas e horários de trabalho e descanso, racionalização dos relacionamentos para além do grupo familiar, ampliando necessidades de maleabilidade e traquejo social (KLEEB, 2019).

Dentre os caipiras obrigados a deixar suas terras expressou-se receio de inadaptação da vida nas cidades, na carência de empregos e no alto custo de vida. Por trás deste sentimento encontra-se ainda a instabilidade na interpretação da sociedade e da cultura local, citada por Willems (1947), e de melhores oportunidades, que dialogam diretamente com a ampliação da escolaridade e qualificação profissional, em muitos casos associados a dificuldades logísticas e geracionais, que apenas nos anos mais recentes, pós anos 2000, pareceram se modificar (KLEEB, 2019).

Deste quadro notam-se dois traços em Cunha-SP: primeiro, apesar de poucas transformações econômicas, estas têm trazido mudanças nas formas de condução da vida cotidiana, especialmente para população de áreas rurais, onde há maior desencaixe junto à população que tem mais de 50 anos e vivenciou rupturas nas relações de sociabilidade, valores e crenças ligados à solidariedade vicinal, às formas de trabalho pré-capitalistas, às atividades de caráter comunal com forte apego religioso. Diante da metamorfose dos últimos quarenta anos associada à migração dos jovens, das facilidades de acesso a recursos nos meios urbanos, da maior conectividade física e virtual, das mudanças nas formas de trabalho com ênfase no contrato de diarista, diminuindo a relação tradicional com o patrão, se processou um afastamento gradual e persistente das antigas regulações sociais.

O segundo traço emerge desta condição: desencaixe frente às novas práticas econômicas e sociais, em que, ao mesmo tempo que se vislumbram mudanças, na conexão com outras realidades e grupos sociais que poderiam fomentar oportunidades

mais inclusivas aos processos econômicos se observa também um rompimento gradual de antigas formas de sociabilidade, envolvendo alterações e rupturas no sistema de disposições sociais e nas formas de condução da vida cotidiana (KLEEB, 2019).

Nota-se, assim, uma lenta metamorfose nos atributos simbólicos do caipira que, ao se despir paulatinamente da dominação e das relações sociais rígidas estabelecidas com os **graúdos**, no dizer de Willems (1947), encontra barreiras para efetivar os seus interesses. Sua posição é pautada pelo contraditório, pois diante da irresistível força dos agentes exógenos e da necessidade de abertura a mudanças, o caipira estabelece uma posição reativa e resignada calçada na possível e iminente perda de seu lastro tradicional, mediador, na visão de Candido (2010), das resistências e de transformações no corpo simbólico de seu modo de ser e de agir, de suas relações comunais e associativas, da manutenção de vínculos familiares, entre outras.

O jovem, neste contexto, é ainda mais pressionado pela força das mudanças, expressando maior racionalização e individualização de seus interesses, pois tem no seu âmago a vontade e necessidade premente do êxodo rural, rompendo com vínculos comunitários, identitários e geracionais. Neste grupo social os embates são mais abertos e decisivos, inclusive porque estes, na maioria dos casos, já se valeram das oportunidades abertas com maior escolarização, estabilização econômica de seus parentes e, com isso, a abertura de melhores oportunidades frente ao conjunto da sociedade. Também no caso da condição feminina isso se apresenta (FAVARETO, 2019): são diferentes as possibilidades que se abrem nas velhas e novas atividades econômicas e nas formas de seu aproveitamento para as mulheres envolvidas, por exemplo, na pecuária, no turismo ou na agroecologia, pois em cada uma delas se exigem diferentes atributos de conhecimento e de uso do tempo.

Narrativas de agentes sociais explicitaram que o acesso a um campo de possíveis mais amplo se constituiu em um jogo de forças assimétricas que envolvem não apenas a busca de recursos, mas também necessidades de mudanças internas ao indivíduo diante dos preconceitos evidenciados no seu modo de ser. Um morador que nasceu no meio rural e hoje mora no núcleo urbano, indicou que se “sentia oprimido e queria ultrapassar as montanhas” que o separavam da cidade. Ao chegar à sede urbana, ele percebeu que “tinha no pensamento a lógica do espaço rural” que lhe legou discriminações e “sentimentos de restrição e percepção de incapacidade” (KLEEB, 2019, p173-4).

O que se nota é que os impactos de transformação dos aspectos simbólicos de manutenção da vida foram e são sutis. A lenta reorganização social a partir da perda fundamental do vínculo com a terra ou com a fragmentação desta modificou as formas de sociabilidade com paulatino desaparecimento de formas de solidariedade vicinal,

mutirões e da relação com a produção agropecuária para seu sustento, ocasionando perdas da autonomia e do ajuste ecológico com a natureza, citada por Candido (2010) como uma das características fundamentais do caipira. Ao mesmo tempo, na atualidade, com as perspectivas de ampliação das relações com um turismo rural e a revalorização das amenidades rurais, típicas do que se convencionou chamar de nova ruralidade (FAVARETO, 2007), é possível que determinados aspectos simbólicos que ainda podem ter resistência no âmago de boa parte da população de Cunha-SP, se tornem a base de novas perspectivas, ainda não mensuráveis pois são muito recentes, mas que certamente podem metamorfosear mais uma vez as formas de produção e reprodução social do caipira, agora algo reinventado, atualizado, interdependente às dinâmicas territoriais em marcha.

Estas transformações não se organizam sem dificuldades e embates endógenos e exógenos ao caipira. As relações de respeito, dominação e temor frente ao outro, muito presentes no universo de Cunha-SP até os anos 1940/50, também se diluíram, especialmente na população mais jovem. Os aspectos diversos à percepção de Willems (1947) foram a ocupação do município com novas formas de exploração do capital, as mudanças demográficas, sobretudo com os novos moradores vindos dos centros urbanos, e a atratividade das amenidades rurais, aspectos evidentes com mais vigor desde os primeiros anos do século XXI. Estas mudanças, certamente trarão, no médio prazo, mais um grão de sal para a análise das metamorfoses do simbólico em Cunha-SP.

Bofete de Antonio Candido, rupturas do mundo caipira

O estudo sobre agricultores de Bofete-SP constituiu-se na tese de doutoramento em sociologia de Antonio Candido (2010), denominada *Os Parceiros do Rio Bonito, estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, apresentada em 1954 na Universidade de São Paulo (USP). A obra tem importante significado, pois abriu espaço para a análise do papel de grupos sociais até então marginalizados em estudos de interpretação da formação social brasileira, enfatizando-se as transformações do mundo social do caipira, tendo por base empírica aquele município, situado próximo de Botucatu-SP.

Em sua pesquisa, além de enfatizar as contradições do processo de modernização brasileiro com ênfase na urbanização e industrialização dos meados iniciais do século XX, mostrando como o caipira se ligava a estas mudanças, evidenciou a noção de bairro ou grupo de vizinhança como categoria de pesquisa que

projetava uma unidade mínima de sociabilidade, permeada pelo sentimento de pertencimento, localidade, convivência, solidariedade e religiosidade (CANDIDO, 2010). Nesses bairros havia certa autonomia em relação aos núcleos urbanos (SANTOS, 2013). Esta unidade de análise seria adotada em toda uma linhagem de trabalhos da antropologia e da sociologia rural, como por exemplo se nota na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973).

Bofete-SP é um município com ocupação dos anos de 1840, como local de pouso de tropas e migrantes mineiros e da região de Itapetininga-SP. Apesar de se situar em área de produção cafeeira, sua condição nesta atividade foi meramente periférica, pois as terras menos férteis e a distância do traçado da linha férrea não trouxeram interesse para uma produção comercial em larga escala, como aconteceu com outros municípios relativamente próximos (BUZATO, 2018). Contudo, foi esta atividade que trouxe afluxo de imigrantes, em grande medida italianos, por meio do colonato, modalidade de acesso à terra que configurou a coexistência entre os sítios dos imigrantes e as grandes fazendas partilhando um mesmo território. Estes imigrantes, juntamente com os caboclos, compuseram a base da estrutura social bofetense. Candido (2010, p.118) enfatizou que havia certo confronto entre “a monocultura e a pequena policultura, o latifúndio e o sítio, o imigrante e o caboclo, o presente e o passado”, realçando fricções nas bases de dominação de antigos e novos agentes sociais. A crise do café disponibilizou terras e imigrantes mais capitalizados tiveram acesso a pequenas propriedades, enquanto aqueles sem as mesmas condições alcance se viram como empregados ou diaristas rurais ou expulsos para núcleos urbanos desde os anos 1940 (PIZA, 2007).

O tecido social evidenciava uma sociedade que se transformava, ainda que lentamente, com preponderância numérica de figuras do mundo rural como fazendeiros, sitiantes, parceiros, colonos, entre outros. O fazendeiro era quem detinha capital econômico e político. As antigas famílias carregavam capital simbólico, importante trunfo que lhes legava prestígio e distinção. Os tipos sociais urbanos eram poucos: o comerciante e o funcionário público, mas com peso decisivo nas bases de dominação especialmente com a ampliação dos trunfos sociais convertidos em capital econômico e político. Evidencia-se um rompimento do isolamento e segregação dos bairros, favorecendo a passagem para outro universo de práticas sociais e culturais. Estas levaram a que o morador rural se sentisse bruscamente desajustado e mal aquinado quando se equiparava ao morador da cidade (CANDIDO, 2010).

Para entender as transformações da sociedade diante dos processos de urbanização Candido (2010) ressaltou a figura do parceiro, visto como representante menos estabilizado e integrado à vida social e econômica, mas ainda preso à cultura

tradicional. Ele enfatizou como este dialoga com o restante da sociedade e ressaltou que Bofete-SP mantinha uma resistência da cultura caipira a partir das formas de ocupação da terra e do regime do trabalho. As práticas econômicas, sociais e culturais, a rotina, as técnicas de plantio, a forma como se organizou a regulação do tempo da agricultura, as festividades de plantio e colheita, bem como a importância das práticas de solidariedade vicinal e trocas de serviço em mutirões, foram se transformando em processos endógenos ao grupo familiar.

O empobrecimento da dieta alimentar com o fim de formas de produção autossuficiente, em ruptura clara das formas tradicionais de vida, introduziu um componente novo no universo simbólico do caipira: a fome psíquica, uma espécie de frustração a partir da falta cotidiana de ingredientes que o levava a senti-la mesmo quando a fome física estava satisfeita. Candido (2010) ressaltou que a inserção na economia capitalista teve um papel arrebatador, iluminando de forma sombria os desencaixes com traços de comportamento associados à inquietação, insegurança e saudosismo, envoltos em uma visão de mundo reativa.

Assim o caipira foi se integrando às condições impostas pela economia capitalista, sujeitando-se à intensificação de seu ritmo de trabalho para complementar sua produção e se inserir no mercado, e, por vezes, com a imposição de condições de instabilidade que o incorporaram à vida urbana. Aqueles que resistiram mantendo-se nas áreas rurais venderam suas propriedades, inserindo-se na condição de parceiros. Houve, nos anos 1950, uma concentração de terras, com 57% compostas por grandes fazendas, impulsionadas pelo avanço da pecuária. Uma nova mudança: a mão de obra, o camarada, era agora pago por mês, forma de pagamento a que o caipira não estava acostumado.

Em síntese, das características da configuração social de Bofete-SP e suas bases de dominação apresentadas por Candido (2010) entre os anos 1940/50 se observam processos crescentes de urbanização e penetração de relações marcadamente capitalistas, levando o caipira a um reajuste ecológico, com ênfase em sua subordinação a novas formas de divisão do trabalho e novos padrões culturais e práticas para as quais foram precisas reorganizações constantes. Estas condições levaram a novos papéis e posições sociais, em que a autonomia e autossuficiência encontravam-se cada vez mais comprimidas e distantes dos padrões de seu arquétipo tradicional. No entanto, ao mesmo tempo, tais mudanças retiraram-no do isolamento e permitiu acesso a outros bens materiais e simbólicos, que nem sempre seriam garantia da melhoria de suas condições econômicas.

Os caipiras de Bofete na atualidade

Passados mais de 60 anos desde os estudos de Candido (2010), observa-se que Bofete-SP nos anos 2010 congrega um percentual de 37,5% de domicílios em áreas rurais, bem menor do que no momento daqueles estudos, mas uma porcentagem ainda significativa quando comparada às médias do estado de São Paulo e do Brasil. A população de Bofete-SP tem crescido lentamente, sendo que entre os últimos Censos ocorreu um aumento de 9,6%. Houve também avanços em diversos indicadores, fruto das políticas sociais implementadas desde os anos 2000: a população em condições de pobreza, que era de 19% da população do município em 2000, no ano de 2010 caiu para 10%. Além disso, a taxa de matrículas no Ensino Médio entre jovens de 15 a 17 anos que era de 40% em 2000 saltou para 54% em 2010. A renda *per capita*, no entanto, que já era modesta em 2000, atingindo R\$578,00 continuou baixa em 2010, nos patamares de R\$601,00, indicando pouco dinamismo econômico local (BRASIL, 2019a). A atividade produtiva com maior valor adicionado no PIB em 2016 era a de serviços na ordem de 60 milhões reais, seguida pela atividade agropecuária na ordem de 23 milhões reais, e indústria, na ordem de 22 milhões de reais (BRASIL, 2019b). Estes dados indicam a importância do setor terciário e a relevância do setor público.

A mineração de areia e o plantio de eucaliptos se destacam, seguidos pela produção de laranja e cana-de-açúcar, e de pecuária bovina e avicultura. Contudo, a atividade industrial extrativa e pouco diversificada e a inovação tecnológica irregular na área de agropecuária indicam que, em relação aos demais municípios do entorno, Bofete-SP está inserido no bolsão de municípios mais pobres de sua região (BUZATO, 2018). Por outro lado, o fato de se vincular a uma região dinâmica, com importantes municípios como Botucatu-SP e Tatuí-SP, garante a seus moradores acesso a serviços e boa infraestrutura de rodovias vicinais, com ligações com as rodovias Castelo Branco e Marechal Rondon, eixos de mobilidade com outras regiões paulistas e a estados brasileiros.

Esta posição e as condições de conectividade física e virtual têm gerado também uma procura por terras por populações urbanas de outros locais, em fenômeno similar, embora bem menos intenso àquele mencionado para o caso de Cunha-SP. Segundo Buzato (2018) estima-se que tenham sido comercializadas até os dias atuais cerca de 25 mil chácaras para lazer. A ocupação efetiva ainda é baixa, mas tem induzido certa dinamização econômica e, especialmente, ampliada a presença de migrantes entre a população, modificando seus modos de vida (BUZATO, 2018). Estas mudanças, já alertava Candido (2010), mudaram as relações entre o meio urbano

e rural, metamorfoseando o arcabouço simbólico do caipira e sua percepção de oportunidades de futuro.

A partir de pesquisas de campo realizadas recentemente alguns aspectos puderam ser observados. O primeiro deles é a maior penetração de relações tipicamente capitalistas nas áreas rurais, com ampliação da habilidade em lidar com a monetarização da vida, com a racionalidade econômica e com a previsibilidade na balança entre gastos e ganhos na produção e comercialização. Ao lado desta característica, valores, crenças e tradições típicas do modo de ser do caipira acabaram distribuindo recursos disponíveis de forma mais igualitária, diluindo bases de dominação que pressionavam as relações entre as elites rurais e os caipiras nos anos 1940, quando o município era prioritariamente rural. O resultado foi maior autonomia na liberdade de escolhas que, coligadas às políticas sociais pós Constituição de 1988, levaram à ampliação da escolarização e do acesso a direitos como previdência social aos idosos, e expansão de possibilidade de captar recursos financeiros para a produção agropecuária por meio de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultora Familiar (PRONAF). Tais condições expandiram o volume de capitais econômicos e culturais em relação às gerações passadas.

Contudo, é notória a desarticulação das relações comunitárias e da organização da vida social, além da transformação radical da produção autossuficiente de alimentos da dieta destes grupos, pois “quase tudo se compra na cidade”, como indicou uma agricultora. Cultivos são localizados na paisagem e sinalizados como abandonados, pois “não vale mais pena”, conjecturou outro agricultor. Aliás, é muito presente a ideia de que “ninguém mais faz porque está muito sem valor”, remetendo à consciência do pouco valor econômico da atividade agropecuária tradicional que sempre lhes identificou e a inviabilidade em empreender o cultivo dos alimentos que garantiam a sobrevivência e a troca com outros vizinhos, estímulo para a garantia nutricional da mesa caipira. Hoje em dia a alimentação é satisfeita no supermercado da cidade ou em municípios vizinhos, a preços mais altos e qualidade, na maioria das vezes, inferior. Com o pouco valor para o trabalho rural, é corriqueiro ouvir que as gerações dos filhos dos agricultores familiares geralmente não estão mais na roça e não têm interesse em trocar a vida urbana pela rural. Há, segundo se apurou, até certo desprezo pela vida no campo e, no limite, é apenas local de moradia e não de inversão de trabalho e riquezas.

Dentre as atividades produtivas que são desenvolvidas em Bofete-SP, aquela que melhor expressa a atuação do caipira e sua metamorfose envolve os contratos de integração na produção de frangos. Esta modalidade vem substituir, desde os anos 1980, a atividade de parceria. Os agricultores integrados são os novos parceiros. Trata-

se de situação limite entre o ajustamento da autonomia do caipira – em que se preserva algum controle da forma de produzir e de gerir o tempo na unidade familiar, dividindo-o com outras atividades produtivas como lazer – e sua subordinação à racionalidade da produção capitalista à qual está agora integrado por um contrato formal. A autonomia é relativa, incompleta, pois não há mais exatamente o domínio sobre a produção, uma vez que quem determina a quantidade e como se produz são empresas integradoras e o agricultor integrado por meio do contrato de produção deve respeitar os ditames ali especificados. A agroindústria fornece matrizes, insumos e controla a qualidade. Não é mais a palavra empenhada que vale. Na atualidade a dominação é racionalizada na figura do contrato que preserva a figura do produtor autônomo, mas, submete essa autonomia a uma racionalidade contratualizada, agora formalmente.

A racionalização também pode ser evidenciada em outros âmbitos do cotidiano, como o rompimento dos laços comunitários que sustentavam a lógica de ocupação do bairro e que ficaram resumidos a laços familiares: não há mais interconhecimento entre moradores, apenas relações entre as unidades tocadas por parentes. As relações de solidariedade no trabalho também praticamente desapareceram, individualizando atividades de produção em torno de pessoas frequentemente com mais de 50 anos de idade. Os espaços que garantiam o assentimento às práticas religiosas e culturais, importantes filtros e anteparos para a manutenção de tradições e práticas culturais caipiras, por vezes persistem na paisagem – a igreja permanece bem cuidada marcando um ponto simbolicamente relevante no bairro rural –, mas têm pouca função na agregação dos indivíduos: as festas são agora muito ocasionais e não ocupam mais posição estruturante nas formas de sociabilidade local.

O saudosismo, outra forma de que o caipira se valia para reforçar a tradição, parece estar cada vez mais distante. Especialmente porque o mecanismo do saudosismo é acionado na psique somente quando o presente é muito precário. Nas narrativas de moradores de Bofete-SP, os investimentos das políticas sociais entre os anos 2000 e 2015 trouxeram significativa mudança nas formas de bem-estar que, apesar de crises recentes ainda mantém ganhos na vida dessas populações. Isto se vê na comodidade e melhoria de habitações, comparadas às de outrora, no acesso a veículos e à telefonia, facilitando a conectividade física, ampliando oportunidades de contato familiar e de deslocamento para acessar comércio e serviços.

Considerações finais

Ao longo destas páginas procurou-se realçar a importância de situar a análise das transformações ocorridas nos anos 2000 nos marcos de um processo mais longo de metamorfoses nas bases da dominação que afetam as regiões rurais brasileiras, tendo por objeto as recomposições na condição social de um personagem típico da formação do Brasil, o caipira. Três vetores entrelaçados foram evidenciados: i) a penetração constante e crescente de relações capitalistas, mais acentuadamente desde a emergência do Brasil urbano-industrial, afetando acomodações entre tradição e modernidade em áreas rurais paulistas, e retratadas nas obras clássicas de Antonio Candido (2010) e Emilio Willems (1947) – o rural em transição, sob domínio da emergente urbanização e da industrialização; ii) nas últimas três décadas, um conjunto de outros processos sociais que têm como uma de suas principais marcas a emergência de uma nova ruralidade, com a valorização de novos atributos - as chamadas amenidades rurais (ar limpo, paisagens rústicas, modos de vida portadores da tradição cultural e de relações de proximidade), aspectos que enaltecem, em vez de negar, atributos historicamente associados ao agrário e ao caipira permitindo seu reposicionamento – o rural em um mundo altamente urbanizado e mesmo pós-industrial; iii) na última década e meia, a atribuição de um lugar destacado à questão social, e nela aos pobres rurais, em particular – algo que tem como marco a Constituição de 1988 e, mais acentuadamente, a primeira década e meia deste século, com os governos apoiados na chamada agenda social desenvolvimentista.

Deve ter ficado claro como a figura do caipira segue exercendo papel nas configurações sociais rurais e interioranas paulistas, mas com diferenças. Ao contrário do sugerido pelos que vaticinaram seu fim, décadas atrás no rastro da promessa da urbanização e da industrialização vistas no ciclo nacional desenvolvimentista, há, no período recente, uma manutenção de traços do arcabouço simbólico retratado nos estudos dos anos 1940/50. E não por acaso nos dois locais moradores locais se autodenominam, ainda, como caipiras. Mas, não se trata mais do mesmo caipira. Ele se metamorfoseia. Há aberturas e reorganizações com a chegada de novos agentes sociais, mudanças nas formas de trabalho, transformações nas lógicas de dominação, com relações sociais e econômicas que se processam agora de forma mais racionalizada e individualizada, trazendo uma valorização do que antes era motivo de avaliação pejorativa – o rústico, o tradicional, o natural. Estas mudanças nas lógicas da cultura e no arcabouço simbólico são mais sutis do que as mudanças nos indicadores de pobreza ou de emprego, e ocorrem no longo prazo. Só são perceptíveis em perspectiva diacrônica. E, talvez justamente por isso mesmo sejam mais duradouras.

Sob o ângulo da heterogeneidade sincrônica, ela se expressa na diversidade das inserções de cada um dos municípios analisados – Bofete-SP mais integrado e envolto em uma rede de municípios de médio porte, com ampla mobilidade e integração diversificada: agricultura, pecuária e indústria; Cunha-SP mais assentada na atividade de pecuária extensiva de leite, turismo ascendente, mudanças demográficas com novos moradores atraídos pelas amenidades rurais. Ambas com um setor terciário assumindo a dianteira, tanto na ocupação de trabalho como na geração de divisas, retrato de um momento em que a economia brasileira passa por um processo de desindustrialização e no qual a dependência da exportação de *commodities* tem efeitos limitados na dinamização das economias e na geração de empregos. Com exceção do que é movido pelo turismo, em Cunha-SP, trata-se predominantemente de um setor de serviços dependente do Estado e de transferências públicas.

Vistos desta maneira, o caso das transformações do caipira nos dois locais, como parte de um processo mais amplo de metamorfoses nas formas de dominação no Brasil contemporâneo, permite ao menos mais três inferências importantes, para além do caso em si. Primeiro, os anos 2000 não parecem, então, ter sido palco de uma redenção dos mais pobres, mas sim de uma não menos importante recomposição de sua situação na hierarquia social. Combinaram-se mudanças - algumas reversíveis, diga-se, como é o caso dos níveis de renda, hoje já afetados com a crise econômica da segunda década do século -, com a atualização de velhas estruturas de dominação nos territórios: dominância urbana e assimetria perante os **gráudos**, subordinação dos produtores familiares ao capital, não solução das restrições fundiárias, precariedade da inserção econômica na vida social pela via do trabalho, fragilidade das oportunidades econômicas mesmo com maior escolaridade. Segundo, o que a literatura dos estudos rurais chamou de nova ruralidade, com certa empolgação vinte anos atrás, ecoando o que Bernard Kayser (1990) chamara de renascimento rural em um de seus livros, é na verdade um processo muito mais complexo e diferenciado nas distintas configurações territoriais. Menos do que um renascimento, e talvez mais do que uma nova ruralidade, há uma heterogeneização das formas de dominação que ainda precisa ser mais bem compreendida. Nela coexistem velhas formas de exploração da natureza e do trabalho, com novas modalidades de uso dos recursos naturais e de inserção das pessoas. Nela se preserva algo da autonomia e da tradição dos grupos de agricultores como o caipira, mas submetidas a novas formas de contratualização típicas da racionalidade capitalista e de um mundo urbano e pós-industrial. Terceiro, como corolário, se observa que, ao contrário de uma ideia que seduz parte do mundo intelectual brasileiro, muitos aspectos ressaltados nos clássicos da formação do Brasil ainda permanecem úteis à análise, desde que entendidos sob o prisma das metamorfoses e das articulações entre

o material e o simbólico, das interdependências entre o local e o extra local, e das interpenetrações entre o tempo passado e a experiência presente.

***METAMORPHOSES OF SYMBOLIC IN RURAL BRAZIL - THE
TRANSFORMATIONS OF THE EARLY 21ST CENTURY SEEN
THROUGH A CLASSIC CHARACTER OF BRAZIL CONFIGURATION,
THE “CAIPIRA” (COUNTRY MAN)***

ABSTRACT: *In the analysis of Brazilian transformations of this 21st century there are polarizations involving the praise of unprecedented changes in the history of the country and the argument about their limited scope in the contemporary crisis. This article circumvents these extremes by stating that the period expresses changes in the bases of domination, here focused on the metamorphoses of the “caipira” in rural and inland Brazil. This is portrayed in classic studies on Cunha and Bofete (SP) and revisited at present, highlighting three aspects: the 2000s recompose the “caipira” in the social hierarchy, combining changes and updates of old structures of domination; new ruralities show heterogeneous processes of preservation of the “caipira's” autonomy and tradition under the forms of contractualization of capitalist rationality and of the urban and post-industrial world; aspects emphasized by the classics of Brazilian configuration are supported if understood from the perspective of metamorphoses and material and symbolic articulations, interdependencies between local and extra local, and interpenetrations between past and present.*

KEYWORDS: *Modes of Domination. Symbolic Power. New Rurality.*

***METAMORFOSIS SIMBÓLICAS EN ZONAS RURALES DE BRASIL –
TRANSFORMACIONES DESDE EL INICIO DEL SIGLO XXI VISTO A
TRAVÉS DE UN CARÁCTER CLÁSICO DE LA FORMACIÓN DE BRASIL, EL
“CAIPIRA”***

RESUMEN: *En el análisis de las transformaciones brasileñas de este siglo XXI hay polarizaciones que implican elogios de cambios sin precedentes en la historia del país y el argumento sobre su alcance limitado en la crisis contemporánea. Este artículo evita estos extremos al afirmar que el período expresa cambios en las bases de la*

dominación, centrados en las metamorfosis del “caipira” en las zonas rurales y del interior de Brasil. Esto se retrata en estudios clásicos sobre Cunha y Bofete (SP), así como en las revisiones actuales, destacando tres aspectos: los años 2000 recomponen el “caipira” en la jerarquía social, combinando cambios y actualizaciones de viejas estructuras de dominación; las nuevas ruralidades muestran procesos heterogéneos de preservación de la autonomía y tradición del “caipira” bajo formas de contractualización de la racionalidad capitalista y del mundo urbano y postindustrial; los aspectos enfatizados por los clásicos de la formación brasileña se sostienen si se comprenden desde la perspectiva de las metamorfosis y las articulaciones de lo material y lo simbólico, las interdependencias entre lo local y lo extra local, y las interpenetraciones entre el pasado y el presente.

PALABRAS CLAVE: *Modos de dominación. Poder simbólico. Nueva ruralidad.*

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Le Sens pratique**. Paris, Minuit, 1980.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censos 2000 e 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 24 nov. 2019a.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acessado em: 24 nov. 2019b.

BRESSER-PEREIRA, Luis C. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Ed. 34 Letras, 2014.

BUZATO, Heidi. **A dimensão territorial das formas de reprodução social da agricultura familiar nas Cuestas de Botucatu e no Extremo Sul da Bahia**. 2018, 221f. Tese (Doutorado em Planejamento e Gestão do Território) - Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2018.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 11ªed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

DÓRIA, Carlos A. e BASTOS, Marcelo C. **A culinária caipira da Paulistânia**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

FAVARETO, Ariane. **Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero**. 2019, 229f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu/FAPESP, 2007.

FAVARETO, Arilson *et. al.* Territórios importam - bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **ReGis**, Brasília, v. 1, n.1, p. 13-33, dez. 2015.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale**. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

JACKSON, Luis C. **A tradição esquecida**. Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte: Ed. UFMG/São Paulo: FAPESP, 2002.

KLEEB, Suzana. **Metamorfoses da sociabilidade brasileira**. Estudos nas configurações territoriais da Bocaina (Vale do Paraíba, São Paulo) e do Lago do Sobradinho (Sertão do São Francisco, Bahia). 2019, 385f. Tese (Doutorado em Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2019.

LOBATO, M. **Urupês**. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

PIZA, João F. **A formação de povoados da região de Botucatu**. Orientador: Antonio C. Moreira, 2007, 140f. Mestrado (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PRADO JR. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros Rurais Paulistas**. Dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

SANTOS, Ana C. dos. **Pelo movimento: natureza e modernidade em "Os Parceiros do Rio Bonito" de Antonio Candido**. 2013. 223f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

Metamorfoses do simbólico no Brasil rural – As transformações do início do século XXI vistas por meio de um personagem clássico da formação do Brasil, o caipira

WILLEMS, Emilio. **Cunha**. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil. Secretaria da Agricultura - Diretoria de Publicidade Agrícola - Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 1947.

Recebido em 06/08/2019.

Aprovado em 31/10/2019.

MEDIAÇÃO E PROCESSOS DE RECONHECIMENTO - SUBJETIVAÇÕES PARA ALÉM DA PRODUÇÃO DO CONSENSO ÚNICO

*Renata Medeiros PAOLIELLO**

RESUMO: Considerando o problema da paralisação dos processos de reconhecimento e titulação de áreas remanescentes de quilombos, o artigo visa abordar as diferentes respostas dos beneficiários a esta situação como resultantes de mediações interculturais sobrepostas, e até aqui compartilhadas, entre estes e os diversos agentes atuantes no contexto do reconhecimento, e que exprimem mudanças prático-simbólicas, relacionadas a elaborações subjetivas da experiência política. Respostas estas que, em sua diversidade, tanto se dirigem à adesão às demandas comuns, aglutinadas em torno da condição quilombola, quanto ao dissenso que confronta a ação coletiva, em ambos os casos relacionadas a incorporações contextuais e distintas de discursos desenvolvimentistas em oposição. A reflexão se desenvolve a partir da observação etnográfica e de uma análise de alguns textos produzidos por diferentes agências envolvidas nos processos em curso em territórios quilombolas, mais diretamente na região do Vale do Ribeira, sudoeste do estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Mediação Intercultural. Subjetivações. Reconhecimento de Direitos. Desenvolvimento. Territórios Quilombolas.

Introdução

Este texto resulta de pesquisa relativa aos processos sociais em curso no conjunto de áreas quilombolas do vale do rio Ribeira de Iguape, em face da

* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Araraquara. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901. reluz8@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-0640-276X>.

paralisação das ações de implementação de seu reconhecimento e titulação nos termos do artigo constitucional nº 68. As áreas que integram o território quilombola em foco, encontram-se em diferentes momentos do processo de reconhecimento e identificação, nos termos do Decreto Estadual 9757/97, que impõe em seu artigo 2º, a titulação coletiva das terras em nome das associações de moradores, constituindo um direito indivisível e inalienável. Mas poucas já foram tituladas.

A desaceleração dos processos de identificação, demarcação e titulação, e seus efeitos sobre os territórios quilombolas do Vale do Ribeira de Iguape, vinha ocorrendo antes de 2016 quando os trâmites das demarcações foram paralisados, com sua subordinação à Casa Civil, sob injunção de interesses contrários ao reconhecimento, e com a retirada de poderes ministeriais da Secretaria da Promoção de Políticas de Igualdade Racial. Esta lentidão alimentou conflitos, explicitados a partir do início dos processos de reconhecimento e vem servindo de informação política aos adversários, fortalecendo-os.

Tais mudanças político-institucionais colocaram em risco programas sociais, como a compra da produção das comunidades, a eletrificação rural, moradia, saneamento e crédito. Como consequência, reforça-se a tendência ao descrédito das lideranças e das agências e organizações de apoio e assessoria. Torna-se notória a precariedade da ação governamental e avançam as pressões expropriatórias. No momento, a interrupção das demarcações significa o retrocesso de direitos constitucionais e outros.

Dificultado o acesso a programas de políticas públicas, diante da instabilidade normativa introduzida pelas Portarias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), restringindo as condições do reconhecimento e da titulação, cresce a tendência ao acirramento de conflitos, tanto com terceiros, ainda não indenizados, como em relação às sobreposições das Unidades de Conservação e às quatro hidrelétricas projetadas para o Vale do Ribeira. Um dos resultados é a possibilidade crescente do abandono das áreas pelos moradores e beneficiários, em busca de alternativas de renda, particularmente pelos jovens.

Instigaram a pesquisa as diferentes respostas que estes beneficiários vêm dando à situação de esvaziamento das políticas de reconhecimento, em que se frustram mais uma vez expectativas de incentivo à produção, à permanência no local em boas condições de acesso a equipamentos públicos e de consolidação de seu direito territorial, desde antes de 2016. A tendência parece ser a de uma dispersão dessas relações, na medida da busca de alternativas individuais e familiares, eventualmente preferíveis a uma adesão à ação coletiva. Parece fragilizar-se, assim, o esforço de

atração dos beneficiários, pela mediação das agências implementadoras, para o âmbito jurídico-institucional.

O objetivo das considerações que aqui se apresentam, balizado por estas suposições, é descrever as linhas convergentes e divergentes que as estratégias desses agentes vêm delineando, as continuidades e descontinuidades desse processo, tal como ele se configura no momento e considerar alguns possíveis desdobramentos dessas estratégias coexistentes de consenso e dissenso, como indicativos de mudanças político-culturais.

Com este objetivo, apresenta-se de início uma descrição geral do contexto em foco, incluindo sua dimensão temporal, delineada por sucessivas intervenções para implementação de programas diversos de desenvolvimento, informada pela sua leitura como um contexto de mediações interculturais sobrepostas (MONTERO, 2006). Em seguida, destacando-se aspectos desse compartilhamento de um código cultural em camadas, que tem como uma de suas categorias centrais em disputa o desenvolvimento, procura-se destacar, no presente dessas disputas, estratégias, no sentido que Bourdieu (1983) confere ao termo, entre elas as que divergem de um consenso organizado.

Em síntese, o que se busca descrever aqui são códigos prático-simbólicos em mudança, redefinições de alianças e oposições, o jogo contingente em que instrumentos político-jurídicos até então produzidos, passam a ser vistos como precários, e que atitudes se tomam em face disto. Além do enfoque crítico praxiológico (BOURDIEU, 1989) que norteia o recorte da luta social em foco, é com apoio na reflexão foucaultiana sobre as formas jurídicas, suas relações com a construção da verdade, e as subjetividades como espaços de elaboração de forças externas (FOUCAULT, 1978; 2005), que são analisadas as diferentes práticas discursivas de beneficiários e agentes, e suas correspondentes orientações de ação. Espera-se, neste percurso, contribuir para uma reflexão a respeito dos possíveis efeitos das políticas sociais desenvolvidas no Brasil, em particular nos governos petistas (2003-2016), sobre nossa cultura política, e das subjetivações relacionadas às experiências da desigualdade econômica e social.

Intervenções estatais sobre um espaço rural inadequado

Desde a incidência do artigo constitucional nº 68 e da intervenção das agências estatais, para ativar o processo de reconhecimento e de titulação configura-se um quadro novo de tensões e disputas nas áreas remanescentes. Disputas relacionadas

a realinhamentos de alianças e tomadas de posição distintas, quanto aos direitos territoriais, até então diferencialmente atribuídos por critérios de parentesco e de herança. Emergem, assim, tensões, não só entre o novo direito e práticas jurídicas costumeiras, mas também derivadas da gestão comunitária. Em particular, o efeito do novo direito, interpretado pelas agências externas como fundado na terra comum, sobre uma territorialidade corrente maleável, organizada na linguagem do parentesco, fez reemergir uma conflitividade entre os moradores. Conflitividade cuja origem está na venda de parcelas herdadas a estranhos que introduziram processos de grilagem, expropriando aqueles que não venderam suas parcelas (CARVALHO, 2006). O novo direito, ao esvaziar, do ponto de vista legal, disputas fundiárias anteriores, assegura a retomada da terra, e, para ser efetivado, exige a ação de agências de mediação, cujas práticas organizativas aplicam o modelo comunitário e associativo, em consonância com as disposições legais que regulam o reconhecimento.

Este modelo é acionado nos confrontos entre moradores para desqualificar pretensões e direitos daqueles que são considerados negociadores da terra de herança, descomprometidos com a comunidade e com os projetos coletivos. Tais discursos, recorrentes, são acionados precisamente nas disputas políticas, visando as associações de moradores e os poderes que estas passam a concentrar, especialmente no que toca aos seus atributos de mediação e interlocução com as agências de governo e, em particular, com o MOAB⁵. Nessas situações de disputa, lança-se mão da aliança com a agência externa, em particular com a Pastoral da Terra, para reivindicar território ou, por outro lado, conta-se menos com o seu apoio para o reconhecimento.

Todas essas situações compartilham, guardadas suas diferenças, a gênese heterogênea de seu conjunto de direitos territoriais costumeiros: doações, compras, apossamentos, herança (ALMEIDA, 1997), constituindo sistemas combinados, articulando direitos privados a direito comum e ocupando áreas devolutas ou de domínio indefinido. O devoluto é a categoria da lei que define a terra pública sem destinação específica, devolvida ao estado porque não reclamada por um proprietário. É inalienável, conforme o Decreto Federal nº 19924, de 1931, mas não o era antes, quando podia ser apropriada por usucapião e, por isso, é frequente nelas a presença dos pequenos patrimônios constituídos por posse, em geral não documentados, portanto, vulneráveis do ponto de vista de suas garantias legais. O requisito legal do uso comum, de acordo com os dispositivos dos decretos regulatórios do

⁵ Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB), organizado no Vale do Ribeira, pela ação da Pastoral da Terra, para fazer frente à construção de quatro hidrelétricas – Tijuco Alto, Itaoca, Funil e Batatal -, pelo Grupo Votorantim (ROSA, 2007).

reconhecimento, como modo da relação com a terra e os recursos, engloba os direitos diferenciados que o sistema combinado e as práticas do parentesco e da herança operam, traduzindo-se na linguagem do reconhecimento em caráter coletivo do novo direito territorial, a ser titulado em nome das associações de moradores. Induz-se, assim, mudanças no regime de autoridade, nas relações jurídicas e na dinâmica política local.

Considerar as respostas a esta situação exige traçar um contexto temporal mais recuado em que se fazem presentes intervenções do estado em momentos diversos. Os hoje quilombolas estão inseridos na economia e na sociedade regionais, afetados por distintas e sucessivas intervenções, reordenando o território; e por diferentes agências, anteriores e coexistentes à atual presença político-administrativa, que conformam um conjunto de problemas, fundiários, econômicos, ambientais, etc., e que expressam um processo de territorialização (OLIVEIRA, 1998) no caso dos negros rurais, com base na raça, distintiva de uma origem escravizada, que segrega espacialmente essas populações, no movimento de escaparem à condição de cativos. Ou seja, de não autônomos na terra.

Nesses processos, produzem-se territorialidades específicas, em resposta à territorialização legal e estatal, como conjunto de práticas que articulam parentesco e terra, mas também incorporam mais recentemente a pertença étnica e a tradição, do mesmo modo como vieram incorporando outras categorias, no percurso de suas relações com o conjunto social e com as instituições político-jurídicas. Entre os hoje quilombolas, a territorialidade é correntemente operada na forma de uma mobilidade espacial sustentada pela rede de parentesco, que se atualiza estrategicamente em momentos diferentes das intervenções, e que se torna problemática diante da atual delimitação do território.

A mobilidade tem sido a condição de existência dos quilombolas do Vale do Ribeira, já que a precariedade de seus direitos torna decisiva a capacidade de deslocar-se para expandir e reconstituir seus patrimônios. Sustentada pelas redes de parentesco, é ela que vem repondo, até o reconhecimento, a possibilidade de reconstrução recorrente de seus espaços físicos e sociais, considerando que seus sítios se localizam em terras tidas como devolutas. Ao incorporarem a nova identidade quilombola, portanto a pertença étnica e a tradição, os negros do Vale do Ribeira reorganizam suas relações a partir da oposição entre sua mobilidade tradicional, de fato atualizada em contextos temporais distintos, e a fixação legal das fronteiras do seu território.

Os quilombolas passam a subjetivar, num período de pouco mais de vinte anos, a construção político-administrativa de si como objeto étnico, apropriada e ressignificada nos termos de seus valores morais e políticos, seja incorporando-a, seja,

no limite, recusando-a. A etnicidade está perpassada por escolhas, nas quais se exprimem experiências de si, eventualmente traduzidas em discursos coletivos: aceitação do território comum, ou reivindicação de gestão autônoma do próprio direito, assunção de uma unidade ético-política, ou sua recusa. O caráter de externalidade normativa das categorias a princípio formuladas no âmbito das instituições reguladoras ficava claro quando se dizia que o **quilombo** e a **ecologia** chegaram. Os modos como são incorporadas, individual e coletivamente, variam: o bairro do Biguazinho recusa o reconhecimento, porque seus moradores não querem a titulação coletiva, já que têm títulos particulares. No André Lopes, vizinho e aparentado ao Nhunguara, os evangélicos não se reconhecem como quilombolas. Por outro lado, no Morro Seco, onde são proprietários legais por direito de herança, mas têm essa dominialidade comprometida por não terem aberto e tocado sucessivos inventários, querem abrir mão dela em prol da demanda pelo reconhecimento, reforçados por seus fortes vínculos com a Pastoral da Terra, enquanto católicos (D'ALMEIDA, 2012).

É possível supor que as conversões evangélicas são indicativas dessa diversidade de escolhas e decisões, alimentando faccionalismos. Entre os remanescentes, as conversões são antigas, especialmente no Nhunguara, onde o processo tem início nos anos de 1950. Mas estão intensificadas no presente, possivelmente manifestando afastamentos em relação ao modelo comunitário do MOAB e da Pastoral da Terra, diante da incidência precária dos programas de desenvolvimento, limitados, no que se refere ao custeio da produção, às pequenas verbas do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf 2) para o plantio de pupunha e, no que toca aos projetos coletivos, pelas dificuldades de financiamento, bem como no que toca às relações entre os participantes e as disputas envolvendo as associações de moradores.

A partir dessas conversões, mudam os comportamentos no plano pessoal. O *ethos* do parentesco se transfigura em irmandade genérica. Incorporando-se a identidade étnica, a tendência, especialmente se não se é evangélico, é a de assumir o discurso comunitário e formular uma etnicidade também genérica, enfraquecendo, pelo menos neste contexto, o valor do parentesco. O que se pode observar na diferença entre as narrativas de origem formuladas por velhas e novas lideranças: “meu bisavô chegou aqui e casou nesta nação de índio que tinha aí na barra do ribeirão”, do lado de uma antiga liderança; e do lado de um jovem líder quilombola, com trânsito na arena política maior, “nós viemos de negros fugidos das senzalas de Iguape que chegaram aqui pelo rio”. No primeiro caso, as relações de parentesco são especificadas e fundam

os direitos de cada um no grupo de parentes. No segundo, o parentesco é falado na linguagem genérica da pertença étnica relacionada à escravidão.

Ao lado disto, as disfunções das políticas sociais aguçam problemas de distribuição e de disputa de poder e conflitos associados à gestão comunitária, à titular e gestora do território, e interlocutora institucional, a associação dos moradores, instância política em que se formalizam práticas faccionais.

As mediações normativas, assim, conduzidas pelas diferentes agências direta ou indiretamente presentes, levam às ressignificações de práticas e direitos territoriais e culturais. O conceito de mediação com que se opera está ligado ao enfoque das práticas discursivas que emergem desses processos como construções pragmáticas contextuais, dando-se ênfase, portanto, aos usos das categorias em jogo, como condição para apanhar os seus sentidos no desenrolar das disputas e negociações. Sendo assim, tais práticas não são abordadas como manifestações endógenas dos grupos em confronto, e sim como formulações e ações construídas nestes confrontos, que configuram estratégias distintas de agências e agentes. Práticas mediadas, em síntese, visando o convencimento quanto à validade dos respectivos argumentos, interesses e valores. Considerando-se a gama de agentes em presença, e seu jogo de alianças e oposições, tais práticas podem ser pensadas como resultantes de incorporações em camadas, no curso de um processo histórico, das definições e classificações recíprocas desses agentes, configurando, desse modo, um universo de relações marcadas por antagonismos, e não mundos sociais separados. O conceito de mediação intercultural (MONTERO, 2006), assim, é a chave interpretativa para o discurso central envolvido nessas lutas sociais, o do desenvolvimento, cujos sentidos são o alvo dos conflitos.

Entender o peso deste discurso exige uma retrospectiva: Em meados dos anos de 1980, ocorre a intervenção dupla, estadual e do INCRA, para regularização fundiária e reforma agrária, depois do aguçamento dos conflitos pela intensificação das grilagens, em razão dos incentivos fiscais, disponibilizados nos anos de 1970, para exploração agrícola. A presença da Pastoral da Terra no apoio aos posseiros se faz sentir desde então.

A intervenção para reforma agrária se articula ao Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira, que projeta uma rede de assistência, técnica e jurídica, para sua implementação, ligada a diferentes secretarias estaduais e ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Como é sabido, a política do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) se enfraquece em um período curto, e simultaneamente ganha força a problemática ambiental, bem como a legislação preservacionista, fortemente incidente nesta região, que é a da última e maior reserva

de mata atlântica em área contínua no país. A princípio desfavorável para os sitiantes, principalmente os posseiros, e apontada por estes como injusta, ela passará a ser valorada positivamente em outro contexto, quando ganhará força a retomada do projeto das barragens, que ocorre logo a seguir, e que será alvo da oposição das agências ambientalistas. Só neste contexto, a Pastoral da Terra se aliará a estas, fundando-se então, a partir de sua atuação, o MOAB.

Na década de 1990, após a promulgação da Constituição de 1988, e de suas disposições transitórias, das quais faz parte o artigo nº 68, produto do esforço de sociólogos e do Movimento Negro para compensar o enfraquecimento da questão agrária durante a Constituinte e na nova carta constitucional, a política de reconhecimento começa a ser implementada, reforçada pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizada em 1989 e assinada pelo Brasil que dispõe sobre os direitos dos povos tradicionais. A partir de meados da década de 1990, esta implementação chega à região do Vale do Ribeira, a princípio sendo acolhida com relutância pela Pastoral da Terra e pelo MOAB, preocupados principalmente com a questão fundiária e as barragens, e não tendo ainda consolidado sua aliança com as organizações ambientalistas. A partir de 2003, com a implementação da política de reconhecimento, consolida-se a ação do MOAB no sentido de uma aglutinação das demandas das populações do Vale do Ribeira, quanto à terra, à ameaça de sua perda com a construção dos reservatórios, agora pensada em termos de direitos territoriais específicos das comunidades remanescentes de quilombos, cujo sentido, a partir de então, será ampliado no âmbito de um debate jurídico pela ressemantização. Direitos territoriais de uma população entendida como tradicional, cujo modo de vida histórico, ademais, contribuiu para a preservação do patrimônio ambiental do Ribeira, definindo-se, desse modo, também seus direitos culturais.

Busca-se, por este caminho, reverter e positivar o anátema do subdesenvolvimento e do atraso sempre relançado à região, de sua inadequação crônica para a modernização agrícola, e que serve de argumento para todas as justificativas de intervenções, de modo a convencer inclusive os mais pobres, acenando-lhes com o incentivo técnico, financeiro e mercadológico à agricultura e com a geração de empregos. O que acontece, desde então, configura os processos de mediação que aqui se procura analisar.

Códigos compartilhados e subjetivações divergentes

Abordar esses processos como de mediação intercultural coloca em relevo sua dimensão política, entendida aqui para além de seu sentido estrito: trata-se do político tomado para além do âmbito estrito da política institucional e como espaço de antagonismos (MOUFFE, 1993), das limitações das abordagens da antropologia política clássica e da antropologia da política contemporânea (MONTERO; ARRUTI; POMPA, 2011). De fato, são as contribuições de uma antropologia do político que parecem melhor responder aos desafios empíricos de um processo como o que está sob estudo aqui, envolvendo a produção de dissensos que transbordam as orientações consensuais de uma ação coletiva simultaneamente em disputa e negociação no âmbito da política partidária e do estado, em seus distintos níveis e agências, e em confronto com uma multiplicidade de forças e interesses, estes mesmos frequentemente confrontando-se entre si.

Como discutido no tópico anterior, neste jogo de forças em curso, nas suas continuidades e rupturas, o espaço social é atravessado pelo confronto simbólico entre agentes e grupos assimetricamente posicionados, pelos signos tornados comuns e por meio dos quais intentam acessar recursos materiais e imateriais e adquirir algum controle do próprio jogo. Esse compartilhamento de signos e discursos, em suma, é o que se apreende por meio do conceito de mediação, que propicia acompanhar como, em particular, os beneficiários do reconhecimento ingressam no jogo e incorporam os discursos produzidos sobre eles, apropriam-se destes e os utilizam argumentativamente, e também os reinterpretem nos termos de seus valores e suas experiências, os ressignificam e se modificam ao fazê-lo. Discursos que resultam do escrutínio constante dessas populações, da produção de saber-poder sobre elas, para administrá-las. Trata-se aqui de sistematizar como esse conjunto de conhecimentos, diferenciado em razão das agências que os formulam e implementam, dos momentos em que o fazem e dos fins, das diferentes perspectivas, são apropriados por eles, ressignificados estrategicamente, compondo suas autorrepresentações, particularmente no que toca às suas definições legais como sujeitos de direitos: de sítiantes, posseiros, pretos, a remanescentes de quilombos, e a quilombolas, no discurso dos movimentos políticos.

Encontram-se, por todo este trajeto, especialmente tensionados pelo discurso hegemônico do desenvolvimento. Porque é a existência material – econômica e social – que está em jogo, a experiência de si como pobres, carentes de bens, de oportunidades e de poder. Escolhas e tomadas de decisão se orientam por tais demandas, e estão relacionadas ao capital social que vão aumentando na medida em

que se abrem as possibilidades de agir na arena política: as redes em que podem ingressar, conforme estratégias individuais e familiares que organizam o movimento das pessoas, de acordo com as possibilidades do mercado e da política: quem fica para trabalhar na terra, quem se emprega no setor agrícola e no não agrícola, e em que tipos de atividades, quem participa do movimento social, etc., com todos os imprevistos e riscos que podem infltir este fluxo organizado (VINCENT, 1987). E esta tensão se atualiza no contexto do reconhecimento, quando se introduz um novo modelo do desenvolvimento, configurando-se dois tipos de discursos em oposição, recobrando a variedade de suas formulações concretas: o discurso do desenvolvimento econômico e da oferta de postos de trabalho, em resposta a condições socioeconômicas adversas, veiculados por agências que apoiam as barragens, e o do desenvolvimento social e sustentável, veiculado por aquelas que a estas se opõem (PAOLIELLO, 2017).

Em suma, nessa trajetória, entrelaçando-se ao jogo político-institucional ou dele escapando, delineia-se uma gama de estratégias organizativas para lidar com as dificuldades reprodutivas, definidas em razão dos problemas produtivos e também da precariedade do vínculo com a terra. Entre elas, as de inserção, parcial ou total, no mercado de trabalho, cujo repertório de possibilidades oscila de acordo com a conjuntura econômica e a oferta de atividades nos âmbitos local e regional. É com essas estratégias que procuram contornar as dificuldades, geralmente percebidas como insuficiências, da implementação de distintos planos de desenvolvimento, o último deles, o desenvolvimento social e sustentável, concretizado nos programas que acompanharam o reconhecimento. O cenário político é indissociável dessas demandas econômicas.

Quanto às agências religiosas, sua importância, como já destacado, pode ser sublinhada pelo papel exercido pela ação pastoral na construção do MOAB. Por outro lado, é notável a presença, como visto, das igrejas evangélicas, particularmente em alguns bairros, onde as conversões foram acentuadas, e, por isto, a ação pastoral ficou a princípio comprometida, chegando a retardar-se o processo de reconhecimento, já que as relações entre os moradores e os agentes, ligados à igreja católica, eram distantes⁶. Mais mercantis, visando a formação de pequenos capitais através do cultivo comercial, e a acumulação em terra para esse fim, por meio de estratégias matrimoniais orientadas por uma endogamia de bairro, suas terras não estiveram entre as primeiras a serem identificadas como remanescentes.

⁶ É o caso do Nhunguara, onde a chegada da primeira igreja evangélica remonta aos anos de 1950, quando os moradores introduziram bananais em suas terras e estabeleceram relações com um fazendeiro de Eldorado, proprietário de uma fábrica de derivados de banana, para fornecimento de matéria-prima.

Em síntese, a incidência de diferentes políticas governamentais, em um contexto como o do Vale do Ribeira, marcado por processos políticos em que se entrelaçam a questão fundiária e a alternativa aberta pelo artigo constitucional nº 68, e problemáticas gerais relativas a meio ambiente e energia (ROSA, 2007), particularmente desde os anos de 1960, a princípio orientadas para a incorporação regional ao processo de desenvolvimento econômico, vem contribuindo para a mudança das formas organizativas locais. Configura-se, assim, a gama variada de estratégias e arranjos visando contornar a pressão sobre os estoques territoriais e o empobrecimento, que passaram a convergir para a luta pela consolidação do direito constitucional e para a oposição às barragens, que inundariam suas terras de cultivo.

Mas também se delineiam outras dinâmicas, que escapam à ação movimentalista, na medida em que elas resultam de processos históricos e sociais tecidos em uma multiplicidade de relações, em contextos espaciais e temporais distintos, em cujo curso os atuais quilombolas retomam orientações diversas e, em número expressivo, divergentes daquelas que o movimento organizado pode agregar. São estas que se tende a reforçar, no momento em que se suspendem as demarcações e titulações e vão se esvaziando as políticas sociais. Várias pessoas que permanecem, hoje, não podem plantar, por insuficiência de recursos, restrições ambientais ou por falta de mão de obra familiar, dependendo de Bolsa Família ou de aposentadoria dos idosos, e utilizando o sítio como moradia.

Neste cenário, estabelece-se uma disjunção entre autorrepresentações a partir de direitos e demandas compartilhadas, e um enfraquecimento das expectativas quanto à sua realização, que os está levando a intensificar práticas, muito frequentes antes do reconhecimento, com exceção da venda da terra, tanto quanto a assalariamentos variados, no trabalho agrícola ou não, como em relação a reposicionamentos políticos, partidários ou no âmbito do movimento social que o MOAB corporifica, e com relação a adesões religiosas, tecendo-se uma trama em que, na prática, esses aspectos se entrelaçam circunstancialmente. Rearranjam-se as estratégias familiares na organização das atividades que visam obtenção de renda, de acordo com as disposições e possibilidades individuais, e contatos nas redes de relações pelas quais transitam.

É assim que alguns, permanecendo envolvidos na luta, na ação coletiva, identificam-se com uma suposta cultura de origem e ostentam vestimentas e adornos que aludem a um afro genérico. Outros, ao contrário, lembram sua mistura e, especialmente se são evangélicos, rejeitam esses emblemas, embora, a não ser nos casos de recusa coletiva do reconhecimento, tenham passado a identificar-se como quilombolas no contexto político, ressignificando com isto também sua experiência

histórica nas relações com a população do entorno e do município, que era a de serem vistos como os moradores dos bairros de pretos.

Do ponto de vista analítico aqui assumido, trata-se de fenômenos de mediação em que estão implicados processos de constituição dos agentes tanto numa dimensão de publicização, envolvendo a projeção do conflito moral, que marca a experiência privada, na esfera pública (MONTERO; ARRUTI; POMPA, 2011), como numa de subjetivação – ambas empiricamente inseparáveis -, que remete a como processos de agenciamento, ou encenação, do discurso público afetam dinâmicas locais, familiares, a reelaboração da memória, as representações de si. Em síntese, subjetivações em dois sentidos: identificação dos grupos e pessoas a modos – abstratos- de representação de si; processos de transformação de valores, afetos, do imaginário, das percepções de si nas estratégias de apresentação de si. Os processos de subjetivação atravessam e constituem sujeitos, sem que se suponha que estes os antecedem, nem que estes processos lhes são interiores. Eles são processos de produção de modos de existência por agenciamentos discursivos e afetivos que os descentram, configurando-os como lugares de uma multiplicidade de agenciamentos.

Para esses autores, as políticas de reconhecimento constituem casos exemplares desses fenômenos de mediação, e comportam duas dimensões: o quadro de categorias em jogo, e os modos rituais de encenação, isto é, agenciamento, dessas categorias, que compõem os campos semânticos mobilizados nas lutas pelo poder de representação. Dito de outro modo, trata-se de lógicas práticas (BOURDIEU, 1980) que se processam no trabalho de mediação, em que se misturam o político, o ritual, o técnico, o econômico, etc. Estratégias que envolvem escolhas no curso do jogo, de acordo com antecipações de possibilidades e cálculos intuitivos de riscos, no calor da hora, nas urgências das demandas concretas. O senso prático, segundo os autores acima referidos, é o eixo da análise da agência, permitindo decifrar as relações que contribuem para os modos de percepção e apreciação das diferenças e identificações, que constituem posições no interior de um sistema discursivo – não oponíveis como binárias na análise, embora o sejam no discurso em causa – e que transformam a produção das diferenças e alteridades, remodelada no jogo discursivo. O papel de uma análise do político é o de apanhar este processo de produção e transformação.

Os agentes da mediação, mecanismo de produção de consenso, estão imersos em negociações dos códigos de significação, em relações prático-discursivas que codificam as diferenças, portanto definem diferentes modalidades de pertencimento, conformando dinâmicas sociais de produção e apropriação destas diferenças por agentes diferencialmente situados em um contexto comum.

Ao proporem uma agenda de pesquisas para uma antropologia do político neste feito, Montero, Arruti e Pompa (2011) visam contribuir para a análise dos processos de produção de consenso e legitimidade na deliberação pública, especialmente abordando a construção conceitual da identidade e da diferença no Brasil, pela operacionalização de códigos de pertencimento, como civilização, cultura, religião, direito, etc., considerando forças em disputa na cena pública: poder político, igrejas, cientistas sociais, movimentos sociais. E observam como a linguagem religiosa marca o debate público, em termos como solidariedade e pobreza, por oposição àqueles em jogo no campo semântico da cidadania. Para a publicização, a visibilidade das demandas e dos grupos, e os símbolos mobilizados modificam, nos contextos locais e regionais, as posições relativas dos agentes, o que repercute no jogo político municipal e estadual.

Do que se trata, diante dos processos observados, no entanto, é também da emergência dos dissensos no movimento mesmo de produzir o consenso mediado. De movimentos na direção de escapar da confluência de estratégias coletivas, das quais se vem a discordar desde uma perspectiva privada e familiar que ganha força no curso do trajeto compartilhado. E também do trânsito em outras redes de relações – fazendeiros e comerciantes que “dão serviço”, políticos de quem se tornam clientes, irmãos de fé, ou, para além do seu espaço geográfico e social, aquelas que se estendem para mais longe, especialmente relativas a possibilidades de trabalho, que sustentam aqueles que, em determinadas circunstâncias, deixam de aderir às ações e projetos comuns. Mas permanecem compartilhando o código em jogo, em particular a categoria **desenvolvimento**, e é com esta referência que parecem tomar suas decisões e justificá-las: **desenvolvimento**, qualquer que seja seu sentido mediado, é o contraponto das alternativas escassas de trabalho e renda. E não só para os quilombolas. Se, como Honneth (2003) destaca, é a experiência do desrespeito moral que move uma identificação coletiva, por outro lado, Fraser (HONNETH; FRASER, 2003), considerando que a sociedade contemporânea é simultaneamente de classes e de *status* – a sociedade brasileira em especial, podemos dizer –, ressalta a importância da demanda por redistribuição, inseparável do reconhecimento. E que é o que articula os programas de políticas sociais ao reconhecimento, como é possível notar desde o texto do Programa Brasil Quilombola (PBQ).

Disputas simbólicas: que desenvolvimento?

O Programa Brasil Quilombola (PBQ), editado em 2004 para cumprir o disposto no artigo constitucional nº 68, ou seja, o reconhecimento legal de direitos específicos e a expedição do título de domínio para as comunidades reconhecidas como quilombolas, colocou-se como um instrumento compensatório, e voltado à política nacional de promoção da igualdade racial, nos termos do Decreto 4886/2003, que regula o artigo nº 23, X, da Constituição Federal. Sua justificativa foi que, de 1988 a 2004, apenas setenta e uma, das 743 comunidades oficialmente registradas, haviam sido tituladas. Visou assegurar o acesso à terra, implementando a titulação, e a identidade étnica das comunidades remanescentes, pela promoção do desenvolvimento sustentável e da representação associativa (BRASIL, s. d.).

No seu texto, explicita-se a orientação para a defesa da “cultura tradicional”, pela “manutenção das práticas de resistência e reprodução do modo de vida”, que supõe a “coletivização dos bens materiais e imateriais”. A identidade étnica é pensada como resultante da autoidentificação, a ser promovida com base na organização política e social, na ancestralidade comum, em elementos linguísticos e religiosos, na relação com outros grupos e na ação política. Destaca-se a orientação para o estímulo aos modelos de produção agrícola, integrados à microeconomia local, como condição para consolidar o “uso comum da terra”.

A terra, assim, não é entendida como a condição exclusiva para a existência dos grupos, na medida em que não é considerada apenas como espaço geográfico, mas lugar onde se realiza um “estilo de vida” marcado pela etnicidade. É assim que ela é redefinida e convertida em “território”, entendido como construção relacionada a “formas singulares de transmissão de bens materiais e imateriais para a comunidade”, ao “legado da memória coletiva”, ao “patrimônio simbólico”, como especificidades culturais a serem priorizadas no modelo do desenvolvimento sustentável. Ou seja, são a condição da sustentabilidade ambiental, social, econômica e política (BRASIL, s. d.).

O PBQ se propôs, nesses termos, a uma revisão dos modelos de gestão para implementar políticas públicas, atualizando a identidade, na medida em que se considerou que o desenvolvimento influencia essa identidade, recolocando-se, a partir desses contextos quilombolas, a questão fundiária em moldes territoriais, ou seja, como referida a um espaço geográfico e cultural cujo núcleo é o uso coletivo.

As ações governamentais previstas no PBQ se definiram de acordo com demandas das comunidades, buscando inseri-las nos planos públicos de desenvolvimento regional. Organizam-se em quatro eixos: regularização fundiária,

infraestrutura e serviços, desenvolvimento econômico e social – baseado no modelo do desenvolvimento sustentável, informado pelas características territoriais e pela identidade coletiva –, controle e participação social, traduzido em participação ativa e monitoramento, por parte dos representantes das comunidades, nos fóruns locais e nacionais de políticas públicas.

Referido ao marco legal disposto nos artigos nº 215 e 216 da Constituição, o PBQ estabeleceu o território quilombola como bem cultural brasileiro a ser protegido, e se remeteu à norma da Fundação Cultural Palmares que o define como território cultural afro-brasileiro.

Esse esboço descritivo do texto do PBQ objetiva destacar a presença da orientação do novo paradigma do desenvolvimento social e sustentável, como resposta aos impactos dos ajustes estruturais neoliberais, em diálogo com as elaborações de Amarthia Sen (2000), entre outros. Este novo paradigma do desenvolvimento surge como elaboração de uma nova sociologia econômica, cujo discurso é o da contraposição aos três modelos de desenvolvimento econômico antecedentes, e que produzem o descompasso entre o norte e o sul do planeta, todos pautados no economicismo: 1) o modelo liberal, que concebe o crescimento econômico como realizável em etapas universalmente válidas, visa a maximização desse crescimento, cujos motores são a urbanização, a industrialização e o mercado; 2) o modelo desenvolvimentista, que entende o sul como bloqueado pelo norte, numa lógica de trocas desiguais; 3) o modelo neoliberal do Programa de Ajuste Estrutural (PAE), emergente após a crise dos anos de 1970, a partir do consenso de *Washington*, cujos motes são a máxima inserção das economias nacionais no mercado mundial, a desregulamentação dos mercados, a privatização, e a redução das despesas sociais - educação, saúde, moradia (FAVREAU, 2002).

O modelo do desenvolvimento social e solidário, que embasa um novo paradigma econômico, e serve de fundamento às políticas públicas cujo objetivo é implementar projetos de desenvolvimento local, regional, comunitário e territorial, emerge como resposta aos trinta anos de vigência do Programa de Ajuste Estrutural (PAE), que estabelece a economia globalizada. Ele propõe uma visão multidimensional do desenvolvimento, contrária à redução deste ao crescimento econômico, entendendo-o como melhoria das condições de vida das coletividades, por meio da organização da produção, da renda e da despesa, socialmente orientada, visando criar riquezas em contextos precários. A economia é repensada como envolvida pelo social, como instrumento de seu desenvolvimento, não como fim (FAVREAU, 2002). Os indicadores sociais e econômicos a serem considerados na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, nessa perspectiva,

ultrapassam o critério das necessidades básicas; são aqueles que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): esperança de vida ao nascer, níveis de instrução, renda e trabalho e acesso a direitos (SEN, 2000), tendo em conta que as prioridades do novo paradigma são o emprego, a partilha das riquezas e a construção de instituições democráticas, que assegurem direitos civis, sociais, culturais, políticos e econômicos, expandindo as liberdades.

A estratégia é a de promover o cooperativismo e o associativismo nas comunidades, estimulando a organização social, cultural, política e econômica como produto da participação popular, e considerando que, em tais contextos precários, o recurso à economia informal é a saída que interpela movimentos sociais e políticas públicas. Trata-se, portanto, de favorecer a constituição dos sujeitos sociais como atores coletivos, a partir de suas condições culturais. Isto significa a reconfiguração das relações entre coletividades específicas, sociedade civil, mercado e Estado, cuja regulação é pensada como resultado de negociações entre agentes, não só capitalistas, mas também os que se constituem como empreendedores sociais, sob a direção do Estado, detentor do monopólio da institucionalização, mas não o único agente implicado na tarefa, cabendo-lhe intervir, colocar as instituições políticas a serviço da sociedade, e elaborar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de grupos desfavorecidos. Fica claro, então, que políticas de reconhecimento das diferenças e das discriminações, especialmente as raciais, bem como a decisão de enfrentá-las, tornam-se centrais desse ponto de vista. O discurso do novo paradigma, em suma, carrega a concepção de uma democracia plural, vista como capaz de conformar um espaço de negociação de poderes na modernidade globalizada, em que se fazem operantes modalidades de organização econômica não capitalista.

É possível notar como esse conjunto de prescrições informa o reconhecimento legal da condição de remanescente, as políticas sociais que visam promover nesses contextos o desenvolvimento da economia solidária. No entanto, como visto, as áreas remanescentes do vale do Ribeira vêm enfrentando a incipiência desses programas públicos voltados ao desenvolvimento sustentável nos termos do PBQ (BRASIL, s. d.), que não vêm compensando adequadamente sua inserção precária nos mercados local e regional. Junto com isto, a ameaça recorrente da construção das barragens, e a paralisação dos processos de reconhecimento e titulação.

Deve-se, então, equacionar os discursos em jogo no atual momento das lutas sociais no Vale do Ribeira em duas categorias: o do desenvolvimento como crescimento econômico, dependente, entre outros fatores, de projetos infraestruturais, como a construção de hidrelétricas, e o do desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

A seguir, apresentam-se esses discursos, relacionados aos seus lugares de enunciação. Lugares que têm a ver precisamente com as diferentes concepções do desenvolvimento que os orientam. Estão agrupados de acordo com a definição dos dois tipos acima formulados, expressam-se em textos constantes dos *sites* das agências, nas páginas voltadas à construção das hidrelétricas do Ribeira. As agências são centrais nas redes que constituem a trama da disputa aqui em foco: o Instituto Socioambiental (ISA), o Ministério Público (MP) e o Departamento Autônomo de Águas e Esgotos do estado de São Paulo (DAEE).

Em primeiro lugar, descrevemos como, informado por este modelo, o Instituto Socioambiental (ISA) interpreta a realidade regional, o contexto do conflito com as barragens e o impacto das barragens sobre o modo de vida específico das comunidades⁷. A região do Vale do Ribeira é representada, nesta perspectiva, como caracterizada pela presença das Unidades de Conservação e das comunidades tradicionais. A aprovação das hidrelétricas – Tijuco Alto, Funil, Itaoca e Batatal –, sob o argumento duplo da contenção de cheias e da geração de energia, ameaça essa configuração, na medida em que levaria à inundação de onze milhões de hectares de terras, incluindo as cavernas – relevante patrimônio natural regional -, unidades de conservação e comunidades quilombolas e de pequenos agricultores, e alteraria o regime hídrico da bacia.

A hidrelétrica mais avançada em seu processo de aprovação, a de Tijuco Alto, no alto curso do rio, geraria energia para abastecer o complexo metalúrgico da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim. O projeto, ainda em processo de aprovação, vem gerando efeitos negativos e um passivo social: os agricultores, temerosos com o alagamento, vêm vendendo suas terras à CBA, e aqueles que não têm títulos de propriedade vêm sendo expulsos sem indenização. A campanha contra as hidrelétricas visa informar a sociedade e a população local sobre os impactos socioambientais, sobre a história do licenciamento ambiental dos projetos, e, sobretudo, articulada pelo MOAB em parceria com as comunidades quilombolas e outras organizações, como a igreja e os sindicatos, opor-se a um modelo de desenvolvimento socialmente excludente e ambientalmente insustentável, reforçando para tanto os direitos de cidadania e a participação democrática. É ressaltado no documento que as organizações que se opõem às hidrelétricas têm um histórico de oposição a um modelo de desenvolvimento que privilegia a concentração de terras e a instalação de grandes empreendimentos, em detrimento da sobrevivência e do bem-

⁷INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Campanha contra barragens no Ribeira. Disponível em: www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira. Acesso em: 09 dez. 2019.

estar das populações tradicionais e da sustentabilidade socioambiental. Entre essas organizações, estão o próprio ISA, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Vale do Ribeira, o MOAB e a Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE)⁸, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do vale, e a Sociedade Brasileira de Espeleologia.

Já o documento do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Civis⁹ – que se apresenta como composto por representantes das comunidades, da procuradoria da república, da defensoria pública do estado de São Paulo e de movimentos sociais e organizações da sociedade civil – faz um relato do processo institucional de confrontação às barragens e expõe argumentos contrários a sua construção. Delineia a estratégia da CBA para atingir a meta da obtenção do licenciamento ambiental: o pedido de licenciamento separado aos órgãos de licenciamento de São Paulo e do Paraná, já que o Tijuco Alto se localiza entre os municípios de Ribeira, em São Paulo, e Adrianópolis, no Paraná, em 1989. E aponta que o Ministério Público Federal (MPF), então, move ação civil pública contra esses pedidos e obtém seu arquivamento. Faz referência à atuação da Fundação Cultural Palmares, que toma posição antes da concessão da licença prévia, e, em 2013, manifesta-se favorável a ela, com posterior consulta prévia, livre e informada às comunidades, conforme o artigo 6º da Convenção 169 da OIT. As comunidades quilombolas questionam a postura da Fundação Palmares e fazem com que esta suste seus efeitos, marcando visita às comunidades para consulta prévia. Na avaliação dos efeitos negativos da barragem, o documento lembra que esta atinge gravemente a reserva de mata atlântica da região Sudeste, incluída pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na categoria de Patrimônio Natural da Humanidade.

Em um balanço mais detalhado desses interesses e das condições econômicas do vale, Sevá Filho e Kalinowski (2012) contrastam as condições concretas da região à imagem que se constrói dela como espaço de ambiente preservado, presença de cavernas e de populações tradicionais, e de práticas extrativas. Ressaltam seu caráter crítico como região geoeconômica de mineração, monocultura comercial e recursos hídricos, e de presença de usinas, há quarenta anos, nos afluentes do Ribeira, capazes de gerar quinhentos e quarenta *megawatts* de energia (Sistema Capivari-Cachoeira),

⁸Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira, entidade jurídica especificamente criada para dar apoio à execução do artigo constitucional nº 68.

⁹ MPPR. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Civis. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/>. Acesado em: 15 dez.2019.

dos quais a metade destina-se à indústria da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) em Sorocaba-SP. Quanto à mineração, o calcário extraído em Apiaí-SP se destina à fábrica de cimento do grupo Camargo Correia. Em Rio Branco do Sul-PR e Campolargo-PR está estabelecido o polo caieiro e cimenteiro do Grupo Votorantim, bem como, em Cajati-SP, extraem-se rochas fosfáticas para a fabricação de nutrientes sintéticos, do tipo NPK, pela Serrana, que hoje faz parte da multinacional Bunge. Em Tapiraí-SP, é intenso o desmatamento para produção de carvão, visando a indústria de fosfatados de Cajati-SP. A área das Unidades de Conservação totaliza cinco mil quilômetros quadrados, em contraste com este avanço. A extração do palmito juçara, em que se envolviam até recentemente as comunidades, vem sendo reprimida. A banana e o chá, produtos centrais da atividade agrícola no vale, oscilam conforme o mercado, e são menos rentáveis para os pequenos. Acrescentam-se a estas as de tomate e maracujá, cultivos que demandam uso intenso de agrotóxicos.

Este balanço crítico do projeto das hidrelétricas é interessante na medida em que aponta para percepções contraditórias a seu respeito. De um lado, a imagem da região preservada dos pontos de vista sociocultural e ecológico. De outro, a imagem da degradação socioambiental e dos riscos acarretados pela construção das barragens, como agravante desta degradação, e não como alavancas do desenvolvimento.

Por último, o texto que exprime o discurso de defesa das hidrelétricas, porque formulado por um órgão estatal que há décadas está envolvido nos planos de desenvolvimento do vale do Ribeira, o Departamento Autônomo de Águas e Esgotos do estado de São Paulo (DAEE)¹⁰.

Este documento coloca no centro de sua argumentação o problema das grandes cheias cíclicas do Ribeira, especialmente aquela que marcou a experiência e o imaginário da população local e das comunidades ribeirinhas, em janeiro de 1997. As obras hidráulicas são apresentadas como a solução técnica para as enchentes devastadoras nas áreas de várzea inundável da bacia. A cheia é apontada como um fenômeno físico natural, o extravasamento das águas da calha do Ribeira e afluentes para as várzeas nos períodos de chuva, atingindo “cidades, bairros rurais e terras produtivas”. Destaca-se que as barragens foram propostas como solução para a viabilidade econômica dos planos de desenvolvimento e dos empreendimentos na região: “sensibilizado com o drama da população, o DAEE elaborou, em outubro de 1998, o relatório Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape – Plano de Ação para o

¹⁰ SÃO PAULO. PLANO DE AÇÃO PARA O CONTROLE DAS INUNDAÇÕES E DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO VALE. **Revista Água e Energia**. Abril/1999. Disponível em: http://www.dae.sp.gov.br/acervoepesquisa/relatorios/revista/raee9904/ribeira_do_iguape.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.

controle das Inundações e Diretrizes para o Desenvolvimento do Vale” (SÃO PAULO, 1999) n.p.). O relatório se coloca como o resultado de profunda avaliação técnica, levando em conta benefícios sociais, uma vez que o vale “permanece em condições bastante subdesenvolvidas, considerando-se os mais diversos indicadores sócio-econômicos” (SÃO PAULO, 1999, n.p.). O documento ressalta a perda de vidas, os prejuízos com a inundação de casas e comércios, a perda da produção agrícola, a interrupção das estradas, o isolamento de cidades e a quantidade de desabrigados. Aponta a pobreza da região, de baixa atividade econômica. Relembra o conhecido Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e do Litoral Sul, de 1966, pioneiro na recomendação das barragens como recurso para o controle das cheias, para assegurar o aproveitamento econômico racional das várzeas.

Sublinha-se ainda que, em 1988, a CBA pede a concessão da barragem do Tijuco Alto. Em 1994, como apontado no documento do Centro de Apoio às Promotorias de Direitos Cíveis, acima descrito, a licença prévia para as obras do Tijuco Alto é concedida pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), mas o MP a suspende. Porém a Portaria 237, de 1997, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (IBAMA/CONAMA), delega a aprovação dos projetos de barragens aos estados, “para abreviar o problema”. Em síntese, segundo o DAEE, a implantação do Tijuco Alto alavancará o desenvolvimento numa região que apresenta o menor IDH do estado.

Sevá Filho e Kalinowski (2012) questionam essas projeções, destacando que a expectativa favorável da população urbana do vale quanto ao progresso acarretado pelas obras de barragem está influenciada pelo modelo das cidades que se desenvolveram no entorno de Itaipu: solução das enchentes e geração de emprego e renda, e por pastores neopentecostais, cujo discurso da cura e do sucesso financeiro tem o apoio de deputados estaduais interessados nas barragens. Lembram a compra, pela CBA, de 379 imoveis rurais, cobrindo 60% da área prevista para o reservatório, o que gera queda na renda, aumento do desemprego, alterando o perfil socioeconmico do alto Ribeira, e a expulsão de 228 famílias não proprietárias. Relevam a importância de se considerar como são vistos os grandes projetos de investimento pelos diferentes atores sociais, de acordo com suas diferentes concepções sobre o território e o desenvolvimento. Referem-se  visão crítica do Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB, do qual o MOAB participa, sobre o privilegiamento do modelo das barragens no avanço do setor energético desde 1970, gerando 71% da energia do país, e voltado às indústrias eletrointensivas, como a CBA. O caso do Tijuco Alto  emblemático da privatização do setor elétrico, visando que as empresas se tornem autoprodutoras de seus recursos energéticos. Em suma, por trs do discurso do

desenvolvimento local, segundo os autores, a meta é a soberania energética da empresa, sendo as populações locais tratadas como empecilho às obras.

O discurso do DAEE manifesta esta estratégia, e, de acordo com Zhouri e Laschefski (2010), expressa a crença dos empreendedores de que as compensações de ordem técnica resolvem os conflitos. Segundo Sevá Filho e Kalinowski (2012), tais discursos são ideológicos: fazem passar os interesses de governos e empresas como interesses de toda a sociedade, e as reivindicações locais minoritárias são apresentadas como as que emperram o desenvolvimento nacional.

Os discursos, acima resumidos em seus pontos principais, para o assunto aqui em foco, auxiliam a visualizar a disputa simbólica em questão, deixam claro o material e os argumentos para o trabalho de mediação, diretamente realizado tanto no âmbito do movimento organizado como no das igrejas neopentecostais e, além dela, pelos agentes político-partidários, ligados a interesses econômicos locais e regionais, mas, também por intermédio destes, aos não locais. Em torno de sua polarização, oscilam os posicionamentos conjunturais e pragmáticos dos moradores, das áreas remanescentes e de outras, no espaço rural, o maior alvo dos agenciamentos, já que os moradores das cidades tendem mais a endossar a construção das hidrelétricas. E, nesta oscilação, as inclinações para o apoio às barragens surgem recorrentemente entre aqueles cujo trajeto é o do dissenso em relação à ação coletiva. Mediação é produção de consenso, mas, no caso, este consenso é plural, e apenas se coloca como dissenso em relação à ação organizada, coordenada pelo MOAB, pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) e partidos que se posicionam em favor da sustentabilidade. O consenso geral dá-se em torno do **desenvolvimento** e a disputa se organiza quanto à sua significação.

O que agrega é o papel mediador central do MOAB na tradução das categorias formuladas no âmbito da política de reconhecimento, e, assim, nos processos de subjetivação que articulam a identidade quilombola e a luta contra as barragens que ameaçam o território recém-conquistado, tendendo a reverter, por exemplo, a demanda enunciada por um morador do Nhunguara: sem o título de propriedade individual, na desapropriação para a construção da barragem, ele teria de sair da terra sem nenhuma indenização. É por meio desta mediação que os moradores passam a ver-se como agricultores comunitaristas e agentes da preservação da mata Atlântica. Reflexionam seu modo de vida e sua história. Mas também pudemos perceber que, em outros contextos, pessoas e grupos escapam aos esforços aglutinantes do movimento, na medida de suas percepções particularizadas das dificuldades econômicas que os programas públicos de desenvolvimento social não conseguem resolver. E que, assim, produzem significações da experiência presente informadas por outras, depositadas no

presente ou no passado, na mediação de outras agências, como as confissões neopentecostais, algumas delas se aliando hoje aos interesses das barragens.

Se a autoidentificação como quilombola é chave para a constituição de um sujeito coletivo que faça frente aos riscos, para esses territórios, acarretados pela implantação das barragens e pelo esvaziamento de sua luta pela terra-território, ela coexiste com outras identificações, assumidas por uma mesma pessoa ou grupo, de ordem religiosa, profissional, política. A cultura é cultura em contexto (CUNHA, 2009), e, nos processos de mediação, é capaz de repor novas fronteiras na luta política.

É preciso destacar a força do reconhecimento nesta nova configuração de relações de poder em que ser negro é ser oprimido, e isto pode ser desnaturalizado, para os que permanecem na luta organizada e no território; e para os outros, por outros caminhos, a partir de uma retirada de direitos adquiridos. Para esses outros, a percepção do risco dessa perda, da falta de emprego e de condições produtivas, dos recursos insuficientes, e a reposição do argumento de que, sem título, e com as restrições do reconhecimento, não podem vender a terra, a explicitação das tensões reforça a busca de alternativas, incertas, mas possíveis, diante de condições locais que, para eles, reconfiguram-se como críticas.

A título de conclusões provisórias

Como visto, identificar-se, ou não, como quilombola é um processo cotidiano de articulação com as diversas agências mediadoras atuantes nas comunidades, informado por avaliações que dependem de cada um e dos grupos familiares, relativas aos seus objetivos e condições econômicas e políticas. É o senso prático que motiva e comanda as escolhas de toda ordem, e que, na dinâmica cotidiana de produção do consenso, a oposição amigo/adversário (MOUFFE, 1993) pode se manifestar, e se manifesta, como exclusão de alguns, especialmente os classificados como “palmiteiros”, por oposição a agricultores, individualistas, descomprometidos com os projetos coletivos, “vendedores da terra de parentes”, o que pode acontecer durante o processo de identificação do território, bem como nas disputas pelas associações. Mas não apenas estes. Em vários casos, ficam fora, ou se colocam fora, os que não se identificam com os emblemas materiais e imateriais, incluindo práticas e participação nos rituais, da condição de remanescente, e/ou transitam por redes de relações que se desviam daquelas que confluem para a ação coletiva. A princípio, esses acontecimentos são geradores de tensão e parecem ter um efeito desmobilizador: enfraquece a luta. No entanto, segundo Mouffe (1993), os fenômenos políticos de ação

coletiva expandem o político para além do institucional, multiplicam antagonismos. No território quilombola em pauta, poderiam levar ao questionamento das próprias agências de mediação, e da paralisação do reconhecimento. Para Mouffe (1993), qualquer identificação totalizante, que busque consenso, ignora o caráter antagônico do político, reduzindo as lutas democráticas a uma definição única da vida digna. Homogeneizando os sujeitos, o movimento social pode reduzir-se a uma política da identidade, absolutizando o discurso da diferença, ao invés de constituir subjetividades politizadas, que demandem igualdade, ao mesmo tempo em que, na busca do reconhecimento efetivo de suas particularidades, podem reinventar sua ação política neste novo contexto conflitivo.

Embora, por outro lado, muitas dessas trajetórias possam ser vistas como não emancipatórias, não se trata de supor um desdobramento desses processos necessariamente no sentido de uma recusa da autoidentificação como remanescente, ou quilombola; ao contrário, principalmente porque esta foi incorporada como condição do acesso à terra e aos recursos que os programas públicos podem oferecer. E também porque, nesse trajeto, refazem-se as lógicas de pertencimento, como se pode notar a partir da reflexão dos próprios moradores, que incorporam a pertença étnica como ideia e valor. Assim, pode-se perceber como, nesses contextos, tal pertença e a referência à tradição se tornam nativas, e não só retórica legitimadora. Inscritas no *habitus*, como disposição, estrutura de percepção do mundo social, portanto princípio de sua construção, geradoras de práticas e representações, suas estratégias não são aquelas explicitamente intencionadas, e não apartam valores e interesses.

Pode-se entender que, do ponto de vista da mediação institucional que se incorpora, em boa parte se impõe o personagem abstrato, em si portador do mundo social que se reconhece (SAHLINS, 2004), desde que, para cada morador, caso se identifique com a pertença que lhe está sendo atribuída, trata-se de cumprir a performance do modo de vida comunitário e tradicional, da nova organização política, ao mesmo tempo em que esta se articula às novas oportunidades produtivas e de agenciamento político e econômico da cultura (CUNHA, 2009). Tais oportunidades estão dificultadas pelo desenrolar lento e truncado dos programas sociais específicos, quase inoperantes, o que é percebido por seus beneficiários como mais uma, entre várias, intervenções tendentes ao fracasso, principalmente agora, com a paralisação dos processos de reconhecimento.

Os caminhos, neste momento crítico, parecem multiplicar-se. O que se arrisca a diluir é o possível retorno da experiência do reconhecimento ao *corpus* normativo, numa espécie de simetriação do direito (ANJOS, 2005). O campo jurídico, pode-se dizer que, a princípio, volta a ficar mais imune à agência dos leigos que lhe sofrem os

efeitos, e mesmo dos especialistas de outros campos, que nele ingressaram no desenrolar do reconhecimento (BOURDIEU, 1989). Neste processo, a construção de uma verdade jurídica sobre os moradores a partir da fórmula **remanescentes de quilombos**, que lhes possibilita constituírem-se como sujeitos de um direito, e de muitos outros (FOUCAULT, 1978), ganha força, antes de ser amortecida. Para Bourdieu, como para Foucault, o poder se inscreve nos corpos. Para o primeiro, isto é o que faz as estratégias do *habitus*; no caso, de um *habitus* mediado, e que, nesses termos da mediação, produz efetivamente subjetivações consensuais. De fato, consensos, no plural, a partir de diferentes compartilhamentos e contextos. Os beneficiários do reconhecimento apropriam-se das produções em camada de saber-poder sobre eles. Parece que é o que instala a possibilidade dos dissensos no cerne dos consensos produzidos. As autorrepresentações se multiplicam, abrindo processos de subjetivação divergentes, não só como adesão a um modelo consensual de autoidentificação, mas, a partir deste mesmo, como se ele desencadeasse efeitos imprevistos, novos valores, afetos e percepções de si. O que isto pode significar em termos de ganhos organizativos e participativos, resta sugerido para a continuidade das pesquisas em contextos de reconhecimento de direitos e, além deles, sobre seus possíveis efeitos no processo político geral.

MEDIATION AND RECOGNITION PROCEDURES -

SUBJECTIVATIONS BEYOND SINGLE CONSENSUS PRODUCTION

ABSTRACT: By considering the problem of paralysis of the processes of recognition and titration of remaining areas of maroon communities, the article aims to approach the different responses of the beneficiaries to this situation as a result of overlapping and hitherto shared intercultural mediations between them and the various acting agents in the context of recognition, and which express practical-symbolic changes related to subjective elaborations of political experience. These responses, in their diversity, both address adherence to common demands around the maroon communities condition, as well as the dissent which confronts collective action, in both cases related to contextual and distinct incorporations of opposing developmental discourses. The reflection develops from ethnographic observation and from an analysis of some texts produced by different agencies involved in ongoing processes in maroon communities territories, more directly in the Upper Ribeira region, southwest of São Paulo.

KEYWORDS: *Intercultural Mediation. Subjectivations. Recognition of Rights. Development. Maroon Communities Territories.*

PROCESOS DE MEDIACIÓN Y RECONOCIMIENTO – SUBJETIVACIONES MÁS ALLÁ DE LA PRODUCCIÓN DE UN ÚNICO CONSENSO

RESUMEN: *Teniendo en cuenta el problema de la paralización de los procesos de reconocimiento y titulación de las áreas restantes de quilombos, el artículo tiene como objetivo abordar las diferentes respuestas de los beneficiarios a esta situación como resultado de mediaciones interculturales superpuestas y hasta ahora compartidas entre ellos y los diversos agentes que actúan en el contexto del reconocimiento, y expresan cambios práctico-simbólicos, relacionados con elaboraciones subjetivas de la experiencia política. Estas respuestas, en su diversidad, abordan la adherencia a demandas comunes en torno a la condición de quilombola, así como la disidencia que confronta la acción colectiva, en ambos casos relacionados con incorporaciones contextuales y distintas de discursos de desarrollo en oposición. La reflexión se desarrolla a partir de la observación etnográfica y un análisis de algunos textos producidos por diferentes organismos que participan en los procesos en curso en los territorios quilombolas, más directamente en la región del Alta Ribeira, sudoeste de São Paulo.*

PALABRAS CLAVE: *Mediación intercultural. Subjetivaciones. Reconocimiento de derechos. Desarrollo. Territorios quilombolas.*

Referências

_____. Quilombos, Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida. In ANDRADE, Tânia (org.). **Quilombos em São Paulo**. São Paulo: ITESP, 1997.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas. In LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**. Florianópolis: ABA/NUER, p.89-112, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Le Sens Pratique**. Paris: Minuit, 1980.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Programa Brasil Quilombola. **Comunidades Quilombolas Brasileiras Regularização Fundiária e Políticas Públicas**. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. [s.d]. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-vana-rousseff/publicacoes/orgao-essenciais/secretaria-de-politicas-de-promocao-de-igualdade-racial/programa-brasil-quilombola/@@download/file/pbq.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CARVALHO, M. Celina Pereira de. **Bairros Negros do Vale do Ribeira: do “escravo” ao “quilombo”**. Doutorado em Ciências Sociais, Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas. IFCH/UNICAMP, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

D’ALMEIDA, Sabrina. **Reconhecimento dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: o caso do Morro Seco**. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Paulo, EFLCH/UNIFESP/PPGCS – Campus de Guarulhos, 2012.

FAVREAU, Louis. *Théories et Stratégies de Développement au Sud: itinéraire de 1960 à aujourd’hui*. **Cahiers de la Chaire de Recherche du Canada et Développement des Collectivités**. Série recherche n° 32, 1-29, janvier, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro. PUC. **Cadernos da PUC** n° 16, 1978.

_____. **História da Sexualidade III – O Cuidado de Si**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

HONNETH, Axel. **Luta Por Reconhecimento** – a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel; FRASER, Nancy. **Recognition or Redistribution? A Political-philosophical Exchange**. London: Verso, 2003.

- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Campanha contra barragens no Ribeira. Disponível em: www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira. Acesso em: 09 dez. 2019.
- MONTERO, Paula (org.). **Deus na Aldeia**: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Ed. Globo, 2006.
- MONTERO, Paula; ARRUTI, José M.; POMPA, M. Cristina. Para Uma Antropologia do Político. In LAVALLE, Adrián G. (org.). **O Horizonte da Política** – agendas de pesquisa e questões emergentes. São Paulo: EdUNESP, 2011.
- MOUFFE, Chantal. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1993.
- MPPR. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Cíveis. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/>. Acesado em: 15 dez.2019.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos índios misturados? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. **Mana**, 1(4), 1998.
- PAOLIELLO, Renata. Barragens no Ribeira de Iguape: projetos de desenvolvimento e risco para o desenvolvimento sustentável. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**. v.7, nº 1, p.95-129, 2017.
- ROSA, Leandro da Silva. **Os quilombos do Vale do Ribeira e o movimento social**: o movimento dos ameaçados por barragens do Vale do Ribeira (*MOAB*). Mestrado em Sociologia FCL/UNESP, Campus de Araraquara, 2007.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ 2004.
- SÃO PAULO. PLANO DE AÇÃO PARA O CONTROLE DAS INUNDAÇÕES E DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO VALE. **Revista Água e Energia**. Abril/1999. Disponível em: [http://www.dae.sp.gov.br/acervoepesquisa/relatorios/revista/raee9904/ribeira do iguape.htm](http://www.dae.sp.gov.br/acervoepesquisa/relatorios/revista/raee9904/ribeira_do_iguape.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.
- SEN, Amarthia. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVÁ FILHO, Oswaldo; KALINOWSKI, Luciana Maria. Estranhas Catedrais: notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. **Ciência e Cultura**, v. 60, p.44-50, 2012.

VINCENT, Joan. A Sociedade Agrária como Fluxo Organizado – processos de desenvolvimento passados e presentes. In BIANCO, Bela F. **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. Global Universitária, p.375-402, 1987.

ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte. EdUFMG, v.1, p.439-462, 2010.

Recebido em 06/08/2019.

Aprovado em 20/09/2019.

OS ECONOMISTAS-COLONISTAS NO DEBATE SOBRE AS REFORMAS NO BRASIL¹¹

Allana Meirelles VIEIRA*

Aline Rodrigues CHIARAMONTE**

RESUMO: Esta pesquisa analisou a dinâmica estabelecida entre as posições dos economistas-colunistas no campo do poder e suas tomadas de posição acerca da PEC 241 e das reformas da Previdência e a Trabalhista. Para tanto, adotamos como objeto os colunistas economistas dos principais jornais generalistas do país – *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Delineando suas posições em relação aos poderes econômico e político assim como ao campo acadêmico e à mídia e analisando os discursos proferidos acerca das reformas, foi possível compreender as trocas simbólicas que esses agentes estabelecem entre si bem como com os jornais em que escrevem. Sublinhamos, ainda, a importância desses agentes para a ratificação e reiteração de determinados projetos para o país, como difusores de uma *doxa* forjada em lugares nos quais agentes provenientes de diferentes campos sociais estabelecem trocas.

PALAVRAS-CHAVE: Economistas. Jornalismo. Campo do poder. Reformas.

Desde o início do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e sua substituição pelo então vice-presidente, Michel Temer, o tema das reformas – incluindo a Trabalhista e a da Previdência – foi intensificado em debates nos principais veículos de comunicação do Brasil. Como uma reverberação da polarização política observada desde as eleições presidenciais de 2014, esses debates se colocam como marcadores interessantes para a compreensão das tomadas de

¹¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no 42º Encontro Anual da Anpocs.

* USP – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-010 - allanameirelles@usp.br. <https://orcid.org/0000-0001-9925-8965>.

** USP – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-010 - aline.chiaramonte@usp.br. <https://orcid.org/0000-0002-7629-8072>.

posição de figuras e instituições públicas. Nesse contexto político, marcado por crises¹² e fortes oposições, professores, jornalistas, escritores, artistas, militantes, políticos, movimentos sociais, organizações e partidos foram levados a se manifestar, seja a favor ou contra as reformas e, conseqüentemente, ao governo de Michel Temer¹³.

Dentre as figuras que se engajaram nesse debate público, destacou-se a participação dos economistas, frequentemente convidados em programas televisivos de debate, solicitados a dar explicações e soluções para os problemas do país, assim como periodicamente presentes em colunas de jornais e revistas. Elevados à condição de especialistas, esses atores têm tido papel crescente no enquadramento dos problemas sociais, na formulação e na difusão de propostas para solucioná-los assim como ocupam cargos burocráticos e de assessoria política (LOUREIRO, 2006).

Foi entre os anos de 1940 e 1970 que os economistas se tornaram importantes integrantes da elite dirigente do país, assumindo postos de importância no Estado brasileiro, antes ocupados por bacharéis, políticos e homens de negócios. Essa crescente participação acompanhava a implementação dos cursos de pós-graduação na área e os incentivos dados aos estudantes e professores para o doutoramento no exterior (LOUREIRO, 2006).

A atuação dos economistas se ampliou, inclusive, para outras esferas, como a educação. Segundo Almeida (2008), é a partir dos anos 1970 que esses *experts*, como detentores de instrumentos econométricos, conhecimentos técnicos e diplomas de prestígio, buscam valorizar seus capitais nos espaços de produção de políticas públicas para a educação, influenciando-as. Indo em direção semelhante, Carlotto (2014) aborda a visão da ciência enquanto uma atividade econômica por parte desses profissionais, levando à utilização de um ferramental estatístico para mensurar investimentos e retornos, moldando assim os rumos da ciência no país.

Klüger (2017) mapeia três gerações de economistas brasileiros (entre o final dos anos 1930 e o início dos 2000), apresentando as propriedades diferenciais que caracterizam os agentes em cada uma delas, ao mesmo tempo em que sublinha a existência de disposições sociais comuns àqueles que apostaram na profissão,

¹² As crises econômica e política são anunciadas por diferentes periódicos: *O Brasil além da crise* (FUCS, 2017); *Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico* (TREVIZAN, 2017); *A crise política e o desânimo do povo com seus representantes* (CARTA CAPITAL, 2017); *Brasil, um gigante abatido* (HERMIDA, 2018).

¹³ Os momentos de crise levam os agentes sociais a fazerem escolhas e proclamarem-nas, de modo que as situações nas quais não escolher é também uma escolha se multiplicam. Assim, constrói-se uma problemática política comum, um espaço de tomadas de posição constituídas, no qual as pessoas não podem evitar situar-se ou serem situadas (BOURDIEU, 1984, p.235).

ajudando a desenvolvê-la e a criar a crença na sua importância – são elas: “a perspectiva missionária, a adaptabilidade e a multiposicionalidade” (KLÜGER, 2017, p.787). Esse trabalho permite um conhecimento detalhado do espaço dos economistas, das suas disposições e dos laços que os unem – de parentesco e amizade, criados durante a passagem pelas mesmas instituições escolares e profissionais. A autora sublinha, dentre outras coisas, a importância da experiência dos economistas no Estado, no setor privado e na academia como meio desses agentes concentrarem poder simbólico, impondo suas falas como legítimas tanto no setor público quanto no privado (KLÜGER, 2017).

O presente artigo, ao ter como objeto os economistas-colunistas, busca incluir na análise a atuação midiática, mais especificamente no jornalismo impresso. Aspira, desse modo, captar as relações de troca estabelecidas entre economistas e diários, de forma a apontar os ganhos simbólicos que tais relações podem trazer para ambos, mormente para seus posicionamentos em questões prementes no campo do poder.

Assim, ele tem como objeto de investigação colunistas de economia, especificamente economistas, dos principais jornais generalistas do país – *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*¹⁴ e *O Globo*, no período 2016-2018. Estudamos essas figuras a partir da análise entre a dinâmica de suas posições – as relações que estabelecem com outros poderes (econômicos, políticos, acadêmicos) e no interior do espaço midiático – e as respectivas tomadas de posição sobre a Reforma da Previdência e a Trabalhista assim como sobre a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241¹⁵. Dessa forma, buscamos dar inteligibilidade sociológica para os posicionamentos adotados por esses colunistas.

Para tanto, a pesquisa foi realizada seguindo as etapas: 1) levantamento dos colunistas economistas que se posicionaram sobre as reformas nos três jornais apontados; 2) investigação de suas trajetórias profissionais e políticas, a partir de seus currículos disponibilizados em páginas pessoais de redes sociais, currículos online (*Lattes* e *LinkedIn*), descrições nos sites para os quais escrevem e biografias no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). O objetivo foi levantar os veículos de comunicação em que trabalham, a atuação em cargos públicos e políticos, a experiência no setor privado e em agências de consultoria bem como a relação com partidos; 3) análise dos textos que escreveram sobre a PEC e as reformas entre 2014 e 2018. O conteúdo foi acessado nos sites dos jornais, depositórios de suas colunas. Por meio da análise da opinião explicitada (com

¹⁴ O jornal *O Estado de São Paulo* também se denomina *Estadão*.

¹⁵ PEC 241, PEC 55, PEC do teto de gastos ou PEC 95, [Proposta de Emenda Constitucional que cria um teto para os gastos públicos.](#)

o foco nas razões elencadas para a defesa ou não das reformas e na montagem da argumentação para a sustentação das posições), das estratégias discursivas empregadas e dos exemplos utilizados, a intenção foi reconstruir as tomadas de posição dos dois polos que se formaram em torno do debate; 4) esboço do posicionamento desses economistas nos campos do poder e jornalístico a partir dos dados coletados nas etapas anteriores.

O jornalismo econômico no Brasil

Os principais jornais do país – *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – apresentam em suas páginas impressas e online um conjunto de colunistas de política e economia dedicados a construir explicações sobre o país e o mundo assim como a apontar soluções para os problemas contemporâneos.

Desse conjunto, uma parcela tem se destacado nos últimos anos por sua formação em economia. Foi nas décadas de 1960 e 1970 que o jornalismo econômico tal como conhecemos começou a tomar forma (ABREU, 2003). Ainda que anteriormente os jornais tivessem o hábito de divulgar notícias ligadas à economia, especialmente ao mundo agrícola, foi nesse período que os jornais intensificaram a editoria, com a ampliação dos temas abordados e do espaço destinado aos assuntos relacionados.

O crescimento do jornalismo econômico nesse período é atribuído ao contexto de censura do regime militar, que levou os donos de jornais a substituir o noticiário político pelas informações econômicas e internacionais (ABREU, 2003), supostamente mais difíceis de serem censuradas. Isso porque os governos militares viriam menos risco nesse conteúdo, já que era voltado a um público mais específico. Além disso, segundo Abreu, alguns empresários do ramo midiático perceberam o contexto favorável à criação de periódicos especializados, “dirigidos a um público de tomadores de decisão, tecnocratas e formadores de opinião” (ABREU, 2003, p.26). Essas afirmações são baseadas em estudos que demonstram o aumento relativo das notícias de economia e internacional em relação às de política nacional (SCAVONE; BELLONI; GARBAYO, 1975 *apud* ABREU, 2003).

Se nos anos pós 1964, os jornalistas viviam um espírito de engajamento político e oposição ao regime militar, posteriormente, em 1990, essa postura se transformaria em posições desengajadas e atitudes mais apolíticas (ABREU, 2003). É certo que essa transformação se relaciona aos processos de modernização da imprensa ocorridos nas décadas anteriores nos diferentes jornais assim como com a disputa entre

gerações diferentes de jornalistas – questões que têm sido temas de diversas pesquisas (RIBEIRO, 2003; BARBOSA, 2007; BERGAMO, 2011; CHIARAMONTE, 2015; MORAES, 2017).

A profissionalização do jornalismo – com a implementação de regimes de dedicação exclusiva e salários maiores, com a obrigatoriedade do diploma a partir de 1969 e a inserção de técnicas de apuração e redação herdeiras do modelo norte-americano de jornalismo – foi aos poucos modificando as dinâmicas internas das redações¹⁶. Esse processo ensejou, mais tarde, uma disputa entre os jornalistas antigos – que viveram a fase de engajamento político e de censura do regime militar assim como os períodos anteriores, mais românticos da imprensa, por sua proximidade com a literatura – e os novos profissionais – formados nas faculdades de jornalismo e inseridos na imprensa já em um momento de despolitização da figura do jornalista (BERGAMO, 2011; MORAES, 2017).

Apesar dessa disputa, os novos paradigmas profissionais influenciaram a todos dentro das redações. Os jornalistas econômicos, antes ligados a partidos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a movimentos de inspiração marxista, tornaram-se mais distantes da postura militante – haja vista, figuras como Míriam Leitão. Porém, é preciso ressaltar que mesmo à época da ditadura, esses jornalistas tentavam conciliar a militância, a busca por determinada autonomia e a necessidade de garantir o emprego e as condições mínimas de trabalho, lidando, assim, de forma ambígua com a censura (ABREU, 2003).

Desde então, a relação entre jornalistas econômicos e suas fontes se construiu a partir de uma relativa dependência. Com a inserção intensificada da editoria de economia nos principais jornais do país assim como com o aumento de seu prestígio, os jornalistas tiveram que se adaptar a essa realidade, aprendendo sobre o assunto de forma quase que autodidata, a partir da relação com as próprias fontes. Os técnicos que atuavam em empresas públicas e privadas, os ministros da Fazenda, os economistas de instituições de pesquisa e ensino, e os empresários ofereciam não apenas informação e dados aos jornalistas, mas também explicações e lições sobre o tema, em almoços, entrevistas, seminários etc. (ABREU, ROCHA, 2006,).

Alzira Alves de Abreu (2003) explicita a relação de dois ministros da Fazenda do regime militar e a imprensa: Delfim Netto e Mario Henrique Simonsen. O primeiro

¹⁶ Duval (2004) aponta como o desenvolvimento do jornalismo defensor da economia liberal e dos grupos sociais bem providos de capital econômico e cultural está relacionado às transformações no mundo jornalístico, como a rotinização do profissionalismo e o desenvolvimento das práticas de *marketing*.

controlava fortemente as informações governamentais disponibilizadas aos meios de comunicação:

Ele conversava pessoalmente com os editores de economia e exercia seu poder de ‘economista brilhante’ passando a imagem de que só conversava com jornalistas altamente qualificados. Tornava-se assim motivo de vaidade e orgulho profissional ser eleito para conversar com o ministro. Essa era uma das estratégias de manipulação utilizadas pelo poder (ABREU, 2003, p.29).

Por outro lado, Simonsen é retratado como oposto a Delfim Netto, já que permitia a contestação da política econômica assim como apreciava o debate, adotando uma postura de convencimento dos jornalistas. “Eu achava o máximo ter ‘aula’ com ele todos os dias”, afirmou Lilian Witte Fibe (ABREU, 2003, p.51). Ainda que a respeitasse, Fibe afirmou que o ministro não gostava muito dela, pois era muito inquisidora, e que as autoridades não estavam acostumadas a isso. Da mesma forma, essa figura seria, posteriormente, a referência de Míriam Leitão. “Mas se você ligasse para ele e dissesse: ‘Não estou entendendo o que está acontecendo’, ele lhe dava uma aula brilhante”, afirmou a jornalista em entrevista publicada no livro *Elas ocuparam as redações* (ABREU; ROCHA, 2006, p.90).

Ambos os relatos evidenciam a relação de dependência, medo e admiração entre jornalistas econômicos e suas fontes. Se, com a redemocratização, o medo da censura foi abolido, os outros dois sentimentos parecem ter permanecido. Apesar do prestígio e da relativa autonomia conquistados, os colunistas de economia dos jornais ainda possuíam dependência de um restrito número de fontes, nos anos 1990 – situação que aparentemente se mantém, haja vista a repetição de determinados *experts* nas páginas dos principais jornais. Além disso, nos anos 1990, as empresas intensificaram suas assessorias de imprensa, dedicadas a aumentar a inserção de notícias positivas nos jornais, funcionando como *lobbies* e *contralobbies*: “Os empresários entenderam que precisam de uma comunicação competente com os centros de poder e decisão, com o Congresso e o público consumidor, o que os levou a investir na produção de informação” (ABREU, 2003, p.65).

Contemporaneamente, esse panorama do jornalismo econômico se apresenta de forma mais complexa. Uma busca preliminar nos acervos dos principais jornais do país – *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – demonstra que o número de citações da palavra **economista** cresceu vertiginosamente entre os anos 1960 e 2000. Na década de 1960, o jornal *O Globo* fez menção à palavra 4.942 vezes, já nos

anos 2000, esse número foi para 16.699 – ou seja, mais do que triplicou. O crescimento foi ainda mais intenso nos jornais paulistas: na *Folha*, as citações subiram de 2.534, nos anos 1960, para 18.320 – ou seja, intensificou-se 7 vezes mais; no *Estado de S. Paulo*, elas foram de 2.336 para 28.772, em 50 anos – 12 vezes mais¹⁷.

Mais do que isso, a relevância e o prestígio da editoria de economia dentro das redações jornalísticas também continuam crescendo. Alguns investimentos das empresas de comunicação ilustram essa afirmação. Em 1991, a Agência Estado – pertencente ao grupo Estado e criada em 1970 – incorporou a empresa *Broadcast*, voltada para a produção de informações econômicas em tempo real. O sistema, então, tinha clientes como a Bradesco Corretora e o Unibanco (ESTADÃO, 1991). O *Broadcast* já era, antes da incorporação, um difusor que transmitia diversos serviços ao sistema financeiro, como cotações; sinopses de jornais e informações instantâneas dos bastidores do mercado, produzidas na época, por Luiz Nassif; gráficos comentados; e outras ferramentas úteis na decisão de qual ação comprar ou vender (ESTADÃO, 1988).

Mas foi nos anos 2000 que o serviço começou a se popularizar. Em 2006, a *Agência Estado* lançou o *AE Broadcast Investidor Pessoal* e o *AE Móvel*, com a proposta de alcançar também as pessoas físicas não profissionais (ESTADÃO, 2006). Em 2009, o *Broadcast* já era responsável por 80% da receita da Agência Estado (ESTADÃO, 2009), com 15 mil terminais pelo Brasil. Já em 2011, quando 98% dos usuários do *AE Broadcast* eram profissionais de instituições financeiras, o Grupo lançou o *Estadão Broadcast*, com notícias, análises, gráficos, cotações e outras ferramentas para investidores individuais, pequenos e médios (ESTADÃO, 2011). Conforme se verifica no site da empresa, ela conta atualmente com uma diversidade de produtos no ramo – o *Broadcast Político*, o *Broadcast Agro*, o *Trading News*, o *Broadcast Web* e o *Broadcast Datafeed* –, todos destinados a oferecer as informações estratégicas na decisão da compra ou venda de ações no mercado financeiro assim como das negociações do agronegócio (BROADCAST, 2018). Em 2013, o *Valor Econômico* – fruto de uma parceria entre o *Grupo Folha* e o *Grupo Globo*¹⁸ – também lançou sua plataforma de notícias financeiras em tempo real, o *Valor PRO*.

Esses novos produtos das empresas de comunicação modificaram, inclusive,

¹⁷ Para fins comparativos, buscando o termo “advogado”, profissão que sempre teve espaço na imprensa brasileira, encontramos a seguinte evolução: *O Globo* – passou de 17.225 menções a 35.296, entre as décadas de 1960 e 2000; *Folha* – passou de 9.007 citações a 36.852, no mesmo período; *Estadão* – passou de 9.873 a 38.025.

¹⁸ Em 2016, o Grupo Globo comprou do Grupo Folha os 50% do jornal *Valor Econômico*, passando a deter 100% da empresa (G1, 2016).

as rotinas de produção e divulgação das notícias assim como as relações entre jornalistas e fontes (PULITI, 2009; UNDURRAGA, 2016). Undurraga (2016) demonstra, por exemplo, no caso do *Valor Pro*, como a convergência das redações levou à agudização de disputas já existentes entre jornalistas de diferentes rubricas, favorecendo também o florescimento de novas controvérsias políticas e profissionais. Além disso, ele ressalta que com a introdução do serviço a temática financeira se tornou mais importante nas redações.

Tratando-se de serviços em tempo real, com atualizações a cada segundo, eles contribuíram para estabelecer uma interlocução recorrente entre jornalistas e agentes do sistema financeiro assim como tornaram-se fonte de notícias para outros veículos (PEDROSO; UNDURRAGA, 2016; PULITI, 2009; UNDURRAGA, 2016). Além disso, o *Broadcast* – pioneiro no Brasil – também modificou a forma de relação entre governo, jornalistas e agentes do mercado, impondo uma lógica temporal mais imediata – levando o governo a dar respostas mais rápidas à imprensa e a utilizar esse espaço para acalmar investidores e operadores do mercado financeiro (PULITI, 2009).

Tais serviços contam com jornalistas com certo nível de especialização em economia (PULITI, 2009). Como indício do prestígio que a editoria vem ganhando e da conseqüente cobrança por especialização, em 2010, o *Grupo Estado* lançou o curso de Jornalismo Econômico – vulgarmente denominado como curso *Focas* –, voltado para jornalistas recém-formados ou estudantes do último ano da graduação em jornalismo. Em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o curso oferece aulas teóricas com os professores da instituição assim como treinamento nas diferentes plataformas jornalísticas da empresa: *Agência Estado*, *Broadcast*, sites e jornal impresso (ESTADÃO, 2012). Após os três meses de curso, os aproximadamente 25 *trainees* podem ser contratados para trabalhar nas redações, em especial, da *Agência Estado*, da qual faz parte o *Broadcast*.

No site do *Valor Pro*, a proposta da plataforma é colocada nos seguintes termos: “Completa cobertura em tempo real com notícias exclusivas, análises, furos e bastidores sobre economia, negócios, política, empresas, finanças, entre outros temas, produzidos por uma especializada equipe de jornalistas e economistas” (VALOR PRO, 2009, n.p.). Como Pedroso e Undurraga (2009) verificaram a partir de entrevistas realizadas com nomes da elite do jornalismo econômico, um dos princípios atuais de hierarquização desse tipo de jornalismo é a ideia de mexer com o mercado (PEDROSO; UNDURRAGA, 2009). Sendo assim, a publicação de notícias que dizem respeito às atividades financeiras seria privilegiada em manchetes assim como produziria certo prestígio para o profissional ou veículo de comunicação. Nesse sentido, é possível conjecturar que, hoje, a prioridade das empresas de comunicação

em termos do furo e da informação exclusiva se destine mais a esses serviços pagos¹⁹ do que aos jornais impressos, tendo em vista esse princípio de hierarquização e a representatividade desses produtos nas receitas internas²⁰ acompanhada da queda de assinaturas de jornais²¹.

Como Duval (2004) argumenta, o desenvolvimento do jornalismo econômico na França está atrelado ao crescimento do poder do pensamento econômico e liberal, de modo que essa editoria se configura como uma espécie de vanguarda do mundo jornalístico. A difusão de um vocabulário, mas, mais do que isso, de um modo de pensar típico do mundo econômico não teria, nesse contexto, apenas influenciado o discurso jornalístico, mas também outras esferas, como a política, a educação, a saúde, o esporte e a cultura, de modo que todos os domínios parecem impregnados pelo pensamento administrativo e pela lógica da gestão. No Brasil, Pedrosa e Undurraga (2009) também verificaram o compartilhamento da *doxa mainstream* sobre o funcionamento da economia entre a elite do jornalismo econômico e os agentes eficientes do campo econômico – fruto dos vínculos que essas figuras estabelecem entre si e da possibilidade de realização da *illusio* profissional por parte dos jornalistas ao adotarem os princípios de visão de mundo dos agentes dominantes do campo econômico.

Nesse contexto, as colunas de economia ocupam um papel de prestígio, mas também estratégico economicamente, na imprensa brasileira. Esses espaços são ocupados por jornalistas de economia e por *experts*, ou seja, economistas com ampla formação acadêmica e experiências em diversos setores da economia e da política.

Os economistas: os colunistas *experts*

Dos colunistas que escrevem nos periódicos analisados neste trabalho, alguns são economistas, a maioria com doutorado em economia em instituições prestigiadas e internacionais, como Universidade de São Paulo (USP), *Harvard*, *London School of*

¹⁹ Conforme informações obtidas com as vendedoras dos serviços em 2018, a mensalidade do *Valor Pro* era de R\$ 1.270,00 enquanto a do *Broadcast* voltado para pessoa física variava de R\$ 260,00 a R\$ 1.500,00, dependendo dos serviços adquiridos.

²⁰ Em 2009, reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* afirmou que o *Broadcast* já representava 80% da receita da Agência Estado (ESTADÃO, 2009, p. 4).

²¹ Entre 2014 e 2017, a média anual de circulação impressa do *Estadão* caiu 51.212 pontos, do *O Globo* diminuiu em 71.770, e da *Folha*, em 86.716, segundo dados fornecidos pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC).

Economics (LSE) e *New School for Social Research*²². No *Estadão*, em 2018, havia seis economistas: Monica Baumgarten de Bolle, Gustavo Henrique de Barroso Franco, Affonso Celso Pastore, Claudio Adilson Gonzalez, José Roberto Mendonça de Barros e Zeina Latif. Na *Folha de S.Paulo*, eles também eram seis: Alexandre Schwartzman, Samuel Pessôa, Marcos Lisboa, Laura Carvalho, Nelson Barbosa, Delfim Netto. No jornal *O Globo*, apenas um colunista era economista: Gustavo Franco, também articulista do *Estadão*²³. Os diplomas de prestígio se convertem, assim, em legitimidade na elaboração de análises conjunturais, críticas e sugestões às políticas implementadas no país. Com tal legitimidade, esses nomes não se restringem às suas próprias colunas, mas circulam como fontes dos três jornais bem como de canais de televisão, como a *Globo News*.

Se a extensa formação acadêmica os legitima a ocupar as páginas dos principais jornais do país, não é nesse espaço que eles constroem primordialmente suas carreiras, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os colunistas formados em jornalismo. Os doutores figuram, assim, como professores em instituições de ensino superior públicas e privadas do país, caracterizadas, especialmente, pela formação de uma elite do campo econômico. Gustavo Franco e Monica de Bolle foram professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Samuel Pessôa, Affonso Celso Pastore e Nelson Barbosa atuam como docentes na Fundação Getúlio Vargas (FGV), por onde já passaram Marcos Lisboa e Laura Carvalho. Zeina Latif deu aulas no *Master of Business Administration* (MBA) do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), instituição pela qual Pastore também já passou, e na Universidade Mackenzie. Alexandre Schwartzman passou pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) e pela PUC-SP. No Insper, Marcos Lisboa é presidente. Na Universidade de São Paulo (USP), José Roberto Mendonça de Barros e Delfim Netto fizeram carreira, lecionando por mais de 30 anos – instituição na qual Laura Carvalho é docente atualmente. Nelson Barbosa ainda passou por universidades federais, como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Além disso, alguns nomes lecionaram em instituições estrangeiras: José Roberto Mendonça de Barros na *Ohio State University*, Marcos Lisboa na *Stanford University*, Nelson Barbosa na *St. Francis College* e na

²² O departamento de economia desta instituição se apresenta como um dos poucos programas de pós-graduação do mundo que enfatiza disciplinas como história econômica, economia política e história da economia, incluindo abordagens heterodoxas (THE NEW SCHOOL FOR SOCIAL RESEARCH, 2018).

²³ Privilegiamos o estudo das trajetórias e dos textos dos economistas que tecem análises acerca da conjuntura macroeconômica do país. Dentre eles, selecionamos todos os que são definidos como **colunistas** nos *sites* dos jornais, atuantes, pelo menos, de 2016 até 2018.

New School for Social Research.

Além da academia, esses colunistas circulam também por posições de importância política bem como já ocuparam postos em bancos e instituições do sistema financeiro. Laura Carvalho²⁴ é o único nome destoante, já que não assumiu nenhum cargo político e nem passou pelo setor privado, dedicando a carreira à universidade e às intervenções na imprensa.

Delfim Netto ocupou os principais cargos de política econômica durante o regime militar: Ministro da Fazenda (1967-1974), Embaixador do Brasil na França (1974-1978), Ministro da Agricultura (1979), Ministro do Planejamento (1979-1985), além de ter sido deputado federal (Constituinte: 1987-1991; 1991-2007). De maneira semelhante, Affonso Celso Pastore também alcançou postos de destaque durante a ditadura militar: foi o último presidente do Banco Central do regime (1983-1985), além de ter atuado como assessor do Ministério da Fazenda e do Planejamento, entre 1967 e 1973.

Na década de 1980, após a redemocratização, Carlos Adilson Gonzalez participou das equipes econômicas de Luiz Carlos Bresser-Pereira (1987) e Maílson da Nóbrega (1988-1990) no Ministério da Fazenda. Na década seguinte, Gustavo Franco chegou a postos de prestígio como presidente e diretor de assuntos internacionais do Banco Central e secretário adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda (1993-1999). No mesmo período, José Roberto Mendonça de Barros foi secretário de política econômica do Ministério da Fazenda (1995-1998) e secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (1998).

Nos anos 2000 e 2010, quem integrou a equipe econômica dos governos foi Nelson Barbosa, como chefe adjunto da assessoria econômica do Ministério do Planejamento (2003); assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) (2005-2006); secretário adjunto de política econômica (2006-2007), secretário de acompanhamento econômico (2007-2008), secretário de política econômica (2008-2010), secretário executivo (2011-2013) no Ministério da Fazenda; ministro do Planejamento (2014) e da Fazenda (2015); presidente do conselho de administração do Banco do Brasil (2009-2013). Além dele, Marcos Lisboa assumiu a secretaria de política econômica do Ministério da Fazenda, entre 2003 e 2005; e Alexandre Schwartzman foi diretor de assuntos internacionais do Banco Central, entre 2003 e 2006.

Quanto aos cargos no sistema financeiro e em instituições privadas, Barros foi

²⁴ Há que se ressaltar que Laura Carvalho é a mais nova dentre os economistas-colunistas, o que pode ser uma explicação para o fato de não ter acumulado experiências no setor público e privado, como os outros.

membro do comitê estratégico da Vale do Rio Doce, integrante membro do conselho consultivo da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e do conselho consultivo/administrativo do Banco Santander. Com extensa experiência em bancos, Schwartzman passou também pelo Santander, pela BBA Corretora, pela *Indosuez WI Carr Securities* e pelo Banco ABN Amro Real. Da mesma forma, Zeina Latif foi economista-chefe do ING Bank, do Banco Real, do HSBC e do banco *Bilbao Viscaya*, assim como trabalhou no *Royal Bank of Scotland*. Marcos Lisboa foi diretor-executivo e vice-presidente do Itaú Unibanco. Monica de Bolle trabalhou no Banco BBM e foi economista do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Da mesma forma, alguns desses colonistas integraram as equipes formuladoras dos programas de governo de candidatos à presidência do Brasil. José Roberto Mendonça de Barros participou, em 2018, da equipe econômica da campanha de Geraldo Alckmin, candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (SIMÕES, 2018); Samuel Pessoa contribuiu na formulação da campanha de Aécio Neves (PSDB), em 2014 (ARAÚJO, 2014). Após 28 anos como filiado ao PSDB, Gustavo Franco se transferiu para o Partido Novo (PN) e foi um dos responsáveis pelo plano de governo de João Amoêdo (MARTINS, 2017), em 2018. Claudio Adilson Gonçalves foi o nome escolhido pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia – do Democratas (DEM), partido com o qual Gonçalves mantém relações –, para discutir um possível apoio a Ciro Gomes do Partido Democrático Trabalhista (PDT) (TRUFFI, 2018). O economista afirmou, porém, que as posições eram irreconciliáveis e o partido acabou apoiando a candidatura de Geraldo Alckmin pelo PSDB. Marcos Lisboa não se vinculou a uma campanha específica, mas manteve um diálogo com diferentes candidatos, como Rodrigo Maia (DEM) e Marina Silva da Rede Sustentabilidade (REDE) (VALENTE, 2018), assim como chegou a ser cogitado para o Ministério da Fazenda em um possível governo de Fernando Haddad, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (GASPAR, 2018). Por outro lado, Nelson Barbosa e Laura Carvalho alinharam-se às campanhas dos candidatos mais à esquerda do espectro político – Fernando Haddad, do PT (MARTINS, 2017) e Guilherme Boulos, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (DCM, 2018), respectivamente.

Essas trajetórias, aqui apresentadas de forma sintética, ilustram o movimento de portas giratórias entre instituições de ensino, mídia, bancos e cargos de importância política. Se os diplomas de prestígio possibilitaram a essas figuras a ocupação de postos decisivos no campo econômico e político, as experiências profissionais alcançadas nesses postos os tornam atrativos para instituições, especialmente, privadas de graduação e pós-graduação em economia. Mas, além disso, os currículos e as trajetórias assim construídos os permitem também o acúmulo de capital para a atuação

como consultores em agências próprias ou não. Quase todos são sócios, diretores, presidentes ou economistas-chefes de agências de consultoria, cujo foco de atuação é a orientação de processos decisivos – seja de grandes empresas, políticos, instituições midiáticas ou até mesmo de ensino. Apenas no caso de Laura Carvalho, Nelson Barbosa e Marcos Lisboa não foram encontrados dados sobre vinculação com alguma empresa de consultoria.

Assim, entre veículos de comunicação, cargos políticos e econômicos, instituições de ensino e pesquisa, esses colunistas vão construindo um circuito de troca de ideias e propostas, uma rede de contatos e influências bem como relações de hierarquia, concorrência e cooperação. Nesse sentido, os jornais em que escrevem se configuram, em alguma medida, como vitrines e propagadores de pensamentos econômicos e visões de mundo formuladas em instituições que têm, para além de seus objetivos mais óbvios – ou seja, ensino, pesquisa, execução de políticas públicas, gestão financeira, produção de informação etc. –, o papel de promover a sociabilidade entre os detentores do saber e do pensamento econômico e, conseqüentemente, uma determinada hegemonia desse pensamento.

O pensamento dominante pró-reformas

Antes de passarmos à apresentação das tomadas de posição dos economistas-colunistas é importante mostrarmos como procedemos à análise. Primeiramente, buscamos em suas colunas, publicadas nos sites dos jornais em que escrevem, todos os textos disponíveis sobre a PEC 241 e as Reformas Trabalhista e da Previdência e selecionamos especialmente os artigos que traziam nos títulos e subtítulos a informação de que tratavam desses temas. Fizemos a leitura das colunas, atentando-nos para os argumentos utilizados pelos economistas para defender ou refutar a necessidade de reformas, observando também as comparações, exemplos e estratégias de que lançam mão para dar força às suas opiniões, além de traçarmos as diferenças entre pontos de vista de *experts* com posições semelhantes.

Com o material coletado, elaboramos um banco de dados a fim de visualizar as informações e examiná-las comparativamente, uma vez que trabalhamos com cem textos, pertencentes aos seguintes nomes: Claudio Adilson Gonzalez (2), Nelson Barbosa (2), José Roberto Mendonça de Barros (4), Gustavo Franco (4), Marcos Lisboa (5), Zeina Latif (6), Affonso Celso Pastore (7), Delfim Netto (11), Laura Carvalho (13), Samuel Pessôa (14), Alexandre Schwartzman (16) e Monica de Bolle (16).

A partir do estudo do banco de dados, verificamos a existência de dois principais grupos: o dos economistas que celebraram, durante o governo de Michel Temer²⁵, as iniciativas que visavam à promoção de reformas – mais numeroso e denominado por nós como **pró-reformas**; e o grupo dos economistas que apontavam a importância de serem feitos ajustes necessários, que deveriam visar, sobretudo, à arrecadação. Passemos à análise do primeiro grupo.

Os economistas **pró-reformas**²⁶ caracterizam-se por terem defendido, de forma geral, medidas de salvação das contas públicas cujo objetivo era a redução dos gastos do governo federal em um momento considerado de crise econômica: “As contas públicas do governo federal são insustentáveis”, declarou Lisboa em coluna do dia 17 de dezembro de 2017 (LISBOA, 2017b). Na mesma direção, Pessôa, em coluna do dia 15 de julho de 2018, afirmou a necessidade de criar impostos ou aprovar reformas que reduzissem o gasto, sob pena de retornarmos “aos anos 1980 de triste memória” (PESSÔA, 2018).

Seguindo o argumento desses economistas, caso não fossem levadas a cabo as reformas, os serviços básicos para a população – segurança, saúde, educação e ciência etc. – ficariam comprometidos. Para honrar os compromissos de gastos fixados na Constituição, o governo, segundo Schwartzman (2017b), elevaria o risco fiscal, o que acarretaria o aumento da inflação e da taxa de juros: “A consequência é óbvia: sem reformas, o risco de o desequilíbrio fiscal ter que ser ‘resolvido’ pela inflação aumenta, levando à piora das expectativas e à elevação da inflação, limitando, assim, a queda da taxa de juros”. Monica de Bolle (2018) argumentou na mesma direção: “com as contas públicas destrambelhadas e sem reforma da Previdência, em algum momento a inflação haverá de subir, a turbulência deve voltar, os juros sairão de seu patamar historicamente baixo, e a recuperação esmorecerá”. A deterioração das contas públicas e do ambiente econômico em geral poderia, assim, comprometer a solvência do Estado: “Com relação à área fiscal, continua sendo verdadeiro que sem a reforma da Previdência e algum controle sobre a folha salarial das corporações será impossível consolidar a trajetória da dívida pública” (BARROS, 2017);

Nesse sentido, eles celebraram, em suas colunas, a aprovação da PEC 241, em dezembro de 2016: “O governo teve a coragem de atacar a fonte mais importante do

²⁵ Os artigos que tratam das reformas foram publicados no período que vai do final do governo de Dilma Rousseff (2016) até o momento em que realizamos a coleta dos textos, que coincide com o término do período em que Michel Temer ficou na presidência (2017).

²⁶ Da *Folha*: Samuel Pessôa, Alexandre Schwartzman, Delfim Netto e Marcos Lisboa. Do *Estadão*: Zeina Latif, Gustavo Franco, Monica de Bolle, Affonso Celso Pastore, Claudio Adilson Gonçalves e José Roberto Mendonça de Barros. Do *Globo*: Gustavo Franco.

desequilíbrio – o crescimento dos gastos – propondo uma solução eficaz, e não apenas em paliativo, e nossa obrigação é apoiar a decisão” (PASTORE, 2016). Ainda assim, reiteraram também a importância das Reformas Trabalhista (que foi aprovada em julho de 2017) e da Previdência, como verificado no excerto da coluna de 21 de setembro de 2016 de Delfim Netto: “Uma vez aprovado o controle geral de gastos, será preciso enfrentar o problema da Previdência apresentando um programa republicano que, no longo prazo, submeta todos os brasileiros ao mesmo regime”.

Gustavo Franco (2017c) seguiu a mesma linha: “Cálculos conservadores indicam que, na ausência da reforma da Previdência, o teto constitucional para o crescimento das despesas do governo tornar-se-á letra morta em pouco tempo”.

A promoção das reformas visaria, ainda, para os economistas, a retomada do crescimento econômico, afetado pela crise: “Sem reformas, o retorno ao crescimento fica cada vez mais distante” (SCHWATSMAN, 2017a); “A moral da história é que as reformas macroeconômicas, começando pela da Previdência, são fundamentais para o crescimento, gerando um ambiente de estabilidade e de baixos riscos” (PASTORE, 2017); “O ajuste das finanças públicas é cada vez mais indispensável, e a consolidação da retomada do crescimento depende integralmente disso” (BARROS, 2018a).

No contexto de aprovação da PEC 241, que congela os gastos públicos por até vinte anos (podendo ser revisada depois de dez anos), com cifras corrigidas pela inflação do ano anterior, a Previdência impôs-se como prioridade na agenda de reformas: “Reformar a Previdência não é uma necessidade apenas do ponto de vista do ajuste fiscal. O que está em jogo é a própria sobrevivência do sistema, como já é realidade em alguns estados e municípios que não conseguem mais honrar seus compromissos” (GONÇALEZ, 2018); “Os impactos da previdência na economia são significativos e abrangentes. Talvez seja a política pública que mais impacte a vida das pessoas e a dinâmica da economia. E talvez seja a principal prioridade na agenda de reformas estruturais” (LATIF, 2016). Ainda, de acordo com Monica de Bolle (2016):

Estudo recente do FMI mostra que, sem as reformas, o peso da Previdência sobre o PIB subiria de 10% para pouco menos de 20% nos próximos 20 anos – ou seja, a Previdência sugaria praticamente todos os recursos do governo, restando quase nada para o investimento público, os programas sociais, a saúde, a educação, e por aí vai.(BOLLE, 2016).

A reforma das aposentadorias é considerada importante pelos economistas devido ao aumento da expectativa de vida no país. De acordo com eles, o sistema atual

encontra-se em perigo devido às mudanças demográficas: “É um sistema, digamos assim, ‘da mão para a boca’, ou mais precisamente de uma mão (jovem) para outra boca (inativa), e que pode ficar seriamente desequilibrado com as mudanças demográficas” (FRANCO, 2018); “O Brasil está muito atrasado na Reforma da Previdência. Muitos países já a fizeram nos últimos 30 anos, para fazer frente ao envelhecimento da população” (LATIF, 2017c). Comparações com outros países servem para dar corpo ao argumento dos *experts*: “Somos um país jovem e desigual que gasta com previdência 13% do PIB, mais do que o Japão, que tem três vezes mais idosos” (LISBOA, 2017b).

É importante assinalar que os economistas colonistas apresentam posições diferentes quanto às regras das reformas que deveriam ser aprovadas pelo governo. Em seus artigos, comentam favoravelmente ou criticamente as revisões realizadas quando em tramitação no governo e nas casas legislativas. Contudo, de forma geral, são defensores de uma versão mais radical, que promova maiores transformações nas leis existentes. Um exemplo dessa radicalidade é a defesa, por Zeina Latif, de que a idade de aposentadoria de homens e mulheres seja igualada: “Igualar a idade de aposentadoria de homens e mulheres é importante iniciativa, em função da maior expectativa de vida das mulheres (em 2013, a sobrevivência das mulheres com 65 anos era de 20 anos, contra 16 dos homens)” (LATIF, 2017a). Além disso, é possível citar a queixa de Monica de Bolle (2017b) a respeito da reforma Trabalhista que era discutida pelo governo: “A modernização das leis trabalhistas choca-se com os mais diversos e esperados obstáculos, forçando o débil governo de Michel Temer a fazer concessões que transformarão tal reforma em quase nada, esgarçando mais cordas fundamentais da pinguela”.

Para alguns economistas, as reformas Trabalhista e da Previdência encontravam resistências à sua aprovação devido ao medo de alguns grupos sociais – funcionários públicos que recebem altos salários e sindicatos, principalmente – perderem seus privilégios. Como apontou Marcos Lisboa (2017b): “afinal, quais são as resistências à reforma da Previdência? Certamente, perde a elite mais bem remunerada dos servidores públicos com a redução de privilégios concedidos a grupos que estão entre os 5% ou mesmo entre o 1% mais rico da população”. Sua argumentação, nos artigos, vai no sentido de demonstrar que com a reforma da Previdência os mais prejudicados seriam os mais ricos, o que é contradito por Laura Carvalho, por exemplo. Em coluna do dia 14 de janeiro de 2016, Zeina Latif escreve, também, que:

Há avanços na remoção de distorções distributivas, pela

eliminação de aposentadorias precoces e de acúmulo de benefícios e redução de regimes especiais, que beneficiam os mais ricos. Os mais pobres serão preservados, pois continuarão recebendo o mínimo e se aposentando por idade (35% dos beneficiários). (LATIF, 2016).

Lisboa e Latif (2013), que produziram um *working paper* a respeito da democracia de meia entrada brasileira, na qual alguns grupos privilegiados se beneficiam de um mecanismo de transferência de renda do Estado (o que chamam de meias-entradas), advogam em favor de uma agenda republicana, promotora de uma pretensa igualdade, resultante das reformas que devem ser promovidas no Brasil: “É necessário eliminar distorções distributivas nas regras atuais. A previdência dá tratamento especial para grupos que deveriam ter tratamento igual” (LATIF, 2017a).

Em coluna sobre as reformas, Gustavo Franco (2017a) concordou com Marcos Lisboa, repudiando o tratamento desigual entre as pessoas: “O seletivismo é um demônio mais discreto e insinuante. Aparece, às vezes, pelo nome de “síndrome de meia entrada”, mas, a bem da verdade, está em toda parte (...). O demônio do seletivismo tem horror à impessoalidade própria dos mercados e à meritocracia.”

Outros economistas, comentando a reforma Trabalhista (aprovada em 26 de abril de 2017), seguem o mesmo argumento das meias-entradas, apresentando os sindicatos, por exemplo, como privilegiados (por cobrarem o imposto sindical): “Finalmente, a decisão termina com uma excrescência [o imposto] que transformou a maioria dos sindicatos em negócios e que desobrigava, na prática, a realizar maiores prestações de serviços e de contas para os trabalhadores das categorias” (BARROS, 2018b). Segundo Gustavo Franco (2017b): “Entre outros progressos, resta mencionar o fim do imposto sindical, essa abominação cuja durabilidade não se consegue explicar. (...) A imensa maioria dessas entidades só existe para captar esse recurso. Nenhuma boquinha terminou no Brasil sem certa dose de esperneio e gás lacrimogênio.”

Mesmo que em seus textos elabore posicionamentos e justificações um pouco diversas dos demais economistas, Delfim Netto celebrou, também, a aprovação da Reforma Trabalhista, uma vez que ela acabou com o privilégio dos sindicatos: “Setenta anos de CLT deram nisso: 17 mil sindicatos gozando do monopólio geográfico e da segurança financeira, tão acomodados e seguros que podem até servir ao ‘capital’ contra os interesses dos seus associados, como se provou na Operação Lava Jato” (NETTO, 2017).

Para os *experts*, a aprovação da Reforma Trabalhista significa o desmonte da

rigidez da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com a flexibilização das leis, há abertura para celebração de acordos entre capital e trabalho, supostamente elevando a empregabilidade e possibilitando o crescimento econômico. A modernização da legislação geraria uma maior produtividade do trabalho, o que redundaria, da mesma forma, em desenvolvimento econômico.

Mais uma vez, apesar da particularidade de seus argumentos, Delfim Netto concordou com os demais economistas:

A nova lei não é uma panaceia que vai aumentar o emprego imediatamente, mas certamente permitirá relações mais razoáveis entre o “capital” e o “trabalho”. Tal cooperação tem soma positiva, o que aumentará a produtividade do trabalho (a definição de crescimento econômico) e gerará uma distribuição mais equânime do produzido. (NETTO, 2017).

É interessante notar que na raiz do argumento dos economistas **pró-reforma** está a concepção do trabalhador como um sujeito racional, que pode agir no mercado visando o bem próprio. A flexibilização da CLT, dessa forma, não favoreceria só empregador, mas também o empregado, visto que ele poderia negociar situações mais vantajosas para si:

Na verdade, há um substrato profundamente autoritário na ideia de que os direitos dos trabalhadores, em muitos casos, não estão “disponíveis”. Isso quer dizer que você não é livre para abrir mão de seu direito porque você é considerado hipossuficiente, isto é, um incapaz diante da lei, e daí se justifica a necessidade de inflar indevidamente o papel do Estado. Para reduzir essa distorção, é muito importante o dispositivo que estabelece, para muitos temas do contrato de trabalho, o primado do pactuado sobre a lei. (FRANCO, 2017b).

Ainda no tocante à Reforma Trabalhista, essa atenderia, segundo os *experts*, às mudanças que têm acontecido no mundo do trabalho devido à introdução da tecnologia da informação e da intensificação da globalização. Ademais, conforme indicam, cada vez mais, novos tipos de trabalho não precisam ser realizados em um lugar específico, confinados na fábrica ou no escritório – tal flexibilidade é tratada, por exemplo, por Monica de Bolle em coluna do dia 29 de março de 2017 (BOLLE, 2017^a) e por Delfim Netto no dia 04 de outubro de 2017.

Cabe apontar que os *experts* rebatem, em suas colunas, críticas feitas às

reformas, as quais são respondidas, por exemplo, remetendo o crítico à condição de privilegiado ou de defensor de privilégios:

Os argumentos tortuosos de que não há um problema na [Previdência](#) foram desmoralizados pelos fatos. A maior transparência dos benefícios dos servidores públicos revelou que muitos recebem mensalmente mais de R\$ 30 mil e estão no grupo dos 1% mais ricos em um país com renda média mensal abaixo de R\$ 3.000. Curiosamente, são defendidos por vários que se definem como de esquerda. (LISBOA, 2018).

Quando a crítica é endereçada ao argumento de outro colunista, colega de jornal, geralmente do outro grupo (dos que não são **pró-reformas**), seguem-se, nas colunas, debates, baseados, na maioria das vezes, em provas pretensamente fornecidas por dados numéricos. A título de exemplo, citamos uma das respostas de Samuel Pessôa em debate com Laura Carvalho a respeito da reforma da Previdência:

Laura Carvalho e eu temos debatido diversos aspectos da reforma da Previdência. Em sua resposta na quinta-feira (23), ocorreram três avanços. A fila andou. (...) Penso que a discordância que há entre mim e Laura é que eu vejo ligação entre crescimento permanente do gasto primário do Estado acima do crescimento do PIB – tem sido assim nos últimos 25 anos – e baixa poupança, taxa de juros reais elevadas, pressão inflacionária constante e baixo crescimento. Enquanto Laura não enxerga essa ligação. Laura é mais feliz do que eu. (PESSÔA, 2017b).

E a resposta de Alexandre Schwartzman a Nelson Barbosa:

Já o funeral é o da lógica. Em coluna publicada na sexta-feira (21), Nelson Barbosa aponta Portugal como um país que fez o ajuste fiscal sem “austericídio”, presumivelmente em oposição ao que se tenta fazer no Brasil. Como de hábito, faltou a Barbosa olhar os números: entre 2010 e 2016 o déficit público em Portugal caiu de 11,2% do PIB para 2,0% do PIB, com corte de despesas no período pouco inferior a 7% do PIB. No Brasil, em contraste, propõe-se uma redução de 2,0-3,0% do PIB do déficit primário no mesmo horizonte, mas aqui, por alguma razão, esse ajuste muito mais gradual é considerado “austericídio”. (SCHWARTZMAN, 2017b).

O pensamento dominado dos “ajustes necessários”: o foco deve estar na arrecadação

De todos os economistas pesquisados, somente Laura Carvalho e Nelson Barbosa contrapõem-se ao pensamento econômico **pró-reformas** – é interessante notar que os dois realizaram suas pesquisas de doutorado na *New School for Social Research* e se alinharam às campanhas identificadas mais à esquerda do espectro político em 2018. Além disso, ambos escrevem para a *Folha de S.Paulo*.

Nelson Barbosa, no início de 2016, foi Ministro da Fazenda de Dilma Rousseff. Quando estava no cargo, defendia a necessidade de realização de reformas, que, segundo ele, foram incorporadas pelo governo de Temer, mas com foco menor na arrecadação (BARBOSA, 2017b). Laura Carvalho, embora, em sua coluna, dê ênfase aos problemas das propostas colocadas em tramitação nas casas legislativas, concorda com Barbosa, sobre o fato de que os ajustes devem ser feitos para aumentar a receita do Estado: “Além de não levar em conta nossas desigualdades profundas, a reforma de Temer concentra todas as mudanças no lado das despesas, sem nenhuma preocupação com a base de arrecadação do sistema” (CARVALHO, 2017a).

À semelhança dos *experts* **pró-reformas**, Barbosa (2017b) justifica a necessidade da reestruturação da Previdência com base nas mudanças demográficas que estão ocorrendo no país – queda da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida. Apesar de concordar, tal qual os reformistas, que há injustiça distributiva no sistema previdenciário, “que faz com que servidores públicos se aposentem em condições muito mais favoráveis do que trabalhadores do setor privado” (BARBOSA, 2017b), o ex-ministro parece não ser adepto da teoria da meia-entrada. Sua argumentação **pró-reformas**, mas divergente do pensamento econômico dominante, fica expressa no excerto a seguir:

Há várias formas de reformar as aposentadorias, como indica nossa história recente. Por exemplo, depois de perder a votação da idade mínima por um voto, FHC criou o fator previdenciário, o que aumentou o déficit do INSS no curto prazo e não resolveu o problema de longo prazo (mas não conte isso a tucanos). Os governos que mais reformaram a Previdência de modo permanente foram do PT (mas não conte isso a petistas). Lula iniciou seu governo com uma reforma sobre os servidores civis —fixando idade mínima e criando contribuição de inativos — que, apesar de

não resolver todo o problema, estabilizou o gasto federal com esses benefícios em proporção do PIB. Dilma também adotou medidas estruturais, como a criação do fundo de pensão para novos servidores civis, em 2012, e a mudança nas regras de concessão de novas pensões por mortes e auxílio-doença pagos pelo INSS, em 2015. Mesmo com os avanços dos últimos anos, todos eles nos governos do PT, ainda é preciso fazer mais na Previdência. (BARBOSA, 2017b).

É como se o economista, com o seu saber, conseguisse enxergar que a Reforma da Previdência está acima das questões partidárias, mas sempre salientando que foi o governo do PT o mais aberto e o promotor principal das reformas necessárias.

Quando escreve sobre a Reforma Trabalhista, Barbosa justifica sua importância indicando o quanto a modernização da CLT é central para aumentar a produtividade do trabalho e promover um melhor funcionamento da economia – tal como os economistas pró-reforma. Recorrendo a exemplos de outros países, assinala, da mesma maneira, que eles realizaram reestruturações tendo em vista as mudanças no mundo do trabalho decorrentes das transformações tecnológicas e da globalização (BARBOSA, 2017a). No entanto, ressalva: lá as reformas também garantiram maior segurança ao trabalhador (seguro-desemprego, alto grau de sindicalização etc.).

O economista é crítico à Reforma Trabalhista aprovada pelo governo Temer, já que “ela diminui demasiadamente o poder de barganha dos trabalhadores” (BARBOSA, 2017a). Barbosa argumenta, contrariamente aos economistas **pró-reformas**, que “flexibilizar leis trabalhistas em momento de lento crescimento tende a aumentar, ao invés de diminuir, a taxa de desemprego no curto prazo” (BARBOSA, 2017a). Ademais, ele defende que não deve ser tirado o poder dos sindicatos com a reforma, pelo contrário: “É deve-se incluir, também, uma cláusula que exija um nível de sindicalização para que o negociado prevaleça sobre o legislado” (BARBOSA, 2017a). Por isso, segundo o *expert*, o texto que foi aprovado é o de “uma reforma capenga, que propositalmente esqueceu de dar segurança aos trabalhadores” (BARBOSA, 2017a).

Também no artigo sobre as mudanças na legislação trabalhista, a estrutura de sua argumentação segue no caminho de demonstrar que os governos petistas foram bem mais abertos à realização dos ajustes necessários:

No Brasil, a Reforma Trabalhista está em discussão há muito tempo. Por exemplo, o governo Lula criou o Fórum Nacional do

Trabalho, que apresentou uma proposta de emenda constitucional para a Reforma Trabalhista. A iniciativa não prosperou. Durante o governo Dilma, houve uma proposta mais focalizada de criação do Acordo Coletivo Especial, para promover o negociado sobre o legislado, via projeto de lei, sem sucesso. Apesar do bom desempenho do mercado de trabalho até 2014, essas duas iniciativas de reforma não prosperaram por resistências dentro do próprio movimento trabalhista. Agora temos as consequências. Quando a esquerda não faz a reforma necessária no tempo correto, ela acontece além do necessário no momento errado. (BARBOSA, 2017a).

Laura Carvalho, como já foi dito, coloca-se contra as reformas propostas – e aprovadas – nos últimos anos. Sua argumentação vai no sentido de demonstrar que elas podem agravar alguns dos problemas que dizem resolver: a desigualdade social e o desemprego. Segundo a economista, por exemplo,

(...) ajustes no sistema previdenciário serão sempre necessários para adaptar-se às mudanças demográficas de cada país. A pergunta crucial – e que, finalmente, vem ganhando algum espaço no debate brasileiro sobre a reforma da Previdência é se as mudanças propostas pelo governo contribuirão para a ampliação das desigualdades ou, ao contrário, reduzirão sobretudo os privilégios. (CARVALHO, 2017b).

Em artigo anterior ela defendera o argumento de que a reforma da Previdência contribuiria para aumentar a desigualdade, sendo os pobres os mais prejudicados:

Segundo estudo de 2015 do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, os benefícios sozinhos são responsáveis por reduzir o percentual de pobres no Brasil de 37,8% para 24,2%. Defender que a diminuição drástica na cobertura e no valor das aposentadorias não ampliará nossas desigualdades é passar longe da realidade das famílias brasileiras (...). Quanto aos efeitos da reforma proposta, seu impacto é mesmo maior sobre quem começou a trabalhar mais cedo e nas piores condições. (CARVALHO, 2017a).

Quando comenta a PEC 241, a economista também sinaliza os efeitos de desigualdade que ela acarreta – dessa vez entre os setores que disputam fatias do

orçamento público – em claro diálogo com Delfim Netto:

Mesmo diante de todas as evidências de que a PEC/95 levará a uma paralisação da máquina pública após alguns anos, sua adoção continua a ser defendida como um artifício para a aprovação da reforma previdenciária e de outras medidas impopulares, pois tornariam mais transparente o conflito distributivo sobre os itens do Orçamento público. Nessa hipótese, os diferentes setores da sociedade que disputam as fatias do Orçamento público seriam levados pela escassez a fazer a divisão mais justa possível do bolo. Em tese, os representantes das áreas prioritárias para a sociedade, ao se deparar com cortes cada vez maiores no seu Orçamento, passariam a defender que se tirasse dinheiro dos mais privilegiados. Até parece. Como a regra vai se tornando mais rígida ao longo do tempo, o procedimento equivale a trancar em uma sala os representantes de cada uma das áreas para onde se destinam recursos federais para brigar por um bolo que vai diminuindo cada vez mais de tamanho. O problema é que em jogos desse tipo já sabemos de antemão quem sairá vencedor: o mais forte. (CARVALHO, 2018b).

Carvalho opõe-se, dessa maneira, ao grupo **pró-reformas**. Igualmente, sua opinião vai de encontro à premissa básica daqueles que defendem a Reforma Trabalhista, qual seja, a de que a flexibilização da CLT fomentaria a formalização, a produtividade do trabalho o que, conseqüentemente, levaria ao crescimento econômico, conforme pode ser verificado em coluna do dia 02 de agosto de 2018 (CARVALHO, 2018a). A professora da USP contesta, inclusive, a tese de que a Reforma Trabalhista, nos moldes em que foi aprovada, permite ao país melhor enfrentar os desafios impostos ao mundo do trabalho no século XXI:

Construir uma agenda para a modernidade não significa, portanto, confundir trabalhadores autônomos em clara situação de dependência econômica com os empreendedores altamente qualificados da era da internet e do “home office”, que também proliferaram em todo o mundo (...). Na reforma trabalhista, [aprovada na Câmara](#) nesta quarta (26), por sua vez, além da falta de debate com a sociedade, não há modernidade alguma. Afinal, não há nada de mais arcaico do que aumentar ainda mais o poder dos que já o têm de sobra (CARVALHO, 2017c).

No mesmo artigo, Carvalho (2017c) reforça que “a desregulamentação do mercado de trabalho não eleva, ou até mesmo prejudica, o nível de emprego”, mais uma vez em franca oposição aos economistas **pró-reformas**.

O vai e vem entre posições e tomadas de posição – o jornalismo especializado e a *doxa* liberal

Os economistas-colunistas que constituíram o objeto desta análise circulam em espaços importantes de definição de agendas políticas para o país – cargos em ministérios e secretarias, participação nos bastidores, como elaboradores de programas econômicos de candidatos à Presidência, etc. –, em agências financeiras que cuidam do dinheiro do empresariado brasileiro, e em instituições importantes de elaboração e difusão do pensamento – universidades e grandes jornais do país. Tendo acesso a vários espaços da cadeia de produção e difusão de ideias, conseguem impor o seu quase monopólio sobre aqueles que consomem seus produtos – principalmente, o grupo específico de agentes econômicos e políticos para o qual trabalham nas assessorias e que, possivelmente, constitui também seu principal público leitor nas colunas.

O pensamento econômico – por ter como produtores e difusores agentes que transitam entre universos tão variados, tendo as credenciais para ocupar posições dominantes nesses espaços, e também por ser expresso em uma linguagem cifrada, com base em dados trabalhados econometricamente – ganha poder simbólico na busca pela forma verdadeira de explicação do mundo social. Os economistas, nesse sentido, são verdadeiros sacerdotes²⁷, que anunciam com base em previsões que não podem ser comprovadas por um não iniciado – e, em muitos casos, nem por outros iniciados, que ocupam hierarquias ou posições diferentes no espaço da economia –, os humores do mercado. Suas falas (suas escritas) têm um forte poder performativo (BOURDIEU; DELSAUT, 2001), já que eles mesmos ou pessoas próximas, baseados em seus prognósticos, podem tornar real o que anunciam.

Tendo isso em vista, cumpre interpretar o que significa, para os jornais, ter como colunistas tais figuras. Nesse sentido, há algumas diferenças que podem ser traçadas brevemente em relação aos jornalistas que ocupam o mesmo lugar. Em

²⁷ Para uma abordagem acerca da utilidade da sociologia da religião na compreensão de processos simbólicos, ver: BOURDIEU (2015). Embora trate do campo religioso, o texto é ilustrativo dos processos de monopolização dos bens de salvação presentes também em outros campos, como o econômico.

entrevista publicada no livro *Eles mudaram a imprensa – depoimentos ao CPDOC*, o jornalista Augusto Nunes fala sobre a importância da *grife*²⁸ nos jornais, ou seja, da assinatura de conteúdo por parte de algum jornalista prestigiado na busca por leitores:

Para diferenciar o jornal dos outros veículos, para que ele tenha o seu espaço num mercado em que estão o rádio, a revista e a televisão, você tem de usar *griffes*. E a *griffe* estará associada a fórmulas imortais, como entrevistas e perfis. (...) Mas uma *griffe* fará as perguntas certas, escreverá um belo perfil, e o leitor vai ler com atenção (ABREU *et al.*, 2003, p.324).

Assim, os colunistas-jornalistas, em geral, carregam uma espécie de *grife*, que os autorizam a assinar seus textos e, mais do que isso, a publicar interpretações e opiniões sobre os fatos, ocupando, portanto, posições de prestígio dentro do jornalismo. Tal *grife* é construída, sobretudo, pela trajetória profissional (BERGAMO, 2011), constituída pelas reportagens realizadas, pelas fontes cultivadas, pelos fatos históricos testemunhados – ou seja, pelas experiências tidas como singulares, dissimulando os aspectos socialmente compartilhados por esses agentes. No caso dos colunistas-economistas, a legitimidade parece ser construída sobretudo pelo pertencimento a uma classe de profissionais – ou mais do que isso, à elite dessa classe –, que compartilha formações acadêmicas, ocupações de cargos políticos e no setor privado, assim como visões de mundo – ainda que, quanto mais consagrados enquanto colunistas e maior a hierarquia que ocupam dentro dessa elite profissional, mais os aspectos singulares das trajetórias desses agentes sejam reforçados.

A diferença entre como se dá a utilização da *grife* pelos colunistas-jornalistas e pelos colunistas-economistas deve-se à posição ocupada por eles no mundo jornalístico. Enquanto para os primeiros a posse da *grife* atesta um tipo de excelência, é o grau máximo alcançado por um jornalista bem-sucedido, marca de uma trajetória ímpar, para os *experts* escrever para um grande jornal nada mais é do que uma dentre as funções que ocupa. É possível conjecturar que, quanto mais o economista é famoso, isto é, participa da vida pública, está sempre circulando em diferentes mídias, mais sua presença é requisitada pelos jornais. Desse modo, quanto mais próximo do campo jornalístico – em outras palavras, quanto mais depende da presença na imprensa para

²⁸ O termo utilizado pelos jornalistas guarda proximidades com aquele sociologicamente construído por Bourdieu e Delsaut (2001, p.38), sem porém o seu conteúdo desvelador, já que a análise sociológica não restaura “a fé no poder carismático do criador”, mas insere a criação dessa *grife* na estrutura do campo a que se refere.

ter legitimidade e para garantir sua posição na hierarquia da elite profissional – mais o seu tipo de *grife* se aproximará da jornalística, individual, tornando-se mais independente da validação pelo pertencimento a um grupo de pares.

Em ambos os casos, “a imposição da ‘grife’ consoma – embora por vias radicalmente opostas –, os fins que persegue a publicidade” (BOURDIEU, DELSAUT, 2001, p.41). Nesse sentido, o capital simbólico, construído a partir dos nomes que fornecem sua *grife* ao jornal, pode se converter em capital econômico, na atração de anunciantes, investidores e leitores. Os economistas podem, ainda, atuar, enquanto *experts* – detentores de um conhecimento técnico específico –, na ratificação de determinadas posições interessadas dos veículos em que trabalham, estando em consonância em termos de visão de mundo com essas empresas.

Portanto, a contratação de colunistas-economistas de cepa liberal indica o compartilhamento de um pensamento econômico dominante não apenas entre uma elite do mundo econômico e uma elite do jornalismo de economia (PEDROSO; UNDURRAGA, 2016), mas também entre esses agentes e os valores organizacionais dos jornais para os quais trabalham. Negando o conteúdo político de suas teses, consideradas como frutos de evidências empíricas (fundadas sobretudo em princípios matemáticos), os jornais e seus colunistas ensaiam uma despolitização, conforme Duval (2004) também verificou na imprensa econômica francesa.

Ainda assim, o que se observa é que esse pensamento tem também um conteúdo partidário. Conforme visto na parte dedicada à morfologia social dos economistas-colunistas, os defensores de um pensamento **pró-reformas** tendem a se ligar a candidatos situados mais à direita do espectro político (embora nem todos se considerem de direita e alguns tenham até mesmo expresso, na eleição de 2018, apoio a candidatos mais ao centro ou centro-esquerda – como Monica de Bolle em relação a Ciro Gomes – ou dialogado com candidatos de centro-esquerda ou esquerda – como Marcos Lisboa com Fernando Haddad), enquanto os economistas divergentes – Laura Carvalho e Nelson Barbosa – têm ligações evidentemente mais próximas com partidos situados mais à esquerda. O fato de que a grande maioria dos economistas que têm colunas nos jornais seja **pró-reformas** ilustra a afirmação de que a imprensa, na prática, toma partido, contrariando, por exemplo, a ideia de isenção, apartidarismo e pluralismo, pregada por alguns veículos.

THE COLUMNIST-ECONOMISTS IN THE DEBATE OF THE REFORMS IN BRAZIL

ABSTRACT: *This paper analyzed the dynamics established between the positions of the columnist-economists in the field of power and their position-takings about the PEC 241 and the reforms of Social Security and Labor. The research object was the economists that are also columnists of the main general-interest newspapers of the country – Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo and O Globo. Outlining their positions in relation to the economic and political powers as well as to the academic field and the media, and analyzing their discourses about the reforms, it was possible to understand the symbolic exchanges that these agents establish among themselves as well as with the newspapers in which they write. We also underline the importance of these agents for the ratification and reiteration of certain projects for the country, as diffusers of a doxa constructed in places where agents from different social fields establish exchanges.*

KEYWORDS: *Economists. Journalism. Field of Power. Reforms.*

LOS ECONOMISTAS COLUMNISTAS EN EL DEBATE DE LAS REFORMAS EN BRASIL

RESUMEN: *Esta investigación analizó la dinámica establecida entre las posiciones de los economistas columnistas en el campo del poder y sus posiciones en el PEC 241 y las reformas de la Seguridad Social y el Trabajo. Con este fin, hemos adoptado como objeto a los economistas columnistas de los principales periódicos generalistas del país: Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo y O Globo. Esbozando sus posiciones en relación con los poderes económicos y políticos, así como con el campo académico y los medios de comunicación, y analizando sus discursos sobre las reformas, fue posible comprender los intercambios simbólicos que estos agentes establecieron entre ellos, así como con los periódicos en los que escriben. Destacamos también la importancia de estos agentes para la ratificación y reiteración de ciertos proyectos para el país, siendo difusores de una doxa construida en lugares donde agentes de diferentes ámbitos sociales establecen intercambios.*

PALABRAS CLAVE: *Economistas. Periodismo. Campo de Poder. Reformas.*

Referências

ABREU, A. A. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. *In:_____*. LATTMAN-WELTMAN, F.; KORNIS, M.A. **Mídia e política no Brasil** – jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; ROCHA, D. **Eles mudaram a imprensa** – depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, A. A.; ROCHA, D. **Elas ocuparam as redações** – depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALMEIDA, A. M. F. O assalto à educação pelos economistas. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 1. Disponível em: <[www.scielo.br > pdf](http://www.scielo.br/pdf)>. Acessado em 06 nov. 2019.

ARAÚJO, C. Economista da FGV confirma trabalho com Aécio. **O Estado de S. Paulo**, 02 abr. 2014. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,economista-da-fgv-confirma-trabalho-com-aecio,1148188>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BERGAMO, A. Reportagem, Memória e História no jornalismo brasileiro. **Mana**, v. 17, n. 2, p.233-269, 2011.

BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Paris: Éd. de Minuit, 1984.
_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, P.; DELSAUT, Y. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, p. 7-66, dez. 2001.

BROADCAST. Disponível em: <<http://broadcast.com.br/>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

CARLOTTO, M. C. **Universitas semper reformanda?** A Universidade de São Paulo

e o discurso da gestão à luz da estrutura social. 2014. 570 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARTA CAPITAL. A crise política e o desânimo do povo com seus representantes. **Carta Capital**, 29 set. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-crise-politica-e-o-desanimo-do-povo-com-seus-representantes/>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

CHIARAMONTE, A. R. **Lutas simbólicas e doxa**: jornalistas e acadêmicos no caso da 'lista dos improdutivos' da USP. 2015. 214f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, USP, São Paulo, 2015.

DCM. Economista Laura Carvalho entra na campanha de Boulos: vamos entregar um programa de combate às desigualdades. **Diário do Centro do Mundo**, 30 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/economista-laura-carvalho-entra-na-campanha-de-boulos-vamos-entregar-um-programa-de-combate-as-desigualdades/>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

DUVAL, J. **Critique de la Raison Journalistique**. Paris: Éd. Le Seuil, 2004.

ESTADÃO. AE no mundo das negociações eletrônicas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 abr. 2009.

ESTADÃO. 'Estado' lança serviço pioneiro na web. **Estadão**, 25 fev. 2011. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,estado-lanca-servico-pioneiro-na-web,56764e>>. Acessado em: 04 set. 2009.

ESTADÃO. Notícias na mão do investidor. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 nov. 2006.

ESTADÃO. Clientes aprovam compra da Broadcast pela AE. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 ago. 1991.

ESTADÃO. Agora é fácil negociar ações e commodities. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 nov. 1988.

ESTADÃO. Curso Estado de Jornalismo Econômico. **Estadão**, 19 fev. 2012. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/blogs/em-foca/curso-estado-de-jornalismo-economico/>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

FUCS, J. O Brasil além da crise. **O Estado de S. Paulo**, 17 jun. 2017. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-brasil-alem-da-crise,70001846146>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

GASPAR, M. Marcos Lisboa: Me comparar a Paulo Guedes é demais. **Piauí**, 19 set. 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/marcos-lisboa-me-comparar-paulo-guedes-e-demais/>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

G1. Grupo Folha vende participação no ‘Valor Econômico’ para Grupo Globo. **G1**, 13 set. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2016/09/grupo-folha-vende-participacao-no-valor-economico-para-grupo-globo.html>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

HERMIDA, X. Brasil, um gigante abatido. **El país**, 08 abr. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/07/politica/1523127625_584461.html>. Acessado em: 08 abr. 2018.

KLUGER, E. **Meritocracia de laços**: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. 2017. 855 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LISBOA, M.; LATIF, Zeina. Democracy and grow in Brazil. **Inspere working paper**, n. 311, 2013. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/Democracy_and_Growth_in_Brazil.pdf>. Acessado em: 30 de out. 2019.

LOUREIRO, M. R. A participação dos economistas no governo. **Análise**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 345-359, jul./dez. 2006.

MARTINS, F. Idealizador do Plano Real vira garoto-propaganda do presidencialismo da nova direita. **Gazeta do Povo**, 24 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/idealizador-do-plano-real-vira-garoto-propaganda-do-presidencialismo-da-nova-direita->

19e4lqwbbg4t7zkrcm27zzxvb/>. Acessado em: 08 abr. 2018.a

MORAES, V. **A elite dos jornalistas brasileiros**: estratégias de legitimação e simbolização entre o período ditatorial e os anos pós-redemocratização. 2017. 481 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PEDROSO, A.; UNDURRAGA, T. Jornalistas da economia e homens das finanças: uma dominação via imperativos profissionais? In: ANPOCS, 40, 2016. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPOCS. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/mr-7/10001-mr15-jornalistas-da-economia-e-homens-das-financas-uma-dominacao-via-imperativos-profissionais-1/file>>. Acessado em 10 out. 2019.

PULITI, P. **A Financeirização do noticiário econômico no Brasil** (1989-2002). 2009. 286 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RIBEIRO, A.P.G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 147-160, 2003.

SIMÕES, E. Alckmin anuncia Bacha, José Roberto e Alexandre Mendonça de Barros para equipe de campanha. **O Globo**, [2018?]. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/alckmin-anuncia-bacha-jose-roberto-alexandre-mendonca-de-barros-para-equipe-de-campanha-22690773>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

THE NEW SCHOOL FOR SOCIAL RESEARCH. Disponível em: <<https://www.newschool.edu/nssr/economics/>>. Acessado em: 08 abr. 2018

TREVIZAN, K. Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico. **G1**, 07 mar. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

TRUFFI, R. Economista ligado ao DEM rejeita ideias de Ciro em reunião com

assessor. **O Estado de S. Paulo**, 18 jul. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,economista-ligado-ao-dem-rejeita-ideias-de-ciro-em-reuniao-com-assessor,70002406784>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

UNDURRAGA, T. Making News, Making the Economy: Technological changes and Financial Pressures in Brazil. **Cultural Sociology**, 22 fev. 2016. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1749975516631586>>. Acessado em: 20 out. 2019.

VALENTE, G. Quem são os conselheiros econômicos dos pré-candidatos à Presidência? **Época**, fev. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/economia/noticia/2018/02/quem-sao-os-conselheiros-economicos-dos-pre-candidatos-presidencia.html>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

VALOR PRO. Disponível em: <<https://www.valorpro.com.br/>>. Acessado em: 08 abr. 2018.

Colunas

BARBOSA, N. Do jeito que está o texto, é melhor não aprovar a reforma trabalhista. **Folha de S.Paulo**, 09 jun. 2017a.

_____. Reforma da Previdência e eleições de 2018. **Folha de S.Paulo**, 10 nov. 2017b.

BARROS, J. R. M. de. Recuperação e sustentabilidade. **O Estado de S. Paulo**, 15 out. 2017.

_____. A recuperação está aí. A sustentabilidade, não. **O Estado de S. Paulo**, 18 fev. 2018a.

_____. A reforma trabalhista vai pegar. **O Estado de S. Paulo**, 08 jun. 2018b.

BOLLE, M. de. Explicar é preciso. **O Estado de S. Paulo**, 07 dez. 2016.

BOLLE, M. de. Reformas são difíceis. **Estado de S. Paulo**, 29 mar. 2017a.

_____. Que reformas? **Estado de S. Paulo**, 07 jun. 2017b.

_____. Sai Porcina, entra Sassá. **Estado de S. Paulo**, 21 fev. 2018.

CARVALHO, L. Reforma da Previdência mira o passado, não o futuro. **Folha de S.Paulo**, 16 mar. 2017a.

_____. Exigir 25 anos de contribuição criará milhões de Daniel Blakes. **Folha de S.Paulo**, 30 mar. 2017b.

_____. Reforma trabalhista não responde aos desafios do século 21. **Folha de S.Paulo**, 27 abr. 2017c.

_____. Reforma trabalhista pode custar caro à Previdência. **Folha de S.Paulo**, 02 ago. 2018a.

_____. PEC do teto de gastos terá de ser revista em 2019. **Folha de S. Paulo**, 09 ago. 2018b.

FRANCO, G. H. B. Demônios e reformas. **O Estado de S. Paulo**, 26 mar. 2017a.

_____. Reforma trabalhista: é só o começo. **O Estado de S. Paulo**, 30 abr. 2017b.

_____. Não há tempo a perder. **O Estado de S. Paulo**, 15 out. 2017c.

_____. Previdência 2.0. **O Estado de S. Paulo**, 29 abr. 2018.

GONÇALEZ, C. A. Destino incerto para a Previdência. **O Estado de S. Paulo**, 19 nov. 2018.

LATIF, Z. Pensar o presente para garantir o futuro. **O Estado de S. Paulo**, 14 jan. 2016.

_____. Previdência no rumo certo. **O Estado de S. Paulo**, 23 fev. 2017a.

_____. Propaganda enganosa. **O Estado de S. Paulo**, 30 nov. 2017c.

LISBOA, M. Roleta-russa da Previdência. **Folha de S.Paulo**, 17 dez. 2017b.

_____. Imprensa. **Folha de S.Paulo**, 01 abr. 2018.

NETTO, D. Aprovar a PEC 241 é urgente. **Folha de S.Paulo**, 21 set. 2016.

_____. Reforma é lufada de oxigênio nas relações entre trabalho e capital. **Folha de S.Paulo**, 19 jul. 2017.

PASTORE, A. C. A retomada do crescimento já está à vista? **O Estado de S. Paulo**, 06 nov. 2016.

PASTORE, A. C. Crise política, reformas e estabilidade macroeconômica. **O Estado de S. Paulo**, 18 jun. 2017.

PESSÔA, S. Gastos previdenciários no Brasil são altos na comparação com OCDE. **Folha de S.Paulo**, 12 mar. 2017a.

PESSÔA, S. Reformas como a da Previdência são necessárias. **Folha de S. Paulo**, 26 mar. 2017b.

PESSÔA, S. Vamos para o reajuste? **Folha de S. Paulo**, 15 jul 2018.

SCHWARTSMAN, A. Sem reformas, o retorno ao crescimento fica cada vez mais distante. **Folha de S.Paulo**, 07 jun. 2017a.

_____. Previdência, quatro soluções e um funeral. **Folha de S.Paulo**, 27 dez. 2017b.

Recebido em 15/08/2019.

Aprovado em 31/10/2019.

Artigos

O SENTIDO SOCIAL DA AÇÃO EM POLÍTICA MONETÁRIA NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB) ENTRE 1995 E 2017

*Márcio Rogério SILVA**

*Roberto GRÜN***

RESUMO: O artigo busca demonstrar os sentidos sociais da ação na tomada de decisão da taxa básica de juros (SELIC) pelo Banco Central do Brasil (BCB). Com base na sociologia da capacidade crítica de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, através da análise de disputas situacionais nas inflexões dos juros entre 1995 e 2017, foi possível demonstrar a influência das trajetórias sociais, das narrativas e de seu vínculo com os demonstrativos financeiros. Ficou demonstrado, também, que em conjunturas rotineiras macroeconômicas, há maiores graus de liberdade para ação com convergência de posição e tomadas de posição (no sentido de Pierre Bourdieu) em juros. Em momentos de disputas situacionais, crises políticas e desequilíbrios macroeconômicos, observou-se um aumento da influência de agentes de instituições financeiras e não financeiras (que estão do lado da inércia cognitiva econômica e moral) valendo-se de pressões performativas com base em dogmas macroeconômicos e justificações morais.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia econômica. Sociologia das Finanças. Performatividade. Boltanski. Pierre Bourdieu.

Introdução

Um fato recorrente ao analisar as narrativas e tomadas de decisões tanto dos dirigentes dos bancos centrais, como também das previsões das instituições financeiras é que, constantemente, se observa uma variedade de distintas previsões sobre taxa de

* UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS – Brasil. 79825-070 - marciosrogerio@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-8176-1551>.

** UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. Departamento de Engenharia da Produção. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - rgrun@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0003-3507-0490>.

juros, inflação, Produto Interno Bruto (PIB), câmbio, balança comercial e outras. Considerando que análises são baseadas principalmente em modelos matemáticos e estatísticos homogêneos, por meio de *softwares* e tecnologias precisas, porque elas apresentam, em alguma medida, como opostas, em instituições financeiras consideradas de renome? A sociologia pode contribuir para essa resposta.

As nomeações dos diretores e presidentes dos bancos centrais são acompanhadas de perto por agentes sociais em um espaço social amplificado, que ajustam suas expectativas em função dos rumos que tomarão a política econômica e monetária, onde as trajetórias sociais dos economistas do alto escalão do Estado ensinam também expectativas. Porém, não raro, as instituições financeiras são surpreendidas por tomadas de decisão no sentido contrário da construção dessas expectativas, o que indica que uma análise mais refinada deve ser feita sobre a ação estratégica.

Uma declaração de Ben Bernanke (2015), ex-presidente do *Federal Reserve System* (FED – *the central bank of the United States*) chama a atenção no enfoque dado às narrativas:

Quando eu estava no *Federal Reserve*, observei ocasionalmente que a política monetária é de 98% de conversas e apenas dois por cento de ação. A capacidade de moldar as expectativas de mercado das políticas futuras através de declarações públicas é uma das ferramentas mais poderosas que o FED possui. A desvantagem para os formuladores de políticas, é claro, é que o custo de enviar a mensagem errada pode ser alto. Presumivelmente, é por isso que meu antecessor Alan Greenspan disse certa vez a uma comissão do Senado que, como banqueiro central, “aprendeu a resmungar com grande influência” (BERNANKE, 2015, n.p. tradução nossa)²⁹.

Segundo Holmes (2018), os banqueiros centrais usam uma linguagem para sustentar ideias que animam o nosso futuro econômico, bem como as estruturas de sentimentos e expectativas. Para o autor, os banqueiros centrais aplicam uma

²⁹ Texto original: *When I was at the Federal Reserve, I occasionally observed that monetary policy is 98 percent talk and only two percent action. The ability to shape market expectations of future policy through public statements is one of the most powerful tools the Fed has. The downside for policy makers, of course, is that the cost of sending the wrong message can be high. Presumably, that’s why my predecessor Alan Greenspan once told a Senate committee that, as a central banker, he had “learned to mumble with great in coherence.”*

perspicácia retórica ao raciocínio matemático de alto nível e análise quantitativa que conferem autoridade institucional ao trabalho dos bancos centrais; eles modelam a economia e o sistema financeiro com linguagem que estabelece uma dinâmica radicalmente comunicativa e relacional no centro dos assuntos monetários.

Ainda segundo o autor, a gestão de demanda fiscal *keynesiana* (hidráulica) e a meta de inflação monetária (estratégica e performativa) são tipos ideais da agência estatal macroeconômica.

As próprias trajetórias sociais, crenças e narrativas podem ser instrumentalizadas como elementos de ações estratégicas de maneira a estabelecer práticas **contra performativas**. Diante disso, assumimos para esse artigo que as variáveis sociais não são apenas disposições; elas próprias podem ser utilizadas como dispositivos na ação estratégica.

Ao saber para onde as expectativas futuras vão apontar em função das nomeações, isso pode ser utilizado de maneira a surpreender os agentes financeiros com tomadas de decisão abruptas e contra intuitivas, a fim de construir um novo normal por parte de governo que anseie por atender aos interesses de uma sociedade mais ampla, quebrando a inércia das instituições financeiras.

Nos *corpora* dos jornais analisados, frequentemente há comemoração quando há a nomeação de dirigentes do banco central de perfil conservador (*hawkish*) e apreensão no caso da nomeação de dirigentes tendentes à flexibilização monetária e fiscal (*dovish*); em que a própria classificação nativa na mídia indica moralidade forte/fraco entre **falcões** e **pombos** o que, por sua vez, coloca o jornalismo econômico também como objeto, dada a exposição assimétrica em favor do conservadorismo monetário.

Ao se conhecer os gatilhos dos modelos matemáticos e estatísticos em valores e lógicas monetárias compartilhadas, bem como seus algoritmos, as retóricas e narrativas podem ser instrumentalizadas sabendo-se das reações e desfechos desses gatilhos. Retomando o exemplo de Bernanke (2015), diante da crise de 2008, ele aplicou o *Quantitative Easing*, com a injeção de cerca de um trilhão de dólares na economia estadunidense através da operação com títulos em ativos financeiros, atitude inesperada para capitais simbólico e cultural insuspeitos sob a ótica do conservadorismo monetário e, para surpresa dos defensores do consenso monetário do momento, não gerou inflação.

A maior parte dos trabalhos em sociologia sobre agentes de política econômica e monetária busca indícios das tomadas de decisão nas trajetórias sociais, no capital social e na economia das narrativas. Destacam-se os trabalhos de Lebaron (2008); Loureiro (2006); Adolph (2013); Olivieri (2007), Codato *et. al.* (2016); Klüger

(2017); Holmes (2018); Beckerte Bronk(2018), Malmendier, Nagel e Yan(2017), Lucca e Trebbi (2009) e Carvalho, Cordeiro e Vargas(2013).

Lebaron(2008) propõe um campo de investigação que classificou como sociologia dos bancos centrais. Em seu trabalho foi analisada, por meio da prosopografia, a trajetória social de dirigentes do *Federal Reserve System* (FED), Banco Central Europeu (BCE) e Banco do Japão (BoJ) como elementos que podem ser indiciários da tomada de decisão.

Adolph (2013) investiga como os atores tomam posições como estratégias de carreira. Indo em direção análoga, Dezalay e Garth (2000) demonstram como economistas de países emergentes buscando estudar nos Estados Unidos para aumentar suas possibilidades de carreira em seus países natais.

O trabalho de Codato *et. al.* (2016), com base em análise de redes, busca demonstrar como fontes de recrutamento e padrões de carreira dos indivíduos podem oferecer indícios de como instituições (públicas e privadas) e grupos (burocráticos, empresariais, acadêmicos) podem modelar preferências políticas.

Também com base na análise de redes e capital social, Klüger (2017) defende a ideia de que existiria uma meritocracia de laços entre os economistas que exercem o poder no Estado. Nesse tipo de abordagem, o capital social seria fundamental para acesso aos espaços privilegiados.

Na economia monetária, macroeconomia e finanças foram identificados os trabalhos de Malmendier, Nagel e Yan (2017), Lucca e Trebbi (2009) e Carvalho, Cordeiro e Vargas(2013), que fazem uma análise do conteúdo das reações na mídia às tomadas de decisão de comitês de política monetária dos bancos centrais.

No que tange aos trabalhos mais ligados à análise de redes, ainda que se reconheça a existência de regularidades de capital social, estes são antes subjacentes aos capitais econômicos, culturais e simbólicos, no sentido usado por Pierre Bourdieu (1996). Além disso, podem ocorrer mobilizações tácitas por convergências de objetivos sem que haja compartilhamento progresso de capitais e crenças, como veremos.

Podem, ainda, haver homologias estruturais entre campos distintos conforme Bourdieu (1996), sem que haja necessariamente uma orquestração tácita. Agências de classificação, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, instituições financeiras, poder judiciário, segmentos da indústria, os quais podem ter valores morais, crenças e capitais homólogos, homogeneizados em universidades, prêmios simbólicos, religiões, instituições de vigilância e controle, favorecendo uma leitura de mundo no sentido do *status quo* financeiro, o que contribui para a construção de inércia cognitiva no entorno do monetarismo e da cultura financeira.

Uma das contribuições desse artigo é de natureza epistemológica, em virtude das limitações do uso de um único método sociológico para explicar fenômenos econômicos e financeiros, ou seja, pode existir um *gap* explicativo entre as posições e as tomadas de posições quando se parte do método para as tentativas de demonstração da ação estratégica. Afinal, as frequentes mudanças na ação de agentes econômicos, industriais, políticos e também na sociedade inserem disjunções em regularidades anteriormente estáveis, que destroem ligações previsíveis entre passado e futuro, enfraquecendo a capacidade dos agentes econômicos de fazer previsões de probabilidade com base em dados históricos (BRONK, 2011). Para Dobry (2014), pode haver uma **descompartmentalização** de arenas em conjunturas fluidas que favorecem esse cenário.

O artigo, portanto, tem por objetivo geral demonstrar, a partir do uso de diversas metodologias, os sentidos sociais na tomada de decisão sobre a taxa básica de juros (SELIC), em que os sentidos da ação estratégica podem ser mais evidenciados em disputas situacionais.

Foi construído um modelo interpretativo dinâmico com base em interesses, crenças, moralidade e trajetórias sociais, bem como conjunturas econômicas, políticas e sociais situadas no tempo e no espaço, onde essas variáveis não são só tratadas como disposições, mas também como dispositivos mobilizáveis na ação estratégica, que modelam e delimitam tal ação.

Procedimentos Metodológicos

Foi adotada como fio condutor teórico metodológico central, a sociologia da capacidade crítica de Boltanski e Thevenot (1999) para as primeiras três cenas escolhidas (disputas situacionais) e a sociologia das crises políticas de Dobry (2014) para a última cena (crise política); uma vez que a influência na política monetária se espalha em função das crises políticas, diminuição da previsibilidade e impactos das mobilizações setoriais.

Para construção das cenas, foram analisadas as inflexões na taxa básica de juros (SELIC) entre 1995 e 2017, partindo-se da grade das práticas, passadas posteriormente pelas grades teóricas e metodológicas, conforme Foucault (2008).

Foram tomados como *corpora* principal o jornal *Valor*, usando-se palavras-chave como Comitê de Política Monetária - **COPOM**, **diretores banco central**, **presidente banco central**, **economistas chefe COPOM**, **economistas COPOM**, para identificar os agentes, recortar as narrativas e construir as **gramáticas de justificação**

a partir dos sentidos nativos (mundos inspirados), categorizados em função dos consensos macroeconômicos coletados da macroeconomia de Krugman e Wells (2015), circunscritos em torno das maiores inflexões dos juros observadas como marcador temporal: crise cambial em 1999; queda dos juros no final de 2005; queda dos juros em 2011; subida dos juros em 2012 e elevação e manutenção dos juros elevados até 2017 em função da crise política.

Para cada uma das cenas foi utilizada uma combinação de métodos: análise de redes para interpretação histórica do *embeddedness*; aperto *versus* flexibilização monetária; prosopografia e a análise de correspondência múltipla, com base em Stone (2011) e Lebaron(2008); análise de narrativas e de conteúdo dos agentes relevantes com base em Bardin, Reto e Pinheiro(2000); demonstrativos financeiros; *ranking FOCUS*, emitido pelo BCB, com as instituições que mais acertam as previsões da taxa básica de juros (SELIC), inflação e câmbio no curto, médio e longo prazo.

Com respeito à análise de redes, foi utilizado o *software Socnet V* e para a análise de capitais, foi utilizado o software *Re* o pacote *Facto MineR* para fazer a análise de correspondência múltipla, visando avaliar a distinção na trajetória social dos agentes.

Mundos inspirados e as convenções de equivalência monetaristas e não monetaristas

Foi utilizada como base para classificar os sentidos nativos dos agentes, a gramática de justificação de Boltanski e Thevenot (1999), buscando construir uma gramática de justificação em política monetária a partir dos sentidos nativos dados pelos agentes que participam das disputas narrativas nas cenas e, com isso, construir os tipos ideais da ação estratégica em política monetária.

Holmes (2018) afirma que os agentes atuam em torno de tipos ideais nas ações dos bancos centrais, envolvendo as ações possíveis em política monetária e fiscal. Contudo, é necessário tipificar como esses tipos ideais são apropriados no campo global dos bancos centrais e resignificados em disputas nativas.

Para construção das gramáticas, foi utilizado o jornal *Valor* entre 2011 e 2013; esse período foi escolhido por representar o auge do tensionamento nas inflexões dos juros, em que o açodamento permitiu que enxergasse mais claramente a posição de cada um dos agentes. A seguir, são apresentadas as convenções de equivalência classificadas a partir das narrativas:

Tabela 1 - Convenções de equivalência em Política Monetária

Ordens de valor <i>Dovish</i>	Ordens de valor <i>Hawkish</i>
Queda do PIB	Elevação do PIB
Desemprego	Elevação do emprego
Baixa de crédito	Aumento do crédito
Baixa Inadimplência	Alta inadimplência
Crise econômica internacional	Melhor do cenário internacional
Valorização do câmbio	Desvalorização do câmbio
Baixa demanda agregada	Elevada demanda agregada
Baixa inflação	Alta de inflação

Fonte: Elaboração Própria com base no Jornal *Valor* (2011, 2012, 2013)

O conjunto de ordens de valor *dovish* corresponde às narrativas que tentam a flexibilização monetária (princípio de valor *dovish*), ao passo que o conjunto de ordens de valor *hawkish* corresponde às narrativas que tentam para o conservadorismo (aperto) monetário (princípio de valor *hawkish*).

É importante notar que o próprio recurso metafórico a **falcões** e **pombos** no sentido nativo do jornalismo econômico dos Estados Unidos, indica uma moralidade que está relacionada justamente a ideia de **bom/mau, fraco/forte, responsável/irresponsável, capaz/incapaz**, chamando a atenção de que esse jogo não é simétrico e pende ao conservadorismo monetário, com a inércia cognitiva do lado dos **falcões**, já que seus discursos frequentemente convergem com os jornalistas de política monetária; esse sentido às vezes aparece no jornalismo econômico brasileiro sob esses termos ou, alternativamente, com classificações nativas que reproduzem essa mesma matriz moral em distintos campos estruturalmente homólogos.

No próximo tópico foi feita uma análise do contexto histórico e da imersão na construção estrutural da assimetria entre as duas perspectivas.

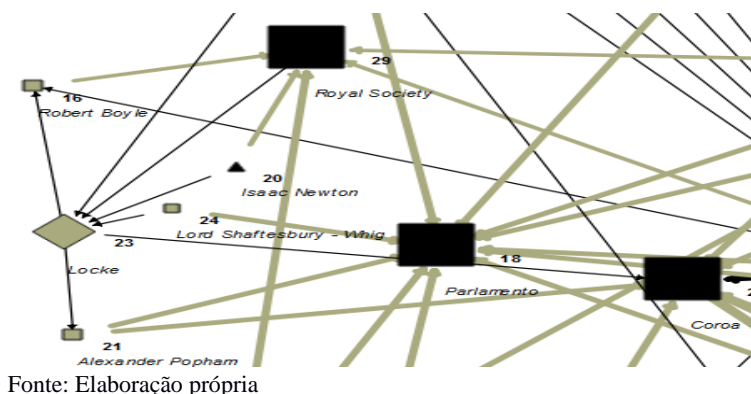
A construção do mito da neutralidade matemática: o enraizamento da moralidade neoclássica

Para compreender a polarização entre a perspectiva monetarista e não monetarista que aparece no mundo inspirado dos agentes, é necessário refletir as origens das disputas em torno dos juros e as elites que estavam vinculadas a ela, no século XVII.

Do ponto de vista da política monetária, dois agentes chamam a atenção, conforme enfatizado por Coutinho (2011): John Locke, vinculado à burguesia do

partido *Whig* (mais ligada às finanças), o qual defendia a elevação dos juros sob a justificação moral (retórica) da preservação do valor das riquezas de viúvas e órfãos. Por outro lado, Josiah Child (partido *Tory*) vinculado à Coroa, defendendo por meio de livros apócrifos juros mais baixos, com uma dissimulação dos interesses ligados à Cia das Índias Orientais (juros baixos para construção de navios e financiamento das atividades comerciais), da qual era presidente. De maneira a compreender a rede em que John Locke estava imerso, foi construída uma rede de relações de maneira a localizá-lo com base no conceito de imersão de Granovetter (2009) o papel de Locke:

Figura 1 - Centralidade Institucional dos filósofos no século XVII – Locke



Fonte: Elaboração própria

Locke tinha ligações com parlamentares da burguesia financeira e defendia a não intervenção do Estado na economia e a independência do Banco Central. Por outro lado, a Coroa e os mercantilistas tinham uma convergência de objetivos: o Estado tomar empréstimos para guerras, gastos próprios e os mercantilistas para financiar suas atividades.

A criação do Banco da Inglaterra como banco central, em 1694, teve inicialmente como vencedores a Coroa e os mercantilistas, que se tornaram os maiores subscritores de capital, fazendo com que o Estado não dependesse economicamente dos *Whigs*, reduzindo, portanto, o controle destes por meio da dívida pública. Logo, há uma disputa distributiva, centrada nos juros e na dívida pública que era dissimulada em conceitos liberais como independência do banco central; na realidade, representava quem teria o poder de emissão, prestador em última instância e o controle do Estado por meio de sua dívida.

A virada da inércia em favor dos credores financeiros e do conservadorismo monetário se dá, justamente, no que ficou conhecido como o *Golpe da Bolsa de*

Londres, capitaneado pelos banqueiros *Rothschilds* no século XIX, que fizeram um ataque especulativo de *hedgee* tendo, por parte de espíões de *Rothschild*, a divulgação de uma falsa notícia de que a Inglaterra teria perdido a guerra para a França, quando na realidade foi ao contrário; os *Rothschilds* venderam ações da bolsa de Londres e do Banco da Inglaterra, para induzir o comportamento de outros investidores a desfazer as ações para, através de intermediários, comprarem as ações na baixa e se tornarem majoritários na Bolsa de Londres e no Banco da Inglaterra (ALTMAN, 2011).

Um dos mais proeminentes economistas da Escola Neoclássica, professor em *Cambridge*, Alfred Marshall (filho de calvinista-revivalista que tinha interesse em ser ministro na Igreja Anglicana) fazia a seguinte leitura da moralidade bancária:

Karl Marx e seus seguidores achavam muita graça quando viam a acumulação de riqueza resultante da abstinência do Barão de *Rothschild*, que contrastava com a extravagância de um trabalhador que alimentava uma família ganhando sete *shillings* por semana e que, gastando toda a sua renda, não praticava abstinência alguma [...]. A natureza humana, por ser o que é, nos justifica, quando falamos em juros do capital como a recompensa pelo sacrifício de esperar para aproveitar os recursos materiais, porque poucas pessoas poupariam tanto sem uma recompensa [...]. O sacrifício do prazer presente pelo prazer futuro tem sido chamado de abstinência pelos economistas [...]. Como, porém, o termo se presta a mal-entendidos, podemos evitar-lhe o uso com vantagem e dizer que a acumulação de riqueza é, em geral, o resultado de um adiamento do prazer ou de uma espera. (MARSHALL, 2013, p.193 tradução nossa)³⁰.

Essa fala é fundamental para compreender como a usura foi reconvertida em virtude no par moral esforço/indolência. Mais do que isso, as moralidades ascéticas foram transformadas em fórmulas matemáticas, o que contribuiu decisivamente para a

³⁰ Texto original: Karl Marx and his followers have found much amusement in contemplating the accumulations of wealth which result from the abstinence of Baron Rothschild, which they contrast with the extravagance of a laborer who feeds a family of seven on seven shillings a week; and who, living up to his full income, practises no economic abstinence at all [...] And human nature being what it is, we are justified in speaking of the interest on capital as the reward of the sacrifice involved in the waiting for the enjoyment of material resources, because few people would save much without reward; [...] The sacrifice of present pleasure for the sake of future, has been not of called *abstinence* by economists [...] Since, however, the term is liable to be misunderstood, we may with advantage avoid its use, and say that the accumulation of wealth is generally the result of a postponement of enjoyment, or of a *waiting* for it.

dissimulação dos vieses morais de origem. Exemplo de tal fato é a variável K da teoria quantitativa da moeda de Marshall (2013), que representa a fração de moeda que empresas e famílias desejam ter, como se o fato de ter moeda estivesse posicionado justamente na dualidade esforço/indolência, ignorando-se a teoria do valor trabalho da escola clássica, desdobradas nas teorias de Marx e as assimetrias de acesso ao capital.

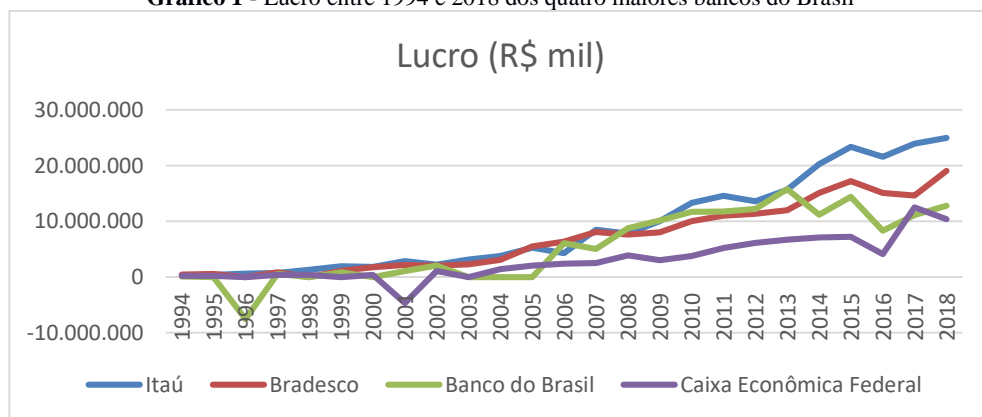
Em virtude do aumento da pobreza e revoltas na esteira da Revolução Industrial, sobretudo a Revolução Russa, os até então *outsiders* que defendiam a intervenção do Estado na economia para fomentá-la passaram a ter destaque, como John Maynard Keynes. Sua teoria geral encontrou lastro em algumas práticas heterodoxas, sobretudo no governo de Franklin Roosevelt (1933-1945), em que o Estado passou a financiar grandes obras e enveredar uma política fiscal ativa. Essa perspectiva passa a compor também as convenções de equivalência em política monetária e dominou boa parte do pós-Segunda Guerra, influenciando, ainda que indiretamente, parte do **estruturalismo cepalino** na América do Sul.

Após esse salto histórico, visando objetivar a gênese dos tipos ideais da ação em política monetária tal como definida por Holmes (2018), voltamos ao século 21 no próximo item, para identificar as disputas em torno deste.

Mundos domésticos: As redes de consolidação público privadas no Brasil

Os quatro maiores bancos do Brasil são responsáveis por boa parte do mercado bancário nacional. Abaixo segue a evolução do lucro dos quatro maiores bancos entre 1994 e 2018:

Gráfico 1 - Lucro entre 1994 e 2018 dos quatro maiores bancos do Brasil



Fonte: Elaboração própria

Entre 1994 e 2002, é importante frisar a implantação do Plano Real e seus efeitos pouco comentados: prejuízo aos bancos públicos, tomada da dianteira dos lucros por parte do Itaú em detrimento do Bradesco e uma série de escândalos sobre informações privilegiadas da política monetária que teriam favorecido uma série de bancos no bojo do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER); paridade real-dólar contribuiu no aumento de falências de empresas brasileiras; elevação do desemprego; aumento da dívida pública com paridade, também como fim da paridade e elevação dos juros; austeridade fiscal e queda de investimentos; crise energética e crise social.

Não se trata aqui de negar, por outro lado, as benesses da estabilização monetária mas, antes, refletir nos seus efeitos: esse cenário fomentou a formação de uma rede de consolidação de elites e trabalhadores descontentes junto à oposição, que se desdobrou na eleição, no Brasil, de um sindicalista para presidente e um importante industrial como vice-presidente, em 2002.

A partir de 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), observa-se o aumento do lucro da Caixa Econômica Federal e a retomada da dianteira por parte do Bradesco.

Em 2005, apesar dos escândalos do Ministro da Fazenda e do Mensalão, o governo de Lula é eleito com uma guinada à heterodoxia e partir daí os bancos públicos e os privados HSBC, banco Fibra e Bradesco passam a ter uma intensificação dos lucros. Por sua vez, nas eleições de 2010 Lula emplaca sua sucessora, Dilma Vana Rousseff (2011-2016) e o Banco Central do Brasil (BCB) reduz a taxa básica de juros (SELIC) e os *Spreads*, com forte reação negativa de agentes financeiros, inclusive com ofensas morais desferidas em reportagens além de narrativas de descalabro econômico como elevação da inflação, fiscal e acusação de contabilidade criativa; nesse período também ocorreu a queda do lucro do Itaú, após redução da SELIC e emissão de prefixados comprados na maior parte pelos outros três bancos.

Por fim, o lucro dos quatro bancos passa a cair em 2014 e, já no contexto da reeleição, em 2015, o governo, pressionado, dá uma guinada à austeridade fiscal, como a nomeação de um alto executivo do Bradesco para Ministro da Fazenda.

Com mais intensidade a partir da reeleição de Lula em 2006, houve maior emissão de títulos pré-fixados em detrimento dos títulos SELIC, tanto para reduzir a especulação sobre a taxa básica, quanto para gerar financiamento ao capital produtivo e infra-estrutura. Dentre os principais compradores analisados nos demonstrativos do Tesouro Nacional estavam os bancos públicos, fundos de pensão de empresas públicas e bancos que construíram convergência. A tabela 2 apresenta as instituições que mais acertavam a taxa SELIC no médio prazo, no *ranking FOCUS* do BCB:

Tabela 2 - Ranking FOCUS de 2006 a 2010 e de 2001 a 2005

2006-2010	Quantidade	2001-2005	Quantidade
Banco Bradesco	32	Rosenberg	19
Banco Safra	12	Banco Itaú	17
Banco HSBC	9	Votorantim	15
CreditSuisse	9	Alfa	14
Maua	9	Nobel	12
Banco BBM	6	Banco Santander	10
Banco Fibra	6	BVA	9
Banco Schahin	6	Fides	9
Votorantim	5	Banco HSBC	9
Banco BTG Pactual	5	Banco Unibanco	8
Rosenberg	5	Bank Boston	8
SICREDI	4	Deutsche Bank	7
Fecomercio	4	Dresdner Kleinwort	7
Petros	3		
Funcef	1		

Fonte: Elaboração própria com base em BCB (2017b)

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a consultoria *Rosenberg & Associados*, os bancos Itaú e Unibanco (que passaram por processo posterior de fusão) e bancos internacionais tinham fortes taxas de acerto na previsão da SELIC, em um período de conservadorismo monetário. Em outro sentido, nos governos de Lula e Dilma, houve destaque absoluto para o Bradesco, os fundos de pensão de empresas públicas, os bancos médios, as cooperativas de crédito e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio); várias destas instituições passaram a intermediar compra de títulos do Estado e intermediar financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para concentrações tão distintas de acertos no *ranking*, reforça-se a hipótese aqui defendida de mobilização multisetorial.

Quando Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda, em 1994, a *Rosenberg & Associados* enviou um estudo afirmando que o período era favorável a um plano de estabilização (FOLHA, 1994). Outra evidência dessa influência nas narrativas está na fala de Cardoso sobre Olavo Setúbal:

Quantas vezes, como ministro da Fazenda e, posteriormente, como presidente, ouvia os conselhos de Olavo Setúbal. Quantos gráficos recebi dele, mostrando como eram as coisas no mundo e no Brasil. Quanto me influenciaram suas palavras sobre a importância da

moeda estável ou sobre o acerto de medidas duras tomadas em horas de tempestade. Nunca, friso, nunca ouvi dele um pedido que o beneficiasse, um aplauso à medida que, eventualmente, pudesse favorecer seus negócios. (ITAÚ, 2008, n.p.).

Nas narrativas, também ficam evidentes as mobilizações multisetoriais: Fernando Honorato Barbosa, economista chefe do Bradesco, em 2015, defende as ações do governo mesmo em cenário macroeconômico adverso:

A gente tem o ajuste fiscal como um inicial, é a inflação sendo controlada, a queda da taxa de juros à medida que esses dois processos avançam e aí o governo lançando o pacote de concessões, então dá para sair bastante coisa com **esse dinheiro que está à procura de retornos interessantes em projetos de longo prazo** [...] A correção de rumo está sendo feita, e quando a correção de rumo é feita e economia acelera, pode não ser 3,5, 4 de PIB, mas se for 2 ou 2,5 está ótimo, já é um país que cresce bastante mais do que já cresceu no passado.(RECORD, 2018).

Apesar das fortes críticas de outros bancos, corretoras e partidos de oposição, observa-se uma explícita defesa das políticas de governo em um momento em que um alto executivo do Bradesco, Joaquim Levy, foi nomeado Ministro da Fazenda. Por outro lado, observa-se fala oposta de Ilan Goldfajn, no mesmo período:

O uso político de estatais, agências reguladoras e bancos públicos começou antes de Dilma se tornar presidente, assim como políticas como a tentativa de criar campeões nacionais com recursos do BNDES [...] Como resposta ao fim do *boom* mundial, o governo deu ênfase ao consumo privado e público, distribuiu subsídios, baixou os juros à força e, para impedir o estouro da inflação, reduziu as tarifas de energia elétrica, congelou os preços da gasolina e das tarifas de ônibus e interferiu no câmbio tanto para um lado quanto para o outro (desvalorização e valorização do real, dependendo do momento).(FUNDAÇÃO FHC, 2015, n.p.).

Como poderiam ser tão radicais as diferenças do que se evidencia e se omite nas narrativas dos economistas chefes dos dois maiores bancos do país? Assumimos que há uma forte dimensão social na economia, onde as narrativas buscam construir uma **profecia auto-realizável** no sentido de Merton(1968). As arenas de mobilizações

em dados momentos têm objetivos em comum, em que o capital econômico e o capital político se unem para fazer ações performativas, valendo-se do lastro do capital econômico e peso no mercado, para que as narrativas tenham maior influência e possam eventualmente influenciar a ação de outros *players*.

Na busca pela compreensão de como as narrativas são utilizadas com o objetivo de influenciar nas expectativas não só do COPOM, mas de outras instituições, foi feita uma quantificação das narrativas dos economistas chefe no jornal *Valor* com base na gramática de justificação em política monetária construída neste artigo, tanto na queda de juros (2011-2012) como em sua subida (2013-2015).

Tabela 3 - Número de posicionamentos *pró dovish* ou *hawkish* no jornal *Valor* - Economistas chefes

Banco/Corretora	Dovish (2011-2012)	Hawkish (2011-2012)	Dovish (2013-2015)	Hawkish (2013-2015)
Banco Safra	24	8	18	110
Banco Bradesco	12	1	-	-
Banco Itaú	1	18	53	10
Tendências	15	20	-	-
Rosenberg & Associados	1	7	-	-
HSBC	15	7	8	11
Banco Fibra	3	0	9	33

Fonte: Elaboração própria com base em *Valor* (2011-2015)

Ao analisar os anos de 2011 e 2012, durante nos quais o BCB baixou fortemente a taxa básica de juros (SELIC) e o Ministério da Fazenda influenciou na queda dos *Spreads* dos bancos públicos, observou-se que os economistas-chefe do Banco Safra, Bradesco e HSBC apresentaram narrativas mais favoráveis a flexibilização monetária. Por outro lado, *Rosenberg & Associados* e Itaú tinham uma leitura oposta, de indução à política monetária conservadora. É importante notar que as narrativas, nesse contexto, não podem ser desvinculadas dos objetivos de *portfólio* das instituições às quais esses economistas estão ligados.

Vale ressaltar que o presidente do BCB, Tombini, justificou a queda de juros nas previsões econométricas do *software* SAMBA, que é sigiloso, sendo que o sigilo também pode ser utilizado como dispositivo da retórica narrativa. Nesta simulação, teria sido prevista a queda da atividade econômica mundial no contexto da crise europeia, com forte reação contrária de alguns agentes financeiros que, embora posteriormente tenham ajustado suas posições, reagiram reforçando a narrativa de pressão inflacionária e de deterioração do cenário fiscal para tentar virar o jogo.

É importante salientar que, nas disputas situacionais, muitas vezes os agentes utilizam ferramentas e conjunturas macroeconômicas que são contra intuitiva sem relação às próprias trajetórias. Tombini utilizou de instrumentos econométricos para fazer uma demonstração da necessidade de ações anticíclicas, ao passo que seus capitais como a carreira burocrática e seu doutorado na Universidade de *Illinois* em *Urbana-Champaign* apontariam mais para uma leitura econômica *keynesiana*.

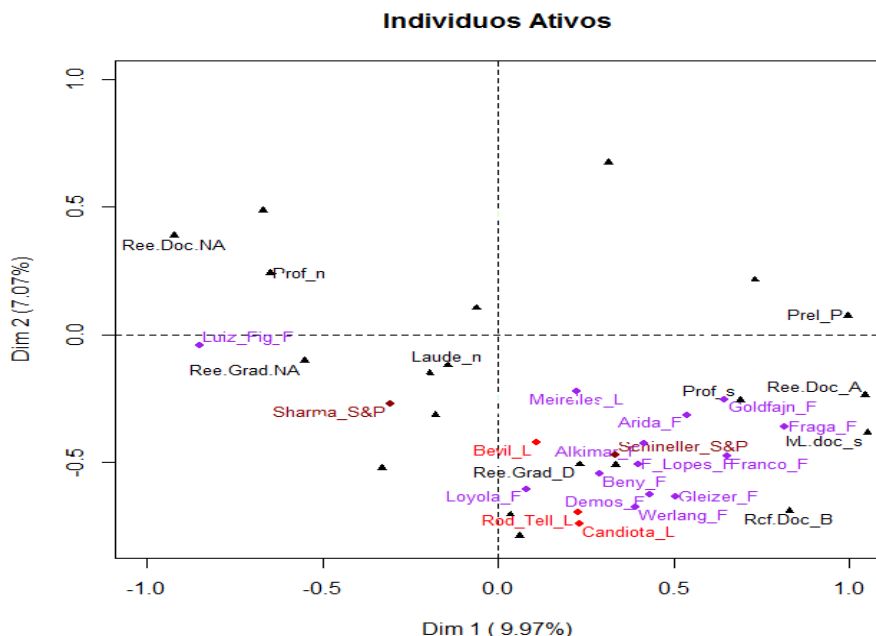
No *ranking FOCUS*, fica evidente o uso do instrumento performativo barnesiano e do contra performativo no sentido de Mackenzie (2006), mais detalhados no próximo item. As narrativas das redes de consolidação e as previsões são tratadas, portanto, como tentativas de efeito teoria na indução nas práticas.

Cena 1: Governamentalidade monetarista (1995-2005)

Foucault (2008) chama de **governamentalidade** a maneira como se conduz a conduta dos homens, como uma proposta de grade de análise que comporta as relações de poder. Para o autor, desde o século XIX há uma série de **governamentalidades** que se acavalam, se apoiam, se contestam, se combatem reciprocamente. Define a arte de governar pautada pela verdade, pela racionalidade do Estado soberano, pela racionalidade dos agentes econômicos e, de maneira mais geral, a arte de governar pautada pela racionalidade dos próprios governados.

Em vez de situar o tempo em governos, a **governamentalidade** fornece uma interpretação mais robusta ao compreender que a troca de governo não representa necessariamente a troca de poder. Na busca por compreender esse cenário, foi feita uma prosopografia dos dirigentes do BCB no governo de Cardoso (1995-2002) e primeiro governo Lula (2003-2006).

Figura 2 - Diretores áreas econômica, monetária e internacional governo Cardoso e Lula 1



Fonte: Elaboração própria

Legendas: Sufixo F – Cardoso; L - Lula

O quadrante inferior direito indica que dirigentes de políticas monetária e econômica tinham, em geral, passagem pelo mercado financeiro, fizeram doutorado nas universidades do topo do *ranking economic econometricse no ranking accountingand finance da Top Universities*.

Diante dos Planos de Estabilização fracassados na década de 1980, vários dos economistas do governo Cardoso buscaram aumentar seu capital simbólico em doutorados nos Estados Unidos. Em 1994, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deixa de ter representantes da sociedade, para ter apenas os Ministros da Fazenda, Planejamento e presidente do BCB; destaque para o fato que boa parte deles passou pelo Itaú e Unibanco ou possuíam corretoras.

O que chama a atenção, no entanto, é a manutenção de um perfil monetarista no primeiro governo de Lula, ainda que com uma pequena inclinação para um menor capital sob a ótica monetarista. Como define Grün (2013), o baixo clero estava disposto a seguir a cartilha, em um campo sem forças o suficiente para virar a inércia para o lado do afrouxamento monetário.

No entanto, é importante notar que além do governo Lula não ter assumido plenamente a política monetária, houve mudanças significativas no financiamento do BNDES já no primeiro governo: revisão dos planos de desestatização, aumento do poder dos ministérios na intervenção nos setores econômicos e a criação da Lei de Parcerias Público-Privadas. A *Carta aos Brasileiros*³¹ estava, de fato, sendo exercida, ao favorecer, por um lado, o setor financeiro e, de outro, setores econômicos diversos em cada um dos Ministérios e na política social.

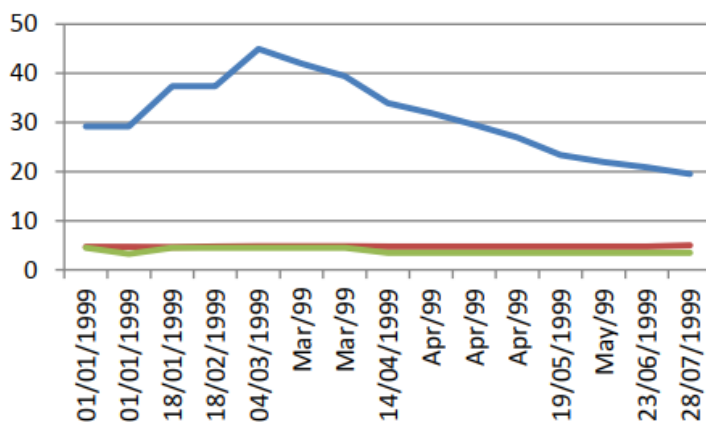
Na análise de conteúdo das teses e artigos dos diretores e presidentes do BCB no governo Cardoso, bem como na elaboração de uma genealogia das orientações de doutorado e linha de pesquisa dos orientadores, foi possível notar que as orientações foram utilizadas como verdadeiros laboratórios de replicação das teorias de estabilização da inflação. Sobre as influências que receberam no âmbito da internacionalização, tratou Pêrsio Arida no seguinte trecho:

E a questão nossa tangenciava outras. Lembro que quando André e eu apresentamos o *paper* Larida em Washington, nos idos de 1984, Phillip Cagan, pouco familiarizado com o Brasil, entendeu na hora o problema, ao dizer: “Vocês tem um novo *insight* sobre o processo inflacionário, eu vi isso nos estudos que fiz nos processos de hiperinflação na Europa Oriental”. Aliás, Cagan fez debate - pronto uma descrição ótima do que chamávamos de ORTN pró-rata/dia com paridade fixa com o câmbio (que depois virou, evidentemente, a URV): “É um padrão ouro sem ouro”. (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p.334-335).

Esse contexto evidencia como de fato as soluções para o Plano Real estavam sendo pensadas fora do Brasil e como essas ideias eram elaboradas em conjunto com pessoas pouco familiarizadas com a realidade nacional; sem analisar os efeitos para os setores da economia produtiva, como um dos elementos demonstrativos da cegueira cognitiva e reforço do papel das crenças. A seguir, apresenta-se no Gráfico 2, o reflexo nos juros, na implantação do plano de estabilização:

³¹ Para mais detalhes, íntegra em Folha (2002)

Gráfico 2 - Taxa básica de juros durante da crise Cambial de 1999 – BCB, FED e BCE



Fonte: Elaboração própria com base em BCB (2017a), FED (2017) e Global Rates (2017)

Legenda: Azul – BCB; Marrom – FED; Verde - BCE

Como se pode observar, a inflexão abrupta dos juros não correspondeu diretamente às mudanças das taxas de juros nos Estados Unidos ou na Zona do Euro, que em geral teve séries históricas estáveis neste período. Logo, não é possível falar em influência efetiva do campo global dos bancos centrais nesse caso.

No entanto, na análise das narrativas e das justificações das atas do COPOM entre 31/12/1998 e 31/07/1999, a absoluta maioria das justificativas para elevação dos juros (aperto monetário) eram especulações que os juros do FED aumentariam e haveria fuga de capitais; ou, ainda, justificativas em incertezas eleitorais na Alemanha ou Estados Unidos. Ao mesmo tempo, havia praticamente a inexistência de argumentos sobre a economia produtiva interna: baixo crescimento econômico, elevado número de falências, baixo investimento em infraestrutura e elevado desemprego.

Era evidente a **cegueira cognitiva** das narrativas ao **hipervalorizar** a inserção do Brasil no contexto internacional, até em termos políticos, leitura essa também influenciada pela circulação internacional de dirigentes como Armínio Fraga, com dupla nacionalidade, brasileira e estadunidense. Contudo, para além da cegueira, essa justificativa elevava os juros e estes favoreciam instituições financeiras nacionais das quais muitos deles eram sócios e/ou próximos.

Uma crença no mercado financeiro não viria sem a imersão dos financistas de Cardoso no capital econômico, propriamente dito: foram construídas juntas a esses economistas de países emergentes efetivas sociedades em investimentos por parte dos fundos das universidades dos Estados Unidos, como na *Gávea Investimentos* de

Armínio Fraga, com participação societária de *Harvard* e *Colúmbia*, assim como a *Rio Bravo Investimentos* de Gustavo Franco.

Os *Endowment Donations*, nesse contexto, fazem das universidades americanas um importante motor do capitalismo financeiro, ao aliar o capital cultural, simbólico, social ao econômico de maneira a influenciar a **financeirização** da economia em países emergentes. Nesse sentido, as universidades estadunidenses, especialmente por intermédio da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mas também por outras universidades em países emergentes, construíram os espaços de frequência (*think tanks*) e comunidades epistêmicas, as quais por sua vez proporcionaram a construção de laços sociais entre eles.

Nessa primeira cena, foi encontrada uma forte homologia entre as tomadas de posições de conservadorismo monetário e fiscal e as posições (capital econômico, cultural e simbólico). Mas como já tratado, os efeitos da política econômica e monetária junto aos escândalos abriram margem para formação de outra rede de consolidação, acusações e contestações.

O discurso de Cardoso (1998, p.287) na Escola Naval afirmando que “vive de pires na mão pedindo recursos a banqueiros” e a tentativa de relativizar o Produto Interno Bruto (PIB) baixo com uma demografia também para baixo, evidenciou o esgotamento das narrativas de defesa e o aumento da força dos acusadores.

Como compreender que apesar do fracasso das políticas neoliberais no Brasil tenha, ainda sim, acontecido a estabilidade política frente aos escândalos? Certamente, o Fundo Monetário Internacional (FMI), algumas elites bancárias e industriais atuaram como credores simbólicos, representando a rede de consolidação no governo Cardoso. Outro ponto importante, é que a retórica do combate à inflação por parte das instituições financeiras, que visava aumentar as taxas de retorno na dívida pública e nos *Spreads*, encontrou ressonância na racionalidade dos governados, sob o argumento da deterioração do poder de compra.

Cena 2: A improvável combinação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Liberal (PL) – Governamentalidade *Dovish* (2006-2014)

Trata-se do momento em que havia indicativos nas pesquisas de que boa parte da população era favorável às políticas de inclusão social, geração de emprego e renda, bem como contrários às privatizações. O primeiro mandato de Lula representou a implantação, ainda que tímida, de uma transição de **governamentalidades** que

estabeleceu a rede de consolidação público-privada, a qual estava insatisfeita com o governo anterior.

Importante notar que mesmo com os escândalos do Ministro da Fazenda e do mensalão, não foram suficientes para a contenção da reeleição de Lula, afinal, como argumenta Foucault (2008), a arte de governar pode ser pautada pela racionalidade dos próprios governados.

Para entender parte dessa rede, o mapa dos financiamentos do BNDES e sociedades das Estatais no PAC ou em ações, ajuda a compreender a convergência. Este fato promoveu uma alta capitalização de curto prazo nas empresas, como as construtoras, JBS, MRV, BTG Pactual, Banco Fibra, montadoras, dentre outras. As políticas sociais, culturais e de educação também engendraram o alinhamento com movimentos sociais, intelectuais, culturais e suas respectivas elites.

Há organizações que devem operar ao mesmo tempo sobre o campo político e em relações industriais, como é o caso de partidos operários, socialdemocratas ou trabalhistas, em que estes últimos, segundo Dobry (2014) acabam por se deixar levar pelo jogo parlamentar. No caso do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), ficou evidente essa junção e seu reflexo na flexibilização da política monetária e fiscal.

Na cena 2, em torno da queda dos juros em 2005, foi notada uma intensa disputa situacional no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)³², em que a maioria dos membros ligados à economia produtiva votou pela ampliação do Conselho Monetário Nacional (CMN), indicando forte incômodo com os juros elevados, ao passo que Roberto Setúbal, entre os derrotados, acusou os industriais de não saberem de economia, em uma moralidade do tipo conhecimento/desconhecimento. Todavia, não ocorreu alteração do CMN, mas no Sumário do COPOM:

Tabela 4 - Comparação da ATA do COPOM de janeiro de 1998 com a de 2005, em outubro

1998 –Janeiro	2005 –Outubro
<u>Precos e Nível de Atividade</u>	<u>Evolução recente da economia</u>
Agregados monetários e crédito	<u>avaliação prospectiva das tendências da inflação</u>
Finanças públicas	<u>Implementação da política monetária</u>
Balanco de pagamentos	<u>Inflação</u>

³²O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é um colegiado composto por representantes da sociedade civil. Foi criado em 2003 e consiste no aconselhamento do presidente da república.

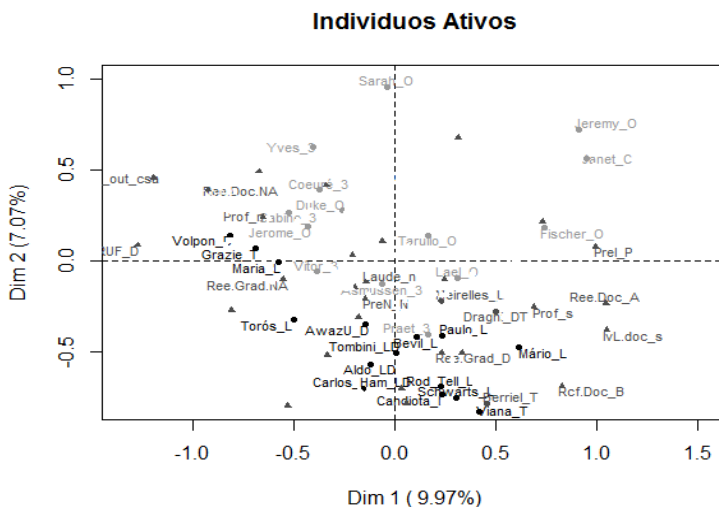
Ambiente externo	Atividade econômica
<u>Evolução do Mercado de Câmbio</u>	<u>Sondagens e expectativas</u>
<u>Reservas Internacionais</u>	<u>Mercado de trabalho</u>
<u>Liquidez Bancária</u>	<u>Ambiente externo</u>
<u>Mercado Monetário e Operações de Mercado Aberto</u>	<u>Comércio exterior e Reservas internacionais</u>
<u>Diretrizes de Política Monetária</u>	<u>Mercado monetário e operações de mercado aberto</u>

Fonte: Elaboração própria com base em BCB (2017a)

Em 1998, o sumário do COPOM tinha como ênfase ordens de valor monetaristas, vinculadas às finanças internacionais, ajuste fiscal e metas de inflação, ao passo que o sumário de outubro de 2005, as ordens de valor foram mudadas para o princípio de valor flexibilização monetária tais como: evolução recente da economia, atividade econômica, mercado de trabalho e, especialmente, **sondagens e expectativas**, que incorpora as previsões e expectativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Fecomércio; isso evidencia que, na prática, foi devolvido ao BCB o objetivo duplo: estabilidade monetária e crescimento econômico com geração de empregos.

Para compreender as mudanças na cena 2, foi feita uma prosopografia dos dirigentes do BCB.

Figura 3 - Diretores do BCB Lula 2 e homólogos contemporâneos do FED e BCE



Fonte: Elaboração própria

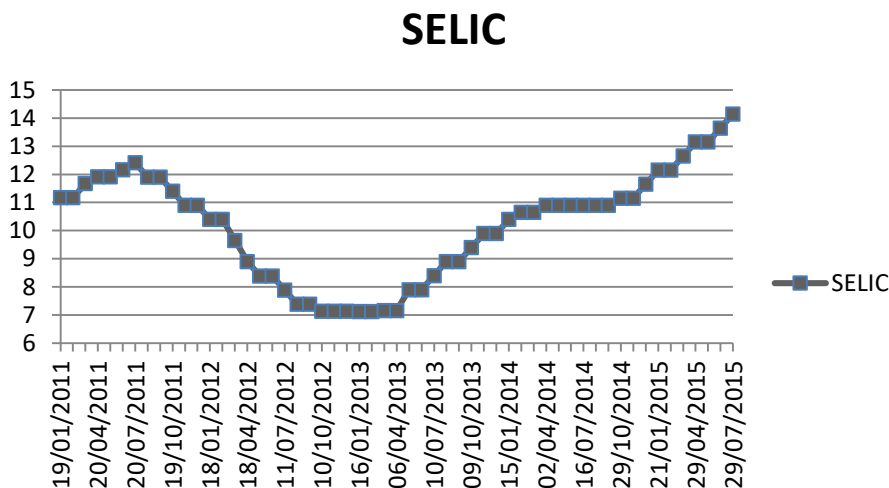
Observa-se uma mudança significativa no segundo governo de Lula e primeiro de Dilma Rousseff (2011-2014): diretores mais ligados à carreira burocrática pública, sem passagem pelo mercado financeiro e com doutorados em universidades menos bem posicionadas nos *rankings*. O *Federal Reserve System* (FED) tem um maior equilíbrio entre burocratas públicos e do mercado no *Federal Open Market Committee* (FOMC), suportados em representantes de diferentes setores econômicos, regiões, incluindo consumidores e trabalhadores e do BCE, que apesar de ter maior parte de agentes oriundos das burocracias públicas, essas são fortemente influenciadas pela **governamentalidade neoliberal** do *Bundesbank* alemão.

Logo, não é possível afirmar que o perfil de nomeações dos maiores bancos centrais, influenciam as nomeações locais. Assim, a mudança nas práticas locais também representa uma escolha.

Cena 3: Contencioso da SELIC e SPREADS – Crise de governamentalidade entre 2011 e 2015

A cena 3 tem como marco central o aprofundamento das disputas situacionais por conta da inflexão dos juros entre 2011 e 2015. A seguir é apresentada a forte inflexão dos juros no período.

Gráfico3 - Evolução da SELIC de janeiro de 2011 a julho de 2015

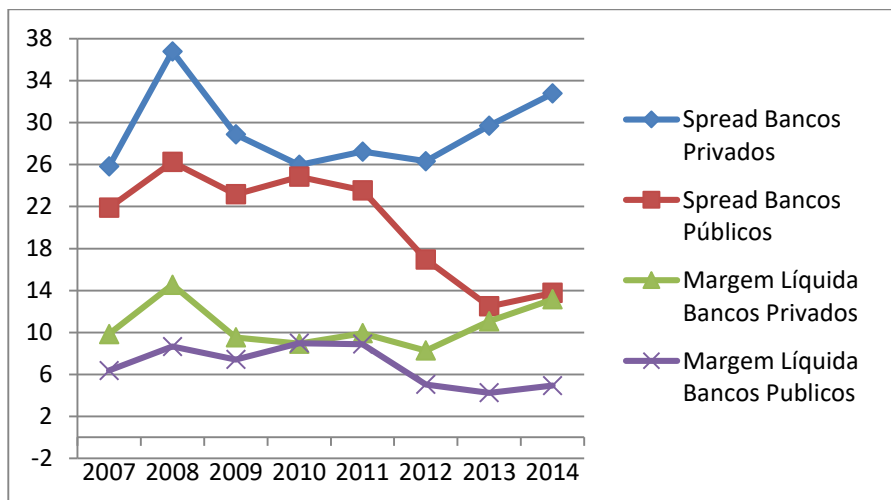


Fonte: Elaboração própria com base em BCB (2017)

Os mesmos dirigentes que tomaram a decisão por baixar os juros em um primeiro momento, optaram posteriormente por aumentar os juros, o que mais uma vez relativiza uma análise direta de correlação entre a posição e as tomadas de posição; infere-se que não só as disposições, mas os dispositivos e as pressões performativas importam.

O governo tinha por intenção forçar via SELIC a queda dos *Spreads*. O economista chefe da Febraban, Rubens Sardenberg, em alusão a queda da taxa SELIC, afirmou que “alguém já disse que você pode levar um cavalo até a beira do rio, mas não conseguirá obrigá-lo a beber água” (BITTENCOURT, 2012, n.p.). Um técnico do governo, por outro lado, teria reagido dizendo que “você não pode obrigar um cavalo a beber água, mas ele também pode morrer de sede” (BECK; VALENTE; NOVO, 2012, n.p.). Essa disputa indicou que os bancos estavam se recusando a repassar a queda da SELIC aos juros reais. Como reação, o governo de Dilma explicitamente abriu guerra com os bancos ao reduzir os *Spreads* dos bancos públicos:

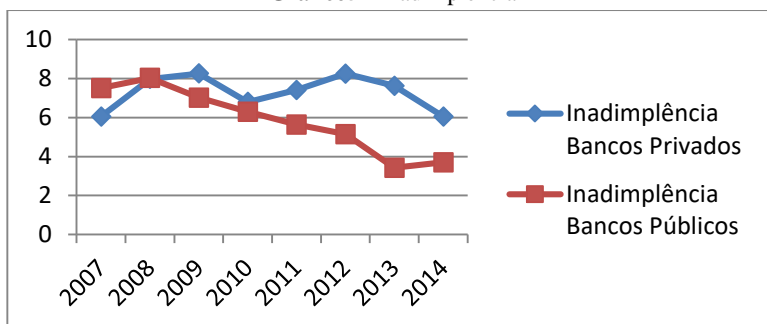
Gráfico4 - *Spreads* e margens bancos públicos e privados



Fonte: Elaboração própria BCB (2014)

Os *Spreads* dos Bancos públicos reduziram drasticamente, o que fez com que suas carteiras de crédito expandissem consideravelmente. E, como reflexo direto, é possível observar a queda da inadimplência:

Gráfico5 - Inadimplência



Fonte: Elaboração própria com base em BCB (2014)

Com a queda na inadimplência, se observa como a moralidade neoclássica pode ser instrumentalizada de maneira a gerar inadimplência. Em outras palavras, juros acima das capacidades de pagamento geram o *output* moral de sua justiça nas narrativas dos credores. Como observado no *corpus*, o foco no discurso da inadimplência de pessoas físicas e jurídicas e de risco de *default* para o Estado, colocam o brasileiro como se fosse culturalmente e inerentemente indolente; o mito do homem cordial **ressignificado** em termos financeiros como irresponsável nas finanças, punido em juros.

Mackenzie (2006) define a **performatividade barnesiana** como o uso prático de um aspecto da economia, tornando os processos mais parecidos com a sua representação pela economia e a contra performatividade como o uso prático de um aspecto da economia, tornando os processos econômicos menos parecidos com a sua representação pela economia. Para Corbett-Etcheverse Mounoud (2012), o discurso estratégico performativo é espelhado na prática, ao passo que o discurso é contra performativo quando a prática ocorre menos do que o que é descrito.

Através das ações do BCB e Ministério da Fazenda, uma prática contra performativa sobre a inadimplência desnudou os conflitos distributivos: a inércia dos juros altos desloca recursos do Estado, do capital produtivo e da sociedade para as instituições financeiras, contribuindo para o aumento da desigualdade social.

Nesse sentido, três instituições são fundamentais para construir a narrativa e a aceitação dessa classificação moral: as agências de classificação para o Estado, as empresas como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e a mídia (na defesa dos credores) reforçam a retórica da inadimplência, em vez de evidenciar os elevados índices de adimplência, com um uso enviesado da matemática e estatística. Nossos dados permitem afirmar que há uma economia das narrativas que operam os *inputs*

para obter determinados *outputs*, em que a matemática e a estatística são utilizadas para construir a magia do mito da neutralidade.

Cena 4: As “pedaladas” e a criminalização da política monetária e fiscal ativa

Conforme define Dobry (2014), não há uma única razão para a construção de conjunturas fluidas, onde a posição frágil dos governos provém do relaxamento das rotinas de consolidação.

Como primeiro elemento desse relaxamento, a alta capitalização dos campeões nacionais e dos parceiros privados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (incluindo as construtoras), fez com que rapidamente essas empresas se tornassem *holdings* financeirizadas, em que a especulação em juros passou a ser mais interessante do que a captação de recursos de baixo custo do Estado. Não foi a primeira vez que essa história aconteceu: os *Rothschilds*, antes de serem intermediários financeiros, eram industriais.

No cenário macroeconômico, a queda dos preços das *commodities*, desonerações fiscais tidas como excessivas, alta da energia e alimentos (seca e elevação dos preços internacionais) abriram lacunas para ação estratégica de instituições financeiras que sabem que esses elementos são gatilhos da política monetária discricionária para subida de juros. As pressões performativas contribuíram para transformar um cenário aparentemente transitório em inflação resistente e cenário fiscal decadente.

No campo jurídico, as denúncias de corrupção da Petrobrás e a veiculação midiática diária contribuíram para sedimentar sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) a leitura: indolência, ilegalidade, irresponsabilidade, bem como repercutir como descalabro político, econômico, monetário e fiscal o cenário performaticamente construído pelas próprias narrativas, com crises efetivas e falências de empresas do setor, promovendo uma descompartimentalização das redes de consolidação. Ficaram evidenciadas as homologias estruturais como define Bourdieu (1996), entre distintos campos (notadamente o jurídico e o financeiro).

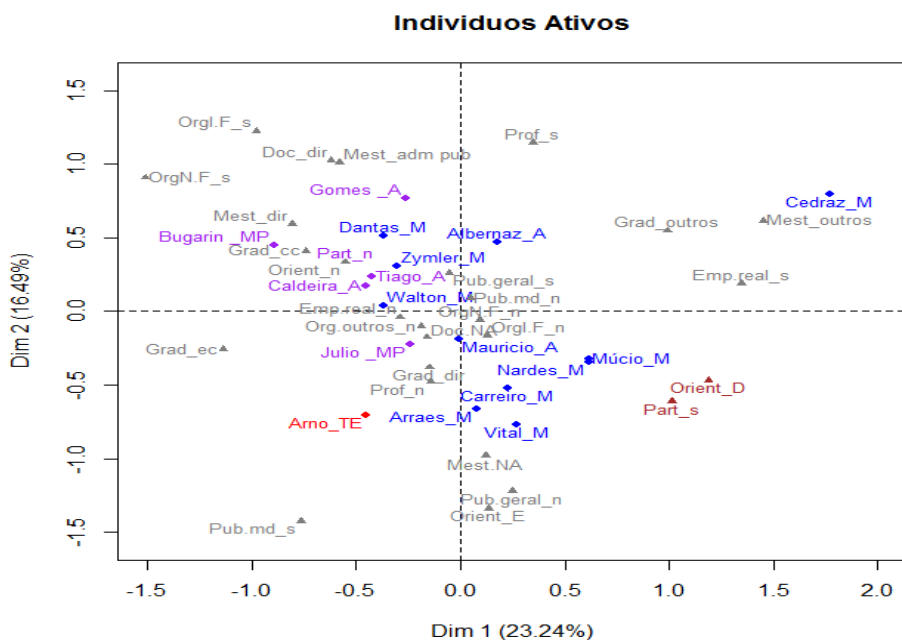
No campo político, os protestos de 2013 e seus desdobramentos trazem indícios de uma mudança na racionalidade dos governados a serem investigados; a perda de maioria no Congresso e as denúncias frequentes da oposição sobre eleições e questões fiscais contribuíram para a construção da crise política.

No campo fiscal, a acusação de contabilidade criativa se tornou pedalada fiscal (acusação de operações de crédito entre governo e bancos públicos), que se

desdobrou em uma criminalização das políticas de fundo *keynesiano* (sob a égide do discurso de dominância fiscal no âmbito internacional), culminando no *impeachment* da presidente Dilma e na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos gastos públicos.

Os cenários de conjunturas fluidas podem colocar poder de influência às instituições que até então não tinham grande relevância, como foi o caso do Tribunal de Contas da União (TCU). A seguir, apresentamos a prosopografia de Arno Augustin (julgado) e seus julgadores, para fins de ilustração dessa cena:

Figura 4 - Prosopografia de Arno Augustin e seus julgadores no TCU



Fonte: Elaboração própria

Arno Augustin era ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), com menor capital simbólico e cultural sob a ótica monetarista; foi julgado por agentes políticos do TCU (ex-deputados de partidos de direita que não se elegeram), que por sua vez se valeram de argumentos técnicos de Paulo Bugarin (trajetória acadêmica marcadamente na economia ortodoxa).

O exercício prosopográfico acima demonstra, mais uma vez, que há uma homologia estrutural entre a política e a economia.

Considerações Finais

Com este trabalho foi possível demonstrar a complexidade da ação estratégica, onde até mesmo as crenças, trajetórias e recursos morais podem ser instrumentalizados para direcionar mercados. Embora a inércia esteja do lado do aperto monetário, as incertezas no campo político, jurídico, midiático, social e macroeconômico criam cenários que não garantem a estabilidade desse jogo para a inércia.

Maiores convergências entre as trajetórias sociais dos dirigentes do BCB e as tomadas de decisão em política monetária se dão em conjunturas rotineiras, em que a perspectiva da flexibilidade monetária tem menores graus de liberdade, uma vez que para se manter estável tem que atender aos consensos macroeconômicos e depende de amparo em elites industriais, sindicatos, coalizões políticas comerciais e financeiras o que, em geral, apresenta menos possibilidades de homologias estruturais, dependendo das convergências de objetivos em determinadas conjunturas.

Em cenários macroeconômicos favoráveis, com crescimento econômico e geração de emprego, as pressões acusatórias e escândalos não têm, na maioria dos casos, catalisado forças suficientes para reverter o jogo; em outras palavras, as críticas e/ou escândalos aparentemente não pegam, enquanto em cenário de deterioração do cenário macroeconômico, escândalos abrem margem para disputas situacionais em bases morais, as quais podem ter como desfecho a **descompartimentalização** da rede de consolidação.

Em conjunturas fluidas, a influência sobre a política econômica e monetária pode ser alargada para instituições e agentes até então inesperados, o que contribuiu para a manutenção da taxa de juros em níveis elevados, conforme justificativas nas ATAS do COPOM.

A moralidade também se apresenta não só como disposição, mas como dispositivo nos conflitos distributivos pautados pelas instituições financeiras em detrimento do Estado, capital produtivo e sociedade de maneira geral, construindo a aceitação de um pessimismo estrutural ao Brasil e aos brasileiros, sob a ideia de indolência e irresponsabilidade como características intrínsecas, escondendo as severas desigualdades sociais ocasionadas por essa assimetria.

THE SOCIAL SENSE OF ACTION IN MONETARY POLICY IN THE CENTRAL BANK OF BRAZIL (BCB) BETWEEN 1995 AND 2017

ABSTRACT: *This paper aims to demonstrate the social meanings of the action in the decision making of the basic interest rate (SELIC) by Central Bank of Brazil. Based on the sociology of critical capacity by Boltanski and Thevenot (1999), through the analysis of situational disputes in interest inflections between 1995 and 2017, it was possible to demonstrate the influence of social trajectories, narratives and their link with financial statements. In routine macroeconomic conjunctures, there are greater degrees of freedom for action with convergence of position and decision making (in sense of Bourdieu) in interest rates. In times of situational disputes, political crises and macroeconomic imbalances there has been an increase in the influence of agents of financial and non-financial institutions (who are on the side of cognitive and moral inertia) using performative pressure based on macroeconomic dogma and moral justifications.*

KEYWORDS: *Economic Sociology. Sociology of Finance. Performativity. Boltanski. Pierre Bourdieu.*

EL SENTIDO SOCIAL DE LA ACCIÓN EN POLÍTICA MONETARIA EN EL BANCO CENTRAL DEL BRASIL (BCB) ENTRE 1995 Y 1997

RESUMEM: *El artículo busca demostrar los significados sociales de la acción en la toma de decisiones de la tasa de interés básica (SELIC) por parte del Banco Central de Brasil. Basado en la sociología de la capacidad crítica de Boltanski y Thevenot (1999), a través del análisis de disputas situacionales sobre inflexiones de intereses entre 1995 y 2017, fue posible demostrar la influencia de las trayectorias sociales, las narrativas y su vínculo con los estados financieros. También se ha demostrado que en las coyunturas macroeconómicas de rutina, hay mayores grados de libertad de acción con convergencia de posición y adopción de posiciones (en el sentido de Pierre Bourdieu) en las tasas de interés. En tiempos de disputas situacionales, crisis políticas y desequilibrios macroeconómicos, ha habido un aumento en la influencia de agentes de instituciones financieras y no financieras (que están del lado de la inercia cognitiva económica y moral) usando presiones performativas basadas en dogmas macroeconómicos y justificaciones morales.*

PALABRAS CLAVE: *Sociología Económica. Sociología de las Finanzas. Performatividad. Boltanski. Pierre Bourdieu.*

Agradecimentos

Registramos os agradecimentos à CAPES, Universidade Federal do ABC e Universidade Federal da Grande Dourados pelo financiamento da pesquisa.

Referências

ADOLPH, C. **Bankers, Bureaucrats, and Central Bank Politics: The Myth of Neutrality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

ALTMAN, Max. Hoje na História: 1815 - Nathan Rothschild dá 'Golpe da Bolsa de Londres'. **Opera Mundi**. Publicado em 20 de junho de 2011. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/permalink/12863>>. Acessado em: 1 nov. 2019.

BARDIN, L.; RETO, L. A.; PINHEIRO, A. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BCB-BANCO CENTRAL DO BRASIL. Atas COPOM, 2017a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom/01062000>>. Acessado em: 20 mai. 2017.

_____. Focus Relatório Mercado, 2017b. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>>. Acessado em: 20 mai. 2017.

_____. Relatório economia bancária, 2014. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/RELEC ON14-rebc_2014.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BECKERT, J.; BRONK, R. (EDS.). **Uncertain futures: imaginaries, narratives, and calculation in the economy**. First edition ed. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2018.

BECK, Martha; VALENTE, Gabriela; NOVO, Aguinaldo. Dilma pressiona e Febraban se retrata. **Jornal O Globo**. Publicado em 08 de maio de 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/dilma-pressiona-febraban-se-retrata-4845553>>. Acessado em: 1 nov. 2019.

BERNANKE, B. S. **Inaugurating a new blog**Brookings, 2015. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/ben-bernanke/2015/03/30/inaugurating-a-new-blog/>>. Acessado em: 1 jun. 2019

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L. e REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. 1 ed. São Paulo, SP, Brasil: Editora 34, 1996.

BITTENCOURT, A. Compromisso dos bancos. **ValorInveste**. Postado em 8 de maio de 2012. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/2650386/compromisso-dos-bancos>>. Acessado em: 1 jun. 2019.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The Sociology of Critical Capacity. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 3, p.359–377, 1 ago. 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas-SP: Editora Papyrus, 1996.

BRONK, Richard. ‘Uncertainty, Modelling Monocultures and the Financial Crisis’. *TheBusiness Economist*42 (2): p.5–18, 2011.

CARDOSO, F. H. Palestra na Escola Naval. **Biblioteca Presidência da República**. Palavra do Presidente, segundo semestre de 1998. Rio de Janeiro-RJ, 13 de novembro de 1998, p.279-312. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/1998-1o-semester>. Acessado em 1 nov. 2019.

CARVALHO, C.; CORDEIRO, F.; VARGAS, J. Just words?: A quantitative analysis of the communication of the Central Bank of Brazil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 67, n. 4, p.443–455, dez. 2013.

CODATO, Aet. al. Entre o público e o privado: trajetórias profissionais e conexões de mercado dos diretores e presidentes do Banco Central do Brasil. Conference: Quinto Congresso Latino-Americano de História Econômica (CLADHE V), At São Paulo (Brazil), July 2016.

CORBETT-ETCHEVERS, I.; MOUNOUD, E. Performativity and counter-performativity of a knowledge strategy discourse. 2012. **HAL-archives-ouvertes fr**. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00853773>>. Acessado em 1 nov. 2019.

COUTINHO, Maurício C. Barbon versus Locke sobre o valor da moeda. Estudos Econômicos. São Paulo. Vol. 41, n°: 4 – out./dez. 2011

DEZALAY, Y.; GARTH, B. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, jun. 2000.

DOBRY, Michel. **A sociologia das crises políticas**. Editora Unesp, 2014.

FED. Monetary Policy. 2 fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/openmarket.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

FOLHA. Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. **Folha Online**. 24 de junho de 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acessado em: 29 set. 2019.

_____. Rosenberg prevê fracasso parcial. Folha Online. 2 de janeiro de 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/02/brasil/24.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNDAÇÃO FHC. **Avaliação das perspectivas do novo governo**. 2015. Disponível em: <<https://fundacaofhc.org.br/debates/avaliacao-das-perspectivas-do-novo-governo>>. Acessado em: 1 nov. 2019.

GLOBAL RATES. Juros BCE. 2 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://pt.global-rates.com/taxa-de-juros/bancos-centrais/banco-central-europeo/juros-bce.aspx>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

GRANOVETTER, M. **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão.** *In:* MARTES, A. C. B (org). *Redes e sociologia econômica.* Edufscar, São Carlos, 2009.

GRÜN, R. A vingança do baixo clero: o desafio ao “PiG” e o estado do conflito cultural no tratamento da crise financeira. **Mana**, v. 19, n. 2, p.303–340, ago. 2013.

HOLMES, D. R. A tractable Central Banks in Conversation with ther Publics. *In:* BECKERT, J.; BRONK, R. (EDS.). **Uncertain futures: imaginaries, narratives, and calculation in the economy.** First edition ed. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2018.

ITAÚ. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 - História.** Disponível em: <<http://www.itauunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/historia/>>. Acessado em: 1 nov. 2019.

KLÜGER, E. **Meritocracia de laços:** gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade São Paulo - USP. 2017.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Macroeconomics.** 4. ed. [s.l.] Worth Publishers, 2015.

LEBARON, F. Central Bankers in the Contemporary Global Field of Power: A ‘Social Space’ Approach. **The Sociological Review**, v. 56, n. 1_suppl, p.121–144, maio 2008.

LOUREIRO, M. R. A participação dos economistas no governo. **ANÁLISE.** Porto Alegre, v. 17, n. 2, p.345-359 jul./dez. 2006.

LUCCA, D. O.; TREBBI, F. Measuring Central Bank Communication: An Automated Approach with Application to FOMC Statements. [s.l.] **National Bureau of Economic Research**, set. 2009. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w15367>>. Acessado em: 2 jun. 2019.

MACKENZIE, Donald. **An Engine, not a Camera: How Financial Models Shape Markets.** MIT PressCambridge, 2006.

MALMENDIER, U.; NAGEL, S.; YAN, Z. The Making of Hawks and Doves: Inflation Experiences on the FOMC. [s.l.] **National Bureau of Economic Research**,

mar. 2017. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w23228>>. Acessado em: 2 jun. 2019.

MARSHALL, A. **Principles of economics**. 8. ed. [s.l.] Plagrave Macmillan, 2013.

MERTON, R. K. **Social Theory and Social Structure**. 1. ed. [s.l.] The Free Press, 1968.

OLIVIERI, C. Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 29, p.147–168, nov. 2007.

RECORD. **Governo se prepara para anunciar o Plano de Concessões para a iniciativa privada**. Vídeo de 29 de setembro de 2018. Disponível em: <<http://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/governo-se-prepara-para-anunciar-o-plano-de-concessoes-para-a-iniciativa-privada-06102018>>. Acessado em: 1 jun. 2019.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p.115–137, jun. 2011.

Recebido em 24/03/2019.

Aprovado em 04/08/2019.

DESENHANDO O CAMPO DA MATEMÁTICA: APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE PIERRE BOURDIEU NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

*Jose Vilani de FARIAS**

*Denise Silva VILELA***

RESUMO: A partir da teoria sociológica de Pierre Bourdieu e das pesquisas em Educação Matemática apresentamos, nesse artigo, uma interpretação da Matemática enquanto campo: com suas leis, agentes, capitais, disputas, gostos e distinções. Nosso objetivo foi desenhar o campo da matemática, a partir da análise de um Programa de mestrado profissional em matemática em rede nacional (Profmat). Esse programa foi idealizado e implantado pela Sociedade Brasileira de Matemática e pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada, instituições que, reconhecidas por desenvolver pesquisa de alto nível em matemática, não são reconhecidas no âmbito das pesquisas em formação de professores. A investigação sociológica, realizada mediante a elaboração da noção de campo, permitiu uma compreensão do Profmat como uma estratégia de valorização de uma prática Matemática e uma compreensão da Matemática enquanto um espaço hierarquizado de agentes em disputa pelo direito de definir o que é matemática e quem tem distinção suficiente para defini-la.

PALAVRAS-CHAVE: Campo da Matemática. Educação. Matemática acadêmica. Formação de Professores

Introdução

As obras do sociólogo francês Pierre Bourdieu começam a ter destaque no cenário brasileiro, principalmente no campo da Educação, a partir do final da década

* UFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Canguaretama – RN – Brasil. 59190-000 – vilani.farias@ifrn.edu.br. <https://orcid.org/0000-0002-3411-3420>.

** UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Metodologia de Ensino. São Carlos, SP – Brasil. 13565-905 - denisevilela@ufscar.br. <https://orcid.org/0000-0003-2973-1301>.

de 1970. Embora, segundo Catani, Catani e Pereira (2001), os primeiros textos de Bourdieu – dois artigos intitulados: *Problemas do estruturalismo* e *Sociologia da juventude* – traduzidos para o português, já circulassem no país desde 1968. A obra *A Reprodução*, publicada no Brasil no ano de 1975, é uma das mais divulgadas, conhecidas e, talvez, a mais criticada, no país: “[...] a obra de Bourdieu, lida, sobretudo, a partir de *A Reprodução*, passa a ser objeto de controvérsias políticas no campo educacional brasileiro” (CATANI; CATANI; PEREIRA, 2001, p.66).

As críticas à *A Reprodução*, ou as controvérsias que giraram em torno desse livro se devem à abordagem feita ao sistema de ensino, e conseqüentemente, à escola, como um instrumento capaz de reproduzir as desigualdades sociais, num momento em que, segundo Gonçalves e Gonçalves (2011), estavam no auge as ideias de uma escola democrática e libertadora.

Alguns comentadores, como Maria Alice Nogueira, Cláudio Marques Martins Nogueira (2009) e Denice Bárbara Catani (2011) afirmam que essas críticas são frutos de uma leitura parcial e equivocada das obras de Bourdieu:

Obras como *Os herdeiros*, de 1964, e, sobretudo, *A reprodução*, de 1970, trouxeram-lhe notoriedade mundial. Esta última costuma ser tomada, aliás, de maneira equivocada, como a quinta-essência de sua teoria sociológica em Educação (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p.49).

[...] no campo educacional, durante muito tempo, restringiu a leitura do autor ao livro *A reprodução*, de forma quase exclusiva. As conseqüências dessa iniciação, aliás, vincada pelas próprias condições sócio-históricas brasileiras, são bastante conhecidas, [...] (CATANI, 2011, p.333).

Esses autores, por meio de seus trabalhos acadêmicos, ajudaram, não apenas a difundir as obras de Bourdieu no Brasil, mas a compreender melhor a educação na perspectiva desse sociólogo e a compreender essa proposta sociológica para pensar a educação. *Escritos de Educação*, organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Mendes Catani (2001), é um desses trabalhos. Esse livro é uma coletânea de vários textos sobre educação, produzidos por Bourdieu, que, segundo os organizadores, é “uma seleção de alguns dos mais importantes escritos do autor em matéria de educação e de ensino, que ainda não estavam disponíveis em nosso país [...]” (NOGUEIRA; CATANI, 2001, p.7).

Com a divulgação das obras de Pierre Bourdieu e a produção de vários

trabalhos de seus comentadores, começaram a surgir, no Brasil, diversas produções acadêmicas, principalmente em educação, que aplicaram os conceitos da teoria de Bourdieu. Alguns desses conceitos, como *habitus*, **campo** e **capital**, mostram-se potentes quando se pretende interpretar fenômenos sociais em diversas áreas do conhecimento.

Nesse trabalho comentarei a respeito da aplicação desses conceitos nas pesquisas em educação, especificamente nas que tratam da formação de professores e, de maneira mais detalhada, nas pesquisas que abordam a formação do professor de Matemática. Darei ênfase a uma pesquisa de Farias (2017) que, valendo-se do conceito de **campo**, interpreta a formação do professor de Matemática como uma estratégia de distinção e poder dentro do **campo** da Matemática.

Aplicação dos conceitos de *habitus*, campo e capital em algumas pesquisas educacionais sobre a formação do professor

Algumas pesquisas que estudam a formação docente o fazem com uma abordagem sociológica utilizando os conceitos da teoria de Bourdieu. O conceito de *habitus* é empregado por vários autores para interpretar determinados aspectos e fenômenos relacionados à formação do professor:

Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser produto da obediência a regras objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 2013b, p.53).

Entre tais pesquisas, notamos que esse conceito vem acompanhado por diferentes adjetivos: *habitus* profissional, *habitus* professoral, *habitus* docente, *habitus* acadêmico, *habitus* escolar, *habitus* disciplinar etc. Com essa adjetivação, os autores propõem uma análise das relações entre a formação recebida na academia, por ocasião da formação inicial, e a prática do professor ao chegar à escola.

Alguns desses autores destacam também as condições sociais que influenciam essa relação. Ou seja, como, por meio das disposições dos futuros professores é

internalizada certa formação acadêmica, e como essa é incorporada ao seu trabalho em sala de aula? Em que medida as trajetórias escolares dos futuros professores modificam sua maneira de perceber a relação professor e aluno, a maneira de se perceber como professor e ainda a de perceber o aluno e o espaço escolar?

Na mesma linha de pesquisa, Lelis (2001) desenvolveu seu trabalho instigada por suas inquietações diante do discurso que aponta a prática do magistério como insuficiente e desqualificada. Tomando como ponto de partida esse discurso, buscou refletir sobre a identidade social do magistério. Identidade que, segundo a autora, é construída nas relações familiares, escolares e profissionais. Para sedimentar seu argumento, recorre ao conceito de *habitus* e acrescenta que a construção da identidade docente ocorre por meio de “processos invisíveis de constituição de *habitus* profissionais” (LELIS, 2001, p.41).

Em outra pesquisa (SILVA, 2005, p.29), encontramos o “*habitus* professoral”, conceito adotado para compreender os diferentes âmbitos de formação docente: a academia como espaço da teoria e a sala de aula escolar como espaço da prática. Ela afirma que “[...] a prática aprende-se quando se está exercendo a profissão e somente com o exercício prático é que é desenvolvido um tipo de *habitus*” (SILVA, 2005, p.160) – no caso dos professores, o *habitus* professoral. Por fim, Silva (2005, p.161) define esse *habitus* como um “[...] modo de ser e de agir de professores e professoras”.

Ela afirma que durante o curso de formação, os alunos, futuros professores, praticam um *habitus* de estudante e não um *habitus* de professor. A autora parte do princípio de que a prática do aluno é diferente da prática do professor, e que o futuro professor estando na condição de aluno na academia, por ocasião de uma formação teórica, não estrutura um *habitus* professoral, mas um *habitus* estudantil, ainda que esteja em processo de formação para atuar como docente. Por meio do conceito de *habitus*, Silva (2011, p.350) defende a tese de que “[...] os saberes práticos da docência só podem ser aprendidos quando do seu exercício”. Nessa interpretação, a dificuldade apresentada pelos professores em início de carreira, segundo Silva (2011, p.354), é “perfeitamente compreensível”.

Sobrinho (2011) apresenta os resultados de pesquisas realizadas em algumas cidades do nordeste do Brasil sobre a construção da identidade profissional do professor (a) do ensino básico da rede pública. À luz da teoria praxiológica de Bourdieu, principalmente com os conceitos de *habitus* e **campo**, seu objetivo é “pôr em evidência alguns aspectos macro e microssociais da construção do ser professor/professora” (SOBRINHO, 2011, p.190). O autor destaca que as trajetórias desses agentes – seus condicionantes sociais, as estratégias de conservação ou subversão adotadas para inserir-se no **campo** e as posições ocupadas nesse espaço

educacional – constituíram um *habitus* e conseqüentemente uma identidade profissional.

O pesquisador levanta a hipótese de que as estruturas dessa identidade profissional construída sobre um *habitus* específico pode se configurar como um aspecto que dificulta a incorporação do novo na prática docente: “[...] podem funcionar como obstáculos simbólicos à incorporação das novidades propostas pelos processos formativos” (SOBRINHO, 2011, p.192). Para Sobrinho (2011, p.195), ser professor é compartilhar “uma cultura específica (um *habitus*)”, cujo processo, longo, de construção inicia-se numa fase anterior à entrada no **campo** educacional, ou seja, está diretamente relacionado às origens sociais e às trajetórias de vida. Os valores, as crenças, a maneira de agir, de ver e de se ver no espaço educacional são manifestações “que estão na gênese do *habitus* docente” (SOBRINHO, 2011, p.195).

Estudando as distintas representações sociais construídas pelos professores de licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) sobre a formação docente, Queiroz (2011) entende que essa constituição está relacionada ao *habitus* e à posição ocupada pelos professores formadores, dentro do **campo** da academia. Identificando como efeito dessas diferenças de representação o engendramento de práticas distintas e, conseqüentemente, as lutas e tensões no **campo**.

Essa autora trata a formação de professores como um subcampo dentro do **campo** acadêmico e este como um microcosmo dentro do campo educacional. Para isso ela utiliza o conceito de **campo** de Bourdieu: “A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores”(BOURDIEU, 2003, p.120).

O problema abordado por Queiroz (2011), diz respeito aos interesses, algumas vezes divergentes, entre os que se ocupam da formação específica e os que tratam da formação pedagógica. Para a autora há uma “cisão entre a formação pedagógica e a formação específica do professor” (QUEIROZ, 2011, p.18). Ela remete ao conceito de **campo** com suas disputas e hierarquizações, para interpretar as relações entre os agentes pertencentes a cada uma dessas duas dimensões: a dimensão pedagógica e a dimensão específica, dentro das quais existem grupos de professores e uma estrutura de posições bem definida. Como resultado dessas posições, hierarquicamente definidas e ocupadas pelos agentes, tem-se um modo de perceber, de compreender e de desenvolver práticas formativas. O objeto de disputa desse **campo**, de acordo com Queiroz (2011, p.19), é a formação de professores, ou melhor, é “o sentido que atribuem ao seu objeto de trabalho, a formação de professores”.

Há outros pesquisadores, como Soares (2011), Albuquerque (2011) e Bairros

(2011) que discutem a formação de professores por essa perspectiva sociológica utilizando os conceitos da teoria de Bourdieu, principalmente o conceito de *habitus*. Todos os autores citados fundamentam a discussão sobre a formação de professores com ênfase num *habitus* constituído durante o processo de formação docente na universidade, ou constituído no exercício da prática como professor ou ainda, num *habitus* que se constitui anteriormente a esses processos.

As referências ao conceito de **campo** – tal como elaborado por Bourdieu –, e suas relações de distinção e poder, são pouco expressivas, ou pouco percebidas. Alguns desses autores falam de campo educacional brasileiro, campo do conhecimento, campo prático, campo do currículo, etc., em um sentido que parece referir-se a uma área de atuação profissional ou área do conhecimento, como expressa Silva (2011, p.338): “cada profissão se efetiva dentro de determinado campo do conhecimento”.

Pesquisadores como Lelis (2001) e Sobrinho (2011) avançam um pouco nesse sentido quando expõem determinados elementos característicos do **campo**: posições, hierarquias, disputas, bens específicos etc., o primeiro ao mencionar a “[...] problemática da profissão vista como **campo** [...]” com sua hierarquia e suas disputas entre os “professores enquanto sujeitos que ocupam posições distintas [...]” (LELIS, 2001, p.45). O segundo trata o campo nos seus códigos, linguagens e regularidades. Para ele o contato com o campo educacional proporciona “entender e familiarizar-se com os códigos, bens materiais e simbólicos e jogos específicos desse campo” (SOBRINHO, 2011 p.198).

Aplicação dos conceitos de *habitus*, campo e capital em algumas pesquisas educacionais sobre a formação do professor de Matemática

No âmbito da área disciplinar da Matemática, encontramos algumas pesquisas que articulam os conceitos de Bourdieu com o estudo a respeito da formação do professor dessa área.

Em seu estudo sobre a questão, Rolkowsky (2008) busca compreender como um professor de Matemática se constituiu como professor de Matemática, ou seja, como se dá esse percurso, essa trajetória de formação. Para essa investigação, a metodologia de que se vale é a entrevista com os professores, cujas análises fundamentam-se numa perspectiva sociológica baseada em trabalhos de Nibert Elias e Pierre Bourdieu, e também numa perspectiva psicológica utilizando as pesquisas do psicólogo estadunidense Jerome Brunet.

Para esse pesquisador, o tornar-se professor não está relacionado apenas com a formação na academia, mas se dá ao longo da vida, nas relações: familiares, amistosas e profissionais. Segundo o autor, “não só os cursos de especialização, e capacitação são protagonistas na formação do professor de Matemática” (ROLKOUSKY, 2008, p.65), as experiências vividas em outros espaços também concorrem para essa formação, para esse tornar-se professor.

No que concerne à sociologia como referencial analítico, o autor utiliza o conceito de *habitus* de Bourdieu para interpretar as falas dos professores e embasar a sua hipótese de que o tornar-se professor inicia-se num período anterior ao exercício da docência e, até mesmo, anterior à formação adquirida na academia. Esse processo de tornar-se professor começa já na infância, no seio familiar onde lhe é inculcado um *habitus* primário cujas características, disposições, vão constituindo esse professor de Matemática e se revelam na sua prática docente.

Por sua vez, Nolan (2012) aborda a formação de professores de Matemática colocando a formação inicial na academia e a formação adquirida na experiência de sala de aula em dois campos distintos. Discute, também, como os futuros professores procuram relacionar os saberes adquiridos em ambos os espaços para constituir sua prática. Nolan (2012) destaca a rede de relações e práticas discursivas que sustentam a (re)produção de procedimentos tradicionais no ensino da Matemática. Para explicar esse nexos e esse descompasso entre o discurso da universidade e o discurso da escola, e como os professores em início de carreira constroem um discurso na sua prática, a autora recorreu a dois conceitos da teoria de Bourdieu: *habitus* e **campo**.

A transição de aluno para professor, no campo da experiência, segundo a autora, ocorre de maneira mais suave, devido ao *habitus* tradicional formado nesse **campo** por meio da vivência como aluno, desde a infância: pela maneira como foram ensinados e pela observância da prática de outros professores. Para esses futuros professores, segundo Nolan (2012), é mais difícil empregar métodos alternativos, pois, o *habitus* formado na experiência como aluno está fortemente enraizado, e isso dificulta uma prática docente mais compatível com a formação acadêmica apontada pela autora.

Utilizando o conceito de **campo** para analisar um curso de formação de professores de Matemática, Alvermann *et al.* (2001) observa que o professor formador, de posse de determinado tipo de **capital**, tende a reforçar e valorizar esse **capital** dentro do **campo**. Por sua vez, o aluno percebe tanto as regras do jogo desse **campo**, reconhecendo o **capital** cultural – que é valorizado e com ele as relações de poder –, quanto os agentes que estão em melhores posições na hierarquia desse espaço. O aluno tende, portanto, segundo o autor, a reagir de acordo com essa

percepção.

Aplicação do conceito de campo na Educação Matemática

Apesar de alguns dos pesquisadores apresentados fazerem menção ao conceito de **campo**, destacamos aqui as pesquisas de Vilela (2007), Carrião (2008), Passos (2017) e Farias (2017), por tornarem mais explícito, em suas pesquisas, esse conceito e seus elementos característicos.

Com base no conceito sociológico de **campo** de Pierre Bourdieu, Vilela (2007), ao investigar as adjetivações da expressão matemática – matemática acadêmica, matemática escolar, matemática pura, matemática aplicada, matemática formal, matemática informal etc. e as práticas a elas relacionadas – interpreta o espaço social das práticas matemáticas como um espaço de luta, como um **campo**.

Dando destaque à matemática acadêmica e à matemática escolar, a autora interpreta esses pares de adjetivações como a manifestação de uma tensão entre dois polos do **campo** da matemática: o polo da matemática acadêmica e o polo da matemática escolar: “neste sentido, interpretamos as adjetivações como **tensão no campo das matemáticas**” (VILELA, 2007, p.215). Essa tensão, segundo Vilela (2007), manifesta outra: a tensão que existe entre matemáticos e educadores, dominantes e dominados, agentes que possuem interesses, algumas vezes, muito divergentes, no **campo**, no que tange à formação de professores e ao currículo escolar:

Há uma disputa evidente pela atuação profissional na formação dos professores de matemática [...]. Além da atuação profissional, também está em disputa a autoridade para determinação dos programas de ensino em que está em questão a própria função da escola, que tem sido objeto de reflexão e investigação exclusivamente dos educadores já que os matemáticos parecem permanecer presos a proposta positivista de sua função de transmitir os conteúdos científicos (VILELA, 2007, p.222).

Carrião (2008) analisa os discursos produzidos nas salas de aula de Matemática numa perspectiva sociológica, dentro da teoria de Bourdieu, dos condicionantes desse discurso. Vale-se do conceito de **campo** para explicar os vínculos entre os envolvidos na dinâmica discursiva da sala de aula: “A sala de aula pode ser definida como campo, nos termos de Bourdieu, pois ela é um espaço estruturado, com suas próprias leis de funcionamento e suas próprias relações de força,

refletindo apenas indiretamente os elementos externos”. (CARRIÃO, 2008, p.124).

Nesse sentido, ele fala sobre aspectos que condicionam o discurso (que pode ser expresso, também, pelo silêncio) nesse espaço: a influência do discurso da Matemática acadêmica, “no caso da aula de Matemática, são os gêneros mais explicitamente ligados ao campo da matemática acadêmica que são mais valorizados” (CARRIÃO, 2008, p.40); as relações entre professor e aluno e entre alunos, o que ele vai definir como “as posições sociais na sala de aula” (CARRIÃO, 2008, p.18).

Segundo o autor, o professor detém uma posição social privilegiada na sala de aula, em relação aos alunos, assim como os alunos que apresentam melhor desempenho ou que vieram de escolas bem conceituadas estão em melhor posição do que seus colegas, “no campo da sala de aula, por exemplo, a nota do aluno terá mais influência na sua posição social do que seu capital econômico, [...]” (CARRIÃO, 2008, p39). É nesse cenário da sala de aula, interpretado como *campo*, que Carrião (2008) vai defender as disputas pelas posições e pelo direito de ser ouvido e acreditado, pelo direito de participar das interações discursivas e de ter seu discurso legitimado, principalmente dentro do espaço da sala de aula.

Enquanto Vilela (2007, p.229) teve como inspiração inicial do seu estudo a etnomatemática, ou segundo a autora: “a possibilidade de constituir uma base filosófica para a etnomatemática”, Passos (2017), motivada por essa inspiração e sob uma orientação sociológica, estuda os aspectos que deram condições para a produção e legitimação da etnomatemática enquanto uma área que vale a pena ser pesquisada.

Para realizar suas análises, Passos (2017) apoia-se principalmente no conceito de **campo** de Bourdieu. Apesar de não ter como objeto de pesquisa a formação de professores, a autora defende a estreita relação entre a compreensão das lutas para legitimar a etnomatemática e a formação docente numa perspectiva que valoriza as diferentes práticas matemáticas: “relações entre etnomatemática e o ensino de matemática são observadas na análise que encaminhamos em torno das condições de produção e legitimação desta área de pesquisa” (PASSOS, 2017, p.69).

Um desenho do campo da Matemática

Em nossa pesquisa de doutorado (FARIAS, 2017), tomamos como base a compreensão, exposta por Vilela (2007), da Matemática como um **campo** no qual ela considera como polos de disputa a Matemática acadêmica, praticada por matemáticos, e a matemática escolar, praticada por professores. Motivados por essa maneira de ver a matemática, não só lidamos com os conceitos de Pierre Bourdieu, mas propomos

também um desenho do **campo** da Matemática.

Um dos nossos objetivos é, mapeando esse **campo**, compreender ou interpretar as relações estabelecidas entre os matemáticos que pertencem ao Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Instituição reconhecida nacional e internacionalmente pelas pesquisas desenvolvidas nas áreas de matemática pura e aplicada.

Procuramos analisar, especificamente, as relações entre os matemáticos que se dedicam à pesquisa e os matemáticos que participam de atividades atinentes ao ensino, notadamente os que atuam em um programa de formação de professores em nível de mestrado, o Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat), na condição de gestores, ou seja, membros do conselho acadêmico-administrativo. Para melhor compreensão, ao longo desse artigo, denominamos esse grupo de pesquisadores de Pesquisadores Profmat Impa.

Para proceder com o desenho do **campo** da matemática apoiamo-nos sobre a noção de **campo** de Bourdieu quando afirma que existem aspectos que são comuns a todos os **campos**, isto é, existem elementos fundantes e invariantes que definem um espaço social como **campo**:

Há leis gerais dos campos: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião têm leis de funcionamento invariantes (é isso que faz com que o projeto de uma teoria geral não seja insensato e com que, desde já, posamos servir-nos do que aprendemos sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogarmos e interpretarmos outros campos, superando assim a antinomia mortal da monografia ideográfica e da teoria formal e vazia) (BOURDIEU, 2003, p.119).

Fundamentado nessa teoria sociológica construímos o **campo** da matemática com seus elementos característicos relativamente invariantes, conforme explicitados na sequência:

Capitais específicos

Em todo **campo** existem os capitais específicos que têm seu valor nos limites do **campo**, também ele, específico. Bourdieu (2013a, p.118) afirma que “no interior de cada um dos campos há uma hierarquia social dos objetos [...]” e que:

Construir o espaço social é construir uma distribuição, sobre um

plano (fictício) de duas dimensões, do conjunto das posições pertinentes na estrutura de um mundo social, e do conjunto das propriedades e das práticas estruturalmente ligadas a essas posições. Os agentes singulares são distribuídos por esse espaço em virtude de sua posição nas distribuições das duas espécies maiores de capital, o capital econômico e o capital cultural, sendo o afastamento de dois agentes nessas distribuições uma medida de sua distância social (BOURDIEU, 2000, p.40).

Adotamos duas espécies principais do capital específico: o capital científico e o político-social. Para o capital científico definimos os seguintes objetos: a publicação de livros e artigos; os prêmios e títulos recebidos; a formação acadêmica inicial, ou seja, os cursos de graduação – engenharia, medicina, matemática, licenciatura etc. –; a formação em nível de pós-graduação – mestrado, doutorado, pós-doutorado –; e a atuação profissional em instituições reconhecidas nacional e internacionalmente. Para o capital-político social utilizamos: a participação em conselhos, diretorias, coordenadorias e secretarias em reconhecidas instituições; a atuação profissional no exterior; a participação em bancas de teses e dissertações; o reconhecimento materializado por meio de prêmios concedidos pelas renomadas instituições brasileiras e estrangeiras; e as parcerias em trabalhos acadêmicos. A posição ocupada pelos agentes, no **campo**, está diretamente relacionada com a posse desses capitais, ou seja, com a quantidade e a qualidade dos capitais possuídos.

Espaço estruturado de posições

A posição ocupada no **campo** vai depender do volume de capital global específico possuído por cada agente, “a estrutura de distribuição do capital determina a estrutura do campo, ou seja, as relações de força entre os agentes [...]” (BOURDIEU, 2013d, p.53).

As relações de forças ocorrem entre os agentes e as instituições que fazem parte desse espaço social. As posições estão diretamente relacionadas com a hierarquização, tanto dos agentes quanto das instituições que fazem parte do **campo**. Nesse sentido utilizamos como ponto de partida para a hierarquização das instituições e, conseqüentemente, a posição por elas ocupada no **campo**, o reconhecimento no cenário nacional e internacional.

O Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) é considerado como a mais importante instituição brasileira no **campo** da matemática e, por conseguinte, os agentes que dele fazem parte são considerados distintos, no sentido de uma posição

relevante, no **campo**: “pensamos ser razoável adotar os pesquisadores do Impa como expoentes no campo da matemática no Brasil” (FARIAS, 2017, p.144). Essa conclusão baseia-se nas análises dos documentos: Relatórios de Atividades do Impa, Relatórios de Gestão do Impa, notícias de jornais e artigos científicos em que pesquisadores relatam a importância desse Instituto: “pertencer ao quadro de pesquisadores desse instituto é quase uma garantia de se alcançar entre a comunidade de matemáticos do país um lugar de destaque” (SILVA, 2009, p.915).

Os parâmetros adotados para posicionar o Impa, nesse desenho do **campo**, foram as produções científicas publicadas em revistas de alto nível. Fizemos um comparativo com outras instituições internacionais como: Harvard, Berkeley, Princeton, entre outras, a partir do comparativo apresentado nos relatórios do Impa que relacionam o número de pesquisadores de cada instituição e o número de produções científicas. Nesse comparativo o Instituto ocupa uma posição de destaque em relação as instituições mencionadas. Para classificar as demais instituições acadêmicas, como as universidades brasileiras e as estrangeiras, com as quais os pesquisadores analisados têm alguma vinculação, consideramos a posição ocupada no ranking mundial e brasileiro de acordo com alguns órgãos nacionais e internacionais como: *Academic Ranking of World Universities e QS University Rankings BRICS*.

Ao definir as instituições e os pesquisadores do Impa como os agentes desse **campo** e, além disso, ao estabelecer uma estrutura hierárquica a partir dos capitais considerados, esboçamos um desenho do **campo**. O passo seguinte foi posicionar tais agentes de acordo com o volume dos capitais específicos. Para isso adotamos como documentos de pesquisa o currículo Lattes dos pesquisadores e outros documentos como: portarias, relatórios etc., encontrados nos *websites* das instituições: IMPA e da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM).

Dominantes e dominados

De acordo com o volume de capital possuído, os agentes podem ser posicionados no **campo**, no polo dominante ou no polo dominado:

Em todo campo se colocam - com forças mais ou menos desiguais segundo a estrutura de distribuição do capital no campo - os dominantes, em posições mais altas na estrutura de distribuição de capital científico, e os dominados, os novatos, que possuem um capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados no campo (BOURDIEU,

2013a, p.126).

Construímos o desenho do **campo** posicionando os agentes, os matemáticos, em cada um dos polos: o polo dominante ou o dominado. A posição ocupada pelos matemáticos está relacionada com a posse dos capitais considerados nessa pesquisa: o científico e o político social, ou seja, os agentes foram posicionados de acordo com o volume global dos dois tipos de capitais possuídos. Posicionamos as instituições que fazem parte desse **campo**, de acordo com o reconhecimento no cenário acadêmico nacional e internacional. Aos poucos vamos constituindo o mapa, o desenho, do **campo** da Matemática.

Inicialmente os agentes são posicionados hierarquicamente de acordo com a quantidade de cada espécie de capital que eles possuem, ou seja, para cada espécie de capital, seja ele de natureza científica seja político-social, construímos uma tabela na qual os matemáticos são ordenados de acordo com esse princípio. Aqueles que possuem uma quantidade maior daquela espécie de capital são definidos como os dominantes; ao contrário, os que detêm as menores quantidades são definidos como os dominados. Tomando como exemplo a quantidade de artigos publicados em periódicos, posicionamos o pesquisador Alfredo Noel Iusem no polo dominante do **campo** da Matemática pelo fato desse pesquisador ter publicado 119 artigos, enquanto o pesquisador Elon Lages Lima, com apenas 13 publicações, ocupa uma posição no polo dominado.

Adotando esse mesmo critério para todas as demais espécies de capital, identificamos um grupo de pesquisadores que se repetem nas posições de maior volume de cada capital. Esse grupo denominamos de Pesquisadores de Elite (FARIAS, 2017, p.183). Interpretamos a relação entre os Pesquisadores de Elite e os Pesquisadores Profmat Impa - grupo de matemáticos que atuam no Profmat - como uma relação entre os dominantes, posição que atribuímos aos Pesquisadores de Elite, e os dominados, posição atribuída aos Pesquisadores Profmat Impa. Uma relação, portanto, caracterizada por uma disputa pela definição do que é Matemática, do que é ser professor de Matemática e de como ensiná-la. Uma luta entre agentes que pertencem ao mesmo **campo** e produzem os mesmos produtos.

Luta concorrencial

Todo **campo** caracteriza-se por ser o lugar de uma luta, lugar de disputa entre dominantes e dominados, entre os agentes ocupantes das posições privilegiadas, que são as posições de autoridade dentro do **campo**, e os pretendentes que desejam ocupar

essas posições e ter esses privilégios: “[...] é o lugar e o espaço de uma luta concorrencial. O que está em luta são os monopólios da autoridade científica e da competência científica (capacidade de falar e agir legitimamente)”. (BOURDIEU, 2013a, p.112).

Uma disputa entre pares, entre os matemáticos. Agentes concorrentes que são ao mesmo tempo produtores e consumidores. No **campo**, os concorrentes são os principais consumidores. É para eles que se produz e é deles que se espera a aprovação dos produtos: aprovação de um artigo, de um projeto de pesquisa, aprovação de uma dissertação ou tese, uma carta de recomendação, a coautoria de um artigo etc. Algumas vezes ocorrem aprovações e reprovações camufladas, principalmente quando envolve capital político-social, como a participação em ciclos de amizade, o reconhecimento por parte da academia, o convite, ou não, para participar de uma banca etc.

O **campo** é esse espaço relativamente autônomo, com suas próprias leis de funcionamento, sua dinâmica, seus capitais específicos, seus agentes posicionados e suas lutas. Para alcançar êxito nessas disputas é necessário ter as armas específicas e dominar a lógica, a regra desse jogo, também ele específico: “Se você deseja triunfar sobre um matemático, é preciso fazê-lo matematicamente pela demonstração ou refutação. Evidentemente, há sempre a possibilidade de que o soldado romano corte a cabeça de um matemático, mas isso é um ‘erro de categoria’ diriam os filósofos”. (BOURDIEU, 2004b, p.32).

Nessa disputa, os matemáticos mobilizam seus trunfos: os capitais, o nome de família, o nome da instituição, etc. Uma disputa que envolve os agentes e as instituições. Uma luta entre agentes posicionados em polos opostos: de um lado há um grupo cuja prática matemática está relacionada à Matemática acadêmica, seja pura ou aplicada e, de outro lado, um grupo que tem sua prática matemática relacionada ao ensino. Uma disputa que em sua base estão as diferentes maneiras de ver e de lidar com a matemática.

Quando nos referimos a Matemática acadêmica estamos tratando de uma matemática que, segundo Moreira, Cury e Vianna (2005, p.39), é objeto de estudo dos matemáticos. Estamos falando de uma prática específica de um grupo de profissionais, os matemáticos, e tudo que isso implica: a maneira de lidar com a matemática, o local dessa prática, os objetivos, os destinatários ou beneficiários da pesquisa etc. Isso difere da prática matemática voltada para o ensino que contempla objetivos diferentes, destina-se a um público diferente, desenvolve-se em locais diferentes etc.

No entanto, apesar das diferenças entre essas duas práticas, interpretamos a relação entre os Pesquisadores Profmat Impa e os Pesquisadores de Elite dentro desse

contexto de uma luta concorrencial: os matemáticos pesquisadores em matemática e os matemáticos que trabalham numa perspectiva do ensino de matemática, ou seja, entre a Matemática acadêmica e a matemática do ensino, esta última buscando reconhecimento e legitimidade na Matemática acadêmica; seus praticantes buscando autorização, no sentido de autoridade, daqueles que, por serem dominantes, podem autorizar, legitimar e reconhecer uma prática como sendo uma prática matemática.

Objeto de disputa

A luta concorrencial, essa disputa entre agentes – que são ao mesmo tempo concorrentes e consumidores –, dá-se em torno de um objeto:

Está sempre em jogo o poder de impor uma definição de ciência [...], mas de acordo com seus interesses específicos. A definição mais apropriada será aquela que lhe permita ocupar legitimamente a posição dominante e a que assegure aos talentos científicos de que ele é detentor (BOURDIEU, 2013a, p. 117).

Nesse espaço, que chamamos de **campo** da matemática, está em jogo a definição do que é matemática e, portanto, de um modelo: de ensino, de professor, de currículo, de aluno, de escola. Para Farias (2017) são os matemáticos, como dominantes do **campo**, que impõem esse modelo, que impõem essa definição, por meio, dentre outras ações, de um programa de formação de professores com polos de aulas presenciais em todos os estados brasileiros – o Profmat. Esse Programa foi idealizado e implantado por matemáticos e apoiado por instituições como o IMPA e a SBM que, mesmo não tendo experiência reconhecida na área de pesquisa em formação de professores, implanta um programa em nível nacional, com apoio do Governo Federal e de várias universidades. Aliás, um programa que serviu de modelo para outros programas de mesma natureza em outras áreas do conhecimento, como o mestrado profissional em letras e o mestrado profissional em Física. Para Bourdieu, “[...] é dominante quem consegue impor uma definição da ciência pela qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem” (BOURDIEU, 2013a, p.118).

Por essa análise, observando outra relação que ocorre no campo, entre matemáticos e educadores, podemos inferir que os matemáticos são, portanto, em relação aos educadores, dominantes no **campo** da Matemática, pois conseguem impor um modelo de formação de professores fundamentado apenas no aprofundamento do

conteúdo específico, enquanto vários pesquisadores, como Moreira *et. al.* (2012, p.12), defendem que a preparação do professor “precisa mobilizar, em tese, diferentes tipos de conhecimentos [...] em diferentes campos do saber”.

No entanto, como “o real é relacional” (BOURDIEU, 2011, p.16), dentro do grupo dos dominantes, pesquisadores pertencentes ao IMPA, há um grupo dominado, como já havíamos comentado, que é o grupo de Pesquisadores Profmat Impa.

Ao tratar da atuação dos dominantes no **campo** religioso, Bourdieu (2004a, p.120) afirma que “o campo religioso é um espaço no qual agentes que é preciso definir (padre, profeta, feiticeiro etc.) lutam pela imposição da definição legítima não só do religioso, mas também das diferentes maneiras de desempenhar o papel religioso”.

Parafraseando Bourdieu, no espaço restrito dos pesquisadores do IMPA, ou seja, entre os matemáticos, também existem os dominantes que, impõem não apenas a definição do que é Matemática, mas impõem a forma de como lidar com a Matemática e de como ser um matemático.

Dentro do que Farias (2017) classificou como grupos polarizados do **campo** – Pesquisadores de Elite e Pesquisadores Profmat Impa –, são os Pesquisadores de Elite que impõem esse modo de ver, de fazer e de apreciar a Matemática. Nesse sentido, cada agente atua dentro do **campo** de acordo com a sua posição, de acordo com os seus capitais e interesses.

Estratégias e interesses

A prática dos agentes está condicionada às posições que eles ocupam dentro do **campo**: os dominantes, regularmente, buscam conservar a ordem que os favorece, já os dominados buscam, na maioria das vezes, subverter essa ordem:

Os que, num estado determinado de relação de força, monopolizam [...] o capital específico, fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo, inclinam-se para estratégias de conservação - as que, nos campos de produção de bens culturais, tendem para a defesa da ortodoxia -, ao passo que os menos providos de capital [...] inclinam-se para as estratégias de subversão – as da heresia (BOURDIEU, 2003, p.121).

As estratégias dos matemáticos em conformidade com o grupo a que pertencem, direcionam-se para investimentos em produções específicas, como artigos ou livros, e ainda, para cada produção há uma estratégia para escolher a quem se

destina o produto, “uma estratégia que busca, por parte dos agentes, o reconhecimento, pelos pares, ou a notoriedade, pelo público” (FARIAS, 2017, p.192).

As estratégias dos Pesquisadores de Elite em investir nos capitais mais valorizados, como: na produção de artigos; em artigos escritos em língua estrangeira; nas orientações de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado; na formação e atuação profissional no exterior; na formação e atuação profissional, se no Brasil, nas melhores universidades - aquelas posicionadas entre as dez melhores do país; nos prêmios e títulos nacionais e internacionais; e no reconhecimento, por meio dos prêmios e títulos, por instituições consagradas no Brasil. Enquanto os pesquisadores envolvidos com o Profmat investem: na produção de artigos escritos em língua portuguesa; na produção de livros escritos em português ou em língua estrangeira – em sua maioria destinados aos professores do ensino básico ou alunos de graduação –; na ocupação de cargos e funções em reconhecidas instituições brasileiras; e nos prêmios e títulos nacionais e internacionais.

A trajetória de investimento dos dois grupos de pesquisadores, [...] mostra-se em oposição uma com a outra. [...] um grupo elege determinados tipos de capitais que merecem ser investidos, já o outro grupo faz uma escolha inversa, ou seja, elege esses mesmos capitais como não merecedores de grandes investimentos. De outro modo, [...] interpretamos esse movimento como a manutenção das distâncias de distinção, em que, enquanto os Pesquisadores Profmat Impa parecem chegar atrasados aos capitais mais valorizados, os Pesquisadores de Elite abandonam determinados capitais pela desvalorização, pela perda de raridade, que ocorre quando se tornam alcançáveis por outros grupos (FARIAS, 2017, p.186).

As estratégias utilizadas na luta pela conservação ou subversão da ordem do **campo**, atribuídas respectivamente aos dominantes e aos dominados, tomam, de acordo com Lahire (2002, p.48), “a forma de um conflito entre ‘antigos’ e ‘modernos’, ‘ortodoxos’ e ‘heterodoxos’”.

Ortodoxia e heresia

Partindo do pressuposto de que todo **campo** possui suas leis próprias, sua definição e imposição do que é e do que não é legítimo no **campo** e, portanto, do que é a verdade estabelecida, afirmamos que existe no **campo** da Matemática “o discurso

herético dos educadores” (FARIAS, 2017, p.105) e “o discurso ortodoxo dos matemáticos” (FARIAS, 2017, p.104). Nesse sentido interpretamos, portanto, os matemáticos como os pertencentes à ortodoxia, ou seja, aqueles que definem e defendem a verdade definida por eles. Já os que se ocupam de atividades relacionadas ao ensino, especificamente à formação de professores do Ensino Básico, pertencem ao grupo dos hereges. Os discursos ortodoxos ou heréticos manifestam-se nas práticas: “porque por elas se expõe e se impõe uma visão de mundo” (FARIAS, 2017, p.106).

No âmbito da formação do professor de Matemática, o discurso ortodoxo que define uma prática matemática - a Matemática acadêmica - como universal, única e verdadeira, manifesta-se no Profmat, por meio das avaliações, do material didático, do currículo, da formação dos formadores. Observamos nesse Programa uma valorização do conteúdo específico, em detrimento de outros conhecimentos necessários à prática profissional do professor, como os conhecimentos defendidos pelo discurso herético dos educadores: “a Sociologia, a Didática, a Psicologia e demais conhecimentos não só ligados ao conteúdo específico da disciplina, mas também às ciências cognitivas” (FARIAS, 2017, p.101). “Dessa forma não há apenas a valorização do conteúdo matemático, não há apenas a valorização de um tipo de saber formativo docente, mas há a valorização de um saber e de uma abordagem do conteúdo estritamente ligado à prática de um grupo: o dos matemáticos” (FARIAS, 2017, p.125).

O discurso ortodoxo impõe-se. Mesmo entre os hereges, o discurso ortodoxo é fortemente sentido, porque se manifesta como a verdade do **campo** – todos os constrangimentos sofridos pelos agentes nesse espaço social têm relação com essa *doxa*:

Dentro desta análise sociológica a que nos propomos, a prática do professor pode ser desenvolvida num ambiente diferente, com objetivos e resultados distintos, com público diferenciado, mas está sempre referenciada à Matemática acadêmica – à formalidade, ao erro, à demonstração etc. (FARIAS, 2017, p.103).

Esses foram alguns elementos utilizados para desenhar o **campo** da Matemática. Fundamentados na sociologia de Bourdieu e nas análises de outros **campos**, ou seja, ao modo de Bourdieu (2003) nos servimos do que se aprende sobre o funcionamento de cada **campo** particular para não só interrogar e interpretar, mas para construir outros **campos**, nesse caso, construir o **campo** da matemática.

Nesse trabalho não queríamos somente propor um desenho do **campo** da Matemática, mas convidar o leitor a, junto conosco, construir esse **campo**:

estabelecendo os capitais específicos; definindo os agentes e as instituições envolvidas; posicionando esses agentes e essas instituições, de acordo com o volume dos capitais específicos; constituindo o objeto de disputa e as lutas peculiares em torno desse objeto; definindo as posições de dominantes e dominados bem como as estratégias para manter-se ou para alcançar as melhores posições na estrutura hierárquica do **campo**; definindo a *doxa* do **campo**, isto é, a crença pela qual os agentes se manifestam como ortodoxos ou heterodoxos.

Ao desenhar o **campo** da Matemática, nossa intenção foi a de propor uma interpretação sociológica, um ponto de vista das práticas dos agentes envolvidos e atuantes nesse espaço social. Práticas que se orientam por interesses; escolhas que estão na base das estratégias; ações condicionadas socialmente pela posição ocupada nesse espaço social e pela disposição, ou seja, pelo *habitus*.

Considerações finais

Por fim, resta-nos a convicção de que, ao utilizar a teoria sociológica de Pierre Bourdieu para analisar determinado fenômeno social, não nos posicionamos como juízes, porque não somos imparciais e neutros – mesmo entendendo ser de fundamental importância a busca pelo rigor científico, pela imparcialidade e pela neutralidade na atividade de pesquisa –, mas, ao contrário, aqui, contestando essa impessoalidade, pensamos em evidenciar os constrangimentos do espaço social ao qual pertencemos: “[...] a atividade científica é uma atividade social e a construção científica é também uma construção social da realidade [...]” (BOURDIEU, 2011, p.87).

A utilização dos conceitos de Bourdieu não nos autoriza a fazer julgamentos de valor, nem a nos colocarmos como detentores da verdade, tampouco a agir como profetas, como conhecedores do bem e do mal. Ao contrário, a nossa postura diante do nosso objeto de pesquisa, ao adotar os pressupostos metodológicos dessa teoria, convida-nos a realizar, ou melhor, a aplicar em nós mesmos uma sócio análise para compreendermos que também nós fazemos parte desse espaço, somos agentes dentro do **campo** e, portanto, sujeitos que estamos aos constrangimentos, nossas escolhas são condicionadas e interessadas. Temos assim como todos os agentes nossas estratégias, que não são resultado de um cálculo racional, nem tampouco movidas inconscientemente pelas estruturas objetivas.

Olhar para a disciplina Matemática como um **campo**, nessa perspectiva sociológica, é fazer uma interpretação, dentre as várias possíveis, sobre as relações estabelecidas, dentro desse espaço, entre matemáticos, entre matemáticos e

educadores, entre a pesquisa e o ensino, entre o bacharelado e a licenciatura, entre a universidade e a escola, entre as instituições de ensino superior, entre homens e mulheres etc. Essa interpretação oferece-nos a possibilidade de poder olhar para a formação do professor de Matemática como uma estratégia de imposição de uma maneira de ver a matemática, de se ver a partir dessa matemática e de ver os outros com esse modelo de referência. Ou seja, pensar a Matemática como um **campo** é pensar como essas relações implicam modos de classificação: maneiras de classificar e de se classificar, e da mesma forma também de desclassificar a si mesmo e os outros.

Uma abordagem metodológica que considera as trajetórias de cada agente e as relações entre eles dentro de um tempo e de um espaço histórico. Uma metodologia que, se por um lado, nos autoriza a lançar mão de uma multiplicidade de procedimentos e técnicas, para apreender o objeto, por outro lado, faz exigências, solicita respostas, rejeita o objeto dado como pronto e acabado e reivindica a construção desse objeto. O trabalho de pesquisa com a noção de **campo** é, “[...] um modo de construção do objeto que vai comandar todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer [...]” (BOURDIEU, 1989, p.27).

Além disso, cada ação, cada escolha e cada posição só podem ser analisadas levando-se em conta as relações com outras ações, com outras escolhas e com outras posições: “o real é relacional” (BOURDIEU, 2011, p.16). Ser dominante ou dominado está diretamente ligado com as relações entre as posições consideradas no **campo**, os dominantes são dominantes numa determinada relação, os dominados são dominados num **campo** e numa relação particular. Em outros **campos** ou em outras relações dentro do mesmo **campo** essas posições podem variar.

Ser dominante não pode ser entendido como ser o malvado, o vilão, aquele que tudo pode, e ser dominado ser o bondoso, ser o mocinho, ser aquele que nada pode. Dominantes e dominados estão sob os mesmos constrangimentos do **campo**, sob as mesmas leis e exigências. Dominantes e dominados têm um trabalho a fazer, cada um deles age de acordo com a sua posição e disposição. No entanto, ambos têm interesse na manutenção do **campo**, suas ações são pautadas, por vezes, na cumplicidade: “O desacordo supõe um acordo nos terrenos de desacordo, e os conflitos manifestados entre as tendências e as doutrinas dissimulam, aos olhos dos que deles participam, a cumplicidade em que implicam e que choca o observador estranho ao sistema”. (BOURDIEU, 2013c, p.207).

Esses conceitos, principalmente o de **campo** aqui discutido, mostraram-se potentes, pois nos oferecem um ponto de vista sociológico da Matemática, enquanto um espaço social de produção, de consagração dos produtores, de legitimação das

verdades estabelecidas e de disputas entre os concorrentes pelo monopólio dessa legitimação.

Ao analisar a formação do professor de matemática, dentro dessa perspectiva sociológica que nos possibilitou olhar para a Matemática como um **campo**, conseguimos oferecer outras interpretações e um ponto de vista que pode contribuir com o debate acerca da formação docente no âmbito da Matemática. Por esses resultados, acreditamos que essa abordagem teórico-metodológica, fundamentada na teoria de Bourdieu, principalmente no conceito de **campo**, constitui-se como um instrumento que pode dar grandes contribuições para uma compreensão e um aprofundamento das questões que dizem respeito não somente a formação de professores de Matemática, mas a outros aspectos relacionados a essa área disciplinar.

DRAWING THE FIELD OF MATHEMATICS: APPLICATION OF THE CONCEPTS OF PIERRE BOURDIEU IN MATHEMATICAL EDUCATION

ABSTRACT: *From Pierre Bourdieu's sociological theory and the research in Mathematical Education, it is presented in this article an interpretation of mathematics as a field: with its laws, agents, capitals, disputes, tastes and distinctions. Our goal was to design the field of mathematics, from the analysis of a professional mathematics Master's Program in national network (Profmat). This program was conceived and implemented by the Sociedade Brasileira de Matemática (Brazilian Mathematics Society) and by Instituto de Matemática Pura e Aplicada(Institute of Pure and Applied Mathematics), institutions recognized as developing high-level research in mathematics, but not recognized in the context of research in teacher training. The sociological investigation carried out by elaborating the notion of field, allowed an understanding of Profmat as a strategy for valuing a mathematical practice and an understanding of mathematics as a hierarchical space of agents in dispute for the right to define what is mathematics and who has enough distinction to define it.*

KEYWORDS: *Field of Mathematics. Education. Academic mathematics. Teacher Training.*

DELINEANDO EL CAMPO DE LA MATEMÁTICA: APLICACIÓN DE LOS CONCEPTOS DE PIERRE BOURDIEU EN LA EDUCACIÓN

MATEMÁTICA

RESUMEN: A partir de la teoría sociológica de Pierre Bourdieu y de las investigaciones en Educación Matemática presentamos, en este trabajo, una interpretación de la Matemática como campo: con sus leyes, agentes, capitales, disputas, gustos y distinciones. Nuestro objetivo fue delinear el campo de la matemática, partiendo del análisis de un Programa de maestría profesional en matemática en red nacional (Profmat). Este programa fue realizado e implantado por la Sociedad Brasileira de Matemática y por el Instituto de Matemática Pura y Aplicada, instituciones que, reconocidas por desarrollar investigación de alto nivel en matemática, no son reconocidas en el ámbito de las investigaciones en formación de profesores. La investigación sociológica, realizada mediante la elaboración de la noción de campo, permitió una comprensión del Profmat como una estrategia de valoración de una práctica Matemática y una comprensión de la Matemática en cuanto a un espacio jerarquizado de agentes en disputa por el derecho de definir lo que es matemática y quien tiene distinción suficiente para definirla.

PALABRAS CLAVE: Campo de la Matemática. Educación. Matemática académica. Formación de Profesores.

Referências

ALBUQUERQUE, Lia Matos Brito de. **Habitus, representações sociais e a construção identitária dos professores de Maracanaú**. 2011. 152p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

ALVERMANN, Donna *et al.* Content area reading pedagogy and domain knowledge: a Bourdieusian analysis. **The Australian Educational Researcher**, Austrália, v.38, p.203-220, 2001.

BAIROS, Mariangela Silveira. **Habitus e a atuação docente**: Estudo sobre as conexões entre *habitus* e trabalho docente. 2011. 151 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. Tradução de Paula Montero. In: ORTIZ, Renato. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2013a. p.112-143.

_____. Esboço de uma teoria da prática. Tradução de Paula Montero. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2013b.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Pardo, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013c.

_____. **Para uma sociologia da ciência**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2013d.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

_____. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do *campo* científico. Tradução de Denice Bárbara Catani. São Paulo: Unesp, 2004b.

_____. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de século, 2003.

_____. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CARRIÃO, Airton Machado. **Marcas do discurso da Matemática escolar**: uma investigação sobre as interações discursivas nas aulas do Ensino Médio. 2008. 226 p.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CATANI, Denice Bárbara. Pierre Bourdieu e a História (da Educação). In. FÁRIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pensadores sociais e história da educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CATANI, Afrânio Mendes; CATANI, Denice Bárbara; PEREIRA, Gilson, R de M. As apropriações das obras de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro através de periódicos da área. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17, p.63-85, 2001.

FARIAS, José Vilani. **O Profmat e as relações distintivas no campo da Matemática**. 2017. 295f. Tese (Doutorado em educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

GONÇALVES, Nadia G; GONÇALVES, Sandro A. **Pierre Bourdieu: Educação para além da reprodução**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, nº 78, p.37-55, 2002.

LELIS, Isabel. Profissão docente: uma rede de histórias. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17, p.40-49, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a03.pdf>.>. Acessado em: 20 out. 2014.

MOREIRA, Plínio Cavalcanti *et al.* Quem quer ser professor de matemática? **Zeteyiké**, Campinas, v. 20, n. 37, p. 11-34, 2012.

MOREIRA, Plínio Cavalcanti; CURY, Helena Noronha; VIANNA, Carlos Roberto. Por que análise real na licenciatura? **Zetetiké**, Campinas, v. 13, n. 23, p. 11-42, jan./jul. 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu & a Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NOLAN, Kathleen. Dispositions in the field: viewing mathematics teacher education through the lens of Bourdieu's social field theory. **Educational Studies in Mathematics**, Netherlands, v.80, p.201-215, 2012.

PASSOS, Caroline Mendes. **Condições de produção e legitimação da etnomatemática**. 2017. 226p. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

QUEIROZ, Nilza Maria Cury. **Praxiologia e representação social sobre formação de professores nas licenciaturas de UFPI**. 2011. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

ROLKOUSKI, Emerson. História de vida de professores de Matemática. **Bolema**, Rio Claro, n. 30, p.63-88, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/1786/1572>>. Acessado em: 28 out. 2014.

SILVA, Circe Mary Silva da. O Impa e a comunidade de matemáticos no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 39, n.138, p. 897-917, 2009.

SILVA, Marilda. O *habitus* professoral e o *habitus* estudantil: uma proposição acerca da formação de professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 335-360, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n3/v27n3a16.pdf>>. Acessado em: 20 out. 2014.

_____. O *habitus* professoral: o objeto dos estudos sobre o ato de ensinar na sala de aula. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 29, p.152-163, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a12.pdf>>. Acessado em: 20 out. 2014.

SOARES, Luisa de Marillac Ramos. **Habitus, representações sociais e a construção do ser professora da educação infantil da cidade de Campina Grande-PB**. 2011. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

SOBRINHO, Domingos Moises. *Habitus*, campo educacional e a construção do ser

professor da educação básica. **Revistainter-legere**, Natal, n. 9, p.189-205, 2011.
Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/09/pdf/09es11.pdf>>. Acessado em: 28 out. 2014.

VILELA, Denise Silva. **Matemática nos usos e jogos de linguagem**: ampliando concepções na Educação Matemática. 2007. 260p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

Recebido em 17/02/2019.

Aprovado em 17/05/2019.

Varia

‘MICRO’ E ‘MACRO’ NAS TEORIAS SOCIAIS DE PARSONS E LUHMANN: UMA DISCUSSÃO METATEÓRICA

Mariana LEONI BIRRIEL*
Adan Christian de FREITAS**

RESUMO: O artigo busca revisitar a longa controvérsia sobre a distinção micro e macro na teoria social, tomando como foco as obras de Talcott Parsons e Niklas Luhmann. A intenção é a de apresentar argumentos que questionam a interpretação destas duas propostas teóricas como sendo representantes da sociologia exclusivamente no nível macro. Num primeiro momento, apresenta-se uma problematização dos conceitos de micro e macro, entendidos como categorias que ajudam a diferenciar fenômenos segundo a amplitude temporal e espacial. Num segundo momento, expõe-se uma análise das estratégias conceituais empregadas por Parsons e Luhmann para lidar com o problema micro e macro.

PALAVRAS-CHAVE: Metateoria. Micro e macro. Teoria Social. Talcott Parsons. Niklas Luhmann.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as teorias sistêmicas de Talcott Parsons e Niklas Luhmann, autores que desenvolveram quadros conceituais abrangentes (*grand theories*) no campo da sociologia. O texto se estrutura a partir de dois objetivos de base: por um lado, pretende-se dar luz sobre conceitos criados por Parsons e Luhmann, expondo os principais argumentos em ambas teorias; por outro lado, objetiva-se contestar a leitura predominantemente macrosociológica sobre as obras dos autores.

* Universidad de la República – Uruguay. Pro-Rectorado de Gestión Administrativa. Montevideo – Uruguay. marianaleoni87@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4660-8575>.

** UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Trindade – Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 - adan.christian.26@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1152-497X>.

A argumentação é construída em torno da problematização da questão estruturante no âmbito sociológico: a distinção micro e macro (VANDENBERGHE, 2013). O debate em torno destas categorias tomou conta das discussões no campo da sociologia ao longo dos anos de 1980 (TURNER, 2012), especificamente no ponto sobre como seria possível unificar os dois polos: de um lado, a influência das macro estruturas sociais de longa duração nos aspectos micro do dia-a-dia, sejam eles interações, ações ou atores sociais; do outro, como os fenômenos localizados e efêmeros da vida social imediata (o mundo da vida, tomando a expressão de Habermas (1997)) influenciam e transformam as formações sociais abrangentes, de longa duração histórica. Ao longo do século XX, duas tradições sociológicas se desenvolveram de forma relativamente autônoma, com contatos reduzidos entre si, tratando teórica e empiricamente apenas de um dos lados desta dualidade.

A literatura sociológica tende a categorizar as obras de Parsons e Luhmann como restritas a explicações de nível macro. Boa parte da reação microssociológica à *grand theory* de Parsons, que se deu a partir dos anos de 1960 por autores como Goffman (2011), Blumer (1986) e Garfinkel (1984), se baseia na suposta incapacidade da sociologia Parsoniana em explicar eventos sociais do nível micro. Encontramos na obra de Alexander (1999), uma síntese que condensa as críticas realizadas à obra de Parsons, na qual se expressa como vários teóricos foram construindo suas formulações teóricas fundamentalmente em oposição a Parsons, por meio de leituras da obra parsoniana de caráter favorável às novas construções teóricas. O texto de Alexander (1999) é interessante já que condensa as críticas que possuem um viés em relação a considerar a obra parsoniana como fundamentalmente macrossociológica. Ele cita o exemplo dos teóricos do conflito, alegando que Parsons só trata de fenômenos estáveis; Homans, com a sua teoria das trocas, argumentando que a teoria estrutural-funcionalista trata a ação como fenômeno anti-humano, e a etnometodologia de Garfinkel (1984) alegando que os atores parsonianos são dopados culturais, dentre outras críticas consideradas por Alexander (1999). O texto ajuda a compreender como estas interpretações da obra parsoniana derivam de intenções particulares de teóricos, num cenário no qual o que estava em jogo não era unicamente a revisão da obra de Parsons, mas a oposição a uma tendência teórica dominante chave da época.

No relativo à obra de Luhmann, encontra-se uma leitura semelhante, embora atenuada. A teoria dos sistemas desenvolvida pelo sociólogo alemão tem em Parsons uma de suas principais fontes de inspiração, e enquanto teoria sistêmica, a tendência natural é a associação com o holismo e com a predominância da análise macro (SCHILLO, FISCHER & KLEIN, 2000). No entanto, já identificamos leituras que subvertem esta categorização convencional. Como coloca Alexander (1987):

Embora Luhmann tenha elevado o macroconceito radical de "sistema" a novas alturas, não se deve esquecer que ele explica a própria existência de sistemas por referência a microprocessos fundamentais, que ele identifica como a necessidade existencial do indivíduo de reduzir a complexidade. (ALEXANDER, 1987, s/p)

Julgamos que estas interpretações se baseiam numa compreensão limitada da distinção micro e macro e numa exegese reducionista das obras de Parsons e Luhmann. Listar e aprofundar as críticas teóricas (ou não) à obra dos autores mereceria um artigo completo; no presente trabalho, porém, parte-se do reconhecimento da leitura predominantemente macrosociológica sobre as obras dos autores, para questionadas as noções de micro e macro e expor como as obras permitem, também, análises microsociológicas.

As reflexões do trabalho se colocam num nível metateórico, analisando as propostas de teoria social dos autores. O modo de entender a teoria social parte da proposta de Vandenberghe (2013) que argumenta que em contraposição à teoria sociológica, a teoria social parte de considerações metateóricas em busca da constituição de uma teoria geral da sociedade. O presente texto se encontra alinhado com a proposta apresentada por Vandenberghe (2013) em relação ao modo de pensar (e distinguir) a metateoria, teoria social e teoria sociológica. Porém, ao aprofundar a discussão metateórica, analisando os modos nos quais se estrutura o pensamento sobre micro e macro na metateoria, se encontram diferenças significativas, não sendo realizada uma leitura conforme o proposto por Vandenberghe (2013). No presente trabalho, considerando aportes de vários teóricos que discutem a questão micro e macro, os autores optaram por estabelecer categorias que iluminam mais claramente o problema central do artigo (aprofunda-se este aspecto na seção um do artigo). A ênfase da análise não recai nas especificidades contextuais de aplicação de teorias, mas sim na consolidação de quadros conceituais gerais que possibilitem organizar os modos de compreender as realidades sociais. Entendemos que a partir de uma análise metateórica das teorias sociais de Parsons e Luhmann é possível compreender como eles lidam com o problema do micro e macro, e assim repensar o alcance e o valor destas propostas.

Conceitualizações sobre micro e macro

Nas teorias sociais e sociológicas, encontramos diferentes referências conceituais para designar os níveis micro e macro de análise³³: ação/sistema, agência/estrutura, ação/ordem social, *habitus*/campo, etc. A definição binômica destas problematizações é elaborada sob a base de argumentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Os autores articulam a teoria social outorgando maior ou menor ênfase a um dos polos da dicotomia, ou se situando num ponto intermediário. É possível organizar o debate considerando o nível em que se estruturam as categorizações, seja no ontológico, epistemológico ou metodológico.

A consideração da questão no nível **ontológico** expressa-se na base das problematizações metateóricas sobre o existente na realidade, ou seja, as teorias sociais distinguem-se em função do que elas consideram real. Aqui a distinção relevante é entre **individualismo e coletivismo**. De um lado encontram-se teorias que enfatizam a existência dos indivíduos como únicas entidades concretas. A abordagem do individualismo ontológico argumenta que somente indivíduos são entidades reais em última instância. Entidades coletivas, sociais, ou a ‘sociedade’ são ilusões conceituais, que apontam não para coisas, mas para padrões e regularidades do comportamento individual. A teoria social desenvolvida pelo economista Friedrich Hayek (1948) pode ser apontada como um modelo de individualismo ontológico, bem como algumas versões da teoria da escolha racional e a sociologia compreensiva de Max Weber (2004).

Por outro lado, temos as abordagens que consideram as coletividades ou sociedades como realidades reificadas, que devem ser tratadas de forma tão objetiva quanto indivíduos reais. Talvez o exemplo mais emblemático seja o clássico formulado por Émile Durkheim (2004).

Não dizemos, com efeito, que os fatos sociais são coisas materiais, e sim que são coisas tanto quanto as coisas materiais, embora de outra maneira. (...) A coisa se opõe à ideia assim como o que se conhece a partir de dentro. É coisa todo objeto do conhecimento que não é naturalmente penetrável à inteligência (...). Tratar os fatos de uma certa ordem como coisas não é, portanto, classificá-los nesta ou naquela categoria do real; é observar diante deles uma certa atitude mental. (DURKHEIM, 2004, p. XVII-XVIII).

³³ Recomenda-se a compilação de artigos da obra editada por Alexander *et al.* intitulada *The Micro-Macro Link* (1987), na qual se apresentam múltiplas formas de pensar a questão do micro e macro.

Se as teorias do coletivismo ontológico não são ingênuas a ponto de negar a existência de indivíduos, elas colocam os objetos do social (sejam eles grupos, famílias, instituições ou sociedades) no mesmo patamar ontológico, e lhes conferem uma ênfase maior nas relações de causalidade: sociedades influenciam indivíduos mais do que indivíduos influenciam sociedades.

A abordagem da problemática adquire características distintivas se focarmos no nível **epistemológico** do debate, que diz respeito ao que é factível de conhecimento. Por este ângulo, acentua-se a polarização entre considerações **reducionistas** e **emergentistas**. A primeira categorização refere-se à possibilidade de conhecimento pela redução do todo às partes, reconhecendo os fenômenos microssociais como os cognoscíveis por excelência. Esta é a postura comum às teorias da ação social, que buscam explicar as estruturas ou ordens sociais (nível macro) através da decomposição em seus componentes axiais: ações e encontros sociais (nível micro). Contrariamente, o emergentismo parte da premissa de que os fenômenos passíveis de conhecimento são emergentes, irredutíveis na linha explicativa às suas partes. Entende-se que o todo é maior do que a soma de suas partes, que fenômenos emergentes possuem características que não estão presentes nos seus elementos fundamentais. As teorias dos sistemas sociais são o principal exemplo.

O estudo da questão micro e macro no nível **metodológico**, que diz respeito às estratégias efetivas para compreender/conhecer as realidades, é, se comparado com os dois níveis expostos anteriormente, o qual se expressa com maior força no âmbito sociológico, a saber: a classificação entre **individualismo** e **holismo**. O holismo metodológico dá maior ênfase explicativa ao nível macro de análise, que tem prioridade causal. Durkheim e Marx poderiam ser entendidos como os representantes clássicos desta perspectiva. O conceito central desta vertente é o de sociedade. Isto posto, o foco deve estar nestas formações e não no nível individual das ações sociais. O individualismo metodológico denota uma versão oposta à do holismo. As obras de Weber, dos fenomenólogos e interacionistas simbólicos se colocam como referência desta ênfase no nível micro. O conceito central desta perspectiva é o da ação social analisado no nível micro. Desta forma, as pressuposições metodológicas do individualismo resgatam a importância de compreender (paradigma hermenêutico) os sentidos das ações.

Tentando ir além destas dualidades, encontramos o que Jeffrey Alexander (1986) chama de novo movimento teórico na teoria social a partir dos anos de 1980. Autores como Giddens (1989), Habermas (1997) e Bourdieu (1977) surgem com esforços para superar estas dualidades promovendo teorias sintéticas. Os conceitos de

ação/práxis/agência (micro) e de estrutura/campo (macro) são centrais nestas formulações, que buscam mostrar como, por um lado, a ação individual é influenciada pelas estruturas sociais, e por outro as próprias estruturas se reproduzem e se transformam através das ações. Define-se desta forma uma orientação metodológica que combina o estruturalismo e a hermenêutica, como correntes necessárias para aprimorar a prática sociológica. Ante estas propostas, evidencia-se uma tentativa de superação das dualidades que, contudo, permanece permeada pelo caráter dual, expressando no final das contas uma proposta que vincula, de forma recíproca, dois aspectos distintos.

Tabela 1 - Conceitualizações dualistas da abordagem micro e macro

	Micro	Macro
Ontológico	<i>Individualismo</i>	<i>Coletivismo</i>
Epistemológico	<i>Reduccionismo</i>	<i>Emergentismo</i>
Metodológico	<i>Individualismo</i>	<i>Holismo</i>
	<i>'Novo movimento teórico'</i>	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Reconhece-se a dificuldade de transpor na comunicação o caráter simultâneo no qual se expressam os fenômenos na realidade social; motivo pelo qual toda conceitualização simplifica e categoriza a fim de poder dar sentido à exposição escrita. Contudo, no presente trabalho procuramos desenvolver uma abordagem do micro e macro que enfatiza o caráter simultâneo do problema, assim sendo, entendemos que micro e macro não se referem a distintos fenômenos, não são expressão de uma dualidade. Pelo contrário, **trata-se do mesmo fenômeno em distinta magnitude no tempo e espaço**. Nossa abordagem busca tratar os termos micro e macro de forma mais próxima ao seu sentido original.

'Micro' e 'Macro' chegam até nós através do Latim, dos morfemas gregos mikrós e makrós. Diferente dos morfemas gregos qualitativos, que geralmente derivam da idealização de qualidades características incorporadas por personagens míticos ou objetos em narrativas tradicionais, micro e macro são termos prosaicos de magnitude física, em referência à extensão no tempo e no espaço. São padrões para medidas quantitativas, de aplicação de números para dimensões físicas. (GERSTEIN, 1987, p.93, tradução nossa).

A fim de desenvolver este modo de pensar o micro e macro nos baseamos na contribuição de Randall Collins (1987), no capítulo *Interaction Ritual Chains, Power and Property: The Micro-Macro Connection as an Empirically Based Theoretical Problem*, o qual argumenta que o problema do micro e macro deve ser abordado tomando como conceitualizações de base as categorias analíticas de tempo e espaço. Nas suas palavras: “Tempo, espaço e número: estas são as únicas macrovariáveis, e qualquer outra terminologia macro é metafórica e deve, em última análise, ser traduzida nestes termos.” (COLLINS, 1987, p.196, tradução nossa). A utilização das variáveis de tempo e espaço permite distinguir o problema da magnitude dos fenômenos sociais contemplada pelas teorias, compreendendo como as teorias constroem conceitos para lidar com fenômenos de diferente amplitude espacial e duração temporal. Isto posto, destaca-se a possibilidade de aprofundar nos níveis epistemológicos e metodológicos do problema micro e macro.

Deve ficar claro que a distinção entre níveis micro e macro é um contínuo, não uma dicotomia. Eventos micro são situacionais; mas eles podem se prolongar, repetir ou agregar, no tempo e no número de encontros espalhados no espaço, tão longe quanto estivermos dispostos a olhar. Existe um elemento de macroestrutura em quase todos os microprocessos, que são afetados pela (1) configuração espacial em que ocorrem, como a simples densidade física das próprias interações; e pelo (2) número de vezes em que estas situações (ou outros tipos de situações) se repetiram no passado destes indivíduos. (COLLINS, 1987, p.196-197, tradução nossa).

O elemento que passa a se distinguir analiticamente é a quantidade abordada pela teoria. A intenção central desta abordagem refere-se ao estabelecimento de um vínculo direto entre o debate teórico, e por vezes metateórico, com fenômenos empíricos, relativos aos objetos alvo das pesquisas sociológicas. Este aspecto não é menor, sempre que consideremos que toda formulação teórica, toda produção de conhecimento requer um laço com a realidade empírica sobre a qual diz respeito.

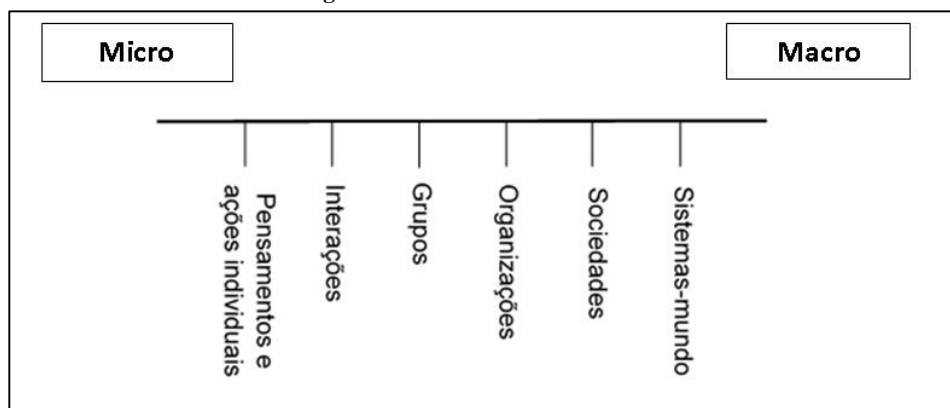
O *continuum* micro e macro é desenvolvido por Ritzer (2010, p.A13-A16) em sua análise metateórica da sociologia na qual ele quebra com a aparente dualidade dos conceitos em busca da simplificação em torno de um único eixo quantitativo (espaço-temporal).

Tanto para leigos quanto para acadêmicos, o *continuum* se baseia na simples ideia de que fenômenos sociais variam muito em

tamanho. No polo macro do contínuo estão fenômenos sociais de larga escala como grupos de sociedades (o sistema mundial capitalista, por exemplo), sociedades, e culturas. No polo micro estão atores individuais, seus pensamentos e ações. Entre eles estão uma ampla variedade de fenômenos de nível *meso* – grupos, coletividades, classes sociais, e organizações. Temos pouca dificuldade em reconhecer estas distinções e pensar em termos micro-macro. Não existem linhas claras separando as unidades micro das macrosociais. Em vez disso, temos um *continuum* variando do polo micro ao macro. (RITZER, 2010, p.A-13, tradução nossa).

Ritzer (2010) elenca uma série de conceitos, de forma similar à “escada conceitual” proposta por Jonathan Turner (2012, p.5-6), que as teorias empregam para observar fenômenos dos níveis micro e macrosociais, conforme apresentados na Figura 1.

Figura 1 - O *continuum* micro-macro



Fonte: Figura extraída da obra *Sociological Theory* de George Ritzer (2010 p.A14), tradução nossa.

Utilizar o micro e macro como contínuo, tomando como base as categorias de tempo e espaço, possibilita considerar distintos níveis de magnitude ou complexidade no contínuo, sem ter que reduzir a interpretação teórica a um deles, ou criar conceitos de meio termo, de ponto. Deste modo, torna-se mais proveitoso do que uma versão dualista, que tende a resultar em dualidades que não conversam entre si ou em interpretações exclusivamente micro ou exclusivamente macro. Com base nesta linha de argumentação, nas seções a seguir, apresentam-se as estratégias teóricas

desenvolvidas por Parsons ([s.d.]; 1964; 1970; 1978; 1986; 1987) e Luhmann (1987; 1999; 2009; 2012; 2013), para enfrentar a questão do micro e macro na teoria social.

A questão micro e macro na obra de Talcott Parsons

Parsons é um dos teóricos da sociologia mais mal compreendidos do século XX. A sua proposta sistêmica, intrincada e complexa, tem sido alvo de interpretações simplistas e preconceituosas, num contexto de estudos laxos das suas publicações, com baixa, quando não nula, inclusão das suas obras no contexto da formação em ciências sociais no Brasil. Porém, sua influência é inegável, podendo encontrar vestígios da sua obra inclusive em auto-reconhecidos críticos.

A teoria sistêmica proposta por Parsons tem intenção de *Grand Theory*. Este enfoque teórico é explícito e se fundamenta na necessidade reconhecida pelo autor de dotar as Ciências Sociais de modo geral, e a Sociologia particularmente, de um marco conceitual generalizado que possibilite análises abstratas em vínculo coerente com os fenômenos empíricos.

Não tem exagero em afirmar que o único e principal critério para julgar a maturidade de uma ciência é o estudo da sua teoria sistemática. Nisto se inclui o marco conceitual geral que se aplica neste terreno, os tipos e graus de interação lógica que o constituem e os métodos que efetivamente são utilizados na pesquisa empírica. (PARSONS, [s.d.] p.3, tradução nossa).

Nesta linha de pensamento se coloca a proposta de Parsons ([s.d.] p.3, tradução nossa), destacando a necessidade de contar com uma teoria em forma de sistema, distinta das teorias descontínuas: “Um sistema teórico, do modo no qual aqui o entendemos, é um conjunto de conceitos gerais em relação de interdependência lógica e suscetíveis de comprovação empírica”. Tal sistema teórico deve outorgar a possibilidade de desenvolver as pesquisas sociológicas de modo que os fenômenos particulares possam-se integrar no referencial geral e, conseqüentemente, serem lidos em vinculação com pesquisas particulares. O movimento é desta forma circular: o referencial teórico aporta à pesquisa empírica e esta última, por sua vez, acrescenta complexidade ao quadro referencial. Como em toda construção teórica, é possível distinguir distintas etapas da produção, as quais são marcadas por mudanças chave no desenvolvimento do referencial teórico. A obra de Parsons não escapa a este

fenômeno. Contudo, em vez de considerar a obra do autor focando em alguma etapa específica, opta-se no presente trabalho por analisá-la enquanto contínuo, visto que toda construção contribui à formulação dos argumentos que a seguem, conformando deste modo uma obra logicamente coerente e sistemática.

O marco conceitual geral é o Sistema de Ação, o qual se coloca na teoria como esquema analítico, como ferramenta necessária para a compreensão. A unidade básica do Sistema de Ação é o ato-unidade, entendido como categoria analítica, exclusivamente no sentido abstrato. Sendo a ação o componente essencial da análise (PARSONS; SHILLS, 1962), argumenta-se, contudo, que a mesma só pode ser entendida de forma sistêmica. Deste modo, o ato-unidade se compreende como categoria na qual é possível distinguir um ator, fins e um contexto situacional: o ator não se entende como organismo isolado, mas como *ego* ou *self* em relação com o ambiente sistêmico.

Na leitura sistêmica da ação, distinguem-se elementos constitutivos essenciais que dizem respeito às orientações dos atores na situação e revelam componentes intrínsecos a todo sistema de ação, seja tanto em nível individual quanto coletivo; estes são os subsistemas do sistema de ação, a saber: sistema cultural (SC), sistema social (SS), sistema de personalidade (SP) e sistema de organismos comportamentais (SOP). Não trataremos das especificidades de cada um deles neste trabalho, mas importa ressaltar como o quadro de conceitos reconhece, na ação, a multiplicidade de fatores de forma relacional: “(...) existe só um modo para descrever a conduta neste marco conceitual, e o é em termos relacionais –isto é, em relação com certo sistema enquanto ponto de referência” (PARSONS, 1970, p.166, tradução nossa). Aqui torna-se explicativa a interpretação de Luhmann (2009), onde o quadro de conceitos se compreende sob a base do realismo analítico,

(...) embora o esforço para decompor os elementos intrínsecos da ação constitua uma construção teórica conduzida pela sociologia, o resultado consiste em evidenciar que, graças a essa emergência, a ação brota. (...) ao identificar os componentes da ação, descobre-se que, tomados isoladamente, eles já não podem, por sua vez, continuar sendo designados sob a categoria de ação. (LUHMANN, 2009, p.42-43).

O caráter realista-analítico do marco de referência ilustra o primeiro aspecto axial para pensar a questão micro/macro em Parsons, o nível no contínuo micro e

macro a ser considerado depende da estratégia de análise, em interrelação com a problemática a ser considerada:

(...) o marco conceitual pode se aplicar em todos os pontos de uma ampla variedade de sistemas microscópicos e macroscópicos; porém, quando aplicado tal marco num sistema mais macroscópico ou microscópico, muda o ponto de referência, conseqüentemente, mudam também os referentes empíricos de todos os conceitos e todas as variáveis (PARSONS, 1970, p.164, tradução nossa).

Particularmente no caso da sociologia, o foco se concentra no sistema social, isto é, no nível específico da interação:

(...) uma situação que contém ao menos um aspecto físico ou ambiental, atores motivados em termos de uma tendência de 'otimização da gratificação', e cuja relação com suas situações, incluindo uns aos outros, é definida e mediada em termos de um sistema simbólico culturalmente estruturado e compartilhado. (PARSONS, 1964, p.4-5, tradução nossa).

Os quadrantes parsonianos se transferem nos distintos níveis analíticos. Conta-se assim com um referencial complexo, que embora coloque o foco nas interações (SS) entre atores individuais ou coletivos, traz referência imanente a um SC que legitima, um SP que determina o alcance de metas, e um SOP que se adapta e outorga condições de possibilidades.

Temos aqui o segundo elemento fundamental para compreender a questão micro e macro em Parsons. As inter-relações ou interpenetrações dos subsistemas se desenvolvem em dois sentidos. Por um lado, encontra-se a hierarquia cibernética de controle, fazendo referência aos inter-relacionamentos sistêmicos que se expressam na ordem SC→SS→SP→SOC; este movimento permite compreender como os sistemas com maior informação (de sentido) controlam ciberneticamente os sistemas com níveis menores de informação. Por outro lado, define-se a hierarquia de determinação, que toma o caminho contrário SOC→SP→SS→SC; considera-se o caráter condicional que os sistemas com maior energia expressam em relação aos possuidores de energias menores, embora com maiores níveis de informação. Quando se pensa nestes aspectos, o que se reconhece é a necessidade de assumir o papel dos sistemas com maior poder de controle na orientação das ações ao tempo em que tais orientações unicamente poderão ser estabelecidas quando adaptadas aos condicionantes.

É corrente encontrar interpretações da obra de Parsons no sentido de uma macrosociologia, não por alegarem que a teoria desconsidera ou impossibilita a análise de elementos micro, mas por argumentar que, em última análise, o sistema cultural define as orientações da ação. Reconhecendo agora a apresentação conjunta das duas hierarquias, compreende-se como a orientação da ação não se expressa unicamente em um sentido, mas em dois: pelos determinantes e pelos controles. Consequentemente, as interrelações analíticas entre os subsistemas devem ser lidas com cautela, procurando fundamentalmente não cair na interpretação simplista de atores dopados.

Não acreditamos que uma personalidade seja um microcosmos de um sistema social, e contrariamente, que uma sociedade seja uma 'projeção' das personalidades dos seus membros. Além de serem interdependentes e se penetrarem mutuamente, as personalidades e os sistemas sociais constituem referências sistêmicas independentes, e nenhuma delas pode se reduzir aos termos da outra (PARSONS, 1970, p.162, tradução nossa).

O SC legitima as normativas que **podem** ser internalizadas na estrutura de personalidade dos sujeitos, mas estas só serão internalizadas num contexto de condições específico, que irá depender tanto do nível orgânico-comportamental (SOC) quanto das disposições e necessidades no nível psíquico (SP). Continuando com esta reflexão no nível analítico do sistema social:

O Sistema social é constituído pelas relações entre os indivíduos, mas é um sistema que se organiza em torno de problemas inerentes ou oriundos da interação social de uma pluralidade de atores individuais, ao invés dos problemas que surgem em conexão com a integração das ações de um único ator individual, que ao mesmo tempo é um organismo fisiológico. Personalidade e sistema social estão intimamente entrelaçados, mas não são idênticos ou explicáveis um pelo outro; o sistema social não é uma pluralidade de personalidades (PARSONS; SHILLS, 1962, p.7, tradução nossa).

O interesse, neste caso, não está em desenvolver reflexões ontológicas da realidade social, mas sim em colocar a disposição um marco conceitual generalizado que permita compreender as realidades sociais. Os níveis que se colocam em questão são fundamentalmente o epistemológico e metodológico.

Assim sendo, fundamenta-se a importância de pensar o micro e o macro sem cair em conceptualizações duais, optando, contrariamente, por pensar micro e macro como contínuo, relativo a um mesmo fenômeno em magnitudes distintas no tempo e espaço. Sob esta perspectiva, nos afastamos das interpretações da questão micro e macro em Parsons que tomam os conceitos de ação e sistema como representantes do dualismo: o micro e o macro podem se ver simultaneamente tanto na ação quanto no sistema, o que irá mudar é o foco analítico escolhido pelo pesquisador, em consonância com a problemática específica. Análises empíricas desenvolvidas por Parsons exemplificam o potencial da teoria para considerar a questão micro e macro simultaneamente, tomando como base as categorias de tempo e espaço, segundo colocado na primeira seção do artigo.

Pensando nas obras de Parsons que ilustram a possibilidade de macro análises, encontramos como exemplos, por excelência, os livros *La sociedad. Perspectivas evolutivas y comparativas* (1986) e *El sistema de las sociedades modernas* (1987), obras nas quais o autor expõe uma análise complexa de distintas sociedades desde perspectivas evolutivas e comparativas, dedicando o primeiro livro à análise das sociedades das etapas primitivas e intermédia e o segundo à análise das sociedades modernas. Em ambas as obras, antes de se debruçar sobre análises concretas, Parsons esclarece as ferramentas conceituais empregadas na análise, sendo estas especificamente relativas ao sistema social como quadro de referência generalizado. Num nível intermédio, retomando as categorizações de Ritzer (2010) expostas na Figura 01, pode-se tomar a obra *The American University* (PARSONS; PATT, 1973), a qual apresenta uma análise da Universidade Americana entendida como sistema, e com base no marco conceitual geral analisa as interrelações internas ao complexo profissional e as relações com os sistemas-entorno.

Finalmente, considerando as abordagens que poderiam ser catalogadas como micro análise, pode-se tomar como exemplo as análises no campo da sociologia da saúde, relativas à relação médico-paciente presentes nos livros *The Social System* (1964) e *Action Theory and The Human Condition* (1978), onde o foco se coloca no estudo das interações entre grupos menores de atores. A obra *Estrutura social e personalidade* (1970) traz também uma série de escritos que abordam, com base no esquema conceitual geral, problemáticas de menor magnitude espaço-temporal, a maioria voltadas às questões educativas (instituições educativas e família) e de saúde.

Estas obras referenciadas são exemplos do potencial da *grand theory* parsoniana, ilustrando a possibilidade de considerar os fenômenos sociais tanto desde uma perspectiva macro quanto micro. Por sua vez, a análise dos fenômenos com base no marco conceitual, fora o nível demandado pela problemática ou a escolha do

pesquisador, ganha complexidade por conta da consideração, necessariamente simultânea, de elementos culturais, sociais, psicológicos e orgânicos.

O problema micro e macro na obra de Niklas Luhmann

Niklas Luhmann é um dos principais continuadores do legado teórico parsoniano. Orientado por Parsons em Harvard nos anos de 1970, o sociólogo alemão certamente compartilha das ambições teóricas de Parsons: construir uma teoria social geral, capaz de lidar conceitualmente com quaisquer objetos do mundo social. Neste sentido, Parsons e Luhmann se afastam de sociologias específicas e de “médio alcance”.

A teoria dos sistemas sociais concebida por Luhmann (2013; 2012; 2009; 1999; 1987) é classificada como uma teoria macro social. Esta descrição é quase que uma unanimidade, e em grande medida está correta: um dos objetivos da teoria é criar conceitos capazes de descrever as operações e transformações dos sistemas sociais em larga escala e da sociedade, enquanto sistema que compreende todos os outros. No entanto, o que buscamos demonstrar neste artigo é que a teoria dos sistemas possui conceitos que descrevem realidades micro (incluindo interações face-a-face), e que a ênfase macro que encontramos nas obras de Luhmann são frutos de opções que ele fez enquanto escolha de objetos, e não de restrições intrínsecas à teoria.

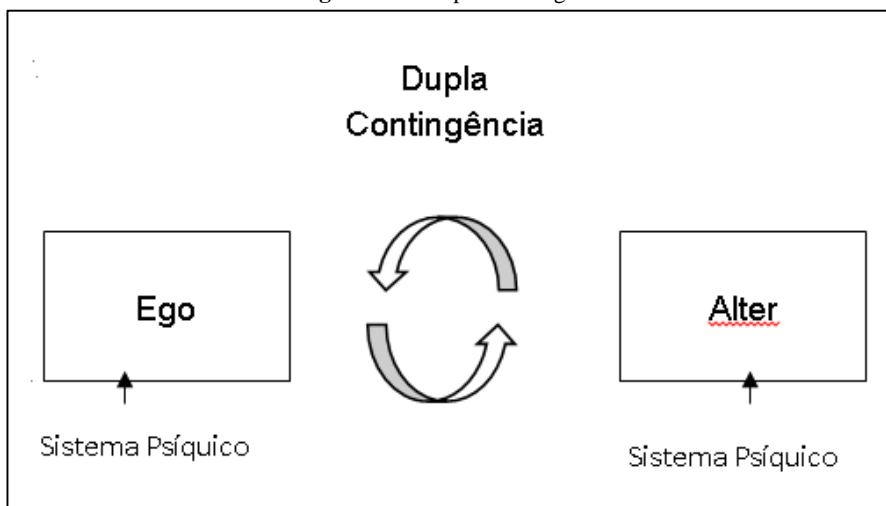
Para compreender o que se entende por sistema social, antes é preciso uma definição de sistema. Luhmann busca no pensamento cibernético, especificamente em seu desenvolvimento na área da biologia por Humberto Maturana e Francisco Varela, o modelo conceitual dos sistemas autopoietico. Um sistema autopoietico é um sistema que produz a si mesmo, e através de suas próprias operações se diferencia do ambiente ao seu redor. O modelo da célula, que possui uma membrana que a separa e define seus limites, e ao mesmo tempo se reproduz através de operações internas, é o que baseia a aplicação biológica do conceito. Sistemas autopoieticos são fechados operacionalmente, suas operações dependem de suas estruturas internas, e só se abrem para o ambiente seletivamente, através de acoplamentos específicos. A ideia da permeabilidade seletiva da membrana celular ilustra essa relação entre o sistema e o ambiente.

Mas Luhmann não está interessado propriamente em sistemas biológicos, mas sim em outros dois tipos de sistema que surgem a partir deles: os sistemas psíquicos e sociais humanos. O sistema psíquico se refere à consciência humana, como um fenômeno que emerge a partir das operações do cérebro humano (sistema biológico),

mas cujas operações não podem ser reduzidas aos sistemas neurais. Sistemas psíquicos e sistemas sociais são sistemas de **sentido**, conceito que Luhmann (1995) busca na hermenêutica de Husserl (1973). Ambos também são sistemas autopoieticos, fechados operacionalmente, mas que operam em níveis diferentes do biológico.

O fechamento operacional dos sistemas psíquicos nos leva a uma situação de **dupla contingência** (conferir Diagrama 1), conceito que Luhmann (1995) busca em Parsons, e que descreve a situação de dois atores (*ego* e *alter*, utilizando a linguagem parsoniana) que se observam mutuamente e cuja ação depende do que o outro vai fazer. Esse impasse é característico das situações interpessoais: as consciências não são transparentes umas para as outras (*black boxes*), é impossível saber o que se passa na cabeça de outra pessoa.

Diagrama 1 - Dupla Contingência



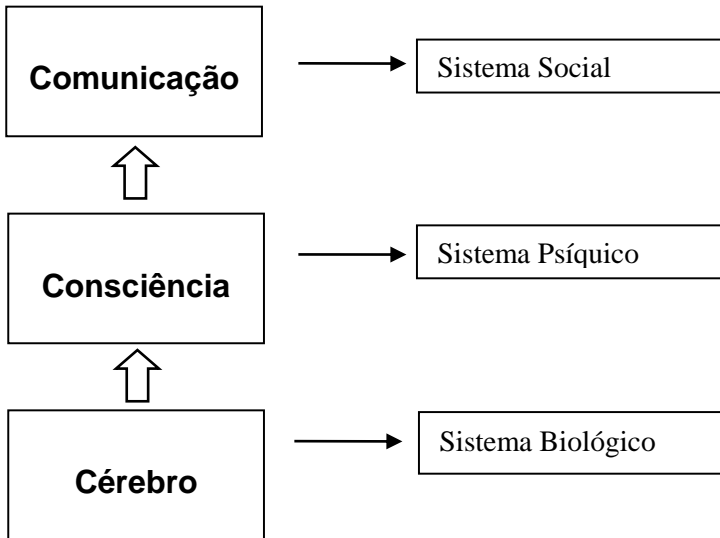
Fonte: Elaborado pelos autores.

É justamente este problema que vai dar origem aos sistemas sociais, que emergem a partir do esforço comunicativo entre sistemas psíquicos opacos um para o outro. Sistemas emergem como soluções para o problema da enorme complexidade caótica do mundo, “ordem que surge do ruído” para usar a formulação de Heinz von Foerster (2003). No caso dos sistemas psíquicos, sistemas sociais emergem como uma forma de lidar com a complexidade de um ambiente composto também por outros sistemas psíquicos. Além de permitir que as consciências individuais estabeleçam contato, sistemas sociais desenvolvem estruturas e padrões para as ações realizadas

por *ego* e *alter*, tornando seus comportamentos menos aleatórios e mais previsíveis um para o outro.

A partir desta exposição, seria tentador associar o nível micro da teoria dos sistemas aos sistemas psíquicos, e o macro aos sistemas sociais. No entanto, Luhmann defende um corte analítico forte entre os diferentes níveis sistêmicos. Sistemas sociais não são compostos por sistemas psíquicos, assim como sistemas psíquicos não são compostos por operações cerebrais. Ambos dependem da existência destes sistemas em seu ambiente: não existem sistemas sociais sem consciências, nem consciências sem cérebros, ou cérebros sem outros sistemas biológicos que permitam que ele permaneça vivo. No entanto, os diferentes níveis de operação sistêmica são irredutíveis uns aos outros (conferir no Diagrama 2) e operam sempre dentro de seus próprios limites.

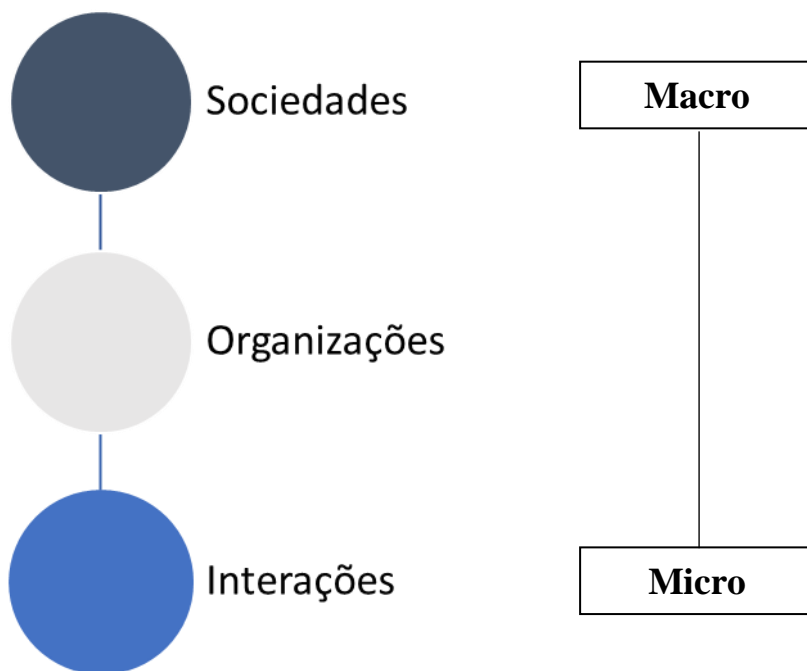
Diagrama 2 - Níveis emergentes de sistemas



Fonte: Elaborado pelos autores.

É dentro do conceito de sistema social que encontramos a arquitetura teórica que Luhmann utiliza para lidar com o problema micro e macro, diferenciando entre três tipos de sistema social: interações; organizações e sociedades.

Diagrama 3 - Conceitos micro e macro na teoria dos sistemas



Fonte: Elaborado pelos autores.

O conceito de **interação** é inspirado nas microsociologias pós-parsonianas. Se refere às situações de copresença, em que os participantes do processo comunicativo (social) se encontram face a face, fisicamente próximos e temporalmente sincronizados:

Sistemas sociais são interações se eles precisam reconhecer que o ambiente contém comunicações que não podem ser controladas pelo sistema. Portanto, interações necessitam de limites sociais. Elas concebem a si mesmas como interações face-a-face, e se utilizam da presença de pessoas como um meio de definição de limites. Se chegam pessoas novas, suas comunicações devem ser incluídas no sistema através de algum reconhecimento cerimonial ou introdução. No entanto, mesmo as pessoas presentes oferecem um potencial constante para comunicações fora do sistema. Elas podem abandonar o sistema e falar em outro lugar sobre ele ou seus participantes. Portanto, interações se adaptam às condições sociais externas levando em consideração os outros papéis de seus participantes. (LUHMANN, 1987, p.114, tradução nossa).

Interações são eventos de curta duração, e tamanho limitado. É improvável que uma interação envolva muitos participantes simultaneamente sem se dividir em frações menores. O acoplamento entre sistemas psíquicos e sociais é visto de forma mais direta nos sistemas sociais de interação, pois o processamento das informações comunicadas no interior dos sistemas psíquicos acontece em tempo real. Parte da forma como uma interação se desenvolve é resultado espontâneo da participação dos sistemas psíquicos envolvidos, com suas características singulares e idiosincrasias, mas conforme os sistemas sociais permanecem ao longo do tempo e as interações começam a apresentar padrões e estruturas que se repetem (e aqui o papel da **memória** é fundamental), cada vez menos aleatoriamente, temos o surgimento de uma **sociedade**:

Sistemas sociais são sociedades se eles incluem todas as operações que, para eles, possuem a qualidade de comunicação. Sociedades são sistemas abrangentes. Seus ambientes contêm muitas coisas, eventos, sistemas vivos, e mesmo seres humanos, mas nenhuma comunicação significativa. No momento em que algo é reconhecido como comunicação é incluso no interior do sistema. Sociedades se expandem e se contraem de acordo com a mudança dos potenciais de comunicação, e suas estruturas variam de acordo com tarefa de gestão da comunicação. Historicamente, é possível dizer que sociedades expandem por conta de um aumento no potencial comunicativo; atualmente, existe apenas uma sociedade de fato, a sociedade mundial que inclui toda a comunicação significativa e exclui tudo o resto. (LUHMANN, 1987, p.114, tradução nossa).

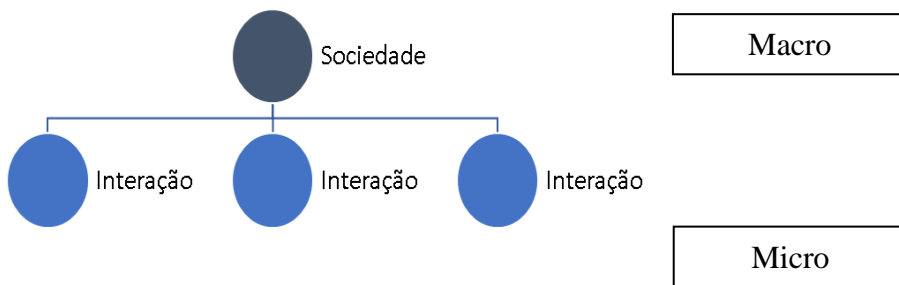
A princípio, sociedades se reproduzem inteiramente através de eventos de interação. Inicialmente a comunicação dependia necessariamente da presença física dos participantes:

Nas culturas escritas contemporâneas, é difícil imaginar situações onde a linguagem era somente oral. Pois sons são elementos extremamente instáveis. Além disso, seu alcance é limitado, e requer que locutor e ouvinte estejam presentes. Espaço e tempo devem se apresentar de forma compacta e situacional para que a linguagem falada seja possível. No momento em que uma sentença é pronunciada ela desaparece na inaudibilidade. Portanto, a

formação de sistemas com base na comunicação precisa tomar providências para possibilitar o reuso, em outras palavras, memória. Isso sugere que sociedades que contam somente com a comunicação oral dependem unicamente da memória mental (...) O que é decisivo para a memória social é a recuperação de memórias em situações sociais posteriores; e em extensos períodos de tempo, os substratos psíquicos podem mudar. (LUHMANN, 2012, p.130, tradução nossa).

Sociedades desenvolvem estruturas emergentes, armazenadas e atualizadas através da memória social, que guiam as interações que acontecem no seu interior. Deste modo, o sistema social emergente opera na redução da complexidade do mundo social: com o estabelecimento de estruturas sociais, o comportamento de cada indivíduo (entendido como o resultado de um acoplamento entre sistemas biológicos e psíquicos autônomos) se torna um pouco menos aleatório e mais previsível. A coordenação da ação é possível, o que aumenta as chances de sobrevivência e reprodução dos seres humanos no meio social.³⁴

Diagrama 4 - Sociedades e interações



Fonte: Elaborado pelos autores.

Somente com o surgimento de novos meios de comunicação que as sociedades deixam de depender exclusivamente de interações para se reproduzirem. A escrita, a imprensa, e finalmente os meios de comunicação eletrônicos permitem que a comunicação aconteça sem a presença física simultânea dos participantes, e estende as possibilidades do sistema social para uma escala maior de tempo e espaço. A memória

³⁴ Tomasello (2008) argumenta que o surgimento da comunicação humana está atrelado à possibilidade de ações cooperativas e intencionalidade compartilhada.

social também deixa de ser uma atribuição exclusiva das memórias individuais com surgimento de registros físicos e da cultura escrita.

A **organização**, o terceiro tipo de sistema social, ocupa uma posição intermediária (*meso*) no esquema proposto por Luhmann (2012). Diferente das interações, organizações não são universais presentes em todas as sociedades, mas surgem somente quando elas atingem certo grau de complexidade. Organizações existiram em diversos tipos de sociedade e em diversos momentos históricos, mas para Luhmann (2012), elas são características da sociedade moderna, funcionalmente diferenciada³⁵.

Organizações são sistemas sociais que coordenam a tomada de decisões e o pertencimento (ou não) de membros em seu interior.

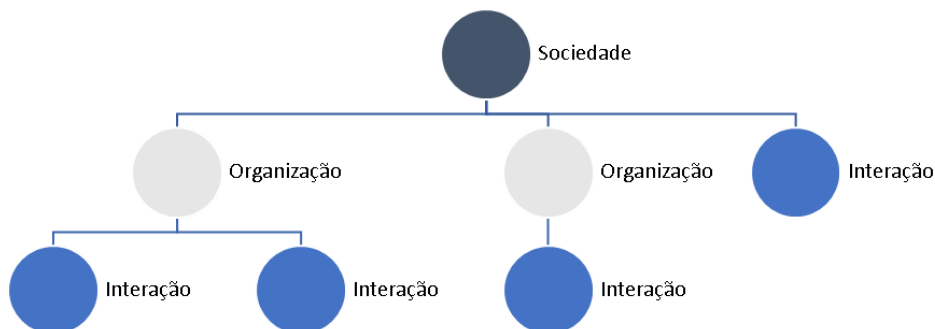
Como a sociedade e seus sistemas funcionais, organizações também são sistemas autopoieticos que operam por conta própria. Elas só podem ser formar no interior de uma sociedade, e desse modo realizar a sociedade, porque seus modos de operação são nada além de comunicações. Organizações pressupõem como seus ambientes a diferenciação da sociedade, linguagem, e o cumprimento de todos os tipos de funções. Se (e somente se) isso é assegurado, elas se formam e reproduzem seus próprios limites, suas próprias interrupções no *continuum* da comunicação social. E o fazem especificamente através da distinção entre membros e não-membros. (LUHMANN, 2013, p.164, tradução nossa).

Organizações surgem no interior da sociedade, mas com finalidades que se desenrolam de forma relativamente autônoma. Como as sociedades, elas têm uma temporalidade mais longa do que as interações, que se dissolvem de forma episódica, e são capazes de continuar existindo mesmo após a substituição dos seus membros. “Organizações podem coordenar um vasto número de interações. Elas realizam o milagre da sincronização de interações em seus passados e futuros, apesar de sempre ocorrerem ao mesmo tempo” (LUHMANN, 2012 vol.2, p.147, tradução nossa).

O resultado desta arquitetura teórica pode ser visualizado no Diagrama 5, com os diferentes tipos de Sistema social encerrados do micro para o macro.

³⁵ Não nos cabe neste trabalho apresentar os diferentes tipos de diferenciação da sociedade que se desenvolvem historicamente. Cf. LUHMANN, 2012 vol.2, Cap.4.

Diagrama 5 - Sociedade, organização e interação



Fonte: Elaborado pelos autores.

A sociedade permanece como o sistema social mais abrangente, que engloba organizações e interações no seu interior, além de outras comunicações que ocorrem de forma não-simultânea (utilizando o meio da escrita, por exemplo). Organizações, por sua vez, também contém interações em seu interior (no ambiente de trabalho de uma empresa ou em uma escola, por exemplo).

Considerando o problema micro e macro como um problema de escala espaço-temporal, vemos que a teoria dos sistemas apresenta conceitos capazes de lidar desde o nível mais micro, como uma conversa entre duas pessoas, até o nível mais macro, como o desenvolvimento histórico da sociedade mundial. Além disso, a teoria dos sistemas autopoieticos mantém a autonomia operacional dos diferentes tipos de sistema: sociedades não têm prioridade causal sobre interações e organizações, nem vice-versa. Cada sistema opera dentro dos seus limites, e as relações entre eles devem ser esclarecidas através dos acoplamentos operacionais específicos que eles desenvolvem.

Considerações finais

Consideramos que a identificação de micro e macro enquanto um contínuo que se refere à escala dos fenômenos sociais no tempo e espaço facilita a interpretação das teorias, e passa ao lado de outras discussões (como os problemas todo-parte, as questões do determinismo e da causalidade) que, embora importantes, nem sempre esclarecem o que está sendo dito. O modo de compreender esta questão no artigo

buscou estabelecer um quadro conceitual que possibilitasse a consideração de teorias complexas, que estudam fenômenos de distinta magnitude tendo como base um mesmo referencial teórico. De tal modo, a proposta teoria se entende de forma integrada, sem distinguir conceitos de meio termo nem polarizações que limitam a compreensão das realidades sociais. Como se argumentou nas seções precedentes, a questão do micro e macro, mesmo como contínuo, é questão de ênfase, reconhecendo-se assim que embora estejamos falando de um mesmo fenômeno com distinta amplitude espaço-temporal, o que pode se vislumbrar nas propostas teóricas são focos que se enfatizam, ou não.

Como mencionado, as leituras predominantes das obras de Parsons e Luhmann se manifestam numa linha que determina que ambas enfatizam a consideração de fenômenos macrossociais. Essas leituras, muitas vezes pecando na simplicidade, recaem na desconsideração de aspectos teóricos expostos nas obras de Parsons e Luhmann que demonstram a utilidade e eficiência para pensar questões microsociológicas. Não se discute aqui as vantagens que as obras de Parsons e Luhmann expressam para pensar aspectos macrossociológicos, entendendo-se também que grande parte dos esforços foram, justificadamente, realizados a fim de aprimorar a análise neste nível. Contudo, o que buscou o presente artigo foi demonstrar como tanto a obra de Parsons quanto a de Luhmann, por meio da utilização de um único quadro conceitual, possibilitam, facilmente, tratar de aspectos micro.

Tendo realizado uma análise das obras dos autores, iluminando as construções conceituais fundamentais de ambas as obras, sustenta-se que ler as teorias de Parsons e Luhmann como esforços que tratam unicamente do lado macro da distinção seria uma interpretação muito limitada. A arquitetura teórica de ambos os autores abre espaço para a análise de fenômenos micro e macro sociais. Pensando com Parsons, a diferença entre micro e macro deve ser realizada na delimitação do objeto de pesquisa. A teoria dos sistemas de ação abre possibilidades para análises micro, *meso* e macro sociais. Em Luhmann, temos um sistema social emergente, que se distingue dos níveis psíquicos e biológicos. Este sistema pode ter duração e alcance espacial curtos (micro), ou pode desenvolver estruturas que permanecem no tempo e se espalham espacialmente. Ambos são teoricamente definidos. O ponto central do argumento levantado pelo artigo, e que se opõe às interpretações das teorias como sendo exclusivamente macro, refere-se à importância de não se confundir o interesse do autor no estudo prioritário de certos fenômenos empíricos com o potencial explicativo da teoria.

'MICRO' AND 'MACRO' IN PARSONS AND LUHMANN'S THEORIES: A METATHEORETICAL DISCUSSION

ABSTRACT: *The aim of this article is to revisit the wide-ranging controversy over the 'micro-macro' distinction in social theory, focusing on the work of Talcott Parsons and Niklas Luhmann. The main objective is to present arguments questioning the interpretation of these two theoretical proposals as representative of sociology exclusively in the macro level. Firstly, the 'micro-macro' concepts are problematised, which we understand as categories to distinguish social phenomena in a time-space scale. Then, we present an analysis of the conceptual strategies applied by Parsons and Luhmann to tackle the 'micro-macro' dilemma sociologically.*

KEY WORDS: Metatheory. Micro-macro. Social Theory. Talcott Parsons. Niklas Luhmann.

'MICRO' Y 'MACRO' EN LAS TEORIAS SOCIALES DE PARSONS Y LUHMANN: UNA DISCUSIÓN METATEÓRICA

RESUMEN: *El artículo busca revisar la larga controversia sobre la distinción 'micro-macro' en la teoría social, centrándose en el trabajo de Talcott Parsons y Niklas Luhmann. La intención es presentar argumentos que cuestionen la interpretación de estas dos propuestas teóricas como representativas de la sociología exclusivamente a nivel macro. Al principio, se muestra una problematización de los conceptos de "micro-macro", entendidos como categorías que ayudan a diferenciar los fenómenos de acuerdo con la amplitud temporal y espacial. En segundo lugar, se expone un análisis de las estrategias conceptuales empleadas por Parsons y Luhmann para abordar el problema 'micro-macro'.*

Palabras clave: Meta-teoría. Micro-macro. Teoría social. Talcott Parsons. Niklas Luhmann.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey. O Novo Movimento Teórico. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.2 n.4 São Paulo jun. 1987

ALEXANDER, *et al* (org.) **The Micro-Macro Link**. California: University of California Press, 1987.

BLUMER, Herbert. **Symbolic interactionism: Perspective and method**. Univ of California Press, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. 248p

COLLINS, Randall. Interaction Ritual Chains, Power and Property: The Micro-Macro Connection as an Empirically Based Theoretical Problem. In: ALEXANDER, *et al* (org.) **The Micro-Macro Link**. California: University of California Press, 1987

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. [s.l.]: São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology**. Cambridge: Polity press, 1984.

GERSTEIN, Dean. To unpack micro and macro: link small with large and part with whole. In: ALEXANDER, Jeffrey *et al.* (org.) **The Micro-Macro Link**. California: University of California Press, 1987

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da sociedade**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1989. 318p.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 18. ed. Petropolis: Vozes, 2011 233 p.

HABERMAS, Jurgen. **The theory of communicative action**. Cambridge: Polity Press, 1997. 2 v. ISBN 0-7456-0386-6 (v.1).

HAYEK, Friedrich. **Individualism and Economic Freedom**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

HUSSERL, Edmund. **Cartesian meditations: an introduction to phenomenology**. The Hague: M. Nijhoff, 1973.

LUHMANN, Niklas. The evolutionary differentiation between society and interaction. In: ALEXANDER, Jeffrey *et al* (org.) **The Micro-Macro Link**. California: University of California Press, 1987.

_____. A importância dos clássicos. *In*: GIDDENS, A. & TURNER, J. (Org.) **Teoria Social Hoje**. São Paulo, UNESP, 1999.

_____. **Introdução à teoria dos sistemas**. Aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. **Social Systems**. Stanford: Stanford University Press, 1995. 627p

_____. **Theory of Society**. California: Stanford University Press, 2012.

_____. **A Systems Theory of Religion**. California: Stanford University Press, 2013.

PARSONS, Talcott. **La situación actual y las perspectivas futuras de la Teoría Sociológica Sistemática**. Montevideo: FCU - Ficha No 123, [s.d.].

_____. **The Social System**. London: The Free Press of Glencoe, 1964.

_____. **Social Structure and Personality**. London, Collie-MacMillian LTD: The Free Press, 1970.

_____. **Action Theory and The Human Condition**. London: The free press, 1978.

_____. **La sociedad. Perspectivas evolutivas y comparativas**. México: Trillas, 1986.

_____. **El sistema de las sociedades modernas**. México: Trillas, 1987.

PARSONS, Talcott; PATT, George. **The American University**. Massachusetts, Cambridge: Harvard University Press, 1973.

PARSONS, Talcott; SHILLS, Edward. **Toward a General Theory of Action**. Massachusetts, Cambridge: Harvard University Press, 1962.

RITZER, George. **Sociological Theory**. New York: McGraw-Hill, 2010.

SCHILLO, Michael; FISCHER, Klaus; KLEIN, Christof T. The micro-macro link in DAI and sociology. *In*: **International Workshop on Multi-Agent Systems and Agent-Based Simulation**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2000.

TOMASELLO, Michael. **Origins of Human Communication**. Cambridge: The MIT Press, 2008.

TURNER, Jonathan. **Theoretical Principles of Sociology**. California: Springer, 2012.

VANDENBERGHE, Frederic. Metateoria, teoria social e teoria sociológica. **Cadernos de Sociofilo**, IESP.URJ, 2013.

VON FOERSTER, Heinz. **Understanding understanding**: essays on cybernetics and cognition. New York: Springer, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

Recebido em 15/06/2018.

Aprovado em 11/09/2019.

A MATERNIDADE PARA UM CUIDADO DE SI: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO

*Silvana Maria BITENCOURT**

RESUMO: A crescente inserção feminina na educação superior e no mercado de trabalho nas últimas décadas colabora para reforçar alguns dilemas na construção da equidade de gênero, no que se refere ao uso do tempo para as mulheres estudarem, trabalharem, cuidarem da família e cuidarem-se. Partindo desta perspectiva, este trabalho tem como objetivo identificar como as mulheres universitárias lidam com a maternidade e a construção da carreira durante a fase da graduação. Para isto realizou-se trabalho de campo em dois cursos de graduação e foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas com estudantes em caráter de profundidade. Concluímos que a maioria das mães apresenta dificuldades em conciliar maternidade e estudos, algumas delas pensam em desistir por não contar com uma rede de apoio, assim como não há políticas públicas que reconheçam a participação da mulher mãe nas universidades brasileiras.

PALAVRAS- CHAVE: Maternidade. Cuidado. Desigualdade de gênero. Equidade de gênero.

Introdução

A crescente inserção feminina na educação superior e no mercado de trabalho nas últimas décadas colabora para reforçar alguns dilemas, que ainda comprometem a construção da equidade de gênero no que toca as condições sociais, culturais e econômicas para as mulheres estudarem, trabalharem, cuidarem da família e cuidarem-se (ARAÚJO, 2006; O'REILLY, 2005; SORJ *et al* 2007).

* UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campus Cuiabá. Cuiabá – MT – Brasil. 78068-401 - silvana_bitencourt@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-3183-373X>.

A maternidade ainda não foi um assunto superado pelas questões feministas, pois as diversas desigualdades de gênero detectadas em várias relações sociais afirmam que elas têm assumido a maior parte do trabalho doméstico e o cuidado dos filhos, logo, enfrentado dificuldades em investir em uma carreira profissional (BITENCOURT, 2013).

Assim, a maternidade necessita de uma análise de gênero, a fim de compreender por que as mulheres são as mais prejudicadas quando o dilema é conciliar maternidade e carreira, ou seja, vida profissional e pessoal (ARAÚJO, 2006).

Partindo da perspectiva do **ser mulher** na contemporaneidade, este trabalho tem por objetivo verificar como as estudantes de Ciências Sociais e Medicina lidam com a maternidade e o cuidado de si. Considerando que a universidade brasileira não tem apresentado uma política pública que insira diretamente as mulheres mães, pois o número de creches nas universidades não consegue suprir a grande demanda das estudantes mães, especialmente as trabalhadoras e de baixa renda.

Em relação à metodologia, realizou-se trabalho de campo em dois cursos de graduação (Ciências Sociais e Medicina) e foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas em caráter de profundidade com estudantes mães.

O trabalho de campo foi realizado de julho de 2016 a junho de 2017, sendo que no curso de Medicina as entrevistas foram realizadas durante os intervalos das aulas de estágio curricular. Já no curso de Ciências Sociais as entrevistas foram feitas no período noturno, na universidade, antes do início das aulas.

O presente texto divide-se em duas partes: na primeira se discute as mulheres e a questão da maternidade; na segunda parte apresentam-se os dados coletados das entrevistas, a partir dos seguintes itens: o cuidado de si; a construção da carreira e as motivações; a maternidade e seus significados e a participação paterna no cuidado dos filhos.

As mulheres e a maternidade

Apesar de todas as conquistas feministas que emergiram nos últimos anos, destacando a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e no ensino superior, quando o assunto é discutir cuidado dos filhos e da casa, são as mulheres ainda as mais lembradas, cobradas e responsabilizadas. Considerando-se essa distribuição pouco democrática do trabalho de cuidado que tende a implicar diretamente na vida das mulheres que desejam e precisam trabalhar fora de casa (ARAÚJO, 2006).

Alguns discursos naturalistas do final do século XIX contribuíram para endossar a maternidade como uma característica que compreenderia a mulher em sua plenitude existencial, logo todas deveriam passar por essa experiência (MARTINS, 2004). Experiência essa que durante muito tempo funcionou como um padrão cultural feminino, responsável por reduzir as mulheres há seres naturalmente destinados à reprodução.

Essa forte representação do gênero feminino a partir da maternidade pode justificar o aumento nos últimos anos de tratamentos de fertilidade realizados por mulheres mais velhas, que depois de terem alcançado o sucesso na carreira profissional, buscam na maternidade uma realização plena (HEWLETT, 2008).

Mesmo que atualmente haja homens que se empenham em cuidar dos filhos e dividir as tarefas domésticas, a maternidade ainda pesa sobre as mulheres, especialmente para aquelas que dispõem de poucos recursos materiais para comprar os serviços de cuidado (HIRATA; GUIMARÃES, 2012).

Em relação às mulheres que se dedicam ao trabalho da maternidade, geralmente seus desempenhos são percebidos como normal, ao contrário dos homens, que quando se dedicam à paternidade, podem ser identificados como verdadeiros heróis³⁶.

Atualmente a mídia utiliza de algumas figuras masculinas para apresentar pais que deram certo, ou seja, conscientes de suas paternidades, que quando ajudam suas esposas e participam ativamente da educação de seus filhos e filhas recebem muitos elogios e viram exemplos a serem seguidos. Logo, a representação atrelada à mulher mãe contribui para sustentar as microdesigualdades de gênero sofridas pelas mulheres que optaram pela carreira e maternidade (FABBRO, 2006, O'REILLY, 2005).

Deste modo, essa mulher elástica³⁷ (O'REILLY, 2005) pode ser um multiplicador de desigualdades de gênero, pois contribui para reforçar um tipo ideal de mulher sempre disposta a cuidar da família. Depois que os filhos crescem, terão seus pais e mães idosas para cuidar, considerando que no Brasil as políticas de cuidado não têm sido as mais eficientes. (CAMARANO; MELO, 2010, GUEDES, 2016).

Do mesmo modo, essa representação da mulher elástica, deve ser analisada considerando-se que muitas mães, por delegar o cuidado dos filhos a outras mulheres, estão conseguindo conciliar carreira e maternidade. No entanto, é importante

³⁶Na mídia brasileira os exemplos têm sido o ator Rodrigo Hilbert e Marcos Piangers, autor do livro *O Papai é Pop*. Eles apareceram com os/as filhos/as mostrando que são homens conscientes, pois dividem as tarefas domésticas e o cuidado das crianças.

³⁷Elástica é a mulher que consegue exercer diversas funções ao mesmo tempo e sente-se feliz e realizada. Para mais informações ler: O'REILLY (2005).

destacarmos a questão da maternidade de transferência³⁸ e o investimento em escolinhas de tempo integral para aquelas que podem comprar os serviços de cuidado. Aquelas que não dispõem de recursos materiais para comprar esses serviços, acabam tendo pouco tempo para se qualificarem para participar do mercado de trabalho. Logo, quando se inserem no mercado tendem a vivenciar a precarização (HIRATA; KERGOAT, 2005).

Nesse sentido, é importante ressaltar o aumento de mulheres brasileiras em trabalhos informais, avaliando as dificuldades que a condição materna pode lhes exigir para participar do mercado de trabalho formal. Hirata (2005) salienta que mesmo que o trabalho feminino ainda continue concentrado em setores como serviços pessoais, saúde e educação, é relevante considerar a condição de bipolarização para se analisar a situação das mulheres no mercado de trabalho. Sobre essa diversidade do trabalho feminino, Helena Hirata compartilhando com Danielle Kergoat, destaca que:

[...] a tendência à diversificação das funções mostra, hoje, uma situação caracterizada pela bipolarização: em um extremo, profissionais altamente qualificadas com bons ganhos (engenheiras, arquitetas, médicas, professoras, gerentes, advogadas, magistradas, etc.), e, no outro, mulheres com qualificação muito baixa, baixos salários e trabalhos sem reconhecimento social (HIRATA; KERGOAT, 2005, p.116).

Nesse sentido, a terceirização do cuidado apresenta-se como uma boa opção às mães de classes médias (HIRATA; GUIMARÃES, 2012). No entanto, as mulheres de classes populares poucas opções terão em relação ao tempo para se qualificar. Quando os filhos são pequenos, isso se apresenta de forma ainda mais crítica, pois não há creches públicas e gratuitas de período integral para deixarem seus filhos.

Situação que é bem diferente se cotejada com os homens destas classes, como apontou o estudo de Maldalozzo e Blofield (2017). Nesse estudo, as autoras constataam que as mulheres de classes populares tendem a ficar na inatividade para o mercado de trabalho e com dificuldades para se qualificarem devido ao cuidado dos filhos e do trabalho doméstico, que ficam sob as suas responsabilidades. Partindo deste conflito, as autoras salientam que é preciso se pensar em políticas de coparticipação do Estado e dos pais para o cuidado dos filhos a fim reduzir os danos causados na vida das mulheres dessas classes sociais.

³⁸ Para mais informações ler: COSTA (2002).

Compartilhando desse ponto de vista, podemos verificar que ter um filho requer custos emocionais e materiais. Conforme Ferreira (2003), o período estabelecido para as licenças paternidade e maternidade, retira dúvidas de quem deve cuidar da criança nos primeiros meses de vida, portanto são ainda as mulheres as mais prejudicadas.

Durante muito tempo o destino feminino esteve vinculado à maternidade, como se essa condição fosse algo determinado biologicamente e da qual a mulher não teria como fugir. Logo, ela deveria compreender as alterações funcionais de seu corpo nas diferentes fases da gestação, sem se descuidar da beleza e da sensualidade. Nesse sentido, a maternidade era significativamente representada a partir do discurso biológico e social da passividade presente no gênero reconhecido como culturalmente feminino (SANT'ANNA, 1995; MARTINS, 2004, MARTIN, 2006).

Da mesma forma, o corpo feminino, vinculado ao destino natural da maternidade, incluiu as mulheres em papéis sociais considerados inferiores aos alocados aos homens no processo cultural. Nesse sentido, esses papéis femininos atrelados ao trabalho de cuidado foram determinados culturalmente pelo corpo biologicamente visto como feminino, tendo como exemplo maior a maternidade. Sendo ela a condição mais próxima da natureza e mais distante da racionalidade presente no gênero masculino (ORTNER, 1979).

De acordo com Porto (2011), a construção da maternidade a partir dessa dimensão simbólica atribuída ao fato biológico, foi interpretada como decorrência natural do ato sexual e da gravidez, naturalizando as mesmas crenças que orientam as relações de gênero e os valores atribuídos a cada sexo.

Foi com a publicação da obra de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo* (1949), que a maternidade começou a ser vista como um constructo social, logo a maternidade designava o lugar da mulher na sociedade, ou seja, a mãe zelosa presente no espaço doméstico era responsável pelo cuidado dos filhos. Ao alocar a mulher nesta posição, o espaço público não fazia parte da vida das mulheres (SCAVONE, 2001:2004).

A inserção feminina no mercado de trabalho formal encontrou diversas barreiras de gênero, principalmente em um mercado dominado simbolicamente e majoritariamente pelos atributos de masculinidade. Segundo Scavone (2001), é possível afirmar que um dos aspectos mais evidentes na transformação da maternidade foi o rompimento com seu determinismo biológico. É a partir deste momento que a maternidade deixou de ser um destino feminino para ser escolha.

Foi o rompimento com o discurso biológico e os papéis sociais, e o tratamento da maternidade como escolha, que intensificaram as mudanças a partir das reivindicações dos movimentos feministas da segunda onda. Esses, que contribuíram

significativamente para as mulheres se inserirem no mercado de trabalho e na educação formal como sujeitos de suas escolhas. Assim, surgem novos modelos de maternidade que englobam diversos tipos de família e relacionamentos, passando essa a ser uma questão social e não mais uma responsabilidade exclusiva da mulher.

No entanto, ainda nos deparamos com discursos que naturalizam a maternidade como função/obrigação das mulheres. Um exemplo é o que ficou evidente no estudo das autoras Schwengber e Meyer (2007) a partir de uma análise da revista *Pais & Filhos*, entre os anos de 1968 e 2004, em que constataram como as mulheres ainda são representadas pela mídia como mães. De acordo com o estudo, a revista posiciona as gestantes como mulheres que necessitam desenvolver competências específicas, segundo padrões definidos, para melhor conduzirem suas gestações e cumprirem com as obrigações relativas a essa condição. A revista reforça o estereótipo da mãe amorosa e protetora que abdica da vida pública para se dedicar ao cuidado dos filhos, e durante a gestação torna-se responsável por transportar e abrigar a existência de um novo ser.

Assim, observa-se que a conciliação entre carreira e maternidade ainda é vivenciada como um período bastante trabalhoso por grande parte das mães que participam ativamente do mercado de trabalho, sendo que as universitárias também vivenciam dificuldades para lidar com esta conciliação.

Em relação à universidade, as experiências da maternidade são bastante emblemáticas: mães que relatam sobre experiências negativas nos programas de pós-graduação, moldados a partir da atual política de produtividade: produzir ou morrer (BITENCOURT, 2014, BIANCHETTI; MACHADO, 2006), inércia no *currículo lattes*, quando os filhos são pequenos (AQUINO, 2009). Analisando que a universidade nunca foi um lugar para crianças, pouco se discute sobre a necessidade de creches dentro do *campus* universitário para servidoras/es e alunas/os que têm filhos pequenos.

Partindo desta perspectiva, é importante salientar que o público da universidade mudou, considerando a expansão do ensino superior (TORINI, 2012) nos anos de 2000 e as políticas de cotas para estudantes negros, indígenas, quilombolas e de escolas públicas nos cursos de graduação e também na pós-graduação. Assim como a abertura de vários cursos no período noturno, oportunizando àquelas mulheres que não tiveram tempo para estudar, voltarem aos estudos.

Em algumas situações essas acadêmicas não têm um companheiro para dividir o cuidado dos filhos e o trabalho doméstico, e geralmente quando os parceiros participam desse cuidado, o papel da maternidade ainda pesa sobre elas, especialmente durante o período gestacional e de amamentação (AQUINO, 2009).

Para Bianchetti e Machado (2006) o uso do tempo entre os acadêmicos/as é pensado por meio da palavra prazo, uma palavra mágica neste contexto. Especialmente entre as acadêmicas que são mães, o tempo se divide entre cumprir os prazos impostos pela faculdade e o cuidado com os filhos. Nesse aspecto o cuidar de si, tanto no âmbito físico quanto psicológico, pode ser deixado em segundo plano.

Segundo Foucault (1985) o cuidado de si abrange técnicas que permitem aos indivíduos efetuarem operações em seus próprios corpos, em suas almas, em seus pensamentos e condutas de tal modo que isto os transformem e os modifiquem, com a finalidade de alcançarem certo estado de perfeição ou felicidade.

Podemos verificar que essas operações englobam a prática de atividade física, alimentação saudável, lazer, cuidados de beleza e práticas de relaxamento e meditação. Assim como as mais diversas relações que constituem o indivíduo a partir de uma ideia de cuidar do mundo ao seu redor, contemplando o bem-estar e o equilíbrio. No entanto, a grande carga de tarefas das mulheres mães, muitas vezes, impede que essas exerçam o cuidado de si.

Maternidade e os cuidados

As mudanças na construção da identidade de gênero se deram de forma desigual, pois a socialização mudou significativamente para as mulheres. Contudo, os homens ainda continuam presos a modelos de masculinidades pautados em padrões de virilidade, logo não reivindicaram profissões vinculadas ao cuidado (ITABORAÍ; RICOLDI, 2016).

Nesse sentido, as mulheres vivenciam desvantagens em relação às suas trajetórias no mercado de trabalho, podendo sofrer limitações para ocupar postos de decisão em diversas áreas profissionais por serem responsabilizadas pelo cuidado dos filhos e da casa (AQUINO, 2009; GUEDES; ARAÚJO, 2014). Desta forma, muitas mulheres acumulam diversas funções e conseqüentemente se esquecem de cuidarem-se.

Entre as acadêmicas, podemos observar que muitas buscam táticas para lidar com o cuidado dos filhos e o trabalho doméstico desde o curso de graduação, pois no campo acadêmico os indivíduos precisam se adequar à cultura científica e não o contrário, portanto aprender as regras do jogo para ser um bom jogador, que deve competir para ganhar. (BOURDIEU, 1975).

Considerando que a vida acadêmica exige dedicação e tempo, conciliar essa fase com os cuidados dos filhos pode ocasionar a construção de diversos dilemas para as universitárias em relação ao uso do tempo para lidar com suas escolhas.

Os cursos de graduação exigem que as alunas tenham disponibilidade para as aulas, estágios e desenvolvimento de trabalhos, portanto quem começa a fazer um curso de graduação, necessitará se adequar a uma determinada rotina acadêmica e cumprir prazos. Esses prazos serão estabelecidos por meio da matriz curricular do curso e pelo calendário acadêmico específico, conforme a universidade analisada.

Assim, as estudantes mães necessitarão organizar o tempo do curso de graduação com os cuidados dos filhos e os cuidados de si.

Durante a observação de campo constatamos algumas características gerais de mães analisando seus cursos de graduação. Em relação às mães do curso de Medicina notamos que a faixa etária de entrada no curso varia entre 17 e 22 anos. Pelo fato de a maioria das alunas concluir o ensino médio ou cursinhos pré-vestibulares e geralmente entrar direto na universidade, trata-se de um grupo com perfil mais jovem, se comparado às estudantes do curso de Ciências Sociais que é noturno, composto de alunas sendo a maioria de trabalhadoras que tem maior número de filhos quando entra no curso (de dois a quatro). No curso de Medicina constatamos que todas as entrevistadas tinham apenas um filho.

Na graduação de Ciências Sociais verificamos a presença de mulheres mais velhas, que em sua maioria trabalha e estuda concomitantemente. Em geral são as que constituíram família antes de ingressar na universidade, portanto, têm filhos e agora buscam a qualificação para ingressar em uma profissão. Um grande número de entrevistadas salientou que entrou no curso tardiamente, por causa da maternidade e da família. Uma informante especificamente frisou que “a maternidade é um fator complicador para sua formação acadêmica”. Prestes a jubilar no curso de Ciências Sociais, ela afirma que isso se deve ao fato de que sua prioridade é ser mãe, logo a graduação tende a ficar em segundo plano.

Rosa³⁹: Por várias vezes, eu pensei em desistir. Eu penso que meu tempo já passou. Contudo, eu preciso investir [no curso], às vezes, ela [filha] requer atenção. Essa necessidade de buscar um futuro para dar para ela, então eu fico entre a cruz e a espada, por que hoje eu necessito de um financeiro, se eu não buscar esse financeiro eu não tenho como sustentar ela, mas se eu também não tiver graduação, eu vou sempre ficar pingando aqui e ali no

³⁹ Os nomes das entrevistadas deste estudo são fictícios, a fim de preservar suas identidades.

financeiro, por que a gente sabe que hoje querendo ou não, uma graduação é o que te põe no mercado de trabalho um pouco melhor. E é muito complicado e acho que é por isso que eu tenho estendido muito o curso. Ela teve um tempo muito doente, ela interna eu tenho que ir ao médico porque ela não mamou e depois que eu a tive, parece que ser mãe - você está firme quando seu filho está firme.

Conforme a entrevistada Rosa, podemos verificar como ela sente-se dividida entre o curso de graduação e a filha, contudo, a sua fala afirma que a prioridade é a filha. Durante a entrevista, ela comenta que a filha fica doente por não ter mamado o suficiente. Evidência que afirma a sua responsabilidade com a saúde da filha. Finaliza comentando que para “estar bem” precisa que a sua filha também esteja bem, portanto apresenta a ideia da interdependência emocional entre ela e a filha.

Outra estudante de Ciências Sociais nos revelou que desistiu do primeiro curso superior que havia iniciado, pois não conseguiu conciliar o trabalho, a maternidade e a graduação. Alguns anos depois, esta mesma estudante relatou ter iniciado um curso em outra área, mas no período noturno, na tentativa de conciliar maternidade e graduação.

Desse modo, constatamos um significativo contraste entre esses dois cursos não apenas por tratar de áreas distintas (Ciências Médicas e Humanidades), mas por diferenças que refletem gênero, geração, classe social entre outros marcadores sociais.

Os cursos de graduação, por serem representados pela participação maior de estudantes jovens, têm contribuído para estudantes mais velhas não serem levadas muito a sério, se comparadas às jovens. Conforme a fala desta estudante, com idade de 54 anos, podemos perceber que além do problema de estar se qualificando tardiamente, algumas mulheres também enfrentam conflitos geracionais na universidade e constrangimentos que podem afetar suas subjetividades.

Marcela: Eu já tive um colega que falou para mim assim (por que eu sempre tirei notas e nunca reprovei em nenhuma disciplina?) ‘você vai passar sempre em tudo, porque você é velha, os professores irão te dar nota’ eu já ouvi isso. Aí, eu falei assim, que bom né, para alguma coisa tem que servir ser velha, falei brincando.

Constatamos que enquanto na Medicina a maternidade é uma questão para se discutir após o fim do curso de graduação, nas Ciências Sociais muitas mulheres

priorizaram a família em detrimento da formação profissional. Muitas, inclusive, são até avós.

Também verificamos que a maternidade das alunas de ambos os cursos não foi planejada. De todas as entrevistadas, apenas uma mencionou ter planejado sua gestação. Todavia, mesmo tendo planejado, a estudante afirmou que o fato de ser mãe durante a graduação interferiu negativamente nas suas atividades acadêmicas.

No curso de Medicina os planos de residência e aperfeiçoamento na profissão continuam mesmo após o nascimento dos filhos, contudo há alterações nesses planos para quem é mãe. Uma entrevistada comentou que depois que a filha nasceu, sua prioridade é fazer residência médica na mesma cidade onde reside sua família, pois depende dela para ajudar nos cuidados com o filho.

Por outro lado, nas Ciências Sociais as estudantes mães buscam no curso de graduação uma estratégia de melhorar suas condições socioeconômicas, muito embora já sustentem integral ou parcialmente a família. Nos relatos das estudantes deste curso, constatamos que elas veem na graduação uma oportunidade de inserirem-se no mercado de trabalho como profissionais. Para elas, quem não tem nenhum tipo de curso superior ou profissionalizante é tratado quase como um “escravo” no mercado, sendo submetido às piores condições de trabalho e salários.

Apesar das dificuldades relatadas, é por uma situação profissional mais digna e melhores condições no mercado de trabalho que a maioria das estudantes de Ciências Sociais persiste na continuidade do curso de graduação. Interessante notar que essa consciência em relação à precarização do mercado de trabalho foi relatada de forma repetitiva pelas estudantes do curso de Ciências Sociais em suas entrevistas. Essas estudantes afirmaram que já sabem o que é vivenciar o mercado com pouca qualificação e ter que deixar os filhos em casa sozinhos.

Nesse sentido, podemos constatar que a análise da maternidade deve considerar as interseccionalidades⁴⁰ entre as mulheres mães, a fim de se refletir como as diferentes experiências da maternidade se articulam com a realidade social da mulher contemporânea que precisa conciliar maternidade e carreira (BITENCOURT, 2013, 2017).

⁴⁰Sobre as interseccionalidades nos estudos de gênero ver: Piscitelli (2008); Brah (2006).

Os cuidados do corpo

Sobre o cuidado do corpo, as entrevistadas do curso de Ciências Sociais relataram que iam frequentemente ao médico. Contudo, os cuidados com alimentação, prática de exercícios físicos e uso de terapias para aliviar o estresse são mínimos em função da falta de tempo.

A fala de Juliana ilustra esse aspecto em relação ao autocuidado entre as estudantes de Ciências Sociais.

Juliana: As mulheres das Ciências Sociais não têm esse cuidado [com o corpo]. No meu caso eu achava assim, vou fazer caminhada, vou ficar cansada, não vou conseguir ler direito os textos, eu não ia fazer caminhada e ficava lendo, por que mesmo depois da atividade tem o cansaço. Eu estou falando por mim. Mas eu vejo assim, mesmo as meninas mais novas estão assim também, não têm muito cuidado, falam isso também, que não têm tempo, não é tão importante [cuidar de si].

A única exceção neste curso foi uma informante que parou de trabalhar para finalizar o curso e declarou que agora está tendo tempo para cuidar de si. Ela relatou que pratica atividades físicas e tem buscado uma alimentação mais saudável. Contudo, enfatiza em sua fala como o cuidar-se requer gastos financeiros e sabe que a maioria das mulheres do seu curso não tem. Segundo ela, “eu só consigo cuidar-me por que atualmente não trabalho fora e meu marido tem um bom salário para manter meus cuidados” (Lais).

Por outro lado, as informantes de Medicina nos informaram que mesmo tendo pouco tempo destinado ao cuidado, buscam manter uma rotina de cuidados, desde uma alimentação mais saudável até a prática de exercícios físicos na academia. Conforme a fala da estudante:

Paula: Valorizo muito [o cuidado do corpo], me alimento bem, tento ir à academia pelo menos 3x por semana, o sono que acaba sendo o mais prejudicado, mas tento ter pelo menos, umas seis horas de sono por noite. Vou ao médico e faço exames periódicos também.

Essa diferença em relação à importância atribuída ao cuidado de si pode estar relacionada aos aspectos culturais de cada curso, mas também à renda das entrevistadas. Percebemos que no curso de Ciências Sociais, as mulheres têm uma

renda menor, fator que as impossibilita de, por exemplo, fazerem academia ou irem ao salão. No curso de Medicina a renda é maior, de modo que mesmo sem tempo para cozinhar, as entrevistadas conseguem, por exemplo, comer fora de casa, manter uma alimentação mais saudável, pagar academia mensalmente e estabelecer uma frequência mínima semanal de ir ao salão de beleza para arrumar cabelos e unhas.

A construção da carreira e as motivações

Em relação às motivações para a construção da carreira todas se mostraram muito comprometidas. Nos dois cursos pesquisados ficou claro que a construção da carreira está relacionada à obtenção e manutenção de melhores condições financeiras.

Na Medicina houve também expressões que remetiam a realização de um sonho. A fala das entrevistadas deixou evidente que todas sempre desejaram fazer o curso de Medicina, desde muito cedo e que os seus filhos são uma motivação a mais para continuar. Em um dos relatos a entrevistada afirma que:

Joelma: uma das minhas grandes motivações é poder dar à minha filha uma melhor qualidade de vida, além de mostrar para ela (filha) que nada impede a realização de um ‘sonho’ quando se tem vontade e persistência e também mostrar para os meus pais que o esforço deles não foi em vão.

Percebemos que na Medicina há um envolvimento emocional significativo para estas estudantes estarem fazendo este curso. Elas veem no ser médica a realização de um sonho e um orgulho que querem dar aos seus pais, além da parte financeira.

Sofia: Minha motivação principal é meu desejo pessoal de ser médica, que foi a profissão que sempre sonhei e a qual já lutava para realizar antes de ser mãe. Em segundo lugar ter minha independência financeira e poder dar à minha filha uma boa qualidade de vida.

É importante salientar o prestígio vinculado à profissão médica, sendo a Medicina um dos cursos mais concorridos na universidade analisada. Apesar da expansão de mais cursos nos últimos anos, quem cursa Medicina, especialmente quando se é mulher, ainda tem mais reconhecimento e prestígio social se comparada, por exemplo, ao curso de Ciências Sociais na contemporaneidade (TORINI, 2012).

A maternidade e seus significados

Por outro lado, algumas mães do curso de Ciências Sociais na autorreflexão sobre maternidade falaram que não teriam tido os filhos se pudessem escolher hoje entre “ser ou não mãe”. Segundo elas, o problema é que o “filho exige muita dedicação e tempo e isso tende a atrapalhar a construção da carreira” (Juliana).

No curso de Medicina as entrevistadas também citaram que ser mãe exige muita dedicação e responsabilidade. No entanto, em suas falas não há expressão de arrependimento por terem sido mães durante a graduação.

Uma das informantes nos relatou que “como tudo na vida, a maternidade é uma escolha, por mais que não haja um planejamento na gestação, você escolhe se quer ou não quer ser mãe e que tipo de mãe você quer ser”. Segundo ela, no momento que aceitou ser mãe, descobriu uma nova forma de viver, e que apesar das dificuldades, não se arrependeu de ter assumido essa nova realidade. “É algo intraduzível. Não há experiência que eu possa comparar. É, sem dúvidas, a minha prioridade desde o dia em que ela nasceu e não consigo imaginar mais qualquer passo sem pensar nela antes. É o que tenho de mais importante na vida” (Joelma).

Talvez por serem mais jovens, terem melhores condições socioeconômicas e uma rede de apoio maior, que as permite vivenciar esta fase com mais tranquilidade, estas mães têm uma visão mais romântica da maternidade.

O que não é percebido no curso de Ciências Sociais, onde as mães são mais velhas, e por isso a rede de apoio é menor e as dificuldades financeiras maiores. Demonstrando que a maternidade, muitas vezes, se torna um empecilho para a vida acadêmica. Evidência constatada na pesquisa realizada com doutorandas em Sociologia sobre maternidade e carreira (BITENCOURT, 2013).

As estudantes das Ciências Sociais relatam que renunciaram a grande parte de suas vidas por causa dos filhos. Especialmente no que tange à graduação, observamos que em sua maioria as entrevistadas criaram os filhos antes de buscar uma carreira. Isso se deve ao fato de que precisaram trabalhar para sustentar os filhos. Portanto, por não terem apoio da família, companheiro ou esse apoio não ter sido o suficiente para possibilitar que elas estudassem durante com a chegada dos filhos pequenos.

Marta: Eu acho assim que é uma responsabilidade enorme, grande, tanto que eu não planejei ter filhos e se eu tivesse como evitar, teria evitado um bom tempo. Não sei se eu teria filhos. Eles (filhos) exigem muito, você está colocando um ser no mundo, você

tem que ser responsável por aquilo ali e eu acho que é muita responsabilidade. Nenhum dos meus filhos foi programado, eu tomava comprimido, mas para mim nunca fez efeito.

No curso de Medicina apenas uma entrevistada foi mãe antes de entrar na graduação e mesmo assim iniciou a faculdade com o filho ainda bem pequeno (dois anos). As demais engravidaram durante a graduação, sendo que nenhuma gestação foi planejada. Apenas uma entrevistada é casada, no entanto, todas têm uma rede de apoio que envolve principalmente os avós maternos da criança.

Nas falas das entrevistadas podemos verificar as dificuldades que encontram para conciliar a maternidade e a graduação. Contudo, nenhuma trancou o curso ou pensou em desistir. As dificuldades financeiras são menores e a maioria conta com ajuda da mãe para cuidar dos filhos.

No entanto, mesmo contando com essa rede de apoio, constatamos as dificuldades vivenciadas para conciliar os horários das aulas do curso de Medicina e os horários do colégio das crianças. Uma das entrevistas mencionou que teve uma discussão com uma professora, pois tinha que sair às 17h30 para buscar a filha na escola e as atividades no ambulatório terminavam mais tarde.

Sofia: Não é fácil. Tudo precisa ser muito bem programado e pequenas mudanças, que são comuns na faculdade (como horário de aula, fim das atividades diárias do internato, etc) às vezes, me estressam e causam transtornos. Um exemplo prático aconteceu dias atrás, quando avisei uma professora que eu precisaria sair no máximo às 17h30, pois não tinha ninguém para buscar a minha filha. A princípio, ela questionou, não gostou, chegamos a ter uma pequena discussão, mas por fim, nós mudamos o horário do início do ambulatório para dar tempo nos dias seguintes.

Outra entrevistada da Medicina comentou que com a entrada no internato⁴¹ terá que mandar o filho para a casa dos pais, que fica em outro estado em função de não haver horários estendidos nas creches e colégios e ela não ter ninguém com quem deixá-lo após a saída da escola.

⁴¹ O internato ocorre nos últimos dois anos do curso, sendo o estágio obrigatório do curso de Medicina desta Universidade.

A participação paterna no cuidado dos filhos

No que tange à participação paterna no cuidado dos filhos, tivemos em cada curso uma estudante casada com o pai da criança. Ambas relataram que seus parceiros dividem as tarefas com o zelo pelas crianças, fazendo atividades escolares, levando para passear ou ao médico e cuidando das roupas e alimentação.

Uma estudante de Ciências Sociais, que não tem mais filhos pequenos, falou que o ex-marido a deixou com os quatro filhos pequenos, logo teve que cuidar de todos sozinha, só podendo iniciar a graduação depois que eles cresceram.

As outras informantes são solteiras, algumas recebem auxílio (pensão para as crianças) e uma delas não tem nenhum tipo de auxílio do pai da criança. De modo geral, em ambos os cursos, em relação às mães que são solteiras, percebemos a ausência dos pais na participação dos cuidados dos filhos.

Mesmo os pais que pagam pensão veem pouco a criança e não participam ativamente de sua vida. Tivemos um caso em que o pai não mantém a filha, contribuindo com uma pensão irrisória, que é descontada em sua folha de pagamento, por ter sido obrigado por lei pagá-la. Desta forma, percebemos que a mãe ainda é a principal responsável pelo cuidado dos filhos.

Em ambos os cursos observamos que as informantes sentem culpa por não estarem se dedicando integralmente ou suficientemente ao cuidado de seus filhos. Este sentimento de culpa tornou-se evidente no momento que questionamos sobre as dificuldades destas estudantes conciliarem graduação e maternidade.

Todas relataram que têm menos tempo do que gostariam junto aos filhos e que, muitas vezes, não estão presentes em momentos em que eles necessitam, como para fazer deveres de casa ou quando adoecem. E tentam compensar essa ausência, dando total atenção aos filhos durante o tempo livre de que dispõem.

Uma estudante do curso de Medicina salientou que “do momento que chego à casa até o momento em que ela (filha) vai dormir minha atenção é só dela” (Maria).

Na tentativa de compensar essas ausências encontramos um fato de desigualdade de gênero, pois é apenas depois de os filhos dormirem que elas vão desenvolver as atividades da faculdade ou cuidarem-se de alguma forma. Por causa disso, muitas vezes o tempo de sono dessas mulheres é reduzido, o que predispõe o desenvolvimento de patologias relacionadas ao esgotamento físico e mental, considerando que muitas fazem uso de psicofármacos para combater o estresse e a depressão.

Algumas Considerações

Podemos constatar que há desigualdade de gênero nesta relação entre maternidade e universidade, especialmente entre as mães do curso de Ciências Sociais, cuja grande maioria apresentou poucos recursos materiais e ausência de uma rede de apoio para ajudá-las no cuidado com os filhos.

Dados que convergem com as pesquisas de Maldalozzo e Blofield (2017), Moe (2003), Aquino (2009); Hirata; Guimarães (2012), sendo a maternidade ainda vista e sentida como uma responsabilidade que pesa sobre as mulheres mães, diferentemente dos pais que não sofrem desigualdades de gênero tão evidentes quando o assunto é construção de uma carreira.

A necessidade de reflexão sobre o lugar da maternidade na universidade é relevante e necessária, pois a mãe trabalhadora geralmente faz o trabalho que socialmente não é valorizado.

Os tipos de trabalho que socialmente têm sido delegados às mulheres por justificativas atreladas a existência de uma segregação de papéis sociais, estão inscritos em corpos que por uma ordem de gênero, ainda são poucos questionados por muitas mulheres, pois a responsabilidade com os filhos presentes em suas falas neste estudo evidenciam que o filho é da mãe (FERREIRA, 2003).

A maioria das mulheres mães entrevistadas apresenta dificuldades em cuidar-se. Muitas vezes, a necessidade de corresponder ao ideal de maternidade historicamente representado tem afetado suas subjetividades, considerando-se que muitas pensam em desistir dos estudos, pois não recebem apoio dos pais de seus filhos e do Estado para ajudar no cuidado com seus filhos. Logo, sentem dificuldades de pensarem sobre si, pois dizem não ter tempo.

Tal situação tem afetado diretamente suas subjetividades, dada a constatação de desigualdade de gênero referente à construção de uma carreira profissional quando comparada aos pais de suas crianças. Não existirem creches públicas e gratuitas para essas mães na universidade, comprova que a estrutura não é adequável às necessidades da família brasileira, pois há ainda mulheres que desejam ter filhos. Contudo, a maternidade não deve e não pode ficar sobre sua total responsabilidade neste cenário de expressiva entrada das mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho.

MOTHERHOOD FOR SELF-CARE: CHALLENGES FOR BUILDING GENDER EQUITY

ABSTRACT: *The growing insertion of women in higher education and in the labor market in the recent decades contributes to reinforce some dilemmas in the construction of gender equity, which reflects the use of time for women to study, work, care for the family and take care of themselves. From this perspective, this work aims to identify how university women deal with motherhood and career building during the graduation phase. For this purpose, field work was carried out in two undergraduate courses and 10 semi-structured interviews were conducted in depth with students. We concluded that the vast majority of mothers present difficulties in reconciling motherhood and studies, some of them think of giving up their studies because they do not have a support network, just as there are no public policies which recognize the participation of the mother women in Brazilian universities.*

KEYWORDS: *Motherhood. Care. Gender Inequality. Gender Equity.*

LA MATERNIDAD PARA UN CUIDADO DE SI: DESAFÍOS PARA LA CONSTRUCCIÓN DE LA EQUIDAD DE GÉNERO

RESUMEN: *La creciente inserción femenina en la educación superior y en el mercado laboral en las últimas décadas contribuye a reforzar algunos dilemas en la construcción de la equidad de género, reflejados en el uso del tiempo para que las mujeres estudien, trabajen, cuiden de la familia y de sí mismas. A partir de esta perspectiva, este trabajo tiene como objetivo identificar cómo las mujeres universitarias cómo las mujeres se ocupan de la maternidad y la construcción de la carrera durante los estudios de grado. Para esto se hizo trabajo de campo en dos cursos de graduación y se realizaron diez entrevistas semiestructuradas con estudiantes con carácter de profundidad. Concluimos que la gran mayoría de las madres presenta dificultades para conciliar maternidad y estudios, algunas de ellas piensan en desistir por no contar con una red de apoyo, asimismo se evidencia la ausencia de políticas públicas que reconozcan la participación de la mujer madre en las universidades brasileñas.*

PALABRAS CLAVE: *Maternidad. Cuidado. Desigualdad de género. Equidad de género.*

Referências

AQUINO, Estela Maria. Gênero e Ciência no Brasil: Contribuições para pensar a ação política na busca de equidade. *In: HEILBORN, Maria Luiza et al (Org.). **Sexualidade, Reprodução e Saúde***. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ARAÚJO, Emília. **O doutoramento**: a odisseia de uma fase da vida. Lisboa: Colibri, 2006.

BEAUVOIR, Simone. **Le Deuxième Sexe**. Paris: Gallimard, 1949.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. **A bússola do escrever**. Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. São Paulo/Florianópolis: Cortez / Editora da UFSC, 2006.

BITENCOURT, Silvana Maria. Maternidade e universidade: desafios para a construção da igualdade de gênero. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 41, **Anais**. Caxambu: Ed. ANPOCS, 2017.

_____. Os efeitos das políticas de produtividade para as novas gerações de acadêmicas na fase do doutorado. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.37, v.19, p.451-468 jul.-dez. 2014.

_____. **Maternidade e carreira**: reflexões de acadêmicas na fase de doutorado. Jundiaí: Paco, 2013.

BOURDIEU, Pierre. The specificity of the scientific field and the social conditions of the progress of reason. **Social Science Information**, London, v.14, n.6, p.19-47, 1975.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n.26, p.329-365, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão. Cuidados de Longa duração no Brasil: o arcabouço legal e as ações governamentais. *In: CAMARANO, Ana, Amélia. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa**: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.2, v.10, p.301-323, 2002.

FABBRO, Márcia Regina Cangiani. **Mulher e trabalho**: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade. Tese (Doutorado em Educação.) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

FERREIRA, Virgínia do Carmo. **Relações sociais de sexo e segregação do emprego**: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal. Tese (Doutorado em Sociologia.) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3**. O cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GUEDES, Moema. Percepções sobre o papel do Estado, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo: uma análise do Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.47, p.519-540, 2016.

GUEDES, Moema; ARAÚJO, Clara. Desigualdade de gênero nos espaços das mulheres. In: GONÇALVES, Elaine; VANNUCHI, Maria Lucia; TROPIA, Patrícia V.; TOSTA, Tania L.D. (Org.) **Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais**. Goiânia: Ed. da PUC, Goiás, 2014.

HEWLETT, Sylvia Ann. **Maternidade tardia**: mulheres profissionais em busca de realização plena. São Paulo: Novo Século, 2008.

HIRATA, Helena. Globalização, trabalho e gênero. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, n. 1, v.9, p.111-128, jul./dez. 2005.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo Guimarães. **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do Care. São Paulo: Atlas, 2012.

HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle. Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: quel renouvellement de l'épistémologie du travail? In: DURAND J.P. et LINHART D. (Org.). **Les ressorts de la mobilisation au travail**. Toulouse: Octarès, 2005.

TABORAÍ, Nathalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez. **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?** Implicações demográficas e questões sociais. Belo Horizonte: ABEP, 2016.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do Feminino:** A medicina da Mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2004.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo:** uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MALDALOZZO, Regina; BLOFIELD, Merike. Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família? **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.25, v.1, p.215-240, 2017.

MOE, Karine S. **Women, Family and Work:** Writings on the Economics of Gender. Blackwell Publishing Ltd, 2003.

O'REILLY, A. Feminist Perspectives on Mothering: Power and Oppression. Edited by PORTER Marie; SHORT, Patricia; O'REILLY Andrea. **Australian International Academic Conference on Motherhood** (University of Queensland). Toronto: Women's Press, 2005.

ORTNER, Sherry. Está a Mulher para o Homem assim como a Natureza para a Cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (org.). **A Mulher, a Cultura, a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PIANGERS, Marcos. **O Papai é Pop**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, n.2, v.11, jul/dez, p.263-274, 2008.

PORTO, Dora. O significado da maternidade na construção do feminino: uma crítica bioética à desigualdade de gênero. **Revista Redbioética**. Brasília, n.3, v.1, p.55-66, 2011.

SANT'ANNA, Denise B. **Políticas do corpo, elementos para uma história das práticas corporais**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida**: feminismo e ciências sociais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.16, p.137-150, 2001.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione, MEYER, Dagmar E. Estermann. Educar corpos Femininos como corpos grávidos - Um Olhar de gênero sobre pais & filhos. **Gênero**. Niterói, n.2, v.7, p.65-79, 2007.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n.132, v.37, p.573–594, 2007.

TORINI, Danilo Martins. **Formação e Identidade profissional**. A trajetória de egressos de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

Recebido em 26/05/2018.

Aprovado em 15/02/2019.

REDES DE POLÍTICAS NO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE SÃO PAULO: FORMAS DE ORQUESTRAÇÃO DE INTERESSES PRODUTIVOS NOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS CITRÍCOLA E SUCROALCOOLEIRO

*Luiz Fernando de Oriani e PAULILLO**

*Luiz Manoel Camargo de Moraes ALMEIDA***

*Fabiana Ortiz Tanoue de MELLO****

RESUMO: O agronegócio se organiza em redes de políticas. Orquestrações das associações de interesses são importantes para revelar o campo da governança política agroindustrial que cresceu com as políticas agrícolas em nível corporativista no Brasil, isto é, sob a regulação estatal da agricultura brasileira nos anos 1960 e 1970, e que se transformaram em governanças mais plurais ou em redes coordenadas e orientadas por negócio, por produto agrícola ou setor agroindustrial. O presente artigo mostra, por meio dos estudos dos casos agroindustriais citrícola e sucroalcooleiro no estado de São Paulo no período 1964/2010, as transformações mais importantes nas duas redes de políticas mais importantes do agronegócio paulista, a partir do campo teórico do neoinstitucionalismo político.

PALAVRAS-CHAVE: Neoinstitucionalismo. Redes Políticas. Governança. Citricultura. Cana de açúcar.

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - dlfp@ufscar.br. <https://orcid.org/0000-0003-2627-7887>.

** UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Campus Lagoa do Sino. Buri – SP – Brasil. 18245-970 - luizmanoel@ufscar.br. <https://orcid.org/0000-0003-3066-9170>.

*** FATEC-Lins – Faculdade de Tecnologia de Lins-SP. Lins – SP – Brasil. 16403-025 - manoel77@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-5550-5415>.

Introdução

A partir da década de 1960, o processo de modernização da agricultura brasileira resultou nas constituições dos complexos agroindustriais. Estes complexos foram organizados sob o padrão de regulação estatal na agropecuária brasileira e sob um padrão produtivo fordista e intensivo em capital. Esse retrato da dimensão tecnológica e produtiva é muito conhecido e contribuiu bastante para a compreensão do processo de modernização agrícola brasileiro, ancorado ao fundamental processo de integração do capital financeiro aos capitais agrário, industrial e comercial (DELGADO, 1985). Assim, a nova dinâmica da agricultura brasileira é, em grande parte, atribuída às dinâmicas dos complexos agroindustriais constituídas nos anos 1960 e 1970 (SILVA, 1996).

No estado de São Paulo, as faces mais representativas desse processo foram os complexos agroindustriais citrícola e sucroalcooleiro. Organizados sob uma política agrícola mais horizontal nos anos 1960 e 1970, que abarcava todos os setores da agricultura nacional e sob os mesmos instrumentos, como crédito rural a juros negativos, programas de preços mínimos, estoques reguladores, etc., os complexos agroindustriais brasileiros começaram a demandar e conquistar políticas agrícolas e agroindustriais mais específicas ou setoriais.

Desde então, esses complexos agroindustriais começaram a organizar redes de políticas muito adaptadas e convenientes para os interesses dos atores coletivos setoriais que as comandavam. Assim, se no plano da organização da produção a estratégia voltada para a padronização e a incorporação tecnológica foi definidora da nova dinâmica agroindustrial, na dimensão política foram as redes de políticas articuladas com as cadeias por produto (caracterizada como flexível e pluralista em sua estrutura de constituição) que moldaram o processo de consolidação dos complexos agroindustriais brasileiros.

Essas redes passaram a orquestrar as novas formas de dominação na agricultura moderna do Brasil, interferindo nas políticas setoriais agroindustriais, nas estratégias de comércio internacional, nas formas de organização do trabalho, no ritmo de inovação tecnológica e nas definições dos processos de concorrência entre as empresas. A organização em rede determinou modos de coordenação mais plurais e bem heterogêneos entre si, que encaixaram nos interesses dos grupos que dominaram os complexos agroindustriais, facilitando produzir em maior escala o que já era produzido em escala industrial. Nessa direção, também criar e aprimorar políticas agroindustriais cada vez mais específicas por complexo agroindustrial e fechadas nos

interesses dos atores coletivos que estavam inseridos nas redes de políticas por produto (como suco de laranja concentrado para exportação, açúcar, etanol, etc.).

Este artigo mostra os casos agroindustriais citrícola e sucroalcooleiro no estado de São Paulo no período 1964/2010 e apresenta as transformações mais importantes nas duas redes de políticas mais importantes do agronegócio paulista, a partir do campo teórico do neoinstitucionalismo político. Os principais determinantes políticos dessas transformações surgem das orquestrações ou governanças praticadas pelos atores coletivos produtivos que possuem recursos de poder importantes em cada complexo agroindustrial. Os casos tratados concentram-se no estado de São Paulo porque este possui a maior relevância econômica no Brasil e teve as primeiras constituições dos complexos agroindustriais no país. Os complexos sucroalcooleiro e citrícola sempre estiveram entre os mais relevantes nos planos dos investimentos realizados, na comercialização de interna e externa de produtos e também nas ações de Pesquisa & Desenvolvimento. As governanças políticas dos complexos agroindustriais sucroalcooleiro e citrícola serão tratadas, metodologicamente, pela abordagem teórica do institucionalismo político e das redes de políticas.

Este artigo está estruturado em 6 itens. Após essa introdução, o item 2 trata brevemente da abordagem teórica de redes de políticas. O item 3 apresenta evolução do modo de regulação na agricultura brasileira. O item 4 mostra a transformação da rede de política citrícola brasileira – localizada no estado de São Paulo e triângulo mineiro. O item 5 mostra a constituição e desenvolvimento da rede de política da agroindústria sucroalcooleira do estado de São Paulo, que posteriormente avançou para os estados vizinhos. O último item conclui com a consolidação deste modo de governança de perfil setorial e sua importância nos fortalecimentos para as arenas de construções de políticas citrícolas e sucroalcooleiras do sudeste do país.

Redes de políticas: uma contribuição relevante do neoinstitucionalismo político

No campo teórico do neoinstitucionalismo, a governança pode ser definida como uma forma de condução de uma organização humana mais ampla do que governo (com sua estrutura política territorial ou localizada), que visa a regulação de relações de coordenação e poder, sobretudo não comerciais.

A partir da adoção de um marco de análise neo-institucional, que incorpora características da linha histórica, e, recentemente, algumas contribuições pontuais do institucionalismo racional, a abordagem de redes de políticas visa compreender os

resultados do processo de interação estratégica entre os agentes públicos (Estado e suas agências) e privados (individuais ou coletivos) na formulação e implementação das políticas públicas.

O desenho, formulação e implantação da política pública são feitas por arranjos institucionais e proporcionados pelas organizações de interesses privados específicos, pelas agências públicas governamentais e as não governamentais. Esses arranjos estão cada vez mais dependentes do concerto social desses grupos e organizações de interesses, do que da regulação espontânea do mercado ou da regulação imposta pelo Estado. Isso porque o Estado e suas agências enfrentam dificuldade de legitimação e coordenação, transformando a regulação das redes em uma matéria vinculada à organização e à atuação dos grupos de interesses afetados (CAWSON, 1985). Por outro lado, a obtenção de *status* público pelas organizações de representação mais fortalecidas, faz com que esses atores coletivos ocupem o espaço dos demais interesses de um setor ou subsetor econômico (BELIK; PAULILLO; VIAN, 2012).

Em outras palavras, a rede seria o *locus* no qual podem ser elaboradas e administradas as políticas públicas, porque daí se gesta o processo de interação estratégica determinado pelas características dos atores, como a legitimidade, a reputação e a informação, e pelas características das conexões, como as regras e a intensidade da interação, o grau de envolvimento dos atores e segmentos, enfim, sua densidade institucional (DOWDING, 1995).

O estudo da ação pública a partir da abordagem de redes foca principalmente os atores coletivos e suas interações, considerando como fundamentais as relações estruturais entre as instituições políticas e não as relações interpessoais que se processam no interior das mesmas (NETO; PAULILLO, 2012). Por isso, a abordagem de redes de políticas públicas é um espectro da teoria neoinstitucional, pois considera que o comportamento dos atores não é o elemento central, mas está mediatizado pelas instituições onde se emoldura.

Quando os estudiosos das redes políticas consideram que o contexto em que atuam os atores (públicos e privados, individuais e coletivos) apresenta um conjunto de regras e normas que delimitam suas ações e afetam a elaboração das políticas públicas, incorporam-se aspectos da linha histórica. A ideia é de que as instituições afetam a gama de opções disponíveis ou válidas para os elaboradores das políticas, estabelecendo limites sobre o que alguns atores podem fazer, e habilitando outros atores a fazer coisas que não eram capazes de fazer (MARCH; OLSEN, 1993). Isto é, as regras do jogo governam as relações. Conforme observado por Navarro Yáñez (1999, p.14); “a análise de Redes Políticas se fundamenta nas ações adaptativas dos atores”. Isso abre espaço para categorias analíticas importantes, tanto para

compreender os posicionamentos dos atores, através de características individuais (como informação, reputação, legitimidade, agilidade, etc.), como também para caracterizar as relações em cada rede de política (como frequência, centralidade, coesão, etc.).

Considerações sobre as mudanças no padrão de regulação agrícola brasileiro no período 1964/2010

O processo de modernização da agricultura brasileira representou a transformação intensa do campo no plano produtivo a partir de 1964. A elevação notável da produção e os incrementos da produtividade na oferta agrícola são as características mais visíveis deste processo. Mas elas não são as únicas porque a transformação não se resume ao plano produtivo, estende-se ao plano político. A modernização agrícola no país representou a intensificação da intervenção do Estado no setor. Isso resultou na modificação da gestão das políticas públicas para o campo, já que o Estado passou a disciplinar todos os seus aspectos. O crédito rural a juros subsidiados foi o instrumento fundamental da política agrícola brasileira durante a etapa da regulação estatal.

O elemento chave para o entendimento dessa fase está na força política ou de alavancagem de recursos em mãos do Estado (BELIK, 1997). Este promoveu a modernização por meio da regulação total dos instrumentos de política agrícola. Foi um modo de regulação tomado como “intervenção ativa e consciente do Estado (...); em nível macroeconômico, temos uma política keynesiana de estabilização e, em nível setorial, a multiplicação das regulamentações” (BOYER, 1990, p.46).

Este movimento é caracterizado como um modo de regulação que tende a dizer não aos regulados (atividades e agentes). É como uma salvaguarda contraposta a possíveis desvios de metas regulatórias e das regras derivadas. É a regulação como controle, influência, persuasão ou apoio (MITNIK, 1989).

O crescimento agropecuário foi respaldado na sua articulação com a indústria de bens de produção agrícola e, posteriormente, com a agroindústria processadora. A nova fase da agropecuária nacional alterou intensamente a sua face (MARTINE, 1989). Com os crescentes incentivos fiscais e a importação de plantas obsoletas, internalizar o setor produtor de bens de produção agrícola seguiu os passos de implementação do setor de bens de produção industrial, e marcou o início do processo de constituição dos principais complexos agroindustriais no Brasil – mais intensamente na região centro-sul do país. Esse foi o resultado principal do sucesso

alcançado pela implementação da política de incentivos que financiava o agricultor a taxas negativas e pagava a indústria fornecedora à vista. O mesmo se deu com a absorção de fertilizantes e defensivos, que foram diretamente afetadas por uma política de substituições de importações acelerada (MARTINE, 1989).

O início da modernização regulada pelo Estado marcou duas situações: a) sinalizou o eventual esgotamento do modelo de crescimento extensivo da agricultura, dando lugar à discussão sobre o dilema entre as reformas estruturais ou a modernização conservadora e b) o começo das transformações tecnológicas aceleradas no campo. Assim, o vetor do dinamismo do setor agrário neste período teria sido a sua capacidade de incorporar tecnologia, viabilizada pelas políticas públicas de compensação ao setor agropecuário.

Os interesses do capital industrial e financeiro, com as primeiras articulações e objetivos em comum, estavam orientados para o rápido crescimento de segmentos específicos da agropecuária nacional. Eram os segmentos vinculados à oferta agrícola internacional ou integrados a algum complexo agroindustrial. Em alguns casos, eram segmentos da agropecuária apoiados por programas de modernização específicos. E os programas específicos surgiam porque as representações dos interesses setoriais estavam se organizando.

Os arranjos institucionais particulares de cada complexo agroindustrial foram se intensificando. Tanto que na segunda fase do processo de regulação, nos anos 1980, a grande transformação da agropecuária brasileira não foi no plano produtivo. Os resultados da modernização compulsória dos anos 1960 e 1970 haviam consolidado um novo patamar de produção e produtividade para a agricultura. No plano institucional é que ocorreu a grande transformação; as associações de interesses por produto foram se constituindo em torno das principais cadeias produtivas, ao mesmo tempo em que os recursos e a capacidade de intervenção do Estado começaram a se reduzir.

Assim, nesta nova fase, a mudança no padrão de intervenção estatal é o aspecto predominante. As articulações das agências públicas do Estado e as organizações de interesses privados de algumas cadeias produtivas caracterizaram a forma da autorregulação agroindustrial a partir do início dos anos 1980 (BELIK, 1997).

Os aspectos de ordem geral que explicam a passagem da fase de regulação estatal na agropecuária para a de auto regulação agroindustrial são os seguintes: a) a crise fiscal e política do Estado; b) a integração dos capitais financeiro, industrial, comercial e agrário; c) o avanço das corporações transnacionais agroalimentares e o surgimento de novas formas de financiamento e d) o amadurecimento organizacional dos principais complexos agroindustriais e suas redes políticas. O Quadro 1 sintetiza

os principais traços institucionais das fases de regulação estatal e de autorregulação na agropecuária brasileira.

Quadro 1 - Contexto institucional das fases de regulação estatal e de auto regulação agrícola no Brasil – 1960/2000

Traços	Etapa de Regulação Estatal			Etapa de Auto Regulação		
1. Contexto global	Criação de mercado para a indústria pesada, expansão da oferta de alimentos e modernização das propriedades agrícolas			Crise fiscal do Estado, consolidação dos CAIs e mundialização crescente, através da integração em fluxos tecnológicos e produtivos		
2. Tipo de política pública	Regulatória			Auto regulatória		
2.1. Orientação	Horizontal (agricultura)			Vertical, controle de preços e inflação		
2.2. Instrumentos	SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (1973), Preços Mínimos, AGF – Aquisição do Governo Federal e EGF – Empréstimos do Governo Federal; Mercado Interno (CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento); Tecnologia (EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e EMBRATER. - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural)			Recursos vinculados ao orçamento do Tesouro e fiscal. Recursos externos ligados à movimentação financeira internacional.		
2.3. Demanda	Atores coletivos da agricultura em geral (CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, SRB – Sociedade Rural Brasileira, etc.)			Atores coletivos setoriais ou por produto.		
2.4. Sistema de decisão	Integrado			Fragmentado por produto e rede de política		
3. Estilo Político	Programado			Articulação de interesses		
3.1. Interesses: grau de acordo	Alto			Alto ou baixo, a depender da rede política que se constituiu.		
3.2. Incerteza: pautas de interação	Baixa			Alta		
4. Atores	<i>Estado</i>	<i>Indústria</i>	<i>Agricultura</i>	<i>Estado</i>	<i>Indústria</i>	<i>Agricultura</i>
4.1. Interesses	Moderniza	Moderniza	Moderniza	Limitar déficit	Concentração	Fornecimento
4.2. Poder de representação	Concede	+	+	Concede	++	+*
4.3. Poder de aglutinação	++	++	-	+	++	-
4.4. Recursos e Tecnologia	++	++	-	+	++	-
4.5. Poder de negociação*	++	+	+	+	++	-
4.6. Pautas de interação	Via organismos institucionais estatais			Conexão específica por CAI		

Indicadores: ++ muito forte + forte - fraco. * Em algumas redes políticas agroindustriais mais adensadas.
Poder de negociação = f (poder de representação, poder de aglutinação, recursos e tecnologia)
Fonte: elaboração dos autores

Na direção do quadro de autorregulação setorial, a partir do início dos anos 1990, os complexos agroindustriais organizaram suas redes de políticas (PAULILLO, 2000). A identificação de estruturas de governança neocorporativistas em alguns complexos agroindustriais brasileiros, conforme mostraram Silva (1996), Ortega (1995), Belik (1992) e Belik, Paulillo e Vian (2012), foi o primeiro movimento de constituição de redes de interesses. Paulillo (2000) mostrou que outros modos de governança foram sendo construídos no Brasil desde os anos 1990 e que a abordagem de redes de políticas dá conta dessa heterogeneidade estrutural do agronegócio brasileiro, especialmente no sudoeste brasileiro. As características explicativas das redes (como tipos de interesses, número de participantes, frequência e continuidade da integração, distribuição dos recursos de poder etc.), por serem mais amplas, permitem avançar na compreensão da complexidade que toma a produção agroindustrial no Brasil, com suas formas de dominação e de efetivação de políticas públicas específicas por produto.

A rede de políticas do agronegócio citrícola brasileiro

A rede de política agroindustrial citrícola brasileira se fortaleceu a partir dos anos 1970. A industrialização da citricultura já começara e o parque industrial de suco concentrado formou-se rapidamente. No auge da regulação estatal da agropecuária do país, o governo federal promoveu a criação de uma arena regulatória citrícola, por meio de um comitê específico de exportação de sucos na Câmara de Comércio Exterior (CACEX) que, de um simples guichê de licenças para exportação, tornou-se o árbitro dos preços das caixas de laranja.

Neste período, a rede de poder citrícola brasileira foi corporativista, porque a representação específica dos interesses da citricultura (através da Associação Paulista de Citricultores (Associtrus), surgida em 1974) não ocupou o espaço deixado aberto pelo Estado, dominada pela representação formal da Comissão Técnica de citros da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), sendo que um dos objetivos da FAESP era o de impedir o crescimento da representação da Associtrus, pois a existência das comissões técnicas era a única maneira de mantê-la vinculada aos agricultores e seus interesses específicos.

Na indústria, a Associação Brasileira das Indústrias de Sucos Cítricos (Abrassucos) surgiu fortalecida, desde o início representava 14 processadoras. A existência de poucos atores e a concentração industrial permitiu grande poder de aglutinação e de representação para a Abrassucos. Isso permitiu considerável poder de negociação para a indústria nos anos 1970, com elevados recursos organizacionais (a concentração do processamento e controle dos canais de comercialização, preocupando-se unicamente em baixar as barreiras tarifárias, a coordenação do controle de pragas e doenças no âmbito da CACEX, a instalação de centros de pesquisa no interior paulista para variedades de laranja para processamento etc.); financeiros (concessão de crédito estatal para a instalação do parque industrial, participação na determinação do preço das caixas de laranja); de informação (amplo acesso às informações setoriais junto à CACEX); e elevados recursos políticos (com poderes de aglutinação - as 14 empresas estavam associadas na Abrassucos - e de representação - a Abrassucos era o único ator coletivo industrial).

No final dos anos 1970, a estrutura corporativista se desmantelou. A primeira explicação é a da dificuldade de transformação da Comissão Técnica da FAESP em um fórum de defesa do citricultor, porque a direção geral dessa associação manteve o discurso da defesa do agricultor em geral - a necessidade de se pensar na agricultura como setor e não a inserção específica do campo em cada cadeia produtiva (RODRIGUES, 1995). Essa contradição interna da FAESP foi decisiva. Em segundo lugar, a aproximação entre os citricultores paulistas e uma associação de representação específica a Associação Brasileira de Citricultores (Associtrus) cresceu, na medida em que a indústria se organizava em uma associação de interesses.

Esse foi o começo da transformação institucional da rede de poder citrícola brasileira. Três fatos ocorridos em 1978 mostram que a constituição de uma rede mais estável e integrada era iminente. São eles: a) a Associtrus cresce e disputa a representação efetiva da citricultura com a FAESP, elevando seus recursos políticos (através das maiores capacidades de representação e de aglutinação); b) o Fundo Paulista para a Defesa da Citricultura (Fundecitrus) surge com um recurso financeiro relevante, sob o apoio do Estado, da indústria e dos citricultores, tendo como base o recolhimento de 1% sobre o preço da caixa de laranja negociada. Esse é um fundo guiado para a pesquisa e assistência técnica da citricultura e com orientação localizada, já que visa o estímulo da produção de laranja no cinturão paulista, com suas primeiras unidades em Bebedouro e Araraquara; c) a indústria desrespeita o preço da caixa de laranja estipulado pela CACEX para negociar com os citricultores e d) pela primeira vez, é discutida a responsabilidade do custo e da colheita da laranja entre as empresas e os produtores.

Esses fatos mostram que o mecanismo de governança citrícola começou a se modificar. O Estado ainda se manteve como coordenador da rede, porém enfraquecido, pois a crescente articulação entre os atores privados e o aumento do poder de representação da associação de interesses da citricultura significou o surgimento de uma nova interação econômica e política.

Os recursos de poder do Estado foram muito importantes para a consolidação da rede política citrícola nesse período. Recursos políticos (concedendo *status* público aos atores coletivos da citricultura), financeiros (estabelecendo crédito rural subsidiado), de informação (coordenando através da CACEX as principais discussões e fontes de informação sobre o estabelecimento de preços, controle de doenças, *lobbies* internacionais relativos a barreiras comerciais, etc.) e constitucional (mantendo regras de uma política agrícola centralizada e protetora à produção a montante e a jusante). Os citricultores detinham grande dependência para com o Estado, porque eles necessitavam de condições facilitadas de concessão de crédito para a realização de investimentos em suas propriedades e custeio para a produção de laranja. Grande parte dos citricultores não tinha recursos financeiros para a expansão produtiva, e o governo federal conseguiu amenizar este problema, até o início dos anos 1980, o crédito rural esteve subsidiado.

Entretanto, no início dos anos 1980, as reduções dos recursos financeiros e organizacionais do Estado foram decisivas para o surgimento de uma rede de poder mais integrada entre atores privados (coletivos e individuais). A crise fiscal levou à queda dos juros subsidiados do crédito rural em 1983 e à redução da capacidade de financiamento do Estado para o parque industrial citrícola. A queda da CACEX como arena de regulação e a redução da capacidade de inserção da FAESP nas tomadas de decisões da rede citrícola, completaram o processo de transformação.

A partir de 1985, as relações de poder entre os participantes da rede (citricultura e indústria) passaram a apresentar resultados de soma positiva, em que todos ganham. Isso se deu em poucos anos, logo após o estabelecimento do contrato-padrão, entre 1986 e 1989, em que os valores recebidos pelos produtores por caixa de laranja foram os maiores da história da rede citrícola brasileira - US\$ 3,23 em 1987, US\$ 3,73 em 1988 e US\$ 3,54 em 1989 (PAULILLO, 2002).

O Estado retirou-se gradualmente e a FAESP se manteve em papel secundário, pois era impossível conservar posições abertamente contrárias às da Associtrus e ignorar o seu poder de representação. A orquestração entre Associtrus e Abrassucos cresceu, com poderes de representação suficientes para os respectivos interesses de citricultores e processadores. A partir de 1984, o conflito de interesses entre as próprias empresas industriais tornou-se inevitável. A partir das dissidências entre elas,

surgiram a Associação Nacional da Indústria Cítrica (Anic), que passou a representar as empresas Citrusuco Paulista, Cargill Citrus, Bascitros Agroindustrial e Citropectina, e a Associação Brasileira dos Exportadores de Citrus (ABECitrus), responsável pelas empresas do grupo Cutrale. A elevação dos recursos financeiros e organizacionais das maiores empresas processadoras é a principal justificativa para a aceleração do conflito de interesses no próprio segmento, quando houve o rompimento da unicidade da ação coletiva industrial, a dissolução da Abrassucos e o surgimento das novas associações. As dissidências que originaram a Anic e, três anos mais tarde, a ABECitrus, ocorreram na fase de maior concentração industrial citrícola.

No caso da citricultura, as dissidências foram maiores. Os descontentamentos dos citricultores foram gerados pelo distanciamento da Associtrus e seu desprezo pelo enfoque estratégico localizado. Isso foi decisivo para a queda do poder de representação da Associtrus e o aparecimento de uma nova associação: a (Aciesp – Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo), que representava os produtores das microrregiões de Araraquara e Bebedouro. Tanto que, em meados da década de 1980, a mudança estratégica da Associtrus empenhou esforços de instalação de delegacias regionais para aglutinar os produtores do território e gerar recursos de informação.

As duas associações passaram a privilegiar a questão da articulação dos citricultores nas microrregiões do território produtivo da laranja, ao relevar a tradição regional, a identificação de parte das cidades com o campo. Com este viés estratégico, a rede política se caracterizou por uma integração frequente, entre seus membros, com a padronização do preço da caixa de laranja (40,8 kg), a responsabilidade do transporte e da colheita, a manutenção dos organismos de apoio agrônomico e tecnológico. (MELLO; PAULILLO, 2010). Esses recursos possibilitaram o resultado positivo da interação nos primeiros anos do contrato-padrão (1985/1990).

O contrato padrão permitiu que as negociações fossem menos conflituosas, facilitando um movimento de redução dos custos de transação entre empresas processadoras e citricultores. Os resultados do contrato passaram a depender das atuações das associações de interesses, através de uma linguagem comum para a indústria e a citricultura. (PAULILLO, 2000).

As associações de interesses administraram os acordos, determinando a queda da representação formal da Faesp e a participação estatal na arbitragem dos preços. O grau de envolvimento dos atores e a velocidade da interação dos atores coletivos citrícolas foram consideráveis no período de vigência do contrato-padrão. A legitimidade e a reputação das associações representantes atingiram o grau mais elevado até hoje registrado.

Quadro 2 - Características da rede política agroindustrial citrícola paulista 1985/1990

1. Atores (além das agências estatais)	2. Características da rede política
1.1. Número	Limitado
1.2. Tipo	Associações de interesses (industriais e fornecedores)
1.3. Monopólio de representação	Não
2. Função	
2.1. Canais de acesso	Sim
2.2. Consulta	Sim
2.3. Negociação	Sim, a partir do contrato padrão
2.7. Amplitude de temas	Relativamente estreita
3. Estrutura	
3.1. Limites	Relativamente fechados a outros atores
3.5. Padrão de relação	Consulta horizontal
3.6. Centralidade	Média (indústria de suco e citricultura)
3.7. Estabilidade	Baixa, pois há divergências de interesses com a criação de novas associações coletivas dos industriais
5. Distribuição de poder	
5.1. Autonomia estatal	Alta até o contrato padrão
5.2. Dominação do Estado	Somente até o contrato padrão
5.3. Dominação do interesse privado	Após o contrato padrão

Fonte: elaborado a partir de dados da pesquisa de campo.

No caso dos citricultores, a Associtrus esperava elevar seus poderes de representação e de aglutinação porque os próprios produtores reconheciam os ganhos advindos do novo processo de negociação de caixas de laranja. No entanto, a elevação do poder de negociação da Associtrus não eliminou os fatores de debilidade estrutural da citricultura. A heterogeneidade de tipos, o número elevado de produtores e a dispersão na citricultura se mantiveram e abalaram, em poucos anos, o poder de negociação desta associação, que já enfrentava os problemas da disputa de interesses com a Aciesp. A Associtrus não conseguiu atingir a maioria das cidades citrícolas. A debilidade se manteve e o associativismo no campo se enfraqueceu. A partir de 1991, os citricultores começaram a deixar as associações porque imperaram o desânimo e a desconfiança na ação coletiva.

No caso industrial, a chegada do contrato-padrão somente favoreceu a consolidação do associativismo. A existência de poucas empresas, a concentração industrial e a homogeneidade de tipos foram os fatores de elevação do poder de negociação das processadoras (MELLO; PAULILLO, 2009).

Nos anos 1990, o contrato-padrão transformou-se em um instrumento estratégico das grandes processadoras, que o utilizaram como um termômetro do processo de negociação com os citricultores. O preço estipulado no contrato continuou sendo a referência para a realização da negociação, mas a maioria dos acordos entre produtores e processadoras registrou preços inferiores aos do contrato.

Com o desrespeito ao preço-referência do contrato-padrão a partir de 1991, com o fortalecimento industrial e a manutenção da debilidade estrutural da citricultura, a citricultura iniciou um processo de crise, cujo ápice foi de 1998 a 1999. Na rede, com as elevações dos recursos financeiros, tecnológicos, organizacionais e políticos das 5 maiores empresas processadoras e a queda dos recursos políticos (poderes de representação e aglutinação) das associações de representação dos citricultores, os resultados de soma não zero (ambos ganham) desapareceram.

A partir de 1991, surgiram indignações de grande parcela dos produtores de laranja quanto ao cumprimento do contrato e as primeiras tentativas de reivindicação, marcando o início da crise da rede citrícola. São eles: 1) a consideração das despesas de alíquotas e fretes referentes unicamente ao mercado norte-americano, no qual as taxas são muito elevadas, o principal comprador nessa época era a Comunidade Europeia e a cotação da Bolsa de Nova Iorque era a única levada em consideração para calcular o preço; 2) os produtores reivindicavam que a taxa de rendimento (caixas de laranja/tonelada de suco) fosse reduzido para a base de cálculo de 250 caixas/tonelada, e não 260 caixas/tonelada estabelecidas pelas indústrias no contrato-padrão; 3) havia sérios desacordos sobre a questão da remuneração da produção e comercialização. Além do mais, os pequenos produtores acusavam as empresas de burlar o contrato-padrão, oferecendo maior preço para os grandes produtores (BOUROLLEC; PAULILLO, 2010).

As regras de interação não foram mais respeitadas porque a) as reputações de Associtrus e Aciesp caíram e a legitimidade da representação dos citricultores tornou-se duvidosa, logo, perderam poder de negociação; b) a heterogeneidade de interesses elevou-se, porque uma parcela dos produtores aceitou o acordo individual com algumas empresas, desrespeitando o acordo estabelecido pelos atores coletivos; c) os recursos organizacionais e financeiros da indústria processadora cresceram e a reputação e legitimidade da ABECitrus foram mantidas, o que propiciou uma agenda de atuação controlada pela indústria de suco. Assim, seu poder de negociação se manteve, com a homogeneidade de tipos e interesses, o número reduzido de empresas e a concentração industrial.

Esses fatores foram decisivos para a extinção do contrato-padrão em 1994, que produziu dois resultados importantes: a) promoveu a perda dos poderes de

representação e aglutinação das associações da citricultura, porque os produtores somente se interessaram pelo associativismo para a resolução da questão do preço estipulado no contrato-padrão; b) manteve os poderes de representação e de aglutinação da ABECitrus, porque a negociação individual do fornecimento de laranja favoreceu as empresas processadoras, que reforçaram a reputação de sua associação. Assim, o poder de negociação da ABECitrus foi mantido, mesmo com a extinção do contrato, elevando a dominação industrial. Ao mesmo tempo, a debilidade estrutural da citricultura se elevou, porque a heterogeneidade de interesses e a dispersão estratégica dos produtores cresceram de forma considerável com a queda da reputação de suas associações de interesses.

A ação do Conselho de Administração de Defesa Econômica (CADE) foi um resultado da crise institucional citrícola. A quebra do contrato-padrão em 1991 acabou com o resultado de soma positiva (em que todos os envolvidos ganham). Os principais aspectos são: a) número de participantes: a exclusão da rede de poder citrícola chegou ao extremo, porque há apenas a ABECitrus ditando a agenda de atuação; b) tipo de interesses: a prevalência dos interesses econômicos industriais impede a presença de qualquer fator de mobilidade social na rede (como arranjos em parceria, intensificação da troca de informações etc.); c) frequência: com a redução da reputação e a duvidosa legitimidade das associações da citricultura, a interação não é de alta qualidade e o grau de envolvimento desses atores no processo de decisão é nulo. Além do mais, a determinação do CADE impediu a ocorrência da interação entre grupos e associações para o tratamento das matérias relacionadas à condutas comerciais (como preços, margens de lucro etc.) e/ou emissão de políticas; d) continuidade: com o fim do contrato-padrão deixaram de existir as avaliações persistentes entre ambos os lados, as conexões estratégicas são descontínuas; e) consenso: as avaliações persistentes são realizadas somente pelo ator coletivo industrial, que apresenta poder de negociação e habilidades diretas e indiretas para influenciar mudanças econômicas e políticas; f) distribuição de recursos: somente os participantes industriais apresentam recursos financeiros, jurídicos, organizacionais, políticos e de informação significativos; g) distribuição interna: somente as lideranças industriais deliberam estratégias; e) Poder: o resultado de soma não zero, no qual todos os atores envolvidos podem ganhar, deixou de persistir a partir de 1991.

Desde então, a rede de política citrícola no estado de São Paulo organizou-se de modo difuso e envolveu um conjunto de disputas entre indústria de suco e citricultores que não conseguiram promover qualquer orquestração. A tentativa de organizar um modelo de formação do preço da caixa de laranja, nos moldes do Consecitrus - Conselho dos Produtores e Exportadores de Suco de Laranja), foi tentada em alguns

momentos, porém, a disputa de interesses muito antagônicos e um conjunto de ajuizamentos de ações entre associações de representação de interesses de ambos os lados, impediu qualquer orquestração nova. O domínio industrial no estabelecimento individualizado do preço da caixa de laranja implodiu qualquer processo de orquestração em rede a partir de 1994, quando ocorreu o impedimento de negociações pelo CADE. Não houve qualquer avanço de orquestração setorial, apenas crescentes ajuizamentos de ações que impediram o andamento de qualquer iniciativa, mesmo do Consecitrus.

A rede de políticas do agronegócio sucroalcooleiro brasileiro

A intervenção estatal sobre o setor sucroalcooleiro foi intensa a partir da década de 1930 e intensificou-se ainda mais nas décadas de 1960 e 1970. No bojo das políticas da modernização da agricultura brasileira, algumas medidas foram adotadas pelo Estado no sentido de tornar a produção de açúcar de cana mais competitiva: em 1965, alterou-se a forma de estabelecer o preço da tonelada de cana. Esse preço foi desvinculado do preço do açúcar e do álcool e do rendimento industrial e passou a basear-se nos custos de produção da cana, mais uma parcela variável de acordo com o teor de sacarose (grau de pureza). Com essa medida, a qualidade da cana, do açúcar e o rendimento industrial poderiam ser melhorados.

Essa mudança beneficiou os industriais em detrimento dos fornecedores. Isso porque os primeiros conseguiam custos de produção da cana própria mais baixos que os custos da cana de fornecedores (RAMOS, 1983). Conforme o mesmo autor, essa medida representou o fim da figura do fornecedor idealizado no Estatuto da Lavoura Canavieira, deixando à sorte os pequenos e médios fornecedores.

Em 1971, o Estado concedeu um pacote de incentivos e benefícios para estimular a modernização, fusão, incorporação e realocação de usinas em todo país. Conforme Ramos (1983), através da geração de economias de escala e de economias externas, proporcionadas pela realocação das usinas em áreas de ecologia e de infraestrutura mais favoráveis, o Estado e os industriais efetivariam seus interesses, ou seja, ampliariam a capacidade de exportação do açúcar. Essas medidas foram financiadas com recursos do Fundo Especial de Exportação (FEE⁴²), em condições

⁴² O saldo desse fundo era formado pela diferença entre o preço conseguido nas exportações de açúcar e o preço pago aos produtores internos deste produto.

extremamente favoráveis para as empresas: juros subsidiados, 10 anos para pagar o empréstimo, 3 anos de carência e ausência de correção monetária.

Do lado dos fornecedores, o Estado também incentivou a incorporação de cotas às já existentes, assim como concedeu crédito para a expansão da área plantada e para a aquisição de fertilizantes. Em 1973, um decreto do governo reforçou e facilitou ainda mais a concentração de capitais (agrícola e comercial) no setor sucroalcooleiro, pois desvinculou as cotas de fornecimento do fundo agrícola (medida que vigorou desde o ELC). Para Ramos (1983), a vinculação da cota ao fundo agrícola, e não à pessoa do proprietário, foi o elemento fundamental para que os pequenos e médios fornecedores pudessem subsistir.

As atuações das organizações de interesses sucroalcooleiros nas décadas de 1960 e 1970 refletiram o movimento de conflito entre os usineiros e fornecedores de cana, em torno dessa concentração de terras e de capitais. As demandas dos grupos de interesses eram dirigidas ao Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), formado por membros das diversas organizações sucroalcooleiras, e este órgão intermediava os conflitos existentes. Como se tratava de uma rede política fortemente regulada pelo Estado, as organizações tinham condições de intervir para que seus interesses fossem executados, de forma a beneficiá-las (RODRIGUES, 1995).

Até então, a categoria dos usineiros paulistas tinha conseguido engajar o Estado na defesa de seus interesses particulares, em função, principalmente, dos recursos de poder que possuíam. A partir dos anos 1960 e 1970, o poder de negociação da Associação dos Usineiros de São Paulo eleva-se ainda mais. Parte em função da concentração industrial ocorrida, que facilitou a aglutinação de interesses, e parte devido à criação da Cooperativa dos Produtores de Açúcar do Estado de São Paulo (Copersucar). As duas organizações mantinham relações estreitas (com semelhança de presidentes e diretores), embora à primeira coubesse a representação política da classe e à segunda, a função comercial. Entretanto, a Copersucar facilitava a representação da Associação dos Usineiros, legitimando-a no âmbito do IAA.

Quanto à representação dos fornecedores de cana, era a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) que ocupou o espaço de interlocutora no âmbito do IAA na década de 1960. Entretanto, como era uma organização de caráter geral (representando todo o empresariado rural), a Faesp não conseguia atender suficientemente às especificidades sucroalcooleiras, detendo apenas a representação formal da classe, delegada pelo poder público. Apesar de ter acesso a várias comissões e órgãos governamentais, a entidade não participava da elaboração da política agrícola. Era mais uma colaboradora do Estado que uma defensora dos interesses dos agricultores sucroalcooleiros (RODRIGUES, 1995).

Neste contexto, onde a representação formal da classe dos fornecedores era dada pela Comissão Técnica da Cana de Açúcar da Faesp (CT Faesp), a própria atuação do Estado estimulava o processo de articulação de interesses e troca de recursos de poder entre os atores sucroalcooleiros, dando origem a uma estrutura institucional corporativista. Esta estrutura era caracterizada pela presença de organizações gerais reconhecidas pelo Estado, que lhes concedia monopólio de representação, estrutura altamente formalizada, com fronteiras fechadas, elevada centralidade nas decisões nas mãos do IAA, relações altamente ordenadas e estáveis entre os atores (WAARDEN, 1992). Quando este quadro institucional foi modificado, ações governamentais como a criação do Planalsucar- Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar) - em 1970 e de várias estações agrônômicas para a pesquisa e desenvolvimento da cana em São Paulo, os incentivos às fusões e aquisições das usinas e das cotas de fornecimento e o estímulo à criação de organizações com representatividade específica por produto, acabaram por desencadear uma nova estrutura de governança sucroalcooleira paulista.

A criação da Organização dos Plantadores de Cana de São Paulo (Orplana), em 1976, evidenciou esse movimento. A organização surgiu com o objetivo de aglutinar os fornecedores de cana paulistas, antes representados por associações regionais dispersas pelo Estado de São Paulo.

De acordo com Rodrigues (1995), a atuação da Orplana junto ao governo era bastante restrita, similar à da CT Faesp, resumindo-se em reivindicar o cumprimento da legislação que regulamentava a relação entre os agentes sucroalcooleiros (como o Estatuto da Lavoura Canavieira).

Estes fatores apontavam para uma mudança na estrutura de governança sucroalcooleira. Entretanto, persistia a separação dos interesses das categorias de fornecedores (Orplana) e industriais (Associação dos Usineiros de SP), com intensificação dos conflitos entre estas categorias, após do advento do Programa Nacional do Álcool (Proálcool).

A década de 1970 marcou o período de maior intervenção estatal sobre o setor sucroalcooleiro brasileiro, com a formulação de uma política pública específica para este setor, o Proálcool. A elaboração dessa política resultou da articulação de interesses entre os principais atores produtivos sucroalcooleiros, ocupando o Estado (e suas agências) a posição central no processo decisório estabelecido neste período.

Embora o surgimento do Proálcool tenha marcado uma nova fase canavieira no Estado de São Paulo em termos produtivos, em função do aumento da produção de álcool anidro e hidratado, foi no plano institucional e nas relações de poder que ocorreram as grandes mudanças. Foi nesse período que se deu o enfraquecimento do

IAA – após 40 anos na regulação do setor – e a cisão de interesses dentro do grupo dos industriais paulistas.

O governo federal conseguiu atingir certos objetivos que lhe eram prioritários. Através do aumento da produção do álcool as importações de petróleo reduziram-se drasticamente, resolvendo o problema do *déficit* na balança de pagamentos brasileira, atendendo, portanto, aos anseios do governo, embora na década de 1980 o preço deste produto já tivesse voltado aos patamares normais. Os industriais continuaram a efetivar os seus interesses, na medida em que o Proálcool representou a abertura de um novo mercado para o setor, e o melhor, sem concorrência direta com outros países, num período de depressão das cotações do açúcar e de existência de capacidade produtiva ociosa. Como as políticas do Proálcool incentivaram grandes escalas de produção, a indústria de equipamentos para usinas e destilarias também se beneficiavam, especialmente as grandes empresas com capacidade de produzir grandes instalações. Além disso, o programa contribuiu para que o segmento de bens de capital sucroalcooleiro desenvolvesse sua própria tecnologia. Os interesses da indústria automobilística também acabaram atendidos através do Proálcool, uma vez que este programa representou a abertura de um novo mercado automotivo para o setor.

O advento do Programa Nacional do Álcool acabou expondo as contradições internas do setor sucroalcooleiro, na medida em que promoveu disputas entre as agências burocráticas pelo controle do programa e expôs conflitos quanto às questões de seu funcionamento. Enquanto o IAA defendia que a produção de álcool deveria dar-se em destilarias autônomas, localizadas fora das áreas açucareiras tradicionais, a Copersucar lutava pela modernização e ampliação das destilarias anexas já existentes e pela instalação de novas destilarias nas usinas que não as possuía (MORAES, 2000). Por trás da posição do IAA estava o interesse de evitar que as usinas desviassem a cana destinada à produção de açúcar para a produção de álcool, conforme sua conveniência. Com essa medida, o Instituto garantia a continuidade das exportações de açúcar e a receita do Fundo Especial de Exportação, sua principal fonte de recursos financeiros.

Outros acontecimentos, nesta época, contribuíram para o enfraquecimento político e perda de poder de regulação do IAA: a) com a produção de álcool dando-se em destilarias anexas, as usinas reduziram a produção e exportação de açúcar, esgotando os recursos do Fundo Especial de Exportações (FEE), que financiavam as atividades do IAA; b) como a abrangência do setor passou a ser maior, tratando agora de questões energéticas, foram criadas novas agências governamentais – abertas aos novos interesses – tornando o IAA obsoleto (BELIK, 1992); c) em função das pressões da Copersucar contra a estatização completa do álcool e da falta de recursos e

infraestrutura do IAA para dar conta do escoamento desse produto, o IAA perdeu o monopólio de comercialização do álcool; d) finalmente, a coordenação do Proálcool ficou a cargo de uma Comissão Interministerial Permanente (composta por representantes dos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Indústria e Comércio, da Petrobrás e do Ministério das Minas e Energia), saindo o IAA enfraquecido.

A partir desse momento, o IAA ficou apenas com a responsabilidade de receber propostas de financiamento para modernização, ampliação ou instalação de destilarias e encaminhar ao Conselho Nacional do Álcool; estabelecer preços de paridade para o álcool carburante e para fins industriais; estabelecer as especificações técnicas para o álcool de qualquer origem e para o mel residual e receber inscrições de destilarias (MORAES, 2000).

Embora, num primeiro momento, o Estado tenha autorizado somente a instalação de destilarias anexas (voltadas principalmente para a produção do álcool anidro), o medo do governo de não atingir a meta de produção de álcool (que era de 3 bilhões de litros) fez com que liberasse a instalação de destilarias autônomas em 1975. Conforme dados apresentados por Belik (1992), em 1979, apenas 5% da produção de álcool vinha de destilarias autônomas, contra um percentual de 50% em 1988.

Para representar os interesses das destilarias autônomas que estavam surgindo, foi criada, em 1975, a Sociedade dos Produtores de Álcool de São Paulo (Sopral). Esta entidade nasceu com considerável poder de aglutinação e representação, já que englobava também algumas usinas relevantes (do ponto de vista da produção) que se desligaram da Copersucar.

Outras associações regionais, consideradas como braços da Sopral, com baixa representatividade e fraco poder de aglutinação também surgiram no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como é o caso da Associação das Destilarias Autônomas (ADA), da União das Destilarias Autônomas do Oeste Paulista (UDOP), da Cooperativa dos Produtores de Aguardente de Cana e Álcool do Estado de São Paulo (Copacesp), da Associação das Indústrias Sucroalcooleiras do Estado de São Paulo (Sucresp) e da Associação dos Independentes de São Paulo, todas representando os interesses das destilarias autônomas de álcool.

Assim, a criação do Proálcool representou uma mudança no ambiente organizacional privado, com o fim da unicidade da ação coletiva industrial. Até 1975, a Copersucar era a entidade que representava os interesses dos industriais paulistas, embora, em seus estatutos, os objetivos de atuação da organização fossem apenas comerciais. O fato é que a Copersucar e a Associação dos Usineiros de São Paulo (criada em 1932 para fazer a representação política da categoria) mantinham relações estreitas, com presidentes e diretores em comum, sendo que a Copersucar possuía

habilidade de articulação institucional no âmbito do IAA, o que facilitava sua capacidade de negociar e influenciar a realização das políticas sucroalcooleiras. Com o advento do Proálcool e da Sopral, os interesses dentro da rede de política sucroalcooleira paulista tornam-se heterogêneos e dispersos, pois a partir desse momento parte dos industriais defendia os interesses do álcool hidratado (principalmente as destilarias autônomas) e parte defendia os interesses do álcool anidro⁴³ e do açúcar (caso dos usineiros tradicionais pertencentes a Copersucar).

Quanto à representação dos fornecedores de cana, até meados da década de 1970, era a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) quem ocupava o espaço de interlocutora no âmbito do IAA⁴⁴, através da Comissão Técnica da Cana de Açúcar. Conforme argumenta Rodrigues (1995), a criação das Comissões Técnicas foi fundamental para a sobrevivência da Faesp, pois foi a única maneira de mantê-la vinculada a agricultores e a seus interesses específicos; isto é, vinculada a alguma rede de poder agroindustrial constituída, como a sucroalcooleira paulista. Apesar da CT Cana da Faesp ter, na época, acesso a várias comissões e órgãos governamentais e possuir *status* público concedido pelo Estado (um recurso político considerável), a entidade tinha pouca participação na elaboração da política setorial, algumas vezes era chamada somente no momento da implementação da política.

Nos anos 1970 e 1980, o papel da CT Cana resumiu-se a reivindicar ao governo o cumprimento da legislação que regulamentava a relação entre os agentes do setor, sobretudo a relação entre usineiros e fornecedores.

Diante do restrito poder de representação real da CT Faesp foi que surgiu a Orplana, intensificando a interação estratégica entre os atores produtivos. A organização nasceu aglutinando pouco mais de 50% dos fornecedores de cana paulistas, antes representados por associações regionais dispersas pelo Estado de São Paulo. A CT Faesp era dependente da Orplana quanto ao acompanhamento dos preços do açúcar e do álcool, pois era a entidade privada quem estimava os custos de produção para confrontá-los com os dados oficiais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O enfraquecimento da CT Faesp se deu, efetivamente, nos anos 1980, em função dos seguintes fatores: a) o fato da Comissão Técnica da Cana manter-se vinculada à Diretoria da Faesp – que mantinha o discurso de defesa do produtor rural

⁴³ Os filiados da Copersucar eram especialistas na produção do álcool anidro, enquanto as destilarias autônomas produziam o hidratado.

⁴⁴ Desde a década de 1930 o Estado torna legal o funcionamento de organizações de interesses de direito privado, mas só a partir de 1963 a Faesp se consolida como representante formal do empresariado rural paulista.

como um todo - impedia uma atuação autônoma dessa entidade, dificultando que constituísse uma representação real dos fornecedores de cana paulistas (RODRIGUES, 1995); b) o envolvimento da CT cana com questões políticas, muitas vezes evitando entrar em confronto direto com o governo, vai desgastando sua legitimidade; c) a crise fiscal do Estado, neste período, prejudicou o repasse de verbas oficiais para a organização, reduzindo sua capacidade de atuação, devido à perda de recursos financeiros; d) os fornecedores paulistas aproximaram-se mais da Orplana, que passou a ocupar o espaço de representação da categoria junto ao IAA.

A Orplana era uma organização reconhecida pelo Estado, pois, interessava a este ator uma organização mais centralizada para discutir os interesses dos canavicultores paulistas. O *status* público concedido a esta associação de fornecedores conferia-lhe significativa reputação e poder de representação (um recurso político significativo), sendo chamada praticamente em todas as reuniões ou fóruns de discussões promovidas pelo Estado. A organização possuía representantes junto ao Conselho Deliberativo do IAA e junto à Superintendência Regional do IAA, órgãos, até meados da década de 1970, responsáveis pela formulação das políticas sucroalcooleiras. Entretanto, a ausência de recursos organizacionais, tecnológicos, constitucionais e, sobretudo, financeiros, impediam o fortalecimento do poder de negociação desta associação. Por outro lado, o grande número de fornecedores paulistas, a heterogeneidade existente entre eles em termos de porte, estrutura produtiva e de interesses, somados à dispersão geográfica da categoria e ao fato de não possuírem um destino alternativo para seu produto, faziam da Orplana uma associação que se limitava a reivindicar o cumprimento da legislação e a discutir com o Estado as divergências nos custos de produção da cana, à semelhança da CT Cana da Faesp.

A partir da segunda metade dos anos 1980, a crise fiscal do Estado levou à escassez de recursos públicos para manter o Proálcool. A falta de crédito e a desativação gradativa de todo o sistema de apoio estatal ao setor dificultaram a situação de muitos produtores agrícolas e industriais, intensificando a desagregação de interesses dentro dos grupos sucroalcooleiros e entre eles.

Entre 1975 e 1989 (período de funcionamento do Proálcool), formou-se uma rede política em que o Estado e suas agências tinham grande autonomia, em função do regime autoritário da época, dos recursos de poder que possui e da forte legitimação, fatores que lhe permitiam dominar a distribuição de recursos de poder entre os atores privados (principalmente os recursos financeiros, tecnológicos e políticos) e a elaboração e implementação da política pública. Desse modo, era o Estado quem estabelecia as regras do jogo durante o período do Proálcool, regulando com certo poder a rede sucroalcooleira paulista.

Este elevado poder de coordenação estatal reduziu a participação e a atuação dos grupos privados na elaboração e, principalmente, na implementação da política sucroalcooleira. Entretanto, atores com recursos de poder relevantes e com elevada capacidade de negociação, como é o caso dos industriais paulistas representados pela Copersucar, conseguiam ter acesso aos centros de decisão. A vitória da Copersucar na luta contra o monopólio estatal da comercialização do álcool pelo IAA foi um exemplo da participação destes atores privados no resultado político. Outro exemplo ficou por conta do decreto estatal que autorizou a produção de álcool somente em destilarias anexas, efetivando os interesses da Copersucar. Durante as décadas de 1970 e 1980, o acesso aos centros de decisão dava-se pelas vias formais (através do Instituto do Açúcar e do Alcool), mas também através das vias informais, facilitando a participação de atores individuais e coletivos no resultado político.

Os grupos de interesses privados (industriais, fornecedores de cana, produtores de automóveis e de destilarias) eram reconhecidos pelo Estado, que lhes conferia *status* público. Os acessos aos centros de decisões davam-se mais em função deste *status* público conferido pelo Estado e dos recursos de poder controlados pelos atores privados (principalmente financeiros e organizacionais), do que através da habilidade efetiva que estes grupos tinham para representar um setor da sociedade.

Contudo, a partir de meados dos anos 1980, a reformulação de interesses dentro das organizações dos industriais paulistas (Copersucar e Sopral) levou a mudanças nas estratégias, nas lógicas de ação e nos fundamentos do intercâmbio, promovendo a reestruturação da rede de poder instalada durante o Proálcool. Algumas unidades industriais da Copersucar passaram a buscar canais de comercialização próprios para seu açúcar e, na Sopral, a heterogeneidade de tipos e interesses debilitou a representação dessa organização. O início da crise fiscal do Estado e o esgotamento dos recursos financeiros para o Programa acentuaram ainda mais as divergências entre os atores (públicos e privados), tornando as interações/negociações menos frequentes. O grupo dos industriais paulistas não mais avaliava e legitimava as ações e os resultados obtidos pelas associações coletivas, o que acabou promovendo uma flutuação significativa na orquestração de interesses. Estes aspectos indicam, apenas, o início do processo de transformação da estrutura de oportunidades e da rede de política sucroalcooleira paulista, onde a desregulamentação total do setor seria o ponto máximo.

O Estado, que até a década de 1980 operava na rede política sucroalcooleira, centralizando decisões estratégicas e distribuindo recursos de poder entre os demais atores privados, passou a buscar recursos (inclusive políticos), pois este deixou de ser o ator que centraliza as coordenações dos processos de orquestração de interesses e

recursos para ser mais um ator dentro dos arranjos institucionais estabelecidos. Nesse contexto, esgotou-se o modelo de intervenção baseado no antigo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e os atores privados (via associações de interesses) avançaram no processo de formulação das políticas públicas estabelecidas para o setor sucroalcooleiro. O quadro 3 caracteriza a rede política sucroalcooleira no estado de São Paulo entre 1975 e 1989.

Quadro 3 - Características da rede de poder agroindustrial sucroalcooleira paulista entre 1975 e 1989

1. Atores (além das agências estatais)	2. Características da rede de poder
1.1. Número	Limitado
1.2. Tipo	Associações de interesses (industriais e fornecedores)
1.3. Monopólio de representação	Não
2. Função	
2.1. Canais de acesso	Sim
2.2. Consulta	Sim
2.3. Negociação	Sim, embora restringida pelo regime autoritário
2.7. Amplitude de temas	Relativamente estreita
3. Estrutura	
3.1. Limites	Relativamente fechados a outros atores
3.5. Padrão de relação	Consulta horizontal, mas com autoridade hierárquica do Estado na elaboração e implementação da política
3.6. Centralidade	Alta, concentrada nas mãos do Estado
3.7. Estabilidade	Baixa, pois há divergências de interesses com a criação de novas associações coletivas dos industriais
5. Distribuição de poder	
5.1. Autonomia estatal	Alta
5.2. Dominação do Estado	Sim
5.3. Dominação do interesse privado	Não

Fonte: elaboração dos autores

Todos estes fatores desencadearam um processo de modificação da estrutura de governança sucroalcooleira estabelecida no estado de São Paulo, pautada na desregulamentação.

No âmbito produtivo, essa desregulamentação do setor chegou ao auge do debate sobre a busca pela eficiência de mercado, tanto para as usinas e destilarias quanto para os fornecedores. Com o fim das políticas de sustentação da cana, do açúcar e do álcool, ou seja, diante da eliminação dos mecanismos de controle da produção, garantia de preços e proibição da entrada de novas empresas, o objetivo dos

atores produtivos passou a ser o de reduzir os custos de produção e de transação, diferenciar seus produtos e, em alguns casos, diversificar sua produção. No âmbito financeiro, com o fim do crédito rural a juros negativos, os atores produtivos passaram a desenvolver formas de financiamento e sistemas de apoio diversificados, como é o caso da integração de usinas com as transnacionais do setor alimentício.

Contudo, foi no âmbito organizacional que ocorreram as principais mudanças sucroalcooleiras da década de 1990. Com o afastamento do Estado da regulação, as organizações de interesses foram obrigadas a se reformularem, redefinindo suas metas e suas formas de organização e atuação. Novas demandas foram colocadas pelos membros das associações, devido ao fim do aparato de sustentação estatal até então vigente, que garantia a realização de lucros ao setor.

Foi neste contexto que, em 1990, a Associação dos Usineiros de São Paulo passou por um processo de metamorfose, transformando-se em Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (AIAA). Essa Associação, que atuará até 1997 – ano de criação da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA) –, foi construída sobre a base dos sindicatos de representação dos usineiros, sendo a responsável pela execução das ações políticas e os sindicatos responsáveis pela prestação de serviços aos industriais.

Quando de sua constituição, a AIAA aglutinava cerca de 70% dos produtores paulistas, tendo como associadas as usinas que também faziam parte da Copersucar. Diante das dificuldades de aglutinar todos os industriais numa mesma associação, surgiu, em 1997, a UNICA, em substituição a AIAA. Como o próprio nome diz, a UNICA foi uma tentativa de unificar as ações dos industriais paulistas para lidar com o novo ambiente desregulamentado e de solucionar o problema da representação heterogênea, que enfraquecia o poder de negociação dessa categoria. Num primeiro momento esses objetivos foram praticamente alcançados, visto que a entidade nasceu aglutinando 121 das 133 unidades industriais existentes no estado de São Paulo (MORAES, 2000). Em relação aos atores coletivos, a UNICA conseguia agregar as seguintes entidades: Copersucar, Sopral, Associação da Indústria Sucroalcooleira do Estado de São Paulo (Sucresp), Associação das Destilarias Autônomas (ADA), Sindicato da Indústria de Açúcar do Estado de São Paulo (Siaesp), Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de São Paulo (Sifaesp), Cooperativa dos Produtores de Álcool e de Aguardente do Estado de São Paulo (Copacesp), e a União das Destilarias do Oeste Paulista (UDOP).

Entretanto, na medida em que o setor caminhava para a liberação total (liberação dos preços da cana, do açúcar *standard* e do álcool hidratado em 1999), aumentava a divergência de interesses e opiniões sobre o processo de

desregulamentação entre algumas entidades associadas à UNICA, enfraquecendo a capacidade de aglutinação dessa organização. As empresas mais eficientes em termos de custos defendiam o livre mercado, alegando que a associação deveria atuar mais na prestação de serviços (este é o grupo representado pelas empresas que participam da Copersucar), enquanto as empresas menos eficientes em custo, em logística de suprimento e com maiores níveis de endividamento, lutavam pela manutenção da intervenção do Estado no setor, defendendo que a representação da classe mantivesse a estratégia de *lobby* junto ao Estado, no que diz respeito às questões do álcool. As empresas pertencentes a este grupo eram antigas associadas da Sopral, na maioria destilarias autônomas de pequeno e médio porte.

Em virtude dessa divergência de opiniões, algumas unidades de São Paulo afastaram-se da UNICA⁴⁵ e, juntamente com produtores de outros Estados (Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Goiás) ligados ao interesse do álcool, criaram a Coligação das Entidades Produtoras de Açúcar e Álcool (Cepaal). Alguns associados defendiam que os esforços da UNICA dever-se-iam dar no sentido de incentivar a produção e o uso do álcool anidro, dado o enxugamento do Proálcool, a queda de demanda do álcool hidratado e a especialização destas empresas na produção deste tipo de produto.

Por outro lado, as destilarias criadas no Proálcool, que foram montadas para produzir o hidratado, enxergavam que este deveria ser o principal produto, devendo o álcool anidro funcionar como um regulador dos estoques, já que este produto pode ser adicionado à gasolina em proporções variáveis.

Como resultado dessa divergência de interesses, a partir do final da década de 1990, a representação dos interesses dos industriais paulistas ficou dividida entre a Unica (a favor do livre mercado, defendendo regras mínimas para a fase de transição e para o futuro) e a Cepaal (defendendo a postergação da liberação do setor, devido ao grande estoque existente na safra 1998/99 e à falta de regras de transição, necessárias para garantir a sobrevivência dos Estados e das unidades produtoras com desvantagens competitivas⁴⁶). Apesar das reivindicações da Cepaal, o Estado promoveu a liberalização total do setor em 1999 (fim do controle dos preços da cana, do açúcar *standard* e do álcool hidratado), realizando os interesses da UNICA.

⁴⁵ Cerca de 35 unidades industriais afastaram-se da UNICA.

⁴⁶ Desvantagens competitivas em termos de nível de endividamento e custos de produção e comercialização (Ex. fretes mais elevados para unidades produtoras localizadas fora do estado de São Paulo).

Na categoria dos fornecedores de cana paulistas ocorreu um movimento inverso das unidades industriais. Isto é, conforme o setor caminhava para a liberalização, mais associações regionais foram aderindo a Orplana.

Durante o início do processo de desregulamentação, os atores privados sucroalcooleiros paulistas não conseguiram se organizar, o que dificultou a construção de um mecanismo de auto regulação setorial. Isso ocorreu porque a prática de orquestração ainda era incipiente, uma vez que o Estado sempre intermediou os conflitos entre os atores, além de definir regras e normas que garantiam seus lucros econômicos. Quando os atores sucroalcooleiros paulistas foram obrigados a caminhar com suas próprias pernas, o resultado foi a fratura entre os interesses e a perda de capacidade de articulação e formulação de políticas. A partir do momento em que o Estado se afastou da regulação do setor no final dos anos 1990, deixando de definir regras que conduziam as relações de poder, cresceu a participação dos atores privados no processo decisório sucroalcooleiro. O que ocorreu foi uma intensificação da articulação dentro do grupo dos industriais (quando se trata das questões mais gerais do setor) e entre os industriais e os fornecedores de cana, por intermédio das associações de representação de interesses. A criação do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Consecana) em 1998 evidenciou esse movimento.

Diante da liberação dos preços da cana pelo governo, o Consecana foi um sistema desenvolvido conjuntamente pela Orplana e pela UNICA com o objetivo de estabelecer uma nova forma de remuneração da matéria-prima e de apresentar regras mínimas para o relacionamento entre industriais e fornecedores. Nesse novo sistema de remuneração, a base para o pagamento da cana continuou sendo a pureza do caldo, determinada através da quantidade de Açúcar Total Recuperável (ATR) contida na matéria-prima entregue pelo fornecedor. Contudo, os preços do açúcar e do álcool (anidro e hidratado) nos mercados interno e externo também eram considerados (Informativo Orplana,1998). O sistema, que se encontra em operação, é gerido por um conselho formado por 5 representantes da Orplana e 5 da UNICA, sendo as possíveis desavenças arbitradas pela Câmara de Juízo Arbitral da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Num primeiro momento, apenas 50% dos fornecedores paulistas aderiram ao Consecana. Com o passar dos anos aumentou a adesão ao modelo de autogestão de remuneração da cana, mesmo entre as unidades industriais que estavam fora da UNICA e entre os fornecedores que não pertenciam a Orplana. Segundo dados colhidos em entrevista com a Orplana e com a UNICA, cerca de 95% das transações de compra e venda de cana em São Paulo utilizam como base as normas do Consecana. Este sistema também tem servido como referência de preços para a

remuneração da tonelada da matéria-prima em outros estados. Trata-se de um modelo que vem sendo revisto a cada safra, onde ajustes são efetuados na sua fórmula de cálculo. Assim, o Consecana institucionalizou um arranjo com regras setoriais, criado durante o processo de desregulamentação da agricultura, e que aumentou a frequência da orquestração entre a UNICA e a Orplana.

No Consecana, o Estado e suas agências não possuem autonomia, pois não dominam a distribuição dos recursos de poder. Os recursos mais relevantes são controlados pelo setor privado, principalmente pelo segmento industrial, através da UNICA.

Nesta estrutura de governança, o que chama a atenção é a rigidez e a simbiose existente entre o governo (representado pelos 10 ministros que compõem o CIMA - Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool) e os parlamentares – deputados e senadores) e os grupos de interesses privados - UNICA e Orplana (NETO; PAULILLO, 2012). No intercâmbio político que se estabelece, o Estado concede aos grupos de interesse monopólio de representação, subvenções e acesso privilegiado a algumas decisões que promovem o desenvolvimento organizacional dos atores coletivos e incrementam seu poder de negociação na rede, facilitando o acesso à formulação das políticas setoriais e a efetivação de seus interesses. Em troca, o Estado recebe legitimidade, informação e suporte político, o que incrementa sua capacidade de ação, ou seja, a eficácia de suas decisões.

Quadro 4 - Características da rede de poder agroindustrial sucroalcooleira paulista após a desregulamentação estatal (a partir do final da década de 1990)

1. Atores (além das agências estatais)	Características da Rede de Poder
1.1. Número	Dois
1.2. Tipo	Associações de interesses (industrial e agrícola)
1.3. Monopólio de representação	Sim ⁴⁷
2. Função	
2.1. Canais de acesso	Sim
2.2. Consulta	Sim
2.3. Negociação	Sim
2.7. Amplitude de temas	Relativamente estreita
3. Estrutura	
3.1. Limites	Fechados

⁴⁷ Nas questões ou interesses comuns que envolvem o setor como, por exemplo, na questão da abertura de novos mercados para os produtos sucroalcooleiros, a Unica fala pelos atores desta agroindústria paulista.

3.5. Padrão de relação	Consulta horizontal
3.6. Centralidade	Baixa
3.7. Estabilidade	Alta
5. Distribuição de poder	
5.1. Autonomia estatal	Baixa
5.2. Dominação do Estado	Não
5.3. Dominação do interesse privado	Sim, são os industriais quem possuem os recursos de poder mais relevantes.

Fonte: elaboração dos autores.

Como se trata de uma estrutura de governança bastante rígida, o acesso de outros atores ao processo de tomada de decisão é bastante difícil. Por isso, os limites da rede tornaram-se fechados a outros interesses (LOPES; SILVA; PAULILLO, 2011). A articulação de atores é voluntária e as relações possuem certa ordenação e estabilidade, uma vez que há simbiose e dependência entre eles. As negociações ocorrem de forma discreta – pela barganha horizontal – não por autoritarismo hierárquico, e os grupos têm ações recíprocas e preferenciais (SOARES; SAES; PAULILLO, 2015). Uma parte é dependente dos recursos controlados pelas outras duas partes, sendo que existem ganhos com o processo de troca e com o intercâmbio político. Neste caso, os atores existem não por eles mesmos, mas em relação aos outros atores. Há uma orientação mútua e os benefícios são divididos (SOARES PAULILLO; CANDOLO, 2013). Enfim, interdependência, complementaridade e relacionamento são os conceitos chave. A rede política sucroalcooleira tornou-se, desde então, uma estrutura de orquestração mais fechada em torno do cálculo construído pelo modelo Consecana. Variações derivadas a partir do modelo Consecana, não representaram mudanças institucionais relevantes para alterar o jogo de poder setorial entre os segmentos industrial e agrícola da cana no estado de São Paulo.

Conclusão

As redes de políticas importam metodologicamente por causa dos fenômenos recentes (como liberalização, globalização, integração econômica e política, reforma do Estado, crises fiscais, surgimentos de programas e câmaras setoriais de regulação e normas, etc.) que vem redefinindo as relações entre o público e o privado, trazendo novos elementos e questões sobre os limites, potencialidades e possibilidades de políticas públicas para a agricultura e agroindústria no Brasil. Com a diversidade de

arranjos institucionais que envolvem atores públicos e privados de modo diferenciado, a organização, mobilização e representação de interesses podem ser tratadas sob uma perspectiva mais abrangente e flexível daquelas oferecidas pelas abordagens dos novos corporativismo e pluralismo.

Alguns avanços teóricos subjacentes aparecem e podem ser resumidamente colocados da seguinte forma: 1) avançar na explicação da redefinição das interações entre atores públicos e privados na agroindústria do estado de São Paulo e, com isso, recolocar o debate sobre as novas formas de orquestração na agenda de políticas agrícola e agroindustriais no Brasil; 2) considerar novos elementos de análise que, sendo mais abrangentes e flexíveis, possa dar conta das diferenciações e diversificações das governanças políticas e 3) recolocar os limites e possibilidades das políticas públicas para a agricultura e as influências dos interesses privados nesses processos.

Casos da agricultura brasileira, como os dois apresentados, mostram as transformações que ocorreram na direção da constituição de redes de políticas que foram fundamentais nas modernizações dos complexos agroindustriais brasileiros. O período de delimitação do presente trabalho – 1964/2010 – mostrou a adoção de uma política horizontal e distributiva nos anos 1960, baseada nas concessões de elevados volumes de crédito rural a juros subsidiados para modernizar a agricultura brasileira que intensificou as ações do Estado sobre o setor sucroalcooleiro e citrícola. Nesse contexto, que vai até fins da década de 1970, o principal resultado obtido foi a expansão da produção e da produtividade no campo, viabilizando maior volume de exportações (especialmente de açúcar e suco de laranja concentrado, duas importantes *commodities* na pauta exportadora brasileira).

Durante esta fase do desenvolvimento agrícola brasileiro, esteve situado o período de maior intervenção estatal sobre o setor sucroalcooleiro, com a criação do Proálcool, e a maior expansão do parque agroindustrial de suco de laranja brasileiro, totalmente localizado no cinturão citrícola do estado de São Paulo (no eixo rodoviário entre os municípios de Limeira e São José do Rio Preto).

Com os complexos agroindustriais formados na agricultura da laranja e da cana, políticas agrícolas especificamente setoriais começaram a ocorrer. Isso resultou da articulação de interesses entre os principais atores produtivos desses complexos agroindustriais no estado de São Paulo, ocupando o Estado (e suas agências) a posição central no processo decisório nas redes de interesses estabelecidas nos anos 1960/1980 (definindo regras, normas e procedimentos). O Estado assumiu também o papel de coordenador das ações empreendidas pelos atores individuais e coletivos.

Mas isso não continuou na década de 1990. Com as crises fiscais e política do Estado brasileiro, que resultou no fim do apoio financeiro concedido aos atores privados e dos instrumentos de controle da produção e dos preços, as articulações entre os atores agrícolas agroindustriais do estado de São Paulo foram modificadas.

No caso sucroalcooleiro, a partir do início do processo de desregulamentação do setor, cresceu o poder de aglutinação da associação que representa os interesses dos industriais e, também, da associação que representa os fornecedores de cana-de-açúcar. Este movimento significa que apurar o poder de negociação dessas organizações levará ao entendimento da nova orquestração de interesses sucroalcooleiros que começou a se configurar no estado de São Paulo. A partir daí, a rede de política foi se reestruturando até chegar ao modelo Consecana no final da década de 1990, com a participação de parlamentares no processo de elaboração das políticas setoriais e a formação dos grupos de comercialização de açúcar e álcool. Desde então, o Consecana é o modelo de governança que pauta as principais transformações institucionais e organizacionais do complexo sucroalcooleiro no estado de São Paulo.

Processo semelhante ocorreu no complexo citrícola brasileiro. Na medida em que a regulação do sistema de preços deixou a pauta da CACEX e do governo federal e os atores agroindustriais desenharam o contrato-padrão, que vigorou entre 1985 e 1994 (até ser extinto por determinação do CADE na apuração de práticas de cartel por algumas processadoras de suco), a rede de política tornou-se cada vez mais setorial e vinculada à disputa entre associações de representação dos interesses da indústria de suco e dos citricultores. A crise do setor estabelecida a partir das disputas entre 1991-1994 e que culminou na marginalização de milhares de citricultores no estado de São Paulo (em que parte significativa trocou o plantio de laranja pela cana), clamou por uma solução semelhante àquela ocorrida no setor sucroalcooleiro, isto é, a formação de um Conselho dos Produtores e Exportadores de Suco de Laranja (Consecitrus). No entanto, as disputas no campo jurídico entre associações de citricultores e processadoras de suco nunca permitiram lograr uma solução de governança do setor semelhante ao ocorrido no sucroalcooleiro. Estudos de redes de políticas de corte setorial, conforme apresentado neste trabalho para os casos citrícola e sucroalcooleiro do estado de São Paulo, são importantes para compreender as políticas agrícolas e agroindustriais no Brasil, muito inseridas nas dinâmicas das cadeias produtivas do agronegócio.

POLICIES NETWORKS IN THE AGRIBUSINESS OF THE STATE OF SÃO PAULO: THE FORMS OF ORCHESTRATION OF PRODUCTIVE INTERESTS IN THE CITRICAL AND SUGAR-ALCOHOL AGRO-INDUSTRIAL COMPLEXES

ABSTRACT: *Agribusiness is organized into policy networks. The orchestrations of interests associations are important to reveal the field of agroindustrial political governance which grew with the agricultural policies at the corporatist level, under the state regulation of Brazilian agriculture in the years 1960s and 1970s, and which have become more plural governances or in networks coordinated and oriented by business, agricultural product or agroindustrial sector. This article presents, through the citrical and sugar- alcohol agroindustrial case study in the State of São Paulo in the period 1964-2010, and the most important transformations in the two most important networks of agribusiness in São Paulo from the theoretical field of political neoinstitutionalism.*

KEYWORDS: Neoinstitutionalism. Political Networks. Governance. Citriculture. Sugar Cane.

REDES DE POLÍTICAS EN EL AGRONEGOCIO EN EL ESTADO DE SÃO PAULO: LAS NUEVAS FORMAS DE ORQUESTRACIÓN DE INTERESES PRODUCTIVOS EN LOS COMPLEJOS AGROINDUSTRIALES DE CÍTRICOS Y SUCROALCOHOLERO

RESUMEN: *El agronegócio se organiza en redes de políticas. Las orquestaciones de asociaciones de interés son importantes para revelar el campo de la gobernanza política agroindustrial que creció con las políticas agrícolas a nivel corporativo en Brasil, es decir, bajo la regulación estatal de la agricultura brasileña en los años sesenta y setenta, y que se convirtió en una gobernanza más pluralista o en redes coordinadas y orientadas a los negocios, productos agrícolas o sector agroindustrial. El presente artículo muestra los casos agroindustriales de cítricos y sucroalcooleiro en el estado de São Paulo en el período 1964/2010 y presenta las transformaciones más importantes en las dos redes de políticas más importantes del agronegócio paulista, a partir del campo teórico del neoinstitucionalismo político.*

PALABRAS CLAVE: *Neoinstitucionalismo. Redes Políticas. Gobernanza. Citricultura. Caña de azúcar.*

Referências

BELIK, W. **Agroindústria processadora e política econômica**. Orientador: José Graziano da Silva. 1992. 219f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

BELIK, W. **Mudanças no padrão de intervenção do Estado no complexo agroindustrial brasileiro**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1997. mimeo.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O.; VIAN, C. E. F. A emergência dos conselhos setoriais na agroindústria brasileira: gênese de uma governança mais ampla? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n.1, p.9-32, mar. 2012.

BOUROULLEC, M. D. M.; PAULILLO, L. F. Hybrid governances complementary to contracts in international fair trade orange juice. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 17, n. 4, p.761-773, dez. 2010.

BOYER, R. **A teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

CAWSON, A. Varieties of corporatism: the importance of the meso-level of interest intermediation. In: CAWSON, A. (ed.). **Organized interests and the State**: study in meso-corporatism. London: Sage Publications, p.1-22, 1985.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DOWDING, K. Model or metaphor? A critical review of the policy network approach. **Political Studies**, Oxford, n. XLIII, p.136-158, 1995.

LOPES, M. B.; SILVA, A. L.; PAULILLO, L. F. O. Characteristics of brazilian sugarcane ethanol fuel transactions between distributors and retail stations. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 18, n. 2, p.325-336, 2011.

MARTINE, G. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. Brasília: IPEA – Instituto de Planejamento, 1989.

MELLO, F. O. T.; PAULILLO, L. F. O. Analysis of the alignment between transactions attributes and forms of governance employed in citrus production. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 16, n. 4, p.679-690, 2009.

MELLO, F. O. T.; PAULILLO, L. F. O. Formas plurais de governança no sistema agroindustrial citrícola paulista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 48, n. 1, p.139-159, 2010.

MITNIK, B. **La economía política de la regulación**. México: Fondo de Cultura Económica. 1989.

MORAES, M. A. F. D. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro do Brasil**. Americana: Caminho Editorial, 2000.

NAVARRO YÁÑES, C. J. **El sesgo participativo: innovación democrática en municipios del sur de Europa (1960-1995)**. Córdoba: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

NETO, M. S.; PAULILLO, L. F. O. Governance structures in clusters: a comparative study in footwear and sugarcane's arrangements in the state of São Paulo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p.1131-1155, 2012.

ORTEGA, A. C. **Acción colectiva y articulación de intereses en los complejos agroindustriales brasileños: organizaciones especializadas por productos e interprofesiones**. 1995. Tese (Doutorado em Economia) - Departamento de Economia, Sociologia e Política Agrária, Universidade de Córdoba, Córdoba, 1995.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder & territórios produtivos**. São Carlos: Rima Editora, 2000.

PAULILLO, L. F. Análise organizacional em redes de recursos de poder: contribuições para os estudos da concorrência, das decisões estratégicas e das políticas públicas. In: FUSCO, J. P. **Tópicos emergentes em engenharia de produção** – vol.1. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

RAMOS, R. Um Estudo da Evolução da Estrutura da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982). São Paulo, Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, **Dissertação de Mestrado**, 1983.

RODRIGUES, V. L. G. S. **Organizações empresariais por produto**: os casos da cana-de açúcar e da laranja em São Paulo. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SILVA, J. G **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SOARES, S. S. S.; PAULILLO, L. F. O.; CANDOLO, C. Opportunistic behavior and stability of governances in automotive fuel negotiations in the state of São Paulo. **Journal of Economics Issues**, [Armonk], v. 47, n. 4, p.983-1002, 2013.

SOARES, S. S. S.; SAES, M. S.; PAULILLO, L. F. O. Brazilian ethanol market: organizational change and impacts on the governance structures of distribution firms, 2000-2012. **British Food Journal**, [Bingley], v. 117, n. 10, p.2532-2546, 2015.

WAARDEN, V. F. The historical institutionalization of typical national patterns in policy networks between state and industry. Kluwer Academic Publisher. **European Journal of Political Research**, [s. l.], v. 21, p.131-162, 1992.

Recebido em 26/05/2019.

Aprovado em 04/08/2019.

“O JUDICIÁRIO É O PIOR INIMIGO DO POVO NEGRO”. JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA QUILOMBOLA: NOTAS SOBRE A JUSTIÇA BRASILEIRA

*Filipe Romão JULIANO**

RESUMO: O artigo mostra a percepção de moradores e lideranças do Quilombo Sacopã (Rio de Janeiro-RJ) sobre o Judiciário brasileiro nos diversos processos em que pleiteia o reconhecimento de seus direitos – territoriais e culturais. O objetivo é discutir a judicialização da experiência das comunidades quilombolas fluminenses, que se veem envolvidas em diversos processos, seja para a titulação de seus territórios, seja em relação a vizinhos, ocupantes e até mesmo ao poder público.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça. Quilombo Sacopã. Direitos territoriais. Personalismo. Desigualdade.

Introdução

O título deste artigo alude à declaração recorrente das lideranças quilombolas fluminenses, ouvidas por este pesquisador durante o trabalho de campo realizado no período de 2011 a 2015. Nesse sentido, os principais interlocutores deste trabalho foram as lideranças quilombolas reunidas em torno da presidência da Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj) – então exercida por Luiz Pinto, mais conhecido como Luiz Sacopã –, a liderança do Quilombo Sacopã e as lideranças dos quilombos da Marambaia e da Pedra do Sal.

A maior parte das comunidades quilombolas fluminenses tem as suas vidas cotidianamente afetadas pelas decisões e processos que correm no Poder Judiciário

* UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 20940-040 – filiperjuliano@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0762-0996>.

estadual e federal. O próprio processo administrativo de titulação dos territórios, que, em acordo com o Decreto 4887/2003 (BRASIL, 2003) e a Instrução Normativa 57/2009 (INCRA, 2009), está sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), prevê a possibilidade de contestação por parte dos ocupantes ou sujeitos afetados pelos limites dos territórios tradicionais. Além disto, muitas comunidades quilombolas sofrem processos de reintegração de posse movidos por grileiros e ocupantes de boa-fé, bem como outros processos de naturezas diversas. Assim, seja em decorrência de proibições às suas atividades comerciais, passando por processos de usucapião, até o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 3239 de 2018, pelo Supremo Tribunal Federal⁴⁸ (STF), os quilombolas estão implicados como partes, denunciantes e réus em diversos processos judiciais.

Este é, por exemplo, o caso do Quilombo Sacopã⁴⁹, o qual será privilegiado aqui. Além do seu processo de titulação, que se encontra na última fase, aguardando apenas a expedição do decreto pela Presidência da República, o Sacopã move um processo de usucapião da área e também tem sido processado por vizinhos. Estes visam impedir o funcionamento da sua pensão, que vende refeições aos trabalhadores do entorno, e a realização de manifestações religiosas e culturais com a justificativa de que o bairro da Lagoa, onde se situa, é uma área domiciliar. Este último processo acabou gerando, em julho de 2011, um momento paradigmático, que sempre vem à tona nas exposições públicas de suas lideranças: o trancamento dos portões da comunidade por 11 dias pela Polícia Militar. Durante esse período, os moradores ficaram impedidos de entrar e sair da comunidade, e alguns vizinhos que tinham automóveis estacionados no território não puderam retirá-los de lá.

Assim sendo, a importância e preponderância do Poder Judiciário para a administração de conflitos e sua possível resolução na sociedade brasileira explicam a presença constante de considerações sobre o seu funcionamento, nas narrativas dos moradores do Quilombo Sacopã e de outras comunidades. Dessa forma, o objetivo deste artigo é refletir sobre as percepções dos moradores acerca do Judiciário e o que tem sido possível depreender do seu funcionamento, para discutir como a Justiça brasileira tem sido operada por seus funcionários.

⁴⁸ Nota: a ADIN já foi julgada pelo STF em fevereiro de 2018.

⁴⁹ É uma comunidade quilombola urbana, situada à Rua Sacopã, 250 no bairro da Lagoa e que conta com cerca de 28 mil m² de vegetação, algumas pequenas casas e um estacionamento. Todos os seus 28 moradores integram a família Pinto, por laços consanguíneos ou de afinidade, e residem no local desde fins da década de 1920.

A desigualdade no acesso às informações e a vereditos idôneos, a necessidade da construção de redes pessoais para se alcançar legitimidade dentro do Judiciário, a expressão do ressentimento com tais problemas e a forma como os conflitos atingem as minorias étnicas em busca do reconhecimento de seus direitos territoriais têm sido os principais pontos levantados pela pesquisa e estarão aqui elencados para que se possa avançar na compreensão do funcionamento do Judiciário brasileiro.

Pretendemos aqui observar as lideranças quilombolas e suas comunidades como sujeitos de direito (RIFIOTIS, 2007, 2014; SOUSA, 2018). Isto equivale a dizer que vemos os quilombolas como sujeitos na criação dos marcos legais sobre a própria questão quilombola, construindo e atualizando o próprio direito.

Os quilombolas, como veremos à frente, são os principais atores na formação de sua figura jurídica enquanto comunidades titulares de um direito diferenciado. Essa reatualização legal implica também uma reconstrução cultural em torno do passado dessas comunidades, dos seus limites e pertencimentos, em negociação com mediadores e todo o sistema jurídico brasileiro. Os laços e traços das comunidades estão sendo redefinidos, em um novo arranjo e posição em relação ao Estado, à Justiça e à sociedade envolvente, de maneira a formar uma nova realidade para os quilombolas (ARRUTI, 1997).

Nesse sentido, o Poder Judiciário é compreendido pelas lideranças quilombolas como um ente hostil e promotor de boa parte da desconsideração sofrida por essas comunidades. Não têm sido raras as afirmações, por parte do Luiz Sacopã e de outras lideranças, que percebem o Judiciário como “o pior inimigo do povo negro”. No entanto, isto não significa que as negociações e o estabelecimento de alianças sejam impossíveis. Tais mediações, feitas por operadores do sistema simpáticos e sensíveis à causa quilombola, são muito valorizadas pelos quilombolas, dada a percepção da sua dificuldade na relação com a Justiça. Um espaço de negociação restrito e de acesso reduzido não faz do Judiciário um sistema estéril ou inexistente, ainda que mais difícil e custoso.

A observação da relação entre as comunidades quilombolas fluminenses e o Poder Judiciário demonstrou a combinação de linguagens e ações afeitas tanto às práticas políticas igualitárias quanto a práticas hierarquizantes. A possibilidade de interpretações baseadas no bom-senso por parte de juízes, promotores etc. (MIRANDA, 2005) e outras vezes baseadas nas normas constitucionais faz o Judiciário ser percebido como pouco previsível em suas decisões e contrário ao reconhecimento quilombola (LIMA, 2000). A contradição entre o respeito aos direitos constitucionais quilombolas e o não reconhecimento das reivindicações em esferas de

decisão mais baixas coloca em xeque o princípio ordenador conhecido como dogmática jurídica (LIMA, 2000).

Durante o trabalho de campo, foi possível perceber que, somada a críticas públicas focadas no caráter sistêmico da desigualdade via explicitação do racismo institucional, há também, por parte das lideranças, a recorrente identificação de juízes e desembargadores perseguidores do Quilombo Sacopã e da causa quilombola. A constante citação ao juiz que julgara, em segunda instância, o processo de usucapião da comunidade e posteriormente fora condenado como vendedor de sentenças, e a menção a um desembargador vizinho da comunidade e desafeto público dos quilombolas da Sacopã trazem dramaticidade ao demonstrar a desigualdade das forças em conflito e servem ao questionamento das regras e métodos do Poder Judiciário (MOTA, 2011).

A corruptibilidade e as brandas punições aos desvios dos agentes judiciais não se equilibram com a esporádica “sorte de ter um caso julgado por um juiz imparcial, não propinado”, segundo afirma o entrevistado Luiz Sacopã, como ocorreu em um julgamento de reintegração de posse em que a comunidade do Quilombo Sacopã é ré⁵⁰. Os moradores do Quilombo Sacopã têm plena noção da hierarquia e apropriação particularizada no sistema jurídico brasileiro (LIMA, 2000), o que abre a perspectiva para se discutir o personalismo e o paternalismo da Justiça brasileira. Tais percepções por parte dos moradores do Quilombo Sacopã e de suas lideranças são frequentemente corroboradas e validadas por alguns advogados e procuradores, o que, na visão das lideranças, confere mais credibilidade e legitimidade às declarações dos quilombolas.

Neste artigo, serão utilizadas transcrições de conversas e declarações públicas de desembargadores e de lideranças quilombolas sobre a Justiça no Brasil. Algumas dessas situações públicas ocorreram em espaços do próprio Poder Judiciário, como o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Serão analisados também os relatos sobre algumas audiências e processos judiciais vividos pelos moradores do Quilombo Sacopã.

A categoria Quilombo no Judiciário brasileiro

A categoria **quilombo** surge no ordenamento jurídico brasileiro pela primeira

⁵⁰ O Quilombo Sacopã instaurou um processo em 1975, em que demanda usucapião do seu território tradicional. Após derrota em segunda instância, surgiu uma imobiliária chamada Higienópolis, que alega ser a proprietária do terreno. Disponível em: <<https://goo.gl/4AM4JE>>. Acessado em: 9 ago. 2018.

vez em 1740, no Conselho Ultramarino português. A definição original de tal Conselho, segundo Almeida (2002), tem em seu cerne cinco elementos que caracterizariam os quilombos: a existência de fuga de pessoas escravizadas; uma quantidade mínima definível de pessoas envolvidas; o seu isolamento geográfico; a utilização da área para moradia e a possibilidade de consumo, representada pela presença, ou não, de pilões. Durante a ordem escravista, a categoria esteve impregnada com noções próximas às de banditismo, guerra e insurreição.

A atual configuração legal da noção de quilombo, segundo Gomes (2015), soma a luta por liberdade e autonomia dos escravizados e de suas comunidades dos séculos passados com a luta antirracista negra no Brasil do século XX. Os quilombos atravessaram aquele século como um símbolo étnico para a militância política negra e nos anos 1960/70 tornaram-se um paradigma para a identidade negra, articulando etnicidade, cultura e raça. Historicamente tensionando o isolamento da sociedade envolvente e a invisibilidade nos censos agrícolas e demais políticas públicas, as comunidades remanescentes de quilombos transformaram-se no campesinato negro, articuladas à questão da reforma agrária e a outras, mais amplas, da sociedade brasileira durante a reabertura política do pós-ditadura.

Este argumento é acompanhado por Leite (1996, 2000, 2004, 2008) e Pereira (2013), que veem na noção de quilombo um potencial aglutinador das comunidades e dos movimentos negros, que tem tido ressonância no restante da sociedade como a própria promulgação e confirmação das suas garantias constitucionais. Para Leite (2000), a emergência da categoria nos anos 1980 evidenciou a confluência entre a luta por reparação às populações escravizadas e a crítica aos estudos sobre as comunidades rurais negras, que remontam aos anos 1930 e 1940, respectivamente. A invisibilidade dos quilombos que, para Leite (1996), é em si uma violência simbólica, passa por uma mudança categorial e verifica-se o aumento de interesse social pela questão quilombola.

A chave dessa mudança está na própria ação política das comunidades quilombolas, notadamente as dos estados do Maranhão e Pará (GOMES, 2015; LEITE, 1996, 2000, 2004, 2008; PEREIRA, 2013; SOUSA, 2018). A articulação entre os movimentos negros e por reparação às comunidades das terras de preto conquista, então, a garantia constitucional à propriedade das áreas ocupadas por suas comunidades. Essa conquista dá-se graças a esta articulação e ao desconhecimento das elites presentes na constituinte em relação ao número de comunidades quilombolas existentes no Brasil (LEITE, 2004).

O ressurgimento da categoria **quilombo**, na promulgação da Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias (ADCT) (BRASIL, 1988), visou o reconhecimento e a regularização fundiária das comunidades negras rurais e trouxe outras noções importantes ao termo (JORGE; BRANDÃO, 2018).

Com a aproximação do campo antropológico para a definição e identificação de tais “remanescentes das comunidades dos quilombos”⁵¹, o caráter historiográfico do termo, e sua ligação à resistência à escravidão, perdem relevância frente à definição de quilombo como grupo étnico (ALMEIDA, 2002; ODWYER, 2002). Esta definição baseia-se nas reflexões sobre a etnicidade como o senso de diferenciação cultural compartilhado interna e relacionalmente entre as comunidades, partindo de uma origem comum em direção a um futuro político presumido e unitário (BARTH, 2000; ERIKSEN, 1991; POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011; JORGE; BRANDÃO, 2018).

Apesar dessa nova conformação do termo quilombo, há, ainda, uma forte resistência de certos setores do Poder Judiciário a essa nova percepção e forma classificatória de tais grupos (ALMEIDA, 2002; MOTA, 2009; ODWYER, 2002), insistindo em uma visão arqueológica, frigorificada de tais comunidades, negando-lhes o reconhecimento e enquadrando-as anacronicamente em um modelo de comunidade fugitiva (ALMEIDA, 2002).

Essa constatação acompanha o relato de alguns advogados e procuradores que percebem o prevalecimento de uma visão retrógrada, atrasada, por parte da Justiça, como fonte das desconsiderações das demandas das comunidades perante o Judiciário. As lideranças quilombolas também se queixam da forma “frigorificada” que setores do Judiciário adotam e utilizam para a categoria, muitas vezes com o objetivo de deslegitimar a reivindicação identitária das comunidades. “Tem muito procurador, juiz, advogado que acha que o quilombo tem que ser assim, no mato, escondido. Você tem que viver quase como um bicho. Ou então tem que ser um Zumbi [dos Palmares]. E isto em pleno século XXI”, afirmou uma liderança do Quilombo da Marambaia⁵², sobre as expectativas de certos agentes do sistema judicial em relação às comunidades quilombolas.

Para além das dificuldades mencionadas, faz-se mister ainda notar a grande confusão sobre atribuições e responsabilidades no processo de titulação quilombola, nas últimas duas décadas. Carvalho (2016) demonstra que o Estado brasileiro tem tido

⁵¹ Assim se caracterizaram as comunidades quilombolas no art. 68 do ADCT da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988).

⁵² O Quilombo da Marambaia é uma comunidade quilombola situada na ilha homônima, entre o Oceano Atlântico e a baía de Sepetiba. Suas lideranças participavam ativamente da direção da Acquerlj nos anos de 2011-14.

grande dificuldade em definir se o ADCT 68 necessita de regulamentação complementar, quem deveria titular as comunidades – o INCRA ou a Fundação Cultural Palmares/MinC – ou como isso se daria, já que diversos decretos, portarias e instruções normativas foram criados desde 1988 em torno da questão.

Todas essas indefinições têm criado entraves e insegurança jurídica aos processos de titulação, a culminar com a ADIN nº 3239, em 2018. O julgamento de improcedência dessa ação revalidou o decreto 4887/2003 (BRASIL, 2003), que regulamenta a titulação quilombola via INCRA, respeitando a autodefinição étnica das comunidades, a realização dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação, a fase de contestação por imóveis afetados e sua titulação pela Presidência da República (JORGE; BRANDÃO, 2018).

Percepções do Judiciário: o caso do Quilombo Sacopã

Para conhecer o histórico da relação da família Pinto, moradora do Quilombo Sacopã, com a Justiça, nada melhor do que a história contada por eles mesmos. O trecho transcrito a seguir faz parte do pronunciamento de Luiz Sacopã na 40ª reunião do Fórum Permanente de Direitos Humanos da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), no dia 29 de agosto de 2013.

Esse evento está registrado na memória da comunidade como um momento único, pois foi a primeira vez que os moradores tiveram a oportunidade de se manifestar em um espaço do próprio Judiciário, contar a sua história e relatar os problemas enfrentados diante da Justiça. Luiz Sacopã, então presidente da Acquilerj, iniciou a palestra “dando um panorama geral” sobre as comunidades quilombolas fluminenses, mencionando a pressão econômica sofrida por essas comunidades e denunciando o racismo que, em sua visão, motiva tais problemas. Em seguida, leu uma carta⁵³ dos servidores do INCRA, em que estes alertavam sobre os empecilhos para os processos de titulação quilombola. Finalmente, focou nos problemas específicos do Quilombo Sacopã perante o Poder Judiciário:

Vou focar no Sacopã. O Sacopã, minha gente, entrou com um processo de usucapião⁵⁴ em 1975, nesta casa, o Judiciário. E

⁵³ Nota dos servidores do Incra, assinada pela direção da Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra, no Distrito Federal, em 14 de agosto de 2013.

⁵⁴ Processo no. 1975.001.500034-3, referente à Ação de Usucapião ajuizada perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital – RJ.

ganhou em primeira instância, num processo muito bem fundamentado, em que os advogados liam o processo e diziam que jamais poderia haver uma reversão. Bom, nós levamos, com este processo, 30 anos para sermos julgados. Em segunda instância, com seis meses [depois da decisão favorável], houve uma audiência no sentido... audiência não, houve um julgamento de segundo grau, e eu fui tomado de surpresa. Eu conversei com meus advogados e falei: “É impossível, com seis meses e eles já vão julgar em segunda instância? Como é que pode? É muito pouco tempo!” Mas eles disseram: “oh, Sacopã, do jeito que nós estamos fundamentados neste processo, eles podem julgar com três semanas, com quatro semanas, que não acontece nada. Eles não vão se dar bem”. E, no entanto, meus amigos, foi julgado: nós perdemos de três a zero. Com três meses depois que nós perdemos esse processo, entrou uma empresa imobiliária com um pedido de reintegração de posse. Empresa essa que, em 30 anos de processo, nós nunca havíamos visto, nunca tínhamos ouvido falar desta empresa. De onde saiu essa empresa? E o pior ainda está pra acontecer. Vocês vão ouvir. Bom, começamos, é claro... A comunidade, é claro, se viu [ameaçada] pelo poder econômico. O poder econômico não existe pra nós, [mas] eles têm o poder econômico, têm o tráfico de influência, então nós tivemos de procurar a defensoria pública para saber como é que a gente ia se defender. Bom, passado um ano desse episódio, eu estava lendo meu jornal e aí vejo uma história escrita assim no jornal: “Desembargador fulano de tal punido pelo Conselho Nacional de Justiça como vendedor de sentença”. E eu pude identificar: era o desembargador que julgou o nosso processo em segundo grau. Quer dizer, [assim] como ele nos ganhou em segundo grau por unanimidade, pelo CNJ, ele foi punido em segundo grau. E aí, eu levo essa notícia pra comunidade e a comunidade fica toda feliz e contente e diz: “pô, graças a Deus, agora então, já que nós estamos nessa 'rede' aí do vendedor, agora é bom pra nós”. Ledo engano! Isto não significa nada. Por incrível que pareça. Nós somos completamente invisíveis. Eu também não quero generalizar, nós temos ajudas, claro! Nem todos partem do mesmo princípio. A corrupção realmente está enraizada no universo. Nem o Vaticano se livrou dela. Então, o Judiciário, infelizmente, não é exceção. Dentro da nossa comunidade – esse é o pior também... Quero dizer, dentro do nosso território também mora um desembargador,

que é um arqui-inimigo nosso e que foi terceiro vice-presidente desta casa. Ele, com a sua influência junto ao Judiciário, ele conseguiu nos dar uma prisão domiciliar de 11 dias. Você sabe o que é você ficar dentro da sua comunidade com o seu portão [trancado] com correntes? Sem você poder sair, sem você poder entrar, com 12 carros presos. Com um sobrinho que é tetraplégico, sem poder fazer a fisioterapia. E levamos 12 dias presos, sem poder se movimentar. E agora, no momento, eu estou passando por uma fase que, por uma vara desse Judiciário, foi expedido ofícios pra delegacias e para o Batalhão da Polícia Militar dizendo que, se a gente fizer, e eles pegarem, qualquer tipo de manifestação cultural, qualquer comercialização, porque nós vivemos de venda de quentinhas [refeições para viagem], que fôssemos autuados como desobediência judicial. Quer dizer, nós estamos engessados, completamente engessados. A nossa produção é interna, ou melhor dizer: era interna. Então, pra vocês verem, como volto a dizer, no século XXI, início de terceiro milênio, e ainda estamos passando por uma fase realmente vexatória com essas atitudes nefastas de alguns membros do poder Judiciário. E isso que eu estou dizendo a vocês, vocês podem conferir caso alguém duvide. Por que é realmente uma coisa assim: incrível, fantástica! Difícil de se acreditar... Por mais que a gente tenha ajuda, tenha o INCRA, tenha a defensoria, existe uma resistência maior da parte dessas pessoas que estão aqui [no Judiciário]. (Luiz Sacopã, 29 de agosto de 2013, na EMERJ).

O processo de usucapião citado nesta fala foi iniciado pelos moradores do Quilombo Sacopã em 1975, portanto, quase 30 anos antes da sua certificação enquanto uma Comunidade Remanescente de Quilombos pela Fundação Cultural Palmares. No entanto, o julgamento em primeira instância ocorreu apenas em 2005 (ARAGON, 2013). De acordo com o pronunciamento de Luiz Sacopã, imediatamente após o bom resultado obtido nesse julgamento em primeira instância, que favoreceu a comunidade, houve a avaliação em segunda instância, na qual a comunidade teve a sentença favorável revertida por unanimidade: três votos a zero.

O caso do Quilombo Sacopã, não apenas pelo fato de estar exercendo a liderança da Acquilerj durante este trabalho de campo, é exemplar para se compreender a situação das comunidades quilombolas do Estado do Rio de Janeiro. O entrecruzamento de seus vários processos promove um conflito entre o

reconhecimento dos direitos constitucionais dos povos tradicionais e as esferas inferiores da justiça estadual.

Assim como o Sacopã, outras comunidades quilombolas fluminenses também têm processos judiciais pleiteando a regularização fundiária e que estão retidos em instâncias inferiores. Além disto, toda e qualquer dúvida encontrada pelo INCRA durante o processo de titulação das comunidades tem sido colocada como um contrapeso à própria titulação, jogando o ônus da prova às comunidades interessadas. O desencontro entre as lógicas legais e práticas, bem como as contradições existentes entre as diferentes esferas de poder trazem sempre à tona o questionamento por parte das lideranças: “Como uma titulação quilombola pode levar 25 anos, se ela é garantida pela Constituição?”

A situação experimentada pelo Sacopã serve mesmo para compreendermos as tensões internas e as complexas configurações do Judiciário brasileiro, da resolução dos conflitos e do reconhecimento às minorias étnicas no Brasil (LIMA, 2000). A reflexão de Lima (2000) sobre o sistema judiciário brasileiro mostra como, em contraste com sistemas judiciários de outras democracias ocidentais, a sobreposição de duas cosmologias conflitantes – uma Constituição includente que se submete a uma ordem social hierárquica e excludente – torna a aplicação das leis e a sua compreensão pela população algo extremamente complicado e paradoxal.

A consequente dissonância cognitiva que ocorre para operadores do sistema e para a população em geral, identificada pela sobreposição das lógicas conflitantes no sistema judiciário brasileiro, é corrigida por um instrumento chamado **dogmática jurídica**, que acaba por resolver conflitos a partir de uma lógica rígida de hierarquia entre as normas jurídicas. Isso equivale a dizer que, havendo conflito entre duas disposições legais, deve prevalecer a mais alta, no caso a Constituição Federal, e assim subsequentemente. De acordo com Lima (2000), tais princípios constitucionais se aproximariam do *due process of law* americano. No entanto, o desequilíbrio não cessa, pois nosso Código de Processo Penal tem características inquisitoriais – e, portanto, desiguais –, criando formas de produção da verdade contraditórias à conformação judiciária americana (LIMA, 2000, p.114-5).

Nas conversas e entrevistas com os servidores do INCRA responsáveis pela gestão dos processos de titulação das comunidades quilombolas, esteve sempre presente o receio da “explosão da questão quilombola” – o aumento do número de áreas reivindicadas e o acirramento dos conflitos – por parte da administração central do Instituto. A administração federal até hoje não titulou nenhuma comunidade quilombola no Estado do Rio de Janeiro, e a política, durante o período do trabalho de campo, esteve restrita ao estabelecimento da Mesa Técnica Quilombola, responsável

pelo acompanhamento dos processos, e à ênfase no arquivamento de processos indevidos ou sem demanda territorial.

Dessa forma, a administração do conflito quilombola tem seguido a tônica brasileira, apontada por Lima (2000, p.117) como totalizante e repressiva, tomando o conflito como uma “desarrumação da ordem”, “inconformismo com uma diferença ‘natural’”. A contestação e a negociação são vistas como ilegítimas, quase uma usurpação, já que a transferência de *status* perturba a hierarquia que estrutura a sociedade brasileira.

A preponderância que a desigualdade exerce em nosso sistema social faz o conflito ser visto como desordem e com poder de desestabilizar completamente a sociedade (LIMA, 2000). Ao se naturalizar a desigualdade imaginando-a como um sólido edifício composto por componentes diferentes e desiguais, porém fixos e complementares, a manutenção de tal estrutura permite que a resolução do conflito seja possível apenas por meio da manutenção da desigualdade e não pela sua solução. Dessa maneira, a administração dos conflitos no judiciário tende a ficar reduzida à conciliação ou à punição das partes em conflito (LIMA, 2000). Previsivelmente, os moradores do Quilombo Sacopã, quando em conflito com seus vizinhos, tendem a ser a parte reprimida pelo Judiciário, tendo muitas vezes seus direitos básicos negados pelas decisões da Justiça.

Direitos, dignidade e privilégios são encarados como propriedades de grupos limitados, raridades não compartilháveis com o todo. A diferença entre os indivíduos e, em extensão, aos grupos étnicos diferenciados aponta para a desigualdade em si e é vista como complementar, natural e inevitável. A igualdade está para pares e semelhantes, e a diferença é a própria desigualdade (LIMA, 2000). Isto pôde ser percebido quando uma desembargadora exclamou em uma audiência: “Quilombo na Lagoa? Quero um pra mim também!”

Personalismo como língua franca do Judiciário

O surgimento de uma empresa imobiliária interessada, propondo uma reintegração de posse, e um desembargador que julgara seu processo de usucapião em segunda instância sendo punido como vendedor de sentenças é o elo que une o Judiciário à especulação imobiliária. No entanto, o ex-desembargador, que liderara a sentença contrária ao Quilombo Sacopã, foi afastado da magistratura por favorecer um lobista carioca em decisões judiciais e pela designação, sem concurso público, de funcionários deste mesmo lobista como responsáveis por alguns cartórios fluminenses

(BRÍGIDO, 2012). Segundo as denúncias dos moradores do Quilombo Sacopã em fóruns públicos, este elo explicaria o interesse de terceiros em usar a área do território quilombola para empreendimentos imobiliários.

O outro desembargador citado como arqui-inimigo da comunidade é um vizinho residente em um prédio que, de acordo com o primeiro levantamento da cadeia dominial do território, estaria situado dentro da área do Quilombo Sacopã. As narrativas dos moradores dão conta de que, ainda na década de 1970, começaram as investidas e ameaças de remoção por parte desse vizinho, então um jovem advogado, interessado em expulsá-los e construir um empreendimento imobiliário no local. Este advogado, ao passar dos anos, ascendeu ao cargo de desembargador e não abandonou as ameaças e perseguições aos moradores (ARAGON, 2013). Sendo assim, a falta de confiança dos moradores do Quilombo Sacopã no Judiciário passa pelas perseguições e ameaças sofridas pela comunidade por parte desse desembargador.

A exposição de tais desembargadores, pelo Luiz Sacopã, expressa a sua consciência do alto grau de particularização possível no Poder Judiciário. No entanto, pode-se notar que ele não considerou citar seus nomes, apesar de dar elementos suficientes para a sua identificação, pois isso poderia acarretar-lhe problemas. Sendo assim, na EMERJ ele seguiu a rotina de suas falas públicas e evitou identificar os desembargadores:

Eu, falando a respeito do cara [desembargador condenado pelo CNJ], lá dentro da EMERJ, lá no Palácio da Justiça... falando sobre ele, numa mesa com desembargadores, juízes, promotores... Nisso, o procurador que estava do meu lado me cutucava pra eu pegar leve. Mas pegar leve nada, aquilo ali era uma oportunidade única que eu tinha. Poderia sair dali para a cadeia. Poderia sair dali preso. Não fiz nada pra ser preso, estou falando a verdade, p*! Quando eu me referia ao desembargador caçado pelo Conselho Nacional de Justiça, eu estava, dentro da minha pasta, com o jornal *O Globo*. Eu falei [para o procurador parceiro]: “oh, doutor, eu não tenho p* de medo nenhum. Eu encaro aquelas caras todas lá na Sacopã. É bacana, é polícia, mais não sei o quê. Pô, vou ter medo de estar aqui? Não fiz nada pra ser enquadrado. Agora, não falei nomes, entendeu como que é? Porque, com nome, depois eles poderiam chegar e falar: “denegriu o nome de fulano”. E até você provar que berimbau não é gaita, já viu. Não falei o nome, mas falei quase que a m* toda que tinha que falar. Em suma, eu batalhei muito. (Luiz Sacopã, em maio de 2015).

A partir de tais considerações, pode-se perceber como os integrantes da família Pinto, quilombolas da Sacopã, atualizam o papel central que o personalismo desempenha na Justiça brasileira (LIMA, 2000). Os moradores do Quilombo Sacopã percebem que o idioma do personalismo é a língua franca do Judiciário. De acordo com as formulações dos moradores da comunidade, entende-se analiticamente como personalismo aquilo que conforma a desigualdade no acesso e à possibilidade de consideração nas esferas judiciais, e os privilégios conferidos aos seus agentes (OLIVEIRA, 2002). As decisões contrárias aos seus interesses passam pela particularização das interpretações e ações da Justiça. As decisões favoráveis também, como se verá à frente.

Este caráter particularista e personalizador em todas as instâncias do Poder Judiciário impede os quilombolas de tomarem a Justiça como um bloco monolítico ou estanque, como é comum ao se descrever instituições (MIRANDA, 2005), apesar de perceberem “uma resistência maior da parte das pessoas” que trabalham no Judiciário ao reconhecimento quilombola, quando comparadas a outros servidores públicos.

O personalismo é percebido pelos moradores do Quilombo Sacopã como o idioma geral da Justiça e que deve ser utilizado nela, como relatou o Luiz Sacopã sobre uma audiência relacionada à realização de manifestações culturais na área do quilombo. No caso, a exposição, por Luiz Sacopã, de antigas relações entre ele e a presidente da Associação de Moradores da Fonte da Saudade (AMoFonte) seria um grande álibi para desqualificar os argumentos de seus vizinhos.

Lá, naquela audiência, em que nos disseram que era pra nos adequarmos porque não morávamos em Madureira, foi f*. Essa presidente aqui, da associação, tacou o pau. E eu sem poder falar. Toda hora em que eu ia falar algo, a juíza dizia: “Cala a boca!” Tudo bem. Aí teve uma hora, em que a desembargadora começou a ler um negócio e eu disse: “Corta”. Tive que interromper, não aguentei. Teve uma hora em que eu cheguei e falei: “olha, meritíssima, eu tenho de falar: o caso é o seguinte”. E ela falou: “fica calado”, e eu falei: “não vou ficar calado, não senhora! Porque essa senhora aí [presidente da AMoFonte], que está falando aí, ela casou-se no Quilombo Sacopã, batizou filho lá. O marido dela trabalhou quase dez anos lá no Quilombo Sacopã, como músico, e produziu meu disco”. Aí a juíza olhou pra ela: “é verdade isso?” E ela confirmou: “é, casei-me lá mesmo”. Entendeu? Aí deu uma quebrada e a juíza não podia me mandar eu

me recolher, ou me prender. O que eu tinha que falar era aquilo. Que ela ficasse por dentro daquilo, sabendo daquilo, entendeu? Fiquei até aliviado. Aí, ela começou a fazer a leitura real do caso, ficou inteirada da situação. (Luiz Sacopã, em maio de 2015).

Tendo em vista a pouca capacidade das esferas institucionais e formais de conseguirem captar essas nuances, a “mudança de lado” de uma antiga amiga e colaboradora da comunidade é um dado simbólico que deveria ser expresso para a juíza que os mediava. Assim, o Luiz, ao expor essa antiga amizade com a presidente da associação, sabia que, com isso, poderia demonstrar a ilegitimidade de seus argumentos, e aparentemente a juíza em questão deu eco à sua reclamação ao solicitar à presidente da associação de moradores que confirmasse a veracidade da nova informação.

Além de ser um dado simbólico compreensível, significativa na comunicação com a Justiça, a sua exposição teve um caráter catártico. Mesmo que suas demandas não tivessem sido atendidas na audiência em questão e as manifestações culturais permanecessem proibidas no Quilombo Sacopã, a exposição da “ingratidão” da presidente já teria “valido a pena”, segundo ele. Tendo sido reconhecida pela juíza, a sua ação em expô-la teve um caráter terapêutico e restaurativo da sua dignidade (OLIVEIRA, 2008).

O acesso desigual à justiça

A desigualdade, expressa pela falta de recursos que possibilitem acessar serviços advocatícios, pode impossibilitar, por consequência, o acesso à Justiça pelos quilombolas. Os moradores do quilombo têm a percepção de que, caso se tenha dinheiro, pode-se mais facilmente acessar o Judiciário e inclusive obter bons resultados nos pleitos. No entanto, por terem poucos recursos, os moradores do Quilombo Sacopã fazem uso dos serviços da Defensoria Pública. O serviço prestado pela Defensoria é avaliado positivamente, apesar do pouco número de advogados disponíveis. Lá não há privilégios, nem a chance de se acessar redes de relação em troca de benefícios.

Por outro lado, a única possibilidade de alguém “duro”, isto é, sem recursos financeiros e sem assistência de um bom escritório, conseguir bons resultados junto ao Judiciário seria através da luta por provas e de uma alta capacidade de resistir e persistir, conforme expõe o entrevistado.

Eles estavam com o melhor dos advogados do Brasil, que chama [...], mas não estavam com uma coisa simples, que chama “razão”. Nós estávamos sempre com a razão. Eu sempre briguei por provas, com provas: “Ah, isso é de vocês? Eu quero prova. Onde está a prova?” “Bora lá no cartório procurar o RGI de vocês. Onde que está o RGI [Registro Geral de Imóveis] de vocês? Quê de escritura de vocês? Não tem, cara! Isso é de vocês por quê? Como é de vocês?” Agora, “duro” é outra conversa. Duro, pobre, negro, discriminado é muito ruim de levar alguma coisa no Judiciário. Se não tiver conhecimento, então, aí é que não tem jeito mesmo. Só com muita resistência, muita persistência. (Luiz Sacopã, em maio de 2015).

O privilégio é tema recorrente nas considerações feitas pelos moradores do Quilombo Sacopã a respeito do Poder Judiciário. Não foi raro se referirem aos funcionários em altos cargos do Judiciário como uma “casta, intocáveis, pessoas acima da lei”. Dessa maneira, os agentes da Justiça investidos nos cargos em que deveriam zelar pelo cumprimento das leis, além de terem garantias de um conforto material acima da média, possuem foro privilegiado, escapando às penas aplicadas à população em geral (LIMA, 2000).

Sendo a particularização a grande tônica do funcionamento do Judiciário, uma solução favorável aos moradores do Quilombo Sacopã depende também da ação personalizada. A falta de protocolos pré-definidos, o privilégio nas interpretações decorrentes da justaposição de diferentes sistemas e práticas judiciais e a valorização do conhecimento adquirido de forma particular (MIRANDA, 2005; LIMA, 2000) impõem, aos que recorrem à Justiça, a construção de redes de sociabilidade e a confiança no julgamento pessoal dos agentes da Justiça.

Assim foi o caso relacionado a uma decisão favorável, ocorrida em abril de 2015, que definiu a improcedência da Ação de Reintegração de Posse movida pela empresa imobiliária interessada em expulsá-los do território. A apreciação de tal Ação por um juiz “obstinado” e “incorrupível” e o reconhecimento da improcedência da reintegração de posse teriam sido “uma sorte”, algo que raramente acontece, conforme o relato de Luiz:

Pô, cara, agora tenho até de te dar uma boa notícia. Nós tivemos uma resolução favorável a nós este mês, aí. O juiz daquela vara julgou contra a Ação de Reintegração de Posse daquela imobiliária

grileira, aí, esses dias. Cara, mas foi uma sorte tremenda! O advogado ligou, aí, pra mim, e falou que foi uma sorte este processo ter caído na mão de um juiz obstinado. Parece que o cara é realmente incorruptível, não propinado, sabe como é? Aí, foi uma vitória tremenda, estamos com sorte. O juiz, lá, apontou que não tem como nos expulsar por conta do artigo 68 da Constituição. Uma decisão primorosa, vou até enviar para você ler! (Luiz Sacopã, em abril de 2015).

Apesar da identificação do “Judiciário” como o “maior inimigo” das comunidades quilombolas, há um contato estreito e constante destas com representantes do Judiciário, como procuradores e advogados. As situações problemáticas às comunidades, expressas como perseguições e desconsiderações, tanto nas audiências de instrução e conciliação como nas ações e decisões do Judiciário, fazem necessária a participação de atores sensíveis de dentro do próprio Judiciário, no auxílio e prestação de serviços advocatícios aos moradores do Quilombo Sacopã e de outras comunidades. Entre eles destacam-se os procuradores do Ministério Público Federal, os procuradores do INCRA, e alguns advogados independentes e organizados para a assessoria jurídica das comunidades quilombolas.

A percepção e expressão, por parte dos moradores do Quilombo Sacopã, sobre o Judiciário como um “inimigo”, agente ativo de desconsideração e risco, reflete o que Mota, Silva e Aragon (2014) argutamente constataram a partir da emergência de novas mobilizações urbanas e negras no Brasil em 2013. A intransigência e a resistência do Estado brasileiro em lidar e reconhecer demandas e identidades fazem a economia política e moral brasileira inverter o princípio proposto por Clastres (2012), em *A sociedade contra o Estado*, pondo o Estado contra a sociedade. Nesse sentido, o Estado rompe tal simetria e coloca-se contra a sociedade quando permite aos operadores do sistema judicial – de procuradores a policiais – “hierarquizar a dignidade conferindo estados distintos aos ‘humanos’ (portanto, cidadãos) e aos desumanizados pela ausência de um Estado que lhes confira uma substância de dignidade” (MOTA; SILVA; ARAGON, 2014, p.16).

Conclusão

Neste artigo procuramos mostrar como a militância quilombola sente que tem pouca capacidade de sensibilização e penetração na Justiça e, portanto, tensiona sua

relação com o judiciário, no afã de fazer notável a falta de reconhecimento dessas esferas para com as comunidades. Dessa forma, importa ressaltar a proeminência e legitimidade que o Judiciário tem no espaço público brasileiro e a sua capacidade de legitimar ou não qualquer reivindicação que se queira fazer (LIMA, 2000; OLIVEIRA, 2002, 2008).

Na visão expressa pelos moradores do Quilombo Sacopã a respeito do Judiciário, emergem diferentes temas e vocabulários políticos, que vão desde os privilégios de juízes ao genocídio da juventude negra (MOTA; SILVA; ARAGON, 2014). As considerações sobre a forma como a população negra acessa a Justiça se relacionam a comentários morais sobre regalias e à falta de lisura do Judiciário como um todo, citando até mesmo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, em período recente, havia liberado uma ajuda-domicílio a juízes.

A visão de que a comunidade enfrenta excepcionalidades à regra, no que diz respeito às decisões da Justiça, no entanto, faz parte de uma concepção mais global de como o Judiciário trata a população negra. O Luiz, sobre isto, fez duras asserções e sempre que pôde voltou a estas conclusões, as quais se percebeu serem a tônica de sua expressão sobre a Justiça brasileira.

O Judiciário é o pior inimigo do povo negro. Você pode ver isto pelas cadeias e pelos autos-de-resistência! O Joaquim Barbosa, mesmo, foi expulso do STF! A ADIN 3239 está para ser julgada no STF, mas o decreto 4887 já está sendo tirado como inconstitucional, antes da votação e com apenas um voto contra. Os processos [de titulação quilombola] estão todos empacados por isso. (Luiz Sacopã, em outubro de 2014).

Perante o Judiciário, a sensação da comunidade quilombola do Sacopã e das outras comunidades fluminenses é de impotência e pouca aderência. A Justiça brasileira, no trato com as comunidades quilombolas, mantém a tradicional distância e a autoridade com que sempre tratou os setores subalternos da população. O personalismo recorrente e característico de seu funcionamento, seja para a interpretação das demandas ou a consideração da legitimidade dos atores, torna o seu funcionamento imprevisível e muito custoso para as comunidades quilombolas (LIMA, 2000).

A cada novo processo, a cada novo defensor ou juiz, as comunidades quilombolas precisam empreender um novo exercício de conhecimento e construção de uma relação que lhes possa favorecer e considerar. A desigualdade frente aos

agentes do sistema judiciário faz com que os quilombolas precisem se tornar visíveis e dignos, contrariando as garantias constitucionais e fazendo de cada nova controvérsia um embate singular e imprevisível.

**“THE JUDICIARY IS THE BLACK PEOPLE’S WORST ENEMY”.
JUDICIALIZATION OF THE LIVES OF MAROON COMMUNITIES:
NOTES ON BRAZILIAN JUSTICE**

ABSTRACT: *The article shows the perception of residents and leaders from Sacopã maroon community (RJ) on the Brazilian Judiciary in the various processes of recognition of their territorial and cultural rights. The objective is to discuss the judicialization of the experience of maroon communities in Rio de Janeiro state, which are involved in several court lawsuits, either for the land rights of their territories, or in relation to neighbors, occupants and even to the government.*

KEYWORDS: *Justic. Sacopã Maroon Community. Territorial rights. Personalism. Inequality.*

**“EL PODER JUDICIAL ES EL PEOR ENEMIGO PARA LA GENTE
NEGRA”. JUDICIALIZACIÓN DE LA VIDA QUILOMBOLA: NOTAS
SOBRE LA JUSTICIA BRASILEÑA**

RESUMEN: *El artículo muestra la percepción de los residentes y líderes de Quilombo Sacopã (Río de Janeiro-RJ) sobre el poder judicial brasileño en los diversos procesos en los que busca el reconocimiento de sus derechos: territoriales y culturales. El objetivo es discutir la judicialización de la experiencia de las comunidades quilombolas de Río de Janeiro, que están involucradas en varios procesos, sea para la titulación de sus territorios, o sea en relación con los vecinos, los ocupantes e incluso el poder público.*

PALABRAS CLAVE: *Justicia. Quilombo Sacopã. Derechos territoriales. Personalismo. Desigualdad.*

Agradecimento

Muito obrigado à Fernanda Costa, pela leitura atenta e perspicaz.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. Os Quilombos e as novas etnias. *In*: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARAGON, Luiza. **Entre a casa e a política**: uma etnografia das controvérsias na ladeira Sacopã. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

ARRUTI, José Maurício. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **MANA. Estudos de Antropologia Social**, n. 3(2), p.7-38, 1997.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BRASIL. Art. 68 do ADCT e 215 e 216 da Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: 1988. Disponível em: <http://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos-68-215-e-216.pdf>>. Acessado em: 14 ago. 2018.

_____. Presidência da República. Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, 21 de novembro de 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acessado em: 14 ago. 2018.

BRÍGIDO, C. CNJ pune desembargador Roberto Wider com aposentadoria. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 fev. 2012. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/cnj-pune-desembargador-roberto-wider-com-aposentadoria-3972902>>. Acessado em: 14 ago. 2018.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. Tecnologias de governo, regularização de territórios quilombolas, conflitos e respostas estatais. **Horizontes Antropológicos**, 22(46), 2016, p.131-157. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ha/v22n46/0104-7183-ha-22-46-0131.pdf>. Acessado em: 13 jul. 2018.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

ERIKSEN, T. H. The cultural contexts of ethnic differences. **Man**, vol. 26, n. 1, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa nº. 57, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União** de 21 de outubro de 2009, Seção I. Disponível em:

<www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/in_57_2009_quilombolas.pdf>. Acessado em: 14 ago. 2018.

JORGE, A. L., BRANDÃO, A. A. P. A questão quilombola e o campo do direito. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 23, n. 45, p.123-138, 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

_____. **O legado do testamento**: a comunidade de Casca em perícia. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

_____. Humanidades insurgentes e criminalização dos quilombos. In: RIFIOTIS, Theophilos; RODRIGUES, Tiago (orgs.). **Educação em Direitos Humanos**:

discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

LIMA, R. K. de. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. *In: GOMES, L. G.; BARBOSA, L.; DRUMOND, J. A. (orgs.). O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MIRANDA, A. P. Antropologia, Estado moderno e poder: perspectivas e desafios de um campo em construção. **Avá. Revista de Antropologia**, n. 7, 2005, p.1-27, Universidad Nacional de Misiones, Argentina.

MOTA, F. R. **Cidadão em toda parte, ou cidadão à parte?** Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. Quanto custa ser quilombola no Brasil? Mobilizações coletivas e associativismo no Brasil contemporâneo. *In: CEFAL, Daniel et al. (orgs.). Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. 2 ed. Niterói: EDUFF, v. 1, p.239-263, 2011.

MOTA, F. R.; SILVA, S. S.; ARAGON, L. A. Sentidos de justiça e moralidades investidas: uma etnografia da abordagem policial e a filtragem racial. *In: 38ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). Anais [...] Minas Gerais, 2014.*

ODWYER, E. C. (org.) **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, L. R. C. de. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Québec e EUA**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

_____. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p.135-146, 2008. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200010&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 14 ago. 2018.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011.

RIFIOTIS, Theofilos. Direitos humanos: sujeito de direitos e direitos dos sujeitos. *In*: SILVEIRA, R. M. G. *et al.* (orgs.). **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa, Editora Universitária, 2007.

_____. Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil: configurações de sujeito. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 57, n. 1, 2014.

SOUSA, Igor Thiago Silva de. **Movimento quilombola no Maranhão**: estratégias políticas da Aconerug e Moquibom. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em 16/08/2018.

Aprovado em 17/02/2019.

Ensaaios

AS TÉCNICAS DO CORPO EM MARCEL MAUSS E O CAMPO DESPORTIVO

Vitor ROSA*

RESUMO: Porquê revisitar o texto sobre técnicas do corpo, do etnólogo francês Marcel Mauss, quase oitenta anos depois de ter sido publicado, no *Journal de Psychologie* (1936)? Cremos que apesar da distância temporal, os fundamentos nele expostos continuam de atualidade, sobretudo quando se estuda o desporto. Neste ensaio, iremos rever a teoria de Mauss neste campo e salientar a importância dos trabalhos de investigação contemplarem esta questão. Ao falar de técnicas, iremos também abordar as questões relacionadas com o corpo e os usos sociais, e a teoria de *habitus* em Bourdieu.

PALAVRAS-CHAVE: Técnicas do corpo. Desporto. Sociologia

Introdução

O presente ensaio procura revisitar um texto importante de Marcel Mauss *Les techniques du corps*, escrito em 1934 e publicado, pela primeira vez, em 1936. Apesar da distância temporal, ele continua de atualidade, e é importante que os trabalhos de investigação sobre as modalidades desportivas e o corpo contemplem, nem que seja numa análise crítica, os seus aspetos teóricos. Mauss (1936) impôs, incontestavelmente, um outro olhar sobre os objetos de estudo da antropologia e da sociologia e renovou as interpretações relativas às técnicas do corpo e ao seu carácter cultural.

* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. CeiED – Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento. Lisboa – Portugal. 1749-029 - vitor.rosa@ulusofona.pt. <https://orcid.org/0000-0002-5093-8115>.

Ao menos três eixos atravessam o olhar de Mauss (1936): 1) mostra que as técnicas do corpo não se limitam ao uso dos instrumentos, ferramentas; 2) as técnicas do corpo diferem com as culturas. É uma proposição importante e sugestiva: há movimentos que convêm a certas culturas e que convêm menos a outras; 3) as técnicas do corpo variam com o tempo. Nós não corremos e não nadamos como faziam os nossos pais. A forma de colocar os braços, a cabeça, entre outros movimentos, mudaram. O que parece ser uma técnica sem idade conhece variações bruscas e marcadas.

O que mudou depois de Mauss? Segundo Vigarello (1984), mudou o conhecimento, o rigor da descrição e a explicação mecânica do gesto. No entanto, a investigação mostra a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade de conhecer a exaustividade mecânica corporal para explicar o infinito do detalhe. Mudou também a lógica interna da técnica. Ela não diz respeito apenas ao conhecimento preciso do gesto, mas a evidência de coerências entre certas categorias de gestos e, sobretudo, a cumplicidade entre as gestualidades e as mentalidades. O princípio é o de se considerar cada técnica como tendo uma lógica motrícia, com as suas coerências materiais e as suas condições físicas homogêneas. Ou seja, a lógica interna de uma técnica supõe que seja comparada com outras técnicas: a luta se esclarece opondo-se ao judo ou ao *karaté*, a natação do fim do século XVIII oposta às práticas tradicionais do Antigo Regime.

As técnicas do corpo em Mauss

Marcel Mauss (1872-1950)⁵⁵ é considerado como um dos pais da antropologia francesa. Titular da disciplina *História das religiões dos povos não civilizados*, na *École Pratique des Hautes Études*, funda, em 1925, o *Institut d'Ethnologie de l'Université de Paris*, antes de obter, em 1931, uma disciplina de Sociologia no *Collège de France*, marcando a entrada desta disciplina na prestigiosa instituição. Mauss nunca falou muito de si próprio, salvo quando apresentou em 1930 a sua candidatura ao *Collège de France*, sugerindo algumas chaves para escrever a história da sua vida: colaboração com o seu tio Émile Durkheim (1858-1917), participação na revista *L'Année Sociologique*, ensino na *École Pratiques des Hautes Études*, interrupção do seu trabalho durante quatro anos e meio por causa da guerra, morte

⁵⁵ Para um conhecimento aprofundado sobre a vida e obra de Marcel Mauss, recomendamos o trabalho de Fournier (1994).

prematura do seu tio e de Henry Hubert, perda dos seus melhores alunos e amigos (MAUSS, 1979). Mauss nunca publicou um livro de síntese, mas apenas um grande número de artigos, de relatórios e de ensaios em diferentes revistas (FOURNIER, 1994), nomeadamente na *L'Année Sociologique*, criada pelo seu tio Durkheim, em 1898, e um dos fundadores da sociologia moderna.

Ele abordou uma grande variedade de assuntos, tais como religião e magia (MAUSS, 1968), e é conhecido pelo seu *Essai sur le don* (MAUSS, 2007). Vários trabalhos seus ficaram inacabados⁵⁶. *Essai sur le don* (MAUSS, 2007) é um texto clássico para a sociologia e a antropologia. É a sua *chef-d'oeuvre* (obra prima). Promovendo uma sociologia etnográfica, que estuda os fatos sociais totais (KARSENTI, 1994, 1997), a obra de Mauss (2007) permite descrever finamente as lógicas do dom nas sociedades tradicionais. O dom seria caracterizado pela reciprocidade, o contra-dom (GODELIER, 1996). Ao mesmo tempo os seus trabalhos permitem mostrar a sobrevivência de tais lógicas nas sociedades modernas.

Marcel Mauss mostrou-se cioso em preservar as estreitas relações entre as diferentes ciências sociais, definindo o seu conteúdo e as suas fronteiras. A etnologia é, então, concebida como um ramo da sociologia. O estudo das sociedades consideradas como primitivas permitiam colocar em evidências as características fundamentais de toda a sociedade.

Efetou pouco estudos de terreno. Este método será difundido, em primeiro lugar, nos países anglo-saxónicos, nomeadamente sob a influência de Malinowski (1987). Apoiou-se, sobretudo, numa ampla documentação histórica e etnográfica para comparar as diferentes sociedades. “Ele tinha conhecimento das realidades e de todos os trabalhos de etnologia”, sublinha Fournier (1994, p.15, tradução nossa). As observações diretas que realizou foram originárias da sua experiência no serviço militar ou da sua infância em Touraine.

O tema sobre as técnicas do corpo foi apresentado em uma conferência dada, em 17 de maio de 1934, perante a *Société de Psychologie*, cujo texto foi publicado, pela primeira vez, no *Journal de Psychologie*, em abril de 1936, e depois, com outros textos, na *Sociologie et Anthropologie*, nas edições *Presses Universitaires de France*, em 1950. Mauss estuda a noção de técnicas do corpo e as suas variantes entre as culturas.

Quais são as técnicas do corpo descritas? Que conclusões Mauss tira das suas observações? Na introdução da sua conferência, Mauss (1936) evoca o contexto no

⁵⁶ Uma tese sobre a “oração”, uma obra sobre “a nação”, um pequeno livro sobre o “bolchevismo”, um estudo sobre a “tecnologia” (FOURNIER, 1994, p.16).

qual é levado a forjar o conceito de técnicas do corpo. Esta noção impõe-se pouco a pouco nele, de forma concreta, em resposta a diferentes observações realizadas ao longo da sua vida. Essas observações reteriam a sua atenção pelo conjunto de fatos sociais, aparentemente, heterógenos e inclassificáveis, que a etnologia da época não sabia como descrever e categorizar, levando-o, assim, a colocar um item de diversos no seu texto. O conceito de técnicas do corpo permitiu-lhe reunir numa mesma categoria um conjunto de fatos saídos de observações diversas e ser um objeto digno de análise científica.

A evolução das técnicas do corpo e os métodos de aprendizagem

Segundo Fournier (1994), Mauss conhece bem as técnicas do corpo: natação, a corrida, o boxe, a esgrima, o pedestrianismo e o alpinismo, pois foi um praticante assíduo. No caso da evolução das técnicas de natação e dos métodos de aprendizagem, ele constata a sua evolução, no espaço de uma geração: passagem da braçada ao *crawl*, diferentes formas de mergulhar, etc. Existe, na sua perspectiva, uma variação das técnicas no seu tempo, mas ele revela a dificuldade de se libertar da técnica que lhe foi ensinada. Para ilustrar este pensamento, apresenta o caso da pá de trincheira. As tropas inglesas não conseguiam se adaptar às pás francesas, o que mostra as diferenças no uso dos utensílios. Das suas observações no meio militar, coloca em evidência a discordância entre a marcha francesa e a inglesa. Os soldados ingleses não conseguiam desfilar ao ritmo francês. Assim, a sua conclusão foi de que as técnicas elementares diferenciavam segundo o país. Outra observação completa a análise dessas diferenças: a maneira de marchar não é fixa e definitiva numa mesma sociedade. Ela pode mudar e evoluir em função do modo de vida, meios de transportes, modos de vestir, etc. e os modelos culturais.

Fournier (1994) se refere também ao exemplo em que Mauss constatou similitude entre a marcha das enfermeiras americanas e as jovens francesas. Nos anos de 1930, as francesas, pouco a pouco adotaram a marcha específica das estrelas americanas. Trata-se de um exemplo que traduz a difusão de uma técnica do corpo de uma sociedade para outra. Neste caso particular, através da influência crescente do cinema americano (caso que prefigura um movimento mais amplo da globalização cultural que tenderia para uma uniformização dos modos de vida através a difusão dos modelos ocidentais).

Outro exemplo destacado Fournier (1994), foi a posição das mãos e as maneiras (in)convenientes de estar à mesa. As técnicas do corpo não são neutras, mas

regidas por normas, regras de bem-fazer, que eram lembradas na infância. Estas regras e normas podiam variar igualmente segundo o país: o que é conveniente numa cultura não é forçosamente noutra (exemplo disso são as diferentes relações que se tem com o pudor, a nudez). Mauss evoca também uma técnica de corpo especificamente desportiva. É o caso da corrida, onde constata que os atletas na época adotavam uma técnica mais eficaz do que aquela que lhe tinha sido ensinada trinta anos antes (posição de braços e de punhos), o que remete para a questão da eficácia das técnicas ou do seu nível de rendimento. Suas observações mostram que os gestos que podem parecer mais naturais em aparência (caminhar, nadar, correr), são as técnicas do corpo adquiridas por cada indivíduo quando da sua socialização no seio de uma sociedade e num período de tempo.

Essa ideia pode parecer relativamente banal nos dias de hoje. No entanto, ela foi inovadora para a época de Mauss. O estudo do corpo era, antes de mais, um fato das ciências naturais (biologia, medicina), que o tratavam como um objeto natural (exemplo: usos da dissecação para estudar o seu funcionamento). No âmbito da antropologia, no início do século XIX, procura-se comparar as sociedades focalizando a análise nas diferenças corporais, comparando os tamanhos dos crânios. A antropometria procurava explicar os comportamentos culturais e sociais pelos fundamentos biológicos.

A análise de Mauss (1936, p.365, tradução nossa) rompe com a visão biológica do corpo, colocando em evidência a dimensão social e cultural, através da definição que ele dá às técnicas do corpo: “formas que os homens, sociedade em sociedade, de uma forma tradicional, sabem se servir do seu corpo”. Assim, não existe uma forma natural ou inata de se servir do corpo, mas de usos diferentes, moldados e transmissíveis por cada sociedade. Mauss emprega a noção de *habitus*, que será desenvolvida posteriormente por Bourdieu (1980a, 1980b, 1984)⁵⁷ para sublinhar a dimensão coletiva das técnicas. Mesmo se existem variações de um indivíduo para outro, é antes de mais a razão prática coletiva que orienta os comportamentos e molda os gestos.

A operação da transmissão das técnicas do corpo

⁵⁷ O conceito de *habitus* é anterior a Mauss. É uma cultura incorporada, precocemente inculcada na infância e na vida familiar e que produz um sistema de disposições culturais, cujos efeitos se fazem sentir em todas as práticas. O *habitus* de um indivíduo e de um grupo é considerado como um princípio gerador e unificador das suas ações (POCIELLO, 1999).

As diferentes técnicas corporais são adquiridas por cada indivíduo no decurso da sua socialização. Para Mauss (1936), a transmissão das técnicas assenta, em grande parte, no processo de imitação: a criança imita espontaneamente os gestos dos seus modelos (pais, amigos, etc.), nas quais ele identifica a razão da sua autoridade ou do seu prestígio, reproduzindo, assim, as mesmas técnicas de maneira mais ou menos inconsciente. Certas técnicas podem igualmente ser objeto de uma educação no sentido de uma transmissão consciente, concertada e programada. Mauss (1936) cita o caso das mulheres Maori e o balancear pronunciado das ancas, chamado *onioi*. Esta aprendizagem está longe de ser espontânea, na medida em que algumas filhas eram chamadas à atenção se não adotavam o movimento.

Ele refere igualmente dois exemplos de técnicas de caça nas sociedades australianas. Elas eram associadas a rituais (fórmulas mágicas), destinadas a ajudar no sucesso do caçador, reforçando as suas capacidades de performance física. No caso dos gestos, eles têm uma dimensão técnica e simbólica (mágico-religioso). Na última parte do seu texto, Mauss (1936) revisita a noção de técnica e o que ela abrange. Ele define-a como um ato tradicional eficaz. O termo de tradição remete para a transmissão entre gerações, que permitem às técnicas de se perpetuarem. Esta capacidade de transmitir o saber-fazer seria uma das especificidades da humanidade (mesmo se os estudos recentes tendem a mostrar o que certas espécies animais são capazes). A especificidade das técnicas do corpo é igualmente o que elas são de “ordem mecânica, física” (MAUSS, 1936, p.10, tradução nossa), por oposição aos fatos religiosos, simbólicos. Mauss (1936, p.10, tradução nossa) conclui que o corpo constitui o “primeiro e mais natural instrumento do homem”. O corpo é um instrumento, um meio de agir, o objeto de ação, a matéria sobre a qual ele age. Ele pode ser considerado historicamente como o primeiro utensílio do homem, antes mesmo de forjar diferentes utensílios artificiais (armas, por exemplo), a humanidade utilizou o corpo como instrumento adaptado a diferentes usos. O conceito de técnicas do corpo permite agrupar numa mesma categoria um conjunto de fatos sociais aparentemente afastados. Ele abre aos investigadores a possibilidade de estudar uma diversidade de técnicas e os usos (MUARD & WONG, 1971; LACAZE, 2004; LEVERATTO, 2006).

Mauss (1936) propõe dois tipos de classificação de técnicas. A primeira, do tipo sincrónico, classifica as técnicas corporais segundo vários critérios: a diferença entre os sexos, as idades, os degraus de civilização, o rendimento e o modo de transmissão. A segunda classificação é do tipo diacrónico. Ele distingue as técnicas corporais nos seus diferentes estados da vida num indivíduo: nascimento, infância, adolescência, adulto. Assim, as técnicas na infância compreendem todas as técnicas de

nutrição, de se manter de pé, de aprendizagem de caminhar. As da adolescência estudam nomeadamente as formas de iniciação. As técnicas da idade adulta distinguem os momentos de repouso (mesmo as posições adotadas para dormir variam) e de atividade. Mauss (1936) aborda brevemente as técnicas dos movimentos: a caminhada, a corrida, a dança, a natação, o salto. Estas técnicas evoluíram consideravelmente e variam fortemente segundo as culturas.

É preciso referir também que muitas vezes associamos a técnica à tecnologia, às máquinas ou à produção artesanal ou industrial, mas a realidade do conceito é mais ampla. As técnicas estão em todos os domínios da vida: o trabalho, o desporto, a cozinha, etc. Existem técnicas muito complexas e a sua compreensão depende dos conhecimentos científicos. Uma tecnologia é uma técnica informada por um saber científico. É o caso da informática. Há também as técnicas que não necessitam de nenhum instrumento, como é o caso das técnicas em desporto: o basquetebol, o futebol, etc. São as técnicas do corpo no sentido de Mauss. Não é possível descrever um desporto sem fazer o estudo das técnicas que ele implica. A dimensão técnica do desporto é corporal no sentido que o desporto envolve as técnicas do corpo. A técnica desportiva está presente no corpo, sem instrumentos ou máquinas. Mas ele pode ter uma dimensão instrumental, mecânico. Muitos desportos necessitam da utilização de instrumentos (arco, raquete) e de máquinas (bicicleta, automóvel).

Considerações finais

A influência da obra de Mauss não se cingiu apenas aos etnólogos. Ele influenciou também linguistas, psicólogos, historiadores das religiões e orientalistas (LÉVI-STRAUSS, 2013). Uma boa plêiade de investigadores franceses são, em boa parte, devedores da sua orientação. Ao afirmar o valor crucial, para as ciências do homem, de um estudo de como cada sociedade impõe ao indivíduo um uso rigorosamente determinado do seu corpo, Mauss anuncia as mais atuais preocupações da escola antropológica americana, tais como elas se exprimiram nos trabalhos de Ruth Benedict, Margaret Mead, e de muitos etnólogos americanos da jovem geração (LÉVI-STRAUSS, 2013). É por intermédio da educação das necessidades e das atividades corporais que a estrutura social deixa a sua marca nos indivíduos

Para Mauss, a sociologia precisava de trabalhos especiais e positivos, e um dos trabalhos que está por fazer, na perspectiva de Lévi-Strauss (2013 p.XII), trata-se do inventário de todos os usos corporais que o homem fez ou continua a fazer ao longo da história e através do mundo. O conhecimento dessas modalidades de utilização do

corpo humano seria particularmente necessário numa época em que o desenvolvimento dos meios mecânicos à disposição do homem tende a desviá-lo do exercício e da aplicação dos meios corporais, salvo no domínio do desporto, que é uma parte importante, mas somente uma parte das condutas definidas por Mauss, e que é variável segundo os grupos. Brohm (1984, p.37, tradução nossa) é da mesma opinião: “o verdadeiro programa de estudos desejado por Mauss não foram colocados em marcha. Parece-nos importante proceder a uma investigação sistemática dos fundamentos corporais da nossa sociedade e de uma arqueologia física das instituições”. Em 1982, Brohm propôs a criação de um Instituto de Sociologia das Práticas Corporais, mas não teve sequência.

A noção de técnicas do corpo coloca em evidência o fato de que os gestos em aparência mais naturais (correr, maneiras de fazer, gestos, caminhar) são moldados pelas sociedades e são objeto de uma transmissão ao indivíduo. Esta ideia abre um campo de investigação nas ciências sociais e convida a sociologia a considerar o corpo como um objeto de estudo, nomeadamente para melhor compreender o papel do corpo no processo de socialização.

Alguns trabalhos levados a cabo procuraram mostrar como as técnicas mudam no seio de uma mesma sociedade, em função das categorias sociais. Neste âmbito, salientamos a noção dos usos sociais do corpo. O conceito é igualmente pertinente para o estudo das atividades físicas e desportivas. Alguns sociólogos utilizaram-no para analisar o processo de incorporação vividos pelos praticantes.

THE BODY TECHNIQUES IN MARCEL MAUSS AND THE SPORTS FIELD

ABSTRACT: *Why should we revisit the text "body techniques", by the French ethnologist Marcel Mauss, after almost eighty years after being published in the Journal of Psychology (1936)? We believe that despite the temporal distance, the fundamentals exposed in the text remain of current interest, especially when studying sport. This article will review the Mauss's theory in this area and emphasize the importance of the research work when contemplating this issue. By speaking of techniques, we will also approach the questions related to the body and its social uses, and the theory of "habitus" in Bourdieu.*

KEYWORDS: *Body techniques. Sport. Sociology.*

LAS TÉCNICAS DE CUERPO EN MARCEL MAUSS Y EL CAMPO DEPORTIVO

RESUMEN: *¿Por qué volver a visitar el texto sobre “técnicas del cuerpo” del etnólogo francés Marcel Mauss, casi ochenta años después de su publicación en el Journal de Psychologie (1936)? Creemos que a pesar de la distancia temporal, los fundamentos expuestos en el continúan siendo actuales, sobre todo en el estudio del deporte. En este artículo revisaremos la teoría de Mauss en este campo, enfatizando la importancia de que los trabajos de investigación la tengan en consideración. Al hablar de técnicas, también abordaremos las cuestiones relacionadas con el cuerpo y con los usos sociales, así como con la teoría del “habitus” en Bourdieu.*

PALABRAS CLAVE: *Técnicas del cuerpo. Deporte. Sociología.*

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Editions de Minuit, 1980a.

_____. **Questions de sociologie**. Paris: Éditions de Minuit, 1980b.

_____. **Questions de sociologie**. Paris: Editions de Minuit, 1984.

BROHM, Jean-Marie. Pourquoi un projet d’Institut des Pratiques Corporelles. *In: Actes du Colloque International Anthropologie des Techniques du Corps*. Paris: Revue S.T.A.P.S., 1984, p.37-40.

FOURNIER, Michel. **Marcel Mauss**. Paris: Fayard, 1994.

GODELIER, Maurice. **L’énigme du don**. Paris: Fayard, 1996.

KARSENTI, Bruno. **Marcel Mauss, le fait social total**. Paris: PUF, 1994.

_____. **L’Homme total. Sociologie, anthropologie et philosophie chez Marcel Mauss**. Paris: PUF, 1997.

LACAZE, Gaëlle. Les techniques du corps chez les Mongols: une application de la notion maussienne. **Techniques & Culture**, n. 42, p.111-130, 2004.

LEVERATTO, Jean-Marc. Les techniques du corps et le cinéma. De Marcel Mauss à Norbert Elias. **Le Portique**, 2006. Disponível em: <<http://leportique.revues.org/793>>. Acessado em: 10 de set. 2015.

LÉVI-STRAUSS. Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologie et anthropologie**. Paris: PUF, 2013 [1950], p.IX-LII.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Les argonautes du pacifique occidental**. Paris: Gallimard, 1987 [1922].

MAUSS, Marcel. Les techniques du corps. **Journal de Psychologie**, XXXII, n. 3-4, 15 mars-15 avril, 1936.

_____. Les techniques du corps. *In*: MARCEL, Mauss. **Sociologie et anthropologie**. Paris: PUF, 1950, p.363-386.

_____. La prière. *In*: MAUSS, Marcel. **Œuvres, Tome 1, Les fonctions sociales du sacré**. Paris: Minuit, 1968 [1909], p.357-477.

_____. L'œuvre de Mauss par lui-même. **Revue Française de Sociologie**, vol. XX, n.º 1, janvier-mars, p.209-220, 1979.

_____. **Essai sur le don**. Paris: PUF, 2007.

MUARD, Pierre & WONG, Ming. **Soins et techniques du corps en Chine, au Japon et en Inde**. Paris: Berg International Éditions, 1971.

POCIELLO, Christian. **Sports et sciences sociales: histoire, sociologie et prospective**. Paris: Vigot, 1999.

VIGARELLO, Georges. Introduction au colloque Anthropologie des Techniques du Corps. *In*: **Actes du Colloque International Anthropologie des Techniques du Corps**, Paris: Revue S.T.A.P.S., 1984, p.17-26.

Recebido em 12/01/2019.

Aprovado em 25/08/2019.

O DISCURSO MÉDICO-CIENTÍFICO ACERCA DA RELAÇÃO EPILEPSIA E TRABALHO: PRESCRIÇÕES, LIMITES E POSSIBILIDADES AO SUJEITO TRABALHADOR⁵⁸

Vando GOLFETTO*

Jarbas DAMETTO**

Cleide Fátima MORETTO***

RESUMO: O ensaio busca problematizar as concepções relativas à epilepsia e, em especial, ao discurso médico-científico sobre as relações existentes entre essa doença e a vida de trabalho. A partir de uma revisão de literatura não exaustiva, são retomados elementos históricos e conceituais, tendo como objetivo identificar como a epilepsia foi concebida no ocidente até ser encampada pelo saber científico e como esse saber discorreu a respeito da capacitação ou da incapacitação do sujeito acometido para o trabalho remunerado. Constata-se que, declinado o discurso pré-moderno, a ciência médica apropria-se da epilepsia, dando a ela o *status* de doença orgânica. Entretanto, o estigma, antes incitado por interpretações obscuras, não foi extinto, interferindo na relação do sujeito acometido com o outro, sobretudo quando se compreende que trabalhar é uma forma de relação social, em que o corpo e a subjetividade estão envolvidos. Nota-se que argumentos técnicos sustentados na perspectiva do risco e da segurança geram prescrições limitadoras à vida laboral, leitura esta, ponderada em âmbito acadêmico por discursos que visam preservar a autonomia pessoal na epilepsia, havendo a coabitação desses discursos na contemporaneidade. Os pressupostos

⁵⁸ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

* UPF – Universidade de Passo Fundo. PPGEH – Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano. Passo Fundo – RS – Brasil. 99052-900 - vando.golfetto@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0518-123X>.

** UPF – Universidade de Passo Fundo. PPGEH – Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano. Passo Fundo – RS – Brasil. 99052-900 - jarbasdametto@gmail.com <http://orcid.org/0000-0003-2053-984X>

*** UPF – Universidade de Passo Fundo. PPGEH – Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano. Passo Fundo – RS – Brasil. 99052-900 - moretto@upf.br. <https://orcid.org/0000-0003-2284-7555>.

foucaultianos relativos a tais discursos, na perspectiva do saber-poder, permitem ampliar a lucidez acerca da efetiva materialidade orgânica desse mal, destacando-a da apreensão discursiva do fenômeno e seus efeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Epilepsia. Trabalho. Subjetividade.

Introdução

Epilepsia é uma condição neurológica constituída por diversas etiologias que englobam múltiplas síndromes e diferentes tipos de crises epilépticas recorrentes devido a atividades anormais do cérebro (TEDRUS *et al.*, 2012; ALMEIDA, 2010). A denominação epilepsia, refere-se a um grupo de doenças que apresentam, como fator comum, a presença de crises epilépticas, que não são, porém, consequência de condição tóxico-metabólica inadequada ou de febre (GOMES, 2009; SCHMIDT; STAVEM, 2009; FERNANDES; DIAS, 2017).

O número de pessoas acometidas de epilepsia chega a, aproximadamente, 60 milhões de pessoas em todo o mundo (OPAS, 2011, FERNANDES; DIAS, 2017, OMS, 2017). De tal forma, ela se configura como um problema de saúde pública que afeta indivíduos de todas as raças e sexos e nas mais diferentes idades. Para além da amplitude de sua incidência, a epilepsia ganha relevância devido ao seu efeito no âmbito psicossocial e econômico, em face à diversidade de limitações no desempenho de atividades ou de restrições atribuídas à doença.

Estimativas do Ministério da Saúde (BRASIL, 2013) informam que, no Brasil, há 157.070 novos casos de epilepsia por ano (incidência de 100/100.000 habitantes), sendo que a sua taxa de prevalência está entre 1% e 1,5%, o que significa algo entre 1.570.701 e 2.356.052 casos. Esses dados demonstram o quanto a doença está presente no cotidiano de diversos indivíduos brasileiros, repercutindo na rotina de suas famílias, pelas dificuldades de inserção em atividades sociais e econômicas (PINTO, 2014; BRAGA; GIANVECCHIO, 2014).

Ao trabalhador com epilepsia são impostas restrições funcionais, sendo considerado um indivíduo de risco para si e para terceiros, como a possibilidade de danos materiais em caso de crise e de acidentes, contribuindo para a existência de restrições em termos da sua empregabilidade. Além da percepção e da atitude dos empregadores no que diz respeito à vinculação ao emprego, ao salário e ao posto de trabalho que o sujeito ocupará, as escalas, as possibilidades ou não de ascensão na empresa e o tempo de permanência no emprego são apresentados como preocupações,

sobretudo em atividades profissionais com nível de risco ocupacionais mais altos (MIZIARA; MIZIARA; MUÑOZ, 2011; PINTO, 2014; BRAGA; GIANVECCHIO, 2014).

Frente à relevância social do tema e às implicações objetivas na vida dos sujeitos acometidos de epilepsia, este ensaio, de natureza reflexiva e interpretativa e ancorado em uma revisão não exaustiva de literatura, pretende problematizar o discurso médico-científico acerca desse mal, principalmente no que se refere à vida ocupacional desse público. Busca-se com isso, suspender a noção de preconceito que ronda as apreciações do senso comum acerca da relação entre empregabilidade e epilepsia e levantar, no texto científico, os argumentos que instituem esses sujeitos limitados para o trabalho. Para tal, constrói-se uma breve genealogia da epilepsia enquanto experiência social, analisando o discurso científico e seus efeitos políticos, tal como proposto pelo pensamento de Michel Foucault (1984; 2002a; 2002b; 2006; 2008).

Epilepsia: aspectos históricos e conceituais

A epilepsia não se limita a recortes sociais, étnicos, geográficos, etários ou de gênero, estando presente nos mais diversos períodos históricos. Seu conceito é elaborado e reelaborado com diferentes terminologias e etiologias, dependendo das características epistemológicas de cada época, sendo hodiernamente tomado como um transtorno neurológico crônico grave, presente em todas as sociedades (GOMES, 2006, 2009). Embora sua onipresença remeta a uma etiologia orgânica, sua interpretação sempre sofreu importantes vieses culturais.

A doença é descrita ao longo dos séculos, supondo-se que os primeiros casos remetam ao período Neolítico (aproximadamente 10.000 a 4.000 a.C.), do qual restaram ossadas com sinais de trepanação craniana, atos supostamente realizados em episódios de situações convulsivas e outras desordens neurológicas (COSTA, 2014; PASSOS, 2017). Os primeiros registros escritos sobre a epilepsia têm origem em torno de 2.000 a.C. na Antiga Mesopotâmia, redigidos na língua Acadiana em um documento que descreve um episódio convulsivo e atribui ao fenômeno um caráter mágico e sagrado relacionado à manifestação de espíritos do mal ou à uma expressão de descontentamento divino (BRUNO NETO, 2014; PASSOS, 2017).

Bruno Neto (2014) indica que relatos sobre a epilepsia podem ser encontrados em textos médicos do Antigo Egito, como o papiro cirúrgico de Edwin Smith, datado do ano de 1700 a.C., ou o *Sakikku*, um conjunto de várias tábuas, que

constitui um dos mais antigos textos médicos babilônicos de 1067 a 1046 a.C., no qual duas delas referem-se a quadros equiparáveis à epilepsia e descrevem, principalmente, as suas características clínicas.

A interpretação da Grécia antiga, como descrevem Almeida (2010) e Costa (2014), remonta a um período no qual todas as doenças eram tidas como consequência de ataques ou possessões por parte dos deuses e demônios. Essa cultura concebia um mundo assombrado por espíritos maléficos e acreditava que as doenças eram sinais de desagrado divino ou de intrusão de demônios. O tratamento implicava em acalmar o deus ou exorcizar o demônio que havia possuído o corpo do paciente, por meio da realização de rituais que eram baseados em encantamentos e sacrifícios e que podem ser identificados em documentos antigos da história da Medicina Grega e nas obras épicas de Homero (séc. VIII a.C.) e Hesíodo (séc. VIII/VII a.C.). Conforme Magiorkinis, Sidiropoulou e Diamantis (2011), nesse período a epilepsia foi considerada um castigo divino para os pecadores e era, muitas vezes, associada à deusa da lua; dependendo dos sintomas, poderia ser também atribuída a outros deuses. Por tais motivos, a epilepsia era denominada doença sagrada.

Brodie, Schachter e Kwan (2012) citam diversos médicos na Antiguidade que realizaram uma descrição formal da doença, dentre eles Alcmeon de Crotona (séc. VI a.C.), que situou o cérebro como o órgão da cognição, fonte da memória e dos pensamentos e, provavelmente, a fonte do fenômeno epilético. Na sequência, apresentam Demócrito de Abdera (séc. V a.C.) que dedicou um livro à epilepsia, indicando que o cérebro abrigava a aparição, a cognição e os sentidos. Os autores ressaltam que, no entanto, a primeira descrição formal da epilepsia enquanto doença, está incluída no *Corpus Hipocraticum*, de autor desconhecido. Comentam que essa descrição é atribuída, por muitos autores, a Hipócrates, considerado o pai da Medicina, que viveu em 400 a.C. No *Corpus Hipocraticum* há críticas ao caráter de doença sagrada e contagiosa atribuído à epilepsia, considerando-a como qualquer outra doença de causa orgânica. Observam que, mesmo existindo definições orgânicas para a doença desde a antiguidade, na maior parte das culturas, ela seguiu sendo interpretada como algo demoníaco e sobrenatural, devido à forma de manifestação de seus sinais e sintomas.

Na Roma antiga, as pessoas com epilepsia eram impedidas de participar de atividades comunitárias em razão do medo de contágio, pois quem estava acometido da doença era considerado impuro. Há relatos de que sempre que algum cidadão sofria um ataque epilético em espaços públicos, suspendiam-se os comícios, razão pela qual denominavam essas crises de mal comicial (COSTA, 2014, BRUNO NETO, 2014, PASSOS, 2017).

Na Idade Média, a epilepsia também foi tomada como uma afecção da alma e um mal passível de contágio. Sua classificação era caracterizada pelo misticismo e pelo dogmatismo religioso reinante em todos os campos das ciências, incluindo a medicina (COSTA, 2014). Durante o período da Santa Inquisição, os acometidos pelo sofrimento mental e pela epilepsia, também foram perseguidos, pois toda doença de etiologia desconhecida poderia ser considerada como feitiçaria, em um período no qual Deus era considerado árbitro da vida, das doenças e da morte (ALMEIDA 2010; MAGIORKINIS; SIDIROPOULOU; DIAMANTIS, 2011).

No Renascimento europeu observa-se a tentativa de se ver a epilepsia como uma manifestação de doença física em lugar de uma causalidade mística, mas é no período do Iluminismo que a epilepsia começa a ser considerada em sua forma moderna. Os médicos da época focalizaram os estudos sobre a doença, desenvolvendo teorias em relação ao mecanismo das crises, apoiados nos avanços da anatomia (GOMES, 2006; BRUNO NETO, 2014). De acordo com esses autores, no século XIX, sob forte influência do positivismo, diversos estudos nas áreas da neurofisiologia são firmados, dando subsídios aos estudos das doenças cerebrais, dentre as quais a epilepsia. Nesse período, como argumenta Canguilhem (2009), a identidade real dos fenômenos definidos como vitais normais e patológicos passou a ser vista como uma espécie de dogma garantido cientificamente, determinado pela autoridade atribuída a biólogos e médicos.

Esse recorte histórico pode ser concebido como a ascensão do paradigma biomédico em relação a esse objeto, o que implica em uma delimitação epistemológica de inspiração newtoniana e cartesiana que situa no corpo, em uma concepção físico-mecanicista, a experiência de adoecimento (NASCIMENTO *et al.*, 2013). Nesse contexto, a epilepsia passa a ser objeto da especialidade médica, sujeita às prescrições curativas e normativas de campos cada vez mais específicos e, frequentemente, fragmentados, de práticas e saberes médicos.

No período subsequente, observou-se a introdução das especialidades médicas nos diferentes domínios da Anatomia, Fisiologia, Patologia, Terapêutica e da Cirurgia (ALMEIDA, 2010). Entre as principais demandas a esses saberes específicos estava a necessidade de solucionar os problemas de saúde de um público mais exigente. A Neurologia é elevada ao *status* de uma nova ciência, afastada da Psiquiatria, e, a partir disso, os acometidos de epilepsia são encaminhados e tratados em locais especializados.

A partir dessa nova perspectiva, como apontam Brodie, Schachter e Kwan (2012) e Costa (2014), diferentes terapias para a doença foram sugeridas por vários pesquisadores, porém, um em especial é considerado o pai da epilepsia: o

neurologista inglês John Hughlings (1835-1911). Foi ele quem elaborou o conceito de crise epiléptica como uma atividade cerebral desordenada originada de áreas do córtex cerebral que desempenha papel central em funções mais complexas da mente, como atenção, consciência, linguagem, percepção e pensamento. Suas pesquisas e achados clínicos, mais tarde, são comprovados por seus adeptos por meio de experimentos anatômicos, marcando um período da origem da compreensão contemporânea da natureza da epilepsia e início da terapêutica médica, razoavelmente eficaz (BRUNO NETO, 2014; PASSOS, 2017). Cervelini *et al.* (2008) explicam que nos séculos XIX e XX, autores como Gowers, Wilson, Merritt, Jasper situaram a epilepsia como uma doença orgânico-cerebral, porém, apenas na década de 1980 foi introduzido o termo, síndrome epiléptica.

Com a evolução dos estudos da epilepsia, ocorrem inúmeros avanços na área da neurologia, solidificados por progressos no domínio da neurofisiologia, no âmbito do sistema nervoso e por novos meios de diagnóstico. Esses progressos contribuíram para uma melhor compreensão das patologias subjacentes ao sistema nervoso e abriram caminho para apropriação da epilepsia pela Neurologia e para a construção de um saber ainda mais delimitado: a Epileptologia (COSTA, 2014).

Experimentos mais detalhados ao tratamento das pessoas com epilepsia aconteceram ao mesmo tempo em que colônias para emprego e cuidado das pessoas com epilepsia eram implantadas em diversos países da Europa (ALMEIDA, 2010; PASSOS, 2017). Dessa forma, o mito da doença como uma maldição estaria aparentemente vencido nas culturas modernas, porém, a doença ainda permanece como uma marca social para muitas pessoas acometidas e, por conseguinte, são necessárias medidas de cautela com as suas necessidades psicológicas e sociais frente aos avanços da tecnologia e às novas definições conceituais. Nota-se que os avanços teóricos e técnicos não foram suficientes para a mudança efetiva na compreensão geral sobre a doença, seja pelas marcas culturais que a epilepsia ainda carrega, seja pelas prescrições limitadoras decorrentes do saber médico-científico.

A breve retomada histórica supra desenvolvida demonstra continuidades e rupturas na interpretação da epilepsia, bem como a coabitação de perspectivas discrepantes em determinadas épocas. Há alguns séculos, a racionalidade místico-religiosa perdeu espaço no discurso sobre essa síndrome, entretanto, a apropriação médico-científica da epilepsia não significou o término das restrições à vida plena desses sujeitos. Em meio a tal racionalidade, fragmentária em sua concepção original, a integralidade do cuidado de pessoas acometidas de doenças crônicas e complexas, que refletem perniciosamente não apenas nos órgãos acometidos, mas em toda a

existência do sujeito, tornou-se um desafio prático e epistemológico difícil de transpor (TESSER; LUZ, 2008).

A redenção pela técnica, promessa da Modernidade, mostrou-se falaciosa, cabendo uma crítica ao discurso contemporâneo derivado dessa racionalidade. Sobre esse aspecto, é oportuna a visão de Canguilhem (2009) de que o homem, ainda que apreendido pelo aspecto físico, não está limitado ao seu organismo. Nas suas palavras, “o homem, tendo prolongado seus órgãos por meio de instrumentos, considera seu corpo apenas como um meio de todos os meios de ação possíveis. É, portanto, para além do corpo que é preciso olhar, para julgar o que é normal ou patológico para esse mesmo corpo” (CANGUILHEM, 2009, p.79). A grande contribuição desse autor foi a inclusão do conceito de normatividade, a partir de noções de saúde e de doença. Para ele, a saúde é uma norma de vida superior que está associada à capacidade de os sujeitos superarem a doença e as modificações do meio, com a criação de suas próprias normas (BRITO, 2017). Nota-se aí, a necessidade de problematizar a normatividade derivada da concepção de saúde como ausência de patologia, principalmente diante da incurabilidade e da cronicidade, tal qual experimentado na epilepsia. Diante de tal propósito, é sobre o discurso acadêmico-científico como fonte de limitação, ou também como resistência à limitação, que se dedicam as próximas linhas.

Epilepsia: restrições e possibilidades frente ao mercado de trabalho

Tedrus *et al.* (2012) e Braga e Gianvecchio (2014) definem epilepsia como uma condição neurológica constituída por diversas etiologias que englobam múltiplas síndromes e diferentes tipos de crises epilépticas recorrentes, devido a uma atividade neuronal exacerbada no cérebro. Concluem que a epilepsia não é uma doença ou síndrome específica, mas sim, uma categoria de sintomas complexos resultantes de alterações da função cerebral.

O diagnóstico da epilepsia é feito tendo por base a existência de crises epilépticas (PINTO, 2014, HOPKER *et al.*, 2016, HOELLER *et al.*, 2016). Trata-se de uma doença afeta indivíduos de todas as raças, de ambos os sexos e nas mais diferentes idades; é considerada um problema de saúde pública devido ao seu efeito no âmbito psicossocial e econômico (PASSOS, 2017). Além do sofrimento psíquico e da falta de cuidados adequados, as pessoas acometidas pela epilepsia vivenciam o estigma, a vergonha, a exclusão social e, com alguma frequência, a morte (HOPKER *et al.*, 2016).

As dificuldades sociais geram consequências graves diretamente sobre a qualidade de vida das pessoas com epilepsia, pois tratar dessas pessoas não significa somente realizar exames, ter cuidados com as medicações, mas observar o seu comportamento envolvendo escola, trabalho e sociedade (FERREIRA *et al.*, 2012). Para Mizziara, Mizziara e Muñoz (2011) e Hopker *et al.* (2016), o impacto da epilepsia é determinado por fatores psicológicos e sociais, bem como pela percepção das pessoas com epilepsia e de seus familiares acerca das implicações de tal doença em suas vidas, sobretudo, em decorrência da dificuldade de o trabalhador entender a sua própria condição de saúde. Para esses autores, as pessoas com epilepsia deparam-se com dificuldades: em relação ao trabalho, encontrar ou manter uma atividade laboral; diante das restrições que enfrentam e por serem vítimas de preconceito.

Goffman (2002), ao tratar da relação do eu na vida cotidiana, chama a atenção para a importância das primeiras impressões suscitadas no entorno social. Nessa perspectiva, defende que, no momento em que um sujeito se apresenta diante de outros, possui razões para tentar controlar a impressão com que esses outros perceberão a situação. No âmbito do trabalho, o ajuste do sujeito ao espaço pretendido dependerá da sua capacidade em tomar e conservar a iniciativa em relação ao posto pretendido. Esse indivíduo responderá às projeções iniciais estabelecidas pelos demais, assumindo ser uma pessoa de determinado tipo e se coloca no compromisso “de exercer uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a tratá-lo e valorizá-lo de acordo com o que as pessoas do seu tipo tem o direito de esperar” (GOFFMAN, 2002, p.21).

Sem mesmo a chance de buscar se ajustar a um posto de trabalho, a pessoa com epilepsia é frequentemente afastada do mercado do trabalho mesmo antes de sua inserção, o que causa apreciações negativas sobre si próprio. As diversas questões associadas aos trabalhadores com epilepsia são frequentemente consideradas em empresas, elencando-se diversos motivos para o empregador preteri-los: o medo que as crises originem acidentes; suposição de que eles possuem menor capacidade de trabalho e, de imediato, baixa produtividade; crença de que esses sujeitos faltam mais ao trabalho em virtude das crises; receio de que ocorram crises epilépticas no local de trabalho e gerem intranquilidade nos demais empregados e que a produtividade diminua; além do estigma que, culturalmente, recai sobre o sujeito mental ou neurologicamente doente (FERREIRA *et al.* 2012; NICKEL *et al.*, 2011). A pessoa com epilepsia é considerada muito suscetível a acidentes (MIZIARA, MIZIARA, MUÑOZ 2011; BRAGA; GIANVECCHIO, 2014). Afirma-se que seu nível funcional de atuação é adequado, porém as oportunidades são negadas devido ao receio do empregador, e, mesmo nas áreas de adaptação social em que os sujeitos com epilepsia

poderiam ter participação normal, há restrição por parte da sociedade, ancorada em falsos pressupostos.

Pinto (2014) relata que empregadores, em sua maioria, consideram que a epilepsia compromete o trabalho, sobretudo por dificuldades ligadas à atuação no trabalho remunerado. Destaca que, entretanto, essa posição não é consensual. Há empregadores que ponderam que a epilepsia não intervém no trabalho, o que constata na atuação satisfatória do trabalho de funcionários acometidos. A esse respeito, Braga e Gianvecchio (2014) exibem uma lista de profissões que deveriam ser evitadas por pessoas com epilepsia, entre as quais estão: policiais, bombeiros, vigias solitários, instrutor de natação e salva-vidas, babás, profissionais de enfermagem, cirurgiões, motoristas profissionais, operadores de máquinas e/ou equipamentos, militares, profissionais que executam trabalhos em altura ou com uso de escadas. Os autores apontam para necessidade de cautela na consideração dessa proposta, indicando sua aplicação absoluta apenas nos casos em que não haja completo controle do quadro. Para os demais, as restrições podem ser relativizadas.

Sarmiento e Minayo-Gomez (2000) e Pinto (2014) destacam que, em função das limitações no desempenho do trabalho em decorrência da própria epilepsia e das crises, bem como dos efeitos colaterais da medicação, as pessoas com epilepsia recorrem à economia informal como meio de sustento econômico, aumentando a vulnerabilidade social desses sujeitos. Esse conjunto de situações eleva as taxas de desemprego e estimula o trabalhador a viver na informalidade, no subemprego, na dependência econômica da família. A previdência social dispõe de uma organização de amparo que garante aos seus segurados a reposição da renda quando da perda da aptidão de trabalho, como a aposentadoria por invalidez, auxílio doença, auxílio acidente e reabilitação profissional. Porém, falhas na legislação e em um conjunto de regras nos critérios de avaliação do diagnóstico da epilepsia, juntamente com a baixa confiabilidade das informações fornecidas pelo segurado, além da falta de um marcador para confirmação de epilepsia ativa, dificultam a comprovação da incapacidade laborativa, gerando, frequentemente, o indeferimento de solicitação de benefício, o que causa prejuízos consideráveis dos pontos de vista pessoal e social (FERREIRA *et al.*, 2012).

Para Minayo, Hartz e Buss (2000) e Miziara, Miziara e Muñoz, (2011), outro fato relevante é o alto índice de pessoas com epilepsia aposentadas por invalidez, considerando-se o indivíduo incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício da atividade que lhe garanta subsistência. Os autores sustentam que há diferença entre a pessoa com epilepsia que está profissionalmente ativa e a que está inativa, dado que a invalidez profissional interfere de forma significativamente

negativa na qualidade de vida desses sujeitos, pois a falta de trabalho ou a impossibilidade de trabalhar tem efeitos negativos no âmbito psicossocial do indivíduo. Portanto, a qualidade de vida, tomada como uma representação social criada a partir de parâmetros subjetivos, como bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal, e também objetivos, cujas referências são a satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade, podem sofrer marcante interferência decorrente da epilepsia, e supõe-se, tanto mais quando essa se apresenta como um entrave ao trabalho (OMS, 2017).

O trabalhador com epilepsia, dado o contexto adverso, costuma não revelar a sua condição de saúde ao empregador (FERREIRA *et al.*, 2012), acreditando que ao revelar corre o risco de enfrentar o estigma da doença. A esse respeito Goffman (1988) afirma que a situação especial do sujeito estigmatizado é que a sociedade o enquadra como um membro do grupo mais amplo, portanto, como um ser humano normal, todavia, o informa de que ele é, em certa medida, diferente sendo que não é adequado negar essa diferença. Portanto, para Goffman (1988), a diferença, em si, deriva de uma interpretação sociocultural. Isso porque, em termos gerais, antes de assumir importância, ela necessita ser coletivamente conceitualizada pela sociedade. Nesses termos, um sujeito que, de outro modo, poderia ter sido acolhido facilmente na relação social cotidiana, sinaliza um traço ou atributo que chama a atenção e afasta aqueles que ele encontra, impedindo a possibilidade de que seja dada atenção aos seus outros atributos.

Goffman (1988) destaca que, desde os tempos de Hipócrates, os sujeitos que descobriam possuir a doença enfrentavam um eu fortemente estigmatizado por meio dos mecanismos definicionais da sociedade. De acordo com o autor, esses mecanismos permanecem mesmo nos casos em que o dano físico causado pela doença seja insignificante. Observa que especialistas empregam o termo epilepsia, para se referirem apenas aos casos em que não é possível identificar uma causa médica específica, o que implicaria em estigma menor.

Para Goffman (1988), nesse caso, a ciência médica deveria retratar-se em relação ao fato de que a sociedade pode agir de maneira mais determinativa. De outra parte, o sujeito suscetível a ataques epilépticos está exposto ao caso mais extremo: “quando recobra a consciência, pode descobrir que está deitado na rua, com incontinência, gemendo e sacudindo-se convulsivamente - um descrédito para a sanidade mental que só é atenuado pelo fato de ele não estar consciente durante parte do episódio” (GOFFMAN, 1988, p.74). O autor acrescenta que cada grupo de

estigmatizados costuma ter um repertório próprio daquilo que ele denomina de relatos de advertência sobre uma exposição embaraçosa.

Essa perspectiva revela conexões ainda mais complexas quando se analisa a relação entre trabalho, corpo e subjetividade. Conforme Dejours (2004), o trabalho é muito mais que uma atividade, pois constitui-se em uma forma de relação social, implicando em um mundo humano que se caracteriza por relações de desigualdade, de poder e de dominação. Para Dejours (2004, p.31), “trabalhar é engajar sua subjetividade num mundo hierarquizado, ordenado e coercitivo, perpassado pela luta para a dominação” e, por esse motivo, explica que o “real do trabalho” não equivale ao que ele denomina “real da tarefa”, amplia-se “à experiência da resistência do mundo social; e, mais precisamente, das relações sociais, no que se refere ao desenvolvimento da inteligência e da subjetividade. O real do trabalho, não é somente o real do mundo objetivo; ele é, também, o real do mundo social” (DEJOURS, 2004, p.31). O autor chama a atenção para a importância do encontro entre o corpo e o real do mundo, no modo como ele concretiza a experiência do trabalho a partir do desenvolvimento da subjetividade. O trabalho não se reduz a uma atividade de produção no mundo objetivo, pois ele coloca à prova a subjetividade, podendo ter implicações fortalecedoras ou de fragilização. Na sua concepção, “trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma. Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar” (DEJOURS, 2004, p.30),

A retomada feita demonstra uma dupla perspectiva acadêmica acerca da relação epilepsia-trabalho. Em uma frente, apresentam-se os riscos implicados na atividade laboral quando executada por uma pessoa propensa a crises epiléticas, um discurso que visa resguardar de dano físico o próprio trabalhador e os demais envolvidos na atividade. Concomitante a isso, há um discurso que visa à autonomia do acometido, sustentando a viabilidade de sua existência como trabalhador e os danos agudos derivados de sua exclusão do mundo do trabalho, ponderações que incitam a relativização da perspectiva anterior por meio de um olhar psicossocial. Em síntese, um discurso prescritivo-limitador, ancorado na perspectiva do risco ou da periculosidade, que se justifica pela forma e imprevisibilidade da crise; e outro, que não se institui efetivamente como uma oposição ao primeiro, mas como uma ponderação necessária aos impactos de seus dizeres.

O discurso e a subjetivação na epilepsia

O termo subjetivação designa para Foucault, segundo Revel (2005), um processo pelo qual se obtém a composição de um sujeito, constituindo-se a si próprio em relação aos outros no duplo sentido: de estar assujeitado às práticas de poder, bem como, de (auto)construção de sua própria identidade por meio da consciência ou do autoconhecimento. Ressaltando que a noção de subjetividade se faz pertinente na medida em que permite considerar a indissociabilidade entre individual e coletivo, interior e exterior, individual e social, rompendo com dicotomias que ignoram a intrincada relação entre esses termos. “A raiz não somente da palavra, mas, sobretudo, do conceito de ‘subjetividade’, remete à experiência de sermos sujeitos, no duplo sentido da palavra (aquele que é submetido e aquele que realiza a ação), em cada tempo e em cada contexto” (RAMMINGER; NARDI, 2008, p.340). Nesses termos, o sujeito em Foucault não é uma essência, mas uma forma, uma forma historicamente situada (CASTRO, 2009).

Em uma perspectiva foucaultiana, o sujeito moderno constitui-se em seus enredamentos em práticas e em saberes. O saber das ciências acerca do homem, como os discursos da área da saúde, bem como a série de prescrições e práticas deles derivados ou neles apoiados, em grande medida, forjam a subjetividade daqueles a quem os enunciados são direcionados. O saber médico e científico não possui neutralidade política, ele opera na condução de sujeitos, e na própria constituição desses, a partir de parâmetros de normalidade e anormalidade (FOUCAULT, 1984; 2006). Como vimos nas contribuições de Canguilhem (2009), juntamente com Foucault (1984, 2002a, 2002b, 2006, 2008), as classificações, do modo como estão dispostas nos manuais diagnósticos contemporâneos seguem a lógica da normalização, o que implica na busca de enquadramento dos sujeitos à norma social vigente (CAMPOS, 2014). Entretanto, não é em uma condição de passividade que sujeitos se tornam objeto de saberes e práticas, tais processos instituem-se em meio a polêmicas e resistências.

Esse sujeito histórico é produzido pela sua própria história enquanto indivíduo, mas transpassado pelas verdades de seu tempo. Como argumentam Souza e Taques (2014), para Foucault, o sujeito se constitui pelos jogos de verdade, aos quais se encontra assujeitado, um assujeitamento que o coloca como sujeito narrado, descrito, alocado pelos discursos, mas também como operador e reproduzidor desses. Os jogos de verdade referem-se a um conjunto de regras de produção da verdade, sendo que por verdade, pode-se tomar um conjunto de elementos discursivos, instituídos historicamente em batalhas travadas em um palco político e epistêmico específico,

capaz de gerar repercussões objetivas sobre a vida das pessoas envolvidas, a partir de consensos e resistências a ela. A verdade produz efeitos subjetivantes que acabam por impregnar a mente, as ações e, em última análise, os corpos dos sujeitos, forjando modos de ser (FOUCAULT, 2002a).

O binômio saber-poder, constitutivo dos jogos de verdade e traduzido na forma de discursos e de práticas, atua sobre sujeitos livres que possuem em sua frente um campo de possibilidades: é na cooptação da liberdade que ocorrem os efeitos subjetivantes que aqui se busca analisar. Poder, em sentido foucaultiano, não denota uma ação violenta, brutal e inescapável, antes, é um fenômeno relacional onipresente, que se situa nas interações entre sujeitos, nas relações entre o sujeito e as verdades de seu tempo, e na experiência do sujeito para consigo mesmo (FOUCAULT, 1984; CASTRO, 2009).

Retomar o discurso acerca da epilepsia a partir de pressupostos foucaultianos seria ampliar a lucidez acerca da efetiva materialidade orgânica desse mal, destacando-a da apreensão discursiva do fenômeno e seus efeitos. Para tal, não é razoável crer na busca da melhor verdade sobre a epilepsia, em uma concepção linear de progresso do saber. Antes, percebe-se frente à retomada realizada nas páginas anteriores, que a história da construção discursiva da epilepsia é composta por rupturas e coabitação de concepções, e que, em cada época, tais discursos geraram seus efeitos, em geral restritivos, na experiência de vida dos acometidos.

Não apenas preconceitos limitam experiências de vida, os conceitos também possuem esse potencial, as verdades, derivadas de qualquer base epistemológica, portam em si o potencial de marcar a existência dos sujeitos. Tal qual problematizado por Foucault (2006), o campo dos males mentais e neurológicos – por afetarem a conduta dos indivíduos, foram encampados por discursos científicos fortemente tramados com preceitos morais, com demandas higienistas e com questões jurídicas, formando um caso exemplar de condução de vidas humanas por meio de enunciados da ciência.

Mantendo uma salutar suspeita frente ao saber técnico-científico, que busca o destituir de qualquer neutralidade política, pontua-se que melhores possibilidades de vida não necessariamente derivarão do avanço da ciência ou da técnica, movimento que se faz necessário, mas não suficiente. Paralelamente às prescrições técnicas que se ancoram no risco e na periculosidade do trabalhador acometido pela epilepsia, cabe evidenciar, com nítida postura crítica e politicamente engajada, as potencialidades desses sujeitos e as viabilidades laborais existentes. Isso significaria ir além das preocupações com a experiência psicossocial na epilepsia, demonstrada por estudos aqui abordados, lançando-se na efetiva construção de uma verdade diversa acerca da

relação epilepsia-trabalho, capaz de dar aval à resistência do sujeito acometido, em seu ímpeto e necessidade de adequada inserção no mundo laboral.

Considerações finais

É em um cenário inóspito que se encontram os trabalhadores com epilepsia que buscam um espaço no mercado de trabalho, pois esses indivíduos, além de frequentemente possuírem fragilidades na formação educacional, derivadas ou não de sua condição clínica, sofrem uma seleção impetuosa do mundo contemporâneo, na qual a reestruturação do processo produtivo promoveu profundas repercussões sociais e econômicas, tornando o ambiente de trabalho mais complexo e competitivo, o que produz uma significativa variabilidade de incertezas e exigências adicionais à vida laboral.

Nesse contexto, fica claro que vários são os fatores que influenciam a funcionalidade e a (in)capacidade do sujeito com epilepsia no mundo do trabalho, para além da forma de sua doença, indo desde a falta de informação sobre suas causas, sobre as perspectivas de tratamento e procedimentos a serem utilizados durante uma crise, até a ausência de políticas de formação e empregabilidade específicas para essa parcela da população. Ao considerar a epilepsia como uma condição esporádica ou eventual (como é o caso da maioria das doenças, mas não dessa), e ignorando a cronicidade e a imprevisibilidade da crise como a condição de vida de milhões de cidadãos, obstrui-se os caminhos legais, políticos e epistêmicos para a superação das diversas comorbidades de natureza econômica e psicossocial que se somam à vida desses sujeitos. É como uma população com uma demanda específica que cabe concebê-los.

A própria informação cientificamente embasada, o dado técnico, quando não confrontado com uma racionalidade crítica, desdobra-se em estigmatização, a qual acresce restrições que podem levar a um nível intenso de incapacitação e desvantagens sociais, atravessando não somente a atividade laboral na forma do desemprego ou subemprego, mas a vida por completo, gerando dificuldade para fazer amigos e socializar-se, para formar família. A redução de oportunidades educacionais e de habilidades sociais gera isolamento. É no âmbito do discurso que as verdades desse mundo se estabelecem, como defende Foucault, cabendo resguardar o âmbito polêmico da instituição dos objetos do saber para, assim, permitir-se ao confronto de perspectivas dissonantes, a fim de que nenhuma verdade sufoque as possibilidades de vida.

Por fim, aponta-se a necessidade de preservar a pluralidade de concepções para que o sujeito-cidadão, com suas necessidades e direitos, possa subsistir ao sujeito-paciente e, com isso, o saber técnico possa apenas gerar melhores experiências de vida, e não boicote às efetivas possibilidades laborais dos acometidos de epilepsia.

**THE MEDICAL-SCIENTIFIC DISCOURSE ON THE RELATIONSHIP
BETWEEN EPILEPSY AND WORK: PRESCRIPTIONS, LIMITS AND
POSSIBILITIES FOR THE SUBJECT WORKER**

ABSTRACT: This paper attempts to question the concepts related to epilepsy, and in particular, the medical-scientific discourse on the relationship between the disease and work life. A non-exhaustive literature review was used to examine historical and conceptual elements, aiming to identify how epilepsy was conceived in the West until it was understood through scientific knowledge, and how this knowledge mediated the capacitation or disablement of the subject undertaking paid work. When the pre-modern discourse declined, medical science appropriated epilepsy by giving it the status of an organic disease. However, the stigma of epilepsy, previously incited by obscure interpretations, has not been extinguished and it continues to interfere with personal relationships, especially when it is understood that work is a form of social relationship, involving the body and subjectivity. It is noteworthy that technical arguments supported by the perspective of risk and safety generate restrictive prescriptions to working life, while the academic sphere ponders the discourses which aim to preserve personal autonomy for sufferers of epilepsy, and basically these discourses can meet in contemporary times. The Foucaultian assumptions related to such discourses, in the knowledge-power perspective, can increase the lucidity around the effective organic materiality of this illness, emphasizing the discursive apprehension of the phenomenon and its effects.

KEYWORDS: *Epilepsy. Work. Subjectivity.*

**EL DISCURSO MÉDICO-CIENTÍFICO ACERCA DE LA RELACIÓN
EPILEPSIA-TRABAJO: PRESCRIPCIONES, LÍMITES Y
POSIBILIDADES PARA EL SUJETO TRABAJADOR**

RESUMEN: *El ensayo busca problematizar las concepciones relativas a la epilepsia, y en especial, al discurso médico-científico sobre las relaciones existentes entre esa enfermedad y la vida de trabajo. A partir de una revisión de literatura no exhaustiva, se toman elementos históricos y conceptuales, con el objetivo de identificar cómo la epilepsia fue concebida en el occidente hasta ser encampada por el saber científico, y como éste discutía acerca de la capacitación o de la incapacitación del sujeto afectado para el trabajo remunerado. Se observa que, declinado el discurso premoderno, la ciencia médica se apropia de la epilepsia dando a ella el status de enfermedad orgánica, sin embargo, el estigma, antes incitado por interpretaciones oscuras, no ha sido extinguido e interfiere en la relación del sujeto acometido con el otro, sobre todo cuando se comprende que trabajar es una forma de relación social, en la que el cuerpo y la subjetividad están involucrados. Cabe señalar que los argumentos técnicos sostenidos desde la perspectiva del riesgo y de la seguridad generan prescripciones limitadoras a la vida laboral, lectura que se reflexiona en el contexto académico mediante discursos destinados a preservar la autonomía personal en la epilepsia, habiendo la cohabitación de esos discursos en la contemporaneidad. Los supuestos foucaultianos relativos a tales discursos, en la perspectiva del saber-poder, permiten ampliar la lucidez acerca de la efectiva materialidad orgánica de este mal, resaltándola de la aprehensión discursiva del fenómeno y sus efectos.*

PALABRAS CLAVE: *Epilepsia. Trabajo. Subjetividad.*

Referências

ALMEIDA, Ângela. Sintomatologia Depressiva e Qualidade de Vida na Epilepsia. **Dissertação** (Mestrado) Psicologia. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.6/2584>>. Acessado em: 10 jan. 2018.

BRAGA, Ludmila Cândida de; GIANVECCHIO, Victor Alexandre Percínio. Condições norteadoras para caracterização de incapacidade laborativa por epilepsia. **Saúde, Ética & Justiça**, São Paulo, v. 2, n. 19, p.67-77, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde – SUS. Departamento de Informática do SUS – Datasus. **Informações de Saúde** (Tabnet). Brasília, 2013.

Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0201>

Acessado em: 30 mar. 2018.

BRITO, Jussara. Saúde: uma relação com o meio e os modos de vida. **Laboreal**, Porto, v. 13, n. 1, p. 100-103, jul. 2017.

BRODIE, Martin J.; SCHACHTER, Steven C.; KWAN, Patrick Kwok Leung. **Fast facts: epilepsy**. 5. ed. Albuquerque: Health Press Limited, 2012.

BRUNO NETO, Rafael. Epilepsia: histórico, mitos e tabus. **Revista Thema**, São Paulo, v.11, n.2, p.47-59, 2014.

CAMPOS, Maria Elisa E. F. G. Norma versus Subjetividade: o legado de Canguilhem. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**, v. 9, n. 18, p.61-71, maio/out. 2014.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso sobre seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CERVELINI, Renato *et al.* Avaliação dos hábitos de atividades físicas de adolescentes com epilepsia do município de Toledo-PR. **Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology**, Porto Alegre, v. 14, n. 4, p.155-155, 2008.

COSTA, Vítor António Leal Dias da. A Epilepsia: Contextualização Histórica. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, 2014.

DEJOURS, Chistophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, v. 14, n. 3, p.27-34, set.- dez. 2004.

FERREIRA, Lisiane Seguti *et al.* Epilepsia e Previdência Social: a decisão médico-pericial: -**Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 126, n. 37, p.330-338, 2012.

FERNANDES, Francisco Cortes; DIAS, João Anastácio. Interpretação da diretriz da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT) "Epilepsia e Trabalho: Rastreamento" utilizando a razão de verossimilhança. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, São Paulo, v. 2, n. 15, p.167-172, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2002a.

_____. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002b.

_____. **O poder Psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. 6.ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

GOMES, Marleide da Mota. História da epilepsia: um ponto de vista epistemológico. **Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p.161-167, 2006.

_____. Epilepsia e Incapacidade Laborativa. **Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 15, p.130-134, 2009.

HOELLER, Alexandre Ademar *et al.* Epilepsia na senescência: panorama de prognósticos mal compreendidos. **Vitalle**, Florianópolis, v. 1, n. 28, p.65-74, 2016.

HOPKER, Christiane del Claro *et al.* A pessoa com epilepsia: percepções acerca da doença e implicações na qualidade de vida. **Codas**, Curitiba, v. 1, n. 29, p.1-8, 2016.

MAGIORKINIS Emmanouil, SIDIROPOULOU Kalliopi, DIAMANTIS Aristidis. Hallmarks in the History of Epilepsy: From Antiquity Till the Twentieth Century. In: FOYACA-SIBAT H. **Novel Aspects on Epilepsy**. Rijeka: In Tech, 2011. p.131-156.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p.7-18, 2000.

MIZIARA, Carmen Silvia Molleis Galego; MIZIARA, Ivan Dieb; MUÑOZ, Daniel Romero. Epilepsia e trabalho: quando a epilepsia deve ser considerada incapacitante. **Saúde, Ética & Justiça**, São Paulo, v. 2, n. 16, p.103-110, 2011.

NASCIMENTO, Marilene Cabral do *et al.* A categoria racionalidade médica e uma nova epistemologia em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 12, p.3595-3604, dez. 2013.

NICKEL, Renato *et al.* Estudo descritivo sobre o desempenho ocupacional do sujeito com epilepsia: o uso da CIF como ferramenta para classificação da atividade e participação. **Acta Fisiátrica**, Curitiba, v. 2, n. 18, p.55-59, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Epilepsia**, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://saude.ig.com.br/oms-epilepsia.html>>. Acessado em: 13 fev. 2017.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **A atenção à saúde coordenada pela APS: construindo as redes de atenção no SUS, contribuições para o debate**. Brasília, OPAS/OMS, 2011.

PASSOS, Gustavo. História e evolução da cirurgia para epilepsia. **Arquivos Brasileiros de Neurocirurgia**, Rio de Janeiro, p.1-6, 31 maio 2017.

PINTO, Lauren Machado. A visão do paciente, do familiar e do empregador sobre o trabalho da pessoa com epilepsia de difícil controle. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Medicina Interna, Área de Concentração em Neurologia, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, 2014.

RAMMINGER, Tatiana; NARDI, Henrique Caetano. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 12, n. 25, p.39-346, jun. 2008.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARMENTO, Maria Rosa Silva; MINAYO-GOMEZ, Carlos. A epilepsia, o epiléptico e o trabalho: relações conflitantes. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p.183-193, 2000.

SCHMIDT, Dieter; STAVEM, Knut. Long-term seizure outcome of surgery versus no surgery for drug-resistant partial epilepsy: A review of controlled studies. **International League Against Epilepsy**, v. 6, n. 50, p.1301-1309, 2009.

SOUZA, Henrique Pavan Beiro de; TAQUES, Fernando Henrique. Subjetividade e relações de poder no processo de trabalho. **Agenda Social Eletronic Journal**, São Paulo, v. 8, n. 1, p.1-14, 2014.

TEDRUS, Gloria Maria de Almeida Souza *et al.* Epilepsia e depressão: aspectos sociodemográficos e clínicos associados. **Revista de Ciências Médicas**, v. 18, n. 5/6, p.243-250, 2012.

TESSER, Charles Dalcanale; LUZ, Madel Therezinha. Racionalidades médicas e integralidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.195-206, fev. 2008.

Recebido em 18/10/2018.

Aprovado em 13/05/2019.

CIÊNCIA, AUTORIA E VERDADE NOS DITOS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: O MECANISMO DA DENÚNCIA

*Elvis Patrik KATZ**

*Andresa Silva da Costa MUTZ***

RESUMO: O movimento Escola Sem Partido vem, desde o início dos anos 2000, se notabilizando no Brasil por lançar sucessivas investidas de poder sobre a categoria docente. Para tal empreendimento, foi necessário, entre outras ações, fabricar um conjunto de saberes que lhe conferisse certa legitimidade no campo da Educação. Analisamos, neste artigo, a partir do referencial teórico proveniente dos Estudos Culturais e sob inspiração do pensamento de Michel Foucault, aquilo que denominamos como **mecanismo da denúncia**: estratégia estabelecida a fim de representar o movimento como verdadeiro e necessário ao nosso tempo. O material empírico selecionado para esta pesquisa esteve composto por 127 artigos retirados do sítio escolasempartido.org. A investigação permitiu verificar o modo como o Escola Sem Partido opera na construção do discurso que aponta para uma suposta hegemonia da doutrinação ideológica nas escolas, envolvendo-se numa disputa pela verdade em um processo no qual rivalizava, inclusive, com a própria literatura acadêmica educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Sem Partido. Denúncia. Verdade. Poder. Ciência.

* FURG - Universidade Federal do Rio Grande. PPGEDU - Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio Grande – RS – Brasil. 96203-900 - elviskatz@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0001-6050-214X>.

** UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Departamento Interdisciplinar Campus Litoral Norte – Emboabas – RS – Brasil. 95590-000 - andresa.mutz@ufrgs.br. <https://orcid.org/0000-0002-6869-370X>.

Introdução

O artigo que ora apresentamos decorre de uma pesquisa de mestrado realizada no sul do Brasil⁵⁹. Constitui-se em um fragmento dos resultados coletados de uma investigação ao longo de dois anos de trabalho, estando sustentado sobre um *corpus* documental de mais de 127 artigos retirados do sítio digital *escolasempartido.org*. Amparados pelas ferramentas teóricas da vertente foucaultiana dos Estudos Culturais, procuramos verificar o modo como o movimento Escola Sem Partido (ESP)⁶⁰ põe em circulação e naturaliza, desde sua fundação, a ideia de que os estudantes brasileiros estariam sofrendo doutrinação ideológica. Portanto, para o movimento, a vigilância por parte da sociedade civil e do Estado é importante para regerar o comportamento dos professores, ajustando suas identidades conforme modelos desejáveis de conduta – igualmente idealizados pelo movimento.

Procedimentalmente, as etapas envolvidas na construção dos dados para este recorte envolveram: 1) a identificação dos autores selecionados pelo ESP para garantir certa solidez às suas proposições junto à população de um modo geral; 2) a verificação da maneira como o ESP aproxima tais proposições com a Ciência e a verdade, também com intuito de afastar críticas relacionadas – principalmente – aos professores e especialistas da Educação. Os resultados nos permitiram identificar a constituição, por parte do movimento, daquilo que denominamos como **mecanismo da denúncia**, sobretudo no que se refere ao modo como esse instrumento de poder é utilizado pelo ESP para tornar suas ações justificáveis e sua existência necessária. Dito de outra forma, por meio da estratégia da denúncia (além da evidente tentativa de controle da conduta dos professores), pudemos perceber como os integrantes do movimento buscam legitimar certos enunciados como verdadeiros, apelando para a voz de intelectuais e para a natureza científica da educação.

Nesse sentido, na primeira seção, o artigo apresenta uma definição da noção de mecanismo (conforme ensaiada por Michel Foucault) com intuito de introduzir a discussão acerca do modo como ele opera na construção da ideia de uma suposta doutrinação ideológica de esquerda no Brasil. Na segunda seção, nos debruçamos sobre os achados da pesquisa, analisando os autores mais frequentemente utilizados pelo ESP e as formas pelas quais o movimento intenta adquirir legitimidade na

⁵⁹ Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), financiada parcialmente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

⁶⁰ Em alguns momentos, optou-se pela sigla ESP no lugar de Escola Sem Partido, com objetivo de tornar a leitura mais rápida e agradável.

construção de enunciados que se autoidentificam como mais verdadeiros, pois são científicos.

O mecanismo como estratégia

Uma leitura foucaultiana da estratégia de poder utilizada pelo Escola Sem Partido nos permitiu enxergar como os ataques à identidade docente se dão em diferentes frentes de batalha. Isso quer dizer que as investidas de poder podem se desmembrar em ações variadas que envolvem não apenas a produção de saberes correlatos a essas investidas, mas também um mecanismo que coloque saberes e técnicas em funcionamento com objetivos específicos de governar a conduta docente.

Dessa forma, pretendemos aqui descrever o que entendemos por **mecanismo da denúncia**. Assim como outros conceitos presentes na obra de Michel Foucault, a ideia de mecanismo deve ser vista sempre localizada em um contexto particular. Por isso, escolhemos explicar em que consiste um mecanismo através da descrição feita pelo filósofo francês em *Vigiar e Punir*, quando ele discorre acerca do mecanismo do exame:

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado [...]. Pois, nessa técnica delicada estão comprometidos todo um campo de saber, todo um tipo de poder. [...] Mas sua própria tecnologia, esse pequeno esquema operatório que tem tal difusão (da psiquiatria à pedagogia, do diagnóstico das doenças à contratação de mão de obra), **esse processo tão familiar do exame, não põe em funcionamento, dentro de um só mecanismo, relações de poder que permitem obter e constituir saber?** O investimento político não se faz simplesmente ao nível da consciência, das representações e no que julgamos saber, mas ao nível daquilo que toma possível algum saber (FOUCAULT, 2010, p.154, Grifo nosso).

Sendo assim, o mecanismo é entendido, no pensamento foucaultiano, como **uma ferramenta de produção de saberes em função das demandas de poder de uma estratégia**. No caso do exame, por exemplo, tal estratégia está submetida ao tipo de poder disciplinar.

O que denominamos **mecanismo da denúncia**, no caso do ESP, atende aos anseios das investidas de poder como forma de conduzir as condutas dos professores. Estas, conforme Katz e Mutz (2018), têm caráter de provocação permanente sobre as identidades docentes, buscando a produção de subjetividades a partir do uso de técnicas de poder educativas, políticas e jurídicas.

Por outro lado, como foco de interesse deste artigo, o mecanismo também coloca em funcionamento técnicas de poder que se servem de e produzem outros saberes, construindo uma relação recíproca entre técnicas e mecanismo para governar os sujeitos. Os mecanismos são como instrumentos que podem ser transportados de um dispositivo a outro, de um tipo de poder para outro, mesmo que sirvam a necessidades diferentes. Assim como o exame é um mecanismo da estratégia disciplinar que coloca técnicas em movimento e produz saberes úteis a essas práticas, a denúncia é o mecanismo da estratégia do Escola Sem Partido para colocar em ação técnicas educativo-políticas e jurídicas e, paralelamente, produzir saberes úteis a justificação das condutas da organização.

Chama igualmente a atenção a forma de apresentação das “denúncias” colhidas por esse meio, já que relatos escritos, extratos de postagens pessoais em redes sociais, gravações e filmagens de trechos de aulas são divulgados na página de abertura do *site*, expondo publicamente as pessoas (inclusive alunos) sem qualquer mediação. Cabe observar, a esse respeito, a dupla instrumentalidade dessa forma de exposição que, a título de defender direitos, reúne elementos que legitimam e autorizam a posição acusatória do Escola sem Partido, conferindo-lhe confiabilidade (especialmente nas esferas conservadoras, claro!), sobrepondo-o aos espaços e regras institucionais no âmbito dos quais as questões escolares deveriam ser tratadas, bem como intimidando e constringendo profissionais e alunos no âmbito escolar, ao propagar a ameaça da disseminação de práticas de registro clandestino e de divulgação pública das suas atividades e diálogos (ALGEBAILLE, 2017, p.68-69).

Assim, a denúncia tem função essencial dentro da estratégia escolhida pelo ESP por alguns motivos: a) em última análise, ela funciona como garantia de todas as proposições feitas pelo movimento; b) da mesma forma, fornece o material da crítica à doutrinação ideológica nas escolas. Assim, a denúncia funciona como uma maneira de fabricar as realidades que o Escola Sem Partido critica, mas também justifica, dentro de sua lógica própria, a necessidade da existência das propostas defendidas pela organização. Isso significa que a denúncia é produtora de saberes e criadora da condição de existência da qual o movimento se vale; poder-se-ia dizer que, sem esse mecanismo, o ESP não conseguiria sustentar seus argumentos de maneira eficaz.

O mecanismo da denúncia, no caso do ESP, opera através da naturalização de uma realidade específica – a suposta doutrinação ideológica – que sirva necessariamente a seus fins políticos de resistência ao avanço da esquerda no âmbito das instituições escolares. O incentivo à denúncia – o *site* do movimento fornece um passo a passo aos estudantes, disponibilizando modelos de petições judiciais e tutorial para gravação de uma aula, por exemplo – oferece ao Escola Sem Partido não apenas um material que justifique suas demandas contrárias ao que ele chama de hegemonia da doutrinação ideológica, mas recomendações que intentam alcançar a lisura do processo denunciante que asseguraria a proteção do próprio movimento, evitando publicar acusações pouco confiáveis ou mentirosas. O compromisso com certo grau de veracidade, assim, indica que o movimento se insere na disputa pelo verdadeiro, e é por esse ângulo que a denúncia é tão importante. Tal mecanismo oferece saberes que tornam verificáveis as afirmações da organização, de modo que ela possa advogar suas causas com o mínimo de fundamentação necessária para convencer ou, na pior das hipóteses, ameaçar os professores tidos como doutrinadores.

Com raciocínio circular, o ESP justifica sua existência pela necessidade de combate a uma situação de doutrinação generalizada que supostamente ocorreria na escola. Tendo em vista que não há como comprovar a existência dessa doutrinação de forma concreta (a não ser, é claro, pelos depoimentos que o próprio movimento estimula, gerencia e publica em seu *site*), o ESP argumenta que a inexistência de ações contra a doutrinação seria justamente o sintoma mais evidente de que a tal doutrinação é mesmo muito produtiva. Ou seja, segundo a organização, se não há provas da hegemonia de doutrinação é porque ela mascarou tão bem os fatos, enganou tão competentemente os estudantes e, por fim, conquistou tão habilmente as instituições de ensino responsáveis pela produção do conhecimento, que não se faz mais notar. Sintetizando, a ausência de provas corroboraria a existência do problema da doutrinação.

Autorizando ditos: usos da Ciência e vozes intelectuais

Esta pesquisa nos permitiu demarcar pelo menos dois aspectos que tornam significativo o mecanismo denunciado do ESP, permitindo-nos identificá-los como estratégias de condução das condutas dos sujeitos: 1) O fato de lançar mão de **especialistas** que estariam autorizados – como se os professores não o estivessem – a analisar o caso da suposta doutrinação ideológica; 2) o apelo aos métodos que tornam um conhecimento objetivo (conforme o modelo de veridicção inaugurado na Modernidade) como modo de opor a Ciência aos subjetivos **abusos da liberdade de ensinar** praticados pelos professores.

Segundo Foucault (1979), a constituição de práticas e de técnicas que visem o governo dos sujeitos implica a conquista do campo do verdadeiro. Basicamente, isso manifesta duas coisas: num sentido, que o exercício do poder demanda sempre certa produção de saberes que tornem possíveis as ações pretendidas; em outro sentido, que o próprio exercício do poder constrói – ele mesmo – outros saberes. No entanto, eles só podem ser considerados válidos ao serem legitimados enquanto conhecimentos, saberes verdadeiros.

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. **Cada sociedade tem seu regime de verdade**, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p.13, Grifo nosso).

Isso não ocorre sem motivo: em uma época na qual a vontade de verdade impera e a Ciência procura elucidar todos os fenômenos da realidade, o Escola Sem Partido precisa, mesmo que minimamente, respeitar os rituais da ciência pedagógica. Ele sente-se coagido, enfim, a pronunciar não apenas discursos inspirados nas regras do conhecimento científico, mas explicar-se toda vez que fugir de tais normas de operação e produção do verdadeiro.

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído [...] Enfim, creio que essa vontade de verdade apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos — estou sempre falando de nossa sociedade — uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Penso na maneira como a **literatura ocidental** teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também — em suma, no discurso verdadeiro (FOUCAULT, 2014, p.17, Grifo nosso).

É nesse contexto de legitimação do discurso proferido pelo movimento que os artigos publicados no *site* escolasempartido.org utilizaram-se da expressividade de determinados pensadores e autores reconhecidos na mídia brasileira e, ao mesmo tempo, buscaram constituir um conhecimento aceitável nos termos de um discurso pedagógico verdadeiro e científico.

No entanto, há a necessidade de contemporizar tal afirmação: no Brasil, como se sabe, a pedagogia é atravessada por diferentes discursos que emergem de campos de saber distintos da Educação. Mesmo que exista um corpo de especialistas que, sobretudo na Universidade, se dedica à reflexão rigorosa e apurada do tema, muitas vezes as mídias (jornais, revistas, a *Internet*, a televisão, etc) – e os atores que dela fazem parte – acabam por emitir juízos sem qualquer fundamentação no campo especializado. Assim, diferentemente de outras áreas mais protegidas do saber, como Medicina, Direito e Engenharia, por exemplo, a Educação não é tratada como um local de fala exclusiva dos especialistas, mas território que é seguidamente contestado por diferentes indivíduos ou grupos: políticos, jornalistas, escritores, economistas e administradores estão entre aqueles que constantemente se referem à Educação tendo como sustentação de seus ditos apenas a sua experiência da vida escolar. É claro que as mídias não compõem toda a cultura, mas os Estudos Culturais vêm mostrando que elas têm papel cada vez mais determinante na construção das identidades culturais contemporâneas.

O que nossa pesquisa permitiu verificar foi que o Escola Sem Partido se aproveita dessa fragilidade do discurso pedagógico brasileiro para utilizar como seus porta-vozes os mais diversos intelectuais liberais e conservadores, não necessariamente especialistas em educação. Com isso, busca constituir um conhecimento pedagógico fora da disciplina pedagógica, sendo produzido por autores sem qualquer formação na área (em sua maioria). Segundo o *corpus* documental, tudo isso só foi possível a partir da utilização dessas rachaduras e espaços no campo educativo brasileiro. Assim, o *corpus* acaba atravessado por todos esses ditos alienígenas e, de certa forma, nos termos foucaultianos, não consegue impor sua força discursiva através de sistemas eficientes de interdição e exclusão.

Para sermos mais exaustivos, poderíamos citar alguns autores que foram esses porta-vozes do Escola Sem Partido entre 2004 e 2014: Olavo de Carvalho, Onyx Lorenzoni, Nelson Lehmann da Silva, Reinaldo Azevedo, Fabio Lins, Luis Lopes Diniz Filho, Thomas Sowell, José Osvaldo de Meira Penna, Durval Lourenço Pereira Júnior, Augusto Araujo, Leandro Narloch, Carlos Alberto Sardenberg, Percival Puggina, Janaina Conceição Paschoal, Demétrio Magnoli, José Maria e Silva, Rodrigo Constantino, Luiz Felipe Pondé, Orley José da Silva, Miguel Nagib, entre outros. Nagib é o coordenador da organização e também é advogado e procurador do estado de São Paulo desde 1985, em Brasília-DF. Os demais se dividem entre escritores, jornalistas, juristas e cientistas das mais diversas áreas. Contudo, na impossibilidade de falar de cada um com a profundidade necessária, escolhemos alguns desses citados entre aqueles que tiveram mais textos utilizados no *site* do movimento.

Dessa forma, o primeiro autor que merece destaque é Olavo de Carvalho. Nascido em Campinas, São Paulo, Olavo Luiz Pimentel de Carvalho autodenomina-se filósofo, escritor, jornalista e conferencista. De fato, o intelectual possui registro de jornalista profissional por tempo de serviço, mas não possui nenhuma formação em nível superior reconhecida. A justificativa é, no mínimo, curiosa. Segundo seu currículo:

Desde muito jovem iniciou seus estudos de filosofia, psicologia e religiões comparadas. Não tendo encontrado, na época, **cursos universitários de boa qualidade** sobre os tópicos que eram de seu interesse [...] abdicou temporariamente dos estudos universitários formais e buscou professores particulares e conselheiros qualificados que o orientassem. [Eles foram] merecedores de sua mais profunda gratidão, por lhe haverem dado acesso a **uma**

formação que jamais poderia adquirir numa universidade brasileira⁶¹ (CARVALHO, 2017, Grifo nosso).

Carvalho (2017) cita intelectuais que teriam lhe orientado em seus estudos: dois filólogos, três eruditos, um esoterista, um religioso, um físico e um psicólogo. Alguns autores contemplam mais de uma categoria mencionada, mas isso é quase irrelevante diante do principal, que corrobora muito bem o que grifamos na citação última: de todos os autores, nenhum é brasileiro. Daí a justificativa da ausência de formação acadêmica dada pelo autor – a universidade brasileira e seus membros não estariam num nível razoável e, portanto, o fato de não possuir um diploma se transforma, no discurso dele, em um mérito, não sendo uma deficiência. Entretanto, é preciso sublinhar que a tentativa do autor de explicar sua posição de erudito sem um suporte institucional só reforça a potência dos discursos científicos e suas ferramentas – entre elas, a instituição universitária. “É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (FOUCAULT, 2014, p.34). Ou seja, diante do conhecimento produzido pelo autor, a própria necessidade de justificar a ausência do estatuto institucional fez com que o Olavo de Carvalho evidenciasse ainda mais a relação estreita entre a vontade de verdade e seus aparelhos de legitimação em uma sociedade como a nossa. Mesmo querendo estar **fora** do mundo acadêmico e científico brasileiro, Carvalho precisou esclarecer porque isso não seria, na sua visão, um problema, o que acaba, finalmente, por reforçar a centralidade do conhecimento acadêmico institucionalizado.

A retórica usada pelo autor é muito parecida com a do próprio Escola Sem Partido. Para ele, também é preciso construir suas teses sobre algumas bases exigidas pelo discurso científico hegemônico, mesmo quando o movimento tenta se contrapor a essa situação. A força de uma vontade de verdade – para usar uma expressão de Foucault (2014) – fica cada vez mais nítida conforme se percebe que, mesmo quando se quer estar fora de um discurso científico, necessita-se explicar essa ausência e produzir saberes que possam lutar no lugar desse estatuto fornecido pelos títulos acadêmicos.

Diferentemente de Olavo de Carvalho, outros autores têm os títulos que lhes garantiriam a autoridade de serem porta-vozes do movimento. O fato de diversos artigos da organização mencionarem a formação acadêmica desses intelectuais

⁶¹Disponível em: <<http://wppress.olavodecarvalho.org/wp-content/uploads/2017/06/Olavo-de-Carvalho-Curr%C3%ADculo.pdf>>. Acessado em: 18. Nov. 2017.

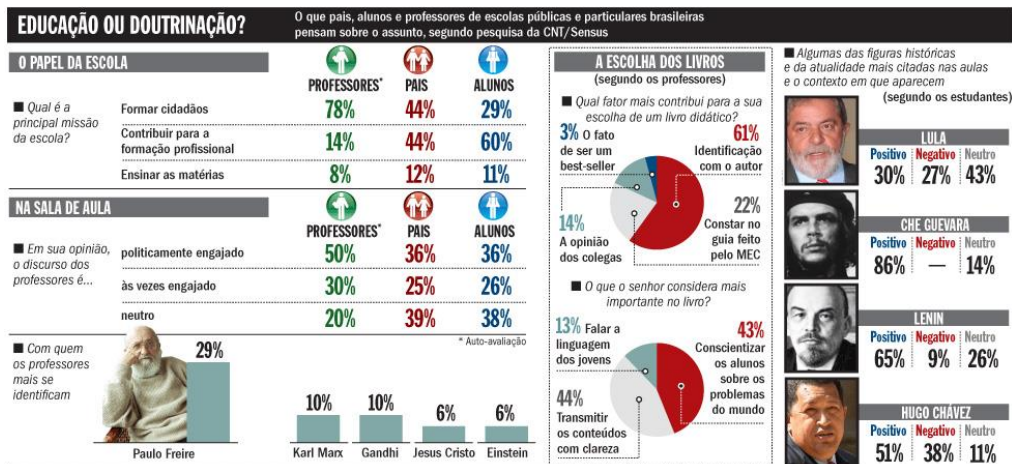
demonstra novamente como ela é valorizada pelo ESP. É o caso de Reinaldo Azevedo, formado em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo e, por muito tempo, colunista da *Revista Veja*. Outro exemplo é o de Rodrigo Constantino, graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) com *Master of Business Administration* (MBA) em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) do Rio de Janeiro e que também foi colunista da *Veja*. Ambos são expoentes da direita liberal e foram constantemente citados no *site* do Escola Sem Partido. O primeiro, inclusive, era o autor com mais artigos do sítio, com 17 textos publicados. Em segundo lugar, em 2014, estava Olavo de Carvalho, com 13 artigos.

Com esses dois autores, a despeito da titulação ou do respaldo acadêmico, o movimento parece querer antes de tudo aproveitar o prestígio que ambos já angariavam com certa parcela da sociedade. Mesmo que quisesse passar como indiferente ao campo especializado da educação, o ESP poderia estar tentando compensar as suas deficiências teóricas e de dados com a utilização de porta-vozes reconhecidos. O autor funcionaria, assim, como forma de contornar a pedagogia (disciplina) e o campo de pesquisas da educação (sustentado pela instituição universitária) e apareceria “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2014, p.25).

Além disso, os próprios autores não são tomados como única medida para garantir a veracidade do discurso pronunciado pelo Escola Sem Partido. Como já anunciamos, também foi possível verificar um segundo aspecto relativo ao **mecanismo da denúncia**, estabelecido pelo movimento. Referimo-nos, aqui, ao uso de recursos **científicos** que permitem ao ESP tomar certos conhecimentos e revesti-los de um caráter científico, quer seja pelo uso da estatística e da matemática, por exemplo, ou ainda por meio do apelo à racionalidade em oposição à subjetividade inerente ao exercício docente.

Vejamos o caso do uso que o ESP faz de uma pesquisa realizada, segundo o movimento, pelo Instituto *Sensus*, vinculado a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), a pedido da *Revista Veja*.

Quadro 1 – Demonstrativo com dados da pesquisa encomendada pela *Revista Veja* ao Instituto *Sensus/CNT*



Fonte: Escola Sem Partido. Disponível em <<http://www.escolasempartido.org/faq>>. Acessado em: 18 Nov. 2017.

O Quadro 1 aparece em pelo menos dois artigos analisados no conjunto de materiais empíricos desta pesquisa. Nas duas descrições, no entanto, há algumas diferenças interessantes. Na aba FAQ⁶² do *website* original do movimento, afirma-se que, “segundo pesquisa realizada pelo Instituto *Sensus* [...], a imensa maioria dos professores (78%) acredita que a principal missão da escola é ‘despertar a consciência crítica dos alunos’” (ESP, IDE 004, 2016)⁶³. Na aba FAQ do *site* do Escola Sem Partido, dedicada apenas à propagação dos projetos de leis do movimento, há a seguinte análise do quadro: “Segundo pesquisa realizada pelo Instituto *Sensus* em 2008, 80% dos professores reconhecem que o seu discurso em sala de aula é ‘politicamente engajado’ [...] Esses números corroboram a percepção de muitos alunos e ex-alunos, que se reconhecem como vítimas da doutrinação política e ideológica em sala de aula” (ESP, IDE 006, 2016).

Deixando de lado as distorções na interpretação do Quadro 1, pode-se ainda ressaltar que, apesar de não ser muito explorado, ele é utilizado pelo ESP com o objetivo de convencer a população em geral, de uma vez por todas, de que a doutrinação ideológica existe e é um problema real a ser enfrentado. Trata-se de

⁶² *Frequently Asked Questions*.

⁶³ Todas as referências às fontes estão acompanhadas dos seus respectivos códigos de identificação no *corpus* documental. Há duas categorias de documentos, os quais estão discriminados por IDE (para categoria 1) CON (para categoria 2) e o número do documento (1 ao 127 na Cat. 1, e 1 ao 14 para a Cat. 2).

ferramenta muito importante, tendo em vista que foi sob o argumento da existência da doutrinação e no fato de ela ser hegemônica que o Escola Sem Partido sustentou suas teses e sua função de resistência, como mencionamos anteriormente.

Ademais, é bastante revelador o modo como a imagem transmite uma mensagem (deixamos claro que não nos baseamos em nenhuma análise semiótica para fazer tal afirmação). Para representar seu conteúdo, mesmo que seus dados não sejam tão expressivos, o autor do artefato faz uma seleção de figuras marcantes da esquerda latino-americana, brasileira e mundial, uma após a outra. Evidentemente, Paulo Freire, Lênin, Lula, Che Guevara e Hugo Chávez não foram escolhidos ao acaso. As estatísticas, enquanto tecnologias de governo que têm sua história nas raízes do Estado Moderno, “[...] operam duplamente: por um lado, conduzem à tomada de decisão para intervir; por outro, pelo discurso numérico, expressam os efeitos das intervenções propostas” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p.145), acabando por inspirar a utilização das informações no contexto da montagem do Quadro 1.

Nesse sentido, a própria escolha das cores e disposição dos dados que o compõem é curiosa. Nos dois gráficos, por exemplo – os quais mostram o que é mais importante para um professor na hora da escolha do livro didático –, os dados que mostram a prevalência pela conscientização dos alunos para os problemas mundiais e a transmissão dos conteúdos com clareza são praticamente iguais, 43% e 44%, respectivamente. Contudo, os 44% de valorização da transmissão do conteúdo são apresentados em tons de cinza, enquanto os 43% de professores que valorizavam a conscientização (entendida como doutrinação de esquerda) aparecem em vermelho.

Em síntese, as escolhas feitas no modo como as informações são organizadas, bem como a disposição das imagens que acompanham os números, têm por objetivo transmitir determinada mensagem, qual seja: os dados devem mostrar, naquele contexto, que o problema da doutrinação existe e, por conta disso, deve ser combatido. Nessa tarefa de conscientização sobre o problema, vale, inclusive, a interpretação parcial das informações – como a organização fez.

Poder-se-ia estender o trabalho analítico muito mais longe, percebendo não apenas dados ligados a esse quadro, mas questionando os próprios textos do movimento com o mesmo caráter crítico. Porém, esse não é o objeto central deste artigo: para os fins de descrição do **mecanismo da denúncia**, portanto, basta mostrar como o Quadro 1 exemplifica a tentativa de construção de um conhecimento digno de ser considerado verdadeiro. Tudo faz parte de uma estratégia de convencimento de que as teses do ESP não apenas são justas, mas necessárias.

Outro fator interessante que emergiu na análise e que também permite que o Escola Sem Partido tente se legitimar como discurso verdadeiro foi a iniciativa de

defender a indispensabilidade de uma objetividade científica na prática pedagógica dos professores. Essa objetividade exigida pelo movimento seria uma forma de responder às acusações de que ele defenderia a neutralidade do professor, quando na realidade, segundo suas palavras, esse seria um argumento falacioso de seus opositores.

Afinal, existe neutralidade ideológica? A objetividade científica não é um mito? A justificativa-padrão utilizada pelos promotores da doutrinação ideológica nas escolas é a de que “não existe imparcialidade”, já que “todo mundo tem um lado”. Para os professores e autores militantes, isto resolve o problema, pois, se não existe neutralidade, cada um que cuide de “puxar a brasa para a sua sardinha”. A dose de má-fé embutida nesse raciocínio é extraordinária. O fato de o conhecimento ser vulnerável à distorção ideológica – o que é uma realidade inegável, sobretudo no campo das ciências sociais – deveria servir de alerta para que os educadores adotassem as precauções metodológicas necessárias para reduzir a distorção. Em vez disso, a militância utiliza esse fato como salvo conduto para a doutrinação (ESP, IDE 004, 2016).

A objetividade científica é a resposta dada pelo Escola Sem Partido na impossibilidade de exigir dos professores a neutralidade de suas práticas. Com isso, ele escapa de exigir dos docentes algo que eles não poderiam cumprir: eis a importância desse argumento. Segundo o ESP, o cientista, mesmo quando admite não poder deixar de se posicionar politicamente quanto à pesquisa, faz valer o imperativo ético de não confundir essa impossibilidade com a liberdade de propagandear e defender apenas aquilo que já acredita nos seus resultados.

Temos, então, um paralelo interessante: enquanto o pesquisador utiliza métodos reconhecidos para afastar os resultados de sua ciência da subjetividade, igualmente o professor deveria utilizar práticas pedagógicas que oportunizem o ensino livre da suposta doutrinação. Há, portanto, uma argumentação muito bem amarrada para que o professor não possa negar a dose de má fé quando decide pronunciar seus ideais em caráter de convencimento em sala de aula.

O limite da prática docente estaria determinado por uma objetividade científica inspirada naquela que o cientista tem com seu objeto: nisso, consiste a tal **liberdade de ensinar** – defendida pela organização. Diferente da liberdade de expressão, a liberdade de ensinar na verdade exige o cumprimento de um currículo. Portanto, o currículo obrigatório, a vontade de verdade e os procedimentos metodológicos de uma pesquisa científica deveriam ser os elementos a prevalecer

sobre a ideologia do professor e a subjetividade do pesquisador, respectivamente. Retomando a questão da objetividade científica, observa-se o Escola Sem Partido tentar utilizar tais justificativas criadas pela ideia de objetividade científica e pela liberdade de ensinar razoável para aproximar-se da legitimação oferecida pelo discurso científico, como citado anteriormente (ESP, IDE 004, 2016).

Considerações finais

Em síntese, vale destacar que, para o Escola Sem Partido, não basta apenas criticar a doutrinação e dizer o verdadeiro num espaço selvagem, como explicamos há pouco. É preciso colar-se (mesmo que minimamente) a um campo de saber, a uma disciplina, requisitar uma legitimação dada por uma instituição universitária e, na sua ausência, no caso do ESP, se aproveitar do prestígio previamente consolidado por certo número de autores. Essa seria a etapa final do **mecanismo da denúncia**, iniciado com o incentivo de narrativas sobre a doutrinação, a convocação de alguns instauradores discursivos (os autores) e a construção de um conhecimento verdadeiro. Tudo isso, no fim das contas, para aproximar as enunciações do ESP dos discursos científicos reinantes de nossa época.

Dito de outro modo, vimos que o ESP busca garantir a solidez das suas proposições junto à população através da utilização de certo número de procedimentos que, de uma forma ou de outra, querem validar o que a organização propagandeia. Em geral, tais saberes desejam construir a ideia de que a educação brasileira (a escolar, sobretudo) está infestada da mais intensa doutrinação ideológica e que essa prática é realizada hegemonicamente pelos setores da esquerda política. Para angariar apoiadores e sustentar as afirmações mencionadas, o Escola Sem Partido usa da reputação de autores conhecidos na mídia nacional, apoiando-se nos textos por eles escritos para comprovar suas teses. Além disso, o movimento também se mostra como representante de uma objetividade científica a ser aplicada na educação. Quando não consegue se aproveitar do discurso científico, o ESP adota a posição antissistema, questionando a seriedade da produção acadêmica contemporânea, supostamente contaminada pelos ideais esquerdistas.

Cabe dizer, enfim, que a investigação descreveu a forma como o Escola Sem Partido opera na formação de um discurso voltado para o convencimento de que existiria uma suposta hegemonia da doutrinação ideológica nas escolas brasileiras - quase sempre de esquerda. Ao fabricar essa realidade utilizando-se do **mecanismo da denúncia**, o ESP visou legitimar sua existência e seus ditos, sempre com vistas a

investir sobre as identidades docentes contemporâneas. No contexto geral das investidas de poder lançadas pelo movimento, como demonstramos aqui, o **mecanismo da denúncia** é parte fundamental, imprescindível.

As pesquisas futuras poderiam avançar no sentido de compreender quais foram as transformações que marcaram o movimento Escola Sem Partido após 2014, quando passou a utilizar com mais intensidade as redes sociais para divulgar suas teses. Seria interessante perguntar, então, quais os efeitos dessa mudança de plataforma de divulgação? Será que ela, ao oportunizar a publicação de mais denúncias, não acabou tornando desnecessário o uso das vozes de autores consagrados pela mídia? Em que dimensão tal fenômeno se relaciona com o fato de o conservadorismo antissistema ter adquirido mais força em nossa sociedade nos últimos anos? Essas são algumas provocações aos que futuramente irão se debruçar sobre tais intentos de poder acerca da identidade docente, as quais são impossíveis de se ignorar.

SCIENCE, AUTHORSHIP AND TRUTH IN STATEMENTS OF THE MOVEMENT 'ESCOLA SEM PARTIDO': THE MECHANISM OF DENOUNCEMENT

ABSTRACT: *The movement Escola Sem Partido has become known in recent years, in Brazil, for launching successive attacks of power against the teaching category. For such an undertaking, it was necessary, among other actions, to create a set of knowledges which gave them certain legitimacy in the field of Education. In this paper, we analyzed from the theoretical reference from the Cultural Studies and inspired by the ideas of Michel Foucault, what we named as the **denouncement mechanism**, a strategy established in order to represent the movement as true and necessary to our time. The empirical material selected for this research consisted of 127 articles taken from the site escolasempartido.org. The investigation allowed us to verify the way Escola Sem Partido operates in the construction of discourse which points to a supposed hegemony of ideological indoctrination in schools, engaging in a dispute for truth in a process in which it rivaled even the academic literature itself.*

KEYWORDS: Escola Sem Partido. Denouncement. Truth. Power. Science.

CIENCIA, AUTORES Y VERDAD EN LOS DICTOS DEL MOVIMIENTO ESCOLA SEM PARTIDO: EL MECANISMO DE DENUNCIA

RESUMEN: *El movimiento Escola Sem Partido (Escuela sin partido) se hizo notable en los últimos años, en Brasil, por lanzar sucesivas investidas de poder sobre la categoría de*

enseñanza. Para tal proyecto fue necesario, entre otras acciones, fabricar un conjunto de conocimientos que le diera cierta legitimidad en el campo de la Educación. En este artículo, analizamos, a partir de la referencia teórica proveniente de Estudios Culturales e inspirados por el pensamiento de Michel Foucault, lo que llamamos como un mecanismo de denuncia: estrategia establecida para representar el movimiento como verdadero y necesario para nuestro tiempo. El material empírico seleccionado para esta investigación consistió en 127 artículos tomados del sitio escolasempartido.org. La investigación nos permitió verificar el modo en que opera la Escola Sem Partido en la construcción del discurso que apunta para una supuesta hegemonía del adoctrinamiento ideológico en las escuelas, envolviéndose en una disputa por la verdad en un proceso en el que incluso rivalizaba con la propia literatura académica educacional.

PALABRAS CLAVE: Escola Sem Partido. Denuncia. Verdad. Poder. Ciencia.

Referências

ALGEBAIL, E. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017. p.63-74.

CARVALHO, O. **Currículo Vitae.** (2017). Disponível em <http://wpres.olavodecarvalho.org/wp-content/uploads/2017/06/Olavo-de-Carvalho-Curr%C3%ADculo.pdf>>. Acessado em: 26 Nov. 2019

ESCOLA SEM PARTIDO. **FAQ (IDE 004).** 2016. Disponível em:<<http://escolasempartido.org/planeje-sua-denuncia>>. Acessado em: 14 Nov. 2016.

_____. **FAQ Programa Escola Sem Partido (IDE 006).** 2016. Disponível em:<<http://www.programaescolasempartido.org/FAQs>>. Acessado em: 26 Jul. 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: ed. 24, Edições Loyola, 2014.

KATZ, E. P; MUTZ, A. S. C. Escola sem partido: uma análise das investidas de poder sobre as identidades docentes. **Rev. Teoria e Prática da Educação,** Maringá, v. 21, n.2, p.131-143, 2018. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45393>>. Acessado em: 28 Dez. 2018.

TRAVERSINI, C. S.; BELLO, S. E. L. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, 2009.

Recebido em 11/02/2018.

Aprovado em 01/05/2019.

Resenhas

O OFÍCIO COMBATIVO DE SOCIÓLOGO⁶⁴

Gabriel PETERS*

Questões de Sociologia veio a lume em 1980, um ano antes de Bourdieu ser institucionalmente consagrado com uma cátedra no *Collège de France*. Tal consagração acadêmica vinha pouco após o autor concluir seu extraordinário labor sociológico da década de 1970, com a publicação de uma radiografia da sociedade de classes francesa: *A Distinção* [1979], livro que muitos viriam a considerar sua obra-prima. Como uma compilação de palestras e entrevistas dirigidas a audiências de não sociólogos e, por vezes, de não acadêmicos, *Questões de Sociologia* (doravante, *QS*) inaugura um estilo de publicação que seria repetido com sucesso editorial em obras como *Coisas Ditas* [1987] e *Razões Práticas* [1994]. Valiosas portas de acesso didático às ideias de Bourdieu, tais livros veiculam seus *insights* sociológicos em uma prosa bem mais acessível do que os períodos barrocos que estofam outros tantos de seus trabalhos.

Na forma pedagógica de palestras a não especialistas, assim como na roupagem mais assistemática de réplicas a entrevistadores, desponta em *QS* o quadro inteiro de princípios epistemológicos da sociologia de Bourdieu: uma teoria da prática fundada na prática da teoria e, portanto, na fertilização recíproca entre as reflexões conceituais mais gerais e as operações mais mundanas da pesquisa empírica (p.ex., “ler as estatísticas de consumo de pijamas pensando em Kant” [p.41]); a tentativa de superação da dicotomia entre objetivismo e subjetivismo como modos de conhecimento do social, calcada na hipótese de uma dialética entre a objetividade e a subjetividade do *socius*, tomado assim como produto do encontro (concordante ou

⁶⁴ Resenha da obra: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Petrópolis: 2019.

* UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife – PE – Brasil. 50670-901 - gabrielpeters@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0595-2663>.

discordante) entre dois estados da história (“a história feita coisa e a história feita corpo” [p.74]); o *habitus* como ferramenta analítica mediadora pela qual pode-se tratar tanto da produção dos agentes pela sociedade, quanto da (re)produção da sociedade pelos agentes; uma concepção *topológica* das formações sociais como espaços objetivos de posições de classe baseadas na distribuição desigual de recursos materiais e imateriais de poder, i.e., de modalidades diversas de *capital*, como posses econômicas ou competências educacionais socialmente valorizadas; uma teoria dos *campos* como microcosmos relativamente autônomos de disputa animada por tipos específicos de interesse ou *illusio*; uma defesa de que os instrumentos de conhecimento que a sociologia mobiliza para tratar do mundo social sejam utilizados na elucidação da própria sociologia, elucidação que serve ao refinamento de suas ferramentas metodológicas (p.ex., graças ao saber sociológico sobre “relações de dominação linguística”, as posições diferenciais que pesquisador e pesquisados ocupam em um “mercado linguístico” são tomadas como variáveis intervenientes no curso de entrevistas e outras “situações de pesquisa” [p.123]).

Pedindo desculpas de antemão pelo esquematismo injusto, arrisquemos, então, um mapeamento do percurso temático do livro. Os três primeiros capítulos (p.13-60) enfrentam, com a coragem de um sociólogo que (como Weber) fazia ciência para saber quanta verdade podia suportar, os formidáveis obstáculos epistemológicos e políticos que o conhecimento sociológico encontra, não apenas na sua produção, como também na sua difusão dentro e fora da academia. Bourdieu carrega tanto nas tintas que chega, por vezes, às raias de uma contradição performativa, produzindo uma obra de divulgação da sociologia que insiste nas condições de impossibilidade dessa divulgação. Se a sociologia se constrói a partir de uma ruptura epistêmica com crenças e vocabulários de senso comum, o que inclui o “senso comum douto” de campos particulares de produção simbólica (p.ex., a arte ou jornalismo), a expressão do conhecimento sociológico em linguagem menos técnica corre o risco de se impregnar, uma vez mais dos mesmos erros epistemológicos contra os quais tal conhecimento se erigiu (p.ex., a tendência a um pensamento mais substancialista do que relacional). Ademais, na medida em que descortina os mecanismos sociossimbólicos de naturalização de relações de dominação, uma sociologia como a de Bourdieu inevitavelmente esbarrará nos *interesses estratégicos* dos agentes mais favorecidos por tais assimetrias de poder. E, de maneira mais geral, ao revelar alguns dos fatos mais desconfortáveis acerca do mundo social, tais quais os interesses competitivos que animam microcosmos aparentemente “encantados”, como a arte e a religião, o discurso sociológico gera fortes *resistências* de cunho existencial, similares àquelas que Freud descreveu a respeito da psicanálise.

Os capítulos 4, 5 e 6 (p.61-83) tratam da indispensabilidade de uma ciência social *reflexiva*, disposta a aplicar ao entendimento de suas próprias condições sócio-históricas de feitura as ferramentas de objetivação que ela mobiliza no estudo de outros fenômenos. Longe de desembocar em um enfraquecimento das pretensões do discurso sociológico à cientificidade, a sociologia da sociologia constituiria uma atualização propriamente científica da tarefa kantiana da *crítica*, através da qual o saber, ao interrogar-se sobre seus pressupostos e limites, finca com mais segurança no chão epistêmico os alicerces de sua validade. Ostensivamente voltado ao confronto entre “realistas” e “construtivistas” no que toca à existência de classes sociais, o capítulo 7 (p.84-91) mostra que a síntese crítica entre objetivismo e subjetivismo é inseparável de uma articulação da problemática “sociológica” da luta de classes às preocupações “etnológicas” com “formas de classificação”. Os “princípios de divisão” em função dos quais os indivíduos estão posicionados em classes objetivas de condições sociais de existência, averiguáveis mediante os índices estatísticos tradicionais das abordagens objetivistas, se traduzem, via socialização, nos “princípios de visão” pelos quais os agentes socializados classificam uns aos outros, princípios cuja compreensão demanda métodos qualitativos como a etnografia e a entrevista. Se Bourdieu se inspirou em Durkheim e Mauss para fazer uma sociologia de tais “formas de classificação” cognitiva e avaliativa, a novidade da perspectiva bourdieusiana não deriva somente de sua ousadia em aplicar o teorema da correspondência entre estruturas sociais e estruturas simbólicas à sociedade moderna de classes. Ela também envolve trazer ao “kantianismo sociológico” de matriz durkheimiana uma sensibilidade agonística e conflitual *à la* Marx ou Weber, voltada ao papel ideológico das formas simbólicas na reprodução histórica de assimetrias de poder e relações de dominação. Os esquemas mentais socialmente partilhados pelos quais os agentes dão inteligibilidade ao mundo, na medida em que constituem a versão interiorizada das estruturas sociais objetivas em que estão imersos, contribuem para a *legitimação* de tais estruturas, ao garantir que elas sejam percebidas e vivenciadas como a ordem natural e autoevidente das coisas, tanto por dominantes quanto por dominados.

Eis o núcleo de uma sociologia dos sistemas simbólicos voltada ao entrelaçamento entre suas funções de *conhecimento*, *comunicação* e *dominação*. Dedicados à economia das trocas linguísticas, os capítulos 8 (p.92-108) e 10 (p.116-131) são ilustrações desse programa analítico mais geral, o qual também é aplicável, *mutatis mutandis*, à arte, à religião, ao mito, à ciência etc. Ambos os capítulos também abrigam esclarecimentos importantes quanto à teoria do *habitus*, i.e., das disposições duráveis de pensamento, sentimento e ação que os agentes adquirem ao longo de sua socialização e que lhes servem como matrizes práticas pelas quais eles respondem às

situações que encontram no mundo social. Diferentemente dos “hábitos” tomados como séries de comportamentos repetidos (p.126-130), o *habitus* é uma matriz geradora com base na qual os agentes socializados podem responder, de maneira relativamente versátil e adaptativa, às demandas práticas variadas de seus cenários de experiência. Como um conjunto de *potenciais* a agir, pensar, sentir de tais ou quais formas, as disposições do *habitus*, inculcadas em uma trajetória de socialização *passada*, só se atualizam quando engatilhadas pelos estímulos de um contexto *presente* de ação.

Mesmo quando o cenário imediato de ação é uma microssituação, a história incorporada nas disposições de conduta que os agentes trazem ao mesmo cenário introduz nele fatores causais de ordem macroestrutural. Por exemplo, as diferenças de manejo da língua na mais breve conversa entre “um patrão e sua empregada doméstica” (p.122) atualizam, em situação, uma história estrutural de privilégios e restrições educacionais oriundas de posições objetivas de classe que transcendem aquela microssituação. Ademais, para além dos contextos em que o *habitus* opera nos mesmos âmbitos socioestruturais nos quais foi constituído, contribuindo assim para a reprodução histórica das estruturas sociais que lhe deram origem, Bourdieu reconhece também a existência de “toda sorte de efeitos de histerese (de atraso, de defasagem, dos quais o exemplo por excelência é Dom Quixote)” (p.129). O autor argumenta que, quando as disposições duráveis de um *habitus* são bloqueadas por um contexto estrutural de ação, em relação ao qual tais disposições estão descompassadas, o efeito de ser “continuamente contrariado pela situação” pode aparecer na forma psíquica de “forças explosivas” como o “ressentimento” (Ibid.). Lançada *en passant*, a passagem encerra todo um conjunto de sugestões para uma teoria das condições motivacionais de possibilidade de movimentos pela mudança social, sugestões que seriam parcialmente reaproveitadas na análise do Maio de 68 em *Homo Academicus* [1984].

O capítulo 11 (p.132-136) pode ser lido como preâmbulo analítico ao pequeno livro de Bourdieu sobre “*A ontologia política de Martin Heidegger*” [1988], na medida em que veicula um postulado central à sua teoria dos campos de produção simbólica. Graças à autonomia relativa de um campo de produção cultural, quaisquer influências exteriores à sua dinâmica só se exercem nele se submetidas a um efeito de tradução ou “refração”. Citando Heidegger apenas em uma nota de rodapé ao final (p.136), Bourdieu apresenta, em linguagem tomada de empréstimo a Freud, uma teoria da obra cultural como uma “formação de compromisso” entre o interesse expressivo do seu produtor, de um lado, e as censuras a ele impostas pela estrutura do campo em que a obra é produzida, de outro (p.132). Eis a grade interpretativa pela qual Bourdieu mostraria que Heidegger, embora de fato partilhasse de diversas visões políticas

encampadas pelos ideólogos da “revolução conservadora” da Alemanha dos anos de 1920 e 1930, submetida essas visões às eufemizações simbólicas e transmutações linguísticas necessárias para que elas fossem legitimamente veiculadas no campo filosófico.

Em vez de preâmbulos analíticos a investigações substantivas, os textos seguintes ilustram a fecundidade dos princípios teóricos mais gerais da sociologia de Bourdieu para o mergulho em tópicos específicos, como a juventude e os conflitos geracionais (p.137-147), as condições sociais do amor “puro” da música (p.148-153), as dinâmicas transformadoras dos gostos (p.154-164), o esporte como campo profissional e gosto de classe (p.165-185) e a moda como uma forma social moderna de magia (p.186-195). O capítulo 17 (p.196-209) mostra Bourdieu nos seus humores sociológicos mais implacáveis, despregando a associação comum entre determinismos sociais e *homogeneização* dos indivíduos mediante uma análise dos determinantes sócio-históricos que produzem os inventores mais singulares e revolucionários (p.ex., Flaubert): “o *habitus*, que é de antemão (mais ou menos completamente) feito para a posição (por causa dos mecanismos que determinam a vocação e a cooptação) e feito pela posição, contribui para *fazer* a posição. (...) Há aqueles que são feitos para apoderar-se das posições feitas e aqueles que são feitos para fazer novas posições” (p. 200). Quem acha que a passagem citada é somente um jogo repetitivo de palavras, fará bem em ler o texto inteiro, cujas ideias contêm *in nuce* as lições analíticas d’*As regras da arte* [1992].

Devido à influência precoce que os estudos de Bourdieu sobre o sistema educacional exerceram em vários de seus leitores, muitos deles não atinaram com o fato de que a sociologia bourdieusiana da educação era um capítulo particular de um programa de pesquisa mais abrangente e multidimensional sobre as *intersecções entre cultura e poder*. “O racismo da inteligência”, capítulo contundente que encerra *QS* (p. 248-251), exhibe didaticamente tal conexão interna à *oeuvre* de Bourdieu. Ao mostrar que “sucessos” e “fracassos” educacionais comumente explicados pela referência a dons naturais derivavam, em vez disso, de desigualdades de distribuição de capital cultural oriundas de socializações de classe, a sociologia da educação de Bourdieu deparou com um princípio de legitimação do poder que opera para muito além da escola: a transmutação simbólico-ideológica de desigualdades arbitrárias (p.ex., a classe social da família em que se nasce) em diferenças percebidas de *natureza* (p.ex., elegância *versus* deselegância no falar). Nesse sentido, o que poderia soar como provocação exagerada no título do texto justifica-se em bases estritamente conceituais, uma vez que a naturalização ideológica espúria de diferenças sócio-históricas é o mecanismo mesmo em operação no racismo.

Uma sociologia do poder simbólico significa, de resto, uma grade de análise das precondições socioculturais de participação na vida política. Escritos antes que Bourdieu enveredasse por uma sociologia histórica e uma teoria das funções simbólicas do estado, os capítulos 18, 19 e 20 (p. 210-247) mostram como os ensinamentos de sua teoria agonística da cultura colocam em xeque uns tantos pressupostos tidos por óbvios tanto pelo senso comum tecnocrata quanto pela ciência política *mainstream*. A sociologia política de Bourdieu dirige ao *homo politicus*, i.e., à concepção de “cidadão” tomada por autoevidente em democracias liberais como a francesa, uma crítica historicizante similar àquela que sua sociologia econômica opôs ao universalismo espúrio da figura conceitual do *homo oeconomicus*. Tal como havia mostrado que a participação eficaz em uma economia capitalista depende da posse de competências culturais aprendidas, Bourdieu sustenta que a participação “cidadã” em regimes democráticos (p.ex., na expressão pública de opiniões políticas) também depende de competências desigualmente distribuídas e reconhecidas no espaço social. Eis a razão pela qual o sociólogo francês atribui uma significação política das maiores a um fato que outros considerariam “insignificante” (p.235): as *ausências de resposta* em pesquisas de “opinião pública”. Proferir uma opinião política na arena pública não consiste em uma atividade efetivamente aberta a todas as pessoas, mas em algo que depende tanto de uma competência cultural socialmente reconhecida, quanto do sentimento subjetivo de que se está de posse de tal competência, ambos desigualmente distribuídos ao longo de linhas de gênero, categoria socioprofissional, nível de instrução educacional e origem geográfica (p.224-225).

Deixei para os finalmentes meu texto predileto de *QS*: a joia que vai pelo título desprezioso “Algumas propriedades dos campos” (p. 109-115). Trata-se da mais acessível introdução à teoria dos campos oriunda da pena do próprio Bourdieu, como que feita sob medida para recém-chegados à sua obra. De maneira condensada, porém inteligível, lá estão os postulados nucleares da teoria: a definição do campo como um espaço estruturado de posições baseadas em uma distribuição desigual de um capital simbólico específico, o qual é tanto meio quanto fim das disputas que lá ocorrem; a ideia de *illusio* como um tipo particular de interesse nos bens pelos quais se compete naquele cenário, termo que remete à especificidade do “jogo” (*ludus*) como uma “ilusão”, no sentido de que os interesses que movem um campo parecem ilusórios ou ininteligíveis para agentes socialmente predispostos a se interessar por outros jogos (p.ex., o jogo do empresário é a manifestação mesma da pobreza de espírito para o professor de literatura, cuja atividade é, por seu turno, desprezada como masturbação verbal inútil pelo empresário); uma divisão estrutural e dinâmica, fundada na acumulação de graus desiguais do capital específico, entre agentes *dominantes* e

dominados no campo; um programa de análise de obras culturais (tratados filosóficos, romances, pinturas etc.) a partir dos vínculos condicionantes entre posições estruturais e “tomadas de posição”, os quais ajudam a explicar os confrontos entre perspectivas *ortodoxas* orientadas à manutenção do *status quo* e perspectivas *heterodoxas* que questionam os princípios vigentes de distribuição do capital específico; a ideia de que umas e outras pressupõem uma *doxa* partilhada sem a qual o campo mesmo não poderia existir, “a base das crenças últimas sobre as quais repousa todo o jogo” (p. 112), como aquelas concernentes à realidade do objeto disputado (p.ex., a verdade científica ou a beleza artística) e ao seu valor (p.ex., o senso, compartilhado com pares-rivais, de que vale a pena “desinteressar-se” de recompensas econômicas em prol do engajamento com a ciência ou a arte).

Em uma obra tão ciente das dificuldades interpostas à difusão do saber sociológico, não poderia faltar, afinal, uma discussão sobre “determinismo”. Na medida em que, “como toda ciência”, “a sociologia aceita o princípio do determinismo” (p.45) e põe-se a “descobrir a necessidade...lá onde ela se encontre”, “é natural que a ciência social tanto mais atraia a culpa pelo ‘determinismo’ quanto mais avançada ela for” (p.46). Acaso isto significa que a sociologia tem a oferecer aos seus membros apenas um resignado “reconhecimento da necessidade”? Não: a conscientização que a sociologia promove acerca das determinações sociais que pesam sobre a conduta dos agentes oferece a chance de um *ganho de liberdade* quanto às mesmas determinações. Como teórico de processos sociais nos quais circunstâncias históricas contingentes terminam por ser percebidas como naturais, Bourdieu é o primeiro a lembrar que trazer à luz tais mecanismos ocultos de naturalização simbólico-ideológica, evidenciando a contingência (e, portanto, a mutabilidade) daquilo até então vivenciado como natural, é passo fundamental no trabalho sociopolítico de transformação daquelas circunstâncias: “uma lei ignorada é uma natureza, um destino...; uma lei conhecida aparece como uma possibilidade de liberdade” (p.46-47).

Assim, a sociologia dará uma contribuição tanto maior às lutas ético-políticas pela liberdade quanto mais “determinista” ela for, i.e., quanto mais implacável for sua caça aos determinismos históricos em operação no mundo social. Embora potencialmente libertadoras, as mensagens sociológicas têm, contudo, toda a probabilidade de serem recebidas como lições dispensáveis de “desencanto”, “reducionismo”, “grosseria” e “sacrilégio” (p.196). O nível extraordinário de energia intelectual que Bourdieu despendeu no labor sociológico se explica como reação a essa montanha de resistências sociais que sua improvável ciência tinha de superar para produzir e divulgar seu discurso. Eis porque operar como um “esporte de combate”

nunca foi, para a sociologia, uma opção, mas um requisito indispensável à sua sobrevivência. À sua maneira perversa, os ataques do bolsonarismo corrente às ciências sociais brasileiras oferecem mais uma confirmação da lição do mestre francês. Bourdieu tinha razão.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Petrópolis: 2019.

Recebido em 31/10/2019.

Aprovado em 05/11/2019.

A CULINÁRIA CAIPIRA DA PAULISTÂNIA – A DISPUTA PELO GOSTO DA COZINHA CAIPIRA⁶⁵

*Daniel Coelho de OLIVEIRA**

Em certa ocasião, o sociólogo alemão Norbert Elias (2001) disse que levantar o véu das mitologias que mascaram a sociedade era parte do seu ofício profissional. Seguindo a mesma trilha, na obra intitulada *A culinária caipira da Paulistânia*, editada em 2018, o sociólogo Carlos Alberto Dória e o cozinheiro Marcelo Corrêa Bastos articulam fontes históricas, literárias e culinárias para um panorama da cozinha caipira brasileira. Também metem a colher em temas tidos como verdades, ao questionar, por exemplo, o mito da cozinha mineira. Vale destacar que o aspecto provocador da obra levantou grande debate em espaços não acadêmicos⁶⁶.

Numa perspectiva quase arqueológica, os autores procuram vestígios do que seria a região da Paulistânia, espaço geográfico que correspondia à Capitania de São Paulo, no momento da sua criação, ou seja, a culinária no interior dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Paraná. Sendo que a pouca quantidade de registros

⁶⁵ Resenha da obra: DÓRIA, Carlos Alberto; BASTOS, Marcelo Corrêa. **A culinária caipira da Paulistânia** – a história e as receitas de um modo antigo de comer. São Paulo: Três Estrelas, 2018. 368p

* UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território. Montes Claros – MG – Brasil. 39401-089 - daniel.coelhoo@yahoo.com.br_ <https://orcid.org/0000-0003-2565-6551>.

⁶⁶ Seguem as reportagens consideradas relevantes sobre o livro: *Histórias e receitas da cozinha caipira são foco de livro de sociólogo com chef* escrita por Alex Bessas (2019), *Porque este especialista diz que a 'culinária mineira é um mito* de Ana Paula Boni (2018), *Polêmica à Mesa: Pesquisadores questionam originalidade da comida mineira* de Luiza Fecarotta (2018) e *Obra faz investigação quase arqueológica da cozinha paulista* de João Fellet (2018).

dessa culinária foi uma das dificuldades enfrentadas pelos autores. Sua invisibilidade do ponto de vista do registro de cultura imaterial de alguma maneira também representa o lugar que o caipira ocupa na historiografia brasileira. Afinal, o que define o caipira? Para Ribeiro (1995), seria aquele que não encontrou sentido na vida, ou que não tem uma raça definida. Candido (2010) aponta que o caipira foi descendente duma mistura do branco com índio, o caboclo, que não se adaptou às formas mais produtivas e intensas de trabalho. Em geral vivia da caça, possuía dificuldades para se nutrir, negou o enquadramento do salário e do patrão, da mesma maneira que o modelo de trabalho servil não conseguiu enquadrá-lo. Por sua vez, Monteiro Lobato (1994) foi responsável pela produção da imagem caricaturada de tal indivíduo, através do emblemático Jeca Tatu.

Com bastante perícia, os autores de *A culinária caipira da Paulistânia* constroem argumentos na complexa tarefa de caracterizar a cozinha caipira. A definição, segundo os mesmos, deveria ir além do amontoado de pratos que usualmente identificam tal tradição. Esse posicionamento já foi explorado por Dória (2014), ao alertar que não conhecíamos a cozinha brasileira. Para ele, a definição do que seria nossa cozinha é feita através de alguns pratos que exemplificam o que ela é. Faltaria um conceito consistente que unifique a coleção de receitas e não limite as respostas aos simples exercício de exemplificação. Responder à questão pelo caminho da miscigenação de etnias africanas com povos europeus, em especial os portugueses, e a contribuição indígena, trata-se de uma explicação confortável, mas é um conceito que carece de poder explicativo.

Os autores acreditam ainda que o conceito de Paulistânia representa, com certa exatidão, o espaço e o tempo de formação do que entendemos hoje por culinária caipira. Ao definir a especificidade culinária da Paulistânia, eles reforçam a ideia de que a mesma foi resultado do percurso que vai dos primórdios do século XVI, na capitania de São Vicente, e chega até o início do século XIX. Entretanto o termo Paulistânia só se fixou graças à historiografia de cunho conservador, provinciano de intelectuais paulistas. A palavra teria ganhado destaque no contexto do movimento constitucionalista dos paulistas.

Ocorreram alterações na ocupação da Paulistânia, pois, se no primeiro momento a ênfase foi na apropriação territorial e submissão das populações indígenas, no segundo destaca-se a lógica de produção familiar, presentes na agricultura de subsistência e materializadas principalmente na figura do sítio. Este sendo visto pelos autores como espaço privilegiado, do ponto de vista histórico e metodológico, bem como espaço que materializava as relações sociais mais gerais da cozinha caipira.

Dória e Bastos (2018) propõem um aprofundamento sobre a variedade produtiva que compunham o sítio. Destaca-se, para tanto, o trato do milho, o feijão, produtos que junto com a abóbora formam o tripé vegetal da cozinha caipira. Acrescentam-se a esses elementos básicos o arroz, a mandioca e a banha de porco. Este último ocupou importante papel na economia brasileira, em 1895, por exemplo, chegou a ser o principal produto importado dos Estados Unidos, mesmo com intensas campanhas de desqualificação para uso culinário e questionamentos sanitários. Além da banha, a manteiga perdeu espaço, por justificativas semelhantes.

De certa forma, a sociedade caipira foi vista por grande parte da Paulistânia como rurais, atrasadas, em oposição ao dinamismo urbano que surgia; retardatária em contrate com a cultura moderna que se americanizava. A partir dos anos de 1950, em especial no estado de São Paulo, a culinária daquela foi jogada para debaixo da mesa, preterida em relação à comida industrializada e pelos novos hábitos dos imigrantes europeus. Nos relatos do general Couto de Magalhães, por exemplo, foi possível observar o distanciamento entre a comida popular e a elite da cidade de São Paulo. Na visão dos autores, ao longo do tempo a elite paulista foi se afrancesando.

Na segunda parte do livro a cozinha caipira é contada através dos seus ingredientes e modos de feitura. São apresentadas as características da mesa relacionada a ela no século XX. Para isso, foi realizado o que os autores denominam de voo rasante sobre as receitas da mesma. Com destaque para o que se comia no desjejum, os cozidos, as caças, o milho, o arroz, as conservas, os refogados, os mexidos, as farofas e paçocas, as frituras, as empadadas, tortas, pães e roscas. Todas as receitas apresentadas podem propiciar, segundo os autores, uma oportunidade de refletir sobre o próprio sistema de classificação dos pratos da tradição brasileira. O sistema francês, por exemplo, não se adequaria à nossa realidade. Os ritmos das refeições não são os mesmos e a própria originalidade local torna os pratos inclassificáveis. Os leitores ainda são alertados que, ao logo do período de formação da culinária caipira, alterações aconteceram, como na maneira de comer dos mais antigos, e as próprias matérias-primas, utensílios e técnicas mudaram profundamente.

O pano de fundo da obra seria o confronto entre questões de formação do Estado Nação e o regionalismo da cozinha mineira. Ao que tudo indica, essa diversidade de identidades teria sido forjada através do contato com a terra, com os alimentos, a tradição e a cultura alimentar. A relação entre a formação da nacionalidade brasileira e a nossa cozinha brasileira pode ser resgatada em autores como: Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., Câmara Cascudo, bem como no movimento modernista da primeira metade dos anos 1920, período que, segundo os autores, começa a falar em cozinha brasileira, no sentido atual, após a impregnação de

toda a cultura pelas ideias que nasceram da revisão do ser brasileiro, como fez o movimento modernista na primeira metade dos anos 1920, ou mesmo o movimento regionalista de 1930 no Nordeste. Dória (2014) já havia destacado a emergência do tema cozinhas regionais, a partir de 1920, de maneira mais consistente através das migrações a partir de 1930, quando as questões culinárias regionais, por seu turno, ganham concretude nos grandes centros especialmente a partir do movimento modernista e seu contraponto nordestino, o movimento intelectual liderado por Gilberto Freyre.

A construção de uma cozinha mineira unificada encobre um conjunto de diversidades existentes no próprio estado, como destaca a tese de Costa (2003), onde existiriam no mínimo dois diferentes territórios em Minas Gerais. A região das Minas, marcada pela herança da mineração, e os Gerais, terra catrumana, com diversidade culinária, com uma história ainda pouco contada, não mais do que descrito nos romances de Guimarães Rosa. Os autores destacam que a maior parte das obras sobre a culinária mineira se concentram em análise da região das minas, como o livro *Mineiridade: ensaio de caracterização*, do arquiteto e historiador mineiro Sylvio de Vasconcelos (1968).

A Paulistânia, conceito que demarcado pelo território de alcance dos bandeirantes paulistas, talvez não consiga representar a diversidade culinária caipira, ou seja, o mundo caipira é maior do que o espaço da Paulistânia. Aceitar essa definição também seria o mesmo que defender a influência dos bandeirantes como maior indutor da comida caipira. Como o livro bem exemplifica, outros condicionantes tiveram um papel importante, como a cultura indígena guarani, ou o apogeu e declínio na mineração nas Minas Gerais, em Cuiabá, e da própria matriz portuguesa. Talvez a comida caipira não seja da região das Minas, como todo seu ideal de mineiridade, mas não pode ser classificada como da Paulistânia, até por que as características da alimentação caipira estão muito além das duas demarcações espaciais.

O resultado da classificação baseada no território da Paulistânia seria um mapa marcado por continuidades e descontinuidades espaciais. Criaria assim, o que Dória e Bastos (2018) denominam de **regionalismo culinário**, bastante útil na competição por espaços políticos, sendo que todos estariam dotados de certa personalidade singular. É bem clara a crítica realizada pelos autores ao regionalismo culinário, mas ao final seria possível visualizar uma proposta que substitui o regionalismo pelo macrorregionalista da cozinha da Paulistânia.

Mesmo com a descrição do consumo na cidade de São Paulo e o processo de surgimento das feiras e do Mercado Municipal, a obra *A culinária caipira da*

Paulistânia pouco explora a dimensão desses espaços na formação da identidade caipira. O sítio e os bairros rurais podem até ser o vértice do desenvolvimento da culinária caipira, mas o espaço de exposição por excelência dessa culinária são as feiras livres, mercados municipais e os calendários de festas públicas. Sendo possível destacar as festas de Santos Reis, festas juninas de Santo Antônio, São João e São Pedro, além de uma infinidade de quermesses do interior.

Dória e Bastos (2018) apontam ainda que existe a construção de uma narrativa falaciosa sobre a formação da culinária mineira de que o mito da cozinha mineira foi construído alicerçado em uma ideia de cozinha do passado, reafirmada como cozinha típica através de campanhas publicitárias, obras literárias, discursos políticos e memorialistas. Apropriando-se assim, de elementos que na verdade caracterizariam a comida caipira da *Paulistânia*.

Assim como os autores, Abdala (2012) destaca a existência de uma cozinha mineira imaginária e ideológica, cada vez mais reencantada com a nostalgia do passado. A construção do mito da mineiridade, de glória, passa pela produção de um imaginário coletivo da mesa típica da região Minas. Ou seja, a cozinha mineira foi um mito construído no decorrer de alguns séculos.

O argumento central aparece no final da obra: “No final das contas, não existe diferença notável entre a cozinha mineira e a tradicional paulista, a ponto de justificar a classificação distinta. O que parece existir, sim, são atitudes diferentes de mineiros e paulistas diante da culinária caipira” (DÓRIA & BASTOS, 2018, p.300). Os autores reconhecerem a diferença de atitude dos mineiros, em relação aos paulistas, quando o assunto é tradição culinária caipira ao destacarem que os primeiros a adotam como patrimônio, passado apreciado, enquanto os paulistas, de maneira especial os paulistanos, a tem como comida desprezível, de pobre, pré-moderna. A resposta para superação da tipificação regional brasileira estaria em uma nova forma de classificação, como foi apontado na conclusão: “consideramos a comida mineira como parte integrante da grande tradição culinária caipira da *Paulistânia*” (DÓRIA & BASTOS, 2018, p.300). A proposta dos autores que procura uma nova paulistanidade que negaria a imagem construída através da mítica do bandeirante, deveria passar pela revisão do próprio recorte geográfico da nossa historiografia, caso contrário, estaríamos substituindo um mito por outro.

Estará em jogo a disputa pelo espólio da culinária caipira? O testamento da cozinha caipira certamente explicitaria que ela extrapolou territorialmente a região historicamente definida com *Paulistânia*. Mesmo que sua caracterização prevalecesse nesse recorte geográfico, sua diversidade é tão grande que dificilmente poderia ser enquadrada somente como cozinha mineira, *Paulistânia*, ou caipira. Seria razoável,

portanto, falar em cozinhas caipira mineira, cozinhas caipira paulista, cozinhas caipira goiana, assim por diante. Nesse caso o plural não é apenas um detalhe.

Referências

ABDALA, Mônica Chaves. Resignificação do tradicional e o típico mineiro. COLLAÇO, Janine. et. al. **Dimensões socioculturais da alimentação: dialógicos latino-americanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

BESSAS, Alex. Polêmica à Mesa: Pesquisadores questionam originalidade da comida mineira. **O Tempo**. Publicado em 13 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/gastro/pesquisadores-questionam-originalidade-da-comida-mineira-1.2090099>>. Acessado em: 31 out. 2019.

BONI, Ana Paula. Histórias e receitas da cozinha caipira são foco de livro de sociólogo com chef. **O Estado de São Paulo**. Publicado em 03 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://paladar.estadao.com.br/noticias/comida,historias-e-receitas-da-cozinha-caipira-sao-foco-de-livro-de-sociologo-com-chef,70002531165>>. Acessado em: 31 out. 2019.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianeiros**: Englobamento, Exclusão e Resistência. Tese de Doutorado Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Formação da culinária brasileira**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DÓRIA, Carlos Alberto; BASTOS, Marcelo Corrêa. **A culinária caipira da Paulistânia** – a história e as receitas de um modo antigo de comer. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FECAROTTA, Luiza. Obra faz investigação quase arqueológica da cozinha paulista. **Folha de São Paulo**. Publicado em 14 de outubro de 2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/10/obra-faz-investigacao-quase-arqueologica-da-cozinha-paulista.shtml>>. Acessado em: 31 out. 2019.

FELLETT, João. Porque este especialista diz que a 'culinária mineira é um mito'. **BBC News Brasil**. Publicado em 08 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46403816>>. Acessado em: 31 out. 2019.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VASCONCELOS, Sylvio. **Mineiridade: ensaio de caracterização**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

Recebido em 01/03/2019.

Aprovado em 29/09/2019.

Entrevista

ENTREVISTA COM SERGIO MICELI⁶⁷

Lidiane Soares RODRIGUES*

Maria Eduarda da Mota ROCHA**

Contexto da entrevista

Esta entrevista foi realizada na residência de Sergio Miceli, em São Paulo-SP, na tarde de 30 de agosto de 2019, por Lidiane Soares Rodrigues e Maria Eduarda da Mota Rocha. Neste ano, o livro *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)* – resultado de seu doutoramento, realizado na França, no início dos anos 1970, sob a supervisão de Pierre Bourdieu – completou 40 anos de sua primeira publicação em Língua Portuguesa, na prestigiada Coleção Corpo e Alma do Brasil, da editora Difel⁶⁸. Nossa conversa girou em torno da concepção, do conteúdo e da recepção deste livro (doravante, *Intelectuais*).

Maria Eduarda: Como você chegou ao tema dos intelectuais? Você não tinha pensado em estudar a cultura operária no doutorado?

⁶⁷ Transcrição realizada por Paulo José de Carvalho Moura.

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Ciências Sociais. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - lidianesrgues@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0003-2011-9888>.

** UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia. Recife – PE – Brasil. 50670-901 - me.rocha@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-3683-6614>.

⁶⁸ Sua primeira edição, em português: Sergio Miceli. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979. Dois anos depois, o livro foi publicado em versão compacta na França: **Les intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945)**. Paris: Presses Universitaires de Grenoble/Maison des Sciences de l’Homme, 1981. Em 2001, juntamente com outros textos de Sergio Miceli sobre intelectuais, ele foi reeditado com o título de **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Sergio Miceli: Sim, pensei assim em um momento, por causa do livro do Richard Hoggart⁶⁹. Mas nunca tinha feito pesquisa sobre o assunto, havia muita gente na faculdade que pesquisava a classe operária, e imaginei que seria difícil, que nunca havia realizado entrevistas. O tema dos intelectuais foi tomando corpo por meio da leitura de memórias e biografias. Era incrível que essa literatura, tão rica e com tamanha tradição no Brasil, nunca tivesse sido mobilizada para pensar a atividade intelectual. Fiquei absolutamente surpreso. Os livros de Pedro Nava, Manuel Bandeira, Taunay são por vezes citados, mas de forma sistemática, tais fontes nunca tinham sido utilizadas. Até mesmo antes de pensar nos casos, me interessei por esses gêneros – memórias e biografias. Quando viajei para a França, em 1974, a pesquisa estava bem adiantada: já havia lido uma grande parte das biografias que usaria na tese. Levei muito material de pesquisa no avião. Quanto aos livros, muitos já estavam fichados. Desde o início, trabalhei com um questionário abrangente, um roteiro biográfico exaustivo. Além disso, já dispunha das nomeações, com ajuda de cinco pesquisadores remunerados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde eu trabalhava. Trabalhávamos todo dia na biblioteca municipal.

Lidiane Soares Rodrigues: Sergio, nossa prosa deseja abarcar três direções: as condições da concepção, os conteúdos e a recepção da tese. Então, ainda no que diz respeito à concepção dela, recuperei os nomes dos seus assistentes: Paulo Lolato, Ronaldo Bianchi, Rudolf Caio Petersen, Regina Reiss, Antonio Carlos Corsi Sachs e Afrânio Catani, que estará conosco na Sessão Especial da ANPOCS⁷⁰. Eu gostaria de ouvi-lo a respeito do trabalho com esses assistentes e quais recursos a FGV oferecia aos docentes.

Sergio Miceli: Os assistentes trabalhavam bastante. Já imaginou levantar as nomeações de intelectuais durante quinze anos no Diário Oficial? É puxado! Eu não conseguiria fazer isso sozinho. Foram remunerados pelo Núcleo de Pesquisa e Publicações: um órgão com orçamento, secretária, sala; a chefia era um cargo eleito na congregação, havia disputa acirrada. E para nós de Ciências Sociais era importante, já para quem fazia *Marketing* não era muito relevante, porque dispunham de outras

⁶⁹ Richard Hoggart. **The uses of literacy, aspects of working-class life, with special references to publications and entertainments.** London, Chatto and windus, 1957. Em português: **Utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos.** Lisboa: Editorial Presença, 1973.

⁷⁰ Quando realizamos a entrevista, nós, entrevistadoras, estávamos preparando nossa intervenção na Sessão Especial, “Um clássico há 40 anos: *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, de Sergio Miceli”, realizada no 43º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), na qual estariam também Afrânio Catani e André Botelho.

fontes de recursos. Acessar e controlar esse dinheiro era valioso. Como conseguiria fazer a pesquisa, levantar dados sem dinheiro? As nomeações? Teria sido inviável. Havia também a *Revista de Administração de Empresas*, na qual atuei como redator-chefe e aí publiquei o debate sobre concentração e distribuição de renda, na época da ditadura, um tema polêmico. Agitei a FGV com essa publicação.

Lidiane Soares Rodrigues: E cavoucando esse núcleo, eu fui parar num texto seu sobre Gramsci. Confesso que achei inusitado: há trechos idênticos aos dos marxólogos típicos, há outros, contudo, em que claramente a leitura que o Bourdieu fez do Weber está orientando seu comentário sobre as organizações e os agentes (Igreja e partidos/sacerdotes e líderes). Eu fiz uma cópia, li e reli, anotei, destaquei trechos típicos e atípicos de comentários de texto ao feitiço marxologia, mas me pergunto: afinal o que lhe motivava nesse texto?

Sergio Miceli: Esse texto foi publicado na Revista de Educação de Campinas⁷¹. Antonio Gramsci é o grande autor da minha geração na pós-graduação. Quem fosse de esquerda e se interessasse pela área cultural tinha que dominar Gramsci, do contrário, nem entrava em aula. É um texto avantajado que fiz para o curso do Francisco Weffort. Eu me sentia instigado a demonstrar competência ao lidar com o marxismo, tinha que entrar na briga.

Lidiane Soares Rodrigues: A gente pode falar mais de marxismo depois? Voltando ao *Intelectuais*: no Brasil, a orientação formal foi do Leôncio Martins Rodrigues. Como você o conheceu?

Sergio Miceli: Em São Paulo. Sou carioca, não conhecia ninguém aqui, um adventício que deu certo na USP, um dos poucos... Ele era professor na pós-graduação e bem próximo dos alunos. Saía com a gente, tomava cerveja, e firmamos certa sociabilidade em conversas fora da faculdade que não tinham a ver apenas com a coisa intelectual, a gente se via muito. Depois, passei a frequentar a casa dele, conheci a mulher, Arakcy. Então, foi por aí. E propus o nome dele quando me desentendi com meu orientador, Luiz Pereira. Marialice Mencarini Foracchi, então a coordenadora da pós-graduação, aceitou embora soubesse que não era assunto de sua especialidade. Ele próprio estava ciente.

⁷¹ Sergio Miceli. Gramsci: ideologia, aparelhos de estado e intelectuais. *Reflexão – Revista do Instituto de Filosofia e Teologia*. Campinas, n. 19, p.5-46, 1981.

Maria Eduarda: Qual foi a importância do texto sobre os anatólios, para a construção da tese?⁷²

Sergio Miceli: Quando meu casamento ia desmoronar, quis voltar ao Brasil, mas Bourdieu condicionou o retorno à redação de um artigo a ser publicado na recém lançada *Actes de la recherche en sciences sociales*. Embora não tivesse nada rascunhado, ele sugeriu a escolha de um grupo de escritores atuantes no período anterior ao da tese em andamento a fim de testar minhas hipóteses.⁷³ Na hora da conversa, pensei nos pré-modernistas, pois era um grupo sobre o qual podia reunir rapidamente o material. Então, Sônia voltou com as crianças e fiquei lá mais cinco meses, salvo engano. Então, foi assim que elaborei o artigo sobre os anatólios.

Lidiane Soares Rodrigues: Era um número da *Actes de la recherche en sciences sociales* (ARSS) dedicado à “crítica do discurso letrado”, e o próprio Bourdieu tem um artigo notável sobre a “leitura de Marx”. Mas é mesmo de arrepiar o diálogo do artigo do jovem Luc Boltanski com o seu, Sergio. O que você acha disso?⁷⁴

Sergio Miceli: Então, houve cálculo do Bourdieu. Boltanski não se deu conta de imediato do que estava acontecendo. Mas Bourdieu fez de caso pensado. Boltanski tentou desencorajar Bourdieu por insistir que eu fizesse o artigo. Havia ainda certo receio de minha escrita em francês, claro.

Maria Eduarda: Francine Muel-Dreyfus mencionou em seu testemunho que esse texto teve impacto no grupo de pesquisa formado em torno de Bourdieu nos anos 1970⁷⁵.

Sergio Miceli: Sim, foi chocante. O argumento era dissonante em relação, digamos, à *doxa* do grupo. O texto suscitou reação no grupo, na época; depois o pessoal incorpora e naturaliza. O que mais destoava era tratar do trabalho intelectual em conexão com o trabalho feminino, com o trabalho político do pai. O próprio Bourdieu me disse que havia repensado sua vida familiar de outro jeito, reconsiderando a relação com cada um dos três filhos, conforme as circunstâncias de cada gestação. Tal esquema

⁷² Sergio Miceli. *Division du travail entre les sexes et division du travail de domination, étude clinique des anatoliens, au Brésil. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 1, n. 5-6, 1975.

⁷³ O entrevistado refere-se à *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, revista criada em 1975 por Pierre Bourdieu e seu grupo, como esquadro preferencial para suas pesquisas.

⁷⁴ Boltanski Luc. *Pouvoir et impuissance. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 1, n. 5-6, 1975.

⁷⁵ Nós nos referimos à declaração feita no Colóquio *Bourdieu et les Amériques*, realizado pelo *Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine* em Paris, nos dias 06 e 07 de junho de 2019.

interpretativo não havia ainda surgido nesse feitio no interior do grupo de pesquisadores. Eles reagiram, não eram contra, mas se mostraram reticentes.

Maria Eduarda: Das cartas trocadas entre você e Bourdieu, inferi que você ia enviar os textos em português numa primeira versão, ele ia comentar e você redigiria em francês.

Sergio Miceli: Sondei a FGV sobre o custeio de uma tradução da tese. A tradução foi encomendada, mas ficou troncha, logo me dei conta de que não estava bem resolvida. Quando retornei a Paris, em fevereiro de 1979, fiquei até final de novembro redigindo o texto em francês; a defesa ocorreu em dezembro. Foi uma trabalhadeira infernal. Da tradução feita no Brasil, aproveitei alguns trechos que citavam material literário, os mais difíceis. Ele nunca discutiu o caso brasileiro, porque não conhecia, o que sempre estava em jogo era o andamento da argumentação. Os colegas do centro, quase todos, insistiram para eu tirar, e não tirei, a análise em torno do processo de feminização na raiz do trabalho intelectual. Diziam: “você vai levar a maior bronca, porque isso não existe na teoria, nunca se tratou disso...”. Persisti: “mas isso está no material, não interessa se está ou não na teoria”. Quando ele me devolveu o texto no dia seguinte, disse que estava ótimo. Então, vi que ele prestava atenção no que estava aprontando.

Maria Eduarda: O que você acha que Bourdieu incorporou de você?

Sergio Miceli: Acho que não incorporou nada. Eu era meio destoante dos outros orientandos, do pessoal da minha geração: Ana Maria Boschetti, Louis Pinto, Michael Pollack, Christophe Charle (que não fez com ele a tese, mas não saía de lá, era agregado) – , esse grupo que fez doutorado sob sua orientação – Marcel Fournier havia concluído a tese, quando cheguei. Todo o grupo estava exposto a esse Bourdieu anos 70, exposto às leituras que ele achava importantes, às discussões que ele priorizava. Então, sinceramente, eu não queria discordar de nada, não tinha nenhuma pretensão, porque nem tinha capacidade, não queria fazer críticas, não era essa a pulsão. Na verdade, o material daqui evidenciava uma organização da vida intelectual muito diferente da francesa, não dava para ser de outro jeito e acho que ele foi atinando com as diferenças. O que ele reteve? Talvez esse modelo pretensamente universal tivesse que ser adaptado a outras experiências. Não era viável chapar o modelo em outro contexto. Quando a tese estava no final, fiz a exposição do argumento e reiterei não ser possível aplicar o conceito de campo onde não existia; havia espinha dorsal, claro, mas não um campo. Bourdieu assentiu.

Maria Eduarda: Tanto na tese quanto no livro, você afirma que o seu objetivo não era testar modelo teórico. O que o motivava a fazer essa afirmação?

Sergio Miceli: Dizia isso para me defender. Porque logo me dei conta que o modelo teórico não se ajustava por inteiro ao material. No entanto, ele era a referência que eu mais admirava em termos de arrazoado argumentativo em sociologia. Quais as alternativas? Nós todos orientandos (Christophe Charle, Michael Pollak, etc.) tínhamos lido o que ele recomendava – Fritz Ringer, Edward Palmer Thompson e outros, mas tampouco podia transpor tais leituras ao caso brasileiro. Para os colegas europeus era mais fácil o diálogo, para mim, era mais complicado.

Maria Eduarda: Quais peculiaridades brasileiras não correspondem ao modelo?

Sergio Miceli: A mais relevante é o grau de imbricação entre a atividade intelectual e a política, bastante diverso do modelo francês. Até os que se diziam puramente letrados, os que proclamavam dedicar-se apenas à atividade intelectual, também tinham feito a carreira em meio ao cipoal da política. Isso não existia na França desse modo. A organização da vida intelectual é diferente aqui, não é a mesma tessitura institucional. E também era distinto o envolvimento dos intelectuais na imprensa. Havia tanta coisa singular, que não se podia transpor o modelo sem mediações.

Maria Eduarda: Então você acha que a noção de campo, que já pressupõe uma autonomia relativa, era mais problemática no caso brasileiro?

Sergio Miceli: Sim, bastante problemática. Como eu acho que no caso deles ocorre o contrário. Às vezes, eles acham que tem muita autonomia e tem menos autonomia do que eles imaginam.

Maria Eduarda: Ao mesmo tempo, a tese analisa um incipiente processo de autonomização do campo. Você concorda com essa leitura?

Sergio Miceli: Concordo, disso eu tinha clareza também. Minha dificuldade era aplicar assim *ad hoc*. Ele já tinha escrito alguns artigos sobre a vida intelectual, muito antes d'*As Regras da arte*⁷⁶. Muitos colegas imaginam que Bourdieu era um tipo dogmático. De modo algum, ele nos obrigava a ler autores que ofereciam um esquema de argumentação diferente do dele. As obras de Ringer ou de Thompson – não apenas o clássico em torno da classe operária, mas os trabalhos de história cultural, por

⁷⁶ Dentre outros, destaca-se o artigo originalmente publicado na revista *Les Temps Modernes*, de Jean-Paul Sartre, e editado em português como: Campo intelectual e projeto criador. In. POUILLON, Jean. **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

exemplo, o livro sobre William Morris ou os ensaios sobre os românticos ingleses – são bastante distintos dos de Bourdieu. Ele admirava e recomendava esses autores, nós tínhamos que ler, embora não se encaixem de todo no seu feitio mental. A toada de que era intransigente não procede, ele sempre insistia no bordão de “deixar o material falar”. Minha dificuldade era maior porque eu não tratava de uma experiência europeia, cercado de gente que só trabalhava casos europeus: Pollack estudava a Áustria, a República de Weimar; Louis Pinto, os filósofos franceses; Charle, as elites francesas (mais tarde, as europeias em prisma comparativo).

Lidiane Soares Rodrigues: E nenhum deles se valia de estatística, apenas de prosopografia? Eu queria ouvir você refletir um pouco a respeito dos métodos.

Sergio Miceli: Isso de estatística veio depois. Já a prosopografia, todos estávamos fazendo. Pinto estava aplicando aos filósofos, Pollack aos austríacos, todos estavam praticando de algum modo o método prosopográfico. Era um procedimento embutido no projeto de Bourdieu – *As regras da arte* também dependem de prosopografia, claro.

Lidiane Soares Rodrigues: Você localizaria em que momento essa necessidade de quantificar?

Sergio Miceli: É na geração da Gisèle Sapiro, com a análise de correspondências múltiplas. Bourdieu até começa a fazer isso antes, mas, inicialmente, os assistentes não estavam envolvidos. Por exemplo, *A distinção*. Esse livro está ancorado em material quantitativo; ele se aproximou de estatísticos, contratou alguns, para poder fazer análise de correspondências múltiplas⁷⁷. Ele não era especialista, mas atinava com a importância da técnica. Ele deu partida e estimulou a conduta quantitativa, e o pessoal mais jovem – a geração de Gisèle Sapiro, Julien Duval, Frédéric Lebaron – começou a investir nessa pegada, já no final dos anos de 1980. Do grupo que trabalhava com ele, na época em que fiz meu doutorado, não me lembro de ninguém trabalhar com estatística. Os livros sobre a frequência aos museus e sobre os usos da fotografia (*Un art moyen, L'amour de l'art*⁷⁸) se valem de dados quantitativos, mobilizados em registro mais convencional.

Lidiane Soares Rodrigues: Eu gosto de apreciar a recepção de uma tese por meio das arguições que ela recebe. Por exemplo, investiguei como o “capital da leitura” de jovens leitores de Marx pôde ser sustentado diante das bancas avaliadoras de seus

⁷⁷ Pierre Bourdieu. **A distinção**. Crítica social do julgamento. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

⁷⁸ Pierre Bourdieu. **Un art moyen**. Essai sus les usages sociaux de la photographie. Les Editions de Minuit, Paris, 1965. Pierre Bourdieu; [Alain Darbel](#). **L'Amour de l'art**. Les Editions de Minuit, Paris, 1966.

doutorados, que não tinham lido os mesmos textos que eles. Eu imaginei algo similar no seu caso – posto que você conhecia a teoria de Pierre Bourdieu e a adaptava, ao passo que seus interlocutores e avaliadores, no Brasil, não. Pergunto-me se as mudanças substantivas da tese para a publicação em livro deveriam algo a essa tensão entre o recurso intelectual (de quem inova) e o poder institucional (de quem avalia) – no seu caso, tendo como documento cabal aquele Prefácio/arguição de Antonio Candido.

Sergio Miceli: É grande a diferença entre a tese e o livro. E não é só a diferença entre o livro e a tese: refiro-me também à diferença entre o livro francês (que oferece um texto mais condensado) e o livro brasileiro. Mas a edição de 2003 em português é a melhor. Não mexi no argumento, apenas em algumas frases, e ficou enxuto, bem trabalhado, pois eu tinha mais tempo na ocasião. Salvo engano, a tese comporta um capítulo sobre a igreja que foi compactado; Bourdieu insistiu em enxugar e juntar intelectuais católicos aos integralistas, em vez de pensá-los em separado. Além disso, como defendi a tese no Brasil muitos meses antes da defesa na França, inúmeras passagens caíram na versão francesa. A tese em francês é mais parecida com o livro em francês do que a tese em português com o livro em português. Ao retornar, aceitei o convite de Fernando Henrique Cardoso para publicá-la na coleção *Corpo e Alma do Brasil* da Difel. Tive alguns meses para retrabalhar o texto, demorei um bocado. Quis incorporar ao texto final acertos e mudanças suscitados pelas arguições, no Brasil e na França. A banca brasileira incluiu Maria do Carmo Campello de Souza (1936-2006), Gabriel Cohn, Antonio Candido, Luiz Carlos Bresser Pereira e Leôncio Martins Rodrigues, orientador. Maria do Carmo arguiu à revelia do espírito da tese, na linha dos estudos políticos, cobrando a ausência de Mannheim no trabalho. Na hora dei uma resposta atravessada, as pessoas riram, quis desqualificar o Mannheim. Bresser falou em seguida, em leitura bastante crítica do que já então me pareciam os pontos fortes e inovadores do trabalho, a começar pelas relações de gênero. No seu entendimento, a feminização não constituía uma dimensão relevante da atividade intelectual. A terceira arguição foi a de Antonio Candido, que já começou discordando, ao refutar o arazoado e revalorizar os pontos rechaçados por Bresser: enalteceu o que havia sido desconsiderado. A arguição envolvia certa voltagem de testemunho: ele havia conhecido algumas das figuras mencionadas no trabalho e se mostrou um pouco chocado com a objetivação com que foram tratadas na tese. Houve um momento de descontração, porque ele começou a imitar algumas dessas pessoas, Fernando de Azevedo, Carlos Drummond de Andrade, entre outras. O salão nobre estava lotado; o público deu risada com o humor e a leveza da arguição. Mas de fato, eis o ponto

crucial, ele desqualificou a arguição do Bresser. Gabriel Cohn adotou uma postura adorniana de viés clássico, mas retomou um ponto polêmico, ao externar opinião favorável ao partido que a tese adotara ao privilegiar a análise dos escritores em detrimento das obras: fechou a fala dizendo que o entendimento das obras estava subentendido no argumento, o qual encontrara, segundo ele, um modo original de encaixá-las na interpretação.

Lidiane Soares Rodrigues: Eu gostaria de ouvir você a respeito de uma questão disciplinar. Em primeiro lugar, há uma interlocução substantiva com trabalhos de pessoas que se estabeleceram como cientistas políticos: Maria Cecília Forjaz, Simon Schwartzman, Bolívar Lamounier. Além disso, você mira autores de referência para o pensamento político – notadamente, Raimundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda – e relatou em outra entrevista que tinha sido convidado pelo pessoal da Ciência Política, para ir para essa área. Meus pontos: a diferenciação disciplinar era menos nítida? A qual clássico do pensamento brasileiro você ambicionava ligar sua tese?

Sergio Miceli: Eu tinha, e tenho até hoje, grande admiração por Faoro. *Os donos do poder* é um livro, sensacional. Eu li a edição de 1974⁷⁹. A obra costuma ser vista sob o prisma de uma análise cirúrgica do Estado, mas a força do livro está, a meu ver, no fato de empreender a história social da classe dirigente não-econômica brasileira, que ele designa como estamento. Há trechos estupendos de demonstração empírica. A discussão acerba em torno do livro deu origem a posturas antitéticas. Embora trabalhasse com objeto distinto, minha tese entabula um diálogo forte com Faoro, a conversa subentendida do livro. Com Simon Schwartzman, é diferente. Ele havia publicado *São Paulo e o Estado Nacional*, que suscitou debate intenso em nossa geração, pois frisava o fato de que a organização econômica, social e política de São Paulo tinha seguido um padrão diferente, menos dependente do Estado⁸⁰. O que fazia sentido. Ele buscava uma especificidade morfológica na experiência política paulista e isso me fez pensar na especificidade do modernismo em São Paulo, em contraste com outros modernismos no país. Dialogo com essa perspectiva, não com o livro inteiro, pois o argumento guarda um vezo politicista do qual discordo. O livro foi muito lido e discutido pela minha geração. Quanto ao Sérgio Buarque de Holanda, não acho *Raízes do Brasil* tão sensacional como dizem; queria rechaçar o culturalismo da interpretação, mas sem me dar o trabalho de esmiuçá-la. Após a conclusão da tese, tive

⁷⁹ A primeira edição do livro *Os donos do poder*, de Raimundo Faoro, datada de 1958, sofreu numerosas modificações em sua segunda edição.

⁸⁰ Simon Schwartzman. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1973.

a oportunidade de ler os trabalhos dele que me parecem decisivos, como, por exemplo, a análise do Império⁸¹. Mas o interlocutor de fundo é o Faoro. Maria Vitória Benevides me falou, faz tempo, que ele havia gostado do livro sobre os intelectuais.

Lidiane Soares Rodrigues: Vamos pensar juntos sobre a relação entre o seu mestrado e o doutorado? Eu percebo duas diferenças, além da óbvia, sobre os objetos. A primeira diz respeito à economia interna dos argumentos: em *A noite da madrinha*⁸², tem uma força pulsante, de quando se é muito jovem, e não se faz questão de esconder as cutucadas polêmicas, para cada assertiva, puxa uma notinha e detona – Nelson Werneck Sodré, Frankfurt, Gramsci. No *Intelectuais*, é como se você estivesse explicitando menos contra o que você está tomando posição e sendo mais afirmativo. As controvérsias não se encontram no livro, mas na recepção dele e no histórico de suas respostas às críticas. Isso me leva à segunda diferença, a respeito da recepção. Você poderia falar um pouco sobre isso?

Sergio Miceli: Sim. Sabe o porquê dessa diferença? É que eu não tinha nenhum modelo sobre os intelectuais no Brasil, não havia nenhuma referência. Quando você entra em um assunto que dispõe de bibliografia considerável, você tem que dialogar. Faria diálogo com a história literária? Mas não estava fazendo história literária, nem crítica literária. Qual era o modelo dominante na faculdade?⁸³ Fazia-se estética filosófica, crítica literária ou, digamos assim, uma história da arte formalista. Não estava fazendo nada disso. Logo, não teria como repetir o esquema combativo do mestrado. Não havia para quem atirar, eis o ponto. Na reedição de *A noite da madrinha*, pensei em eliminar as rinhas de galo! Mas depois desisti. Queria enxugar, dar um tom mais sereno e olímpico, mas percebi que não era tão simples assim. As notas contra o Luiz Pereira [risos] me soam exacerbadas, provocaram rebulição na faculdade.

Maria Eduarda: Ainda que sem o tom combativo, o questionamento sobre a ausência da análise de obras é respondido. Não é com Antonio Candido que você está dialogando?

⁸¹ O entrevistado refere-se à obra **Do Império à República** de Sérgio Buarque de Holanda, que faz parte da História Geral da Civilização Brasileira. Difel, 1972.

⁸² Sergio Miceli. **A noite da madrinha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; Rio de Janeiro: Perspectiva, 1972.

⁸³ O entrevistado refere-se à antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), designada, após a reforma universitária de 1970 de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

Sergio Miceli: Esse ponto daí entrou na tradição da sociologia da literatura. Nas referências da época – Levin Schücking (*Sociologia do gosto literário*, 1931), Alfred Von Martin (*Sociologia do Renascimento*), Lucien Goldman (*Le Dieu Caché*) – os desafios suscitados pela análise das obras eram formulados em chave distinta de como sucedeu mais tarde. Em Goldman, por exemplo, o pensamento de Blaise Pascal e as tragédias de Jean Racine são uma espécie de condensado da *noblesse de robe*, da mentalidade desse estrato. É um tiro de longo alcance, mas não se trata apenas de pura “análise de obra”. Desde o início, eu não pretendia estudar as obras, queria compreender um grupo social, eis o foco da tese. Se persistisse em dar conta de tudo, perderia o eixo do argumento, que tem a ver com os intelectuais, e não com as obras. Há um pouco de análise de obras, meio de banda, acionadas para servir ao esclarecimento da trajetória dos escritores. O capítulo a respeito dos romancistas abriga alguma dose de análise de obras, pois tencionava explorar os nexos entre a escrita memorialística e os relatos ditos ficcionais, na medida em que os personagens como que retraduzem a história social dos narradores. É um equívoco ler esses escritores – José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Lúcio Cardoso –, como pura ficção. A tese se equilibra em argumento tríplice: as origens sociais e os embates familiares; as transformações em curso no mercado de trabalho intelectual; as relações dos intelectuais com a política. Nessa armadura de flancos combinados, varia a ênfase conforme o perfil dos grupos: os romancistas, os modernistas, a inteligência vinculada ao Estado.

Lidiane Soares Rodrigues: E os autores do pensamento autoritário...

Sergio Miceli: Tinha horror a privilegiar as figuras prestigiosas do pensamento autoritário, queria me desvencilhar de qualquer genealogia desse plantel. Trata-se de um objeto anacrônico, inventado *a posteriori*. As análises do dito pensamento autoritário elaboram tradições, dispensando por completo a história social dos autores. Como é possível falar de Manuel Bonfim, por exemplo, sem conhecer as circunstâncias de sua trajetória social, familiar, educacional e intelectual? Tampouco tinha interesse em lidar com os chamados figurões do pensamento social, outra linhagem fabricada por conta de embates entre correntes situadas em conjunturas recentes do campo intelectual. Não tinha interesse na abordagem livresca, na paráfrase de teses e de categorias em abstrato, ecoando a *doxa* intelectualista.

Maria Eduarda: Mas o Antonio Candido não era um refresco no ambiente da faculdade, uma alternativa de trabalhar a cultura que não fosse absorvida pela problemática de Gramsci e de Althusser?

Sergio Miceli: Sim, por isso fui fazer o curso dele, com anuência do Florestan Fernandes que achou melhor transigir. Durou um ano inteiro, o primeiro semestre consagrado às teorias estéticas contemporâneas, o segundo às tragédias históricas do Shakespeare. Foi bárbaro, aprendi um bocado. Além da leitura das tragédias no original, lemos, estudamos várias obras de interpretação do dramaturgo, como os trabalhos de Tiliard e de Ian Kott. Gostei mais de Shakespeare do que de estética contemporânea, um blá blá blá inflado e pernóstico. Em conversa com Antonio Candido na primeira vez, para saber se podia fazer o curso, ele perguntou o que eu pretendia estudar e se não queria ir para teoria literária. Preferi continuar em sociologia, não me via crítico literário. Na época, fazer crítica literária era escolher um autor, empreender um trabalho monográfico, interpretativo. Como se livrar de tal armadilha à luz de tudo que veio depois? Mas não fiz com ele cursos sobre um determinado “autor”, o escopo e o espectro de dimensões eram bem mais amplos. Candido lia as aulas previamente redigidas, lia tal como leu o texto de minha arguição; mas não era entediante, transmitia um cabedal formidável de erudição, sem pose, fiquei fascinado pela competência e pela originalidade do tratamento. Daí porque o convidei para minha banca de doutorado.

Maria Eduarda: Não só na banca, mas também como prefaciador. Olhando tanto tempo depois, como você vê o livro?

Sergio Miceli: O prefaciador era um cálculo político complicado. Decerto eu queria garantir um estribo de autoridade para o trabalho que me parecia arriscado em termos de recepção. Melhor alguém já familiarizado com o assunto. Eu não antevi o petardo que veio, mas acho que soube encarar. O livro está aí e teve uma vida instigante e fecunda. Talvez tenha resistido porque elaborou um argumento mais complexo do que a maioria dos estudos sobre a vida intelectual. Busquei empreender um modelo explicativo que mobiliza variados domínios da experiência, eis a força do livro. Mas a vida intelectual mudou por completo. Houve transformações de monta na vida intelectual: o peso crescente das universidades federais na expansão e diversificação do mercado de trabalho intelectual; o papel crucial das associações e sociedades científicas; o protagonismo das mídias impressas e eletrônicas, etc.

Maria Eduarda: Bom você falar nisso. Nós gostaríamos de saber por que você nunca mais voltou ao tema da indústria cultural?

Sergio Miceli: Mas eu voltei, meio encabulado. Escrevi sobre Roberto Carlos, sobre Ratinho, sobre colunismo social, tive uma coluna na *Folha de São Paulo* sobre futebol

e esportes, durante meses, entre outros trabalhos. Bourdieu insistiu para eu escrever sobre futebol na ARSS. Eu ficava driblando. De fato, não voltei de maneira sistemática, mas não abandonei.

Maria Eduarda: Você identifica elementos autobiográficos no seu livro, na sua tese? Essa ideia do intelectual como sujeito que ocupa um lugar em falso no espaço social, tem a ver com sua história social?

Sergio Miceli: O que talvez seja autobiográfico, mas transformado e reprocessado, é o fato de que minha ligação com o mundo intelectual, desde criança, sucedeu pela mediação de meu tio materno, jornalista. Armando Miceli era redator-chefe do *Correio da Manhã*, se casou já maduro, o que permitiu convivência próxima e prolongada com os sobrinhos. Os três sobrinhos homens, dois primos e eu, vivíamos vizinhos à casa da minha avó. Já casado, foi morar em Ipanema; minha avó vendeu a casa e continuou junto dele. Como eu era muito ligado aos dois, interessado pelo que escrevia no jornal, ia com frequência passar os finais de semana e parte das férias na praia. Também atuei como babá dos filhos dele, em especial de Maria, a mais velha; isso ajudava a viabilizar os programas noturnos do casal e de lambujem ganhava direito à conversa quando voltavam. O apartamento era muito frequentado por jornalistas e intelectuais ligados ao *Correio da Manhã* - Otto Maria Carpeaux, Antonio Callado, Moniz Viana, entre outros. Ficava ouvindo as conversas desse pessoal na sala; afora os drinques, também falavam um bocado de política. Meu tio escrevia a coluna política na segunda página do jornal, algo mágico para mim. Às vezes o texto saía assinado, outras não. Quando não vinha assinado, a brincadeira entre os sobrinhos era acertar o texto de sua autoria entre os sueltos da página. Foi assim que tomou corpo meu vínculo com o mundo intelectual e artístico. Como redator chefe, era muito ligado ao dono do jornal (Paulo Bettencourt) e à ex-mulher, Niomar [Moniz Sodré Bittencourt]. Lembro de vários telefonemas dele com colegas do jornal, mas também, a pedido de Niomar, de conversas com críticos de arte, mediando a negociação de obras para o acervo do Museu de Arte Moderna (MAM). Ele havia impulsionado a carreira como correspondente do *Correio da Manhã* no palácio do governo, no Rio de Janeiro; fora também um dos fundadores do Partido Socialista no Rio. Minha avó materna, imigrante calabresa, era uma pessoa inteligente, esperta, matreira, mas sem nenhuma instrução formal. Meu avô, mestre de obras na construção civil, morreu cedo; ela criou três filhas e meu tio com a renda do parco patrimônio herdado, o aluguel de casas em Santa Tereza. Era uma família de imigrantes italianos calabreses, distantes do universo cultural. Meu tio foi o primeiro a entrar na faculdade, tendo concluído o curso de direito. Meu pai provinha de uma família decadente do Vale do

Paraíba, que também era distante da cena cultural. Ex-proprietários de terras na região de Quatis-RJ e de Barra Mansa-RJ, cidades mortas. Quatis é ainda hoje um pequeno reduto urbano que guarda vestígios da era de opulência. Mas eles perderam tudo, inclusive um hotel em Mendes-RJ, outra cidade próxima; então começaram a vender os bens. Quando menino, frequentei o casarão que ainda possuíam em Santa Teresa, quase uma chácara; o terreno ocupava boa parte do quarteirão. Lembro da cena de despedida do meu avô pouco antes de morrer, os netos em círculo ao redor da cama alta onde jazia estirado. Eu devia ter em torno de oito ou nove anos. A família de meu pai teve de se desfazer do patrimônio para sobreviver. A irmã mais velha arranhou emprego público, as outras irmãs se casaram, e meu pai acabou encostado em cargo público por intercessão do meu tio Armando. Eis o que enxergo de autobiográfico, mais a indagação de como alguém como eu se torna intelectual.

Maria Eduarda: Qual é a resposta que você construiu para você, Sergio?

Sergio Miceli: Eu não tinha muitas possibilidades. Meu pai havia perdido tudo; minha mãe dependia da ajuda do irmão, o tio que financiou minha vida para estudar em São Paulo. Embora desfrutasse de uma bolsa da CAPES, não era o bastante para viver aqui, alugar apartamento e demais despesas; ele me apoiou até eu arranjar o primeiro emprego, como docente no interior do estado. Como não havia mais recursos disponíveis, me vi arrastado aos estudos e ao vislumbre de uma carreira que não sabia bem como ia se viabilizar.

Maria Eduarda: E isso tem a ver com essa sua disposição em não brincar em serviço?

Sergio Miceli: Sim, porque ele me estimulou. Na verdade, ele achava que eu devia fazer direito. Como ele se tornou procurador do estado, conhecia a magistratura e acreditava poder me ajudar na carreira. Estudei apenas em escolas de elite – no Colégio de São Bento e no Colégio *Andrews* – tudo pago por ele. No *Andrews*, eu tive professores de Filosofia e de Sociologia no clássico, que me despertaram para assuntos novos. Comecei a me interessar por ciências sociais. Ele não foi hostil, mas achava Direito algo mais garantido. Diante de tais constrições, acabei mentindo para a família dizendo que faria o vestibular para Direito, mas havia feito inscrição para o exame de ingresso na Escola de Sociologia e Política, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Fui aprovado e me vi numa enrascada. Era perto do Natal e não sabia como teria coragem de dizer o que havia acontecido. Meu tio reagiu bem à notícia e

me apoiou, a despeito de não imaginar, como disse, aonde isso ia levar. Concluída a graduação, quis fazer o mestrado, que ele também bancou.

Recebido em 20/09/2019.

Aprovado em 01/10/2019.

Diretrizes para Autores

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à **RES** para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O **CR** se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretenderem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo **CR** da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O CR se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

Formatação

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

Dimensão

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês.
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000) assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem spacejamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

Citações destacadas do texto

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

REFERÊNCIAS

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

Livros: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.]

Capítulos de livros: SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. **A Importância dos clássicos**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

Artigos em periódicos: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. **Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

Dissertações e teses: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese:** subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. **Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos**. 2012. 262f. Tese

(Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

Artigos em jornais/revistas: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

Entrevistas: SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. O observador do Brasil no Atlântico Sul. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

Eventos: SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

Publicação on-line: SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

A revista Estudos de Sociologia adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Declaração de Direito Autoral

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

Política de Privacidade

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.



SOBRE O VOLUME
Revista Estudos de Sociologia, v.24n.47
formato: 16 x 23 cm
mancha: 12,8 x 20,5 cm
tipologia: Times New Roman/11

